



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

NA TRILHA REGIONAL:
Cobertura governamental em veículos tradicionais de comunicação

FRANCISCO VERRI

Brasília
2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

NA TRILHA REGIONAL:
Cobertura governamental em veículos tradicionais de comunicação

FRANCISCO VERRI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa “Jornalismo e Sociedade”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Liziane Soares Guazina

Coorientadora: Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge

Brasília

2021

FRANCISCO VERRI

TESE DE DOUTORADO

NA TRILHA REGIONAL:

Cobertura governamental em veículos tradicionais de comunicação

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Liziane Soares Guazina
Programa de Pós-graduação em Comunicação / Universidade de Brasília
Presidente

Profª. Dra. Dione Oliveira Moura
Programa de Pós-graduação em Comunicação / Universidade de Brasília

Prof. Dr. Julián Durazo Herrmann
Université du Québec à Montréal

Profª. Dra. Kelly Cristina de Souza Prudencio
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Profª. Dra. Rejane Oliveira Pozobon
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Suplente

AGRADECIMENTOS

Obrigado a todos que compartilharam comigo a caminhada do doutorado.

À Universidade de Brasília, por me acolher com tanto carinho, e ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Ao Centro Universitário Metropolitano de Maringá (Unifamma), pelo suporte e oportunidade profissional.

À Thaís de Mendonça Jorge, pela parceria, orientação, ensinamento e por não ter desistido. À Liziane Soares Guazina, por ter aceitado a orientação e por conduzi-la de forma competente.

À minha família, que sempre me incentivou e não mediu esforços para que me tornasse doutor. Ao meu filho, João Miguel, que dividiu meu tempo, durante seus quatro primeiros anos de vida, com as viagens e atividades do doutorado.

Aos amigos e amigas que acompanharam minha trajetória e de alguma maneira contribuíram para esta pesquisa. À Leila Bogdanavicius, Hortensia Franco de Carvalho, Cauê Sanches, Gustavo Quirino e Rodrigo Basniak, pela paciência e colaboração com a tese.

À minha banca, pelo tempo dedicado à avaliação e pela contribuição à pesquisa.

RESUMO

A notícia não é construída por um ato individual do jornalista. É um produto coletivo, formado pela interação com testemunhas em uma realidade social específica. A profissão se orienta por critérios compartilhados que baliza as coberturas jornalísticas. Esta pesquisa busca identificar qual o padrão de cobertura governamental em veículos de circulação regional. O *corpus* corresponde aos 150 dias que antecederam a administração de José Ivo Sartori (MDB), governador do Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2018. O objeto são todos os textos jornalísticos que abordam o Poder Executivo, no período estudado, nos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, impressos tradicionais e com circulação por todo o Estado. A partir de métodos qualitativos e quantitativos, analisa-se o Poder Executivo em uma visão mais ampla do que os bastidores da política e em um contexto de proximidade territorial. A pesquisa identificou semelhanças na cobertura desempenhada sobre o governo estadual, contudo, em um olhar mais detalhado sobre suas características, percebeu-se diferenças na forma com que os atributos interagem dentro do processo produtivo.

Palavras-chave: Cobertura governamental. Jornalismo regional. Noticiabilidade. Governo. Método misto.

ABSTRACT

The news isent constructed by an individual act of the journalist. It is a collective product, formed by the interaction with witnesses in a specific social reality. The profession is oriented by shared criteria in a cultural map (HALL *et al.*, 1999) that guide journalistic coverage. This research seeks to identify the pattern of government coverage in vehicles with regional circulation. The corpus corresponds to the 150 days between the administration of José Ivo Sartori (MDB), governor of Rio Grande do Sul between 2015 and 2018. The object is all the journalistic texts that address the Executive Branch, in the period studied, in *Correio do Povo* and *Zero Hora* newspapers, traditional journals with circulation throughout the state. Using qualitative and quantitative methods, the Executive Branch is analyzed in a broader view than behind the scenes of politics and in a context of territorial proximity. The research identifies similarities in the coverage performed on the state government, however, in a more detailed look at its characteristics, differences in the mode the attributes interact within the productive process are deviated.

Keywords: Governmental coverage. Regional journalism. Newsworthiness. Government. Mixed method.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Capa do <i>Correio do Povo</i> do dia 20 de novembro de 2016 ----- | 139 |
| Figura 2 - Capas do <i>Zero Hora</i> e <i>Correio do Povo</i> nos dias 27 de janeiro de 2017 e 25 de outubro de 2016 ----- | 161 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Total de Notícias ----- | 126 |
| Gráfico 2 - Média de textos jornalísticos por dia da semana ----- | 128 |
| Gráfico 3 - Distribuição dos textos jornalísticos nas páginas dos jornais ----- | 143 |
| Gráfico 4 - Distribuição dos textos jornalísticos nos quadrantes dos jornais ----- | 158 |
| Gráfico 5 - Distribuição dos textos jornalísticos na capa ----- | 160 |
| Gráfico 6 - Distribuição dos textos jornalísticos em editorias----- | 167 |
| Gráfico 7 - Distribuição dos textos jornalísticos em gêneros ----- | 195 |
| Gráfico 8 - Distribuição dos textos jornalísticos em formatos opinativos ----- ----- | 196 |
| Gráfico 9 - Distribuição dos textos jornalísticos em formatos informativos ----- ----- | 198 |
| Gráfico 10 - Distribuição dos textos jornalísticos por origem da notícia ----- ----- | 212 |
| Gráfico 11 - Distribuição do número de fontes ----- | 215 |
| Gráfico 12 - Distribuição por tipo de fontes ----- | 217 |
| Gráfico 13 - Distribuição em fontes governamentais----- | 219 |
| Gráfico 14 - Distribuição da variável Desdobramento ----- | 243 |
| Gráfico 15 - Distribuição dos títulos ----- | 245 |
| Gráfico 16 - Distribuição do valor-notícia Proximidade ----- | 247 |
| Gráfico 17 - Distribuição do valor-notícia Notoriedade ----- | 252 |
| Gráfico 18 - Distribuição do valor-notícia Impacto ----- | 258 |
| Gráfico 19 - Distribuição do valor-notícia Governo ----- | 264 |
| Gráfico 20 - Distribuição do valor-notícia Polêmica ----- | 267 |
| Gráfico 21 - Distribuição do valor-notícia Justiça ----- | 273 |
| Gráfico 22 - Distribuição do valor-notícia Tragédia----- | 277 |
| Gráfico 23 - Distribuição do valor-notícia Violência ----- | 283 |
| Gráfico 24 - Distribuição do valor-notícia Raridade ----- | 289 |
| Gráfico 25 - Distribuição do valor-notícia Emoção ----- | 292 |
| Gráfico 26 - Distribuição do valor-notícia Conhecimento----- | 398 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 27 - Distribuição do valor-notícia Conflito ----- | 302 |
| Gráfico 28 - Distribuição da variável Frames ----- | 308 |
| Gráfico 29 - Distribuição da variável Negatividade ----- | 310 |
| Gráfico 30 - Distribuição da variável Personalismo----- | 321 |
| Gráfico 31 - Distribuição da variável Crise ----- | 327 |
| Gráfico 32 - Distribuição da variável Lugar para Morar ----- | 329 |
| Gráfico 33 - Distribuição da variável Participação ----- | 330 |
| Gráfico 34 - Distribuição da variável Tom ----- | 335 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Recortes espaciais dos veículos jornalísticos e suas escalas ----- | 88 |
| Quadro 2 - Categorias de análise das Marcas de Apuração ----- | 118 |
| Quadro 3 - Categorias de análise das Marcas de composição do produto ----- | 119 |
| Quadro 4 - Categorias de análise dos valores-notícia ----- | 120 |
| Quadro 5 - Categorias de análise de Enquadramento ----- | 121 |
| Quadro 6 - Categorias de análise das Referência aos atores governamentais ----- | 121 |
| Quadro 7 – Lista de variáveis ----- | 121 |
| Quadro 8 - Variáveis com associação estatística com Segunda-feira ----- | 130 |
| Quadro 9 - Variáveis com associação estatística com Terça-feira ----- | 132 |
| Quadro 10 - Variáveis com associação estatística com Quarta-feira ----- | 133 |
| Quadro 11 - Variáveis com associação estatística com Quinta-feira ----- | 135 |
| Quadro 12 - Variáveis com associação estatística com Sexta-feira ----- | 136 |
| Quadro 13 - Variáveis com associação estatística com Sábado ----- | 137 |
| Quadro 14 - Variáveis com associação estatística com Domingo ----- | 141 |
| Quadro 15 - Variáveis com associação estatística com Fim de Semana ----- | 142 |
| Quadro 16 - Variáveis com associação estatística com Página Par ----- | 157 |
| Quadro 17 - Variáveis com associação estatística com Página Ímpar ----- | 152 |
| Quadro 18 - Variáveis com associação estatística com Duas Páginas ----- | 156 |
| Quadro 19 - Variáveis com associação estatística com Página Capa----- | 164 |
| Quadro 20 - Variáveis com associação estatística com Editoria de Política ----- | 172 |
| Quadro 21 - Variáveis com associação estatística com Editoria de Economia----- | 176 |
| Quadro 22 - Variáveis com associação estatística com Editoria de Polícia ----- | 180 |
| Quadro 23 - Variáveis com associação estatística com Editoria de Rural ----- | 184 |
| Quadro 24 - Variáveis com associação estatística com Editoria Geral ----- | 189 |
| Quadro 25 - Variáveis com associação estatística com Editoria de Cidade ----- | 193 |
| Quadro 26 - Variáveis com associação estatística com formato Coluna ----- | 201 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 27 - Variáveis com associação estatística com formato Notícia ----- | 204 |
| Quadro 28 - Variáveis com associação estatística com formato Reportagem----- | 209 |
| Quadro 29 - Variáveis com associação estatística com Fonte Hierárquica ----- | 223 |
| Quadro 30 - Variáveis com associação estatística com Fonte Institucional ----- | 227 |
| Quadro 31 - Variáveis com associação estatística com Fonte Especializada ----- | 230 |
| Quadro 32 - Variáveis com associação estatística com Fonte Cidadã ----- | 233 |
| Quadro 33 - Variáveis com associação estatística com Fonte Assessoria ----- | 237 |
| Quadro 34 - Variáveis com associação estatística com Fonte Documental ----- | 240 |
| Quadro 35 - Variáveis com associação estatística com Circulação ----- | 250 |
| Quadro 36 - Variáveis com associação estatística com Notoriedade Hierárquica ---- | 255 |
| Quadro 37 - Variáveis com associação estatística com Impacto ----- | 261 |
| Quadro 38 - Variáveis com associação estatística com Governo ----- | 265 |
| Quadro 39 - Variáveis com associação estatística com Polêmica ----- | 267 |
| Quadro 40 - Variáveis com associação estatística com Justiça ----- | 275 |
| Quadro 41 - Variáveis com associação estatística com Tragédia ----- | 281 |
| Quadro 42 - Variáveis com associação estatística com Violência ----- | 286 |
| Quadro 43 - Variáveis com associação estatística com Raridade ----- | 291 |
| Quadro 44 - Variáveis com associação estatística com Emoção ----- | 295 |
| Quadro 45 - Variáveis com associação estatística com Conhecimento ----- | 300 |
| Quadro 46 - Variáveis com associação estatística com Conflito ----- | 305 |
| Quadro 47 - Variáveis com associação estatística com Enquadramento Positivo ----- ----- | 314 |
| Quadro 48 - Variáveis com associação estatística com Enquadramento Negativo ----- ----- | 318 |
| Quadro 49 - Variáveis com associação estatística com Personalismo----- | 324 |
| Quadro 50 - Variáveis com associação estatística com Participação----- | 332 |

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos textos jornalísticos por dias da semana ----- 126

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Introdução ----- | 17 |
| Delimitação de pesquisa----- | 19 |
| Problema e objetivos específicos ----- | 21 |
| 1. Objetividade e legitimidade jornalística: a construção da notícia ----- | 25 |
| 1.1 Do <i>Gatekeeping</i> ao <i>Newsmaking</i> : a notícia como construção social ----- | 29 |
| 1.2 Notícia, noticiabilidade e vida cotidiana ----- | 32 |
| 1.2.1 Os critérios de noticiabilidade: entre valores e consensos ----- | 39 |
| 2. A cobertura governamental: bases conceituais ----- | 48 |
| 2.1 A relação da imprensa com o governo ----- | 53 |
| 2.2 Alinhamentos e rupturas: democracia e mídia ----- | 61 |
| 2.3 <i>Accountability</i> ou promoção pessoal: o personalismo político ----- | 72 |
| 3. O jornalismo regional: entre a política e a proximidade ----- | 84 |
| 3.1 A descentralização midiática: o conceito de proximidade ----- | 89 |
| 4. Metodologia ----- | 99 |
| 4.1 Objeto de pesquisa ----- | 100 |
| 4.1.1 Os veículos ----- | 101 |
| 4.2 Os métodos ----- | 102 |
| 4.2.1 Análise de Cobertura Jornalística ----- | 105 |
| 4.2.2 Análise de Enquadramento ----- | 107 |
| 4.2.3 Valor-notícia ----- | 109 |
| 4.2.4 Análise de dados categóricos (Teste de Independência) ----- | 110 |
| 4.2.5 Análise Comparativa ----- | 113 |
| 5. Codagem ----- | 116 |
| 5.1 Coleta de Dados ----- | 117 |
| 5.1.1 Marcas de apuração ----- | 117 |
| 5.1.2 Marcas de composição do produto ----- | 118 |
| 5.1.3 Valores-notícia ----- | 119 |
| 5.1.4 Enquadramento ----- | 120 |
| 5.1.5 Referência aos atores governamentais ----- | 121 |
| 5.1.6 Visão geral das variáveis ----- | 121 |

| | |
|---|------------|
| 5.2 Breves Ponderações ----- | 122 |
| 6. O padrão de cobertura governamental no Rio Grande do Sul ----- | 124 |
| 6.1 A cobertura nos jornais gaúchos: o Poder Executivo ----- | 124 |
| 6.2 De segunda a segunda: o governo nunca dorme ----- | 126 |
| 6.2.1 O padrão de cobertura governamental: entendendo os dias da semana ----- | 128 |
| 6.2.1.1 Segundas-feiras ----- | 128 |
| 6.2.1.2 Terças-feiras ----- | 131 |
| 6.2.1.3 Quartas-feiras ----- | 132 |
| 6.2.1.4 Quintas-feiras ----- | 134 |
| 6.2.1.5 Sextas-feiras ----- | 135 |
| 6.2.1.6 Sábado ----- | 137 |
| 6.2.1.7 Domingo ----- | 138 |
| 6.2.1.8 Fim de Semana ----- | 141 |
| 6.3 Par ou ímpar? A cobertura governamental nas páginas dos jornais ----- | 142 |
| 6.3.1 Página Par ----- | 143 |
| 6.3.2 Página Ímpar ----- | 148 |
| 6.3.3 Duas páginas ----- | 153 |
| 6.4 Local na página ----- | 157 |
| 6.5 Capa ----- | 159 |
| 6.5.1 Explicando a Capa ----- | 161 |
| 6.6 Editorias ----- | 167 |
| 6.6.1 Editoria de Política ----- | 169 |
| 6.6.2 Editoria de Economia ----- | 174 |
| 6.6.3 Editoria de Polícia ----- | 177 |
| 6.6.4 Editoria Rural ----- | 182 |
| 6.5.5 Editoria Geral ----- | 187 |
| 6.6.6 Editoria de Cidade ----- | 189 |
| 6.7 Gênero ----- | 193 |
| 6.7.1 Formatos Opinativos ----- | 195 |
| 6.7.2 Formatos Informativos ----- | 196 |
| 6.7.2.1 Coluna ----- | 198 |
| 6.7.2.2 Notícia ----- | 202 |
| 6.7.2.3 Reportagem ----- | 206 |
| 6.8 Origem da informação ----- | 210 |

| | |
|---|-----|
| 6.9 Fonte ----- | 213 |
| 6.9.1 Tipo de Fonte ----- | 215 |
| 6.9.1.1 Fontes governamentais ----- | 217 |
| 6.9.1.2 Fonte Hierárquica ----- | 220 |
| 6.9.2 Fonte Institucional ----- | 224 |
| 6.9.3 Fonte Especializada ----- | 229 |
| 6.9.4 Fonte Cidadã ----- | 231 |
| 6.10.5 Fonte Assessoria ----- | 235 |
| 6.9.6 Fonte Documental ----- | 238 |
| 6.10 Desdobramento ----- | 241 |
| 6.11 Título ----- | 243 |
| 6.12 Proximidade ----- | 245 |
| 6.12.1 Circulação ----- | 247 |
| 6.13 Notoriedade ----- | 251 |
| 6.13.1 Notoriedade Hierárquica ----- | 253 |
| 6.14 Valor-notícia: Impacto ----- | 256 |
| 6.14.1 O padrão governamental: impacto ----- | 257 |
| 6.15 Governo ----- | 263 |
| 6.15.1 O padrão governamental: Governo ----- | 265 |
| 6.16 Polêmica ----- | 267 |
| 6.16.1 O padrão governamental: Polêmica ----- | 279 |
| 6.17 Justiça ----- | 273 |
| 6.17.1 O padrão governamental: Justiça ----- | 275 |
| 6.18 Tragédia ----- | 277 |
| 6.18.1 O padrão governamental: Tragédia ----- | 279 |
| 6.19 Violência ----- | 284 |
| 6.19.1 O padrão governamental: Violência ----- | 285 |
| 6.20 Raridade ----- | 289 |
| 6.20.1 O padrão governamental: Raridade ----- | 290 |
| 6.21 Emoção ----- | 293 |
| 6.21.1 O padrão governamental: Emoção ----- | 294 |
| 6.22 Conhecimento ----- | 298 |
| 6.22.1 O padrão governamental: Conhecimento ----- | 299 |
| 6.23 Conflito ----- | 303 |

| | |
|--|------------|
| 6.23.1 O padrão governamental: Conflito ----- | 304 |
| 6.24 Enquadramento noticioso ----- | 307 |
| 6.24.1 <i>Frames</i> ----- | 308 |
| 6. 24.2 Negatividade ----- | 309 |
| 6. 24.2.1 Enquadramento Positivo ----- | 313 |
| 6. 24.2.2 Enquadramento Negativo ----- | 317 |
| 6. 25 Personalismo ----- | 320 |
| 6. 25.1 O padrão governamental: Personalismo ----- | 321 |
| 6. 26 Crise ----- | 327 |
| 6. 27 Lugar para morar----- | 329 |
| 6. 28. Participação ----- | 330 |
| 6. 28.1 O padrão governamental: participação ----- | 331 |
| 6. 29 Tom ----- | 335 |
| 7. Conclusões ----- | 337 |
| 8. Referências ----- | 358 |
| 8.1 Textos jornalísticos ----- | 370 |
| Apêndice ----- | 377 |

INTRODUÇÃO

A relação entre o jornalismo e a política é mais do que histórica. É embrionária. Ainda que existam registros, em 69 a.C., do que seria a primeira manifestação da imprensa periódica, a origem do jornalismo não tem uma data certa. As *Acta Diurna Populi Romani*, por exemplo, teriam sido um jornal de iniciativa de Júlio César com o objetivo de divulgar os acontecimentos mais importantes à República romana. Eram tábuas afixadas nos muros, com periodicidade fixa, que tornavam públicas informações oficiais, julgamentos, cerimônias, entre outros assuntos do cotidiano de Roma.

O mais aceito, contudo, é a interpretação de que o jornalismo se consolidou na Modernidade. A ruptura com o medievalismo e a transição filosófica, econômica e político-social a partir do século XV impuseram uma nova ordem discursiva e científica. Caracterizado como um espaço do saber verdadeiro (MARCONDES FILHO, 2000), a profissão ocupou lugar de referência na sociedade moderna ao representar o espírito da época (SEGABINAZZI; MAZZARINO, 2017). A busca pela verdade e o status de questionador das tradições, ideologias e autoridades, assumidos pelo jornalismo, foram ao encontro dos princípios positivistas então vigentes.

A partir do século XVI, o jornalismo ganhou regularidade. Em 1605, nos Países Baixos, surgiu o *Nieuwe Tijdingen* (Últimas Notícias, traduzido para o português). O jornal era uma folha informativa, imprimida e vendida com periodicidade. Em 1617, a iniciativa se solidificou e foi copiada por outros países, popularizando a profissão (HOHLFELDT, 2003). Na França, Théophraste Renaudot fundou a *Gazette de France*, com o apoio do Cardeal Richelieu e a autorização do rei Luis XIII. A revista semanal, que serviu de parâmetro para outras publicações de cidades importantes da Europa, como Madri e Londres, foi uma porta-voz da monarquia durante a Revolução Francesa.

A atividade jornalística é, segundo Segabinazzi e Mazzarino (2017, p. 249), “parte de um projeto filosófico”, formada por princípios e valores que estruturam a esfera pública. Influenciada pelo pensamento iluminista, a Revolução Francesa é uma das referências da profissão. A nova organização social, originada sobre princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, foi alicerçada sobre uma nova ordem não absolutista, elevando a importância do jornalismo. Em um momento de expansão do número de periódicos, pelo menos até a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder no começo do século XVII (HOHLFELDT, 2003), o jornalismo foi visto como uma entidade que assegurava as liberdades, os direitos e a transparência nas instituições públicas.

A visão idealista desenvolveu, em especial durante o século XIX e começo do século XX, uma imagem romântica da profissão, atrelada ao papel de fiscalização da política. Segundo Soloski (1999, p. 91), a imagem apaixonada é ilustrada pela figura de um repórter em cruzada que, para grande espanto de um “[...] rabugento mas benévolo editor, investiga um dos mais infames políticos da cidade, e depois de árduo trabalho e um pouco de sorte, apanha o político em flagrante, ajuda a mandá-lo a prisão e melhora as vidas dos oprimidos e desprotegidos”. Esse ponto de vista exhibe o jornalista como um guardião dos direitos sociais e do bom funcionamento da sociedade, originando um personagem mitológico (ADGHIRNI, 2005) que equivaleria a um herói, merecedor dos mais importantes prêmios.

Na história não são poucos os exemplos que marcam esse caráter mitológico do jornalismo. Fortemente associada à escândalos políticos, essa imagem jornalística carrega em seu íntimo casos famosos de denúncias e investigações contra governos e grandes líderes políticos. Talvez o mais conhecido deles, o caso *Watergate*, expresse esse ideal. Em 1972, Bob Woodward e Carl Bernstein, jornalistas do *Washington Post*, conseguiram, por meio de uma investigação jornalística, comprovar o conhecimento do então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, de um assalto à sede do Comitê Nacional Democrata, que teria beneficiado a reeleição do republicano. O resultado dessa reportagem investigativa foi a renúncia de Nixon após decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em obrigá-lo a apresentar provas que confirmariam o seu não envolvimento no episódio.

O modelo, caracterizado pela função de *cão de guarda* dos poderes, espalhou-se pelo mundo. No Brasil, eventos recentes como a Operação Lava Jato e o escândalo do Mensalão reforçam a definição do jornalismo como uma referência das sociedades democráticas. Para exercer a função de fiscalizadora, de acordo com Nascimento (2013), a imprensa depende da denúncia, do irregular, do incorreto. A premissa de uma cobertura adversária (GUAZINA, 2011) esconde, no entanto, os alinhamentos da imprensa com governos e atores políticos. Entre a desqualificação constante da política e o convívio íntimo com governantes e instituições públicas, a profissão é legitimada por um padrão de cobertura formado pelas tensões e consensos (BIROLI, 2013) do campo jornalístico.

A finalidade da presente pesquisa é compreender qual é o padrão de cobertura governamental em veículos de circulação regional. O objetivo é identificar o modelo vigente de cobertura de um governo estadual, apontando as congruências e divergências entre dois impressos tradicionais do Rio Grande do Sul: *Zero Hora* e *Correio do Povo*.

Esta pesquisa é motivada pela expectativa de se explorar a atividade jornalística enquanto prática profissional que se molda em convenções, regras e padrões. Para Tuchman (1978), o jornalismo cria significados e, conseqüentemente, sentidos de coletividade que são partilhados em uma ordem social a partir de um processo de produção noticiosa que impacta a sociedade, ao mesmo tempo em que busca nela os acontecimentos noticiáveis. Em outras palavras, a profissão se enraíza em contextos internos e externos à redação, estruturando-se como uma prática coletiva que envolve fontes e jornalistas. Ela interage com diversos fatores, como rotinas produtivas, legislações, formação acadêmica, aspectos culturais que traçam as fronteiras do fazer jornalismo.

Sem dúvida, nem toda a produção jornalística é igual. O exame de um padrão de cobertura não significa reduzir a profissão a uma técnica, sendo tudo óbvio e previsível. A intenção é encontrar o que move as coberturas a partir do entendimento de como elas se organizam no interior de contextos e hábitos compartilhados em um mapa cultural de significados (HALL *et al.*, 1999). Isto requer observar que, mesmo que os veículos de comunicação não apresentem as mesmas matérias e abordagens, os contrastes se dão dentro de parâmetros pré-estabelecidos sobre o que é notícia, sobre as fontes que podem ser consultadas e sobre hierarquias de importância, por exemplo.

Examinam-se processos, práticas e vestígios da cobertura governamental em nível estadual com o objetivo de descobrir quais as características que organizam a produção noticiosa. Este trabalho concentra-se em identificar a prática jornalística dentro de um contexto político e regional específico, para apreender características que estruturam as coberturas a partir de um olhar detalhado sobre os elementos que marcam a atividade jornalística. Instigada pelas semelhanças entre as coberturas políticas empreendidas por veículos de comunicação com maior circulação no plano nacional, esta pesquisa parte do pressuposto de que o ritual jornalístico (TUCHMAN, 1999) deixa marcas e assinaturas (SILVA; MAIA, 2011) que permitem registrar as associações e correlações que organizam a produção noticiosa.

Delimitações da pesquisa

Enquadrada na vertente dos estudos sobre mídia e política, esta pesquisa toma um caminho próprio. É pertinente ressaltar que, embora explore a cobertura governamental, a pesquisa em nenhum momento tem o intuito de avaliar a qualidade do governo do

Estado. Não queremos observar as políticas implantadas ou que deixaram de ser efetivadas. Nem mesmo se o governador é bom ou mau gestor público. O nosso estudo é especificamente sobre jornalismo, sobre processos e práticas, em um contexto sociocultural. O foco aqui não é ver como um governo se relaciona com jornalistas. Ao contrário, examina-se como esses veículos enxergam a rotina de um governo, compartilhando padrões e convenções do que é notícia, os enquadramentos praticados e as formas de se noticiar os fatos dentro de uma cadeia hierárquica de textos jornalísticos que competem para existir e se destacar (JORGE, 2016).

O *corpus* da pesquisa reúne todos os textos jornalísticos (notícias, editoriais, colunas, artigos de opinião etc.) que se referem ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, independentemente da editoria em que estejam presentes durante os 150 dias da metade do governo Sartori, o que representa os meses finais de 2016 e iniciais de 2017, totalizando mais de 2000 textos distribuídos nos jornais Correio do Povo e Zero Hora, dois periódicos tradicionais e parte de conglomerados de mídia gaúchos. O exame de uma cobertura governamental só faz sentido quando analisado globalmente, agregando todos os elementos jornalísticos que formam uma edição de jornal. Para nós, existe uma interconexão dos formatos, textos e cadernos que deixa vestígios no processo produtivo, sendo oportuna uma investigação sobre quais características se repetem e justificariam um padrão de cobertura temática.

A preferência por observar o jornal como um todo vai ao encontro do retrato do jornalismo como uma atividade coletiva que tem condições de transformar a realidade social a partir de sua importância na criação e na reprodução de significados sociais (TUCHMAN, 1978). Isto requer aceitar que, embora com certa autonomia, o produto final não é uma autoria independente. Ele está vinculado aos distintos contextos e negociações com outros campos da sociedade que vão estruturar um modelo de cobertura jornalística a partir de uma prática que se repete, se legitima e atravessa as individualidades e as vontades dos jornalistas.

Em uma perspectiva macro, a pesquisa traz à tona os sinais encontrados em uma análise longitudinal dos impressos estudados, sem se debruçar sobre elementos residuais que pouco se manifestam nos veículos. O que interessa aqui é entender os principais artifícios que acompanharam essa cobertura temática, possibilitando identificar contextos, marcas e práticas essenciais à produção noticiosa em um cenário de interação com a política em esfera governamental. É uma pesquisa que se justifica por observar a prática jornalística em dois cenários particulares: regional e governamental. O primeiro

recorre à cobertura de proximidade e as características de um relacionamento próximo a política. O segundo compreende o governo como uma instituição maior do que a interação entre políticos e representantes eleitos, examinando o cotidiano de uma esfera de Poder responsável pela garantia de serviços básicos à população.

É importante destacarmos que, embora reconheça novas práticas profissionais desenvolvidas por coletivos ou veículos não-tradicionais de comunicação, esta pesquisa se concentra nos modelos tradicionais e hegemônicos de jornalismo. Investigam-se jornais impressos que fazem parte de um conglomerado de mídia, com circulação estadual e com estrutura para manter setoristas – ou seja, jornalistas especializados – nas esferas governamentais, configurando-se como publicações com expressão na localidade. Invoca-se a regionalidade como um elemento de distinção. Ainda que beba em uma literatura que tem como foco coberturas nacionais e internacionais, a investigação examina a hipótese de que o contexto territorial, inscrito em uma perspectiva sociocultural particular, impactaria diretamente a prática profissional e, conseqüentemente, em um padrão de cobertura dos assuntos governamentais.

Problema e objetivos específicos

O desafio de se lançar um olhar sobre a prática profissional em um contexto específico obriga a uma conexão dos aspectos internos da produção noticiosa com os cenários culturais, sociais, políticos da regionalidade em que o veículo está inscrito. Em *Construção Social da Realidade*, Berger e Luckmann (2011, p. 35) entendem a realidade como reflexo do processo de desenvolvimento biológico do ser humano em contato com as conjunturas socioculturais. Nas palavras dos autores, “[...] a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”, configurando-se a partir dos hábitos e costumes comuns que estruturam a ordem social.

Essa ordem social, em sociedades complexas, é negociada dentro de uma realidade social em constante mutação. A realidade é constituída por competições e alinhamentos entre campos a partir das convergências e divergências de discursos e interesses que vão determinar o que é socialmente aceito. Segundo Gadini (2007), os dispositivos técnicos de comunicação são componentes importantes das interações que organizam a sociedade. O jornalismo, enquanto um grupo de interesse (COOK, 2011) imerso no campo da comunicação, estrutura-se em um duplo movimento: de intervenção

e de submissão à realidade social. Ele produz conhecimento e significados que incidem no mundo social, ao mesmo tempo em que vai buscar na realidade os acontecimentos que se tornarão notícia.

Nesse contexto, a pesquisa busca responder qual o padrão de cobertura governamental em veículos de circulação regional. A ideia é examinar a prática profissional como atividade contínua que demanda negociações e interações de atores e grupos de campos diversificados (COOK, 2011), reverberando um arquétipo de prática profissional também em uma perspectiva regionalizada. Serão analisados os veículos tradicionais de comunicação de circulação estadual com a expectativa de observar as particularidades e as coerências que envolvem uma cobertura regional, por intermédio de um combo metodológico qualitativo e quantitativo. Recorre-se à Análise de Conteúdo, Análise da Cobertura Jornalística, Análise de Enquadramento, Análise de Dados Categóricos e Análise Comparativa. Num primeiro momento, estruturou-se um banco de dados com informações extraídas dos periódicos analisados. Na segunda etapa, debruçou-se sobre os dados, examinando os elementos que combinam e se repetem, sem perder de vista o contexto e as qualidades da cobertura governamental. Por fim, a comparação é um instrumento que permitiu encontrar as semelhanças divergências no interior de uma cobertura regional.

Partimos da hipótese de que a cobertura governamental é constituída por convenções, normas e práticas que orientam a produção noticiosa, fomentando um padrão jornalístico. A nossa tese não é de que a cobertura seja idêntica, contudo, que os periódicos analisados partilham critérios que permeiam a prática jornalística num contexto governamental. À vista disto, optamos por técnicas quantitativas que, combinadas com a interpretação da qualidade dos atributos estudados e da conjuntura político-social do período analisado, permite identificar regularidade e correlações que estruturam a cobertura governamental. Tal perspectiva metodológica permite compreender como as variáveis (estruturadas a partir de características da cobertura jornalística observada) se comportam em interação com outros atributos, possibilitando examinar os jornais a fundo, para além do que está visível nas páginas. É evidente que pesquisas com corpus robusto apresenta limitações quanto a capacidade de esmiuçar cada uma das qualidades elencadas. É importante ressaltar que não é o único método para tal investigação científica e nem que se esgota neste estudo. A nossa contribuição é apontar as características que predominam e que interagem em uma cobertura governamental e

regional a partir de um recorte específico, que ainda que não permita generalizações, possa servir como base a outros estudos na área de jornalismo e ciências políticas.

O estudo é dividido em três grandes eixos teóricos que foram divididos em três capítulos: 1) Noticiabilidade; 2) Cobertura Governamental; e 3) Jornalismo Regional. O primeiro eixo é base do capítulo denominado *A objetividade e a legitimidade jornalística*. Nele, resgatam-se os conceitos sobre como o processo produtivo é constituído, validado e legitimado. Remonta-se à virada do século XIX para o século XX, ao desenvolvimento do jornalismo moderno, amparado pela busca da informação mediante a objetividade (SCHUDSON, 2010), a neutralidade e o interesse público, que (re)configuram a prática profissional. Nesta seção, discutimos os princípios que orientam o trabalho jornalístico como um pilar da democracia, bem como o funcionamento das instituições públicas. A abordagem é sustentada pelas bases teóricas do *Newsmaking*, discutida à luz da perspectiva construcionista de Gaye Tuchman (1978).

O capítulo *Cobertura governamental: as bases conceituais* visa definir a cobertura governamental como um conceito que se desvincilha do jornalismo político. Esse tipo de cobertura importa-se com os eventos e acontecimentos ligados diretamente à esfera governamental, especificamente ao Poder Executivo. A relevância não se restringe aos bastidores de um Palácio ou Casa de Leis. Também se refere aos fatos e eventos de menor destaque que expressam a vontade ou ação do Estado perante a sociedade. Aqui incluem-se, entre outros exemplos, ocorrências que vão desde campanhas de conscientização até acusações contra a figura do governador.

A Teoria da Separação dos Poderes foi incorporada às constituições do Estado Moderno (BOBBIO, 2000). No Brasil, o modelo não foi estruturado de forma equilibrada, o que terminou concentrando poder no Executivo. A ele foi conferida a responsabilidade sobre as principais atividades governamentais (orçamento, implantação de políticas públicas, execução de obras etc.), o que reforça a percepção da instituição governamental como espaço de solução das demandas da sociedade. Nesse contexto, o jornalismo e a política coexistem a ponto de serem considerados parte do governo (COOK, 2005). O governo funciona, de um lado, como fonte de referência aos veículos de comunicação, operando como um ator qualificado para opinar sobre ocorrências dos mais diversos temas (problemas sociais, desenvolvimento econômico, violência, política, entre outros). Na outra face, as lideranças políticas encontram ali uma oportunidade de prestar contas e de ganhar visibilidade midiática.

O estudo, entretanto, esquia-se do cenário nacional para abordar as particularidades do jornalismo regional, inscrito em um espaço territorial restrito. A proximidade faz com que a prática profissional se oriente diferente do da cobertura nacional, promovendo um padrão próprio característico daquela localidade. No capítulo *Jornalismo regional, entre a política e a proximidade*, o objetivo é aprofundar-se na cobertura regionalizada, apontando as principais características, em especial quanto à relação com atores políticos. Aguiar (2016) associa essas coberturas a dois elementos principais: a proximidade geográfica com o público, as fontes e os conteúdos expostos e a identidade sociocultural e histórica com a sociedade em que esse tipo de jornalismo está incrustado. A relevância de um acontecimento, seu enquadramento e a contextualização dada são traduzidos a partir do significado territorial ou cultural perante determinada localidade, fortalecendo o vínculo entre jornalistas, leitores e personagens consultados. O sentido de uma notícia não necessariamente tem o mesmo valor ou interesse em outro local, dependendo do contexto vivenciado naquela territorialidade.

Essa perspectiva requer aceitar que o jornalismo regional traz à tona particularidades locais do processo de seleção, apuração e publicação. O produto noticioso só pode ser observado dentro de uma realidade, respeitando o momento histórico de que faz parte. É nesse sentido que se busca compreender o impacto da regionalidade nas coberturas governamentais, a partir de uma cobertura que leva em consideração os temas de governo que fazem parte do cotidiano cultural ou territorial dos habitantes de uma mesma federação, expressando as marcas e interações com grupos e campos hegemônicos.

Do jornalismo regional, originou-se a tendência de se produzir um jornalismo de serviços e com forte intimidade com a política local (PERUZZO, 2005; BOUSQUET, SMYRNAIOS; BERTELLI, 2014). É comum encontrar um relacionamento estreito entre jornalistas e assessores de imprensa, veículos e governos de estados, empresários de comunicação e governadores, impactando diretamente no padrão de cobertura governamental e seus modos de produção. Assim como as pautas, temas e assuntos noticiáveis, o *modus operandi* se traduz em um contexto regional e de proximidade, (re)configurando as fontes, os enquadramentos e as assinaturas que marcam o que é publicado sobre o Estado e as ações de seus representantes eleitos ou indicados politicamente.

1. OBJETIVIDADE E LEGITIMIDADE JORNALÍSTICA: A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

O desenvolvimento do jornalismo se confunde com a evolução e a formação das organizações sociais. A profissão avança sob complexas conjunturas sociais, econômicas e políticas que permeiam a sociedade até os dias de hoje. Ainda que conviva com as constantes transformações das tecnologias de comunicação, práticas profissionais e modelos de negócios, o jornalismo desde a origem é cercado por grandes expectativas sobre suas responsabilidades, papéis e funções, idealizados a partir de uma perspectiva romantizada do jornalismo como porta-voz da sociedade, que serviria como uma instituição de proteção aos direitos e liberdades.

Tendo como marco a Revolução Francesa, de acordo com Neveu (2006), o jornalismo se desenvolveu em torno de dois modelos: o francês e o anglo-saxão. Em oposição ao modelo francês, que tinha como orientação o domínio de um estilo próprio e a vocação para seguir uma linha editorial sem grande separação do que é informação e opinião, o modelo anglo-saxão concentrou-se na busca pela informação. A efetivação desse padrão, segundo Schudson (2010), ocorreu em meio a transformações tecnológicas e empresariais, nas primeiras décadas do século XIX, e foi o modelo importado pelo Brasil, que encontrou na Inglaterra e nos Estados Unidos uma afirmação da prática profissional exercida até a atualidade

Antes caracterizado pela dependência financeira de partidos e lideranças políticas, o jornalismo como atividade econômica descobriu nova fonte de renda a partir de 1830, quando passou a prevalecer a informação pura, num espaço separado dos editoriais e colunas opinativas. Nos Estados Unidos, o surgimento dos *penny papers*, impressos vendidos a dois *cents*, popularizou os jornais que buscavam no mercado uma forma de financiamento. Segundo Neveu (2006, p. 33), esta mudança representou uma “política precoce de preços baixos que maximiza os leitores e as receitas publicitárias”, fato que levou a uma mudança nos formatos e nas rotinas profissionais. O resultado foi uma multiplicação de temas e a procura incessante por acontecimentos, ocasionando competição pela informação factual, em primeira mão, que seria de interesse dos leitores.

Traquina (1999, p. 167) destaca que a nova tradição anglo-saxã poderia ser expressada nas palavras de um correspondente da agência de notícias *Associated Press*,

em 1856: “O meu trabalho é comunicar fatos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre os fatos, sejam eles quais forem”. A busca incessante pela notícia vem acompanhada da necessidade em ser isento. Enquanto mediador social, o jornalismo teria como responsabilidade a compilação de um acontecimento em meio ao caos de informações que o compõem, estando o jornalista impedido de se manifestar sobre o tema, emitir opiniões e impressões, reiterando a imparcialidade que conduz a profissão e assume a missão de servir à população, garantindo as informações necessárias para a democracia (NEVEU, 2006).

Esta tradição, mais tarde, vai legitimar o quesito objetividade, ancorado nos ideais da imparcialidade, da neutralidade e da busca do interesse público. A partir da década de 1930, nos Estados Unidos, toma corpo a “[...] predominância do discurso da objetividade, construído em torno de uma desejada reconstituição dos fatos, separando informação e comentário” (NEVEU, 2006, p. 23). O jornalismo objetivo, de acordo com Schudson (2010), fez-se necessário dado o aumento de veículos que competiam por acontecimentos noticiáveis e a variedade de perfis de usuários que exigiam reportagens objetivas que poderiam ser lidas por todos. Esta vertente, desenvolvida pelo autor norte-americano, defende que a objetividade é resultado de uma emergência profissional a partir das transformações sociais e econômicas da passagem do século XIX para o XX.

A construção teórica retomada por Schudson (2010) não é a única. De acordo com Schudson e Anderson (2008), há outras vertentes analíticas. A primeira estabelece a objetividade como um elemento normativo que define a margem de atuação profissional. Ela é vista como uma meta a ser atingida. A segunda percepção a explica como uma forma literária decorrente do desenvolvimento tecnológico. A terceira vertente registra o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, o avanço da comercialização das notícias como o marco referencial do entendimento da objetividade como componente ideológico que promoveria a imparcialidade. Em comum, as características de um jornalismo imparcial e objetivo que espelharia uma realidade imaginada.

A objetividade é uma estranha exigência a se fazer em instituições que, como sociedades comerciais, indicam acima de tudo a sobrevivência econômica. Uma estranha exigência a se fazer a instituições que com frequência, por tradição e código explícito, são órgãos políticos. Uma estranha exigência a se fazer a editores e repórteres que não contam com nenhum dos aparatos profissionais que, no caso de médicos, advogados e cientistas supostamente garantem (SCHUDSON, 2010, p. 13).

Considerada pedra angular do jornalismo americano (HACKETT, 1999), a objetividade ganha os manuais de redação e as premissas de uma conduta ética a partir do começo do século XX. O bom jornalista deveria seguir uma objetividade científica para transmitir os acontecimentos de forma verdadeira, sem interferir na realidade ou ser por ela embriagado. A prática profissional é codificada em torno de uma utopia de imparcialidade e neutralidade que, segundo Tuchman (1978), evitaria as distorções e as percepções pessoais. As notícias que seriam de interesse público, muitas vezes enquadradas no mito do jornalista como guardião da sociedade, estampariam as páginas de jornais, legitimando a profissão e o seu produto: a notícia.

Estrutura-se, assim, uma tradição que tem a imparcialidade, a objetividade e a neutralidade como normas éticas, compostas, além do mais, pela “responsabilidade”, a “exatidão” e o “*fair play*” (BREED, 1999, p. 153). Esse conjunto de princípios, conforme Schudson e Anderson (2008), é a chave para entender o desenvolvimento da profissão, o que converteu a discussão em objeto acadêmico. Para Hall *et al.* (1999), as noções de imparcialidade e objetividade são compartilhadas em um mapa de significados que normatizam a prática profissional e, conseqüentemente, estabelecem os limites entre informação e opinião, compondo conceitos sobre o que é notícia e as formas de tratamento dos fatos.

Classificada por Tuchman (1999, p. 75) como um ritual jornalístico, a objetividade “funciona como um baluarte entre eles [os jornalistas] e os críticos”. Isso significa aceitar que o jornalismo como profissão institucionalizada depende de padrões, regras e práticas que deem segurança ao profissional da comunicação. A objetividade é conjurada como forma de proteção da atividade jornalística, oferecendo segurança contra os críticos ou contra as acusações de parcialidade que podem envolver a produção noticiosa. Seria, portanto, parte dos rituais que acompanham o processo de seleção, tratamento e transformação de um acontecimento em notícia, respondendo às expectativas de editores e atendendo às convenções impostas à rotina produtiva.

O processamento das notícias não deixa tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva. Todavia, os jornalistas necessitam de uma noção operativa de objetividade para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores (TUCHMAN, 1999, p. 76).

Em meio às pressões internas e externas à profissão, a objetividade orienta o jornalista a superar os percalços da atividade profissional, configurando-se como um ideal

a ser buscado. Entre aqueles que a defendem, conforme compilado por Post (2015), há uma vertente que encontra na objetividade uma ideia a ser perseguida, ainda que não seja possível tê-la em plenitude. Essa busca teria como resultado a estruturação de um modelo de se fazer jornalismo, reivindicando uma expertise jornalística própria que garantiria os parâmetros de como e o que é o exercício da profissão. O jornalismo estaria restrito a uma prática e rotina que seria orientada pelos princípios de neutralidade e interesse público, afastando maus jornalistas e repelindo os interesses pessoais e a manipulação das informações apuradas.

Para Traquina (2005), a ideologia profissional se estrutura dentro da percepção do jornalismo como realidade. A ideia do jornalista como um mediador da realidade vem acompanhada de um acordo tácito entre os que “escolhem esta profissão de jornalista e o leitor ouvinte/telespectador que torna possível dar credibilidade ao jornalismo; o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não é a ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas” (TRAQUINA, 2005, p. 19). Em outras palavras, o objeto de trabalho do jornalista é constituído por pessoas de carne e osso, inseridas em uma realidade que interage com os contextos sociais, históricos e culturais. Significa aceitar que o noticiário, ainda que não traduza fielmente o real, traz à tona aspectos do mundo social.

O trabalho jornalístico é caracterizado pela busca da informação verdadeira ou que seja embasada em situações reais, “[...] de maneira a torná-la acessível, coerente e sedutora; e devolvê-la à sociedade, para que esta conheça essas informações e possa se posicionar ou se beneficiar delas” (TEMER, 2015, p. 22). Para tanto, os profissionais confiam na sabedoria e no conhecimento das fontes sobre os eventos e fatos do mundo real que poderiam ser de interesse público. Os jornalistas se apoiam na autoridade de um jornalismo que preza pela objetividade, conferindo as regras e normas que definem a prática jornalística. Consequentemente, o critério de objetividade estabelece uma standardização do produto (TRAQUINA, 2005) que vai desde o formato do jornal aos padrões de cobertura, funcionando como um recurso que facilita a vida de editores e a organização hierárquica do jornal, ao mesmo tempo em que se comporta como um mecanismo importante de legitimidade.

Essa legitimidade vai validar o mito do jornalismo como cão de guarda. Historicamente, segundo Christofolletti e Triches (2014), as redações têm se dedicado a justificar o trabalho profissional a partir de interesses mais diversificados, indo além daquelas pautas que seriam sustentadas pelos proprietários dos veículos de comunicação

e outros atores com influência na rotina de trabalho dos jornalistas. Nesse sentido, o raio de ação não se restringe aos acontecimentos cotidianos, tendo como objetivo as grandes coberturas que protegeriam os direitos, liberdades e os anseios da sociedade. O jornalismo objetivo, neutro e interessado nos temas do público teria o dever de ser o mediador entre Estado e população, denunciando e combatendo os malfeitos e os malfeitores.

Provido pelo que se denomina interesse público, o jornalismo ganhou um caráter de guardião moral da sociedade, que justificaria as ações e atividades da profissão (CHRISTOFOLETTI; TRICHES, 2014). A objetividade, enquanto pilar do jornalismo, somente é viável quando estruturada sobre valores morais e éticos que conduzem a prática profissional. Ela é evocada sempre que é preciso legitimar a profissão, tendo no interesse público um elemento importante para autorizar ações ousadas. A aceitação de determinada reportagem depende do impacto perante a sociedade, exemplificada por uma denúncia contra um político ou mesmo uma investigação local.

Um dos valores recorrentes nos manuais de redação e códigos de ética dos jornalistas é o “interesse público”. Tal conceito, assim como baliza a atuação profissional, está inserido nos regulamentos e no cerne de outras carreiras de caráter público, tais como os funcionários de governo. Dois fatores aproximam o conceito de interesse público utilizado no serviço público formal e no jornalismo. O primeiro diz respeito à igual submissão da atividade jornalística às leis gerais do país. Apesar da existência de códigos e manuais próprios do jornalismo, estes não devem afrontar, por exemplo, as constituições federais. Com os códigos profissionais coadunando com as leis maiores, os conceitos de interesse público constantes em ambas as normas devem se corresponder. O segundo fator é em relação ao fato da atividade jornalística ser equiparada a um serviço público propriamente dito (CHRISTOFOLETTI; TRICHES, 2014, p. 486).

O idealismo que acompanha o jornalismo acaba por simplificar a complexidade que envolve o noticiário. A noticiabilidade, demarcada em códigos, manuais e convenções sobre o que é uma provável notícia, teria a princípio o dever de encontrar o que seria de interesse, sempre em direção ao que a audiência poderia entender como importante (CHRISTOFOLETTI; TRICHES, 2014). Exaltam-se, assim, os acontecimentos que poderiam impactar a vida das pessoas, as repercussões de grandes fatos, as informações que seriam importantes à sociedade e, claro, aquelas que atenderiam aos valores morais. Essa é uma visão que reitera a constante interação da profissão com o real, observada no desafio da objetividade, de “buscar a isenção do relato e a explicitação de seu lugar de fala” (SILVA; FRANÇA, 2017, p. 4).

1.1 Do *Gatekeeping* ao *Newsmaking*: a notícia como construção social

Ainda que tenha sido normatizada como um ideal jornalístico, a objetividade é tema de críticas acadêmicas e profissionais. A intenção do jornalista que se vê como mediador da sociedade e se coloca como espectador autônomo ao acontecimento é frequentemente desacreditada, dado o silenciamento sobre outros elementos importantes à prática profissional, além de renegar os contextos sociais, culturais e históricos que acompanham a atividade humana.

O mito da objetividade é acompanhado de uma tradição tecnicista que reside no esquecimento dos fenômenos jornalísticos (GADINI, 2007). Essa tradição, ainda que dê suporte à prática profissional, vai perder espaço com a ascensão de uma nova perspectiva que faz a reflexão sobre os contextos (HACKETT, 1999). De acordo com Schudson e Anderson (2008, p. 93), a objetividade “não pode ser vista como a única norma profissional a emergir e sustentar o projeto profissional e, em alguns casos, pode até não ser a norma mais importante”.

Durante as primeiras décadas do século XX, cresceu uma nova perspectiva que direciona os olhares para dentro das redações. O *gatekeeping*, de acordo com Shoemaker e Vos (2015), representou um marco quando deu importância aos fatores organizacionais e profissionais embutidos no panorama midiático, mesmo em um momento em que o campo comunicacional era dominado pelos enigmas em relação à audiência. A teoria nasce a partir de um estudo sobre comportamento alimentar. Em 1947, o psicólogo Kurt Lewin, pai dessa perspectiva teórica, abordou as dinâmicas que operam em grupos sociais, observando as chances que determinada população tinha em mudar os hábitos alimentares.

Lewin, ao analisar o consumo alimentar, trabalhou com a hipótese de que nem todos os integrantes de uma população davam a mesma importância à sua alimentação. Essa ideia era baseada no entendimento de que os alimentos chegam à mesa do consumidor através de canais, como armazéns e hortas familiares, funcionando como mediadores entre produtor e consumidor. Em sua pesquisa, concluiu que qualquer mudança alimentar depende de quem compra e controla os alimentos. O que é servido à mesa é resultado das escolhas sobre quais produtos serão comprados até os alimentos preparados durante uma refeição, impactando a qualidade da alimentação familiar. Nessa perspectiva teórica, o consumidor se comportaria como um porteiro.

Importadas para a comunicação, as primeiras referências ao campo comunicacional surgem nos trabalhos de Kurt Lewin, conforme contextualizado por Shoemaker e Vos (2011). Os vocábulos aparecem em um manuscrito não acabado do psicólogo, publicado na revista *Human Relation*, com o título *Frontiers in group dynamics II: channels of group life; social planning and action research*, em 1947. Uma segunda versão dessa obra póstuma foi publicada em coletânea que sintetizava o trabalho de Lewin. O livro de 1951 foi denominado *Field Theory in Social Science*. Entretanto, coube ao assistente de Lewin na Universidade de Iowa, o ex-jornalista David White, a atribuição do conceito à comunicação, em especial aos estudos sobre jornalismo. Em 1949, aplicou as noções de *Gatekeeping* a uma redação, especificamente ao trabalho dos editores, em seu artigo intitulado *O Gatekeeper: Um estudo de caso na seleção de notícias*.

Conforme contextualizado por Shoemaker e Vos (2015), White reimprimiu o trabalho e o citou, em 1950, no *Journalism Quarterly*, apresentando as observações sobre como as instituições noticiosas solucionavam o desafio de ter que completar os espaços limitados de uma edição de jornal em meio a inúmeros acontecimentos que ocorrem constantemente. Ao acompanhar a rotina de um editor, concluiu que o processo de escolha ou rejeição passava por um filtro altamente subjetivo, subordinando-se às experiências e aos valores do porteiro, no caso, o jornalista responsável pelo corte final.

Em comparação com o trabalho original, White deixou os canais em segundo plano para dar destaque à figura do porteiro. Segundo Traquina (2005), trata-se de uma abordagem que prioriza um viés microsociológico, a partir do momento em que reduz a noticiabilidade a decisões individuais de editores. Em seu conceito clássico, o *Gatekeeping* é adaptado ao sistema de produção, distribuição e consumo da mídia de massa durante o seu apogeu (BRUNS, 2011). O porteiro se faz necessário à avaliação das matérias mais importantes para as audiências, completando os noticiários com informações que seriam relevantes a seus leitores.

Gatekeeping é o processo de seleção e transformação de vários pequenos pedaços de informação na quantidade limitada de mensagens que chegam às pessoas diariamente, além de ser o papel central da mídia na vida pública moderna. As pessoas confiam em mediadores para transformar informações sobre bilhões de eventos em um subgrupo gerenciável de mensagens midiáticas. Frente a essa situação, a redução de tantas mensagens potenciais em um conjunto tão pequeno pode parecer impossível, mas existe um longo e consolidado processo que possibilita que isso aconteça diariamente. Esse processo determina não apenas qual informação será selecionada, mas também qual será o

conteúdo e a natureza de mensagens tais como as notícias, por exemplo (SHOEMAKER; VOS, 2011, p. 11).

O *Gatekeeping*, na comunicação de massa, conforme descrito por Wolf (1995), refere-se a todas as formas de controle da informação, atravessando as etapas de um processo comunicacional. Revivendo o conceito aplicado por Lewin ao seu estudo sobre comportamento alimentar, a teoria se desenvolveu em um período de transformações sociais e tecnológicas. Diante do bombardeio de informações à época, proporcionado pela emergência de novas mídias, fazia-se necessária a figura de um porteiro que filtrasse os eventos mais importantes para sua audiência, carregando o poder de fornecer uma imagem do mundo à população.

1.2 Notícia, noticiabilidade e vida cotidiana

A concepção clássica do modelo, conforme assinalada por Moraes Jr (2016), coloca nas mãos do porteiro a responsabilidade sobre quais conteúdos seriam de interesse público, remetendo aos pilares que sustentam o jornalismo. Ainda que diversos tomadores de decisões participassem da construção da notícia, a teoria se concentrou no personagem do Mr. Gates¹, no protagonismo dos editores do noticiário. Segundo Shoemaker, Vos e Reese (2009), inaugurou-se uma série de estudos que buscavam as características dos *porteiros*, tentando compreender como essas decisões eram tomadas e quais eram as justificativas que legitimavam o noticiário.

O romantismo por trás dos estudos sobre os porteiros suprimiu, em um primeiro momento, a complexidade do processo produtivo (SHOEMAKER; VOS; REESE, 2008). Mais tarde, os estudos do jornalismo se concentrariam no nível da organização jornalística, incluindo suas práticas e rotinas. Para Wolf (1995), as decisões de Mr. Gates, embora inicialmente compreendidas como uma avaliação individual, eram orientadas por um conjunto de critérios profissionais e organizacionais que atravessavam o processo produtivo. A noticiabilidade como resultado da subjetividade dos profissionais da comunicação foi substituída pela ideia de que a notícia se constituía por referências e critérios profissionais, entre esses, os valores-notícia.

¹ Criado por David White para representar o porteiro, Mr. Gates era um jornalista de meia idade, com 25 anos de experiência profissional, que atuava em um jornal em Midwest (EUA). A sua tarefa era, diariamente, selecionar as notícias que seriam publicadas em meio aos milhares de possíveis notícias que chegavam a agência.

Segundo o pesquisador italiano, os contextos organizativos, profissionais e burocráticos acabam por interferir nas escolhas dos porteiros, trazendo a influência de outros elementos e remontando ao trabalho de Breed, publicado originalmente na década de 1950. Em oposição ao modelo inicial que pregava haver razões subjetivas para os filtros de Mr. Gates, reorganizaram-se as matrizes da noticiabilidade. A autonomia revelou-se limitada, dado o compartilhamento de normas, convenções e valores que organizam a prática profissional. Isso significa aceitar que a decisão do jornalista não é independente, mas estruturada por uma cultura profissional que orienta o trabalho em todos os níveis, desde a apuração até o veredito do editor sobre onde e como publicar a notícia.

Nas pesquisas norte-americanas, os estudos sobre rotinas jornalísticas encontram em Warren Breed um importante precursor. Em 1950, desenvolveu uma análise funcionalista sobre o que chamou de controle social nas redações dos Estados Unidos. Segundo Silva (2013, p. 72), enquanto David White focou nas decisões individuais tomadas pelos atores sociais, Breed ampliou os olhares “[...] sobre a socialização de regras implícitas no ambiente profissional dos jornalistas”, prevendo a dinâmica da rotina profissional de uma redação. A partir do questionamento sobre como as regras profissionais compartilhadas eram seguidas, o autor chegou à conclusão de que jornalistas aprendiam com rapidez as expectativas acerca de suas atividades, o que os permitia orientar-se de forma a evitar constrangimentos e punições, ao mesmo tempo em que alimentavam seu prestígio.

Constatando que, entre as principais razões para a submissão às rotinas estavam a aspiração profissional e a compreensão da notícia como valor superior, Breed inspirou outras pesquisas sobre a rotina produtiva. Ao lançar, na década de 1970, o livro *Making News: a Study in the Construction of Reality*, uma etnografia em redações americanas, Gaye Tuchman inaugurou o que seria um dos marcos para os estudos sobre a noticiabilidade. A teoria do *Newsmaking*, segundo Jorge (2006, p. 1), possibilita “[...] situar os problemas dentro de um enfoque histórico-social”, tendo como abordagem o porquê das notícias serem como são. A teoria da notícia como um constructo tomou como base as características internas e externas à redação que constituem a notícia.

A década de 1970 representou um momento de virada na teoria das rotinas produtivas. A emergência de uma vertente construcionista que destoava da teoria das notícias como espelho da sociedade acarretou um olhar mais profundo sobre uma profissão que à época desfrutava de grande prestígio. Essa tendência de pesquisa, de

acordo com Wolf (1995), é inspirada pela importância que a sociologia do conhecimento e, mais em geral, os estudos sobre os fenômenos culturais, assumiram. Neste novo momento, houve uma expansão de pesquisas sobre a produção simbólica nos meios de comunicação: tanto sobre os processos que acompanham a atividade profissional quanto sobre os sistemas de valores e representações, reconfigurando a concepção idealista da objetividade jornalística.

O livro clássico de Tuchman, inspirado na sociologia interpretativa de Alfred Schutz (1979) e em outras obras, como a *Sociologia do Conhecimento* de Berger e Luckmann (2011), levou a uma interpretação do jornalismo como um elo importante para a construção da realidade social. A obra, como sintetizado por Gadini (2007, p. 82), entende a profissão como “forma de ação instituinte da vida coletiva; como processo de construção social da realidade cotidiana”. Ao refletir sobre como uma notícia é construída, o trabalho de Tuchman compreende que o jornalismo “[...] enxerga o mundo sob as lentes da sua própria cultura profissional, de onde emergem a identidade e certa autonomia do jornalista” (MORAES JR, 2016, p. 223), revelando-se em um movimento circular, pois é produzida dentro das contradições e percepções da realidade social, ao mesmo tempo em que produz conhecimentos sobre o mundo em que vivemos.

A vida cotidiana, segundo Berger e Luckmann (2011, p. 36), manifesta-se como uma realidade interpretada a partir dos sentidos constituídos em um mundo coerente. No entendimento dos autores, o mundo é construído no “pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles”. Isso significa aceitar que, ainda que a individualidade do ser se expresse em suas atividades humanas, a realidade é estruturada coletivamente no dia a dia de uma sociedade, ordenada e organizada em contextos e normas que conduzem o comportamento, as expressões e as percepções de seus membros. É a partir delas que sabemos quais os limites, as condutas e os costumes aceitos naquela realidade.

O experimento da vida cotidiana é contínuo. Interage nos mais diferentes ângulos espaciais e temporais, atravessando variadas expressões e atitudes humanas. Isto é, funciona em um mundo intersubjetivo, onde cada ser participa juntamente com outros indivíduos em uma “[...] ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada na cena” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 38). A realidade social é construída em constante mutação, sendo capturada a partir de tipificações que se manifestam continuamente e que vão formar a estrutura social. A estrutura é resultado dos padrões de interação que vão moldar a vida cotidiana e a cultura em que está inserida.

O ser humano não se correlaciona apenas em seu ambiente particular, mas principalmente em uma ordem social e cultural. Na perspectiva de Berger e Luckmann (2011, p. 71), a formação do eu deve também ser compreendida em relação com o “[...] contínuo desenvolvimento orgânico e com o processo social, no qual o ambiente natural e o ambiente humano são mediatizados pelos outros significativos”, articulando-se em um cenário maior e mais complexo de instituições e atores sociais.

Um mundo institucional, por conseguinte, é experimentado como realidade objetiva. Tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua lembrança biográfica. Já existia antes de ter nascido e continuará a existir depois de morrer. Esta própria história, tal como a tradição das instituições existentes, tem caráter de objetividade (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 83).

É importante observar que, ainda que se manifeste pelo indivíduo, o mundo institucional é uma objetividade constituída pelo ser humano. Os seus processos são exteriorizados em suas mais diversificadas atividades, interações e relações (BERGER; LUCKMANN, 2011), contribuindo para a consolidação de uma realidade social. Segundo Tuchman (1978), a socialização funciona como um instrumento de aprendizagem. É através dela que homens e mulheres se familiarizam e conhecem as normas que guiam a construção de significados. Esses significados, funcionando no interior das estruturas sociais, são construções coletivas que espelham as relações sociais, interferindo na construção e desenvolvimento da realidade social.

Em uma vertente construcionista, a realidade social é fruto de um processo histórico que se transforma a partir de ações individuais e coletivas (GADINI, 2007), nem sempre deliberadas por esses atores. A realidade, enquanto construção ininterrupta, é objetivada, fazendo sentido quando inserida em uma estrutura com normas e convenções culturais que interagem e atravessam os campos e instituições sociais. Segundo Tuchman (1978), as condições materiais e intelectuais vão interferir nas estruturas sociais, permitindo aceitar que a prática profissional do jornalista acabe por gerar conhecimentos impactantes à realidade social. Invocamos elementos do passado para legitimar o presente, o que nesse caso, representa a negação do jornalismo como espelho da sociedade.

Ao retomar elementos históricos e culturais de um acontecimento, rompe-se com a velha tradição do jornalista como um mediador imparcial da realidade. De acordo com Traquina (2005, p. 149), essa transição ocasiona um conflito na comunidade jornalística:

O ethos dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque a teoria do gatekeeper porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito as normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia.

Ao direcionar os olhares para o interior da prática profissional, Gaye Tuchman (1978) problematiza a produção noticiosa. Segundo Silva e França (apud MOUILLAUD, 1997, 2017), a notícia faz parte de um processo social, “[...] sendo resultado de um consenso sustentado pelo jogo das interações e das negociações entre parceiros sociais”. O fazer jornalismo não é mais dado como uma prática isenta e imparcial. A construção de uma notícia, desde os atributos importantes a algum acontecimento para se postular ao noticiário até a ordem em que as informações são publicadas, interage como normas e convenções. A conduta profissional é manifestada no plano do inconsciente, operando em rituais – entre esses, a objetividade (TUCHMAN, 1978) – que asseguram o trabalho jornalístico.

Para a socióloga norte-americana (1978, p. 190), a notícia é efeito da realidade social, pois oferece a “[...] abstração seletiva projetada para ser coerente, apesar de negligenciar alguns detalhes”. De uma forma mais detalhada, a autora descreve que, quando o leitor consome o noticiário, “[...] adiciona detalhes, mas não necessariamente aqueles excluídos no processamento da matéria. A abstração seletiva e a representação da informação e a atribuição reflexiva de significado aos eventos nos noticiários são características naturais da vida cotidiana”.

A notícia não é neutra, opaca, sem sentido. Ela carrega consigo significados que auxiliam a formação de consciência da sociedade e influenciam os fenômenos sociais. A notícia é incorporada ao contexto presente. Faz parte de uma realidade que caracteriza o produto jornalístico, conservando sentidos e valorações. Em contrapartida, os atores sociais, ao consumirem essas informações, lhes imprimem significados que nem sempre são os mesmos processados pelo profissional ou veículo da comunicação. Estes movimentos de reflexividade e indicialidade (TUCHMAN, 1978, p. 189) “[...] são componentes integrais da transformação de ocorrências em eventos noticiosos”, envolvendo a forma como se captura um fenômeno e os sentidos partilhados por quem consome os textos jornalísticos.

Ao assumir o jornalismo como processo e resultado da construção social, entende-se que a profissão é estruturada nas constantes interações e negociações entre jornalistas e atores sociais, reiterando seu caráter coletivo. A notícia não surge do nada. Nem mesmo é consequência de um trabalho individual. Ela é alicerçada em uma realidade social e interpretada pelos seus membros, cada um travestido em seus papéis, funções e rituais que conduzem a vida humana. Ao definir o que é um acontecimento noticiável, Tuchman (1978) observa que o noticiário organiza a realidade cotidiana ao mesmo tempo em que é parte integrante dela, funcionando como um fenômeno social compartilhado. Para Vizeu (2003, p. 108), interpretando a obra da socióloga, “a notícia está permanentemente definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo fenômenos sociais”, caracterizando-se como um elemento importante a sociedade.

O jornalismo empresta autoridade aos acontecimentos, conferindo-lhes caráter público (TUCHMAN, 1978). A profissão de jornalista utiliza-se de técnicas, rituais e valores próprios para definir o que deve ser publicitado, reiterando os detalhes e ângulos que são importantes para ser divulgados. O jornalista recorre a um arcabouço de significados profissionais, culturais e sociais que ordenam a prática jornalística. A informação, enquanto matéria-prima, é tratada com base em recursos sociais e culturais, modelados, conforme Silva e França (2017, p. 4), pelos “[...] embates do mundo, dos valores culturais, da intersubjetividade construída pela comunidade de jornalistas”.

É impossível pensar a prática profissional como uma atividade isolada do mundo. Traquina (1999) entende o processo produtivo como o desafio da transformação de uma matéria-prima em produto, no caso, de um acontecimento em notícia. Em meio à infinidade de eventos que ocorrem ao mesmo tempo, o trabalho do jornalista persiste em estabelecer quais são aqueles que merecem ganhar um caráter público, exigindo regras e normas que padronizariam a seleção, apuração e hierarquização do noticiário. A noticiabilidade, segundo Tuchman (1978), é negociada durante o processo produtivo, respeitando normas, convenções, ritos que são compartilhados na cultura profissional, revelando a complexidade do fazer jornalismo, conforme observado por Traquina (2005, p. 168-169) ao discorrer sobre o trabalho da socióloga norte-americana.

Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os media noticiosos que devem “refletir” essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível.

Em terceiro lugar, é da opinião de que os media noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico (Altheide, 1976), as limitações orçamentais (Epstein, 1973), a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos (Tuchman, 1978).

A noticiabilidade pode ser vista sob duas abordagens: a cultura profissional e a organização do trabalho e dos processos produtivos. A teoria da noticiabilidade investe em estudos que buscam compreender como a conexão entre a cultura jornalística e os elementos que orientam a construção da notícia impactam a profissão. Segundo Wolf (1995), essa vertente tem como ponto central elementos que vão desde a organização do veículo de comunicação até as particularidades da matéria-prima, reunindo em um mesmo patamar os constrangimentos burocráticos e organizacionais e os obstáculos individuais do dia a dia da profissão.

Como Wolf (1995) observa, a noticiabilidade é fruto das pressões produtivas, das redes de fontes, da percepção do público sobre determinado fato e instituição, das linhas editoriais, entre tantos outros elementos importantes que influenciam os acontecimentos a ser cobertos. Do fato ocorrido até a publicação da notícia, um evento passa pelo tratamento e pelo subjetivismo de diferentes indivíduos que estão inseridos em locais e com papéis diferentes, agindo em conjunto com as tensões e convenções que os jornalistas incorporam à profissão. O noticiado não é a tradução literal de algum fato ou mesmo de um fragmento da realidade. É uma interpretação do mundo social a partir da participação ativa de atores e grupos sociais que interagem.

A notícia, de acordo com Schudson (apud TRAQUINA, 1999, p. 170), é produzida por “[...] pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural. Um depósito de significados culturais, armazenados e com padrões de discurso”. Elas imprimem suposições sobre o que importa ao momento, local e contexto em que o mundo é experimentado. A dimensão cultural da notícia agrega os consensos e tensões entre campos e atores, aproximando-se do entendimento de Tuchman (1978, p. 5) da notícia como parte de uma instituição social em constante relacionamento com outros grupos e organizações, recaindo sobre o profissionalismo que “reivindica o direito de interpretar as ocorrências cotidianas para os cidadãos e outros profissionais”.

As histórias contadas pelo jornalismo são consequências das negociações ativas na sociedade e dos recursos culturais apropriados pelos profissionais da comunicação, adequando-se ao fluxo da produção noticiosa. Para a autora norte-americana, a rotina

produtiva é um componente de controle do trabalho jornalístico, conseguindo, entre outros aspectos, orientar as características de um evento noticiável entre o universo de acontecimentos que ocorrem no dia a dia. Molotch e Lester (1999) entendem que os meios de comunicação se ajustam às notícias publicadas, exigindo uma organização das rotinas e padrões profissionais que legitimam as atividades jornalísticas.

A organização em rotinas produtivas se mostra necessária à consolidação do profissionalismo. Segundo Tuchman (1978), a prática profissional é baseada em processos institucionais que coordenam as ações e os limites da profissão. Como resultado, emerge uma série de tipificações prontas que facilitam a tomada de decisão e a solução prática das tarefas cotidianas nas redações (SILVA, 2013), funcionando como controle e padronização do trabalho do jornalista. Os acontecimentos *noticiáveis* regulam a rotina jornalística, tornando indispensável a presença de critérios partilhados nos veículos de comunicação.

1.2.1 Os critérios de noticiabilidade: entre valores e consensos

A matéria-prima do jornalismo é imensurável. No dia a dia, acontecimentos como um terremoto no Japão podem competir com uma operação militar em alguma comunidade do Rio de Janeiro. As denúncias contra um político dividem espaço com crises econômicas, enquanto a violência urbana disputa sua presença no noticiário com a agenda cultural de uma cidade. O fato é que os jornalistas convivem com uma imensidão de eventos que poderiam ser noticiados, chamando a atenção para o que é relevante, tanto em um veículo generalista quanto em um segmentado.

A Teoria do Jornalismo tem se preocupado com a reflexão sobre quais motivos fazem com que um acontecimento vire notícia. A resposta é bem mais complexa do que a concedida pela Teoria do Espelho, qual seja, a natureza de um acontecimento determinaria sua existência enquanto notícia. O desenvolvimento do campo teórico do jornalismo deu grande atenção à noticiabilidade. É evidente que o objetivo dos veículos de comunicação é noticiar aqueles acontecimentos que pressupõem ser importantes e significativos à sua audiência (TRAQUINA, 1999). O que pareceria ser uma simples seleção de eventos passíveis de apuração e publicação mostra-se problemático quando observados os processos que envolvem o produto jornalístico. Como bem sintetizado por Godler e Rech (2017), os jornalistas, ao conviverem com as incertezas sobre os assuntos e pautas que cobrem, recorrem aos conhecimentos não-empíricos: nem sempre o

acontecimento é registrado por uma câmera ou é sobre um assunto em que [o jornalista] é *expert*. O uso de recursos não-empíricos reforça os laços com atores e organizações com status e poder social, reconfigurando e desnaturalizando as bases do que seria um fato de interesse público que emergiria da vida cotidiana.

Os acontecimentos noticiáveis nem sempre são tangíveis, testemunhados e visualizados a olho nu. Eles são construídos nos bastidores, em previsões sobre o futuro, em análises e interesses que não brotam de um fato concreto. Um terremoto deixa corpos, destroços e ruínas. É visível. Em contrapartida, uma declaração sobre uma reforma governamental não realça sangue, ao menos não corporalmente. É preciso apelar para o imaginário, tentando materializar algo que é suposto, eventual, que tende a acontecer futuramente. Esse não carrega consigo a facilidade de ser explicado por uma foto, como ocorreria em um acidente de trânsito, por exemplo. É estruturado pelas informações de segunda mão, que não exigem uma prova evidente (GOLDER; RECH, 2015), baseando-se na confiança de fontes e na crença de que o bom relacionamento com atores importantes renderia informações fidedignas em primeira mão. Resultado de uma construção social, o noticiário não traduz a realidade fielmente. Segundo Tuchman (1978, p. 192), as histórias não são contadas no contexto da sua produção. Os jornalistas tendem a sintetizar um determinado fato, sem situar o cenário que levou àquela cobertura ou mesmo sem revelar as perguntas que são feitas. O noticiado é “capturado na objetivação dos fatos”. Não há um aprofundamento dos acontecimentos que permita examinar a relação entre passado, presente e futuro, fazendo parte de um emaranhado organizado de notícias que retratam um fragmento da realidade, ainda que conduza consigo os processos, sentidos e noções de mundo compartilhados entre jornalistas e veículos de comunicação.

De acordo com Ponte (2005), uma reflexão crítica sobre os processos produtivos emerge do desejo de informações mais fidedignas. Daí em diante, desenvolve-se um novo olhar sobre o processo e a rotina produtiva, reconfigurando, entre outras noções, o entendimento do que é uma notícia. Em uma de suas elucidações, conforme descrito pela autora portuguesa (2005, p. 188), a notícia seria “[...] aquilo que os jornalistas definem como tal, ainda que raramente o assumam”. Não é certificada apenas pela vontade ou subjetividade de repórteres e editores. É constituída com base em procedimentos e exigências práticas e organizativas que constituem a profissão em seu relacionamento mútuo com instituições e atores relevantes para a organização social.

A contradição entre o seu baixo interesse sociológico e o potencial interesse emocional que promotores e jornalistas reconhecem suscitar no auditório – interesse de um auditório que aceita ser surpreendido, diríamos mais, que procura essa surpresa numa permanente dilatação dos limites do possível também no registro do verossímil da notícia –, parece-nos sublinhar a necessidade de encarar a produção jornalística num contexto mais lato, em que à sociologia das teias de relações se associem outros campos, como as culturas do imaginário. Mais do que a sua escassez numérica no conjunto dos acontecimentos mediáticos, valorizamos a possibilidade de se constituírem como acontecimento (PONTE, 2005, p. 188).

A notícia, em sua complexidade, é o resultado de um processo organizado que exige um ponto de vista prático dos acontecimentos (WOLF, 1995), provendo avaliações sobre as relações do mundo, de uma forma clara e direta. Segundo Jorge (2006), os conceitos de notícia presentes nos livros de comunicação são frios e costumeiramente se enquadram em três perspectivas: interesse, atualidade e verdade. Em comum, esses conceitos compartilham a necessidade de externar os relatos mediante a competência em informar as pessoas sobre as ocorrências do mundo (MOLOTCH; LESTER, 1999), tendo como pano de fundo o trabalho dos profissionais dos meios de comunicação.

Segundo Molotch e Lester (1999), a transformação de um fato em notícia percorre um conjunto de agentes individuais ou coletivos e se estrutura a partir de diferentes profissionais, do prisma dos veículos e das rotinas jornalísticas sobre determinada ocorrência. Hall *et al.* (1999) entendem que a mídia não comunica os acontecimentos de forma transparente. “As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (HALL *et al.*, 1999, p. 224), o que acaba por acarretar na preferência por determinado evento em relação a outros, assim como, na padronização do que são fatos noticiáveis importantes e quais as formas de apuração.

A noção de noticiabilidade, conforme abordado por Silva e França (2017, p. 2), é concretizada “[...] entre fatos da realidade que devem ou merecem ser relatados, devendo ser processados e colocados em circulação na forma de informação, em função de seu possível interesse público”. A noticiabilidade faz parte de uma dinâmica complexa sobre a organização do noticiário. Segundo Wolf (1995, p. 170), o conceito refere-se ao conjunto de critérios, operações e instrumentos “[...] com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, cotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias”. As duas conceituações concordam que o número vasto de ocorrências no

mundo exige a distinção do que pode ser um fato noticiável ou não, seguindo parâmetros compartilhados pela comunidade jornalística.

A noticiabilidade é composta por uma série de requisitos. Essas exigências não são marcadas apenas pela individualidade de um acontecimento. Mas também pela capacidade em atender as condições exigidas pela estrutura profissional e especificidades da produção noticiosa. O que não corresponde a esses preceitos não pode virar notícia, pois, como observado por Wolf (1995, p. 170), não é apropriado às “rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional”. O conceito funciona como uma resposta sobre quais são os acontecimentos importantes, legitimando o trabalho jornalístico. Conforme o teórico italiano, a rotinização das práticas produtivas é necessária para a organização das instituições jornalísticas, resguardando-as dos imprevistos que ocorrem no dia a dia.

A obediência aos critérios de noticiabilidade exige dos profissionais da comunicação o exercício constante de seleção, hierarquização e edição dos fatos que se tornarão notícia. Pragmaticamente, a atividade jornalística configura-se dentro de tensões em atender às expectativas das audiências e pressões das rotinas profissionais. Para Gadini (2007, p. 87), as rotinas produtivas devem ser consideradas como “[...] elementos integrantes das estratégias de produção jornalística, onde a notícia resulta de um trabalho socialmente produzido; o que implica em ter presente não apenas o contexto, mas também os processos e os modos que instituem a atividade periodística”, sendo estruturada por uma cultura profissional compartilhada pela tribo jornalística (TRAQUINA, 2004). Como Gadini (2007) observa,

Para além ou paralelo às estruturas sociais e à própria lógica empresarial da comunicação, o jornalismo é marcado por “rotinas” profissionais, que podem ser definidas como “uma série de actuações dos meios de comunicação que regulam e determinam o exercício profissional a partir de factores que nada têm a ver com a importância intrínseca dos factos ou a sua actualidade’ (Fontcuberta, 1999, p. 106). Na medida em que integram o cotidiano da profissão, de certa forma como algo “inerente”, as rotinas “são vistas como o preço da urgência imposta pelo trabalho com factos da actualidade e como imperativos do próprio processo de produção mediática” (Fontcuberta, 1999, p. 106) (GADINI, 2007, p. 86).

Gaye Tuchman (1978) encontra na rotina jornalística um dos pilares da sistematização da prática profissional. Em sua tese, argumenta que a organização da atividade jornalística demanda um ritmo de trabalho derivado de três fatores: tempo, espaço e fontes. Os requisitos funcionam como elemento limitador da produção noticiosa,

impondo regras que estabelecem o que é uma possível notícia e quais as fronteiras que permitem apurar e transformar um acontecimento em algo a ser noticiado. É improvável que um evento que precise de um número extenso de páginas para ser explicado entre em uma edição impressa. Nem mesmo determinado evento que contenha fontes frágeis e imprecisas. Muito menos se se tratar de uma ocorrência que leve tempo para ser investigada, prejudicando o andamento da redação ou impedindo que o jornalista cumpra com outras atividades a ele designadas.

Traquina (1999, p. 181) frisa que “para além de tentar impor ordem no espaço, as empresas jornalísticas tentam igualmente impor uma estrutura sobre o tempo, estrutura essa que lhes permite levar a cabo o seu trabalho diário”. A iniciativa é validada por uma série de normas e convenções que avalizam o fazer jornalístico. Serve para responder questões como qual a forma de seleção noticiosa, os modelos de um texto aceito, a linguagem e formatos, entre outros elementos que formam a rotina produtiva. Esse mecanismo busca uma padronização que permita hierarquização da redação e controle sobre o processo produtivo.

Funcionando em um grande empreendimento capitalista, a rotina em uma redação jornalística demanda funções pré-estabelecidas, metas e avaliações que determinam a qualidade do produto em fase de elaboração. Compete ao repórter entregar ao editor um texto no formato solicitado e com as informações necessárias. Ao editor, cabe confiar no trabalho do repórter, sendo de sua competência os ajustes finais e definição do espaço na edição que será lançada. A rotinização do trabalho confere legitimidade, segurança e confiabilidade a esses profissionais. É a partir dela que avalizam a qualidade do trabalho perante a comunidade profissional, inclusive permitindo inserir-se em outros veículos de comunicação para realizar função igual ou semelhante. A rotina configura uma expectativa da profissão ensinada nos cursos de graduação e experimentada nos diferentes veículos de comunicação, considerada o modelo de atuação jornalística ideal naquela realidade.

A rotina profissional, nesse sentido, está entrelaçada a uma cultura profissional que vai orientar toda a prática do jornalista. Melhor dizendo, só é possível constituir uma rotina de trabalhos se todos os que estão inscritos na tarefa compartilharem dos mesmos valores e expectativas sobre a atividade jornalística.

Na produção de informações de massa, temos, portanto, por um lado, a cultura profissional, entendida como um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos,

símbolos, tipificações latentes, representações de papeis, rituais e convenções, relativos às funções dos mass media e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem a sua confecção. A ideologia traduz-se, pois, numa série de paradigmas e de práticas profissionais adotadas como naturais (WOLF, 1995, p. 170).

Partilhada em um mapa cultural de significados, a prática profissional é naturalizada. Ela não é manifestada no plano da racionalidade. É retomada, inconscientemente, durante o exercício profissional a partir da mediação dos conhecimentos e experiências apreendidas nos locais de ensino e na bagagem do dia a dia. Isto é, a cultura profissional é (re) significada continuamente em sua ação no mundo social, influenciada e influenciando a realidade. Isso requer aceitar que o fazer jornalismo depende de convenções e normas que resolvam problemas ligados à organização do trabalho (WOLF, 1995), ratificando, entre outros pontos, os critérios de noticiabilidade. Incluem-se aqui as contradições que envolvem a busca pelo o que seria de interesse público, em convergência com as necessidades econômicas das empresas de comunicação (TRAQUINA, 2004).

A notícia, enquanto um produto industrial que exige uma organização empresarial, pressupõe uma perspectiva prática (AGUIAR, 2008) do acontecimento noticioso. A produção e escolha do que será noticiado são derivadas de um complexo processo que envolve diferentes profissionais, ambientes, relações e que tem no jornalista um ator político com capacidade de influenciar politicamente por intermédio do princípio de objetividade, apuração e seu distanciamento dos fatos. Gislene Silva (2005, p. 96) define os critérios de noticiabilidade como todo e qualquer fator com condições de agir no processo da produção da notícia, “[...] desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material, relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais”.

Trata-se, conforme a autora, de um conjunto de elementos utilizados pelas empresas jornalísticas para administrar a quantidade de acontecimentos noticiáveis. A noticiabilidade, segundo Wolf (2005), é definida por um conjunto de critérios de relevância que expressam a aptidão de determinado acontecimento para se tornar uma notícia. O noticiário, em teoria, passou pela chancela de porteiros que definem o que pode e deve ser noticiado, recorrendo a uma série de atributos que o legitima. A validação do que é notícia afasta do imaginário profissional a predominância do que seria de interesse

público. Como observado por Silva e França (2017), é nítido que o jornalismo praticado no Brasil não segue à risca a busca pelo interesse público, referenciando-se muitas vezes pelas preferências da audiência. Isso pressupõe aceitar os eventos e ocorrências que envolvam celebridades, moda, esportes, entre outros assuntos que não impactam diretamente na vida das pessoas.

A grande divulgação midiática é, em si, criadora de acontecimentos, e que tais acontecimentos não são desvestidos de consequências. Eles não impactariam a princípio, mas terminam por impactar pela força de sua divulgação. Esses interesses “outros”, que acabam perpassando as práticas do Jornalismo e estabelecendo critérios de noticiabilidade, estão relacionados com valores sociais, com jogo de forças, com tendências e traços culturais (SILVA; FRANÇA, 2017, p. 6).

Formada por diversos fatores que determinam o que é noticiável, a noticiabilidade faz parte de uma dimensão cultural que permeia as interações e práticas profissionais. Ela é traduzida por particularidades, entre essas as ideologias, que envolvem o mundo social em que estão inseridos. O processo de seleção dos fatos e produção da notícia não funcionam de uma forma desorganizada ou independente. Não é qualquer fato que pode ser noticiado. Depende de convenções, regras e limites que são estabelecidos dentro e fora das redações, na constituição do ser e na experiência e formação do profissional da comunicação. A construção da notícia é dada em uma complexa relação entre o íntimo e experiências do jornalista e as expectativas e padrões do fazer jornalístico, incidindo sobre as edições finais que são disponibilizadas diariamente para a população.

Hall *et al.* (1999, p. 225-226) reconhecem que os acontecimentos, para se tornarem significativos aos meios de comunicação, devem existir no processo de organização do mundo. A organização de um mundo representado por acontecimentos caóticos e desorganizados passa pela identificação e contextualização social das ocorrências. Isto é, os acontecimentos são “[...] designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento público” e “[...] colocados num quadro de significados familiares ao público”. Os eventos, enquanto potenciais notícias, só fazem sentido se compartilhados em mapas de significados, sendo reconhecidos por todos os membros da comunidade. Os fatos noticiáveis por si sós devem fazer sentido para a sua audiência, ilustrando a realidade, as experiências e as disputas com as quais as pessoas convivem no dia a dia.

Um acontecimento só faz sentido se puder se colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira – de tais mapas culturais do mundo social, não poderiam dar sentido aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável. As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo (HALL *et al.*, 1999, p. 226).

Cabe ao jornalista retratar um acontecimento no campo dos significados (HALL *et al.*, 1999). O ato de reportar acontecimentos incomuns deve operar nos mapas de significados que integram a base do conhecimento cultural. A seleção e a produção noticiosa se estruturam em um processo de identificação, classificação e contextualização social, permitindo que os meios de comunicação tornem o “mundo inteligível a leitores e espectadores”. O jornalismo, como instituição midiática, funciona como um elo entre a realidade social e o conhecimento da sociedade, contribuindo para a formação de opinião, percepções e experimentações do mundo. Em muitos casos é através dele que se tem conhecimento dos acontecimentos e seus impactos à vida social.

É improvável que os bastidores de um gabinete político sejam de conhecimento público. Ou mesmo um caso de corrupção em uma instituição pública. Ou, ainda, as intenções de uma reforma governamental. As experimentações da política, da economia, entre outros aspectos da vida, somente são reveladas em locais que, diretamente, não fazem parte da vida das pessoas. A variação da bolsa de valores ou mesmo a queda do dólar, ainda que possam representar uma maior inflação de alguns produtos a longo prazo, não são experimentadas no plano físico. A tradução de um acontecimento pode até causar reações e visões sobre determinado assunto, contudo não significa que o leitor tenha vivenciado o fato. As informações são assimiladas através da representação de um acontecimento, feita sob os ângulos e enquadramentos dos veículos de comunicação.

A noticiabilidade, como recurso para a transformação de um acontecimento num relato inteligível, é considerada por Hall *et al.* (1999, p. 226) como um processo social “[...] constituído por um número de práticas jornalísticas específicas que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona”. Em outras palavras, a construção da notícia é balizada por suposições sobre o que é determinante para a sociedade, avalizada por uma prática profissional que estabelece os procedimentos e as margens de atuação do profissional da comunicação, situando-o em meio às disputas que fazem parte da cultura jornalística.

As orientações, expectativas e valores profissionais, de acordo com Wolf (1995), não são referenciados pela audiência, mas pelos colegas e/ou superiores. A cultura profissional é (re) significada no dia a dia da profissão, envolvendo complexos fatores que vão desde a formação do jornalista aos interesses do veículo de comunicação. Essa cultura implica uma prática profissional que supera as grandes diferenças que possam haver entre as empresas, instituindo valores para a noticiabilidade e estabelecendo padrões de cobertura. Nesse cenário, o conceito de valor-notícia superaria as primeiras definições que vinham do *Gatekeeping*, as quais o caracterizavam como os atributos que determinado acontecimento teria que apresentar para se tornar notícia, facilitando a vida dos porteiros.

2. A COBERTURA GOVERNAMENTAL: BASES CONCEITUAIS

Governo é definido pelo *Cambridge Dictionary* como: 1) grupo de pessoas que oficialmente controla um país; 2) sistema utilizado para controlar um país, cidade ou grupos de pessoas e; 3) atividades envolvidas no controle de um país, cidade, grupo de pessoas. No Aurélio, um dos mais importantes dicionários em língua portuguesa, o termo é classificado como: 1) ato ou efeito de governar; 2) administração, gestão, direção; 3) domínio, controle; 4) administração superior; 5) sistema político pelo qual se rege um estado, regime; 6) modo por que está administrado um Estado; 7) território de jurisdição de um governador; 8) espaço de tempo durante o qual alguém governa.

As definições dos dicionários remetem ao controle do Estado, funcionando como um sistema responsável por administrar as instituições que o compõem, inclusive o governo. O conceito, todavia, é muito mais amplo e complexo. Bobbio (2000), por exemplo, dedica parte de sua obra ao debate sobre o Estado e as formas de governo. O nosso objetivo não é o de mergulhar na terminologia. Buscamos demarcar o que entendemos como cobertura governamental, possibilitando delimitar que instituições e atores formam o objeto desta pesquisa: especificamente, o governo de José Ivo Sartori no Rio Grande do Sul, tal como visto pelos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*.

Dito isso, cabe destacar que não analisamos o Estado como um todo. O nosso foco concentra-se nos poderes que compõem o Estado e as relações entre Legislativo, Judiciário e Executivo, em especial o último. Segundo Bobbio (1999, p. 104), na tipologia das formas de governo “[...] leva-se mais em conta a estrutura de poder e as relações entre os vários órgãos dos quais a constituição solicita o exercício do poder”, diferenciando-se das classificações dos tipos de Estado que focam nas “relações de classe, a relação entre o sistema de poder e a sociedade subjacente, as ideologias e os fins, as características históricas e sociológicas”. Isso não quer dizer que não levamos em consideração os contextos e características da formação do Estado brasileiro, porém direcionamos nossos olhares para as práticas, características e atividades de representantes eleitos para cumprir um programa de governo por tempo determinado, orientado pelos princípios constitucionais e as pressões de outros poderes e grupos organizados da sociedade.

A divisão dos Poderes é antiga. Aristóteles, em sua obra *A Política*, ao refletir sobre a estrutura política da Grécia à época dividiu o poder em três instâncias: 1) o poder deliberativo, responsável pela decisão sobre os negócios do Estado, pela elaboração e supressão das leis; 2) a magistratura governamental, espécie de Executivo, que tinha

como obrigação colocar em prática o que era decidido pelas Assembleias e 3) a jurisdição, formada por juízes. Ainda que composta por nomes diferentes, a estrutura dos poderes se assemelha à atual, sendo dividida entre aquelas instituições responsáveis por legislar, executar e julgar. Também na Antiguidade, a República de Roma instituiu a tripartição do poder. Políbio, geógrafo e historiador grego, defendeu que o modelo romano apresentaria organizações balanceadas que permitiam vigilância e controle de uma instituição sobre a outra (BOBBIO, 2000). Cada poder teria atribuições peculiares que garantiriam certa autonomia ao mesmo tempo em que se subordinavam à fiscalização do outro, funcionando como forma de impedir excessos e equilibrar as competências de cada instituição.

No século XVI, a França era dividida em três poderes distintos. Em meio a transformações sociais, econômicas, sociais e filosóficas ocorridas na Idade Média, as cidades-estado medievais foram transformadas em estados-nação, implicando novos sistemas de governo. O Estado francês era formado pelo Parlamento; o Rei, que exercia a função executiva; e o Poder Judiciário. No século XVII, John Locke identificou quatro funções exercidas no Estado inglês (BOBBIO, 2000). Ao Rei cabia: 1) executar as leis; 2) fazer com que fossem obedecidas; 3) praticar relações exteriores, responsável, entre outras questões, sobre deliberar em relação aos conflitos bélicos e 4) promover o poder público sem a necessidade de se subordinar às regras.

Porém, é somente no século XVIII que a Teoria da Separação dos Poderes do Estado é referendada. Montesquieu, na obra *Do Espírito das Leis*, advogava que a liberdade política depende de governos moderados a partir de um mecanismo que garantiria o controle dos poderes, evitando o abuso e consolidando um sistema de governo equilibrado (BOBBIO, 2000). Para o filósofo francês, as funções do Estado deveriam ser divididas em órgãos inconfundíveis e harmônicos. A separação dos poderes, como prerrogativa constitucional, garantiria a liberdade e a autonomia das instituições, evitando arbitrariedade ou tirania de governantes ou magistrados. Ao Legislativo, por exemplo, competiria elaborar as leis, orientando os trabalhos dos outros poderes e servindo como um freio a qualquer ação que não fosse prevista na constituição de um país ou em seu ordenamento legal. O mesmo vale para os outros dois poderes, responsáveis pela execução das políticas, conferência e aplicação das penas àqueles que não cumprem as regras. A Teoria de Montesquieu inovou ao introduzir as atribuições específicas para cada poder, de forma que os ocupantes de cada função não possam participar de outro poder simultaneamente.

A doutrina da separação dos poderes foi incorporada à organização constitucional do Estado Moderno, instituída como cláusula de preservação das liberdades, conforme o artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada na França, no século XVIII, ao fim da Revolução Francesa: “A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição”. A obra do filósofo francês inspirou o ordenamento constitucional de Estados e inspirou atualizações. “O Federalista” (MADISON; HAMILTON; JAY, 1993) reuniu 85 artigos que culminaram na ratificação da Constituição dos Estados Unidos da América em 1789.

Madison, que mais tarde fundou o Partido Republicano junto com Thomas Jefferson, presidente eleito em 1908, propôs uma atualização ao princípio apresentado por Montesquieu. Ele concordou com a divisão em esferas conforme suas competências, porém questionou a independência total dos poderes, algo que julgava inalcançável, utópico. Na visão dos Federalistas, a separação dos poderes dependia de pesos e contrapartidas que impediriam que uma mesma pessoa ou grupo ocupasse todas as esferas de Poder, dominando grupos minoritários. Logo, dever-se-ia oferecer controles constitucionais que incentivassem os governantes a não abusar do poder e que preveriam punições a eventuais arbitrariedades.

Nesse contexto, os poderes não seriam totalmente autônomos. Cada esfera asseguraria o veto, teria a faculdade de intervir quando os abusos constitucionais fossem desvirtuados. Na Constituição dos Estados Unidos previu-se, entre outras prerrogativas, a possibilidade de impeachment do presidente da República pelos congressistas. Ao Executivo, concedeu-se o direito de veto às propostas de lei e à nomeação de juízes da corte (o equivalente à escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal no Brasil), desde que aprovado pelo Senado. Isto é, convencionaram-se mecanismos de controle e de estabilidade dos poderes, servindo como base aos diferentes países, entre eles o Brasil.

A Independência do Brasil demandou uma reorganização do Poder Central. A Constituição de 1824 adotou o modelo quadripartido – Moderador, Legislativo, Executivo e Judiciário. O modelo monárquico brasileiro, na prática, concentrava o poder nas mãos do poder Moderador, representado, nesse caso, pelo Imperador. Com a Proclamação da República, o princípio da separação dos poderes foi reordenado em três poderes com equidade e com atribuições próprias. Inspirado na Carta Magna dos Estados Unidos, o Brasil implantou o presidencialismo, elevando o chefe-do-executivo como a figura mais importante, ainda que os poderes fossem constituídos com base em poder de veto e mecanismos de equilíbrio entre eles. O mesmo documento instituiu o federalismo,

que descentralizou funções aos entes estaduais e municipais. Nesse novo contexto, cada uma das esferas recebeu atribuições próprias, respeitando as diferenças constitucionais entre os entes federativos.

O modelo brasileiro resultou em um desequilíbrio federativo e em uma concentração do poder no Executivo. Assim, a história da República é marcada por períodos em que o Poder Executivo controlou os outros poderes e ordenamentos jurídicos, conferindo a essa esfera a responsabilidade sobre as principais atividades governamentais: orçamento, investimentos financeiros, implantação de políticas públicas. Os governos de Getúlio Vargas (1937 a 1945) e o Regime Militar (1964 a 1985) são dois bons exemplos de períodos em que houve um domínio do Poder Executivo – ambos, em algum momento, fecharam o Congresso Nacional – sobre as outras esferas e de controle dos investimentos públicos. Os rumos da economia, a decisão sobre os recursos aplicados, os programas sociais dependiam da articulação do Executivo, corroborando a imagem de que as principais ações governamentais derivariam desse Poder.

Não foi diferente com a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Ela reequilibrou a autonomia do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e redistribuiu as competências dos entes federativos, o que não impediu velhos problemas. Na realidade, o modelo brasileiro representou uma disfunção em relação à equidade entre os poderes, de forma que o presidencialismo nunca funcionou como um sistema puro, como havia sido proposto e aprovado pelo plebiscito de 1993, aproximando-se mais dos sistemas parlamentaristas. O exemplo nacional induziu a uma submissão do Poder Legislativo, em especial, ao Executivo, possibilitando que o segundo controlasse a agenda do primeiro. Se não bastasse ser o ator central (PALERMO, 2000), responsável pelo controle dos recursos financeiros e aplicação das políticas públicas, o Executivo recebeu o Poder Constitucional de participar e intervir no Legislativo. Segundo Mainwaring e Shugart (1997), o Executivo tem o poder de controlar a agenda do Congresso a partir de mecanismos como: 1) Legislar via Medida Provisória; 2) Vetar as matérias legislativas de desinteresse.

A centralidade do governo e, em especial, da figura do chefe-do-executivo, representante eleito com maior relevância e poder individual no Brasil, é ainda maior nos entes federativos. O pacto federativo brasileiro teve como objetivo a descentralização administrativa, fiscal e política, a fim de promover a cooperação intergovernamental, a partir da redistribuição dos recursos entre as esferas de governo e os poderes

(BRANDÃO, 2011; VERRI, 2015). Já o tipo de descentralização brasileira previu a transferência de recursos financeiros e competências formais às unidades subnacionais, concedendo autonomia financeira aos entes federados, ao mesmo tempo em que transferia a eles a incumbência de prestar serviços de saúde e educação fundamental, no caso dos municípios, e de segurança pública e ensino médio, jurisdição do Estado, entre outros.

A transferência das competências não saiu como esperado. Na prática, a descentralização das atribuições não foi compatível com os recursos arrecadados pelos impostos das unidades subnacionais. O resultado foi uma crise fiscal (LIPARIZI, 2006) que, na década de 1990, aumentou a dívida pública, tornando os entes federativos mais dependentes do governo central. O Poder Executivo, em especial a União, tornou-se o fiador dos programas e políticas públicas nas federações, concentrando ainda mais poder político e de administração nos chefes-do-executivo. O pacto federativo, segundo Abrúcio e Franzese (2007), é produto dos arranjos políticos regionais, organizando-se em elites locais. Nesse sentido, a gestão pública é instituída também sob uma coordenação política, consolidada sobre o diálogo e negociação entre diferentes esferas de poder e entes federativos, recaindo sobre a figura do prefeito, governador ou Presidente da República.

A função executiva é composta pela administração pública, como organização da burocracia estatal, e pelo governo, como conjunto de órgãos decisórios. O governo possui a discricionariedade, que é a liberdade de ação e de escolha nos limites da legalidade, mas o Estado possui princípios que limitam a opção ideológica dos governos. As opções ideológicas dos governos correspondem à fonte soberana do poder, que nas democracias é expressa pelo voto popular, mas é definida por um conjunto complexo de forças sociais que compõe uma elite efetivamente poderosa. Por isso o executivo não é um mero executor das decisões legislativas (ROCHA, 2008, p. 142).

Novamente, cabe ressaltar que não analisamos o Estado como um todo. O nosso enfoque é o Poder Executivo, ou seja, organizações e pessoas que formam essa esfera. Ainda que os poderes Legislativo e Judiciário também possam se configurar como instituições governamentais, entendemos o primeiro como a principal esfera de poder, aquela que dá vida às políticas públicas, colocando em prática a legislação e os recursos financeiros. É por intermédio dele que os serviços públicos são oferecidos à população, que programas sociais existem ou, ainda, que garantias fundamentais – como o direito à educação, a proteção à saúde e a segurança pública – podem ser ofertadas. É a esfera que

materializa o governo, com forte influência sobre a percepção de mundo e na rotina dos cidadãos.

2.1 A relação da imprensa com o governo

A dependência do Poder Executivo também pode ser observada na relação com a imprensa. O “governismo”, segundo Albuquerque (2000, p. 38) “[...] é por certo a característica mais frequentemente apontada (e criticada) na relação que a imprensa estabelece com o Poder Executivo no Brasil”, consolidando-se como uma característica da cobertura governamental, em especial no âmbito regional. À luz da Economia Política do Jornalismo, a cobertura jornalística vincula-se à “[...] estrutura do Estado e da Economia e à organização econômica das organizações jornalísticas” (SERRA, 2004, p. 2), interagindo com as demandas e convenções profissionais e culturais que acompanham o processo produtivo. O noticiário, nesse sentido, não é resultado apenas dos acontecimentos inesperados que ocorrem todos os dias. Ele é produzido a partir dos relacionamentos e agendas construídos com outros campos e instituições hegemônicas na sociedade, entre elas as esferas governamentais.

Ao contextualizar o desenvolvimento da cobertura política na Europa, Kuhn e Nielsen (2014) relembram a denominação dada ao jornalismo político por Thomas Carlyle e Edmund Burke: braço do governo. Ao final do século XIX, a profissão jornalística não só se mostrava como uma entidade de poder, como funcionava como um ramo do governo, dada a proximidade com as organizações governamentais. Ao acompanhar a rotina das instituições políticas – nos plenários dos congressos ou corredores dos palácios –, os jornalistas renunciavam ao posto de meros espectadores para se apresentarem como atores relevantes na condução política e até na definição de agendas, demonstrando proximidade física e simbólica com os atores políticos.

Timothy Cook (2005), nos Estados Unidos da América, chegou à semelhante conclusão. Para ele, a mídia moderna não pode ser considerada apenas política, também deve ser apontada como parte do governo. Nós, pesquisadores, compartilhamos com o norte-americano o entendimento de que um ato governamental é mais restrito do que um ato político. Um ato político pode ser representado por uma manifestação popular ou uma greve organizada por um movimento social. Esse ato pode ainda ser caracterizado pelo discurso de um presidente de partido político ou pelo processo eleitoral. Já um ato governamental é caracterizado pelas atividades de representantes eleitos, concursados e/

ou indicados a uma função dentro do governo, representantes do setor público, de um programa ou política pública.

É impossível, da mesma maneira, compreender a cobertura governamental como sinônimo de cobertura política. Ainda que ambas contenham características e práticas similares, a cobertura governamental não se limita às editorias de Política ou ao acompanhamento dos bastidores de palácios e casas legislativas. Ela se refere às ações, políticas e atividades cotidianas de um governo, revelando acontecimentos (em diversos casos, sem grande destaque) que ganham as páginas policiais, as editorias de Cidade, Educação, Cultura e outras editorias menos nobres. Aqui, estamos tratando desde as políticas implantadas pelo gestor público, a resposta a uma manifestação popular, aos anúncios de recursos destinados aos municípios, as propostas de leis de iniciativa do Poder Executivo, as agendas do chefe-do-executivo, entre outras atividades rotineiras dessa instituição pública.

A cobertura governamental pela imprensa não é marcada apenas pelas coberturas adversárias, por grandes casos de denúncias ou a fiscalização do uso dos recursos públicos, como visto nas reportagens políticas nacionais. É uma cobertura que não se baseia no extraordinário, nas grandes disputas entre grandes nomes políticos. É caracterizada pelas atividades cotidianas de um governo, pelas ações que impactam diretamente a vida da população, ainda que também apresente notícias de repercussão, como projetos polêmicos e acusações contra políticos. Trata-se de dar visibilidade a uma agenda governamental em negociação com as contradições e pressões de setores hegemônicos da sociedade. É um noticiário que se confunde com os acontecimentos do cotidiano, como casos de violência, acidentes ou mesmo o início do período letivo nas escolas, tornando-se, muitas vezes, imperceptível aos leitores. Isto é, nem sempre é evidente a participação do ator político na notícia.

A Constituição Federal de 1988 preservou a superioridade do Executivo sobre os outros poderes existentes durante o regime militar (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2009). A Carta Magna designou a essa esfera governamental a responsabilidade de executar as políticas públicas e administrar os recursos orçamentários, ao mesmo tempo em que lhe deu poder de agenda sobre o Legislativo, tornando-o dominante. Os efeitos da descentralização da administração pública entre os entes federativos somente agravaram a concentração do poder decisório nas mãos de prefeitos e governadores, fazendo com que fossem responsáveis pela solução dos problemas sociais, políticos e econômicos

dessas localidades. A nova realidade somente reforçou a tradição do jornalismo de buscar nos atores e instituições governamentais as informações noticiáveis.

A cobertura de governo, um dos pilares do jornalismo praticado no Brasil, é orientada por uma lógica contraditória: alinhamento e conflito. As notícias governamentais, de acordo com Cook (2005), enfatizam a ação oficial, concedendo maior visibilidade a governantes e suas atividades; ou invocam críticas e valores contrários a esses atores políticos, colocando em dúvida a credibilidade de suas condutas. Nesse sentido, a notícia é fruto de negociações entre repórteres e fontes, atores hegemônicos e grupos sociais a partir de convenções e valorações sociais que resultam na cobertura diária. O trabalho pode enquadrar positiva ou negativamente o governo, dependendo do enfoque a ser dado pelas diferentes editorias.

Na visão de Cook (2005, p. 2), o jornalista desempenha não somente um papel político, mas também governamental. Ele é considerado um elemento participativo nas decisões governamentais:

O repórter é o gravador do governo, mas ele também é participante. Ele opera em um sistema no qual o poder é dividido. [...] ajuda a moldar o curso do governo. Ele pode iluminar a política e, principalmente, ajudar a dar nitidez e clareza. Com a mesma facilidade, ele pode expor prematuramente a política e, como em um filme, causar sua destruição. Na pior das hipóteses, operando com padrões arbitrários, ele pode ser um agente de desordem e confusão (COOK, 2005, p. 2 - tradução nossa).

A imersão do jornalista não é ao acaso. Ela carrega expectativas de grupos de interesse (COOK, 2011), entre esses os dos veículos de comunicação. A construção da agenda pública é formada a partir da constante negociação entre grupos dominantes, entre as ofertas da elite midiática e demandas dos consumidores (MUNDIM, 2018). De um lado, há incentivos das fontes que querem se legitimar, de governantes que se utilizam das estruturas institucionais, como a publicidade institucional, para ampliar seu poder de negociação ou ainda de patrocinadores, estimulados a expor as marcas nos veículos de grande circulação. Do outro lado estão as demandas sociais, valores morais e éticos, como nos casos de denúncias de corrupção, e os interesses da audiência por determinadas matérias que envolvem instituições públicas.

Os jornalistas, respaldados pelos valores da objetividade e neutralidade, se comportam como peças importantes nessa engrenagem. Os setoristas (profissionais responsáveis por setores específicos da cobertura), no processo de negociação e produção

da notícia, afeiçoam-se a um padrão de atividade que transita entre os limites e os critérios do que pode ser noticiado, seja uma pauta de interesse do governo vigente, seja uma crítica à gestão. É através destes setoristas que muitas das ações governamentais ou demandas sociais ganham notoriedade, sendo esse profissional o “árbitro final do que provavelmente será interessante” (COOK, 2005, p. 5). Funcionando a partir dos mapas de significados culturais compartilhados entre os jornalistas (HALL *et al.*, 1999), utilizam-se dos critérios de noticiabilidade para reproduzir um modelo de cobertura governamental que prioriza determinadas agendas, fontes e enquadramentos.

Para Cook (2005, p. 5), “[...] as notícias importantes são frequentemente certificadas como tal por pessoas ‘em posição de conhecer’ com base em sua posição oficial no governo”, reconhecendo a relevância dos atores governamentais ao noticiário. No Brasil, aqueles com poder de decisão no Executivo se posicionam como fontes prioritárias, capazes de introduzir a sua agenda ao mesmo tempo em que são provocados a responder às demandas sociais impostas pelo veículo de comunicação, determinados grupos com autoridade para impor suas pautas ou ainda acontecimentos que exigem respostas do Poder Público.

A predominância do Executivo brasileiro faz com que a instituição funcione como uma fonte de referência aos veículos de comunicação, operando como agente capaz de opinar sobre ocorrências de diferentes temas: problemas sociais, desenvolvimento econômico, violência, política, entre outros assuntos que permeiam as editoriais de um jornal. Na estrutura atual de poder, no Brasil, nem só de agendas de sua iniciativa os governos sobrevivem. Eles são provocados a responder sobre os mais diversos e inusitados acontecimentos: um buraco na rua exige uma resposta governamental; uma crise move os olhares sobre a política econômica implantada pelo Executivo; uma catástrofe natural demanda ações do governo; uma árvore que caiu sobre um carro, quem arca com os custos é a Prefeitura. É certo que, no ciclo de imersão em busca dos acontecimentos e transformação da realidade social (TUCHMAN, 1978), o Poder Executivo se configura como parada obrigatória dos veículos de comunicação que retratam o cotidiano de determinada localidade.

A dinâmica estabelecida nessas coberturas reflete um padrão de cobertura governamental que opera sob critérios e parâmetros profissionais, os quais, por sua vez, estruturam o fazer jornalístico sobre uma esfera de governo, seus sujeitos e organizações adjacentes. Os acontecimentos noticiáveis se encaixam em um elenco de personagens e agendas confiáveis que podem e devem ser noticiados, recaindo sobre o que Cook (2005,

p. 5) rotula como “novidade sem mudança” (tradução nossa). Segundo essa perspectiva, o número repetitivo de notícias oferece acesso apenas às mesmas histórias, favorecendo atores hegemônicos que conseguem se antecipar às preferências midiáticas. Isso não quer dizer que todas as notícias são marcadas ou que somente as referências das elites são representadas nos jornais. Significa que o padrão de cobertura governamental tende a se orientar sobre um mesmo círculo, priorizando as mesmas pessoas e pontos de vista.

Não se trata apenas das diretrizes propostas por políticos ou funcionários de alto escalão. Os acontecimentos noticiáveis inusitados, imprevisíveis, que não são produzidos por grupos sociais também são estruturados sob fontes e pontos de vista oficiais. O oficialismo é a principal marca de uma cobertura jornalística que tende a institucionalizar os acontecimentos externos à esfera governamental. Quando se consulta o comandante da Polícia Militar, por exemplo, sobre um roubo de carro, estamos institucionalizando determinado crime, elevando-o ao problema de insegurança pública. O mesmo vale para a queda de árvores após uma tempestade. Ao procurar a Defesa Civil, deixamos de tratar o ocorrido apenas como catástrofe natural para validá-lo como demanda pública, seja na contabilidade dos estragos, seja na promoção de ajuda humanitária.

É impossível compreender a cobertura governamental como algo fabricado nos bastidores dos palácios de governo, como ocorre no Jornalismo Político (COOK, 2005). As coberturas governamentais se organizam a partir da interação e incumbência dadas às fontes oficiais, corroboradas por uma prática profissional que certifica esses mesmos atores como aqueles que validam, legitimam e/ou explicam determinando evento. No Brasil, ainda que a submissão do público ao privado seja um valor duradouro, o jornalismo gravita sobre as decisões, atividades e personagens do Poder Público (COOK, 2005), reivindicando a existência de um Estado ativo e que se comporte como um elemento determinante na construção da realidade social.

Todavia, se a relação entre o jornalismo e a política é embrionária, o mesmo pode ser dito quanto ao vínculo entre a profissão e as instituições governamentais. As *Acta Diurna Populi Romani* (Atas diárias do povo romano), uma das primeiras referências ao ofício, nada mais foram do que um jornal de iniciativa de Júlio César para divulgar as informações oficiais do seu governo à frente da República de Roma. Já na Modernidade, a prática profissional foi idealizada a partir de um espírito questionador das tradições, ideologias e autoridades (SEGABINAZZI; MAZZARINO, 2017). A visão romântica do jornalismo se sustenta sob a esperança de desenvolver a função de fiscalização do patrimônio público e dos princípios democráticos. Em outras palavras, o princípio

questionador da profissão levou à ideia de vigilância dos órgãos públicos, de seus gestores e da máquina que executa o orçamento e as políticas públicas. Isto é, dos governos.

O espírito romântico da profissão mascara a complexidade da prática profissional. Os mecanismos da cobertura governamental não podem ser tratados de forma isolada. Essa se estrutura em fases (COOK, 2005) – o anúncio de uma obra é acompanhado de um ato político, bem como da liberação dos recursos financeiros; a construção da ponte e finalmente a inauguração –, representam etapas de uma cobertura mais ampla. Em cada um desses estágios há uma oportunidade de pauta, negociada entre atores e campos, avaliada sob critérios jornalísticos, funcionando todos eles como peças de um quebra-cabeças, inclusive a cobertura governamental.

Os repórteres e fontes negociam o processo de produção de notícias. Os jornalistas dependem das fontes autorizadas, reconhecidas ou das testemunhas de determinada ocorrência para criar histórias e responder aos questionamentos que o evento a ser noticiado demanda. As fontes, classificadas como determinantes para a comprovação de uma ocorrência ou como promotora de informações relevantes a determinado acontecimento ou agenda pública, elevam seu poder de barganha conforme a importância dada a esses atores: quanto maior a autoridade e a relevância para os veículos de comunicação, maior a capacidade de controlar os termos de negociação. Um cidadão comum, testemunha ocular de um acidente de trânsito, não merece o mesmo tratamento midiático que um Chefe de Estado. Esse pode determinar o horário em que atenderá o repórter, o local do encontro, a forma de contato ou ainda quais as perguntas e temas que abordará.

Em outras palavras, fontes oficiais podem instigar as notícias e direcionar a atenção dos repórteres para eventos e questões particulares, sem controlar a história final. Cada lado depende do outro na negociação da notícia e nem a domina totalmente, porque funcionários e repórteres são provenientes de instituições pelo menos parcialmente independentes, que comandam recursos importantes e únicos. Os jornalistas se preocupam em manter o acesso a fontes poderosas, mas somente se esse acesso levar a um produto que seus superiores - que afinal pagam-lhes os salários - avaliam favoravelmente. [...] Por fim, mesmo que as fontes possam restringir o acesso e focar a atenção das notícias em tópicos específicos, a mídia ainda tem a palavra final sobre o produto - levantando outras questões, interpondo dúvidas, questionando motivos e buscando fontes críticas de equilíbrio (COOK, 2005, p. 105 - tradução nossa).

Para Traquina (2004), o oficialismo é uma característica dominante do jornalismo. Ao citar a Teoria Estruturalista, o autor aponta o acesso exagerado daqueles que detêm posições privilegiadas junto aos veículos de comunicação, sendo classificados como definidores primários das coberturas jornalísticas. Para o autor, as fontes com maior autoridade e credibilidade tendem a ter espaço maior espaço na mídia. As fontes oficiais ou com posições de hierarquia em instituições, o equivalente a um ator governamental, correspondem de forma mais eficiente às expectativas da redação, visto que agregam maior credibilidade para validar uma notícia. As consequências podem ser observadas na profusão de fontes de instituições públicas ou ligadas a governos, legitimando uma cobertura governamental que não se limita aos cadernos de Política.

Ao analisar o jornalismo norte-americano, Cook (2005) percebeu que a mídia tem como foco a ação oficial a partir de uma atuação conjunta com as instituições governamentais, de forma que cada lado dependa do outro para realizar suas tarefas. O noticiário orbita as instituições políticas devido a um incentivo dessas próprias entidades. Se não bastassem a relevância das fontes oficiais e os assuntos provenientes do Poder Público, “o governo permite que os repórteres saibam quando as notícias acontecem, onde estão no desenvolvimento do enredo e quem são os personagens principais da história”, reposicionando os jornalistas em um processo de negociação em que ambos podem se beneficiar: ter o acesso e fontes com autoridade enquanto os políticos buscam visibilidade (COOK, 2005, p. 93),

A mídia opera em ambientes políticos semelhantes. Mais notavelmente, eles convergem em fontes oficiais para se beneficiar de subsídios à informação, o que dá a todos uma dependência semelhante do poder político. Na medida em que os repórteres se voltam para as mesmas pessoas em posição de conhecer, o conteúdo das notícias provavelmente será parecido. Além disso, também observamos como a política pública, seja por meio de subsídios, seja por meio de acomodação governamental da mídia, se refere a jornais ou outros meios de comunicação como uma classe sujeita a regulamentação e / ou subsídios, bem como a repórteres como um grupo que pode ter acesso a procedimentos governamentais (COOK, 2005, p. 77 - tradução nossa).

O padrão de cobertura governamental é legitimado por uma interdependência entre atores dos dois grupos, não importando se são membros de empresas concorrentes. A interpretação da realidade não é dada apenas pela apuração dos jornalistas ou de um assessor de imprensa que transmite informações mastigadas aos veículos de

comunicação. Algumas das histórias cotidianas são construídas “pelos sistemas de relatórios internos” (COOK, 2005, p. 45) e por aqueles que os produzem: policiais responsáveis pelo Boletim de Ocorrência, funcionários que elaboram uma política pública, ou pelo trabalho ordinário de servidores, notas técnicas e relatos que são arquivados nos sistemas e depósitos das instituições.

Os rastros deixados por essa cobertura levam a um destino muito semelhante: as mesmas fontes. A produção noticiosa, ao valer-se de uma colaboração entre repórteres e funcionários públicos, estabelece um ritmo de interação singular, baseado em um jogo de confiança e desconfiança. É uma relação institucional que, muitas vezes, se dá em uma negociação entre aqueles que querem ter conhecimento de algo a mais (repórteres) e aqueles que querem transmitir algo a menos (assessores de imprensa), reproduzindo uma versão acordada entre ambos. É resultado de uma prática em que funcionários governamentais se utilizam de mecanismos próprios para disseminar notícias que lhes beneficiem e repórteres, que fazem parte do jogo para conseguir conteúdos em primeira mão.

Os efeitos são percebidos no compartilhamento de agendas, as quais, segundo Liedtke (2007), são ordenadas em um processo em que os jornalistas tendem a definir as condições e os critérios para que determinado acontecimento ou pessoa se torne uma notícia. O governo, muitas vezes, orientado por uma assessoria de imprensa, incorpora a rotina produtiva da mídia em seu dia a dia. Ele faz adequar, por exemplo, “[...] as aparições públicas aos períodos de maior chance de visibilidade, durante os quais os holofotes da mídia estejam disponíveis para registrar os acontecimentos” (LIEDTKE, 2007, p. 8).

Ao estudar a teoria do agenda-*setting*, Traquina (2004) classifica o processo de agendamento em três elementos: 1) Agenda midiática; 2) Agenda pública; e 3) Agenda governamental. Ainda que autônomas, as três agendas interagem a ponto de influenciar uma a outra. Nesta pesquisa, assim como Liedtke (2007, p. 3), compreendemos que há uma correlação entre a agenda midiática e a governamental, formando um agendamento mútuo: “A mídia agenda ações no governo e este também interfere na agenda da mídia”. Isto é, eles respondem a “[...] conteúdos gerados no outro campo [...], a mídia provoca ações no governo, enquanto o governo também consegue influenciar o conteúdo da mídia”.

Retomando a pesquisa realizada nos EUA na década de 1980, que questionava os jornalistas sobre o papel desses profissionais na cobertura governamental, Cook (2005, p.

83 - tradução nossa) descobriu que cerca de 80% dos consultados afirmaram que o jornalista é “[...] um disseminador neutro de informações para um amplo público” e intérprete dos “[...] processos e problemas políticos e reivindicações governamentais”. Cerca de 20% defendem a cobertura adversária e de negócios como prioridade da profissão, reiterando a existência de um padrão que dá prioridade ao diálogo e negociação de assuntos governamentais.

Embora saliente informações que possam ser relevantes para a população, as notícias de governo funcionam como uma engrenagem para novas negociações, com a possibilidade de prever ações futuras. Um funcionário público confia nos veículos tradicionais para obter informações que não conseguiria nos canais burocráticos (COOK, 2005). É comum um governador testar o nome de um indicado político, vazando informações sobre quem ele escolherá para assumir uma Secretaria. Ou, ainda, um político preparar um discurso que antecipe uma decisão do Poder Executivo, reivindicando a paternidade de determinada política, obra ou investimento público.

A tentativa de impor a agenda é discutida em um processo produtivo que também depende da interação de repórteres de uma mesma empresa de comunicação com seus concorrentes. O padrão de cobertura governamental não é definido apenas pelo modo de se praticar o jornalismo. Ele vai se refletir em um noticiário semelhante entre os veículos. “As organizações de notícias prestam atenção não apenas ao conteúdo uma da outra, mas também em como estão equipadas para reunir as notícias, levando a tarefas semelhantes para os repórteres” (COOK, 2005, p. 79 - tradução nossa), dando destaque aos mesmos eventos, fontes oficiais e, na maioria das vezes, concordando quanto ao enquadramento da notícia.

2.2 Alinhamentos e rupturas: democracia e mídia

“O segredo é a essência do poder” (BOBBIO, 2015, p. 43). A frase é emblemática. A democracia, de acordo com o italiano, é efetivada através da proeminência do poder, isto é, a partir do conhecimento do que é público pela coletividade. O acesso à informação, dessa forma, é um elemento importante da democracia, ao promover a transparência das informações governamentais (MENDEL, 2009). O acesso à informação é um direito de todo o cidadão. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, definiu que todos os seres humanos têm o direito de “[...] ter opiniões e de procurar, receber e transmitir

informações e ideias por quaisquer meios”. A Carta Magna brasileira, em 1988, previu o acesso à informação como uma garantia fundamental.

Todos os cidadãos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como o direito de acesso aos registros administrativos e a informações sobre atos de governo (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART 5º, INCISO XXXIII, 1988).

A garantia do acesso à informação, amparada na liberdade de expressão de todos os cidadãos, incide sobre a consolidação da democracia de um país. O sistema democrático, segundo o conceito clássico de Dahl (1997), deve atender a oito requisitos básicos: 1) direito do voto; 2) direito de ser eleito; 3) livre competição eleitoral; 4) pleitos livres e honestos; 5) liberdade de reunião; 6) liberdade de expressão; 7) relação de dependência entre ações do governo e as eleições e manifestações populares e 8) pluralidade de fontes de informação. O voto é apenas um estágio da democracia, contemplando representações, expectativas e projeções que são construídas no cotidiano a partir das informações adquiridas nas relações pessoais e midiáticas.

A mídia, de acordo com Miguel (2002, p. 162), é, nas sociedades contemporâneas, “[...] o principal instrumento de difusão das visões de mundo”, funcionando como um mecanismo importante para a consolidação de uma sociedade democrática. A ideia de pluralidade de vozes e informações está atrelada à capacidade dos veículos de comunicação em atender esse requisito básico em meio à complexidade da produção de conteúdo na sociedade contemporânea. Segundo Brumler e Coleman (2017), o modelo liberal de sistemas políticos de comunicação foi superado. Se, durante o século XX, as formas de comunicar a política eram relativamente equilibradas, a partir do começo do século XXI elas se expandiram com as novas tecnologias e novas formas de comunicação instantânea. O domínio da televisão agora disputa espaço com dispositivos móveis e aplicativos de troca de mensagens, que modificaram o fluxo de informação e possibilitaram a participação de novas fontes e atores políticos, dando uma cara mais atual à comunicação política.

As transformações tecnológicas acompanharam as mudanças sociais, políticas e econômicas. De acordo com Curran (2006, p. 15), o século XX foi marcado pelo declínio dos Estados-Nação. O fortalecimento dos mercados financeiros internacionais, não-regulados, e das corporações transnacionais foi capaz de reposicionar a produção para

diversos países, reduzindo “[...] a capacidade dos governos nacionais de gerenciar suas economias domésticas”. Esse cenário, conforme o autor, promoveu políticas favoráveis ao mercado, incentivado por um processo de globalização desregulada.

Os efeitos das políticas neoliberais foram vistos em Estados nacionais cada vez mais enfraquecidos, remodelando-os a partir de novos atores internacionais – como as estruturas continentais (União Europeia ou Mercosul), organizações mundiais com poder de interferência no controle do Estado, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou ainda pela “mão do mercado”, marcado pelo movimento especulativo das Bolsas de Valores. Esse cenário, conforme Curran (2006), exigiu ajustes dos sistemas democráticos de Estados nacionais em declínio, que se estruturaram por intermédio das negociações de atores posicionados em esferas internacionais em relação aos agentes nacionais e locais.

Os efeitos da conjuntura atual englobam três desafios: “Os governos estão menos capazes de governar; o poder político está se tornando mais centralizado; e a influência das grandes empresas não eleitas está se tornando maior” (CURRAN, 2006, p. 16). Nesse contexto, os sistemas midiáticos se comportam como componentes importantes na consolidação de agendas públicas, promovendo determinados pontos de vistas e determinando quem tem voz ativa na sociedade. Silva e Sobrinho (2007) relembram que o vínculo entre imprensa e democracia se fortalece com a modernidade, em especial com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa que ocuparam posição central em sociedades complexas, inclusive nas instâncias políticas e de governo.

Hermann (2016) destaca que a mídia tem papel crucial na democracia, ao promover ou limitar o pluralismo e fontes independentes de informação. A mídia continua sendo um elemento importante, podendo funcionar como um promotor dessa pluralidade ou como legitimador dos consensos (HERMANN, 2016; BIROLI, 2013), restringindo as agendas e vozes de atores que não orbitam o campo hegemônico da política. Para o autor, existe uma natureza paradoxal na mídia que reflete a confusa e controversa atuação dos agentes midiáticos, comportando-se ora como arena pública, ora como ator político.

A dupla conduta da mídia reverbera sobre a complexa natureza do Estado. Hermann (2016, p. 101) destaca que ele, o Estado, pode ser compreendido como “[...] a esfera pública mais ampla à disposição de uma sociedade”, sendo marcado por ser quem controla a maior quantidade de recursos. O Estado é entendido como “arena principal de luta pela dominação social”. Por outro lado, ao deter o “monopólio da violência legítima”, porta-se como instrumento de “extração e transformação social. Se [os Estados] dispuserem de lideranças engajadas e de recursos suficientes, [...] são capazes de

transformar profundamente suas sociedades”. Nos dois cenários, a mídia pode ser caracterizada como instrumento decisivo, configurando-se como uma arena que permite o debate sobre o que é público ou como mecanismo de reforço ou ruptura de paradigmas da sociedade.

Porto (2004), ao abordar o papel da mídia na política, reitera esse paradoxo. A mídia é definida como instrumento de proteção à democracia, servindo como fonte de informação aos cidadãos sobre as atividades políticas e dando transparência aos atos governamentais, aos desvios éticos, ao mau uso dos recursos públicos. Vinculados à ideia de um jornalismo imparcial e objetivo, espera-se dos veículos de comunicação uma conduta ausente de valores ideológicos. A democracia, dessa forma, seria protegida por profissionais e instituições imaculáveis, que se guiariam apenas pelos valores democráticos. Nesse ponto, de acordo com Porto (2004, p. 75), os estudos sobre o tema têm se dedicado a abordar a imparcialidade a partir da visão de que, “[...] ao tratar de temas políticos, a mídia deve impedir que valores e ideologias (principalmente dos proprietários e jornalistas) interfiram no relato dos ‘fatos’ (a noção de objetividade) ou evitar que os meios de comunicação favoreçam um grupo, partido ou candidato”.

Como ferramenta de manutenção ou de ruptura dos valores democráticos, a mídia funciona como componente importante na negociação da realidade ao interagir com valores e princípios morais que organizam a sociedade. Nesse sentido, a democracia é constantemente revalidada nos processos políticos e sociais. Isto é, para além do respeito aos ordenamentos jurídicos, o sistema democrático depende de fatores, como a percepção da população e o uso adequado dos instrumentos do Estado, que colocam os sistemas midiáticos como atores centrais. Guazina (2014) entende que a mídia tradicional se mantém como elemento de destaque na definição dos quadros de referência que explicam o mundo, podendo influenciar a opinião pública, restringir opiniões ou ainda dar (in) visibilidade a eventos que poderiam ser de interesse coletivo. Na mesma linha de raciocínio, Azevedo (2006, p. 98) afirma ser necessário:

[...] lembrar o papel estratégico da mídia de massa na visibilidade das questões públicas nas democracias contemporâneas. Estas democracias funcionam em sociedades complexas, socialmente diferenciadas e fortemente segmentadas em seus interesses políticos e culturais por clivagens de classe, gênero, etnia, geração etc. Nesse contexto, como é o caso brasileiro, diversos temas e questões competem entre si para obter atenção da opinião pública e só se transformam verdadeiramente em questões públicas quando ganham visibilidade nos meios de comunicação de massa.

A luta por existir revela a complexidade que envolve a produção midiática. O ideal de um pluralismo que dê vozes a diversos atores cai por terra quando a agenda só toma vida na competição com outros acontecimentos relevantes. Ao existir, automaticamente, ela está eliminando outros fatos, informações e fontes de se tornarem notícia. Essa abordagem implica entender que “[...] múltiplas vozes se encontrariam numa arena que seria uma espécie de palco” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 9), limitando a capacidade de se fazer valer as diferentes perspectivas sobre um mesmo assunto. Na visão dos autores, o pluralismo midiático nas democracias liberais se mostrou limitado, dado o fato do jornalismo se mover dentro do “espaço de controvérsia legítima” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 10).

Nessa perspectiva, apenas as vozes que fazem parte do consenso são levadas em consideração, marginalizando minorias e atores sociais que desviam ou representam alguma ameaça aos grupos hegemônicos. As consequências podem ser vistas na proliferação de noticiários semelhantes, com as mesmas fontes e enquadramentos. A profissão, dessa maneira, é considerada um “[...] ator na conformação da esfera pública, na qual emergem com pesos relativos distintos as posições que seriam, então, consideradas independentes dos mecanismos que as ativam, ampliam ou restringem” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 10), podendo ampliar ou restringir o acesso de determinados personagens a posição de destaque no noticiário.

O que o jornalismo produz, ao procurar uma representação objetiva das diferentes vozes sem escapar de sua perspectiva situada, é um simulacro da pluralidade. Convergem para tanto a afirmação de critérios profissionais, tecnicamente orientados, e a crença de que o jornalismo reflete a realidade (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 15).

O ser plural é definido dentro do limite do aceitável, participando apenas aqueles com poder de negociação e, no caso de coberturas governamentais, acesso a instituições públicas. Esses são referendados por convenções profissionais, como valores-notícia, que determinam o que é noticiável (VERRI, 2018). Para Biroli e Miguel (2017, p. 11), em uma sociedade formada por clivagens, a naturalização de “[...] visões parciais como se fossem ‘nenhuma posição’ permite que as experiências e os interesses de alguns grupos sejam universalizados”.

A naturalização dos pontos de vista estrutura as conformidades. A notoriedade dada às agendas e atores de campos hegemônicos faz parte de um “círculo de reforço” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 12) que normaliza as mesmas pautas, as mesmas fontes e

os mesmos enfoques. Os consensos rondam um padrão de cobertura que mobiliza repórteres e setoristas nos espaços de convivência dos grupos hegemônicos, reproduzindo os conflitos e alinhamentos que se desenvolvem, por exemplo, nas esferas de governo. As notícias relevantes são produzidas a partir de uma visão limitada dentro desses espaços pré-determinados, reduzindo as chances de pautas promovidas por grupos minoritários ganharem proeminência nos veículos tradicionais de comunicação.

A diversidade de opinião que assegure vários pontos de vista sobre assuntos relevantes aos cidadãos sucumbe à complexidade que existe na articulação entre o sistema de mídia e o sistema político, na democracia contemporânea (AZEVEDO, 2006). A noção de uma democracia que é fortalecida pelo debate sobre as questões públicas depende da organização em estruturas plurais e competitivas dos veículos de comunicação e, conseqüentemente, sobre a tradição de um jornalismo objetivo que aborde temas relevantes à sociedade de uma forma imparcial. Nesse sentido, o jornalismo “[...] assume a posição de fiador do pluralismo político” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 15), designando quais são as fronteiras do que é legítimo ser noticiado e do que não é.

Os acordos, estruturados na interação e disputa do campo jornalístico com outros campos influentes - entre esses, o político -, reproduzem os efeitos homogeneizantes que se refletem nos padrões de coberturas jornalísticas. Hermann (2016) e Cook (2005) compartilham visões semelhantes sobre a mídia. O primeiro a define como instrumento de interação Estado-Sociedade, ainda que ambíguo. Ela pode ser vista como canal de promoção de informações relevantes, ao mesmo tempo em que é demarcada como ferramenta com orientação política, regulada em meio a complexidades sociais, políticas e econômicas que formam os sistemas midiáticos. O segundo classifica os meios de comunicação como uma instituição política, devido aos “[...] processos compartilhados e produtos previsíveis nas organizações de notícias e por causa da maneira como o trabalho dos jornalistas está tão entrelaçado com o trabalho de Washington [...] a notícia em si executa tarefas governamentais” (COOK, 2005, p. 4).

Considerada na Era de Ouro como Quarto Poder, o jornalismo é caracterizado como instituição política, não se emparelhando aos três poderes, como concebido anteriormente, porém como uma instituição intermediária, equivalendo-se ao que Cook (2005) define como grupo de interesse. A profissão é estruturada no interior e exterior das instituições governamentais e de outras organizações hegemônicas com capacidade de impactar e transformar a sociedade. Em uma perspectiva governamental, a mídia

detém autoridade para influenciar no noticiário, sendo as notícias consequência de uma cooperação entre veículos de comunicação e governo.

A mídia - ao interagir com grupos de interesse, como partidos políticos, que se comportam dentro e fora das esferas governamentais – se postula como ator político importante na legitimação ou constatação de agendas governamentais. Os jornalistas, inseridos nesses veículos de comunicação, funcionam como agentes que negociam com servidores públicos e políticos em cargos importantes, estruturando o noticiário governamental. Isso não quer dizer que os repórteres exercem a profissão com o intuito de manipular os fatos ou a partir de interesses ideológicos ou partidários. Também não se pode deixar de considerar que as empresas de mídia são organizações privadas que dependem de recursos financeiros – publicidade governamental, regime de concessões - para sobreviver, o que as torna parcialmente dependentes e independentes dos governos (COOK, 2005).

Os grupos de interesse – como a mídia – e os atores governamentais funcionam de uma forma tão interdependente que, por vezes, se confundem, não deixando claro em qual posição estão (COOK, 2005). A confusão dos papéis entre atores governamentais e midiáticos revela um movimento silencioso em que ambos simultaneamente influenciam ao outro. Os efeitos dessa coexistência incidem sobre um arquétipo de cobertura governamental compartilhado em um desenho cultural de significados, que orienta o trabalho jornalístico e que tem impacto midiático a partir de seus próprios participantes.

A posição do jornalista em relação aos locais de poder pode ser representada por duas visões: 1) Quarto Poder que desafia abertamente a autoridade e poder dos governantes e 2) Postura colaborativa e de alinhamento. Na nossa perspectiva, o alinhamento e a cobertura adversária coexistem e se complementam, certificando um modelo de cobertura governamental. O processo de negociação entre campos hegemônicos e atores nas esferas de governo estrutura o noticiário, promovendo ao mesmo tempo críticas negativas e positivas, denúncias e elogios às políticas públicas. Esse processo contribui para reforçar valores da política e do jornalismo, por exemplo. A mídia, enquanto grupo de interesse, encontra no jornalismo uma forma de interferir na realidade social e, conseqüentemente, nos processos de decisões governamentais. Isso não quer dizer que a profissão se equivalha ao Quarto Poder, alinhando-se aos Três Poderes e/ou com estatura para estremecer as bases da democracia. Funciona como mais um componente na engrenagem de disputas e alinhamentos que estruturam os campos hegemônicos e as dinâmicas dos sistemas políticos, sociais e midiáticos.

O poder de interferência da mídia depende do relacionamento das organizações midiáticas com outras entidades da sociedade, em especial, políticas. O termo “paralelismo político” ficou conhecido com o trabalho *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*, de Hallin e Mancini (2004). Para eles, o conceito trata de uma ferramenta de avaliação da relação entre veículos de comunicação com as forças políticas, funcionando como atributo de análise dos sistemas midiáticos dos países. Isto é, a conexão existente entre os meios de comunicação e as organizações, instituições e lideranças, incluindo questões como a orientação política presente nos conteúdos midiáticos, participação de personalidades midiáticas na vida política, regulação dos serviços de radiodifusão.

A obra de Hallin e Mancini (2004) dividiu os sistemas midiáticos em três modelos: Liberal, Corporativista Democrático e Pluralista Polarizado. Os tipos foram definidos a partir de quatro grandes categorias analíticas: 1) Desenvolvimento dos mercados midiáticos, 2) Paralelismo político; 3) Desenvolvimento do profissionalismo político e 4) Grau e natureza da intervenção do Estado no sistema midiático. O esquema permitiu identificar o sistema midiático em macrorregiões e nos países. Azevedo (2006) classifica o modelo brasileiro como um sistema pluralista polarizado que é caracterizado por ser um sistema de jornais com baixa circulação e com forte tendência às elites políticas. Também é definido pela centralidade de TV e Rádio no mercado de informação e no desenvolvimento tardio da liberdade de imprensa e da mídia comercial. Como efeito, observam-se jornais com dificuldades de viabilização econômica, dependendo dos subsídios e recursos governamentais, o que os torna suscetíveis aos interesses políticos e partidários. São modelos que não possuem regras claras quanto a regulação do setor de comunicação.

Albuquerque (2012), ao debater o modelo de Hallin e Mancini, chama a atenção para novos elementos que interferem no sistema de mídias. Isto é, não são móveis, permitindo que sistemas periféricos se tornem centrais e vice-versa. À vista disto, o pesquisador (2012, p. 92, tradução nossa) reforça que o sistema presidencialista, como o caso brasileiro, apresenta particularidades quanto ao paralelismo político: a mídia tende a focar na figura do chefe-do-executivo (personalismo) e na rotina administrativa do governo, deixando a vida partidária em segundo plano. Os efeitos podem ser vistos na “promoção de uma atitude generalista e abrangente”, que no Brasil, resultou em participação ativa e parcial da mídia. Os veículos tradicionais de comunicação,

autointitulado como representante dos interesses nacionais, participam de forma direta no debate público, influenciando a opinião pública.

Esse modelo, embora com características ainda marcantes no Brasil, em especial, numa perspectiva subnacional (PINTO, 2017), toma uma nova forma com o desenvolvimento das redes e mídias sociais, tais como *Facebook* e *WhatsApp*. Alves e Albuquerque (2019) apontam que as mídias sociais tomaram tamanha centralidade que o modelo híbrido, proposto por Chadwick, melhor se enquadra ao contexto brasileiro. O sistema midiático híbrido, de acordo com a definição dos autores, refere-se a “[...] um cenário comunicacional contemporâneo multifacetado, em que convivem e disputam espaço veículos tradicionais e nativos digitais” (ALVES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 10). As consequências podem ser vistas no enfraquecimento da hegemonia dos veículos tradicionais de comunicação e a emergência de novos atores advindos dessas ferramentas digitais com rápida propagação de informação.

Para Alves (2019), a imprensa tem papel central no processo de hibridização das informações. De um lado, a iniciativa de adaptar o jornalismo praticado nos veículos tradicionais ao meio digital não foi totalmente bem-sucedido. A tentativa de reproduzir características do impresso, como a hierarquização de notícias, competiu com o novo mecanismo de acesso a informação por parte dos usuários, que podem buscar conteúdo com um clique, em um link ou no buscador de pesquisa, como o Google ou o *Yahoo*. O resultado foi um impacto na forma de se produzir notícias para o digital. De outro lado, ainda que tenha perdido influência, as mídias de massa continuaram relevantes nas redes sociais ao serem regulamente compartilhadas, alcançando quase 80% dos conteúdos externos postados nesses espaços online.

A comunicação de massa brasileira é marcada pela grande concentração, propriedade cruzada e baixo índice de pluralidade. O sistema midiático nacional foi definido pela expansão da indústria de mercado; Neste cenário particular de oligopólio midiático, é inegável que as ferramentas digitais surgem como uma novidade capaz de, ao menos, reduzir a hegemonia do controle informacional e dar vozes a atores periféricos (ALVES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 20).

As transformações no sistema midiático mudaram a configuração do cenário político, abrindo espaços para novos atores, contudo, não acabaram com a importância dos veículos tradicionais para atores e grupos políticos, como governadores, por exemplo, objeto deste estudo. A legitimidade e capacidade de interferência faz com que eles

continuem sendo *players* importantes no processo eleitoral e de governabilidade, em especial, na imprensa regional. No Brasil, conforme o trabalho de Azevedo (2006), existe um sistema de mídia marcado pelo caráter monopolista e de forte apelo político. Mesmo com a tentativa de proibição legal do controle dos veículos de comunicação por parte de políticos e de poucos empresários, consolidou-se um monopólio da mídia. Pinto (2017), ao mapear os sistemas de mídia subnacionais no Norte e Sul do País, observou fortes semelhanças entre os veículos midiáticos nos Estados: concentração em poucos grupos, muitos deles afiliados a grandes redes de rádio e televisão; falta de transparência e informação sobre os veículos e predominância de empresas de comunicação vinculadas a políticos ou seus familiares.

O contexto nacional se reflete em uma conexão entre os veículos de comunicação e o sistema político, com forte influência nas eleições subnacionais. O paralelismo político (HALLIN; MANCINI, 2004) pode ser avaliado mediante situações como os elos existentes entre as instituições e organizações políticas com a imprensa, os espaços e visibilidade dados a atores políticos, os conteúdos e tempo destacados a temas e questões políticas, observando os enquadramentos, entre outros critérios que reforçam o entrelaçamento que há entre esses dois campos. Para Pinto (2017, p. 288), a mídia é “[...] formada por um conjunto de elementos em interação, ou seja, os subsistemas que a compõem”. Isto é, deve ser compreendida como um conjunto de elementos (políticos, econômicos, midiáticos, entre outros) em interação, que formam e organizam a atuação dos veículos de comunicação. No Brasil, esta organização é aglutinada em poucas famílias. A concentração do poder político e midiático no Brasil é um empecilho para a consolidação de uma sociedade democrática.

A ideia de coronelismo eletrônico apareceu na literatura brasileira como uma evolução do coronelismo político. O termo refere-se à aquisição e utilização política das concessões de meios de comunicação por grupos e famílias de uma elite econômica e política, reafirmando o controle local e regional. Esta prática carrega alguns aspectos do coronelismo do início do século XX, quando líderes oligárquicos utilizavam poderes privados para obter trocas de favor e benefícios do poder público, legitimando o patrimonialismo brasileiro e o controle político regional. Os traços do coronelismo foram transferidos para o processo de concessão dos meios de comunicação, mantendo forte influência no processo político e eleitoral.

A concentração do poder político e econômico deu origem ao coronelismo eletrônico, dinâmica na qual conglomerados midiáticos subnacionais utilizam práticas monopolísticas para obter e manter o poder político em nível estadual. Com isso, os donos da mídia subnacional podem atuar como intermediários políticos entre a federação e seu estado e subordinar ou apagar todas as outras vozes. O coronelismo eletrônico é, assim, um obstáculo à democratização subnacional (HERMANN, 2016, p. 99).

Santos (2008, p. 2) denomina o coronelismo eletrônico como a recente organização do sistema midiático brasileiro, baseada “[...] no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação”. O fenômeno é compreendido como efeito de um sistema representativo que está submerso em uma estrutura econômica e social inapropriada, mascarado pela essência do poder privado e patrimonialista que conduziu a organização da sociedade brasileira desde a colonização.

A aprovação da Constituição de 1988 e o processo de redemocratização mantiveram os trâmites das concessões de rádio e TV. Em 1985, o então presidente José Sarney distribuiu um número expressivo de licenças de emissoras radiofônicas e de televisão para pessoas ligadas a deputados e senadores. A concessão foi dada em troca da aprovação da emenda que garantiu um mandato de cinco anos ao político maranhense. A outorga como troca política gerou um regime de renovação quase automática dessas licenças, mantendo o controle midiático regional nas mãos de empresários, muitos com laços diretos com políticos, e proprietários de conglomerados midiáticos.

O período pós-ditadura militar, segundo Santos (2008), representou um distanciamento dos modelos de comunicação brasileiros em relação aos internacionais, desenvolvendo-se sobre um padrão arcaico. Para a autora, o modelo nacional é caracterizado pelo: 1) clientelismo que referendou as concessões de Rádio e TV local em moeda de troca política; 2) o prevalecimento do interesse político e/ou religioso em detrimento do interesse público; 3) marco regulatório distinto entre a radiodifusão e telecomunicação e; 4) falta de transparência sobre a propriedade e afiliação das emissoras que exploram a frequência de rádio.

Os sistemas midiáticos, de acordo com Herrmann (2016, p. 99), são o “[...] conjunto de atores e relações que proveem de serviços de comunicação uma sociedade determinada”, reconfigurando-se conforme o contexto em que estão inseridos. O federalismo brasileiro foi formado por entes federativos com índices econômicos e

estruturas culturais díspares, que consolidaram, não somente o poder regional, como ainda sistemas midiáticos subnacionais que “[...] estabelecem relações sociais que levam à criação de dinâmicas locais autônomas, ainda que não inteiramente separadas do sistema nacional”. Isso requer compreender que a atuação dos veículos de comunicação de uma mesma regionalidade tende a se orientar pelos contextos daquela localidade, caracterizando o processo de visibilidade ou de possíveis silenciamentos sobre atores dos campos.

2.3 *Accountability* ou promoção pessoal: o personalismo político

A democracia também é organizada a partir da percepção dos cidadãos sobre o desempenho do regime e de seus atores. Em outras palavras, em como eles respondem às expectativas e aos interesses da população (LATTMAN-WELTMAN, 2001, p. 2). A normatividade da democracia seria algo maior do que um aglomerado “mais ou menos abstrato ou ideal de valores éticos”. Para Lattman-Weltman, representa o “[...] conjunto de expectativas que o sistema produz acerca de si mesmo e de seu desempenho perante os atores sociais que, de um modo ou de outro, o sustêm (ou predam)”. É preciso, portanto, entender o processo de *accountability* (responsabilidade ou dever de prestar contas) como mecanismo de interação entre representados e representantes a partir de expectativas mútuas: da resposta a uma demanda individual ao desejo de reeleição.

Rousiley Maia (2006, p. 5) apresenta o conceito em diferentes perspectivas. Pode ser considerado um meio para reforçar a norma democrática, contribuindo para o funcionamento adequado do Poder Público. Em outra definição, o define como “imperativo democrático de que os representantes devem considerar os desejos e as necessidades dos cidadãos na condução dos negócios públicos, independentemente da existência de um controle formal. Sob a ótica normativa, é descrito como um instrumento de legitimidade, que garante que as leis sejam aceitas pelos sujeitos, sem maiores contestações. Por fim, numa visão institucional, é conceituado como a busca de mecanismos “[...] destinados a controlar o desempenho das instituições públicas e a julgar o modo pelo qual os representantes e os agentes públicos agem concretamente na disposição de seus poderes e deveres” (MAIA, 2006, p. 5).

O *accountability* é definido por Luiz Felipe Miguel (2005, p. 27) como a capacidade que os representados dispõem para “[...] impor sanções aos governantes, notadamente reconduzindo ao cargo aqueles que se desincumbem bem de sua missão [...]

inclui a prestação de contas dos detentores de mandato e o veredicto popular sobre essa prestação de contas”. É um instrumento que depende de mecanismos institucionais (como eleições periódicas ou garantias legais e espaços de pressão popular) que permitam que os representantes sejam punidos pelos eventuais atos que não condizem com suas responsabilidades ou que confrontam os interesses da população. Trata-se aqui, não de uma mera interação de mandatários e seus eleitores que possa orientar as decisões políticas, mas sim de instrumentos que permitam penalizar aqueles que não cumprem com atribuições legais ou que não estejam adequados à expectativa dos eleitores – seja via voto, seja por mandatos de segurança, por participação em conselhos ou ainda pela pressão popular que leve à mudança de uma lei ou ao engavetamento de uma política pública polêmica.

Nas palavras de Quevedo e Weber (2010, p. 4), é “[...] um mecanismo que serve para representantes se responsabilizarem por atos referentes a políticas sociais, econômicas ou temáticas e para os representados regularem esses mesmos atos”, reduzindo as brechas que possam haver entre os interesses de mandatários e eleitores. Para Neves e Maia (2009, p. 5), *accountability* diz a respeito ao “[...] imperativo democrático pelo qual os representantes – quando conduzem os negócios públicos – devem considerar os desejos e as necessidades dos cidadãos”, incluindo mecanismos de controle e supervisão das instituições públicas, para avaliar “[...] o modo pelo qual os representantes e os agentes públicos agem concretamente na disposição de seus poderes e deveres”.

Nesse sentido, as instituições democráticas são responsáveis por viabilizar ferramentas de *accountability* que obriguem as entidades a prestarem contas não só aos cidadãos, mas às organizações de controle e fiscalização. No Brasil, os poderes não são autônomos. Eles dependem de mecanismos de vigilância de outros poderes que possuem atribuições legais de coerção aos agentes públicos. Aqueles que infringem as normas podem sofrer sanções (NEVES; MAIA, 2009) – podendo, em casos mais graves, ser destituídos de sua função. Cabe ressaltar que os mecanismos de *accountability* não dependem apenas de iniciativas institucionais. Estão atrelados à participação da sociedade civil e à ocupação de espaços de decisão, como conselhos e audiências públicas.

Segundo Miguel (2005, p. 167), o processo de *accountability* é definido pelo “[...] controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros (*accountability* horizontal)”, de um lado, e à necessidade de prestar contas e submeter-se ao veredicto da população (“*accountability* vertical”), levando em consideração a expectativa da opinião

pública e o apoio de outras instituições com capacidade de interferir diretamente nas políticas públicas implantadas. Há, ainda, a dimensão social. O enfoque horizontal refere-se a como os poderes utilizam-se dos instrumentos de *checks & balances* para manter o funcionamento adequado dessas instituições e seus atores. A dimensão vertical é efetivada pela eleição, quando o povo delega aos políticos eleitos a administração das questões públicas. A social é relacionada ao papel da sociedade civil (movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos, associações, entre outras instituições de interesse) em pressionar os agentes políticos.

O jornalismo político brasileiro atual encontra-se fortemente marcado por denúncias de corrupção contra políticos e agremiações partidárias. Casos como o Esquema de PC Farias², a Pasta Rosa³, o Mensalão⁴ e a Lava Jato⁵, para citar alguns escândalos políticos que ocorreram após a redemocratização, marcam a relevância midiática no processo de fiscalização e, conseqüentemente, a visibilidade dada à utilização inadequada dos recursos públicos. A cobertura adversária é caracterizada como instrumento de legitimação e autoridade do jornalismo (GUAZINA, 2011) que reforça o mito da profissão como baluarte da democracia. Em contrapartida, o jornalismo compartilha valores e naturalizações que promovem um alinhamento com a política, dando vida a pautas de interesse dos governantes, como os anúncios de obras e ações.

Entre o conflito e a harmonia, o jornalismo cumpre uma função importante na manutenção de valores. Guazina (2014, p. 2) reitera que a profissão contribui para a “[...] formação e reafirmação de valores e ideias que fazem parte da cultura política brasileira” e que os “[...] valores presentes na cultura política do país são compartilhados dinamicamente e também fazem parte da subcultura jornalística”. Isso quer dizer que o jornalismo e a política coexistem a ponto de partilharem valores e dependerem um do outro para legitimar seus atores. O primeiro utiliza a cobertura cotidiana e a proximidade com governos para se validar como autoridade na democracia e como fonte de informação relevante aos grupos hegemônicos da política. O segundo busca, nos espaços midiáticos, uma oportunidade para ganhar visibilidade e se tornar referência para as bases eleitorais.

² Esquema de corrupção que levou ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor. O nome faz referência a Paulo César Farias, tesoureiro da campanha, que seria o líder do esquema.

³ Pasta Rosa é como ficou conhecida a investigação de doações ilegais a base de apoio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996.

⁴ Mensalão foi um escândalo de compra de votos na Câmara dos Deputados durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio da Silva.

⁵ Conjunto de investigações que investiga esquema de corrupção entre agentes públicos e privados no Brasil.

Não há dúvidas sobre a centralidade dos veículos de comunicação na exposição sobre os temas que são de interesse dos cidadãos (MAIA, 2006) interferindo nas agendas midiáticas e governamentais e, conseqüentemente, na opinião pública. Aldé (2004) destaca que as pessoas recorrem a um repertório de explicações para compreender a política, evocando informações que são adquiridas na interação também midiática. “A mídia tradicional ainda ocupa um lugar de destaque nessas interações, uma vez que oferece não somente uma homogeneidade discursiva como uma diversidade limitada de enquadramentos (GUAZINA, 2014, p. 3). Nesse sentido, a mídia pode contribuir para um “espaço de deliberação social” ou ainda para dar destaque aos anseios pessoais de políticos. A cobertura jornalística voltada aos governos, nesse sentido, pode representar um processo de *accountability* governamental ou, ainda, uma promoção ou ruptura do personalismo político.

O papel dado ao jornalismo como um elemento de *accountability* é antiga. Maia (2006, p. 2) faz referência a liberais clássicos, tais como Edmund Burke, Jeremy Bentham e James Mill, que tratavam a profissão como um ator capaz de promover o mecanismo de *checks and balances*, conseqüentemente, mantendo o governo *accountable*.

Ao expor, ao conhecimento geral, escândalos que afetam o bem comum, falhas governamentais ou transgressões de poder, a imprensa e seus porta-vozes compelem os agentes concernidos a providenciar respostas e justificativas às críticas a eles dirigidas (Waisbord, 2000; Thompson, 2000; Slako, 2002). Aqueles que demandam *accountability* exigem respostas e justificativas, enquanto aqueles que se mantêm *accountable* aceitam responsabilidades e provêm explicações. Nesse sentido, o jornalismo permite tanto confrontos diretos ou virtuais entre os atores sociais quanto uma troca de pontos de vista no espaço de visibilidade midiática (MAIA, 2006, p. 2).

A compreensão da mídia como arena democrática de debate, de intercâmbio de informação e expressão cultural, de fortalecimento da democracia e boa governança, aliada à sua postura de fiscalizadora das instituições públicas (UNESCO, 2010), vai ao encontro da função midiática de ser um instrumento de prestação de contas e da maior responsabilidade por parte dos representantes eleitos. A imprensa, nas palavras de Canela (2007, p. 3), “[...] desempenha um papel central nas democracias contemporâneas ao colaborar fortemente no rol de temas que serão prioritários para os espaços públicos de deliberação”, fornecendo informações que auxiliam na reflexão sobre determinados temas e na avaliação, entre outros assuntos, das políticas públicas implantadas.

O processo de visibilidade das informações públicas fortalece a democratização do Estado ao se estruturar como mecanismo de responsividade. Filgueira (2011, p. 66) compreende que a democratização do Estado deve “[...] promover uma abertura do sistema político, no sentido de torná-lo mais transparente e, por sua vez, mais afeito à avaliação do público”, articulando o conceito de transparência pública ao de *accountability*. Isto é, ao tornar visíveis as questões públicas, permite-se que os cidadãos tenham conhecimento e possam – ainda de uma forma restrita – controlar as ações dos atores governamentais, seja nas urnas, seja por meio de manifestação populares, seja por pressão de instituições sociais.

Para Maia (2006, p. 8), os meios de comunicação se portam como instrumentos para que os representantes eleitos se comuniquem com um número maior de cidadãos, ampliando o diálogo com o público e promovendo um comportamento *accountable*. São canais de informação sobre os acontecimentos e as ações governamentais que podem servir como resposta e prestação de contas à população, como também à instituições de controle e divisão de competência. A autora define os meios de comunicação, “na sociedade contemporânea de larga escala”, como um instrumento importante para “[...] tornar visível o processo de *accountability*, a fim de que ele seja reconhecido e apreciado pelos cidadãos comuns”, a partir da divulgação dada a conteúdos que podem contribuir para o conhecimento sobre, por exemplo, os atos governamentais. Na visão de Neves e Maia (2009, p. 6),

Os media desempenham várias funções importantes no processo de *accountability*: (a) conferir visibilidade à atuação dos representantes políticos e servidores públicos; (b) promover a denúncia de atos indevidos, de transgressões ou abusos de poder, respeitando os ideais e as regras da política democrática; (c) estabelecer uma plataforma para que atores sociais possam trocar pontos de vista; e (d) acompanhar processos de apuração de instituições jurídicas ou legislativas (WAISBORD, 2000). No espaço midiático de visibilidade, os interlocutores são incitados a responder por seus atos “não só uns frente aos outros, mas também diante de uma audiência de cidadãos, o público em geral”.

A exigência de mecanismos de *checks & balances* na divisão dos Três Poderes faz com que o processo midiático se configure como um componente relevante no controle/visibilidade das instituições públicas (LATTMAN-WELTMAN, 2001). O controle mútuo dos/entre os Poderes depende da capacidade de se ter conhecimento sobre o comportamento dos atores e o funcionamento institucional. Nesse sentido, os veículos

de comunicação, apoiados especialmente pelo trabalho jornalístico, desempenham uma função importante ao promover transparência ou ainda estimular intervenções de caráter institucional. Em outras palavras, a mídia se posta como um instrumento que, ainda que opere sobre a negociação entre campos e atores hegemônicos, possibilita tornar públicas informações de pouco acesso à população, gerando efeitos no processo de *accountability*, tanto no que condiz com o conhecimento dos cidadãos sobre o trabalho de seus representantes, quanto em relação à necessidade de se impor alguma sanção legal, como num processo de impeachment, por exemplo.

É certo que o papel desempenhado pela mídia não é uniforme. Ele depende de “[...] condições dadas pela estruturação ‘prévia’ do sistema” (LATTMAN-WELTMAN, 2001, p. 10), exigindo que os veículos de comunicação estabeleçam pesos estratégicos diferenciados a partir das características, valores sociais e interação com cada um dos Poderes. A competência de cada um dos poderes associada aos modos de interação, confiança e cultura política estabelece modos de cobertura característicos e um processo de exibição próprio. No caso do Executivo, como abordado no capítulo anterior, a interferência midiática é muito mais evidente do que em relação ao Judiciário – em partes pelo desejo de se construir uma imagem midiática de referência por parte dos representantes eleitos e alocados em cargos de indicação política.

O processo de *accountability* midiático não é natural. É resultado de negociações e valores sociais que determinam o que irá ganhar notoriedade, orientando o modo com que representantes utilizam a mídia para prestar contas de seu mandato. Isto é, a visibilidade dada não é unicamente pelo que o representante eleito quer, nem o que os atores midiáticos esperam. Para Lattman-Weltman (2001, p. 11), “[...] a dimensão horizontal da *accountability* e do papel nela desempenhado pela mídia ultrapassa as esferas oficiais restritas do Estado e incorpora também as relações – frequentemente problemáticas – entre o Público e o Privado”, fazendo com que a atuação da mídia no processo de controle dessas instituições funcione a “[...] reboque de conflitos intraelites (e, portanto, horizontais)”.

No que diz respeito à dimensão vertical, Lattman-Weltman (2001, p. 12) defende a pluralidade de oferta de canais de “[...] acesso ao mercado dos discursos públicos, a qual é diretamente dependente de uma distribuição razoavelmente equilibrada do poder-de-agenda entre os veículos de comunicação”, possibilitando o acesso dos cidadãos às informações sobre as instituições públicas a partir de diversos pontos de vista. O mesmo se espera na dimensão horizontal, visto que uma “[...] distribuição de poder mais

equilibrada no interior do campo midiático, [...] poderá equilibrar também o jogo de transações (frequentemente pesadas) envolvendo os setores da elite, tanto internos quanto externos ao Estado, e a mídia”, recaindo sobre uma “melhor distribuição de custos e riscos entre os Poderes oficiais extra-oficiais”.

O processo de *accountability* é muito mais complexo do que a perspectiva instrumental que prevê a oferta de “[...] informação pura, simples e fidedigna, que oriente o cálculo do cidadão, ou cidadãos 'conscientes', para que estes, aí sim, centrados em sua coerência interna, punam ou recompensem os seus ‘representantes’” (LATTMAN-WELMAN, 2014, p. 53). Para o autor, há na democracia contemporânea uma busca por saliência que gera um ambiente que a qualquer momento pode “[...] expor pessoas e instituições públicas ao juízo de uma corte fluída e imprevisível: algo que tentativa e precariamente chamamos de ‘opinião pública’”. A possibilidade de ser um espaço de prestação de contas e de dar transparência aos atos públicos é, em muitos casos, substituída por uma espetacularização da notícia, aproximando representantes e representados a partir de denúncias de escândalo, como lembra Rubim (2003, p. 190) ao fazer menção à função dos rituais na política:

A política supõe sempre um conjunto de instituições, práticas e atores capazes de produzir sua apresentação e sua representação de forma visível na sociedade. A plasticidade desses inevitáveis regimes de visibilidade obriga a política a possuir uma dimensão estética que não pode ser desconsiderada, em particular em uma sociedade como a contemporânea, na qual a visibilidade adquiriu relevância por meio da nova dimensão pública de sociabilidade. A necessidade de considerar tal dimensão torna-se essencial nessa nova circunstância societária. Um último pressuposto acerca da política precisa ser elucidado. A política não se realiza sem recorrer às encenações, aos papéis sociais especializados, aos ritos e rituais determinados.

Miguel (2002) classifica a mídia como elemento central da política, influenciando o comportamento de atores e funcionamento de instituições. De acordo com o autor, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa durante o século XX modificou a interação dos cidadãos com as questões governamentais. A invenção de novos meios que permitiram a veiculação do rosto, voz e gestos desses agentes incentivaram-nos a procurar por modos adequados de se comportar perante as câmeras – vestimenta, tom de voz, aparência –, construindo a imagem esperada de um político na contemporaneidade. Nessa perspectiva, os programas de governo ficam em segundo plano, valendo mais a exposição

e possíveis representações de um político do que propriamente a prestação de contas de seu mandato ou políticas implantadas.

A visibilidade na mídia é, nas palavras de Miguel (2002, p. 169), “[...] cada vez mais, componente essencial da produção do capital simbólico”. Isto é, a construção de uma imagem política depende da exposição em espaços midiáticos que o tornem conhecido e, preferencialmente, façam referência a sua base eleitoral ou sobre determinado assunto em que se intitule especialista – o prestígio midiático é refletido no prestígio político. A evolução midiática transformou a exposição dada às lideranças políticas, desvinculando-se, de acordo com Thompson (2008, p. 23), da presença física diante do público. O desenvolvimento de novas tecnologias permitiu que os discursos e imagens – com o surgimento e popularização da fotografia – circulassem de uma forma mais ampla e plural, fazendo com que “[...] as atividades dos líderes políticos [fossem] cada vez mais visíveis para uma quantidade maior de indivíduos que não tinham como encontrá-los (ou encontrar os membros da elite política) no decorrer de suas vidas cotidianas”. Os efeitos do desenvolvimento das tecnologias de comunicação foram vistos na modificação da relação espaço e tempo, cada vez mais reduzidos com a ascensão das mídias digitais.

Esse novo contexto contribuiu para o uso das tecnologias de comunicação por parte de políticos como forma de ganhar proeminência midiática e, conseqüentemente, política. Thompson (2008, p. 27) entende que a relação entre os atores políticos e os eleitores se dá sobre uma interação quase “[...] mediada – moldada pelas atividades jornalísticas dos profissionais de imprensa, entre outros, diversas e potencialmente conflituosas como são – através de um relacionamento de lealdade e de afeição”. Nesse sentido, os políticos encontraram uma oportunidade de utilizar os espaços midiáticos para promover e manter/alargar seu capital político.

Originou-se, assim, uma disputa que é estruturada “[...] num espaço complexo de fluxo de informação no qual palavras, imagens e conteúdos simbólicos disputam atenção à medida que indivíduos e organizações procuram ser vistos e ouvidos” (THOMPSON, 2008, p. 27). Para o autor, o ato de tornar-se visível midiaticamente funciona como um reconhecimento público que pode ser útil para colocar em evidência uma causa ou a construção da imagem de uma personalidade, articulando uma luta política ou mesmo o comportamento de determinado político. Contudo, isso não se dá de forma automática. Depende da autoridade do veículo ou dos atores sociais que medeiam a interação entre o político e o público em geral, que acessam determinada plataforma midiática,

umentando a relevância do jornalismo no processo de legitimidade desses personagens políticos.

O jornalismo é estruturado como instituição factível para apontar as preocupações centrais da sociedade num momento dado e dizer quais seriam os pontos importantes no debate sobre o tema. O noticiário não é fruto do acaso ou de um retalho de acontecimentos selecionados jornalisticamente. É resultado, imbricado também nos fatores externos e internos da redação, de valores que permeiam as narrativas e as editorias. Muito além da superfície e de características individuais de cada evento noticiado, o fio condutor das narrativas políticas se apoia em valorações de uma cultura e práticas aceitas e legitimadas perante a sociedade.

Os atores políticos, dessa forma, orientam seus trabalhos com o intuito de participar – ou controlar, quando se trata de um governo – a agenda midiática, fazendo parte da interação com jornalistas a partir das regras e convenções que estruturam a rotina profissional. O conceito de pseudoeventos de Daniel Boorstin explica a promoção de eventos não espontâneos que têm como objetivo tornarem-se notícia. Produzidos normalmente por assessores de imprensa, através de materiais especiais para a mídia, como *press-kits* e *releases*, visam construir um fato político que chame a atenção de setoristas, pauteiros ou donos dos veículos de comunicação a ponto de ganhar espaço no noticiário, como matéria, citação ou mesmo fotografia. É uma estratégia forjada com o objetivo de influenciar a opinião pública.

Ao estabelecer uma escala de assuntos, atores e fontes sob enquadramentos pré-estabelecidos, evidencia-se a opção por acontecimentos específicos, impactando a percepção de mundo pela opinião pública. Dessa maneira, os atores com maior capital político – governadores e secretários de Estado, por exemplo – saem na frente, consolidando-se como agentes importantes na definição do noticiário. Destaca-se artigo de Pozobom e Rodrigues (2017, p. 152) que analisou o enquadramento dado a José Ivo Sartori, também personagem desta pesquisa, em seu primeiro ano de mandato, a partir de citações ligadas ao governo. As fontes são compreendidas pelos pesquisadores como atores políticos, visto que “exercitam a interação política nos termos de Cook (2011), ou seja, um tipo de interação orientada ao compartilhamento de valores na sociedade. Dito de outra forma, porque se manifestam com relativa relevância sobre as situações observadas no campo político”. A conclusão é de que existe uma repetição de fontes com forte capital simbólico no campo político. Birolí (2013, p. 137) observa que este é um jogo de cartas marcadas:

As disputas no noticiário tendem a girar, assim, em torno de cartas já colocadas sobre a mesa. Correspondem aos limites de uma concepção restrita da política — dos espaços em que se dá, dos temas propriamente políticos e dos atores da política. Por isso, o que aparece como objeto de disputa são cargos e recursos que não são identificados a posições na condução de políticas específicas, a posições ideológicas e/ou a clivagens sociais que excedem as disputas político-partidárias e entre governistas e oposição.

Em uma perspectiva política, o jornalismo, como mediador, se constrói no relacionamento entre grupos e atores ativos nos campos hegemônicos da sociedade, reproduzindo hierarquias e legitimando valores sobre a compreensão do mundo e da sociedade (BIROLI, 2013). O noticiário, no viés apresentado pela autora, é orientado em duas esferas: do consenso e da controvérsia legítima. Se a primeira esfera representa os temas consensuais, a segunda, por aquelas agendas cujo conflito é controlado, que não desafiam os limites aceitos do que deve ser pauta na mídia. Na prática, emergem os eventos, fatos e acontecimentos relacionados a uma elite política e suas instituições, em um processo que reafirma a autoridade jornalística ao mesmo tempo em que corrobora os agentes que dominam essas pautas.

Entre aquelas instituições que impactam o mundo simbólico, os meios de comunicação “[...] conferem uma espécie de certificado de importância legítima aos temas e personagens que torna visíveis” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 697). A mídia porta-se como instrumento importante na constituição de credibilidade a atores de outros campos, protagonizando uma disputa por visibilidade, claramente observada no comportamento de políticos e personalidades famosas. Os agentes identificam na mídia um espaço de formação de suas reputações (MIGUEL, 2002), de construção de imagens e de sua especialidade a partir da inserção e informação em pautas que promovam uma percepção positiva. Para tanto, além da tentativa de pautar os veículos de comunicação com agenda própria, aproveitam-se dos acontecimentos noticiáveis para se constituírem como fonte, como ator importante ao que é levantado sobre determinado tema.

Trata-se de utilizar-se da exposição midiática em prol de um capital político, entendido como a incorporação, pelos agentes, “[...] dos elementos de valorização e distinção reconhecidos, legitimados e naturalizados, em uma dada estrutura do campo” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 697). É na interação do campo jornalístico com outros campos que os meios de comunicação estabelecem as competências dos atores que concentram os consensos e as agendas midiáticas.

O padrão homogêneo (COOK, 2011) das coberturas políticas é referendado pela partilha de normas e convenções, permitindo identificar os atores relevantes, a rotina de contatos e a idealização de fontes. Enquanto “[...] resultado de negociações recorrentes entre fontes e jornalistas, cujos resultados diários beneficiam apenas certas alocações de valores” (COOK, 2011, p. 206), o noticiário opera em um fluxo de confiança e credibilidade em busca de benefícios mútuos. O profissional da comunicação intensifica a busca por informações fidedignas, em primeira mão e autoridade da fonte sobre determinado assunto. Em contrapartida, os atores políticos objetivam maior visibilidade em meio à acomodação que existe entre os campos (BIROLI, 2013). Quanto maior o poder e autoridade de um agente ou grupo, maior o acesso e capacidade de impor suas posições e enquadramentos, respeitando as fronteiras entre os campos sociais e o noticiário.

A interação de jornalistas e políticos é baseada em interesses subentendidos. Para os setoristas, não basta consultar uma fonte sobre determinado tema. É mais interessante ter o que Miguel (2002) denomina de portfólio de fontes, caracterizado por atores permanentes que os municiam com informações continuadas e privilegiadas. São aquelas fontes que estão posicionadas em funções centrais e que podem garantir os furos, informações de bastidores e que preveem, por exemplo, os movimentos dos governos. A vantagem ao jornalista é a construção de uma reputação profissional. Já para os políticos, “[...] a condição de fonte permite obter algum grau de influência na condução do noticiário, sobretudo porque existe um forte incentivo para que suas informações exclusivas mereçam um destaque desproporcional à importância intrínseca que teriam” (MIGUEL, 2002, p. 176). Com isso, tendem a se posicionar como *players* que determinam o noticiário, impondo agendas ou promovendo a imagem pessoal.

Cabe destacar que essa interação é estruturada em uma relação frágil, permitindo que ora o ator político seja uma fonte relevante, ora pivô de um escândalo político. Thompson (2008) entende essa exposição midiática a partir de uma dupla face. De um lado, é marcada por ser uma oportunidade dos atores se comunicarem com uma parcela maior da sociedade, autenticando seu trabalho e construindo uma imagem positiva. Do outro, existe uma exposição mais elevada que coloca em risco a reputação, em vista das polêmicas e conflitos que suas declarações podem provocar junto a grupos sociais ou aqueles que acompanham o trabalho de determinado político. É nesse interim que os políticos moldam estratégias de comunicação como forma de promover campanhas permanentes em busca da reeleição. Isto é, visam “[...] se estabelecer como personagens

positivos no noticiário político e espaços de discussão nos veículos de comunicação” (ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008, p. 61).

O comportamento eleitoral é compreendido por Biroli e Miguel (2017, p. 28) como uma “resposta ao ‘ambiente informacional’” em que o próprio analista ou jornalista está associado. Isso não quer dizer que os eleitores decidem o voto apenas pelos enquadramentos divulgados pela imprensa. Contudo, não há dúvidas de que a produção noticiosa interfere na opinião pública, tornando-se espaço de disputa entre atores com capital político. O acesso aos jornalistas e às páginas dos jornais se torna atraente para esses atores que, mais do que a vontade de se tornarem visíveis, procuram usar da credibilidade do jornalismo para se projetar perante a base e conquistar seus objetivos eleitorais.

3. O JORNALISMO REGIONAL: ENTRE A POLÍTICA E A PROXIMIDADE

Região, normalmente, atrelado à condição territorial, relativo a uma porção de terras, englobando, entre outras formas, os limites geográficos que concedem jurisprudência ao ato de governar por determinado grupo ou representantes eleitos. O termo território também é derivado do latim, de terra, e corresponde

[...] ao termo “territorium”. Este se constrói pela adição à ‘terra’ do sufixo ‘torium’, que designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir; território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado. O que se enfatiza com o sufixo é o sentido de localização do termo original, é a localização de uma determinada porção do espaço envolvendo superfície, formas e limites (VALE; SAQUET; e SANTOS, 2005, p. 12).

O território é um conceito definido por indivíduos com a finalidade de organizar o espaço conforme seus próprios objetivos (GOTMANN, 2012, p. 523). Nas palavras do autor, ele é formado por “[...] componentes materiais ordenados nos espaços geográficos de acordo com certas leis da natureza”. O termo, nesse sentido, é primário. O território, antes de tudo, é representado por uma condição física, sendo delineado por aspectos da natureza (rio, oceano, uma montanha), ainda que seja definido pela ação humana. Isto é, o ser humano exerce sua capacidade racional para manipular a natureza e definir as fronteiras territoriais a partir de objetivos que podem ser políticos, administrativos, econômicos, etc.

Para Milton Santos (1978), geógrafo e referência mundial no assunto, o território é uma área delimitada, constituída em uma relação complexa entre atores e relações sociais, entre eles, o poder do Estado. É relativo aos complexos naturais (montanhas, cachoeiras, florestas) e às construções realizadas pelos homens (estradas, indústrias, casas, cidades) em um processo histórico que envolve o desenvolvimento da sociedade. Trata-se, na perspectiva do pesquisador brasileiro, de compreender o território como o palco das atividades e disputas do povo, reorganizando-se e normatizando-se conforme as complexas interações econômicas, políticas, técnicas, urbanísticas, sociais que ocorrem concomitantemente no mundo.

O território não pode ser compreendido como uma simples extensão de terra, visto que se constitui pela/na interação entre campos e atores sociais que configuram e (re) significam as formas territoriais. As fronteiras de uma Federação, por exemplo, não

servem apenas para a separação de um estado de outro, já que representam funções econômicas, administrativas, políticas e culturais. O território de um estado é o distrito eleitoral que permite a eleição dos representantes no Congresso Nacional. Também é uma demarcação fiscal. Um consumidor que compra determinado produto em outra Federação, por exemplo, observa diferenças nos valores, entre outros motivos, devido a cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que varia de estado a estado. Já o governador somente tem jurisdição para cobrar impostos e aplicar o orçamento dentro daquele limite territorial em que foi eleito.

O termo, na perspectiva da ciência política, surge no século XIV para definir a unidade governamental, tais como cidades, feudos ou reinos. Posteriormente, foi definido como um dos pré-requisitos para a constituição de um Estado, incorporando-se a organização governamental e o povo (GOTTMANN, 2012). Nesse sentido, qualquer organização político-administrativa depende de uma área territorial bem definida que permita o conhecimento de quais são os limites de sua responsabilidade e quais são os membros que pertencem a determinada unidade governamental.

Território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo. Se as ideias não são necessariamente enraizadas ou situadas no espaço, o fenômeno material e a ação política aos quais essas ideias concernem devem ser localizados em algum lugar do espaço geográfico (GOTTMANN, 2012, p. 526).

A divisão territorial brasileira foi acompanhada de descentralização administrativa e política. O Artigo 1º da Constituição Federal define que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se como Estado Democrático de Direito. Conhecida como Cidadã, a Carta Magna inovou em comparação com as anteriores ao promover mais recursos para os entes federativos e a universalização de serviços essenciais, como o Sistema Único de Saúde (SOUSA, 2005), que repartiu a responsabilidade entre União, estados e municípios.

A Constituição de 1988 determinou que todas as unidades federativas tivessem poderes e competências iguais. No Brasil, as responsabilidades e poderes das entidades subnacionais são detalhadas na Carta Magna. A Constituição designou as responsabilidades e serviços de cada membro da federação, reordenou a divisão dos

recursos arrecadados e os impostos recolhidos por cada unidade e ainda estabeleceu as competências dos poderes Judiciário e Legislativo de municípios e estados, reforçando uma autonomia dada ainda durante o Brasil imperial.

Os estados brasileiros, dotados de autonomia, poderes e responsabilidades próprias, constituem-se a partir de suas particularidades culturais, sociais e econômicas. Com 497 municípios e área de 281.730,223 km², o Rio Grande do Sul possui mais de 11 milhões de habitantes (IBGE, 2019) e uma forte tradição cultural e política, tornando-se parte do objeto de estudo desta pesquisa: as notícias sobre o governo do Rio Grande do Sul em veículos tradicionais de comunicação. Nesse sentido, tratamos a regionalidade a partir de duas perspectivas: território administrativo de competência do Poder Executivo estadual e espaço de circulação e influência de veículos tradicionais de comunicação com origem e sede no estado.

O conceito de região, imbricado no território físico e administrativo de um estado, remete a um quebra-cabeças formado por diferentes recortes (AGUIAR, 2016) – sociais, identitários, econômicos e políticos – que estruturam as dinâmicas regionais. Dessa maneira, a pesquisa trabalha o regional em duas perspectivas complementares: 1) escala geográfica mensurada pelo tamanho do recorte espacial e 2) relações sociais inseridas dentro de um alcance espacial (SOUZA, 2013). No primeiro, definimos como recorte espacial as porções territoriais do estado do Rio Grande do Sul. Já no segundo, as relações sociais que envolvem a dinâmica do Executivo Estadual em sua interação (in) direta com a produção jornalística desempenhada por veículos tradicionais de comunicação.

Esta pesquisa trata o regional como uma escala territorial prevista pela Constituição Federal e dentro de um processo contínuo de disputas nos níveis local e global. Em outras palavras, não é constituído apenas pela força de ordenamentos jurídicos e limites físicos que definem as fronteiras territoriais. O estado é estruturado nas constantes interações das instituições com a população, formando um cenário macro e relações micro (AGUIAR, 2016). A primeira é marcada por decisões coletivas, como a escolha dos representantes nas esferas do Poder através do voto. As majorias escolhem aqueles que tomarão decisões por todos. A segunda é vista nas interações cotidianas da população, reforçando tradições e comportamentos da comunidade em que está inserida.

O regional aqui não é abordado apenas como uma escala que se diferencia do local ou nacional pelo espaço em que se desenvolvem as práticas jornalísticas (AGUIAR, 2016), a circulação do veículo ou o território de apuração das notícias. Ele é retratado como o recorte espacial que delimita e orienta os trabalhos do Poder Executivo em suas

diversas possibilidades de inserção na sociedade (promoção de uma política pública, na indicação de um cargo político, no recolhimento de impostos estaduais ou, ainda, na prestação de serviços em uma localidade). Nesse sentido, a unidade da federação é analisada a partir de suas particularidades culturais, sociais, econômicas e políticas, formada nas disputas e consensos que influenciam tanto as coberturas jornalísticas quanto a gestão governamental.

A pesquisa não foge às tradições dos estudos em jornalismo. A análise da cobertura governamental no estado se dá através dos olhares de veículos tradicionais de comunicação localizados em “unidades espaciais que recortam um território” (SOUZA, 2013, p. 145), isto é, um estado. O quadro abaixo apresenta uma classificação quanto a recorte espacial dos veículos de comunicação, diferenciando-os conforme a escala, níveis de circulação e tipos de produtos midiáticos e jornalísticos. No caso desta pesquisa, enquadra-se no regional, uma escala intermediária: entre o local (município) e o nacional (Brasil).

QUADRO 1

Recortes espaciais dos veículos jornalísticos e suas escalas

| ESCALA | NÍVEIS | RECORTES ESPACIAIS | EXEMPLOS JORNALÍSTICOS/MIDIÁTICOS |
|----------------------|--------------------|--|--|
| Local | Hiperlocal | “nanoterritórios”: prédio público, unidade habitacional, rua, quadra | Jornal mural, rádio-poste, newsletter, intranet, fanpage, etc |
| | Microlocal | Quarteirão, sub-bairro, bairro, setor geográfico, comunidades rurais | Jornal de bairro, rádio comunitária, site zonal, blog, etc |
| | Mesolocal | Município, cidade, centro urbano | Pequena imprensa, TV comunitária, agregador de sites e blogs microlocais |
| | Macrolocal | Metrópole, região metropolitana | Jornal, rádio, TV e webportal locais |
| Regional | Microrregião | Aglomerado de pequenas cidades | Jornal e portal local, rádio e TV locais |
| | Mesorregião | Aglomerado de cidades em torno de uma cidade-polo | Jornal local-regional, rede regional de TV |
| | Estado | Unidade da federação | “grande imprensa” das capitais |
| | Macrorregião | Divisão política-administrativa | Grupos midiáticos regionais ou nacionais |
| Nacional | País | Território nacional áreas urbanas fronteiriças | Rede nacional de TV, webportal nacional, jornal, rádio, TV e portal fronteiriços |
| Internacional | Continente, região | Grupo de países de um continente, zonas intracontinentais, áreas transcontinentais | Agências internacionais de notícias, agências regionais de notícias |
| Global | Mundo | Totalidade dos países, articulações intercontinentais | Corporações midiáticas transnacionais |

Fonte: AGUIAR (2016, p. 57)

O regional, enquanto uma escala intermediária, funciona como um espaço de propagação de informações, também governamentais, e de referência para a circulação dos jornais. O recorte, orientado pelo princípio de proximidade, fundamental à atividade jornalística, dá suporte à circulação e produção noticiosa de veículos com inserção e relevância a uma regionalidade. Isto é, empresas jornalísticas reconhecidas naquela unidade político-administrativa e em constante interação com atores e grupos sociais, políticos, econômicos, culturais. Esses veículos de comunicação conduzem sua produção numa lógica diferente da nacional. Eles buscam construir uma narrativa que se aproxima

da vida cotidiana daquela localidade, orientando as relações desses grupos midiáticos com as áreas geográficas com circulação e influência (AGUIAR, 2016).

3.1 A descentralização midiática: o conceito de proximidade

As mídias de caráter local ou regional existem desde a origem dos meios de comunicação de massa. O surgimento do jornal, da TV e do rádio se dá a partir de empresas com abrangência restrita. No Brasil, segundo Peruzzo (2003), a TV deixou de ter caráter local na década de 1960, com o desenvolvimento de tecnologias de comunicação, que permitiram a nacionalização das transmissões. A rádio, dadas as limitações de suas frequências, caracterizou-se por um meio regional, alcançando os locais mais isolados e no interior do País. Os jornais, ainda que historicamente marcados por grandes e famosos jornais impressos nacionais, proliferaram em centro urbanos menores, tornando-se referência sobre os acontecimentos de um município e da região.

No Brasil, o desenvolvimento das telecomunicações se deu a partir das grandes cidades e foi impulsionado pela política de integração nacional, incentivada a partir da ditadura militar (PERUZZO, 2003). As grandes redes nacionais de televisão, em especial, concentraram a produção em suas sedes no Rio de Janeiro e São Paulo, reproduzindo o conteúdo para afiliadas e veículos de menor porte em todo o país. Essa estratégia, em um primeiro momento, foi traçada sobre uma perspectiva mercadológica, focalizada na busca de nichos e em investimentos advindos da publicidade do interior do país, o que, de acordo com Peruzzo (2003), ocasionou um aumento na produção localizada.

Pamela Pinto (2013) observa que os primeiros anos do século XXI foram de transformações no mercado regional de mídia, quando esse entrou no radar de governos e empresas privadas. No período, houve uma valorização do regional por parte de empresas de referência nacional e do Governo Federal, a partir da descentralização de cotas publicitárias, incluindo mercados antes periféricos. Em 2008, por meio do decreto nº 6.555/2008, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) instituiu as diretrizes para uma comunicação regionalizada que tinha como intuito aproximar o cidadão do governo. A secretaria instituiu a mídia técnica, definida como “[...] uma política de distribuição de recursos publicitários sob a premissa de proporcionalidade entre a audiência e o percentual repassado aos veículos de comunicação” (VERRI, 2018, p. 223), que serviu como base à publicidade do governo federal, orientando uma partilha mais plural e regionalizada da oferta publicitária.

Aguiar (2016) aponta que as transformações no cenário midiático regional são consequência de um movimento de mão dupla. Há, por um lado, um maior engajamento nas redes sociais por parte de veículos locais e regionais, extrapolando os limites geográficos. Por outro, promoveu-se uma série de iniciativas de diversificação de conteúdos direcionados a uma audiência localizada e a descentralização das cotas de publicidade do governo federal. Para a autora (2016, p. 104), a regionalização midiática diz respeito aos “[...] novos arranjos e inter-relações dos grupos de mídia que atuam no território brasileiro”, sendo resultado de algumas ações concomitantes:

1) os impactos da globalização do capitalismo na organização dos mercados internos de consumo; 2) os recentes processos de organização das cidades médias, com novas aglomerações urbanas; 3) o impacto do avanço e disseminação das tecnologias digitais sobre as formas de produzir, processar, armazenar e transmitir informação; 4) um modelo de governo neopopulista que por meio de mecanismos de transferência de renda incorporou às camadas médias da população novos consumidores e novas audiências; 5) e uma lenta mas progressiva política de descentralização das verbas da publicidade governamental e diversificação de suas aplicações em uma variedade maior de veículos e parcelas do território nacional (AGUIAR, 2016, p. 104).

A regionalização midiática foi acompanhada por mudanças de processos tecnológicos, políticos e econômicos. A redemocratização e a crise econômica que atingiu o Brasil em meados da década de 1980 provocou efeitos nas mídias regionais. Segundo Dornelles (2008), o término do Regime Militar ocasionou o fim de jornais alternativos que não encontravam mais razão para existir. Os problemas econômicos decorrentes do cenário de incertezas nacional e internacional foram agravantes que levaram ao fechamento de jornais ou ao fim de sucursais de jornais e revistas nacionais. Os que sobreviveram ainda presenciaram um processo de informatização que resultou na demissão de dezenas de jornalistas e reconfigurou as redações jornalísticas, os processos comunicativos e gerenciais das empresas de comunicação.

O contexto de transformações foi crucial para a reorganização dos veículos de comunicação tradicionais na década de 1990, em especial pela valorização do local “[...] tanto enquanto ambiente de ação político-comunicativa cotidiana, como pela oportunidade mercadológica que ele representa” (DORNELES, 2008, p. 164). Para Peruzzo (2005), o período foi de fortalecimento da imprensa regional, dado o maior interesse dos públicos dessas localidades em receber informações e adquirir conhecimento sobre o que acontece na realidade a sua volta: seja num caso de policial,

um acidente de trânsito, uma agenda cultural ou até mesmo uma decisão governamental com impacto àquela região, por exemplo.

Para Dorneles (2003, p. 66), o processo de globalização revitalizou o sentido da comunicação local, visto que os cidadãos “[...] apreciam as vantagens da globalização, mas também querem ver as coisas do seu lugar, de sua história e de sua cultura expressas dos meios de comunicação ao seu alcance”. A imprensa regional, nesse sentido, funciona como um instrumento relevante à produção de conteúdo e reconhecimento do local ao dar atenção às questões de determinada região (PERUZZO, 2005). A cobertura dos eventos, agendas e acontecimentos não só representa a circulação de informação, mas a reprodução de dispositivos socioculturais compartilhados por uma comunidade, produzindo o efeito de pertencimento, de proximidade com as pessoas que convivem no local.

Para Jean-Maria Launay (apud CAMPONEZ, 2002, p. 110) “[...] quem diz imprensa regional, diz informação local. É, de resto, nessa ligação conceitual entre a sua localização territorial e a territorialização dos seus conteúdos que a imprensa regional e local constrói a sua razão de ser.” Para Camponez (2002, p. 36), o jornalismo regional é articulado entre o território, comunidade e comunicação. Ele defende que o conceito deve ser definido a partir da ideia de um pacto comunicacional estabelecido no contexto de comunidades de lugar, “[...] isto é, comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada [...]”, funcionando como o espaço geográfico do “[...] lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados [...]”, no caso, a matéria-prima da produção jornalística.

As regiões jornalísticas, conforme descrito por Salovaara-Moring (apud AGUIAR, 2016, p. 121), são definidas pelas “[...] construções narrativas baseadas em representações dos acontecimentos e dos lugares e nas identidades socioculturais às quais remetem”, alinhando ações, discursos e atores que estruturam e organizam os veículos de comunicação. Para a autora finlandesa, o conceito é complementar ao de regiões midiáticas, as quais tratam as identidades socioculturais como um valor de mercado, orientado pela perspectiva de audiência encontrada nos territórios em que estão inseridos. A referência de lugar é determinada pela “[...] localização das audiências que baliza tanto suas estratégias de ação (produtos, programação, distribuição, circulação, publicidade, etc.) quanto de articulação (parcerias, afiliações, fusões” (AGUIAR, 2016, p. 126), a partir de uma dinâmica estabelecida pelas forças políticas, culturais e econômicas de determinada localidade.

Ao longo do tempo, os jornais têm se estabelecido de acordo com limites espaciais, em relação aos quais os leitores estão interessados, uns nos outros, ao mesmo tempo em que influem na emergência de tais áreas de mútuo interesse e seus limites. Em alguns casos, as áreas de circulação e distribuição coincidem. Pode-se alegar que o esforço para ampliar a área de circulação é uma atividade constante da mídia impressa em uma economia de mercado capitalista (SALOVAARA-MORING apud AGUIAR, 2015, p. 125).

Os veículos de comunicação, em especial aqueles com cobertura jornalística, procuram desenvolver o senso de lugar, definido por Aguiar (2016, p. 125) “[...] como estar no mundo vivenciando os entornos materiais e simbólico”. Nesse sentido, os jornais invocam sentimentos de pertencimento a determinada localidade a partir de narrativas que remetem à particularidade social, cultural, política e histórica. Camponez (2002) entende que a proximidade está relacionada às realidades sociais em que o cidadão está imergido, exigindo uma abordagem segmentada por parte da imprensa para capturar e retratar as especificidades de uma comunidade ou região. Essa perspectiva vai ao encontro ao entendimento da região como um polo de segregação (PINTO, 2013), que se diferencia dos demais pelo distanciamento, fechando-se em uma dimensão simbólica que permite que o morador desse lugar se sinta parte dele.

A proximidade, numa visão jornalística, pode significar a representação que a mídia faz do seu território e daqueles que integram essa localidade, possibilitando classificar a imprensa regional como vocação e intencionalidade (AGUIAR, 2016). Isto é, o próximo é uma vocação da profissão que procura no cotidiano das pessoas e instituições a matéria-prima, ao mesmo tempo em que é um ato intencional, inspirado em uma cultura profissional e contextos mercadológicos que encontram viabilidade na promoção de um veículo regionalizado, com uma cobertura segmentada. Os aspectos cotidianos de uma comunidade são retratados dentro de um processo de produção jornalística que valoriza a proximidade como relevante à audiência e aos critérios de noticiabilidade.

Aguiar (2016) chama a atenção para quatro vertentes de proximidade: geográfica, temporal, social e psicoafetiva. A primeira refere-se à distância do leitor no momento em que ocorreu o acontecimento (ontem, hoje, amanhã); a segunda é referente aos locais em que ocorre o fato noticiado (bairro, município, estado, país); a terceira condiz com as temáticas relacionadas ao cotidiano (trabalho, estudos, religião, política); a quarta trata de valores afetivos, como morte, segurança, sexo, dinheiro. A psicoafetiva é a “[...]”

referência primeira dos fait-drivers que pautam, sobretudo, o jornalismo massivo-popular, eminentemente local” (AGUIAR, 2016, p. 70).

No dia a dia, o jornalismo invoca elementos temporais, psicoafetivos, culturais, sociais que reforçam o sentido de identidade e pertencimento a partir de uma lógica de fragmentação de públicos (BRINCA, 2012). A produção de conteúdo jornalístico, em especial nos veículos regionais, é orientada em torno de aspectos do cotidiano das pessoas, priorizando informações mais próximas. O noticiário, dessa forma, é construído com o objetivo de que criar maior intimidade com o leitor, de forma que ele se reconheça no que é noticiado. Um acidente de carro em determinada avenida cria identificação com os moradores que moram, trabalham ou conhecem o bairro. Uma manifestação cultural típica de uma região produz um sentimento de afinidade, enquanto uma fala polêmica do governador tende a ser compartilhado e provocar identificação dos membros de uma região administrativa.

A proximidade jornalística, de acordo com Brinca (apud Chaparro, 2012, p. 38-39), é um componente determinante e inevitável. “É um atributo essencial de noticiabilidade qualquer facto ou fala relevante da atualidade – proximidade não apenas física, mensurável, mas principalmente a proximidade abstrata em relação ao universo de interesses das pessoas e dos grupos sociais”, representando um dos elementos centrais à produção jornalística e um dos fatores-chave à existência da imprensa regional. É importante destacarmos que ainda que privilegiem a cobertura de eventos no interior de sua área de abrangência, os veículos regionais também reproduzem informações nacionais, seja por se referir a um acontecimento que julgam ser de extrema importância, seja pela ausência de notícias relevantes ou incapacidade estrutural de cobrir e produzir um noticiário regional capaz de completar uma edição do jornal.

Segundo Fernandes (2014), a proximidade é um dos principais critérios de noticiabilidade. É o que aponta um levantamento realizado com dez pesquisadores americanos e europeus que escolheram a proximidade como o principal valor-notícia em uma lista com setenta valores citados. Jorge (2006, p. 10) define o valor-notícia proximidade como “[...] o que está mais próximo do coração, da mente, dos olhos”. A autora afirma que os valores atualidade e proximidade são considerados os mais importantes e decisivos pelos manuais de redação. O primeiro refere-se à novidade, enquanto o segundo carrega o sentimento de pertencimento.

Peucer (2004, p. 28), no século XVII, argumentava “[...] que todo relato é mais agradável se se conhece o local”. O sentido de pertencimento a determinado local – por

uma proximidade psicoafetiva, cultural ou geográfica – faz com que reconheçamos no noticiário pessoas e lugares, permitindo reviver experiências e memórias afetivas. Fontcuberta (1993) chama a atenção para a proximidade enquanto critério que pode ser encontrado na dimensão geográfica e nas temáticas. A primeira refere-se aos acontecimentos inseridos no cotidiano das pessoas, na convivência (trabalho, igreja, escola etc.) rotineira das pessoas. A segunda é relativa aos temas e expectativas compartilhadas entre as pessoas (política, economia, segurança, saúde, educação).

A noção de proximidade constitui-se “[...] como um quadro de referência fundamental para as leituras do mundo e a construção do presente, pautado pela noção de identidade e de pertencimento” (AGUIAR, 2016, p. 70), podendo funcionar como elemento jornalístico que reforça esse sentimento a partir do momento em que dá voz a pessoas que compartilham uma identidade territorial. Peruzzo (2005, p. 81) classifica a informação de proximidade como aquela que manifesta as particularidades “[...] de uma dada localidade, que retrate, portanto, os acontecimentos orgânicos a uma determinada região e seja capaz de ouvir e externar os diferentes pontos de vista, principalmente a partir dos cidadãos, das organizações e dos diferentes segmentos sociais”.

A produção de conteúdo regional, para a autora (2005), caracteriza-se pelos vínculos que são enraizados pela vivência e experiências adquiridas e repartidas entre pessoas de uma mesma localidade. Nesse sentido, uma comunicação mais próxima pode significar informações com uma difusão mais rápida e impactos mais imediatos à população, se comparado com uma cobertura nacional. Os efeitos podem ser observados numa maior socialização e na promoção da cidadania que, por consequência, colabora para o desenvolvimento local e regional em suas diferentes facetas.

A proximidade faz com que a imprensa regional funcione a partir de características próprias. Para Camponez (2002), os veículos regionais são definidos a partir de cinco critérios: 1) a sede da publicação; 2) a vocação e intencionalidade da publicação; 3) o tratamento dado às informações; 4) a percepção do veículo sobre o leitor e 5) a relação com as fontes institucionais. Aguiar (2016) adiciona mais um critério. Para ela, os jornais devem levar em consideração a afinidade cultural, isto é, permitir a criação de conteúdo que produza efeito de pertencimento a determinado território, independentemente se se refere a um acontecimento naquela área de cobertura. Nesse último, enquadram-se acontecimentos, por exemplo, que se referem a uma manifestação cultural típica de determinada comunidade ou ainda um evento sobre uma celebridade que nasceu e que possui forte identificação com aquele território.

Pamela Pinto (2013) aponta para três categorias de mídia regional: supra-estaduais, estaduais e subestaduais. A primeira é composta por grupos que ultrapassam as fronteiras do estado de origem. Enquadram-se, aqui, os conglomerados midiáticos que, normalmente, são formados a partir de filiações com empresas de referência no nível nacional. A segunda diz respeito àqueles veículos com circulação dentro dos limites do estado. Trata-se, na maioria das vezes, do noticiário produzido na capital e distribuído para o interior. Nessa posição, podem ser afiliados a grupos nacionais ou subnacionais. O terceiro inclui os veículos subestaduais, independentes ou ligados a outros grupos midiáticos.

Nesta pesquisa, assumimos como objeto de estudo dois conglomerados de mídia, os quais, ainda que tenham estrutura de cobertura nacional, comportam-se predominantemente como veículos com relevância para a população gaúcha. Isto é, compreendemos que *Zero Hora* e *Correio do Povo*, mesmo que circulem em outros estados ou que possuam setoristas que cobrem Brasília, não podem ser enquadrados como grupos supra-estaduais, equiparando-se, por exemplo, ao Globo, Estadão e Folha de S. Paulo; esses, mesmo que tenham sede em seus estados de origem, priorizam o noticiário nacional. Os empreendimentos aqui citados fortalecem seu caráter estadual ao manterem sua tradição no estado do Rio Grande do Sul, sendo considerados dois dos jornais mais importantes (DORNELLES, 2004), com circulação expressiva em todas as regiões e estrutura de cobertura – especialmente, governamental – dos acontecimentos e fatos relevantes aos consensos jornalísticos do território estudado.

Ribeiro (2004) destaca que o jornalismo regional ainda apresenta características estereotipadas, de uma imprensa artesanal. No nosso caso, é o contrário. Estamos tratando de dois jornais de referência, com estrutura material, pessoal e de tecnologia e com rotina produtiva semelhante as dos grandes jornais e internacionais, dispondo, inclusive, da capacidade de cobertura dos acontecimentos em municípios do interior. Isso não impede que a prática profissional se oriente pelos traços característicos do jornalismo regional. Entendemos que a maior autonomia e profissionalização desses veículos não permite que fujam da natureza de uma produção jornalística que preza, acima de tudo, pelas particularidades de um olhar e relacionamento mais próximo com instituições, fontes e consumidores locais.

É importante ressaltar que, embora com características próprias, a imprensa regional não está isolada dos contextos nacionais. Pinto (2013, p. 102) argumenta que se deve tratar a “[...] mídia regional numa perspectiva relacional, capaz de contemplar suas

características locais e as suas conexões como outros espaços, como no caso das mídias de referência nacional”. Esse horizonte demanda aceitar que a profissão nesse nível traz à tona particularidades ao processo de seleção, apuração e publicação, levando em consideração as rotinas e práticas profissionais compartilhadas independente da escala de cobertura. O noticiário, como objeto de estudo, deve ser analisado a partir das singularidades daquela realidade social e o momento histórico em que está inserido, expressando as marcas que caracterizam determinada cobertura, no nosso caso, a governamental.

Do jornalismo regional, originou-se uma tendência de se produzir um jornalismo de serviços e com forte intimidade com a política (PERUZZO, 2005; BOUSQUET; SMYRNAIOS; BERTELLI, 2014). O jornalismo de proximidade nasce, assim, sob a expectativa de contribuir para a cidadania. Dornelles (2007) destaca que os jornais locais, muitos deles com circulação ou audiência regional, adotaram algumas características da comunicação comunitária. A autora observou uma tendência por matérias de interesse público que não caberiam numa cobertura nacional. Também identificou uma maior incidência de temas de arte e cultura, conscientização, políticas públicas relacionadas à saúde, preservação do meio ambiente e trânsito, por exemplo, reivindicações de serviços públicos e outras de utilidades.

De modo geral, a imprensa regional agrega elementos do cotidiano das pessoas, empregando um jornalismo de serviço, voltado para a conscientização e conhecimento sobre informações de utilidades públicas e, entre essas, as de origem ou de responsabilidade do Poder Executivo. É papel desses veículos de comunicação “[...] tornar público as decisões, as reivindicações e os fatos locais e regionais” (RIBEIRO, 2004, p. 5) a partir da compreensão de que a proximidade com os acontecimentos e a possibilidade de se obter conhecimento sobre o que acontece no seu cotidiano fazem com que a população tenha maior interesse pelo noticiário regional (AGUIAR, 2016, p. 17). Na visão da autora, a imprensa regional é responsável pela propagação de informações “[...] para além-fronteiras, contribuindo também para a maior aproximação entre a população e órgãos governamentais”.

Para Massuchin e Borges (2018, p. 350), os veículos regionais são “[...] importantes disseminadores de conteúdo, especialmente sobre política”, comportando-se como “atores relevantes no cenário local e regional”. O jornalismo regional se diferencia das coberturas nacionais devido à proximidade geográfica com seu público-alvo, com os fatos noticiados e as fontes consultadas, ainda que não haja pluralidade de vozes. Também

é reconhecido pela identidade sociocultural, política e econômica com os atores e grupos sociais nas localidades em que esses jornais circulam, alcançam e/ou possuem influência ou relevância.

Nesse contexto, a política funciona como pilar de sustentação do jornalismo regional. Ela interage (in) diretamente em diversos contextos: econômico (através da publicidade governamental), político (interação com lideranças políticas) e comunicacional (discurso político, interação assessoria e jornalista, fontes de informação, pautas jornalísticas, entre outros). No dia a dia, esses elementos coexistem numa cobertura jornalística que procura nas instituições e atores políticos os assuntos, fontes e materiais exclusivos que estamparão o noticiário. É importante entender que não se trata das coberturas adversárias, mas de uma cobertura, geralmente baseada no Poder Executivo, sobre o cotidiano de uma localidade: uma ocorrência policial, o calendário de vacinas, a agenda cultural.

Ribeiro (2004, p. 5) aponta que a cobertura jornalística mais próxima é “[...] mais opinativa que informativa, que discute os problemas, interfere nos bastidores da política, denuncia e também fofoca”, refletindo, em muitos casos, as paixões e disputas políticas. Peruzzo (2003) destaca que o elo entre a imprensa e os políticos não é, necessariamente, partidário. A relação é dada com quem exerce o Poder, seja o partido A ou o partido B, conforme estudo apresentado pela autora que demonstra que alguns eventos, como investimentos de recursos em educação, foram destaques durante o período analisado.

Para a autora (2003), o relacionamento estreito entre política e veículos de comunicação representa um risco à isenção jornalística, podendo ser determinante a falta de autonomia na elaboração do noticiário e, conseqüentemente, na qualidade da informação. Essa proximidade, na visão de Aguiar (2016, p. 36), pode significar constrangimentos e um obstáculo à pluralidade de fontes, com o fortalecimento do jornalismo declaratório, definido pela predominância “[...] às fontes oficiais e ao aproveitamento maciço e acrítico de press-releases, sobretudo os emitidos pelas assessorias de comunicação dos poderes executivo e legislativo, o que compromete a qualidade da informação, tanto em cidades do interior quanto em jornais de capitais”.

O jornalismo regional, nesse sentido, estabelece uma interação próxima, que exige a atenção dos repórteres em assuntos governamentais e o bom tratamento de lideranças políticas e assessorias de comunicação com os veículos da cobertura localizada. De um lado, há o empenho político em assegurar a publicação de informações de seu interesse nos jornais de referência e com identidade naquele território, vendo as assessorias de

comunicação como "agentes diretos da notícia" (PERUZZO, 2003, p. 78). Do outro, há a centralidade do Poder Público na resolução dos problemas diários e organização da sociedade, demandando uma participação ativa no noticiário, imbuído do papel de catalizador das necessidades locais, de cobrança, proposição de mudanças e políticas governamentais.

4. METODOLOGIA

Ainda que seja um fenômeno social inerente à existência humana, a comunicação como construção se desenvolveu tardiamente a partir de estudos interdisciplinares sobre o impacto dos meios no mundo social. A emergência dos meios de comunicação de massa fez surgir novas práticas comunicativas e, com elas, novos interesses de pesquisa (FRANÇA, 2001) que acarretaram em grandes escolas de pensamento no começo do século XX. É correto afirmar que a epistemologia desse campo se deu sobre os saberes de disciplinas paralelas, em especial, a sociologia. A sistematização em teorias da comunicação se intensificou na década de 1960, dando início a uma organização mais clara em um campo de estudo de produção e publicação (MARTINO, 2007).

Objeto de estudos de diversas ciências (FRANÇA, 2001) e interagindo com outras disciplinas (BRAGA, 2011), os estudos comunicacionais surgem de diversos aportes disciplinares e de diferentes vertentes teóricas – entre as mais reconhecidas, observam-se três grandes correntes: estudos dos efeitos, economia política e estudos culturais (MARTINO, 2011). Desperta-se então uma tradição de pesquisa que incorpora de campos vizinhos as teorias e suas perspectivas metodológicas para explicar a realidade dos fenômenos comunicacionais. Ainda que não reivindicuem o reconhecimento como Teoria da Comunicação (MARTINO, 2007), abordagens da linguística, antropologia, sociologia e da psicologia formam um mosaico que disciplina o campo da comunicação.

É recorrente na comunicação a associação de teorias que se relacionam a determinado processo metodológico - isso não impede a existência de outras complementares. A partilha de conhecimento referenda uma tradição de pesquisas qualitativas. No campo do jornalismo, grandes clássicos como os livros *Making News* e *Deciding What's News*, de Gaye Tuchman e Herbert Gans respectivamente, surgem de observações de redações norte-americanas. Em contrapartida, a possibilidade de examinar as coberturas jornalísticas em páginas de jornais abriu espaço para pesquisas com inspiração quantitativa. As diversas opções metodológicas se encaixam em um “conjunto de estruturas teóricas e técnicas analíticas” (JENSEN, 2008, p. 43) que melhor combinam para explicar o fenômeno comunicacional. Em nosso caso, o padrão de cobertura governamental em veículos regionais será aferido por meio de um conjunto de metodologias que aproveitam potencialidades de técnicas qualitativas e quantitativas, como veremos mais adiante

4.1 Objeto de pesquisa

A fim de se responder qual o padrão de cobertura governamental em jornais de circulação regional, o estudo toma como objeto dois impressos que fazem parte de grandes grupos comunicacionais de um mesmo estado, o Rio Grande do Sul. A opção por veículos de portes semelhantes de uma mesma unidade da federação se faz necessária dado o intuito de se investigar o impacto da regionalidade nas coberturas governamentais. Em um cenário nacional, o foco das coberturas políticas em geral se concentra na atuação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, concentrados em Brasília. Em tese, os acontecimentos noticiáveis são os mesmos para todos os veículos que cobrem a política nacional. Em um plano regional, as particularidades de cada estado acabam por inibir a comparação de veículos de localidades diferentes - por exemplo, um jornal do Sudeste e um do Norte do país -, mesmo que a literatura conceda argumentos para essas análises comparativas.

A comparação entre dois veículos se mostra mais adequada em um recorte que traga objetos de estudo similares e equivalentes. Para tanto, selecionamos os jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo* a partir de três critérios que viabilizam o *corpus* de análise. A primeira exigência referiu-se à periodicidade. Optamos por jornais impressos, com edições regulares e que circulem diariamente, ainda que possam manter como costume a divulgação de um número único aos fins de semana, circulando entre sexta e domingo. A pesquisa excluiu os jornais *on-line*, aqueles com circulação periódica ou que só tenham edição física aos sábados e domingos.

O segundo critério remete-se ao acesso aos jornais. Como regra, escolhemos veículos que disponibilizassem em seus sites, em um *template* de fácil acesso, todas as edições impressas armazenadas por um longo período de tempo. Algumas empresas de comunicação dispõem desses arquivos em seus portais, porém não são mantidos permanentemente. Isto é, mantêm-se apenas as edições até determinado mês. Essa premissa respondeu a três necessidades: facilidade no manuseio; acesso rápido e fácil, inclusive, para retornar ao objeto; e possibilidade de se manter os materiais em um espaço *on-line* para futuras consultas.

O terceiro critério seria a circulação do jornal. Como requisito básico, foram escolhidos impressos com forte circulação regional. Automaticamente, incidiu-se sobre veículos tradicionais de comunicação com estrutura econômica suficiente para se fazer presente em todo o Estado. Em função disso, entendemos ser necessário que os jornais

examinados tivessem porte e estrutura semelhante, com condições de ocupar espaços parecidos, em especial, a esfera de governo estudada.

O *corpus* de análise toma como base todos os textos jornalísticos que se referem ao governo do Rio Grande do Sul nos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora* entre outubro de 2016 a março de 2017. O período representa exatamente o meio do mandato do então governador, José Ivo Sartori (MDB). Essa decisão tem a pretensão de se distanciar do início da gestão e do período eleitoral, reduzindo vieses e eventuais questionamentos sobre um comportamento supostamente diferenciado durante esses períodos. É importante destacarmos que se investiga a totalidade de notícias, sem dar maior destaque a pautas com elevada repercussão nem menos relevância àquelas com ênfase restrita. O objetivo é trabalhar o padrão em uma cobertura permanente e contínua que abrange grandes acontecimentos e outros não tão relevantes aos olhos de pauteiros e editores, a fim de identificar o modelo vigente de noticiário acerca de um governo estadual, apontando as coerências e divergências nos dois jornais gaúchos.

Por textos jornalísticos entendemos todos os textos informativos e opinativos em seus mais diferentes formatos. Em relação às menções ao governo do Estado, aceitamos todas as que façam referência direta ou indiretamente ao Executivo estadual, aos atores e departamentos que fazem parte dessa instituição. É importante ressaltar que fundações e órgãos de responsabilidade do Executivo com autonomia governamental somente serão contabilizados quando inseridos em um contexto político ou administrativo que se conecta diretamente ao governo do Estado. A Brigada Militar, como exemplo, atende a esses requisitos quando envolve o Estado Maior e seus representantes ou quando a ação é de iniciativa do Estado. Ocorrências do dia a dia não se configuram como objetos para esta análise.

4.1.1 Os veículos

Dois dos mais tradicionais jornais do País, o *Zero Hora* e o *Correio do Povo* são referências no Rio Grande do Sul. O *Correio do Povo* nasceu no século XIX. Sua primeira edição circulou em 1º de outubro de 1895. Idealizado pelo sergipano Francisco Antônio Caldas Júnior, tinha o objetivo, de acordo com o site do veículo⁶, de ser “noticioso, literário e comercial”. O impresso rompia com os jornais panfletários, buscando se

⁶Acessado em dezembro de 2020: <https://www.correiodopovo.com.br/>

adaptar ao modelo anglo-saxão baseado na informação e na sobrevivência por intermédio da publicidade de empresas locais (SCHUDSON, 2010). A primeira tiragem foi de dois mil exemplares. O formato era de 39 por 56 centímetros, que foram divididos em seis colunas. O papel era importado da Europa; tinha apenas quatro páginas, comum à época.

Reconhecido como o fundador do jornalismo gaúcho moderno, Francisco Caldas Júnior criou um conglomerado midiático nestes 100 anos. A Companhia Jornalística Caldas Júnior, em 1957, criou a Rádio Guaíba. Na década de 1970 lançou a TV Guaíba, que mais tarde se transformaria em uma afiliada da TV Record. Em fevereiro de 1980 fundou a Rádio Guaíba FM. Atualmente, é de propriedade do *Grupo Record* e oferece o serviço de radiodifusão e televisão, bem como é responsável pela veiculação do *Correio do Povo* e por administrar o site do impresso no estado.

Com cerca de 50 anos a menos que o concorrente, o *Zero Hora* foi fundado por Ary de Carvalho em 1964, no início da ditadura militar. Na década de 1970, foi adquirido pelo grupo *RBS* (Rede Brasil Sul). À época, o proprietário da *RBS*, Maurício Sirotsky Sobrinho, era um locutor e apresentador famoso que tinha adquirido uma série de rádios. A compra do impresso fez parte do objetivo de expansão. No final da década de 1970 e começo dos anos 1980, o grupo extrapolou os limites territoriais gaúchos e assumiu o direito de exploração de rádios e TVs em Santa Catarina.

Zero Hora, hoje um jornal de maior circulação no estado, nasceu em um momento de efervescência política e das primeiras grandes transmissões políticas e esportivas na televisão. Pioneiro, o impresso que chegou a ser o quinto maior jornal em circulação no Brasil, foi um dos primeiros a circular pela internet no país, em 1995. Atualmente, de acordo com o site da *RBS*, o conglomerado de mídia mantém o ZH e o Diário Gaúcho, emissoras de rádio, entre estas a CBN Porto Alegre, rede de televisão afiliada ao Grupo Globo, além de portais de notícias, uma revista para o público feminino e uma multiplataforma de conteúdos gastronômicos.

4.2 Os métodos

Entendendo o método como uma lente orientadora (CRESWELL, 2009), assumimos neste estudo a perspectiva do *mixed methods*. A combinação entre métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo é “[...] geralmente vista como forma de balancear os pontos fortes de tais métodos, compensando suas fraquezas de modo a produzir melhores dados e melhores análises” (SILVA JR; D’ANTONA, 2013, p. 97). Trata-se de

um procedimento metodológico que permite descobrir as regularidades de um fenômeno a partir de um número de casos expressivos, sem perder a singularidade que uma análise qualitativa proporciona. No nosso caso, retrata-se a cobertura governamental dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, na hipótese de que exista um padrão que orienta a produção e, conseqüentemente, que legitima a ordem, conteúdo e marcas presentes na edição final desses periódicos.

A partir de métodos mistos, acreditamos ser possível verificar as particularidades de uma cobertura segmentada, observando os elementos que se repetem e que se diferenciam em cada edição em comparação com o outro veículo analisado. O objetivo é compreender qual o modelo de jornalismo que move a cobertura de um governo estadual. Para nós, pesquisadores, os elementos que formam o jornal não são autônomos. Cada demarcação, assinatura, enquadramento interagem entre si, podendo se correlacionar e explicar componentes importantes de uma cobertura, como a definição da capa, a predominância de determinados valores-notícia e a escolha de um ângulo. A pesquisa se sustenta sobre um *corpus* extenso, reunindo todos os textos jornalísticos relacionados ao governo do estado de outubro de 2016 a março de 2017. Ao todo, foram 2067 coletados textos.

Cada vez mais comum nos estudos sobre comunicação, o método misto representa um “[...] desenho completo de pesquisa, que assume múltiplas formas de dar sentido ao mundo, e variadas maneiras de ver e ouvir, integrando métodos quantitativos e qualitativos, seja na coleta (geração) ou na análise de dados” (OLIVEIRA, 2015, p. 136) a partir de problemas e objetos bem estruturados. Especificamente nesta pesquisa, o procedimento conhecido como *mixed methods* possibilita encontrar os indicativos de coberturas governamentais em jornais impressos, correlacionando variáveis importantes aos padrões dessas coberturas. Complementarmente, utilizam-se técnicas qualitativas para investigar e comparar as individualidades e as similaridades encontradas nos veículos observados, configurando uma estratégia explicativa sequencial.

A estratégia explicativa sequencial é uma estratégia popular para métodos mistos que frequentemente atrai pesquisadores com fortes inclinações quantitativas. Caracteriza-se pela coleta e análise de dados quantitativos na primeira fase de pesquisa seguida da coleta e análise de dados qualitativos em uma segunda fase que se baseia nos resultados quantitativos iniciais. O peso é tipicamente conferido aos dados quantitativos. E a mistura dos dados ocorre quando os resultados quantitativos iniciais comunicam a coleta de dados qualitativos. As

duas formas de dados são separadas, mas conectadas (CRESWELL, 2009, p. 211).

A opção pelo procedimento sequencial quantitativo/qualitativo responde à busca por uma complementariedade entre os métodos e à confirmação dos dados verificados. Ainda que dentro de uma perspectiva científica com forte inclinação quantitativa, aceita-se que protocolos metodológicos e técnicas estatísticas cumpram um papel importante nas primeiras fases de análise, não explicando o fenômeno estudado como um todo. São instrumentos eficientes para a classificação, ordenação e generalizações de um recorte extenso de notícias referentes a um governo estadual, como é a proposta deste estudo. Aqui, é possível identificar quais os fatores essenciais ao estabelecimento de um padrão jornalístico a partir das regularidades, descrições, associações que explicam as variáveis dependentes. Isto é, indicam quais pontos determinam os enquadramentos, as marcas de apuração, a composição do produto e a noticiabilidade, o que vai ao encontro da hipótese principal deste trabalho - a de que existe um padrão de cobertura governamental vinculado a uma perspectiva regional.

Os métodos quantitativos se mostram limitados para o aprofundamento do nosso objeto de pesquisa. A primeira etapa lança mão de ferramentas quantitativas para examinar a previsibilidade de um evento, nesse caso, as características que definem o modelo dessa cobertura governamental. Em uma segunda fase, utilizamos instrumentos de pesquisa qualitativos para investigar possíveis singularidades e similitudes entre os dois veículos estudados. Requer compreender que as particularidades encontradas nos cruzamentos e análises permitem uma observação mais profunda e serena. Comparamos as unidades de registro, fizemos associações no sentido da descoberta de um modelo de cobertura temática, observando significâncias que podem indicar um jeito próprio de se noticiar os acontecimentos relativos a um governo regional.

Os métodos mistos são operacionalizados a partir de procedimentos que visam maior abrangência ao se deter sobre um fenômeno em diferentes frentes. Trabalha-se em duas fases, combinando a “[...] força das grandes amostras, sua capacidade para a descoberta de padrões e generalizações, com a força dos estudos de caso, e sua capacidade para a identificação dos mecanismos causais” (OLIVEIRA, 2015, p. 138), capitalizando os pontos fortes de cada um dos métodos. Trata-se de um *combo metodológico*, que faz uso dos instrumentos da Análise de Conteúdo, Análise da Cobertura Jornalística,

Enquadramento, Valor-notícia e Teste de Independência para fundamentar a construção de um banco de dados e serve como base aos procedimentos aplicados em seguida.

4.2.1 Análise de Cobertura Jornalística

Neste trabalho, a Análise de Conteúdo (AC) se mostra útil por sua capacidade de ser um instrumento de organização e sistematização da pesquisa. Para Bardin (2011), enquanto método, a AC pode ser compreendida como um conjunto de técnicas de descrição do conteúdo das mensagens a partir de procedimentos sistemáticos. Isto é, permite encontrar marcas e explorar o material através de protocolos de pré-análise que antecipam o tratamento e interpretação dos dados obtidos no material. É convencionalizada como uma metodologia qualitativa e/ou quantitativa que possibilita a análise de materiais extensos, funcionando como uma metodologia fim ou como suporte para outras perspectivas metodológicas.

Comum às pesquisas sobre cobertura jornalística, a Análise de Conteúdo busca enxergar nas unidades de registro o “núcleo de sentido” (BARDIN, 2011, p. 35) das mensagens, levando o investigador a olhar as particularidades do fenômeno, seja pela ausência, seja pela regularidade de um evento. Os elementos constitutivos do conteúdo, dentro de um universo de investigação, colaboram para o exame mais profundo do objeto de estudo. A AC, inserida na pesquisa, configura-se como um método que opera na validação e ordenação das variáveis de análise constituídas em um banco de dados. Em nosso caso, aproveita-se seu rigor metodológico para transformar os elementos da mensagem em códigos e índices que possibilitem o tratamento adequado dos dados, identificando as individualidades e correlações que caracterizam as coberturas governamentais. Trata-se de categorizar as particularidades do noticiário relacionado ao governo estadual, observando os comportamentos das variáveis, comparando-as com as demarcações relativas a processos de rotina profissional - seleção, apuração, produção, redação -, e possíveis enquadramentos da notícia.

Como um método que incorpora as unidades de registro às marcas de produção jornalística em uma base de análise própria do jornalismo, a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), proposta por Silva e Maia (2011) na obra *Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico*, tem como objetivo a padronização de um protocolo metodológico específico e apropriado aos objetos de estudo do jornalismo. Seguindo a prática dos estudos de comunicação de se apoiar em metodologias de campos

interdisciplinares, os estudos em jornalismo tradicionalmente têm se sustentado em “[...] fórmulas metodológicas sem as considerações e adaptações necessárias”, resultando, muitas vezes, em “[...] um quadro limitado de respostas quase sempre circunscritas ao domínio do meio/mensagem” (SILVA; MAIA, 2011, p. 21). As autoras fazem, assim, uma crítica à conduta pragmática das pesquisas em jornalismo, limitada, em muitas ocasiões, a uma vertente analítica que se inclina apenas ao conteúdo e suas significações. Os estudos, neste contexto abordado, desconsideram contextos e particularidades que atravessam a rotina produtiva e o produto jornalístico.

Para Silva e Maia (2011, p. 22), um método específico exige uma melhor percepção sobre o “modelo fragmentário de processo jornalístico”. Ainda que “produção, produto e recepção” funcionem em fases diferentes, é impossível compreendê-las como categorias fins, independentes uma da outra. Interação com rotinas, convenções, práticas e rituais (TUCHMAN, 1999) que estruturam o fazer jornalístico a partir de valores duradouros (GANS, 2004), de uma visão de mundo que opera nos mapas culturais de significado (HALL *et al.*, 1999) do jornalista e da sociedade. Isso quer dizer que o processo jornalístico vigora em um ciclo em que cada fase é determinante a outra, operando sobre as expectativas e condicionantes internos e externos à redação.

Essa compreensão, implícita na ACJ, exige que se “[...] desvincule a noção de produto da noção de mensagem e que se rompa com a matriz conceitual que tende a reduzir uma à outra” (SILVA; MAIA, 2011, p. 22). Isso requer que se investigue o objeto como um todo, examinando os significados implícitos no conteúdo e as características do processo produtivo. Por essas características, a ACJ se mostra um método adequado à proposta para se analisar coberturas governamentais. Ela permite avaliar como os veículos estruturam “[...] a cobertura de assuntos em geral ou de acontecimentos factuais específicos, explorando as marcas das técnicas e estratégias de apuração, composição, disposição e, conseqüentemente, angulação da notícia nas páginas do veículo” (SILVA; SOARES, 2013, p. 83) a partir do entendimento de que o processo não desaparece no produto.

As marcas de apuração e composição equivalem a uma assinatura do processo produtivo, permitindo verificar as individualidades de uma determinada cobertura jornalística, assim como visualizar “o receptor na produção, a produção na recepção” (SILVA; MAIA, 2011, p. 22). Silva e Soares (2013, p. 82) entendem que, submersas nessas demarcações, encontram-se as estratégias que “[...] configuram um mesmo

acontecimento social em diferentes acontecimentos jornalísticos”, conceituando a notícia como uma tradução cultural que reúne disputas, consensos e valores sociais.

O protocolo metodológico, ao final, ajuda também a identificar e tipificar especificidades da atividade jornalística, mapeando tendências e possíveis lacunas na obtenção, averiguação e apresentação das informações. Com a aplicação da ACJ estamos interessados em investigar a conformação do acontecimento jornalístico que se dá já nas estratégias e técnicas de apuração, composição e disposição visíveis no texto – no caso, o impresso (SILVA; SOARES, 2013, p. 84).

A ACJ figura como uma metodologia oportuna às análises de cobertura regional, no caso específico de um governo estadual, dada a compreensão do jornalismo como parte de um contexto sócio-histórico-cultural (SILVA; SOARES, 2013). Esse protocolo metodológico, conforme pensado por Silva e Maia (2011), responde às expectativas desta pesquisa. A partir dele é possível mapear tendências e as tipicidades da atividade jornalística, manifestadas nos textos jornalísticos que formam uma edição impressa. A ACJ permite encontrar as facetas de uma cobertura governamental, examinando as particularidades de cada veículo, as transformações em um período determinado, a partir de um *corpus* que envolve um número amplo de notícias.

4.2.2 Análise de Enquadramento

Alicerçado pelos instrumentos metodológicos de categorização e tratamento de dados da AC e ACJ, nossa conduta, na presente pesquisa, complementa-se com a possibilidade de operacionalização de categorias de análise dos enquadramentos noticiosos. Segundo Bonone (2016), a Análise de Enquadramento é um método de tratamento e análise de textos informativos por intermédio de técnicas de coleta de dados. “O método pressupõe uma leitura crítica do significado das mensagens, seu conteúdo expresso ou velado, ou seja, o que está dito e também o que está implícito ou mesmo disfarçado” (BANONE, 2016, p. 82), avalizando uma investigação sobre os quadros que os veículos de comunicação constroem nas notícias, em um contexto de governo estadual.

A Análise de Enquadramento é uma vertente metodológica que coexiste com a Análise de Conteúdo. Mendonça e Simões (2012) compreendem o enquadramento como um operador para a AC, funcionando como uma variável que possibilita examinar contextos e a forma com que a realidade é enquadrada. Isto é, como o veículo constrói

molduras a partir de sentidos imbricados nos conteúdos e discursos do produto jornalístico: a notícia. Enquadrar, para Entman (1993, p 52), “[...] é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema”, manifestando um modo de enxergar o mundo.

O enquadramento, abordagem comum aos estudos sobre jornalismo e política, revela-se oportuno ao exame sobre como governos são retratados nas páginas de jornais regionais. Os *frames* permitem, como objeto de investigação, determinar problemas, identificar julgamentos morais e valores sociais, identificar avaliações e opiniões, entre outras características que permeiam a dimensão política. O ato de enquadrar, escondido sob a parte visível do texto jornalístico, estrutura-se na interação de interlocutores, textos e valorações da cultura em que se insere. Expressa-se dentro de um cenário de negociação, de disputa e de alinhamento, impossibilitando que se signifique como um dado independente, fora de um contexto próprio. Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017) entendem que os enquadramentos podem ser definidos como “padrões persistentes de apresentação, seleção, ênfase e exclusão de organização do discurso verbal ou visual, que permitem aos jornalistas e profissionais dos media processar altos níveis de informação de maneira rápida e rotineira para suas audiências”, o que permite identificar hierarquizações e escolhas dos agentes midiáticos.

Os *frames* operam aqui como chaves de interpretação, organizando esta pesquisa no intuito de observar o tratamento midiático dado ao governo e seus representantes em âmbito estadual. Essa vertente permite examinar como a realidade é interpretada no noticiário. Funciona como um instrumento metodológico que avaliza a investigação sobre o fenômeno estudado, dentro da ideia de se averiguar quais os quadros em que o governo do estado se encontra e os significados expressos na cobertura jornalística sobre o tema. Toma-se como base o texto noticioso dos veículos *Zero Hora* e *Correio do Povo*, no período entre outubro de 2016 e março de 2017, para fins de análise. As análises de enquadramentos podem levar em consideração diversos elementos textuais, visuais e narrativos (RIZZOTTO, PRUDENCIO, SAMPAIO, 2017). Neste caso, nos orientamos por uma perspectiva clássica de se observar apenas o texto, dado o número escasso de imagens, a partir da compreensão de que as interações e disputas se materializam no conteúdo exposto nas páginas dos jornais.

Investigam-se as molduras de sentido que balizam os comportamentos das pessoas. Diferentemente dela, contudo, o foco não está na situação

ou no contexto pragmático da interação, mas no próprio conteúdo dos discursos. É no conteúdo que se busca o quadro, visto como uma espécie de ângulo, que permite compreender uma interpretação proposta em detrimento de outras (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 194).

Assim, a Análise de Enquadramento se estabelece como uma vertente teórico-metodológica adequada às investigações empíricas com bases mais extensas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Possibilita concentrar-se sobre os ângulos discursivos e interpretações enunciados nos *frames*, a partir de mapeamento de temáticas e indícios que se manifestam nos processos diacrônicos dos quadros. Neste modelo teórico-metodológico, a pesquisa trabalha com os enquadramentos noticioso e interpretativo dentro do entendimento de que ambos se completam (PORTO, 2004) e coexistem. Em um lado, sistematiza-se uma série de variáveis que buscam identificar quadros permanentes que estruturam um padrão de cobertura governamental. Em outra ponta, procura-se apontar como esses *frames* significam acontecimentos, mascarando ou promovendo interpretações para a audiência.

Instrumentalizam-se “[...] categorias de classificação sistemáticas e protocolos para a codificação do conteúdo da mídia” (PORTO, 2004, p. 96). Categorizações que se agrupam no modelo *issue-specific news frames*, proposto por Rizzotto, Antonelli e Ferracioli (2016). Empregados para coberturas específicas, constituem uma abordagem que permite um exame mais detalhado do material observado. Admitem que um olhar mais individual assegure distinguir aspectos peculiares de uma cobertura governamental, revelando enquadramentos, temas e particularidades impostas aos acontecimentos noticiados pelos veículos examinados.

4.2.3 Valor-notícia

Ainda no processo de sistematização de categorias próprias a uma cobertura jornalística, recorre-se aos valores-notícia com o intuito de se entender por que o governo estadual é pauta. Conceito interligado aos preceitos teóricos do *Gatekeeping* e do *Newsmaking*, o valor-notícia é constantemente utilizado como um operador de análise dos acontecimentos noticiáveis. Comporta-se como um instrumento de investigação das características que promovem um evento a notícia, ainda que não se postulem como metodologia de pesquisa.

Esses valores são ordenados e categorizados a partir dos princípios metodológicos da Análise de Conteúdo (SEIXAS; ALVES, 2017), permitindo identificar e contabilizar a presença deles nos textos jornalísticos averiguados. Como um instrumento adequado às pesquisas empíricas, os valores-notícia se instituem também como referências à “[...] operacionalidade de análises de notícias, permitindo identificar similaridades e diferenciações na seleção ou hierarquização de acontecimentos [...] e possibilitando percepções históricas e culturais sobre o processo produtivo das notícias” (SILVA, 2005, p. 100). A sistematização desses atributos em categorias de análise da cobertura governamental permite combiná-las e compará-las com outras características singulares do objeto estudado, atuando em cooperação com as informações encontradas nos procedimentos metodológicos anteriores. Como operadores de análise, funcionam em conjunto com as marcas de apuração, enquadramentos e particularidades que envolvem o noticiário sobre governos em um âmbito regional.

4.2.4 Análise de dados categóricos (Teste de Independência)

Ao assumirmos a perspectiva quantitativa, compreendemos que os fenômenos jornalísticos podem ser explicados a partir de generalizações e relações de causalidade (CERVI, 2009), representados pelos números. O tratamento dos dados cabe tanto nas representações por gráficos e tabelas quanto no coeficiente de testes estatísticos. No primeiro caso, buscamos resumir e descrever a frequência de cada característica da cobertura governamental em ambos os jornais. No segundo, observamos o comportamento das variáveis, buscando compreender quais são aquelas características que se relacionam com as outras. Após uma primeira etapa de coleta, extração e tratamento de dados, submete-se a amostra a uma análise descritiva e, posteriormente, a testes de hipóteses estatísticas (H0 hipótese nula e H1: hipótese alternativa).

A pesquisa quantitativa é definida por Cervi (2009, p. 127), “[...] como uma forma de explicação causal a partir de uma predição linear, enquanto a qualitativa busca uma compreensão estruturalista a partir de uma predição formal”. De forma complementar, a quantificação permite um olhar universal sem perder aspectos mais individuais. Isto é, a partir de técnicas quantitativas, é possível definir padrões e observar relações entre as características de uma cobertura específica. A par disso, os instrumentos qualitativos contribuem com uma visão mais particular do fenômeno estudado

A utilização do método quantitativo nas pesquisas sobre cobertura jornalística tem por objetivo identificar como determinados temas aparecem nos jornais, por meio de uma série de características que podem ser medidas e contabilizadas. Existem outras formas de estudar as características da produção jornalística, mas alguns fatores explicam e também justificam a utilização dessa estratégia para este tipo específico de análise (CERVI; MASSUCHIN, 2013, p. 844).

A pesquisa recorre ao teste de Qui-Quadrado. Criado por Karl Pearson em 1900, “[...] o método de análise compara os resultados observados com os resultados esperados para verificar se há ou não diferenças significativas entre as distribuições” (CERVI, 2014, p. 20), podendo ser aplicado, entre outros propósitos, para investigar se há uma associação entre duas variáveis qualitativas: é o chamado Teste de Independência. O modelo permite comparar duas características da cobertura governamental, distribuídas na linha e coluna de uma tabela de contingência, com o intuito de perceber a existência de correlação e o grau de intensidade entre elas. Entre outros resultados, possibilita testar quais os tipos de fonte se correlacionam com as notícias que enquadram positivamente o governo estadual, por exemplo.

A partir do Qui-quadrado é possível calcular a dependência de uma variável. Uma variável dependente é aquela em que seu valor deriva do comportamento de outra. Em termos práticos, pode-se compreender, por exemplo, se o enquadramento do governo estadual e a capa do veículo possuem associação estatística, apontando para uma influência da primeira sobre a segunda. Caso contrário, aceita-se que é nula. Elas são variáveis independentes. Se se confirmar a significância, pode-se então mensurar a intensidade (CERVI, 2014). É importante destacarmos que o teste é indicado para as unidades categóricas que representam todo o nosso banco de dados – exceto a variável Número de Fonte⁷. As variáveis categóricas são aquelas que representam uma qualidade – ser homem ou mulher, por exemplo. Em outras palavras, são características sem valor quantitativo. Elas são definidas pelas suas categorias, isto é, pelas representações que fazem dos indivíduos observados. No nosso caso, sobre as propriedades que formam uma cobertura governamental em veículos tradicionais de comunicação do Rio Grande do Sul, aproveitando-se de técnicas estatísticas para compreender o evento pesquisado.

Em um primeiro momento, pretendemos cumprir duas finalidades, conforme Cervi (2014, p. 13):

⁷ Para fins de identificação e organização, adotamos a caixa alta (letra maiúscula) para destacar as variáveis e diferenciá-las no texto.

1) uma razão de ocorrência a partir da contagem entre duas variáveis, quando o objetivo é verificar quanto há de ocorrência de uma qualidade em comparação ao total das ocorrências observadas [...] 2) uma correlação entre os valores encontrados para as variáveis, para quando o objetivo do pesquisador é estabelecer o grau de associação entre ocorrências de qualidades em variáveis distintas ou independentes.

Para cumprir com as finalidades, a pesquisa faz uso do Qui-Quadrado, a fim de averiguar possíveis associações entre duas variáveis, num primeiro momento. Em uma segunda etapa, medimos a magnitude desta associação a partir dos coeficientes V de Crammer e Phi. Neste caminho, verifica-se a distribuição de cada variável e a força da relação entre duas variáveis. Em outras palavras, observa-se o cruzamento entre elas, buscando identificar se a distribuição de determinada categoria responde ao esperado, podendo comprovar quais são as características da cobertura governamental que se destacam. É possível, por exemplo, identificar se a distribuição da variável Enquadramento em relação à variável estar na Capa está dentro do previsto, possibilitando constatar se há uma maior incidência do enquadramento negativo ou positivo.

O V de Crammer e o Phi são coeficientes que mensuram a “força do efeito de uma variável sobre a outra” (CERVI, 2014, p. 27) a partir de testes de Qui-quadrado. O primeiro serve para determinar a associação em tabelas não quadradas, ou seja, quando pelo menos uma das variáveis apresenta mais de duas categorias de respostas. Neste teste, o intervalo varia de 0 a 1, de forma que 0 representa ausência de relação e 1 uma associação muito forte entre as variáveis. Por fim, ao obter o valor do relacionamento, é necessário identificar quais categorias apresentam relação mais intensa. Nesta etapa, recorre-se ao cálculo de resíduos sólidos, que mede a “diferença entre a Frequência Observada e a Frequência Esperada” (CERVI, 2014, p. 67). A fórmula é:

$$Fe = \frac{(Mc \times Ml)}{N}$$

Onde:

Mc: Marginal da coluna

Ml: Marginal da linha

N: Número total de casos

O coeficiente Phi é voltado às tabelas 2 x 2. É uma medida de associação entre duas variáveis binárias que equivale a uma correlação. Isto é, que permite identificar o comportamento das variáveis a partir de um intervalo entre - 1 a + 1. A correlação positiva significa que as variáveis se movem na mesma direção, enquanto a negativa

indica que se movimentam em direções opostas, permitindo perceber não só a força da associação (quanto mais próximo de 1, mais forte a interação), como a forma em que determinada variável interfere na outra. Em outras palavras, pode-se identificar, por exemplo se determinado valor-notícia interfere na construção da capa, mensurando se de forma positiva ou negativa e o tamanho da força da interação. A fórmula é:

$$V = \frac{\chi^2}{(n \cdot (k - 1))}$$

Onde:

χ^2 = coeficiente qui-quadrado.

N = número de casos

K = Número de categorias de uma das variáveis testadas. Emprega-se o menor número de categorias, independentemente se está nas linhas ou colunas

É importante destacarmos que esta pesquisa é exploratória. A proposta da criação de um banco de dados com um número extenso de variáveis tem o objetivo de observar a cobertura governamental como um todo. Não é uma análise pontual, que procura confirmar uma teoria ou a predominância de determinada característica na produção noticiosa. Nesse sentido, acreditamos ser mais importante encontrar se há uma associação estatística entre as qualidades da cobertura governamental do que a força do relacionamento entre as variáveis. Isso porque o nosso objetivo é identificar um padrão, as características mais importantes, em especial aquelas que interferem no comportamento das outras.

4.2.5 Análise Comparativa

A pesquisa empírica, segundo Cervi (2009, p. 132), tem como um de seus objetivos “[...] encontrar elementos importantes a uma realidade e as relações existentes entre eles”. A explicação da realidade via empirismo se sustenta dentro de um olhar sobre as simetrias e assimetrias, padrões e atipicidades de um fenômeno estudado. A Análise Comparativa fecha o ciclo metodológico deste estudo. Utilizamos o método para comparar as semelhanças e as diferenças contidas na cobertura governamental de dois veículos inseridos em um mesmo contexto social, porém de empresas de comunicação concorrentes.

A comparação permite encontrar significância em um número moderado de casos. É estratégica, quando utilizada para confirmar se o fenômeno estudado representa uma singularidade de cada objeto ou se há mesmo um padrão no comportamento de um conjunto de variáveis.

A pesquisa comparativa tem raízes nas próprias origens das ciências sociais, especialmente entre os precursores da ciência política, da sociologia e da economia política (Tocqueville, Durkheim, Marx, Smith ou Ricardo, entre outros). A comparação de situações entre ou dentro de diferentes países levou à criação de teorias estruturantes para a pesquisa. Explicar e “entender causalmente o significado abrangente de uma atividade” (Weber, 1971 [1922]) não é simplesmente uma questão de descrever fatos isolados ou cotejar reflexões pontuais, mas de fazê-los dialogar entre si por meio de método e teoria. O desenho da pesquisa, portanto, representa o desafio essencial de todo estudo comparativo, pois define seu rigor e seu valor heurístico (ANCIAX; HERRMANN; GUAZINA, 2017, p. 21).

No jornalismo, a tradição dos estudos comparativos tem como origem uma abordagem “[...] em que um conjunto de variáveis a serem comparadas são derivadas de uma leitura estrutural dos sistemas midiáticos nacionais” (LE CAM; PEREIRA, 2017, p. 63). Essa vertente, iniciada pelo livro *Comparing Media Systems* de Hallin e Mancini, desenvolveu-se nos estudos sobre política e comunicação. Os autores, na década de 1960, compararam sistemas de mídia em países com contextos sociais diversificados, investigando o impacto ao sistema político. Le Cam e Pereira (2017), também se utilizando do método comparativo, trazem essa perspectiva metodológica para dentro do ambiente de trabalho dos jornalistas: comparam práticas desses profissionais *on-line* em redações jornalísticas do Brasil e França.

Ainda que se estabeleça em um diálogo entre a comunicação e a política, esta pesquisa se aprofunda sobre as particularidades da produção noticiosa. Examinam-se padrões de cobertura governamentais, comparando o modelo desenvolvido em veículos de uma mesma região. A escolha do método se dá pela possibilidade de se investigar as semelhanças e discrepâncias entre jornais que, embora de mesmo porte e com a partilha das mesmas convenções jornalísticas, funcionam em estruturas empresariais próprias. Fato que leva esta pesquisa à necessidade de compreender os contextos econômicos, estruturais e políticos das empresas abordadas.

Para Sartori (1994), a metodologia comparativa funciona como especialização do método científico, dividindo espaço com as técnicas experimental, histórica e estatística.

Como complemento à base estatística operada, a comparação funciona, segundo o autor, como um alicerce suplementar aos casos observados, permitindo conceituar generalizações. Esse instrumento se revela fundamental para a interação teoria/objeto. Se ante o prisma quantitativo (CERVI, 2009) consideramos que o fenômeno estudado pode ser explicado por representações numéricas, pela ótica de uma análise comparada almejamos a confirmação dos resultados encontrados a partir dos fatores que se assemelham ou se diferenciam.

Esse método, em uma das definições possíveis, conforme descrito por Gonzalez (2008, p. 6), implica apontar padrões de similitude e disparidade, o que pode ser feito pelo uso da classificação. A ideia divide o método em dois horizontes analíticos: a comparação de casos semelhantes e de casos diferentes. O método de diferença se baseia em unidades de análise que destacam as assimetrias entre os objetos examinados. Esse, de acordo com Anciaux, Herrmann e Guazina (2017), possibilita observar os efeitos presentes entre um fenômeno e o cenário em que está inserido.

O desenho da presente pesquisa exige a opção pelo primeiro modelo. O método de “concordância favorece os elementos comuns a fenômenos estudados em suas diferentes manifestações, o que nos permite identificar e definir seus traços característicos” (ANCIAUX; HERRMANN; GUAZINA, 2017, p. 23), enquadrando-se como central ao estudo que *a priori* examina os padrões de coberturas governamentais. Como forma de análise, aproveitamos os resultados tratados nas primeiras etapas para examinar quais são as características manifestadas nos jornais impressos, compartilhadas e institucionalizadas pelas redações dos veículos abordados. O foco foi encontrar os traços partilhados entre os objetos, articulando as compressões sobre o fenômeno dentro dos contextos inseridos. Isso não quer dizer que as assimetrias não tenham significados. A partir delas observam-se as particularidades de cada cobertura, os caminhos paralelos que formam cada um desses objetos. Entretanto, nesta investigação, nosso foco é sobre as semelhanças, os elementos concordantes, as *irmandades* e até os pactos entre os dois veículos.

5. CODAGEM

Os desafios para explicar um fenômeno jornalístico a partir de seu produto final recaem sobre a construção de operadores de análise que envolvam esse fenômeno como um todo, permitindo visualizá-lo em suas diferentes perspectivas. A viabilidade da pesquisa empírica recorre a uma matriz teórico-metodológica que orienta o caminho de investigação, definindo procedimentos e códigos analíticos. Este processo envolveu cinco etapas que tiveram a participação de profissionais da comunicação e pesquisadores da área: 1) Coleta dos jornais; 2) extração dos textos jornalísticos; 3) Codebook, 4) Pré-teste; 5) Testes. A primeira etapa foi concluída após a definição do corpus. Foi feito o download de todas as edições do Correio do Povo e Zero Hora no período analisado. A fase contou com o apoio de Leila Bogdanavicius. Na segunda etapa, foi identificado, printado e arquivado todos os textos jornalísticos que abordavam o Poder Executivo gaúcho. A manipulação do material ficou a cargo deste pesquisador em parceria com Gustavo Quirino e Rodrigo Basniak, profissionais da comunicação política com experiência em assessoria parlamentar na Câmara de Vereadores de Maringá e nas prefeituras de Pitanga e Manoel Ribas, municípios de pequeno porte no Paraná. As divergências foram levadas a outros dois profissionais: Hortensia Franco de Carvalho, jornalista e assessora de imprensa de sindicatos, e Cauê Sanches, professor no Centro Universitário Metropolitano de Maringá (Unifamma)

O terceiro estágio refere-se à construção do Codebook que orientou tal análise. O livro de códigos foi construído a partir de critérios a partir de uma literatura teórico-metodológica existente que abarcam marcas e conteúdo derivados do processo produtivo (SILVA, 2005, SILVA; MAIA, 2011, SILVA; SOARES, 2013), das práticas profissionais (SILVA; MAIA, 2011, SILVA; SOARES, 2013) e da materialização de opiniões e enquadramentos sobre o governo estadual e seus atores (AIRES; CÂMARA, 2017, BOYDSTUN et al, 2013, RIZZOTTO; ANTONELLI e FERRACIOLI, 2016) As coberturas jornalísticas, enquanto “[...] estratégias de apuração e angulação, configuram um mesmo acontecimento social em diferentes acontecimentos jornalísticos” (SILVA; SOARES, 2013, p. 82) e deixam vestígios de como se dá o processo de produção jornalística. A própria padronização de um modelo de se fazer jornalismo, manifestado em regras, convenções e hierarquias, permite identificar marcas e problematizar coberturas temáticas. Em um contexto de governos regionais, esta pesquisa estruturou-se sobre cinco grandes vertentes de análise: Marcas de Apuração (SILVA; MAIA, 2011,

SILVA; SOARES, 2013), Marcas de Composição do Produto (SILVA; MAIA, 2011, SILVA; SOARES, 2013), Valores-Notícia (SILVA, 2005), Enquadramento (AIRES; CÂMARA, 2017, BOYDSTUN et al, 2013, RIZZOTTO; ANTONELLI e FERRACIOLI, 2016), Referência aos atores governamentais.

Definido os eixos de análise, constituiu-se uma primeira versão para o pré-teste. Para tanto, formou-se uma equipe com Hortênsia Franco e Cauê Sanches. Nesta etapa, foram testados cerca 5% da amostra dos dois impressos (50 textos no *Correio do Povo* e *Zero Hora*). Aplicou-se as variáveis aos textos jornalísticos e verificou-se as incongruências que balizaram o ajuste no livro de códigos. Num segundo momento, um mês do primeiro pré-teste, repetiu-se o procedimento e, mais uma vez, trinta dias depois. Esta equipe voltou a validar a coleta de dados em outras três oportunidades: 1) 30% dos dados cadastrados; 2) 60% dos textos analisados e; 3) 90% do trabalho de coleta finalizado. O trabalho que durou mais de um ano repetiu o mesmo procedimento: escolha aleatória de cinquenta textos do CP e do ZH. Por fim, a última etapa foi a aplicação dos testes por intermédio do Software SPSS da empresa IBM (International Business Machines Corporation)

5.1 Coleta de Dados

Nos Quadros 2, 3, 4, 5 e 6 encontram-se alinhadas as variáveis que serão investigadas em nosso estudo e que nos darão os números de frequência da cobertura do *Zero Hora* e *Correio do Povo*, no período analisado. O Quadro 7 representa uma visão geral das categorias de análise. Essas variáveis estão na coluna à esquerda, por exemplo: Origem da Informação, Tipo de Fonte, Dia da semana, Gênero jornalístico etc. São essas variáveis que nos indicarão, ao final do estudo, o padrão noticioso da cobertura governamental nos dois veículos, conforme o objetivo desta pesquisa.

5.1.1 Marcas de apuração

Diante da possibilidade de reconstruir “[...] através de marcas deixadas no produto, o caminho percorrido pelo jornalista e pelo veículo para apurar e relatar as informações” (SILVA; MAIA, 2011, p. 25), examinamos as marcas de apuração que caracterizam o processo de coleta de dados jornalísticos. Melhor dizendo, observamos fontes, origem da informação, versões e autoria no objetivo de entender as escolhas que

estruturam essa notícia. Em função de convenções e de técnicas institucionalizadas e legitimadas pela profissão, o fazer jornalístico tende a seguir uma prática que revela padrões de cobertura. Assim, em uma temática específica – no nosso caso, o governo do Rio Grande do Sul -, os vestígios das rotinas produtivas, materializados na notícia, aparecem no interior do processo de apuração, na relação com os consultores e obedecendo aos consensos e limites que guiam a atividade.

QUADRO 2

Categorias de análise das Marcas de Apuração

| | |
|---------------------------------------|---|
| Origem da informação | Indefinida; Reprodução; Fonte; Iniciativa do Meio |
| Tipo de fonte | Primária; Secundária; Primária e Secundária |
| Número exato de fontes | |
| Fonte governamental | Governador; Vice-governador; Secretário / Secretária; Servidores de outros escalões; Militares / Estatal; Outros, Nenhuma |
| Outras fontes | Hierárquica; Institucional (Empresas, ONGs, Sindicatos, etc); Cidadã; Especializada; Documental; Assessoria e OFF |
| Desdobramento de outra notícia | Sim; Não |
| Título | Crítico, Equilibrado, Promoção |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Silva e Maia (2011) e Silva e Soares (2013)

5.1.2 Marcas de composição do produto

Como atividade materializada a partir de critérios de hierarquização dos acontecimentos e informações mais importantes, o jornalismo se legitima sobre composições, articulações e negociações que também se refletem nos tipos de notícia produzidos e veiculados, na organização espacial e temporal das empresas e dos próprios jornalistas. Neste segundo eixo, entende-se que as características do tipo de pauta e informações veiculadas retratam singularidades que cada uma dessas estruturas apresenta. As prerrogativas e restrições que envolvem a construção da matéria informativa ou de um artigo de opinião orientam a prática profissional, possibilitando observar suas entrelinhas e suas relações com outros parâmetros que organizam o produto jornalístico. A materialidade desse objeto esconde uma série de negociações, normatizações e

convenções que conformam um jornal em função de hierarquias que determinam as informações mais nobres e as menos relevantes, expressas em divisões temporais e espaciais (as editorias), que vão designar os dias e os locais com maior prestígio, no leiaute do veículo bem como na estrutura redacional.

QUADRO 3

Categorias de análise das Marcas de Composição do Produto

| | |
|----------------------------|---|
| Dia da semana | Segunda-feira; Terça-feira; Quarta-feira; Quinta-feira; Sexta-feira; Sábado; Domingo |
| Gênero Jornalístico | Informativo; Opinativo |
| Formato | Reportagem; Nota; Entrevista; Editorial; Artigo; Coluna; Crônica; Notícia |
| Editoria | Cidade; Economia; Geral; Polícia; Política; Rural |
| Página | Par; Impar; Duas Páginas |
| Local na página | Superior Direita; Inferior Direita; Centro; Superior Esquerda; Inferior Esquerda; Meia Página; Página Inteira; Mais de uma Página |
| Capa | Sim; Não |
| Local na Capa | Manchete Principal; Manchete na Capa; Chamada de Capa; Não está na Capa |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Silva e Maia (2011) e Silva e Soares (2013)

5.1.3. Valores-notícia

Em um terceiro eixo de análise aprofundamos as características de um acontecimento para se tornar pauta. Os valores-notícia podem ser utilizados como um operador de análise que possibilita observar padrões, critérios e preferências das coberturas governamentais. O conjunto de valores-notícia, mais do que um organizador dos acontecimentos caóticos do mundo (SILVA, 2010), demarca quais são as propriedades que determinado evento precisa ter para ser noticiado, configurando-se como uma régua valorativa que determina o que é notícia e o que não é.

QUADRO 4

Categorias de análise dos Valores-notícia

| | |
|--------------------------------|---|
| Proximidade | Municipal; Regional; Estadual; Nacional; Internacional |
| Circulação | Sim; Não |
| Impacto | Pessoas envolvidas no fato; Pessoas afetadas pelo fato; Grandes quantias |
| Notoriedade | Estado; Governo; Governador; Vice-governador; Secretário; Outros servidores ou políticos; Estatais, fundações, Militares |
| Notoriedade Hierárquica | Sim; Não |
| Governo | Interesse Universal; Agendas oficiais e eventos; Decisões e medidas; Relacionamento entre Poderes; Outros |
| Polêmica | Controversa; Escândalo |
| Justiça | Decisões judiciais; Relacionamento entre os Poderes; Atos Protetivos; Denúncias e investigações; Apreensões e prisões; Julgamento |
| Tragédia | Catástrofe; Doença e morte; Desemprego; Situações desumanas; Outros |
| Violência | Homicídio / Tentativa de homicídio; Roubo / Furto; Sequestro / Tentativa de Sequestro; Dano ao Patrimônio Público; Insegurança Pública; Confronto com a Polícia; Invasão e Agressões; Crimes Ambiental ou de Trânsito. |
| Raridade | Curiosidade; Surpresa; Entretenimento |
| Emoção | Drama; Interesse Humano |
| Conhecimento | Pesquisa; Descoberta / Invenção |
| Conflito | Guerra; Briga; Greve; Manifestações |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Silva (2005)

5.1.4 Enquadramento

Neste quarto eixo, estabelecemos as categorias que mensuram o enquadramento noticioso do tema. Trata-se de buscar nos conteúdos e em suas entrelinhas os *frames* sobre o governo estadual, examinando as variações e permanências dos quadros durante o trajeto de pesquisa. Por intermédio desse grupo é possível encontrar as percepções e idealizações sobre o governo e seus representantes.

QUADRO 5

Categorias de análise de Enquadramento

| | |
|-------------------------|---|
| Negatividade | Positivo, Equilibrado e Negativo |
| Frames | (Boydston et al, 2014) Economia; Recursos Humanos ou Financeiros; ; Justiça e Igualdade; Constitucionalidade; Avaliação de Políticas Públicas; Lei e Ordem / Crime; Segurança; Saúde; Identidade Cultural; Opinião Pública; Política; Política Externa; Educação; Outros enquadramentos |
| Personalismo | Sim; Não |
| Crise | Financeira; Segurança; Servidores Públicos; Nenhum |
| Lugar para Morar | Melhor, Igual, Pior |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Aires e Câmara (2017), Boydston et al (2013) e Rizzoto, Antonelli e Ferracioli (2016).

5.1.5 Referência aos atores governamentais

No quinto eixo, investigamos as referências aos atores governamentais. A partir de palavras-chave objetivamos entender quais foram os espaços destinados ao governo estadual e suas lideranças. Entendemos que a visibilidade ou menção direta desses tópicos de governo contribuiu para a materialidade de uma cobertura direta ou, quando ausente, indireta, possibilitando a comparação e o cruzamento de dados que envolveram a produção noticiosa e as formas de se noticiar uma mesma temática. Nesta categoria, reúnem-se as menções aos representantes do governo, localizando quem são os principais personagens e quais as importâncias desses na cobertura.

QUADRO 6

Categorias de análise das referências aos atores governamentais

| | |
|-----------------------------------|---|
| Participação | Ativa; Passiva |
| Qual o tom da participação | Resposta; Promoção; Política Pública; Agenda / documento governamental; Nenhuma |

Fonte: Elaborado pelo autor

5.1.6 Visão geral das variáveis

Para melhor ilustração, o Quadro 7 apresenta os cinco eixos de análise com as respectivas variáveis. O objetivo é facilitar a compreensão das características da cobertura governamental que foram o livro de códigos.

QUADRO 7 – Lista de Variáveis

| MARCAS DE APURAÇÃO | MARCAS DE COMPOSIÇÃO | VALORES-NOTÍCIA | ENQUADRAMENTO | REFERÊNCIA AOS ATORES GOVERNAMENTAIS |
|--------------------------------|----------------------|-------------------------|------------------|--------------------------------------|
| Origem da informação | Dia da semana | Proximidade | Negatividade | Participação |
| Tipo de fonte | Gênero Jornalístico | Circulação | Frames | Qual o tom da participação |
| Número exato de fontes | Formato | Impacto | Personalismo | |
| Fonte governamental | Editoria | Notoriedade | Crise | |
| Outras fontes | Página | Notoriedade Hierárquica | Lugar para Morar | |
| Desdobramento de outra notícia | Local na página | Governo | | |
| Título | Capa | Polêmica | | |
| | Local na Capa | Justiça | | |
| | | Tragédia | | |
| | | Violência | | |
| | | Raridade | | |
| | | Emoção | | |
| | | Conhecimento | | |
| | | Conflito | | |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Aires e Câmara (2017), Bodystun et al (2013), Rizzoto, Antonelli e Ferracioli (2016), Silva (2005), Silva e Maia (2011) e Silva e Soares (2013)

5.2 Breves Ponderações

As seções adiante são destinadas a cada uma das características relevantes da cobertura governamental. Nessas, apresentamos os achados do manejo do nosso banco de dados, construído a partir da coleta nos jornais gaúchos *Correio do Povo* e *Zero Hora*. Os resultados são expressos em duas fases: 1) Frequência e 2) Teste de Independência. Na primeira, o objetivo é oferecer uma visão geral das variáveis, entender como as características que formam esta cobertura jornalística se distribuem durante o período de estudo, verificando quais são as mais recorrentes. A segunda fase tem como finalidade compreender o comportamento das unidades de análise em relação a outras. Logo, ao empregar testes de diferenças de médias Qui-Quadrado de Pearson, mais especificamente ao teste de independência, comparamos a frequência de entre/todas as variáveis com o objetivo de encontrar aquelas características que apresentam alguma associação. Isto é, que apontam uma relação estatisticamente significativa observada no comportamento entre os pares das categorias estudadas e que permite indicar os efeitos de uma variável sobre outra.

Reitera-se que há uma distinção entre a frequência de uma variável e um teste de comparação de distribuição de dois atributos. O teste de dependência permite observar se uma variável está associada a outra a ponto de haver uma distribuição maior ou menor do que o esperado. Vamos supor que na Editoria de Política foi possível identificar 70 notícias e 50 reportagens e que a seção apresentou uma correlação positiva com Reportagem. O resultado do produto cruzado revela que a frequência observada foi maior do que a esperada e não que neste espaço há um maior número de ocorrências do segundo formato. Logo, quando durante o texto se utilizam palavras como prioridade, preferência, pré-disposição, estamos supondo que as escolhas jornalísticas, de forma inconsciente e dentro de um mapa cultural, fazem a diferença no padrão de cobertura jornalística. Em outras palavras, reiteramos que repórteres, pauteiros e editores se orientam por algumas características que reiteram que o jornal não é uma construção independente. Ao contrário, algumas qualidades sobressaem-se ou ofuscam-se conforme se relacionam com outros atributos, permitindo compreender um padrão de cobertura de um governo estadual, no caso, do Rio Grande do Sul.

Para a leitura adequada, é importante destacarmos algumas distinções: 1) Compreendemos o noticiário como um conceito semelhante ao de cobertura, representando o conjunto de notícias sobre o objeto de estudo; 2) Denominamos as páginas pares de entrada e as ímpares de saída, seguindo como referência o modo de leitura ocidental (DAMASCENO, 2013); 3) A análise é formada por variáveis categóricas. Isto requer dizer que a nossa única variável numérica – Número de Fontes – é excluída dos Testes de Independência. O atributo somente será analisado primeiro nível, quanto a frequência; 4) Os termos associações e correlações são considerados sinônimos nesta pesquisa; 5) Os coeficientes V de Crammer e Phi são representados por percentuais, podendo variar de – 100% a + 100% no teste de variáveis binárias e de 0% a 100% em tabelas não quadradas; 6) Complementar ao V de Crammer, utilizamos o cálculo de resíduos padronizados para identificar quais as características se destacam nas tabelas não quadradas; 7) Os efeitos de uma análise exploratória que busca um padrão governamental podem ser observados num grande número de variáveis que indicaram associação, nem sempre com grau de interação alta. Embora cumpra com os objetivos desta pesquisa, a correlação entre diversas variáveis dificulta a realização de testes complementares, como regressões lineares; 8) Em cada seção, é exposta um quadro com as variáveis que apresentaram associação estatística no teste Qui-quadrado, facilitando a visualização

daquelas características dependentes ao atributo que é analisado. Em azul, as variáveis com correlação positiva. Em vermelho, as de associação negativa.

6. O PADRÃO DE COBERTURA GOVERNAMENTAL NO RIO GRANDE DO SUL

6.1 A cobertura nos jornais gaúchos: o Poder Executivo

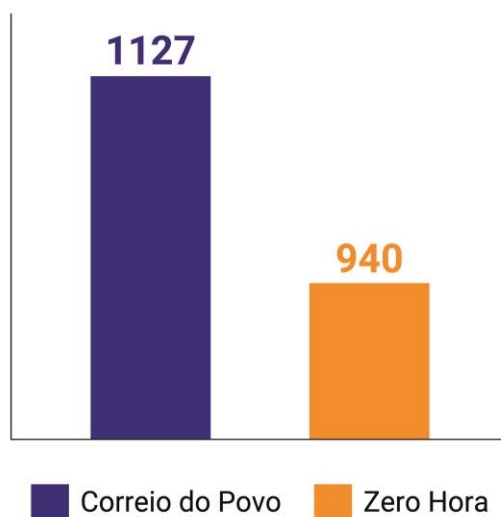
Todos os dias, ao chegar na redação, o repórter se depara com novos desafios: cobrir um novo acontecimento. Esse acontecimento nem sempre está na alçada em que o jornalista é especialista. Ele pergunta, pesquisa, observa o cenário. A notícia é a consequência dessa apuração, da capacidade do profissional em conseguir informações fidedignas e narrar o fato com maior detalhe possível. A ecologia da cobertura jornalística é formada por uma pluralidade de acontecimentos, personagens, vozes, lugares. É recorrente, neste cenário, a participação de atores governamentais em seus mais diferentes níveis. Os repórteres encontram nessas instituições referências a todo tipo de textos jornalísticos: dos escândalos políticos à solução de um crime em um bairro violento. A todo momento, são convocados a participar das mais diversas demandas: políticas, sociais, culturais, econômicas.

A relação entre o governo e o jornalismo é íntima. Nas redações, cada jornalista mantém em suas agendas (atuais contatos do celular) aquela fonte governamental que sabe que poderá dar informação exclusiva ou à qual é necessário recorrer frequentemente. É evidente a participação de atores governamentais na Editoria de Política: deputados, secretários, governadores são *figurinhas carimbadas*. Em outras seções, como a Rural e Polícia, a participação nem sempre é notória. O governo é, em muitos casos, representado por servidores de baixo escalão: policiais militares ou diretores de secretarias, por exemplo, formando uma cobertura que atravessa editorias e que preserva um padrão de se fazer jornalismo.

O padrão de cobertura jornalística, objeto deste estudo, recai sobre características que se repetem e que interagem, mostrando as particularidades da prática profissional nos dois veículos tradicionais de comunicação, *Correio do Povo* e *Zero Hora*. A partir de um recorte de 90 dias, exatamente na metade do mandato do então governador José Ivo

Sartori (MDB), coletamos mais de dois mil textos jornalísticos que envolviam direta ou indiretamente o governo do Estado, como se vê no Gráfico 1.

GRÁFICO 1
Total de notícias



Fonte: Elaborado pelo autor

Durante o período de análise, o Poder Executivo estadual, liderado por Sartori, participou de 2067 textos jornalísticos, sendo 1127 no *Correio do Povo* e 940 no *Zero Hora*. Entre os jornais, o *Correio do Povo* veiculou aproximadamente 20% a mais de textos do que o concorrente. Tradicionais e reconhecidos pela circulação em todo o estado, os veículos impressos produziram aproximadamente 23 textos jornalísticos por dia que se referiam ao governo estadual. Cabe ressaltar que o *Zero Hora* circula numa edição única aos fins de semana. Ao total, o *Correio do Povo* contabilizou uma média de 12,5 textos diários, enquanto o jornal impresso da *RBS* computou 10,4. O número superior do primeiro órgão de imprensa pode ser explicado pelo formato dos textos jornalísticos (vide seção 6.8). Enquanto o primeiro prioriza as notícias, o segundo lança mão das reportagens.

A ecologia do noticiário governamental é formada por uma diversidade de textos que revela as marcas da produção jornalística, permitindo observar um certo padrão, por meio de características que se repetem e que indicam uma prática jornalística orientada por normas, convenções e ideologias profissionais similares dentro de redações jornalísticas que competem pelos mesmos eventos noticiáveis. Nas seções seguintes, apresentaremos o resultado de uma análise profunda das características da cobertura

exercida por ambos os jornais ao Poder Executivo, destacando de que maneira enxergam o governo e as especificidades de uma cobertura que não se extingue na ampla divulgação da crise vivenciada pelo Estado, como o pacote fiscal proposto pelo governador e votado na Assembleia Legislativa, sob protestos de servidores. Ela é formada por um quebra-cabeça de fontes, personagens, histórias e contextos sociais que unem as declarações de José Ivo Sartori ao parecer técnico sobre a qualidade da água em Porto Alegre ou ainda um acordo com a União que envolve milhões de reais para o calendário de vacinação.

6.2 De segunda a segunda: o governo nunca dorme

A todo momento, incontáveis acontecimentos emergem das relações sociais. Os efeitos às redações podem ser observados na presença de eventos noticiáveis que, diariamente, chegam aos pauteiros e editores. Frequentemente, acidentes de trânsito disputam espaço com a pauta ordinária da Assembleia Legislativa. As agendas culturais competem com o resultado do clássico de futebol. O noticiário nada mais é do que uma seleção dos fatos cotidianos, recortados e expostos nas páginas dos jornais. Nem todos esses eventos demandam a participação governamental. Em alguns casos, noticiar é quase que obrigatório. Desta maneira, a cobertura do Poder Executivo é formada pela união entre os acontecimentos imprevisíveis que demandam a colaboração governamental e as agendas políticas, muitas vezes forjadas na relação entre assessores e jornalistas.

A cobertura governamental, nesse sentido, é consequência de uma apuração constante desenvolvida pelos jornalistas, que obriga todos os dias a participação do Poder Executivo. A Tabela 1 retrata a distribuição do total de textos jornalísticos que constituem a nossa amostra, em cada um de nossos veículos pesquisados, de acordo com os dias da semana.

TABELA 1
Distribuição de textos jornalísticos por dia da semana

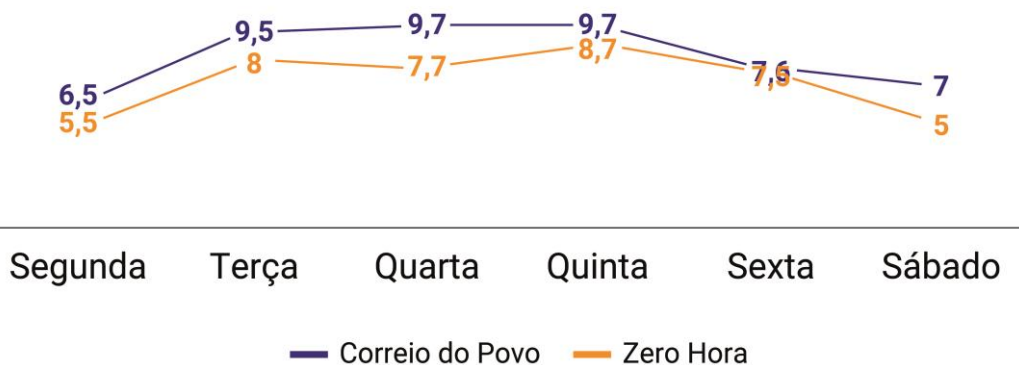
| | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta | Sábado | Domingo |
|-----------------|---------|-------|--------|--------|-------|--------|---------|
| CORREIO DO POVO | 144 | 209 | 199 | 215 | 169 | 155 | 36 |
| ZERO HORA | 123 | 176 | 170 | 193 | 168 | 110 | 9 |

Fonte: Elaborada pelo autor

A distribuição dos textos demonstra que a cobertura governamental desenvolvida pelo *Correio do Povo* é superior durante todos os dias da semana, eliminando a possibilidade de a cobertura do Correio ser maior por circular um número mais de edições semanais. A diferença fica ainda mais nítida quando observada a média diária: o resultado da divisão do número de vezes que o dia se repetiu no recorte estudado com o total de ocorrências naquela data. Por exemplo, o número de segundas (22) dividido pelo total de notícias (144 no CP e 123 no ZH).

No *Correio do Povo*, o Poder Executivo foi, em média, tema de 6,5 textos às segundas, 9,5 às terças e 9,7 às quartas. Nas quintas-feiras, obteve uma média de 9,7, enquanto obteve o número de 7,6 às sextas e 7 aos sábados. Já o impresso da *RBS* apresentou uma ocorrência com médias menores (Gráfico 2). Às segundas, terças e quartas, o número médio de textos foi de 5,5, 8, e 7,7, nesta ordem. Às quintas, 8,7, e sextas, 7,5. Aos sábados, edição do fim de semana, apenas cinco. Os dados chamam a atenção para outro ponto importante: a preferência por veicular textos jornalísticos no meio da semana.

GRÁFICO 2
Média de textos jornalísticos por dia da semana



Fonte: Elaborado pelo autor

A distribuição da média em um gráfico forma uma hipérbole, isto é, os pontos ao extremo são menores que os centrais. Às terças, quartas e quintas há uma média mais alta de textos jornalísticos que envolvem o governo estadual em comparação com os outros dias da semana. Para abordar esse dilema, aventam-se duas explicações: 1) a agenda política e 2) o formato diferente do noticiário nos fins de semanas.

Quanto à primeira hipótese, as determinações da agenda política, ainda que o objeto da cobertura não seja exatamente a Assembleia Legislativa, os setoristas do Poder Executivo têm parada obrigatória na casa de leis. A relação entre os poderes é fundamental à compreensão dos bastidores políticos e das políticas públicas e decisões governamentais. Se isso não bastasse, durante o período analisado houve ainda a discussão e votação de um pacote de ajuste fiscal⁸ proposto pelo governador que previa privatizações, cortes de salários e demissões de servidores públicos. O polêmico pacote resultou em protestos e sessões na Assembleia com mais de 12 horas de duração. As sessões ordinárias ocorrem entre a terça e a quinta-feira.

A segunda hipótese para os resultados no Gráfico 2 se referem ao um formato diferente nos fins de semana. *Zero Hora* veicula uma edição mais extensa aos sábados, reportagens mais aprofundadas, textos maiores, num modelo próximo ao de revista, que engloba temas não recorrentes nas publicações durante a semana. O *Correio do Povo*, aos domingos, circula uma edição menor, contudo com reportagens que exploram determinado assunto a fundo.

6.2.1 O padrão de cobertura governamental: entendendo os dias da semana

No imaginário, a cena de um pai de família lendo o jornal impresso em um domingo de manhã, interessado nas principais notícias da semana. A edição dominical, tradicionalmente, é a mais nobre, contudo cada dia da semana apresenta suas especificidades. É comum determinadas colunas serem veiculadas somente em alguns dias ou o desdobramento de uma agenda política ocorrer nas edições seguintes a uma reunião do governador com seus secretários. A composição diária do impresso não foge às regras e convenções, estruturando-se com base em padrões jornalísticos. A seguir, trataremos de averiguar quais são as características da cobertura governamental peculiares em cada veículo e verificar o impacto das notícias nos dias da semana. As variáveis foram testadas (Qui-quadrado), indicando aquelas características com significância estatística.

6.2.1.1 Segundas-feiras

⁸ O tema foi, dentro do nosso recorte, pauta entre novembro e março.

A composição dos impressos na segunda-feira expressa distribuições dispersas. *Zero Hora*, por exemplo, obteve uma associação negativa de -7,1% entre o dia da semana e o Desdobramento⁹. Isto é, ainda que muito baixa, os indícios expressam um número menor do que esperado de textos jornalísticos que dão continuidade a um tema já tratado. O resultado já era aguardado, visto que é a edição seguinte, a do fim de semana, que apresenta um noticiário com temas menos abordados durante a semana, entre eles a cobertura de assuntos factuais da política. O periódico também revela uma concentração maior de notícias sobre o Poder Executivo estadual que vão para a Capa¹⁰, na ordem de 6,8%, e no Enquadramento Positivo¹¹, na casa de +7,1%.

A edição de segunda-feira do *Correio do Povo* se estrutura sobre algumas características predominantes, como se observa no Quadro 8. Chama a atenção a preferência por um noticiário que aborda os acontecimentos ocorridos nos municípios. O coeficiente de variável Municipal¹² é .078, ou seja 7,8%, enquanto a associação entre este dia da semana e a variável estadual¹³ é negativa, -6.2%. A distribuição oposta indica um padrão que dá preferência ao noticiário sobre o Poder Executivo no âmbito dos municípios gaúchos em detrimento das pautas com abrangência estadual. Isto é, aponta que, às segundas-feiras, tal como na matéria *Unidade móvel auxilia comunidade afetada*, veiculada no dia 24 de outubro de 2016, existe uma tendência pela publicação de pautas locais, deixando as estaduais em segundo plano. A referida notícia foi publicada na Editoria de Cidade e informa ações para a proteção dos moradores de Eldorado do Sul que foram afetados pelas fortes chuvas. O Executivo é representado pela Defesa Civil. Ainda foi identificada a associação entre o valor-notícia Raridade¹⁴ e Segunda-feira na ordem de 6%.

A segunda também é marcada por uma associação negativa, na ordem de -6,7% no CP¹⁵ e - 6,5% no ZH¹⁶, entre a variável e os textos jornalísticos que são enquadrados na categoria Recursos Humanos e Financeiros. Nessa variável, englobam-se todos os textos em que o assunto central é o tratamento dado às pessoas (que envolvem a demissão de servidores públicos, por exemplo) ou a aplicação de dinheiro (investimento em uma

⁹ X2(1) 4779; P < 0,05

¹⁰ X2(1) 4359; P < 0,05

¹¹ X2(1) 4697; P < 0,05

¹² X2(1) 6830; P < 0,05

¹³ X2(1) 4335; P < 0,05

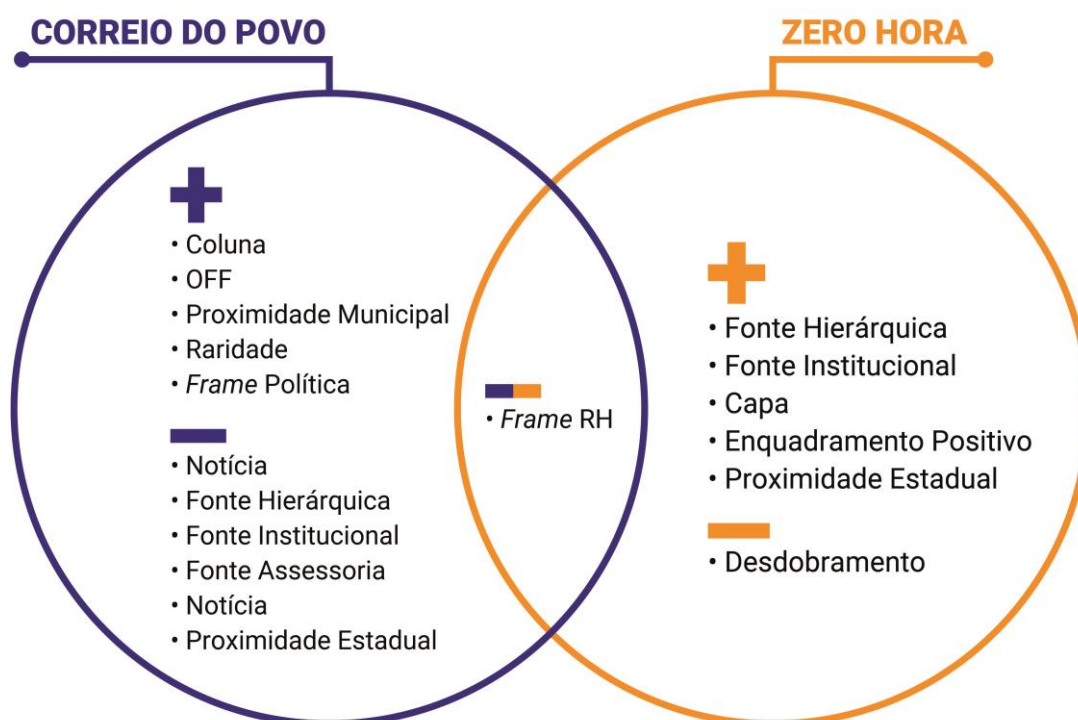
¹⁴ X2(1) 4067; P < 0,05

¹⁵ X2(1) 5067; P < 0,05

¹⁶ X2(1) 4026; P < 0,05

obra ou contas públicas). Vivendo uma crise financeira que teria motivado um pacote de ajuste fiscal, o que sugere que as medidas polêmicas propostas por Sartori não foram pautas tão explorada durante as segundas-feiras. Em contrapartida, o CP registrou uma associação positiva de 8,5% entre a variável analisada com o *Frame* Política¹⁷ – caracterizado por pautas que tratam do diálogo e negociações políticas entre os poderes. O coeficiente pode ser explicado pela coluna de Taline Oppitz, setorista de política.

QUADRO 8
Variáveis com associação estatística com Segunda-feira



Fonte: Elaborado pelo autor

Pautado pela agenda política, a cobertura governamental no CP apresenta uma maior incidência da Coluna em comparação a Notícia no dia analisado. O teste apontou uma associação positiva de 7,4% entre Coluna e Segunda-feira¹⁸ e negativa, - 7,4%, em relação a Notícia e o respectivo dia da semana¹⁹. A Reportagem não apresentou significância. Às segundas-feiras, o *Correio do Povo* publica a coluna de Taline Oppitz, colunista política do veículo. Setorista desde 2008, a repórter atua na capital Porto Alegre, cobrindo principalmente os bastidores da Assembleia Legislativa e do Palácio Piratini.

¹⁷ X2(1) 8221; P < 0,05

¹⁸ X2(1) 6244; P < 0,05

¹⁹ X2(1) 6250; P < 0,05

Os efeitos da concentração acima da distribuição normal da Coluna podem ser vistos também numa associação negativa, na ordem de -6,4%, -6,3% e -5,8, entre a variável Segunda-feira e a Fonte Hierárquica²⁰, Institucional²¹ e Assessoria, respectivamente. Em contrapartida, o OFF²² indicou uma associação positiva na casa de 8,8%. Cabe ressaltar que essas são características presentes nas colunas, como será abordado na seção 8.6.2. Concorrente, o jornal do *Zero Hora* apresentou uma associação positiva de 7,6% e 8,4%, com as variáveis Fonte Hierárquica²³ e Institucional²⁴. Ainda que pequena, a distribuição de ambos os informativos apresenta um comportamento oposto às segundas-feiras. Enquanto o CP procura fontes governamentais de baixo escalão e evita indivíduos ligados às instituições não-governamentais, o ZH prioriza o governador, vice e secretários ao passo que há uma pequena preferência por ouvir atores de associações, federações, sindicatos etc.

6.2.1.2 Terças-feiras

O *Correio do Povo*, às terças, inverte a ordem da cobertura sobre os assuntos que tratam de recursos humanos e financeiros (Quadro 9). O coeficiente positivo, na casa dos 10%, reitera a importância que a crise fiscal teve na cobertura governamental, em especial nas edições do dia da semana analisado. É comum ter notícias como a do *Correio do Povo*, também no dia 25 de outubro de 2016, intitulada *Ação do Sinpol cobra danos morais*. A matéria relata uma ação do sindicato dos policiais que pede reparação dos prejuízos que o parcelamento de salários teria causado aos servidores da Brigada Militar. A edição às terças também apresentou uma menor ocorrência de textos jornalísticos governamentais na Editoria de Economia e uma maior concentração daqueles que contém o valor-notícia Raridade.

²⁰ X²(1) 4626; p < 0,05

²¹ X²(1) 4438; P < 0,05

²² X²(1) 8688; P < 0,05

²³ X²(1) 5398; P < 0,05

²⁴ X²(1) 6708; P < 0,05

QUADRO 9
Variáveis com associação estatística com Terça-feira



Fonte: Elaborado pelo autor

Às terças-feiras, o teste de independência revelou correlações dispares entre os dois jornais. Enquanto *Zero Hora* mostrou uma associação com as variáveis Personalismo²⁵, Desdobramento²⁶, Notoriedade Hierárquica²⁷, na ordem de 8,6%, 7,7% e 7,0%, respectivamente, o *Correio do Povo* apresentou significância com o valor-notícia Raridade²⁸, 5,7%, Editoria de Economia²⁹, -6,7% e *Frame RH*³⁰, 10%. Os coeficientes do ZH apontam para um padrão que pode ser observado na coluna de Rosane de Oliveira, colunista de política do veículo, em circulação no dia 25 de outubro de 2016. Com o título *Atraso que constrange* e uma foto do governador José Ivo Sartori, o texto trata o parcelamento dos vencimentos não quitados dos servidores públicos. O assunto dá continuidade à cobertura sobre a crise fiscal que o Estado presenciava a ponto de não quitar com as obrigações do funcionalismo. Também retrata a preferência por focar em atores governamentais de alto escalão, entre esses a figura do governador. Cabe ressaltar que às terças, além da sessão da Assembleia, é o dia de publicação da coluna especializada na cobertura do poder político.

²⁵ X2(1) 6996; P < 0,05

²⁶ X2(1) 5629; P < 0,05

²⁷ X2(1) 4624; P < 0,05

²⁸ X2(1) 3668; P < 0,05

²⁹ X2(1) 5017; P < 0,05

³⁰ X2(1)11342; P < 0,05

6.2.1.3 Quartas-feiras

Às quartas-feiras, o ZH mostrou uma associação negativa com as variáveis Editoria de Polícia³¹, Municipal³² e Tragédia³³, na ordem de -6,4%, -8,3% e -9,5%, respectivamente (Quadro 10). Como veremos à frente, há uma associação entre a Editoria de Polícia e as outras duas variáveis acima, explicando, por exemplo, a incidência menor das pautas que relatam acontecimentos dos municípios. Já o *Correio do Povo* revelou uma concentração maior nas variáveis Título Crítico³⁴ e Pior³⁵ para Morar. O coeficiente é de 8,4% e 6%. Ainda que fraco, indica que às quartas há uma maior ocorrência de eventos que dá conhecimento a problemas locais que enquadram o Rio Grande do Sul como um estado pior para se viver. É o caso da matéria *Sem Fundoleite, futuro do IGL torna-se incerto*, que aborda os impactos negativos aos produtores do setor que pode haver com o fim do programa. A crítica é direta à Secretaria de Agricultura e é ancorada pelo título, que embora não cite diretamente o governo do estado, apresenta um tom negativo.

³¹ X²(1) 3910; P < 0,05

³² X²(1) 6463; P < 0,05

³³ X²(1) 8520; P < 0,05

³⁴ X²(1) 7921; P < 0,05

³⁵ X²(1) 4066; P < 0,05

QUADRO 10
Variáveis com associação estatística com Quarta-feira



Fonte: Elaborado pelo autor

6.2.1.4 Quintas-feiras

A cobertura governamental às quintas se estrutura sobre características distintas entre os impressos gaúchos (Quadro 11). O *Correio do Povo* apresentou associação apenas nas variáveis Capa³⁶ e Editoria Economia³⁷, na ordem de -6,5% e 9,9%, respectivamente. O coeficiente aponta que, naquele dia, as notícias e opiniões sobre o governo do estado tendem a ser menos relevantes aos olhos dos veículos a ponto de concentrarem uma distribuição menor de textos jornalísticos que foram a capa. Às quintas, há uma maior incidência do noticiário estudado na Editoria de Economia, impulsionado pela coluna de Rogério Mendelski que comenta sobre a política na respectiva editoria.

A estrutura do ZH, às quintas, apresenta características predominantes diferentes do que a concorrente. Neste dia, a Coluna³⁸ obteve uma associação negativa de -6,4%, com concentração abaixo da distribuição normal. O mesmo ocorre com a variável Personalismo³⁹, com um coeficiente de -9,8%, revelando que nessas edições, o nome e

³⁶ X2(1) 4575; P < 0,05

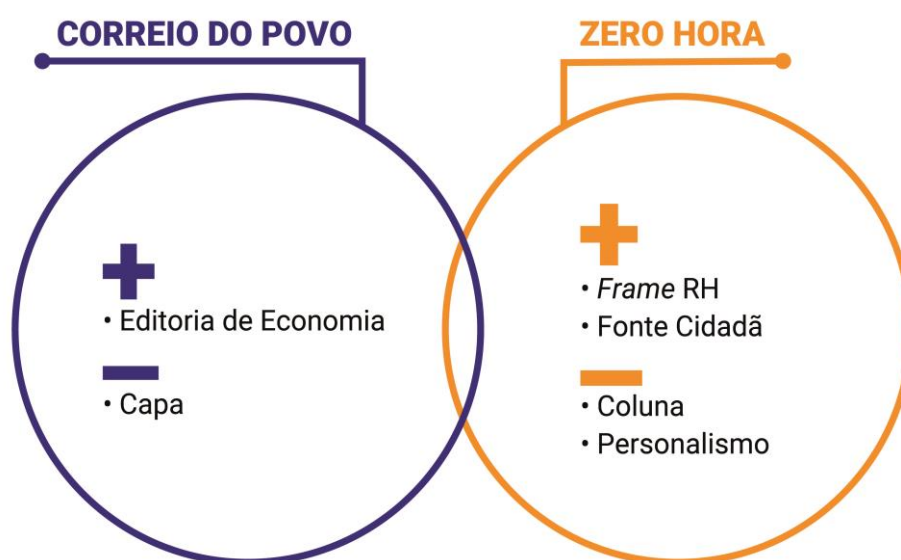
³⁷ X2(1) 1122; P < 0,05

³⁸ X2(1) 3889; P < 0,05

³⁹ X2(1) 9072; P < 0,05

função do governador Sartori tendem a ser menos frequentes. Em contrapartida, identificou uma associação positiva com as variáveis *Frame RH*⁴⁰ e *Fonte Cidadã*⁴¹, na casa de 6,3% e 6,5%. A primeira repete o padrão dos outros dias, enquanto a segunda revela uma maior participação da população nas matérias sobre o governo estadual, como na matéria *Centro registra aumento de ambulantes*, do dia 24 de novembro, cuja o então vendedor desempregado Michel Silveira foi consultado sobre a atratividade do comércio de Porto Alegre durante o Natal.

QUADRO 11
Variáveis com associação estatística com Quinta-feira



Fonte: Elaborado pelo autor

6.2.1.5 Sextas-feiras

O *Correio do Povo* apresenta um padrão diferente às sextas-feiras. É um dia com menor propensão às reportagens⁴², por exemplo, como demonstramos no Quadro 12. O coeficiente é de -6,2%. Nesse dia, os textos jornalísticos que apresentam o valor-notícia Governo⁴³ tendem a ocupar o noticiário. A associação foi de 7,4%. Nesta categoria, encontram-se aquelas matérias que abordam as atividades cotidianas do Poder Executivo,

⁴⁰ X2(1) 3769; P < 0,05

⁴¹ X2(1) 3929; P < 0,05

⁴² X2(1) 4295; P < 0,05

⁴³ X2(1) 6165; P < 0,05

como em *Governo orienta a rejeição de quase 400 emendas*, do dia 4 de novembro de 2016, quando se aborda negociações entre o Poder Executivo e o Legislativo. A notícia apresenta como fonte o secretário do Planejamento, reiterando a pré-disposição, uma associação de 6,8%, que há em veicular notícias com Fonte Hierárquica⁴⁴: governador, vice-governador e secretários.

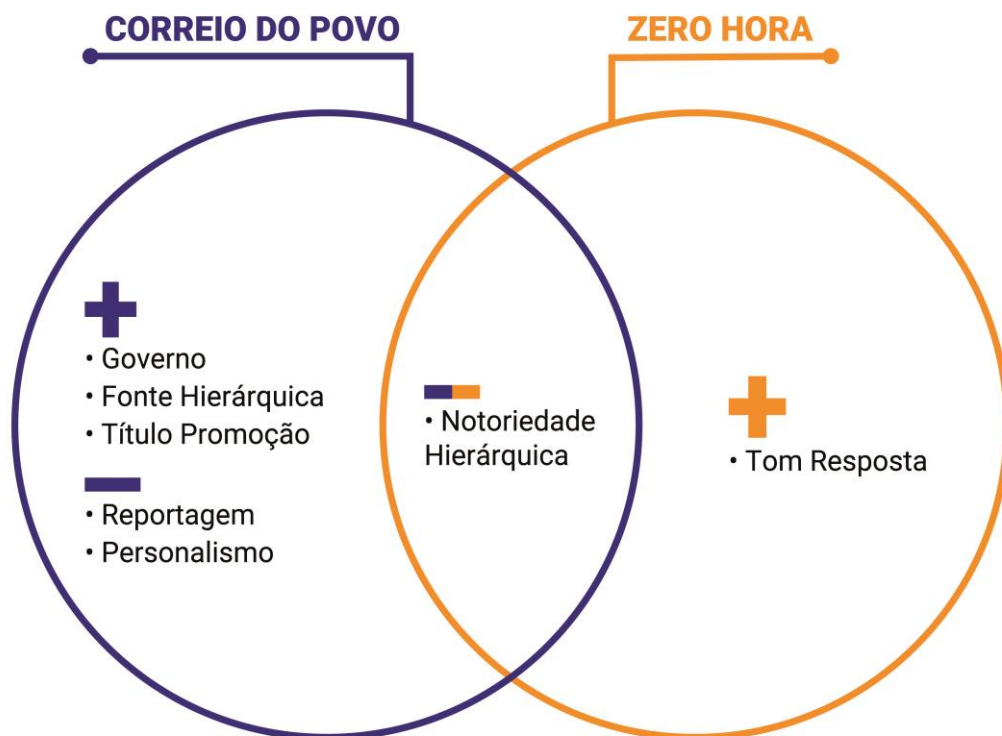
Às sextas, o *Zero Hora* mostrou uma interação com as variáveis Notoriedade Hierárquica⁴⁵ e Tom Resposta⁴⁶. A primeira apresentou uma associação negativa na casa de -9,5%, indicando que há uma preferência por notícias que envolvem personagens num nível de menor relevância no Poder Executivo. A bola da vez é o secretário, servidores de baixo escalão, membros das corporações militares ou funcionários das estatais. A segunda, com coeficiente de 6,2%, revela uma tendência por matérias que exigem uma resposta da esfera governamental. Na notícia *Paralisações podem afetar serviços hoje*, do dia 11 de novembro de 2016, a secretaria de Educação foi convidada a responder sobre como seria o procedimento das escolas estaduais com a paralização do funcionalismo público.

⁴⁴ X²(1) 5220; P < 0,05

⁴⁵ X²(1) 8450; P < 0,05

⁴⁶ X²(1) 3627; P < 0,05

QUADRO 12
Variáveis com associação estatística com Sexta-feira



Fonte: Elaborado pelo autor

Embora com uma leve propensão para fontes de alto escalão, o CP não prioriza o governador. O Personalismo apresentou uma associação negativa, de -8,4%⁴⁷, enquanto a Notoriedade Hierárquica⁴⁸, -6,2%. Os coeficientes indicam concentrações da distribuição normal daquelas pautas que citam ou consultam a figura de José Ivo Sartori, o vice José Paulo Cairolli e/ou o governo do estado. A preferência é por uma abordagem que dê prioridade aos secretários e servidores de outros escalões inferiores. A variável sexta-feira apontou uma associação positiva com o Título Promoção⁴⁹, na ordem de 7,4%, sugerindo uma inclinação para títulos pró-governo.

6.2.1.6 Sábado

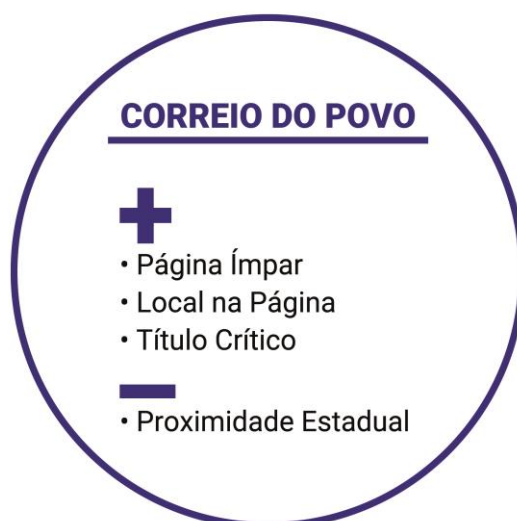
⁴⁷ X²(1) 7869; P < 0,05

⁴⁸ X²(1) 4335; P < 0,05

⁴⁹ X²(1) 6140; P < 0,05

O Quadro 13 nos mostra que o *Correio do Povo*, a cobertura governamental aos sábados, se constitui preferencialmente na Página Ímpar⁵⁰, consideradas as mais nobres. A associação foi de 6,6%. Também foi observada uma concentração acima da distribuição normal de textos jornalísticos que ocupam Meia Página. Local na Página⁵¹ teve coeficiente de 15% do jornal, indicando um maior destaque às notícias do Poder Executivo naquele dia. Um bom exemplo é a matéria *Consultorias privadas geram polêmicas*, assinada pela Flavia Bemfica no dia 19 de novembro de 2016, que preenche a parte superior da página três. O texto que aborda o governador Sartori e o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan (PSDB) de forma negativa também representa outras duas associações: Título Crítico⁵² e Proximidade Estadual⁵³, na ordem de 6,6% e -6,2% respectivamente.

QUADRO 13 Variáveis com associação estatística com Sábado



Fonte: Elaborado pelo autor

6.2.1.7 Domingo

O dia mais nobre no *Correio do Povo*, conforme o Quadro 14, é marcado por um caderno especial. Em um formato com menos páginas (um pouco mais de 20) e com

⁵⁰ X²(1) 4875; P < 0,05

⁵¹ X²(7) 25470; P < 0,05

⁵² X²(1) 4845; P < 0,05

⁵³ X²(1) 4292; P < 0,05

reportagens que ocupam mais de uma página, o periódico publica poucas matérias, porém com mais profundidade, com maior número de fontes e pontos de vistas sobre um mesmo assunto. A capa é formada por uma manchete principal que pode ocupar toda a página gráfica e outras poucas chamadas (três a quatro) que são expostas na parte inferior, conforme se observa na Figura 1:

FIGURA 1

Capa do *Correio do Povo* do dia 20 de novembro de 2016



Fonte: Correio do Povo

A edição especial produz efeitos na cobertura governamental. Foi identificada uma associação entre a variável Domingo com Duas Páginas⁵⁴, Reportagem⁵⁵ e Capa⁵⁶, na ordem de 77%, 28% e 23%. O coeficiente alto é o retrato de uma tiragem especial e com características particulares, diferentes do restante da semana. Aos domingos, o noticiário governamental apresenta uma correlação negativa com as Editorias de Política⁵⁷ (-10,3%), Polícia⁵⁸ (-,6,6) e Geral⁵⁹ (-,7%). No mesmo sentido, a Origem Reprodução⁶⁰, definida por aquelas pautas de assessorias de imprensa, revelou uma concentração menor do que o esperado, na casa de -9,1%.

A edição também revelou uma distribuição particular quanto às fontes. A associação foi de 13,2% com o Tipo de Fonte⁶¹. Observou-se uma concentração maior das Fontes Primárias e Secundárias, destacando uma preferência por notícias com número maior de atores ou documentos consultados. São características típicas do formato da reportagem. A quantidade maior de indivíduos consultados abre espaço para o uso de fontes de diferentes espécies. Os testes apontaram para uma associação entre Domingo e a Fonte Hierárquica⁶², Institucional⁶³, Cidadã⁶⁴ e Especializada⁶⁵, na ordem de 6,6%, 15%, 16,1%, 20,4%, respectivamente. É importante destacarmos que os três últimos apresentam um grau de intensidade um pouco mais elevado, chamando a atenção para a maior propensão a se ouvir especialistas, líderes de entidades e associações e, principalmente, a população.

⁵⁴ X2(1) 617638; P < 0,05

⁵⁵ X2(1) 90611; P < 0,05

⁵⁶ X2(1) 59214; P < 0,05

⁵⁷ X2(1) 11988; P < 0,05

⁵⁸ X2(1) 4849; P < 0,05

⁵⁹ X2(1) 5491; P < 0,05

⁶⁰ X2(1) 9364; P < 0,05

⁶¹ X2(3) 19622; P < 0,05

⁶² X2(1) 4896; P < 0,05

⁶³ X2(1) 26043; P < 0,05

⁶⁴ X2(1) 29283; P < 0,05

⁶⁵ X2(1) 46907; P < 0,05

QUADRO 14
Variáveis com associação estatística com Domingo⁶⁷



Fonte: Elaborado pelo autor

A pré-disposição para consultar os especialistas e maior flexibilidade de espaço físico da reportagem explicam a associação positiva do valor-notícia Conhecimento⁶⁶ (19%). O atributo refere-se à pesquisas ou inovações e descobertas. Em contrapartida, averiguamos uma menor incidência do valor-notícia Governo⁶⁷ (-11,6%), indicando uma menor disposição em se noticiar as decisões e agendas do Poder Executivo. Os domingos são dias em que há uma leve disposição para a divulgação de eventos noticiáveis de abrangência nacional ou internacional. A variável Circulação⁶⁸ apresentou uma associação de -8%. Já Desdobramento⁶⁹ obteve um grau de intensidade de -11,6%.

6.2.1.8 Fim de Semana

O ZH não veicula a edição de domingo. Aos sábados, circula uma Superedição com cerca de 100 páginas divididas em algumas partes, entre elas, as seções temáticas

⁶⁶ X2(1) 15917; P < 0,05

⁶⁷ X2(1) 15044; P < 0,05

⁶⁸ X2(1) 7176; P < 0,05

⁶⁹ X2(1) 15121; P < 0,05

comuns ao circulado nos dias úteis. A publicação mais nobre tende a ser em um tom mais crítico ao governo do Estado. O Enquadramento Negativo⁷⁰ teve uma associação de 11,8%, enquanto a variável Pior para Morar⁷¹ atingiu o coeficiente de 9,1%. É o exemplo da matéria *Estado só paga R\$ 450*, do dia 29 de outubro de 2016, que aborda a crise financeira do Poder Executivo, responsabilizando-o pelas dificuldades em quitar o salário do servidor e as consequências dos problemas financeiros do Estado. Ao mesmo tempo, a participação do Poder Executivo não é predominante no Tom Resposta⁷² (Quadro 15). A variável apresentou uma associação negativa de -8,1%.

QUADRO 15 Variáveis com associação estatística com Fim de Semana



Fonte: Elaborado pelo autor

Nos fins de semanas, o ZH mostra leve preferência por aquelas pautas que tratam de política. A variável *Frame* Política⁷³ revelou coeficiente de 6,2%. O jornal ainda possui uma pequena inclinação para o noticiário em que a Notoriedade Hierárquica⁷⁴ se refere

⁷⁰ $X^2(1) 12987 < 0,05$

⁷¹ $X^2(1) 7773 < 0,05$

⁷² $X^2(1) 6164 < 0,05$

⁷³ $X^2(1) 3626 < 0,05$

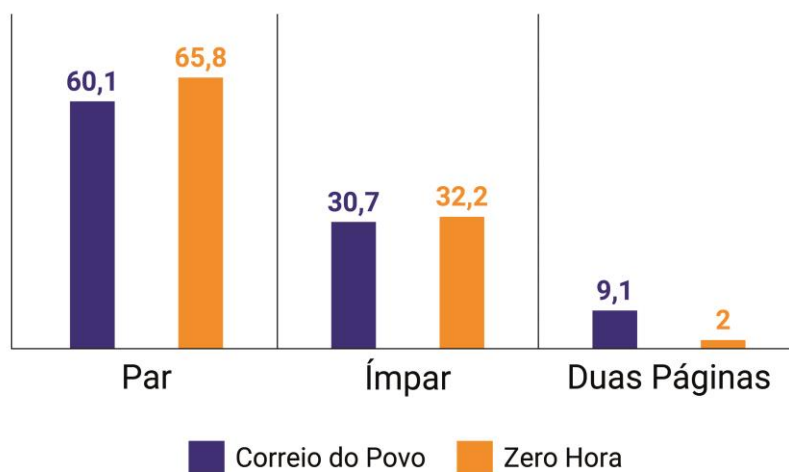
⁷⁴ $X^2(1) 3989 < 0,05$

ao Estado, governo ou governador, porém tende a consultar Fonte Hierárquica⁷⁵ de escalão menores. A associação foi de 6,5% e -7,6%. A Superedição também apresentou uma concentração acima da distribuição normal do OFF⁷⁶ e abaixo na Editoria Rural⁷⁷. O primeiro tem um grau de intensidade de 8,3% e o segundo -12,1%.

6.3 Par ou ímpar? A cobertura governamental nas páginas dos jornais

O jornal não é apenas um embaralhado de textos e fotos. É a conexão entre vários elementos textuais – fotografias, infográficos, charges, textos escritos, entre outros. A diagramação de um periódico tem objetivo de facilitar a leitura e torná-la uma experiência única (MELO; CAMARGO, 2014), contudo, por trás, esconde marcas valorativas de uma cobertura jornalística, como é o caso da importância das páginas dos informativos. Historicamente, “[...] as páginas pares eram reservadas às notícias secundárias, com menor relevância, ao passo que, em compensação, as páginas ímpares alocavam o material mais importante” (DAMASCENO, 2013, p. 31). O lado nobre seria aquele em que os leitores batem o olho primeiro. O Gráfico 3 representa a distribuição de textos jornalísticos sobre o nosso objeto de estudo nas páginas dos periódicos estudados.

GRÁFICO 3
Distribuição dos textos jornalísticos nas páginas dos jornais (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

⁷⁵ $X^2(1) 5346 < 0,05$

⁷⁶ $X^2(1) 7283 < 0,05$

⁷⁷ $X^2(1) 13842 < 0,05$

O noticiário sobre o Poder Executivo foi distribuído, majoritariamente, na página par (ver Gráfico 3). Em tese, desse lado encontram-se os textos jornalísticos ordinários, menos importantes em relação às outras notícias. A divisão por editorias faz com que as notícias e textos opinativos sejam distribuídos nas páginas que lhes são determinadas, respondendo a uma valoração sobre o que é mais ou menos importante naquele dia. Entretanto, as seções de Opinião - onde entram os artigos assinados, o editorial e as cartas dos leitores, por exemplo - costumam ocupar páginas específicas e pré-estabelecidas.

No *Correio do Povo*, as páginas pares representam cerca de 60% da cobertura governamental, enquanto o *Zero Hora* apresenta um percentual de 65%. Na Páginas Ímpar, há um equilíbrio entre os dois periódicos. O CP circulou 30,7% do noticiário e o ZH publicou 32,2%. Em tese, pautas do Poder Executivo, reconhecidas pelos jornais como mais relevantes em determinada edição, entram nesse espaço. Por fim, os textos jornalísticos que ocupam mais de uma página, considerado o espaço mais valioso, são mais significativos no *Correio*. Alavancada pela edição de domingo, reconhecida pelas reportagens especiais, esta categoria equivale a 9% no *Correio do Povo* e cerca de 2% na *Zero Hora*.

6.3.1 Página Par

A rotina profissional envolve padrões de apuração, produção e veiculação noticiosa. As edições diárias seguem um projeto gráfico que determina os espaços destinados a cada editoria. Os eventos somente são noticiáveis quando atendem a determinados critérios jornalísticos. As convenções e normas de elaboração de um jornal interagem, sendo algumas características mais importantes que outras. Isto é, a edição final que chega à casa das pessoas se dá por uma interação contínua de processos, fazendo com que determinadas marcas - como enquadramento, capa, entre outros atributos - sejam definidas pelo comportamento de características do produto. A cobertura governamental que aparece nas páginas pares, nesse sentido, é formada por alguns atributos que se mostram relevantes na composição deste espaço e esses atributos tendem a obedecer a um padrão, como veremos no Quadro 16.

A cobertura governamental no lado par do *Correio do Povo* é menos recorrente nas edições de Domingo⁷⁸. A associação de -14,6% é o retrato da impressão dominical,

⁷⁸ X²(1) 23952; P < 0,05

caracterizada pelas reportagens com mais de uma página. A variável também apresentou uma associação com Local na Página⁷⁹, na ordem de 21,8%. Os resíduos padronizados revelaram uma leve tendência de se publicar no canto Superior Esquerdo e uma menor ocorrência de textos jornalísticos de Meia Página. Ainda apresentaram concentrações abaixo da distribuição normal para as notícias que utilizam mais de uma página, revelando a preferência por textos mais curtos.

Na Página Par, destaque-se a Editoria de Política⁸⁰. Há uma associação entre as duas variáveis na casa de 27%. A Coluna⁸¹, com coeficiente de 24,5%, é um elemento relevante, visto que coluna especializada em política se encontrava desse lado. A Editora de Economia⁸² apresentou uma leve tendência a estar na página par, enquanto a Editoria Geral⁸³ interagiu de uma forma negativa. Os coeficientes foram de 5,9% e -12,6%. A Editoria Geral no CP, geralmente, é disposta nas páginas esquerdas. As Notícias⁸⁴ sobre o Poder Executivo estadual se associaram negativamente, na ordem de -20,1%, indicando uma preferência por outros formatos, como a Coluna e conteúdo do Gênero⁸⁵ opinativo. A opinião tem uma concentração acima da distribuição normal, com o grau de intensidade de 8,8%.

A origem das matérias governamentais, na Página Par, mostrou uma associação com Página Par. A Origem Reprodução⁸⁶ apresentou um grau de intensidade de -14,6%, enquanto a Origem Fonte⁸⁷ 17,1%. Menos frequente que aquelas pautas provenientes das fontes, a reprodução - sugestões reaproveitadas pelos veículos de comunicação, baseadas em *press-release*, por exemplo - indica concentração abaixo da distribuição normal, sendo menos utilizada do que o esperado. Observou-se assim uma correlação de 14,1%, apontando uma tendência de se consultar um número menor de fontes. O estudo demonstra associação negativa com as fontes Cidadã⁸⁸ e Assessoria⁸⁹ e positiva com o OFF⁹⁰, na ordem de -12,5%, -18,1 e 11,8, respectivamente

⁷⁹ X2(7) 82094; P < 0,05

⁸⁰ X2(1) 82094; P < 0,05

⁸¹ X2(1) 82094; P < 0,05

⁸² X2(1) 3960; P < 0,05

⁸³ X2(1) 17761; P < 0,05

⁸⁴ X2(1) 45384; P < 0,05

⁸⁵ X2(1) 8652; P < 0,05

⁸⁶ X2(1) 24019; P < 0,05

⁸⁷ X2(1) 32767; P < 0,05

⁸⁸ X2(1) 17524; P < 0,05

⁸⁹ X2(1) 36978; P < 0,05

⁹⁰ X2(1) 15635; P < 0,05

A Página Par também é um espaço propício para a variável Desdobramento⁹¹. A cobertura da repercussão dos eventos governamentais apresentou uma associação de 14,9%. Tratava-se, por exemplo, do acompanhamento *in loco* das tensões entre o Poder Executivo e o funcionalismo público. Crise⁹², inclusive, indicou uma associação positiva com a Página Par, na ordem de 11,5%, contudo, a Circulação⁹³ apresentou uma interação negativa, na casa de - 7,5%, indicando uma pequena preferência por pautas de abrangência nacional ou internacional. Cabe ressaltar que a crise financeira do Rio Grande do Sul foi levada ao plano nacional. A coluna de Talita Oppitz, no dia 4 de janeiro de 2017, publicou a nota *Piratini vai a Meirelles*, chamando a atenção para o encontro de membros do Poder Executivo estadual com o então ministro da Fazenda com o intuito de obter recursos financeiros para o Estado.

A informação sobre a viagem da cúpula de alto escalão do governo a Brasília atende à pré-disposição de cobrir pautas com atores de grande notoriedade, como o governador. O teste de Qui-quadrado revelou um grau de intensidade de 11,1% e 8,3% para as variáveis Notoriedade Hierárquica⁹⁴ e Personalismo⁹⁵. Nessa página, encontramos uma associação com os valores- notícia Impacto⁹⁶ (15%), Polêmica⁹⁷ (9%), Conflito⁹⁸ (-10%). Violência⁹⁹ (-9,4%), e Conhecimento¹⁰⁰ (-7,5%). O impacto, em especial daqueles textos que tratam de grandes quantias de dinheiro, e a polêmica, marcada pela controvérsia, são características importantes, enquanto o noticiário que envolve atos de violência, pesquisas ou protestos se mostrou menos relevante.

*Frames*¹⁰¹ indicou uma associação de 25,3%. Entre os temas, observou-se uma concentração maior do que esperado na temática Educação. O *Frame* Política¹⁰², com um grau de intensidade pequeno de 17,9%, permite compreender a Página Par como um lugar de destaque para o noticiário que envolve as relações políticas e eleitorais, muitas vezes abordadas pelas colunas especializadas no tema. Contudo, notamos que nessas páginas

⁹¹ X2(1) 25098; P < 0,05

⁹² X2(3) 38838; P < 0,05

⁹³ X2(1) 6365; P < 0,05

⁹⁴ X2(1) 13982; P < 0,05

⁹⁵ X2(1) 7712; P < 0,05

⁹⁶ X2(1) 25206; P < 0,05

⁹⁷ X2(1) 9039; P < 0,05

⁹⁸ X2(1) 11194; P < 0,05

⁹⁹ X2(1) 9900; P < 0,05

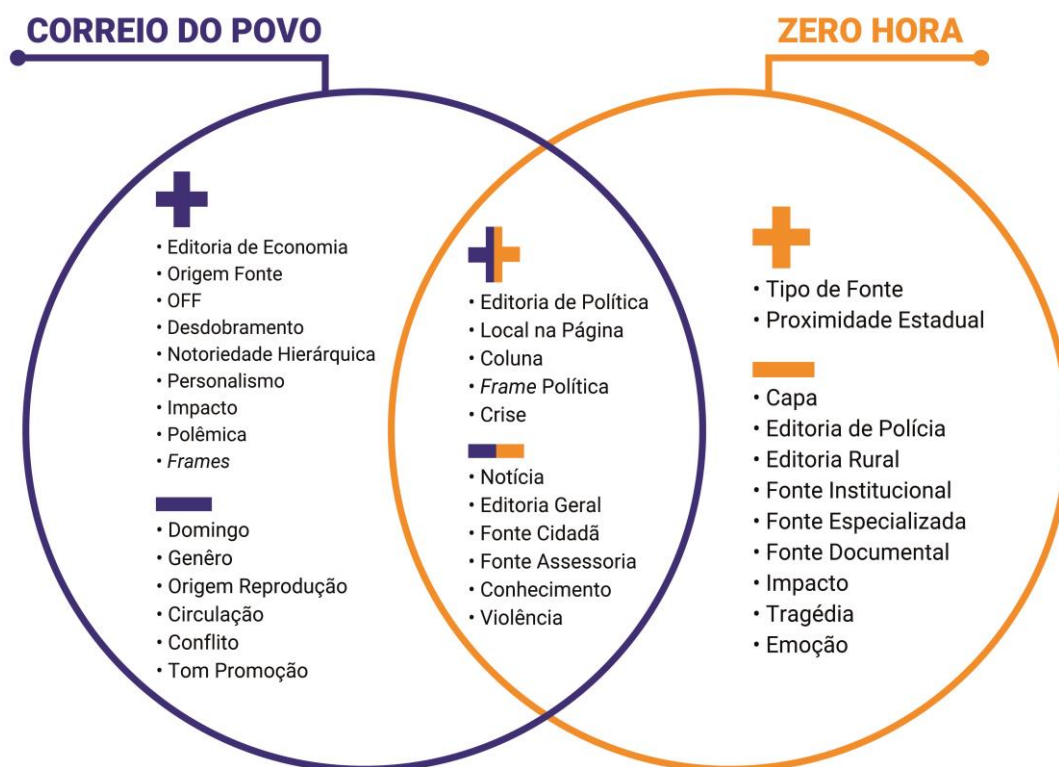
¹⁰⁰ X2(1) 6314; P < 0,05

¹⁰¹ X2(13) 72120; P < 0,05

¹⁰² X2(1) 36266; P < 0,05

havia um desincentivo às matérias jornalísticas de Tom Promoção¹⁰³ governamental, numa ordem de -7,9%.

QUADRO 16
Variáveis com associação estatística com Página Par



Fonte: Elaborado pelo autor

A Página Par do *Zero Hora* apresentou um padrão com alguns comportamentos diferentes se comparada ao *Correio do Povo*. O impresso apresentou uma associação da ordem de 35,1% com a variável Local na Página¹⁰⁴. A distribuição prevê uma preferência pelas matérias de Página Inteira e uma menor incidência daquelas de Duas Páginas ou localizadas no canto Superior Esquerdo. Todos são espaços considerados nobres. Isso indicou um padrão que prevê que textos de destaque devem preferencialmente ocupar a página toda.

A Capa¹⁰⁵ revelou uma associação negativa com a variável Página Par, no grau de -11,1%. O efeito era esperado visto que se trata de uma página de menor valor,

¹⁰³ X2(1) 7032; P < 0,05

¹⁰⁴ X2(7) 115825; P < 0,05

¹⁰⁵ X2(1) 11671; P < 0,05

editorialmente falando. Nas pares, a Editoria de Política¹⁰⁶ tem um grau de intensidade de 39,4%, enquanto as de Polícia¹⁰⁷, Rural¹⁰⁸ e Geral¹⁰⁹ apresentam associações negativas, na ordem de -9%, -14% e -7,5, respectivamente. Sabe-se que a divisão em editorias em um jornal exige padronização. As seções são distribuídas nas mesmas páginas e sequência, de forma que seus repórteres saibam o espaço que têm para produzir. No ZH, a Editoria de Política, um dos carros-chefe, ocupa a Página Par, enquanto a Página Ímpar compartilha outros textos jornalísticos e publicidade.

A página de entrada é favorável à Coluna¹¹⁰. O coeficiente foi de 29,6%. A coluna de Rosane de Oliveira, setorista de Política, circula no lado par. Já a variável Notícia¹¹¹ tem um grau de intensidade de -7,9%. A cobertura governamental neste espaço privilegia o uso de Fonte Primária ou Secundária. Tipo de Fonte¹¹² apresentou uma associação de 20,2%. Impulsionada pelas colunas e caracterizado por ser um espaço de consulta de poucas fontes, a Página Par associa-se negativamente às Fonte Institucional¹¹³, Especializada¹¹⁴, Cidadã¹¹⁵, Documental¹¹⁶ e Assessoria¹¹⁷, na ordem de -16,8%, -14%, -13,2%, -11%, -8,2%, respectivamente. É uma página favorável às pautas com abrangência estadual¹¹⁸. O coeficiente foi de 10,3%. É ainda uma cobertura que dá uma maior atenção ao *Frame* Política¹¹⁹, comum às editorias que tratam do tema. A associação foi de 14%. Já a Crise¹²⁰ apresentou uma associação de 15%. O destaque foram as matérias que abordaram a crise com os servidores públicos. É o caso de *Sindicatos prometem dia nacional de paralisações*, de 15 de março de 2017, localizada na página 34, que relata a agenda de protestos contra o pacote fiscal proposto pelo governo do estado.

¹⁰⁶ X2(1) 145829; P < 0,05

¹⁰⁷ X2(1) 7573; P < 0,05

¹⁰⁸ X2(1) 18536; P < 0,05

¹⁰⁹ X2(1) 5244; P < 0,05

¹¹⁰ X2(1) 82328; P < 0,05

¹¹¹ X2(1) 5839; P < 0,05

¹¹² X2(3) 38530; P < 0,05

¹¹³ X2(1) 26394; P < 0,05

¹¹⁴ X2(1) 18463; P < 0,05

¹¹⁵ X2(1) 16260; P < 0,05

¹¹⁶ X2(1) 11324; P < 0,05

¹¹⁷ X2(1) 6344 P < 0,05

¹¹⁸ X2(1) 10045; P < 0,05

¹¹⁹ X2(1) 18540; P < 0,05

¹²⁰ X2(1) 21822; P < 0,05

Nestas mesmas páginas pares, observou-se uma tendência em não dar prioridade ao noticiário que apresentava os valores-notícias, Tragédia¹²¹ (-14,9%), Conhecimento¹²² (-13,6%), Impacto¹²³ (-12%), Emoção¹²⁴ (-10%), Violência¹²⁵ (- 9,9%) e Conflito¹²⁶ (-6,2%). As associações negativas sugerem que na Página Par existe um padrão de cobertura dos assuntos de governo que tende a não se aprofundar nos assuntos e que evita pautas relacionadas a polícia, violência e tragédias, bem como a multidões e protestos, representados pelas variáveis Conflito e Impacto.

6.3.2 Página Ímpar

Considerado o lado mais nobre de um veículo impresso, a Página Ímpar é preenchida a partir de regras e ordenações que compõem a edição de um jornal (ver Quadro 17). No *Correio do Povo*, por exemplo, o noticiário sobre o governo estadual é menos comum no Domingo¹²⁷, quando o olhar é apenas para as páginas de saída. Sábado¹²⁸, há uma leve propensão, isto é, para veicular textos jornalísticos que abordam o Poder Executivo nesse lado. A associação com as duas variáveis foi de -7,2% e 6,6%. O Local na Página¹²⁹ apresentou um grau de intensidade de 15,1%, relevando uma predisposição em se publicar textos jornalísticos nos cantos inferiores e superiores esquerdos. Já a Capa¹³⁰ revelou concentração abaixo da distribuição normal. O coeficiente foi de -7,5%. A associação negativa chama a atenção. Por estar numa página valorizada, esperávamos uma maior incidência das matérias governamentais na Capa. O que observamos é que há uma preferência por aquelas notícias com mais de uma página (vide 6.2.3).

De acordo com a pesquisa, a Página Ímpar não é propícia ao noticiário sobre o Poder Executivo estadual na Editoria Política¹³¹. O coeficiente de -24,6% mostra isso. O comportamento é o oposto da página par. A página de saída é o local de circulação da

¹²¹ X²(1) 20872; P < 0,05

¹²² X²(1) 26394; P < 0,05

¹²³ X²(1) 13429; P < 0,05

¹²⁴ X²(1) 9444; P < 0,05

¹²⁵ X²(1) 9289; P < 0,05

¹²⁶ X²(1) 3649; P < 0,05

¹²⁷ X²(1) 5764; P < 0,05

¹²⁸ X²(1) 4875; P < 0,05

¹²⁹ X²(7) 25827; P < 0,05

¹³⁰ X²(1) 6266; P < 0,05

¹³¹ X²(1) 68125; P < 0,05

Editoria de Polícia¹³² e Geral¹³³, na ordem de 14,9% e 14,3%. Os textos governamentais nessas editorias respondem à própria distribuição das divisões temáticas. A seção policial ocupa mais as páginas ímpares do que as pares. Já seção Geral é menos frequente e circula, prioritariamente, nessas páginas.

O *Correio do Povo* apresenta uma associação negativa com a Coluna¹³⁴ e Reportagem¹³⁵, na ordem de -22,8% e -7,9%. O coeficiente negativo da primeira variável é explicado pelo fato das colunas de Política e Economia, reconhecidas por abordar questões do Poder Executivo, circularem no lado par do jornal. A Reportagem não é uma característica predominante do CP, especialmente nas editorias que predominam nas ímpares. Nesta página, a Notícia¹³⁶ predomina com um coeficiente de 22,7%.

A origem das pautas revelou um comportamento oposto entre a Origem Fonte¹³⁷ e a Origem Reprodução¹³⁸. Enquanto a primeira apresentou uma associação de -16,8%, a segunda manifesta um coeficiente de 16,5%. Embora com uma frequência muito maior, aquelas matérias que surgem das fontes não predominam em relação às reproduções, que mostraram uma concentração acima da distribuição normal. Tipo de Fonte¹³⁹, com uma associação de 11,7%, revela uma preferência por notícias com apenas Fonte Primária, característica de textos curtos. A Página Ímpar ainda se manifestou propícia ao uso de Fonte Assessoria¹⁴⁰ (16,3%), Institucional¹⁴¹ (10%) e Cidadã¹⁴² (5,9%). As três fontes combinam com as Editorias Geral e Polícia. A primeira, em especial, é primordial a Origem Reprodução. As fontes Especializada¹⁴³ e OFF¹⁴⁴ mostraram uma associação negativa de -6,6% e -12%.

A cobertura governamental na Página Ímpar foi marcada por dar, ainda que muito pequena, prioridade às pautas que abrangem o escopo de Circulação¹⁴⁵, a associação foi de 9,3% no *Correio do Povo*. A interação negativa na Notoriedade Hierárquica de 11% foi ao encontro das características das Editorias de Polícia e Geral, visto a preferência

¹³² X2(1) 24878; P < 0,05

¹³³ X2(1) 22947; P < 0,05

¹³⁴ X2(1) 58751; P < 0,05

¹³⁵ X2(1) 7096 ; P < 0,05

¹³⁶ X2(1) 58311; P < 0,05

¹³⁷ X2(1) 31775; P < 0,05

¹³⁸ X2(1) 30628; P < 0,05

¹³⁹ X2(3) 15436; P < 0,05

¹⁴⁰ X2(1) 29808; P < 0,05

¹⁴¹ X2(1) 11175; P < 0,05

¹⁴² X2(1) 3944; P < 0,05

¹⁴³ X2(1) 29808; P < 0,05

¹⁴⁴ X2(1) 29808; P < 0,05

¹⁴⁵ X2(1) 9775; P < 0,05

por assuntos que envolvem o baixo escalão governamental, como a PM, por exemplo. É uma página com menor inclinação para a Polêmica¹⁴⁶ (-10,4%), mas com maior disposição para os valores-notícia Conflito¹⁴⁷ (10,4%), Violência¹⁴⁸ (8,7%), Impacto¹⁴⁹ (7,2%) e Raridade¹⁵⁰ (5,7%). Ainda é um espaço que não prioriza o *Frame* Política¹⁵¹ (-16,1%), dando voz à outras temáticas que também fazem parte do escopo do Poder Executivo: segurança pública, saúde, educação etc.

A Página Ímpar constituiu-se como a face para as pautas positivas do Poder Executivo. As variáveis Título Promoção¹⁵², Enquadramento Positivo¹⁵³ e Melhor para Morar¹⁵⁴ tiveram uma associação positiva de 7,2%, 9,3% e 9,8%, respectivamente. Ainda que pequeno, o coeficiente positivo revelou uma correlação entre a página mais nobre pela localização e as pautas favoráveis ao governo, podendo representar uma leve tendência a favorecer os membros do Poder Executivo. Esse sentimento é reforçado pelo Tom Promoção¹⁵⁵ (9%), caracterizado por dar publicidade ao Poder Executivo, e Crise¹⁵⁶ (-11,6). O momento de crise não pareceu ser um assunto preferencial na Página Ímpar.

¹⁴⁶ X2(1) 12156; P < 0,05

¹⁴⁷ X2(1) 12303; P < 0,05

¹⁴⁸ X2(1) 8591; P < 0,05

¹⁴⁹ X2(1) 5765; P < 0,05

¹⁵⁰ X2(1) 3624; P < 0,05

¹⁵¹ X2(1) 29128; P < 0,05

¹⁵² X2(1) 5847; P < 0,05

¹⁵³ X2(1) 9746; P < 0,05

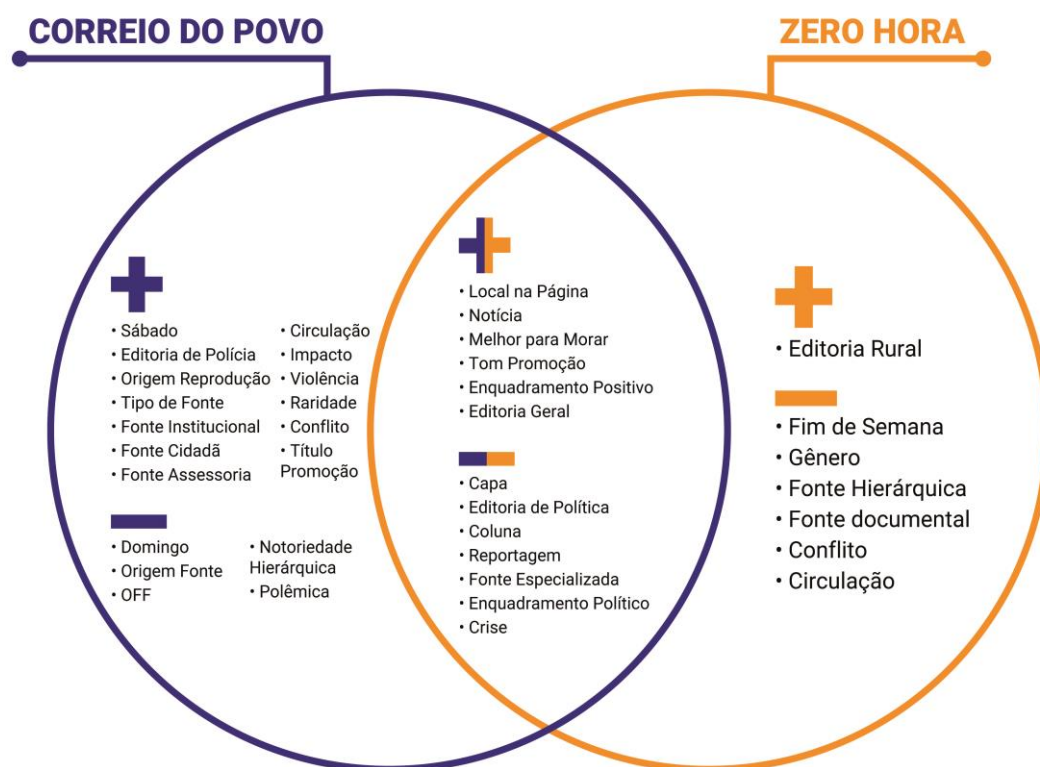
¹⁵⁴ X2(1) 10852; P < 0,05

¹⁵⁵ X2(1) 9205; P < 0,05

¹⁵⁶ X2(1) 15251; P < 0,05

QUADRO 17

Variáveis com associação estatística com Página Ímpar



Fonte: Elaborado pelo autor

O padrão da cobertura do *Zero Hora* indicou uma menor propensão, na ordem de -7%, se publicar pautas do Poder Executivo na Página Ímpar da edição de Fim de Semana¹⁵⁷. Na página de saída, a distribuição por Local na Página¹⁵⁸ apresentou uma correlação de 25,6%. A preferência foi o quadrante Inferior Direito e Meia Página. Inversamente, a tendência foi não publicar no canto Superior Direito nem Duas Páginas. A Capa¹⁵⁹ seguiu uma tendência nos dois jornais. O noticiário governamental apresentou uma associação negativa de - 11,4%, ainda que a Página Ímpar fosse nobre. O padrão se repetiu com a Editoria Política¹⁶⁰, com um coeficiente de - 27,1%, que prioritariamente circulou nas pares. A Página Ímpar ainda apresentou uma associação positiva com as Editorias Geral¹⁶¹ e Rural¹⁶², na ordem de 9,6% e 21,7%.

¹⁵⁷ X2(1) 4560; P < 0,05

¹⁵⁸ X2(7) 61525; P < 0,05

¹⁵⁹ X2(1) 12288; P < 0,05

¹⁶⁰ X2(1) 44233; P < 0,05

¹⁶¹ X2(1) 8582; P < 0,05

¹⁶² X2(1) 9205; P < 0,05

Com maior vocação para o jornalismo opinativo que o concorrente, o *Zero Hora* efe da Página Ímpar um espaço propício à opinião sobre o Poder Executivo do Rio Grande do Sul. O coeficiente do Gênero¹⁶³ foi de -18,1%. Na página 25 da edição do dia 17 de março de 2017, Mônica Leal, jornalista e à época vereadora em Porto Alegre, assinou o artigo *Sem segurança nada prospera*, no qual faz duras críticas aos governos estaduais quanto à ausência de políticas públicas para a segurança. Em relação ao tipo, o impresso da *RBS* seguiu o padrão do CP. A Página Ímpar apresentou associação negativa com a Coluna¹⁶⁴ (-9,5%) e Reportagem (- 20,3%)¹⁶⁵, enquanto apresentou um coeficiente positivo com Notícia¹⁶⁶ (17,2%).

Impulsionada pela inclinação à Editoria Rural, observamos uma associação entre a Página Ímpar e as Fontes Especializada¹⁶⁷, Documental¹⁶⁸ e Hierárquica¹⁶⁹, na ordem de - 10,3%, -8,9% e -8,6%, respectivamente. Os coeficientes indicaram uma tendência em empregar fontes menos nobres do Poder Executivo e uma esquivia aos especialistas e informações adquiridas em documentos (leis, pesquisas, estudos etc.). É um local com menor incidência de textos que apresentam o valor-notícia Conflito¹⁷⁰, marcado por ser um atributo relacionado aos protestos, por exemplo. O grau de interação é leve, de -6,6%. É um dado que combinou com o coeficiente negativo, -8,5%, da variável Crise¹⁷¹. O momento crítico que o Estado viveu motivou uma série de manifestações de servidores públicos contra o governo estadual.

O ZH, em um caminho oposto ao seu concorrente, apresentou uma associação negativa com a variável Circulação¹⁷² em - 10%. Nas Página Ímpar houve uma preferência pelas pautas relacionadas ao governo estadual em uma abrangência nacional ou internacional. No período analisado, esteve em voga o Plano de Recuperação Fiscal do governo federal a alguns estados, entre esses, o Rio Grande do Sul. Indo ao encontro da pré-disposição pela temática Rural e Geral, as páginas de saída apresentaram uma propensão por não abordar textos jornalísticos com o *Frame* Política¹⁷³. O coeficiente foi de -11,4%.

¹⁶³ X2(1) 30811; P < 0,05

¹⁶⁴ X2(1) 8417; P < 0,05

¹⁶⁵ X2(1) 38576; P < 0,05

¹⁶⁶ X2(1) 27908; P < 0,05

¹⁶⁷ X2(1) 9912; P < 0,05

¹⁶⁸ X2(1) 6369; P < 0,05

¹⁶⁹ X2(1) 6975; P < 0,05

¹⁷⁰ X2(1) 3992; P < 0,05

¹⁷¹ X2(1) 8485; P < 0,05

¹⁷² X2(1) 9358; P < 0,05

¹⁷³ X2(1) 12157; P < 0,05

As Página Ímpar, consideradas nobres, estruturaram-se como um espaço de agrado ao governo do Estado. Repetindo o padrão do *Correio do Povo*, *Zero Hora* obteve uma associação de 9,8% no Enquadramento Positivo¹⁷⁴ e 10,7% no Melhor para Morar¹⁷⁵. A cobertura positiva foi reforçada pela forma com que o Poder Executivo participou do noticiário. Tom Promoção¹⁷⁶ apresentou uma associação positiva de 10,4%.

6.3.3 Duas páginas

A matéria governamental que ocupou mais de uma página, espaço dos textos mais relevantes, se orientou por um padrão, como podemos acompanhar no Quadro 18. No *Correio do Povo*, impulsionado pela característica da edição dominical, observamos uma associação de 74,0% entre a variável e a tiragem de Domingo¹⁷⁷. Num caminho oposto, as edições de Quarta¹⁷⁸, Quinta¹⁷⁹ e Sexta-feira¹⁸⁰ revelaram um coeficiente negativo, na ordem de -6,5%, -6,9% e -5,9%. Como esperado, as notícias de uma ou mais páginas revelaram uma maior propensão a estar na Capa¹⁸¹. O grau de interação foi de 20,6%. O Local na Capa¹⁸² também demonstrou uma associação de 30,4%, mostrando uma maior inclinação a Manchetes Principal e Manchete na Capa. Trata-se do local mais valorizado, onde tendem a figurar as notícias mais importantes, aquelas que ocupam os espaços mais importantes da capa.

A variável Editoria¹⁸³ apresentou uma associação de 71,8%. O grau de interação alto é explicado pela seção nomeada de Reportagem, denominação dada àquelas matérias que se aprofundam sobre um tema específico. A Reportagem¹⁸⁴ demonstrou um coeficiente de 41%. Em relação as outras seções temáticas, apenas a Editoria Política¹⁸⁵ revelou associação, na ordem de -9,9%. O segmento político tendeu a ser mais curto,

¹⁷⁴ X2(1) 8946; P < 0,05

¹⁷⁵ X2(1) 10714; P < 0,05

¹⁷⁶ X2(1) 10166; P < 0,05

¹⁷⁷ X2(1) 617638; P < 0,05

¹⁷⁸ X2(1) 4812; P < 0,05

¹⁷⁹ X2(1) 5290; P < 0,05

¹⁸⁰ X2(1) 3958; P < 0,05

¹⁸¹ X2(1) 47809; P < 0,05

¹⁸² X2(3) 103917; P < 0,05

¹⁸³ X2(16) 580673; P < 0,05

¹⁸⁴ X2(1) 189174; P < 0,05

¹⁸⁵ X2(1) 1107; P < 0,05

ocupando menos de uma página. Ainda revelou uma correlação negativa com Coluna¹⁸⁶ e Notícia¹⁸⁷, na ordem de -7,5% em ambas as variáveis.

Marcados pelas grandes reportagens, os textos governamentais em mais de uma página apresentaram uma tendência a um número maior de fontes consultadas. A variável Tipo de Fonte¹⁸⁸ demonstrou uma associação de 21,2%, revelando uma inclinação para às Fontes Primária e Secundária. Os efeitos podem ser observados numa associação com as Fontes Especializada¹⁸⁹ (22,7%), Cidadã¹⁹⁰ (22,6%), Institucional¹⁹¹ (19,3%), Documental¹⁹² (12,6%), Hierárquica¹⁹³ (9,5%) e Assessoria¹⁹⁴ (8%). Entre as fontes mais utilizadas pelo *Correio do Povo*, apenas o OFF não mostrou dependência. Chama a atenção a maior incidência de especialistas e pessoas comuns. O maior número de caracteres permitiu que se aprofundasse sobre o assunto e que se procurasse a opinião de indivíduos que, geralmente, não fazem parte das notícias ou colunas, por exemplo.

A cobertura em mais de uma página, preferencialmente, não abordou o Desdobramento¹⁹⁵ de algum outro acontecimento. O coeficiente é de -8,6%. Neste espaço, a cobertura governamental deu preferência aos assuntos que contenham o valor-notícia Conhecimento¹⁹⁶ e Impacto¹⁹⁷, na ordem de 15,3% e 10,2%. O primeiro foi definido por aqueles eventos que envolveram um grande número de pessoas ou quantias expressivas. O segundo referiu-se às pesquisas ou descobertas/invenção. Entre os enquadramentos temáticos, observamos uma associação negativa com o *Frame* Política¹⁹⁸ de -7,5%, indicando que não se tratava de um local apropriado para tratar das relações e negações políticas que envolvem o Poder Executivo.

¹⁸⁶ X2(1) 6298; P < 0,05

¹⁸⁷ X2(1) 6423; P < 0,05

¹⁸⁸ X2(3) 50648; P < 0,05

¹⁸⁹ X2(1) 86462; P < 0,05

¹⁹⁰ X2(1) 57559; P < 0,05

¹⁹¹ X2(1) 41949; P < 0,05

¹⁹² X2(1) 17981; P < 0,05

¹⁹³ X2(1) 10113; P < 0,05

¹⁹⁴ X2(1) 7148; P < 0,05

¹⁹⁵ X2(1) 8277; P < 0,05

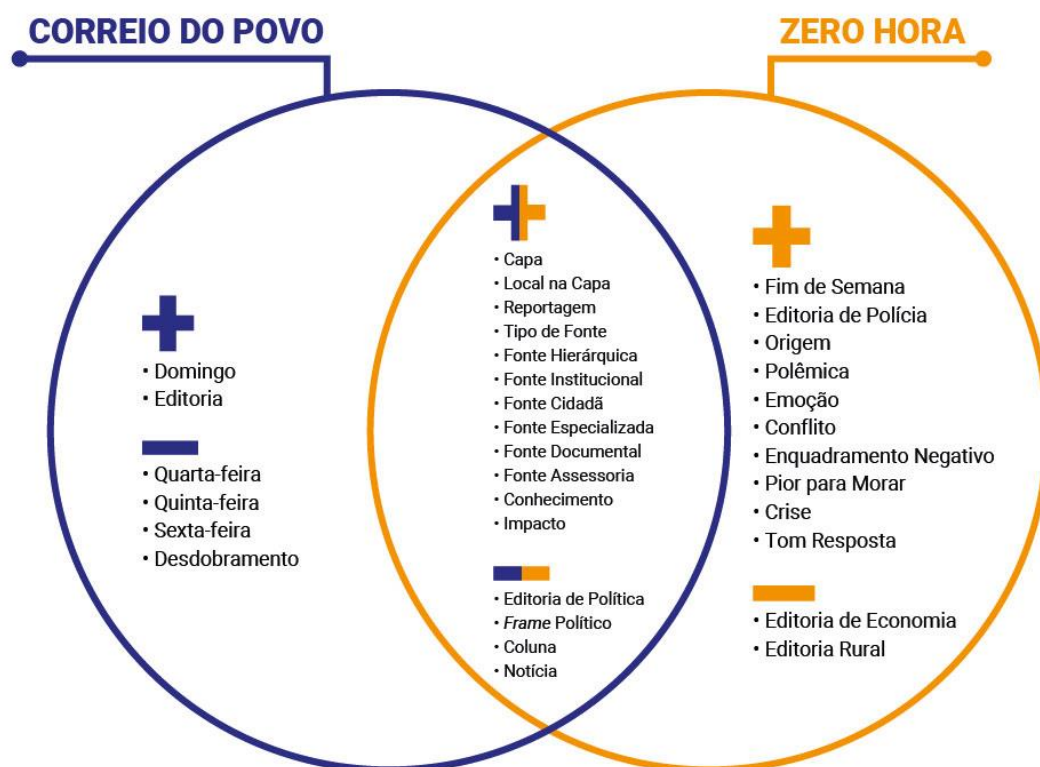
¹⁹⁶ X2(1) 26281; P < 0,05

¹⁹⁷ X2(1) 11682; P < 0,05

¹⁹⁸ X2(1) 6331; P < 0,05

QUADRO 18

Variáveis com associação estatística com Duas Páginas



Fonte: Elaborado pelo autor

O padrão de cobertura de *Zero Hora* expressou uma preferência por matérias com mais de uma página nas suas tiragens de fim de semana¹⁹⁹. A associação foi de 6,8%. Os textos jornalísticos que ocuparam mais do que uma página, como no concorrente, apresentaram uma tendência de ir a Capa²⁰⁰. O coeficiente foi de 37,6%. Já o Local na Capa²⁰¹ revelou um grau de interação de 39,1%, mostrando uma preferência pelos espaços mais nobres: Manchete Principal e Manchete na Capa.

A produção de textos com mais de uma página não foi uma característica predominante nas Editorias de Política²⁰², Rural²⁰³ e Economia²⁰⁴ que obtiveram uma associação negativa -23,7%, 10,6%. e -7,8%. Em contrapartida, a Editoria de Polícia²⁰⁵ revelou um coeficiente positivo, na ordem de 7,9%. No *Zero Hora*, as pautas sobre

¹⁹⁹ X2(1) 4365; P < 0,05

²⁰⁰ X2(1) 132887; P < 0,05

²⁰¹ X2(3) 144048; P < 0,05

²⁰² X2(1) 52778; P < 0,05

²⁰³ X2(1) 10518; P < 0,05

²⁰⁴ X2(1) 5649; P < 0,05

²⁰⁵ X2(1) 5825; P < 0,05

insegurança que envolveram o Poder Executivo estadual apresentaram uma leve tendência de serem retratadas em um número maior de caracteres, superando uma página. Os efeitos podem ser vistos numa forte associação da Reportagem²⁰⁶, de 73,7%, e menor incidência da Coluna²⁰⁷ (-35,1%) e Notícia²⁰⁸ (-13,8%).

A Origem²⁰⁹, com uma associação de 20,8%, indicou uma maior propensão à Iniciativa do Meio. Isto é, as matérias oriundas do próprio veículo tenderam a ganhar destaque em mais de uma página. Já as fontes, prioritariamente, se referiram à Primária e Secundária. Tipo de Fonte²¹⁰, apresentou uma associação de 42,7%. O maior espaço para produção da reportagem em duas páginas permitiu o uso de diferentes tipos e um número mais extenso de pessoas consultadas. É nesse sentido que foi apresentada uma associação com as fontes Especializada²¹¹ (40,5%), Documental²¹² (32,2%), Cidadã²¹³ (26,6%), Assessoria²¹⁴ (21,3%), Institucional²¹⁵ (21%) e Hierárquica²¹⁶ (19,6%). Assim como no *Correio do Povo*, o OFF não apresentou significância. Percebemos uma forte presença das Fontes Especializada e Documental, diferenciando-se da sua concorrente.

A cobertura governamental em mais de uma página no *Zero Hora* abrangeu uma série de valores-notícias. A variável apresentou associação com Conhecimento²¹⁷ (28,4%), Emoção²¹⁸ (27,1%), Impacto²¹⁹ (26,7%), Tragédia²²⁰ (25,8%), Violência²²¹ (23,1%), Justiça²²² (17,4%) e Polêmica (9,9%). A correlação com quase todos os valores-notícia, somente Governo não apresentou significância, indicando que as reportagens de mais de uma página expressam uma preferência por pautas mais profundas, que abrangem um maior número de elementos relevantes a um acontecimento noticiável.

Menos propenso ao *Frame Política*²²³ (-7,1%), *Zero Hora* manifestou uma pré-disposição em enquadrar o governo estadual de forma crítica. Enquadramento

²⁰⁶ X2(1) 510446; P < 0,05

²⁰⁷ X2(1) 115693; P < 0,05

²⁰⁸ X2(1) 17890; P < 0,05

²⁰⁹ X2(3) 40524; P < 0,05

²¹⁰ X2(3) 171462; P < 0,05

²¹¹ X2(1) 153964; P < 0,05

²¹² X2(1) 97630; P < 0,05

²¹³ X2(1) 66417; P < 0,05

²¹⁴ X2(1) 43461; P < 0,05

²¹⁵ X2(1) 41351; P < 0,05

²¹⁶ X2(1) 35989; P < 0,05

²¹⁷ X2(1) 75758; P < 0,05

²¹⁸ X2(1) 69248; P < 0,05

²¹⁹ X2(1) 66841; P < 0,05

²²⁰ X2(1) 62663; P < 0,05

²²¹ X2(1) 49990; P < 0,05

²²² X2(1) 28354; P < 0,05

²²³ X2(1) 4697; P < 0,05

Negativo²²⁴ apresentou uma associação de 10,2% e Pior para Morar²²⁵ de 18,6%. Os dados apontaram que as reportagens de mais de uma página adotavam um ponto de vista mais crítico, abordando problemas sociais que recaíam sobre a avaliação do Poder Executivo. Nesses espaços, por exemplo, houve uma maior inclinação a Crise²²⁶, com coeficiente de 11,3%, enquanto a participação do governo ocorreu em Tom Resposta²²⁷, na ordem de 12,5%.

6.4 Local na página

Tradicionalmente, o leitor no Ocidente lê da esquerda para a direita e de cima para baixo. Ao lermos um livro, nós direcionamos nossos olhos para o topo e, a partir de uma leitura diagonal, finalizamos no pé da página. A estrutura de um jornal é diferente da de uma obra literária. A leitura é fragmentada em diferentes textos jornalísticos, que abordam acontecimentos diferentes – cada um com uma relevância aos olhos dos veículos de comunicação. Os impressos são divididos em zonas de visualização pelas quais os textos são expostos conforme sua importância. No canto superior esquerdo, por exemplo, publicam-se aqueles com maior destaque, enquanto no Inferior Esquerdo, a tendência é ser veiculado o evento com menor relevância. O gráfico 4, abaixo, representa a distribuição dos textos jornalísticos conforme os quadrantes dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*.

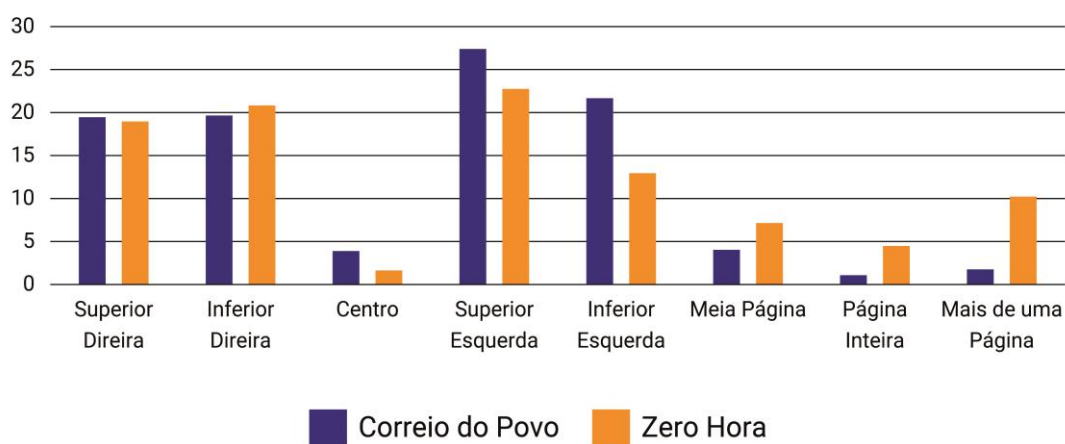
²²⁴ X²(1) 9816; P < 0,05

²²⁵ X²(1) 32482; P < 0,05

²²⁶ X²(3) 12075; P < 0,05

²²⁷ X²(1) 14727; P < 0,05

GRÁFICO 4
Distribuição dos textos jornalísticos nos quadrantes das páginas (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

A distribuição por quadrantes oferece indícios sobre a relevância da cobertura governamental. É possível perceber que a ordem de disposição dos textos jornalísticos no *Zero Hora* seguiu o padrão de hierarquia da diagramação. Do total, 22,9% apresentaram-se no Superior Esquerdo, primeiro local em que se direciona o olhar. Em seguida, a preferência pelo Inferior Direito, com 20,9%. O Superior Direito foi o terceiro colocado, com 19%. Em quarto, representando 13,1%, o Inferior Esquerdo. Por fim, o centro atingiu apenas 1,8%. Como podemos observar, os locais mais nobres foram responsáveis pela maioria dos textos que abordaram o Poder Executivo estadual.

Em uma perspectiva mais ampla, levando em consideração que os textos jornalísticos podem ocupar mais de um quadrante, o *Zero Hora* veiculou quase um quarto do total de textos em meia página ou mais, demonstrando uma importância do noticiário que envolve o Poder Executivo estadual. Em 7,2% dos casos, foi ocupada uma Meia Página. Em 4,7%, utilizou-se uma Página Inteira, enquanto 10,4% exigiram Mais de uma Página para relatar o acontecimento. O *Correio do Povo*, em contrapartida, não costuma utilizar mais de meia página para a cobertura governamental: apenas 7,5% do total. As matérias de Duas Páginas, ainda que aos domingos houvesse uma preferência por grandes reportagens, representaram 2% do total.

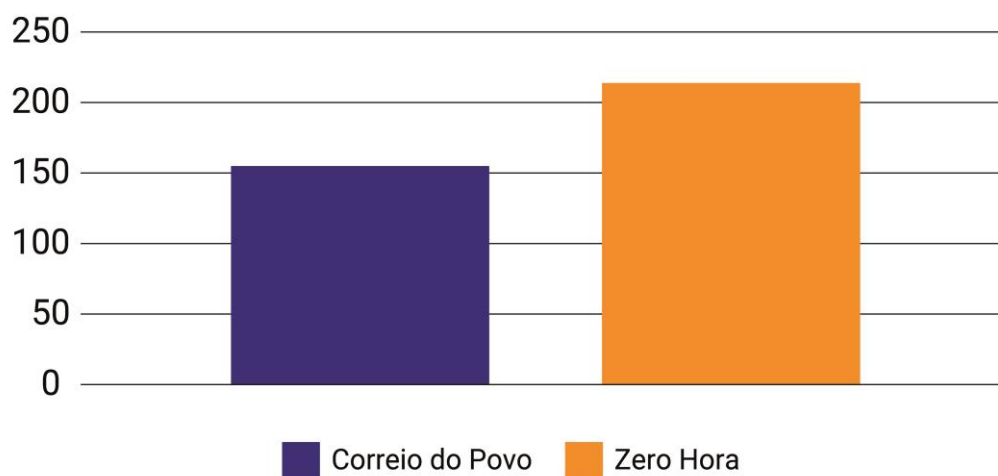
A divisão da cobertura por página também foi diferente no *Correio do Povo*. Os textos foram, prioritariamente, estampados do lado esquerdo. O Canto Superior Esquerdo

representou 27,4%, enquanto o canto Inferior Esquerdo, 21,8%, totalizando quase metade dos textos. À direita, circulou 39,2% do noticiário. No Superior Direito, 19,5%, e no Inferior Direito, 19,7%. Os acontecimentos governamentais que foram veiculados ao Centro representaram apenas 4% do total.

6.5 Capa

A capa é a “[...] porta de entrada para o conteúdo jornalístico, para um mundo de novidades e diversões à disposição do público” (JORGE, 2016, p. 2). É o local mais nobre, dedicado às principais matérias da edição. A cobertura governamental envolveu acontecimentos do cotidiano e outros com maior relevância, podendo ter a participação direta dos atores do Poder Executivo ou não. Entre esses acontecimentos, alguns não mereceram tanto destaque aos olhos dos veículos, enquanto outros romperam as barreiras a ponto de ganharem a página mais nobre de todo o jornal. O gráfico 5 representa o número de textos na capa nos jornais estudados.

GRÁFICO 5
Distribuição dos textos jornalísticos na Capa



Fonte: Elaborado pelo autor

No mesmo período de análise e sob um contexto semelhante, o *Correio do Povo* deu destaque na capa a 174 notícias envolvendo o governo estadual. *Zero Hora* circulou 200 textos na principal página. Em termos percentuais, a diferença entre os dois é maior

do que se pode imaginar. O CP, por ter um número superior de textos curtos, alcançou 15,4% na capa, enquanto o ZH, que costumava lançar mão com mais frequência da reportagem, obteve 21,3%. Entre as notícias de capa, houve algumas reproduzidas por ambos. É o caso da negociação sobre a privatização da Bannrisul. No dia 27 de janeiro de 2017, o impresso da RBS concedeu espaço na capa à matéria *Bannrisul vira foco na renegociação da dívida*. O assunto tratado referia-se à possibilidade de o banco entrar na negociação da dívida do estado com o governo federal. No mesmo dia, o Correio chamou na capa a matéria *Bannrisul pode entrar no acordo, diz Meirelles*, abordando o mesmo assunto. Em outros casos, um só assunto teve tratamento diferente. O CP deu na capa a notícia *Cpers pede impeachment de Sartori* em 25 de outubro de 2016. No mesmo dia, o assunto não mereceu tratamento de primeira página no Zero Hora (Figura 2).

FIGURA 2

Capas do *Zero Hora* e *Correio do Povo* nos dias 27 de janeiro de 2017 e 25 de outubro de 2016



Fontes: Zero Hora e Correio do Povo

A cobertura governamental na Capa do *Correio do Povo* foi distribuída em 63 notícias que foram Manchete Principal, outras 53 que foram Manchete na Capa e 58 que assumiram Chamada de Capa. O *Zero Hora* estampou 71 dessas matérias como Manchete

Principal, 87 como Manchete na Capa e 42 Chamada de Capa. O comparativo releva que, percentualmente, o impresso da *RBS* apresentou uma maior inserção de matérias governamentais nos espaços mais nobres da Capa.

6.5.1 Explicando a Capa

A Capa, espaço mais nobre do jornal, não é formada ao acaso. Ela representa o que, aos olhos dos veículos de comunicação, são os principais acontecimentos daquele dia. É o resultado de escolhas valorativas sobre o que seria relevante, importante ou interessante e chamaria a atenção dos leitores, reunindo algumas características que fariam com aquela notícia se cacifasse para ser uma matéria de capa. É equivalente à cobertura governamental. Para circular na primeira página é preciso reunir alguns atributos que deem força para competir com outros acontecimentos noticiáveis. No *Zero Hora*, por exemplo, o noticiário sobre o Poder Executivo estadual que ocupa mais de uma página²²⁸ no miolo do jornal é mais frequente aparecer na capa. A associação foi de 37,6%. A Reportagem²²⁹, reconhecida por ser um formato que aprofunda um tema, como esperado revelou maior possibilidade de estar na primeira página. O coeficiente foi de 41,9%. Já a Coluna²³⁰, que se caracterizou por abordar os bastidores do Poder, demonstrou uma associação negativa de -23,5%, revelando não ser um espaço propício para as notícias que poderiam ganhar destaque na página mais nobre do jornal.

Entre as editorias, a Capa não apresentou tendência positiva ao noticiário governamental seções de Política²³¹ e Rural²³², com coeficientes de -12,2% e -13%. Em contrapartida, a Editoria de Polícia²³³ apresentou uma tendência de ir à primeira página. Com coeficiente de 14,7%, a cobertura de Polícia foi marcada pela cobertura dos casos de insegurança, apresentando uma forte ligação com o Poder Executivo estadual, responsável por garantir a segurança pública no Rio Grande do Sul. É o exemplo da matéria do dia 13 de março de 2017, intitulada *Porto Alegre vai receber hoje novo reforço de policiamento* que relatava o aumento do efetivo da Brigada Militar na Capital com o objetivo de combater a escalada de violência no município.

²²⁸ X²(1) 132887; P < 0,05

²²⁹ X²(1) 164878; P < 0,05

²³⁰ X²(1) 51966; P < 0,05

²³¹ X²(1) 14096; P < 0,05

²³² X²(1) 15878; P < 0,05

²³³ X²(1) 20395; P < 0,05

Para ir à Capa é preferível que a origem não seja de reprodução²³⁴. A variável revelou uma associação negativa de -10,2%. O resultado indicou que as pautas que vêm de alguma fonte interessada não tendem a ser prioridade para ir à primeira página. Com uma tendência a matérias com número maior de fontes, a Capa manifestou associação de 27,1% com Tipo de Fonte²³⁵, mostrando prevalência das Primária e Secundária. Entre essas, houve uma maior incidência da Documental²³⁶, Institucional²³⁷, Hierárquica²³⁸, Cidadã²³⁹, e Assessoria²⁴⁰, com correlação de 18,8%, 15,2%, 14,9%, 14,3% e 10,9%, respectivamente. A única que não mostrou significância foi o OFF, atribuído, geralmente, às colunas. A maior incidência das matérias com vários tipos de fontes foi ao encontro de características das grandes reportagens com mais de uma página.

A preferência dos editores foi por matérias de Desdobramento²⁴¹ de acontecimentos que já foram noticiados. O coeficiente foi de 8,1%. É ainda um espaço que deu preferência às variáveis Título Crítico²⁴² e Pior para Morar²⁴³, com associação de 8,5% e 12%. Percebemos que a Capa foi um espaço que privilegiou aqueles acontecimentos com tom negativo, que revelaram problemas ou eventos fora da ordem normal das coisas. Esse fato é reiterado pela associação de 20,6% da variável Crise²⁴⁴, destacando as pautas que retrataram o momento de incerteza financeira dos servidores públicos e de segurança. Houve, ainda, uma pequena tendência para as pautas estaduais²⁴⁵, na ordem de 6,5%.

O princípio de levar à capa acontecimentos mais críticos e que chamam a atenção pela negatividade pode ser observado também na preferência pela Polêmica²⁴⁶, movidas pela controvérsia e a variável apresentou uma associação de 13,5%. A Tragédia²⁴⁷ e Violência²⁴⁸, valores-notícia marcados por uma sensação afetiva, obtiveram coeficiente

²³⁴ X2(1) 9812; P < 0,05

²³⁵ X2(3) 68890; P < 0,05

²³⁶ X2(1) 33239; P < 0,05

²³⁷ X2(1) 21681; P < 0,05

²³⁸ X2(1) 20846; P < 0,05

²³⁹ X2(1) 19255; P < 0,05

²⁴⁰ X2(1) 11235; P < 0,05

²⁴¹ X2(1) 6105; P < 0,05

²⁴² X2(1) 5949; P < 0,05

²⁴³ X2(1) 13449; P < 0,05

²⁴⁴ X2(1) 40011; P < 0,05

²⁴⁵ X2(1) 3977; P < 0,05

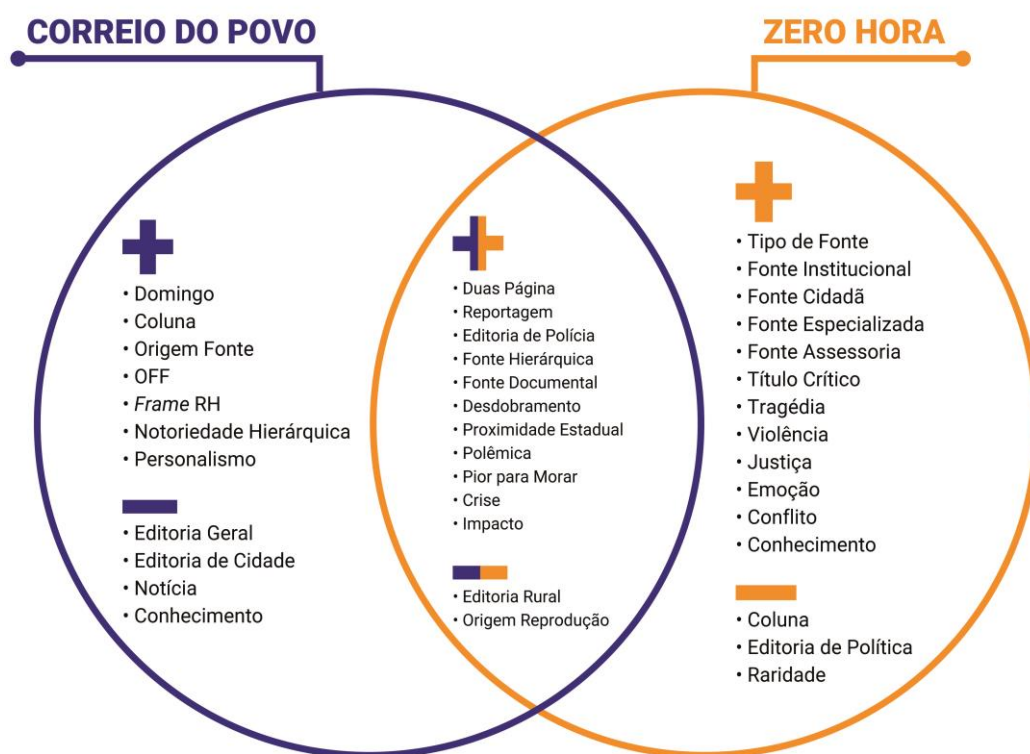
²⁴⁶ X2(1) 17185; P < 0,05

²⁴⁷ X2(1) 31482; P < 0,05

²⁴⁸ X2(1) 38560; P < 0,05

de 18,3% e 20,3%. Emoção²⁴⁹ apresentou um grau de 19,9%, enquanto Conflito²⁵⁰, definido pelos protestos, manifestações e confrontos, 9,8%. Os últimos dois atributos também foram comuns aos eventos que rompem com a normalidade, chamando a atenção para pontos críticos. Impacto²⁵¹, que se referia às grandes quantias ou pessoas envolvidas nos fatos, teve um coeficiente de 20,7% ao mesmo tempo em que Justiça²⁵² registrou uma associação de 11,1%. O segundo foi marcado pela judicialização, pela contestação de algo quem alguém julgava não estar correto, podendo, nesse caso, ser representado pela crise com os servidores públicos gaúchos. A Capa ainda foi, preferencialmente, o espaço para aquelas notícias com o valor-notícia Conhecimento²⁵³, associação na ordem de 15,5%. Tratava-se do uso de pesquisas, estudos e/ou invenções. No lado oposto, Raridade²⁵⁴, coeficiente de -6,8% não é um valor que contribui para que a matéria com participação do Poder Executivo ganhasse a primeira página (Quadro 19).

QUADRO 19
Variáveis com associação estatística com Capa



Fonte: Elaborado pelo autor

²⁴⁹ X²(1) 37128; P < 0,05

²⁵⁰ X²(1) 9070; P < 0,05

²⁵¹ X²(1) 40270; P < 0,05

²⁵² X²(1) 11647; P < 0,05

²⁵³ X²(1) 22673; P < 0,05

²⁵⁴ X²(1) 4330 P < 0,05

O *Correio do Povo* compartilhou a preferência por notícias que ocupavam Mais de uma Página²⁵⁵. A associação foi de 20,6%. Nesse impresso gaúcho, observamos uma maior incidência das matérias governamentais veiculadas na edição dominical²⁵⁶, com um grau de associação de 23%. Cabe ressaltar que aos domingos houve uma prevalência de grandes reportagens que ocupavam várias páginas. A Capa no CP, diferente do ZH, deu prioridade ao conteúdo exposto na Editoria de Política²⁵⁷, enquanto as Editorias Rural²⁵⁸, Geral²⁵⁹ e Cidade²⁶⁰ tenderam a não ir à página mais nobre. Os coeficientes foram de 14,4%, -8%, -7,6% e -11%, respectivamente.

Se o jornal da *RBS* preferiu apenas reportagens, a Coluna²⁶¹ demonstrou importância para que um acontecimento governamental alcançasse a Capa. O coeficiente de 6,4%, contrastava com a Notícia²⁶² que apresentou uma associação negativa de -13,6%. A força da coluna reforçou a preferência pela Editoria de Política. É nele que Taline Opptiz tratou dos bastidores do governo estadual. A Reportagem²⁶³ também se mostrou uma variável relevante, com uma associação de 17,4%. O padrão se repetiu pelo fato de as reportagens serem reconhecidas como os formatos das questões mais importantes, aprofundando-se sobre os temas.

Para ir à Capa no *Correio*, é preferível que não seja uma pauta com Origem Reprodução²⁶⁴, isto é, de atores interessados em veicular as informações de seus assessorados. O coeficiente foi de -13,9%. O jornal mostrou uma inclinação para a Origem Fonte²⁶⁵, com associação de 9%. Favorecendo as matérias com número maior de fontes, o CP revelou correlação com Fonte Hierárquica²⁶⁶, OFF²⁶⁷ e Documental²⁶⁸, na ordem de 11,8%, 10,2% e 5,8%, respectivamente. A primeira (Fonte Hierárquica) foi caracterizada por atores de alto escalão (governador, vice-governador, secretários); a

²⁵⁵ X2(1) 47809; P < 0,05

²⁵⁶ X2(1) 59416; P < 0,05

²⁵⁷ X2(1) 23304; P < 0,05

²⁵⁸ X2(1) 7246; P < 0,05

²⁵⁹ X2(1) 6541; < 0,05

²⁶⁰ X2(1) 13696; P < 0,05

²⁶¹ X2(1) 4688; P < 0,05

²⁶² X2(1) 20794; P < 0,05

²⁶³ X2(1) 33931; P < 0,05

²⁶⁴ X2(1) 21751; P < 0,05

²⁶⁵ X2(1) 9093; P < 0,05

²⁶⁶ X2(1) 15569; P < 0,05

²⁶⁷ X2(1) 11641; P < 0,05

²⁶⁸ X2(1) 3734; P < 0,05

segunda (Fonte Documental), por estudos, ordens judiciais e projetos de lei; a terceira foi marcada por informações de bastidor, típicas das colunas.

Os editores do CP pareceram preferir matérias que são Desdobramento²⁶⁹ de outros eventos importantes. O coeficiente foi de 9,6%. Intitulada *O mais amplo e polêmico da História*, a capa do dia 22 de novembro de 2016, enquadrou-se na cobertura contínua da reforma fiscal, no plano proposto pelo governo Sartori. A matéria mostrou associação de 6,1% na variável Estadual. Assim como no *Zero Hora*, o impresso de Caldas Júnior revelou uma pequena preferência pelas pautas de abrangência no estado, fato que pode ser justificado pelo noticiário da crise financeira envolvendo os servidores gaúchos. *Frame RH*²⁷⁰, que englobava as matérias envolvendo recursos humanos e financeiros, teve uma associação de 5,7%.

A capa sugeriu ser um espaço adequado à Polêmica²⁷¹. O valor-notícia obteve uma associação de 13,5%. A página mais nobre foi também o chamariz do jornal. Nela se encontrava as notícias mais relevantes e, por que não, aquelas que chamavam a atenção do leitor, dando corpo à controvérsia, ao anormal, àquilo que não estava certo. As variáveis Crise²⁷² e Pior para Morar²⁷³, por exemplo, relevaram uma significância na ordem de 17,8% e 6,4%. No mesmo caminho, Impacto²⁷⁴, definido pelas matérias que abordavam grande número de pessoas e quantias, comum aos protestos de servidores, obteve uma associação de 8,5%. Já o valor-notícia Conhecimento²⁷⁵ mostrou-se uma característica negativa ao acontecimento que pretendia figurar na Capa, com coeficiente de -5,8%.

A primeira página do *Correio do Povo* deu preferência aos eventos que envolviam a instituição governo ou o governador. A Notoriedade Hierárquica²⁷⁶ apontou uma associação de 14,5%, enquanto o Personalismo²⁷⁷ apresentou coeficiente de 11,4%. É o caso da matéria de capa *Bancadas da oposição fazem reunião na praça*, também do dia 22 de novembro de 2016. José Ivo Sartori, então governador, foi nominalmente citado e apontado como o responsável pelo Pacote Fiscal que, na opinião dos opositores, representou um grande retrocesso ao Rio Grande do Sul.

²⁶⁹ X²(1) 10397; P < 0,05

²⁷⁰ X²(1) 3665; P < 0,05

²⁷¹ X²(1) 20636; P < 0,05

²⁷² X²(1) 35691; P < 0,05

²⁷³ X²(1) 4642; P < 0,05

²⁷⁴ X²(1) 8197; P < 0,05

²⁷⁵ X²(1) 3800; P < 0,05

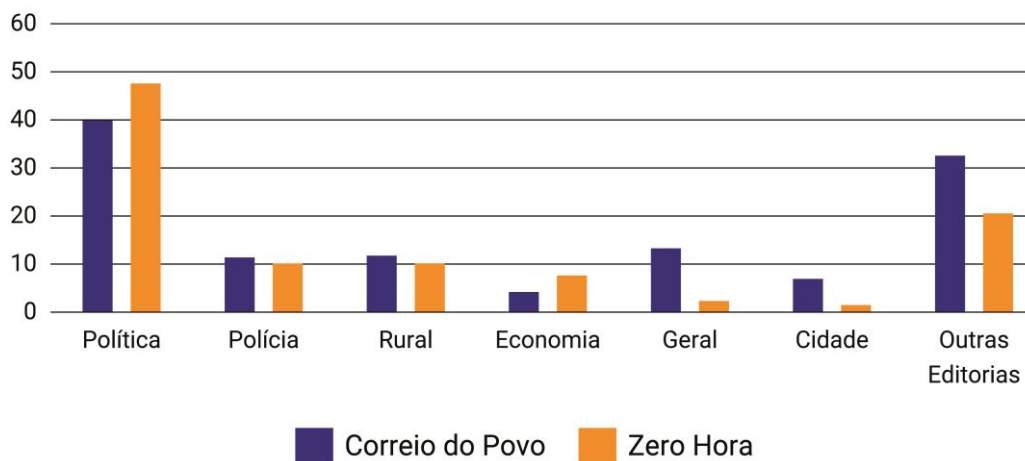
²⁷⁶ X²(1) 23670; P < 0,05

²⁷⁷ X²(1) 14544; P < 0,05

6.6 Editorias

A setorização dos impressos funciona como elemento de divisão de temas, discursos, espaços de cobertura e de tarefas profissionais. Cada uma das editorias apresenta características próprias que as tornam singulares (GADINI, 2006). Essas são formadas por uma lógica histórica específica que orienta a produção jornalística cotidiana. Isto é, as editorias não são uniformes. Eles respondem à demandas distintas. O econômico cobre assuntos que impactam o mercado financeiro e finanças públicas. O policial se concentra em crimes, enquanto o rural foca no homem do campo. Ainda que todos partam do mesmo mapa cultural (HALL *et al.*, 1999), as especificidades de cada assunto exigem uma linguagem específica, locais de atuação distintos (palácio do governo, sede da polícia, cooperativas agrícolas) e atores prioritários. Nessas circunstâncias, a participação do Poder Executivo é diferente em cada uma das seções temáticas: tanto aos assuntos abordados, quanto à importância dos atores governamentais. O gráfico 6 indica a disposição dos textos jornalísticos nas editorias do *Correio do Povo* e *Zero Hora*.

GRÁFICO 6
Distribuição dos textos jornalísticos em editorias (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

A cobertura governamental foi primordialmente retratada na Editoria de Política. Formado por representantes eleitos, o Poder Executivo foi parada obrigatória dos setoristas dessa área. O jornalismo político é o reflexo das negociações e disputas que

ocorrem nos Poderes, especialmente no Legislativo e Executivo. É nesta seção que o leitor foi informado sobre as decisões governamentais e políticas públicas até os bastidores dos Palácios. No *Correio do Povo*, essa editoria representou aproximadamente 40% da cobertura governamental enquanto no *Zero Hora* atingiu a casa dos 57%, revelando uma grande diferença entre ambos os jornais. O CP, no que condiz com o objeto de nosso estudo, foi mais plural. O governo estadual foi solicitado a participar dos assuntos de outras editorias. Já o *Zero Hora* respeitou sua essência de privilegiar as coberturas políticas.

Em segundo lugar, a Editoria Rural veiculou 11,8% dos textos governamentais no *Correio do Povo* e 10% do *Zero Hora*. A agropecuária, segundo a Fundação de Economia e Estatística, representou 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado em 2015. Conhecido pela cobertura da violência (roubo, furto, assassinato etc.), a Editoria de Polícia registrou a terceira maior frequência de textos jornalísticos com a participação do Poder Executivo. No *Zero Hora*, a editoria representou 10,1% do total. No *Correio do Povo*, 11,4%. A terceira posição pode ser explicada por ser um período no qual o Rio Grande do Sul vivenciava uma crise na segurança pública. É o caso da matéria *Ainda mantidos em viaturas*, do dia 22 de outubro de 2016, no *Correio do Povo*, que relatou a situação sub-humana de indivíduos que, por falta de celas, ficaram detidos em carros policiais.

A Editoria de Economia foi estruturada de uma forma diferente. A distribuição da cobertura governamental representou 4,3% do total no CP e 7,7% no *Zero Hora*. A diferença de cerca de 80% entre ambos pode ser explicada pelas características dos jornais. O impresso da *RBS* priorizou os temas de Política e Economia, se comparado com o *Correio do Povo*, que cedeu mais espaço às seções Geral e Cidade. Nessas duas últimas editorias, a diferença é ainda maior. O CP publicou, do total de textos jornalísticos sobre o governo, 13% na Editoria Geral, e 7,1% em Cidade. Já o *Zero Hora* quase que não apresentou textos do tipo nessas editorias. As matérias nesses espaços representaram apenas 2,3% e 1,4%, respectivamente.

A cobertura governamental não se restringiu a essas editorias. No *Correio do Povo* encontramos textos jornalísticos sobre o governo estadual nas Editorias de Educação (3,4%), Opinião (2,9%), Cultura (2%), Reportagem (1%), Justiça (0,5%), Saúde (0,1%), Esporte e Lazer (0,3%), Entrevista (0,3%), Internacional (0,2%), Praia/Clima (2%), Turismo (0,1%) e Saúde (0,1%), A distribuição no *Zero Hora* foi Opinião (10,3%),

Reportagem (6,2%), Educação (1,2%), Praia/Clima (1,1%), Saúde (1%), Cultura (0,5%) e Obituário (0,1%).

6.6.1 Editoria de Política

A Editoria de Política é considerada a mais nobre nos grandes jornais. É a seção das grandes polêmicas. Dos bastidores dos Poderes. No nosso caso, da maior parte do noticiário sobre o Poder Executivo. O elo entre a editoria e a cobertura governamental foi fundamentado em um padrão que mostrou determinadas características. No *Zero Hora*, por exemplo, a seção de Política nas tiragens de Fim de Semana²⁷⁸ esteve propenso a receber a cobertura do governo, indicado pela associação de 6,9%. A Página Par, como observado na seção 6.2.1, foi o espaço do noticiário do Executivo estadual. Em contrapartida, as matérias com Duas Páginas²⁷⁹ não tenderam a veicular nosso objeto de estudo. O coeficiente de -23,7% apontou que os eventos governamentais não foram aprofundados a ponto de merecerem número maior de páginas.

A Capa do ZH, com certa surpresa, apresentou uma concentração menor do que esperado, na ordem de -12,2%, indicando que o noticiário governamental presente na Editoria de Política²⁸⁰ não esteve entre as prioridades na página mais importante do jornal. O esperado era que a editoria responsável por cobrir o dia a dia do Poder Executivo – o que envolveria a intensa presença de muitos setoristas - ao cobrir pautas de maior relevância, ocuparia preferencialmente a Capa. Na prática, a incidência dessa editoria foi menor que a Editoria Policial, por exemplo. Uma explicação plausível é de que a cobertura ordinária do Palácio do Piratini faz com que a maioria do noticiário seja comum, rotineiro, reduzindo a existência de matérias extraordinárias, importantes o suficiente para estarem na capa.

A Editoria de Política foi o espaço que priorizou a Coluna²⁸¹. Com uma associação de 50,5%, o formato predominou no *Zero Hora*. O coeficiente alto foi consequência da cobertura desenvolvida pela setorista Rosane de Oliveira. O formato foi caracterizado por pequenas notas que envolveram, em muitos casos, os bastidores do Poder. Notícia²⁸²

²⁷⁸ X²(1) 4514; P < 0,05

²⁷⁹ X²(7) 135250; P < 0,05

²⁸⁰ X²(1) 14096; P < 0,05

²⁸¹ X²(1) 240080; P < 0,05

²⁸² X²(1) 25842; P < 0,05

revelou uma associação negativa de -16,6%, indicando menor incidência. Reportagem não apontou, nesse caso, significância.

A forte inclinação à Coluna afetou diretamente o uso das fontes. Tipo de Fonte²⁸³ obteve uma associação de 28,1%, indicando uma preferência pelas Fontes Primárias, bem como pré-disposição por consultar poucas fontes. As Fontes Secundárias não são comuns nas colunas, haja vista os caracteres escassos para se dar a informação. Política ainda é a editoria que não prioriza a Fonte Hierárquica²⁸⁴, com -10,2%, (preferindo servidores de baixo escalão), enquanto as fontes Institucional²⁸⁵, Especializada²⁸⁶, Cidadã²⁸⁷, Assessoria²⁸⁸ e Documental²⁸⁹ obtiveram coeficientes negativos: -24,6%, -22,7%, -20%, -16,5 e -13,4%, respectivamente. O OFF foi a única ocorrência com associação positiva²⁹⁰, na ordem de 12,7%, demonstrando que as informações sem fonte identificada têm alto percentual na editoria.

Podemos verificar que a cobertura governamental de Política no ZH priorizou o noticiário que permitia Desdobramento²⁹¹ de outros eventos já noticiados. O coeficiente de 10% revela uma pré-disposição para dar continuidade a determinada cobertura, em especial àquela que se referia à Crise²⁹², com associação de 24,8%, fazendo referência à situação dos servidores públicos estaduais. Cabe ressaltar que, ainda que a crise, num âmbito estadual seja predominante, a circulação na Editoria de Política privilegiou as pautas do governo Sartori no âmbito nacional ou internacional. Circulação²⁹³ mostrou um grau de interação pequeno, na casa de -7%.

A Editoria, como esperado, privilegiou os assuntos que envolvem o alto escalão do governo: a Notoriedade Hierárquica²⁹⁴, na ordem de 29,1%. É importante reiterar que proeminência e o uso de fontes governamentais não andam, necessariamente, de mãos dadas. De uma forma mais clara, pode haver textos jornalísticos que abordam o governo do estado sem consultar uma fonte de alto escalão, procurando um diretor de uma secretaria ou um membro da Brigada Militar para se posicionar sobre determinado evento.

²⁸³ X²(3) 74363; P < 0,05

²⁸⁴ X²(1) 9711; P < 0,05

²⁸⁵ X²(1) 56929; P < 0,05

²⁸⁶ X²(1) 48396; P < 0,05

²⁸⁷ X²(1) 37540; P < 0,05

²⁸⁸ X²(1) 25712; P < 0,05

²⁸⁹ X²(1) 16959; P < 0,05

²⁹⁰ X²(1) 15154; P < 0,05

²⁹¹ X²(1) 9388; P < 0,05

²⁹² X²(1) 5757; P < 0,05

²⁹³ X²(1) 4610; P < 0,05

²⁹⁴ X²(1) 79694; P < 0,05

Em contrapartida, Governo não mostrou associação compatível, revelando que não houve uma dependência entre valor-notícia e a seção de Política. O resultado do ZH, que também podemos observar no *Correio do Povo*, revelou que os atos ordinários do Poder Executivo foram irrelevantes para os setoristas da área. A Editoria de Política no *Zero Hora* manifestou uma associação negativa com os valores-notícias: Tragédia²⁹⁵, Impacto²⁹⁶, Tragédia²⁹⁷, Violência²⁹⁸, Emoção²⁹⁹, Conhecimento³⁰⁰ e Conflito³⁰¹, na ordem de -30,3%, -25,5%, -24,7%, -22,2%, -19,5%, -6,9%, respectivamente.

A política foi tratada dentro dos bastidores do Poder, priorizando as relações entre as instituições e seus atores em vez do funcionamento ordinário do Executivo. *Frame Política*³⁰² apontou uma associação de 38,1%. Ainda é o espaço do governador. *Personalismo*³⁰³ apontou coeficiente de 23,3%, mostrando a importância do chefe do Executivo, como na matéria *Governo se prepara para batalha jurídica* do dia 9 de janeiro de 2017. O texto poderia não ter citado o governador, mas marcou a figura de Sartori ao reforçar que os problemas jurídicos envolvendo o pacote fiscal estavam atrelados diretamente ao âmbito político. Consistiu ainda em uma Editoria em que o governo teve *Participação*³⁰⁴ ativa, com uma associação de 6,2% (Quadro 20).

²⁹⁵ X2(1) 86301; P < 0,05

²⁹⁶ X2(1) 60949; P < 0,05

²⁹⁷ X2(1) 86301; P < 0,05

²⁹⁸ X2(1) 57133; P < 0,05

²⁹⁹ X2(1) 46531; P < 0,05

³⁰⁰ X2(1) 35737; P < 0,05

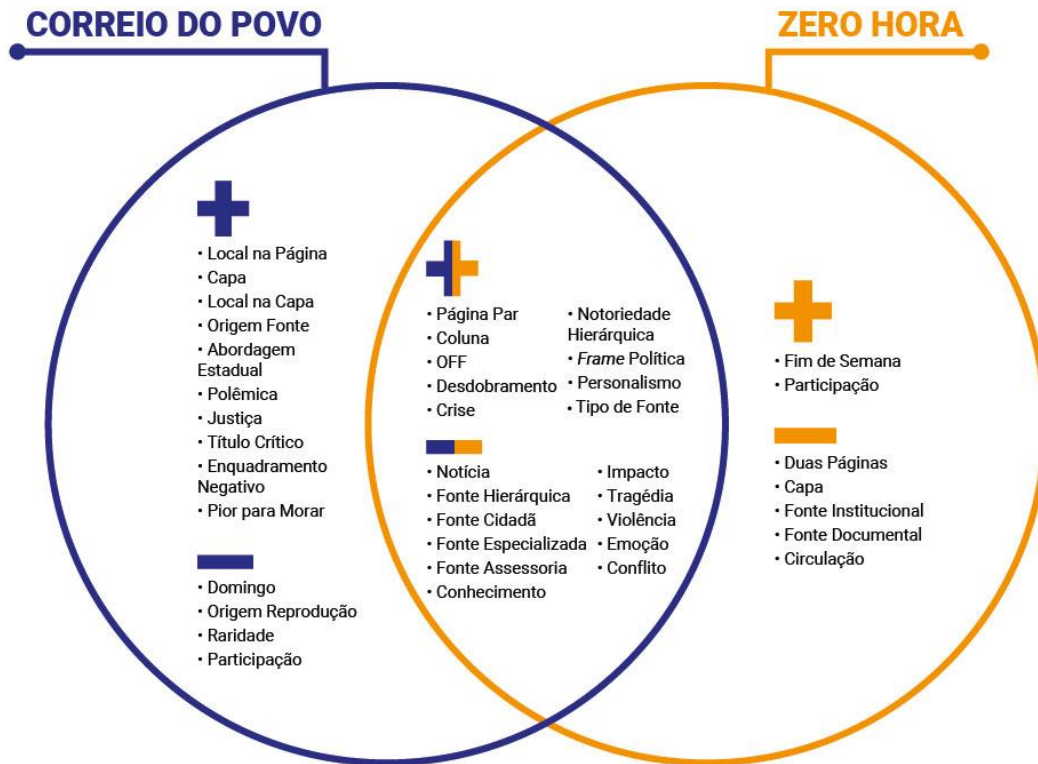
³⁰¹ X2(1) 4500; P < 0,05

³⁰² X2(1)136428 ; P < 0,05

³⁰³ X2(1) 50813; P < 0,05

³⁰⁴ X2(1) 3652; P < 0,05

QUADRO 20
Variáveis com associação estatística com Editoria de Política



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Correio do Povo* não fugiu ao padrão do *Zero Hora*. As edições de Domingo³⁰⁵ não foram a destinação preferencial da Editoria de Política. A associação de - 10,3% é explicada por ser uma edição especial, com reportagens mais profundas, nesse dia da semana. A Página Par, como observado na seção 6.2.1, são as páginas do noticiário do Executivo estadual que, estimulado pela política, tendem a aparecer, em primeiro lugar, no canto superior esquerdo e, em segundo lugar, no canto Inferior Direito, obedecendo à direção do olhar humano. O Local na Página³⁰⁶ apontou uma associação de 19,3%. Em oposição ao ZH, o CP revelou uma interação positiva de 14,4% com a Capa³⁰⁷, indicando uma maior relevância das matérias governamentais na Editoria de Política. De uma forma mais específica, o Local na Capa³⁰⁸ (20,2%) apontou uma preferência para a Chamada de Capa e uma concentração abaixo da distribuição normal de Manchete na Capa. Isto é, o

³⁰⁵ X2(1) 11998; P < 0,05

³⁰⁶ X2(7) 42091; P < 0,05

³⁰⁷ X2(1) 23304; P < 0,05

³⁰⁸ X2(3) 45943; P < 0,05

noticiário do Executivo na Editoria de Política era importante para a primeira página, mas não o suficiente para ganhar as manchetes do jornal.

A Editoria de Política e Coluna³⁰⁹ andam de mãos dadas. O coeficiente de 60% reitera a dependência que o trabalho de colunistas, expresso em curtas notas, tem na cobertura governamental. Figuras como Taline Opitz são indispensáveis quando o assunto é o Poder Executivo, funcionando como o principal formato em uma editoria que preza pela informação dos bastidores do poder. A Notícia³¹⁰ sofreu o efeito contrário. Com uma associação de -43,7%, esse formato ocupou um papel secundário, quase que complementar ao noticiário exposto nas colunas. A variante Reportagem, seguindo o padrão do *Zero Hora*, não apresentou significância.

Os efeitos da Coluna podem ser vistos na consulta de fontes. Tipo Fonte³¹¹, com associação de 24,3%, revelou uma menor incidência de Fontes Primária e Secundária e uma preferência por aqueles assuntos abordados sem fonte alguma. A Editoria de Política revelou uma correlação negativa com Fonte Hierárquica (-14,5%), indicando preferência pelos atores de baixo escalão. Foi, ainda, uma seção que não privilegiou a presença das Fontes Assessoria³¹² (-32,7%), Institucional³¹³ (-26,7%), Cidadã³¹⁴ (-17,1%) e Especializada³¹⁵ (-8%). O OFF³¹⁶, atributo das colunas, obteve uma associação na ordem de 35,1%. A Editoria não foi o local em que reinou o conteúdo das assessorias de imprensa. A Origem Reprodução³¹⁷ obteve associação negativa de -23,9%, enquanto a Origem Fonte³¹⁸ indicou coeficiente na ordem de 27,8%, confirmando a preferência de pautas que surgiam do cotidiano.

O *Correio do Povo* deu preferência ao Desdobramento³¹⁹, com coeficiente 36,8%, isto é, de cobertura contínua da sucessão de eventos sobre um mesmo tema. Foi o caso do noticiário sobre a Crise³²⁰ financeira do estado do Rio Grande do Sul, com uma associação de 55,8%, representada pela matéria *Governo tenta apressar votação do pacote*, do dia 19 de dezembro, que tratava da votação do Pacote Fiscal que amenizaria o

³⁰⁹ X²(1) 40296; P < 0,05

³¹⁰ X²(1) 215268; P < 0,05

³¹¹ X²(1) 66500; P < 0,05

³¹² X²(1) 120333; P < 0,05

³¹³ X²(1) 80444; P < 0,05

³¹⁴ X²(1) 32838; P < 0,05

³¹⁵ X²(1) 7152; P < 0,05

³¹⁶ X²(1) 139121 P < 0,05

³¹⁷ X²(1) 64293; P < 0,05

³¹⁸ X²(1) 87393; P < 0,05

³¹⁹ X²(1) 152332; P < 0,05

³²⁰ X²(1) 351466; P < 0,05

déficit financeiro do Estado. A notícia ainda atendeu a outra característica da cobertura na Editoria de Política: abordagem estadual³²¹, na ordem de 32,6%.

O valor-notícia Governo não apresentou significância, repetindo o padrão do *Zero Hora* em não dar importância aos atos ordinários do Executivo. A Notoriedade Hierárquica³²² apresentou uma associação de 40,8%, mostrando um grau de interação considerável entre a Editoria e as pautas que envolveram o Estado, o governo ou o governador. A sessão de Política foi um espaço propício àquelas matérias que envolviam Polêmica³²³ (31,1%) e Justiça³²⁴ (12,1%), combinando com a cobertura das crises. Em oposição, observamos uma associação negativa com Impacto³²⁵ (-20,6%), Tragédia³²⁶ (-19,4%), Emoção³²⁷ (-18,8%), Conhecimento³²⁸ (-16,7%), Violência³²⁹ (-16,3%), Conflito³³⁰ (-10,5%) e Raridade³³¹ (-9,5%). Seção pautada pelo *Frame* Política³³² (47,4%), a Editoria de Política manteve uma postura mais crítica ao Executivo estadual. Título Crítico³³³. Enquadramento Negativo³³⁴ e Pior para Morar³³⁵ apresentaram uma associação de 10,1%, 15,7% e 10,7%, respectivamente. A cobertura crítica, ainda que não fosse necessária, foi direcionada à figura do governador Sartori. Editoria de Política e Personalismo³³⁶ indicaram associação na ordem de 27%. A consequência foi uma Participação³³⁷ (-6%) passiva do Executivo em meio a uma postura negativa do *Correio do Povo*.

6.6.2 Editoria de Economia

Reconhecido pela cobertura da Bolsa de Valores e do mundo dos negócios, a Editoria de Economia encontra no Poder Público elementos que interferem diretamente

³²¹ X2(1) 119668; P < 0,05

³²² X2(1) 187512; P < 0,05

³²³ X2(1) 108964; P < 0,05

³²⁴ X2(1) 16613; P < 0,05

³²⁵ X2(1) 48054; P < 0,05

³²⁶ X2(1) 42363; P < 0,05

³²⁷ X2(1) 39638; P < 0,05

³²⁸ X2(1) 31433; P < 0,05

³²⁹ X2(1) 30065; P < 0,05

³³⁰ X2(1) 12345; P < 0,05

³³¹ X2(1) 10085; P < 0,05

³³² X2(1) 253241; P < 0,05

³³³ X2(1) 11438; P < 0,05

³³⁴ X2(1) 27888; P < 0,05

³³⁵ X2(1) 12842; P < 0,05

³³⁶ X2(1) 82372 ; P < 0,05

³³⁷ X2(1) 4006; P < 0,05

no contexto econômico. À redação de um veículo estadual, as finanças públicas servem como parâmetro, chamando a atenção de pauteiros e repórteres. No *Correio do Povo*, o padrão de cobertura do Poder Executivo respeitou algumas características. À Terça-feira³³⁸ apresentou uma associação negativa de -6,7%, enquanto à Quinta obteve um coeficiente de 9,9%. À época, circulava à Quinta³³⁹ a coluna de Rogério Mendelski, que abordava a relação entre política e economia e tinha alto índice de leitura.

A Editoria é foi segmento com tendência às pautas com Origem Reprodução (7,1%)³⁴⁰, pincelado por assessorias de comunicação ou outros meios de informação. Foi, ainda, uma seção que privilegiou as Fontes Especializadas³⁴¹ (7,4%) e que evitou os OFFs³⁴² (-6,5%), mesmo com uma coluna de referência, como é o caso de Mendelski. A participação de especialistas foi comum a essa editoria, visto a necessidade de se ouvir pessoas da área com conhecimento suficiente para tratar de um assunto técnico, como as finanças públicas e negócios.

Com uma abordagem mais nacionalizada, a cobertura governamental na Editoria de Economia³⁴³ apresentou uma associação negativa com Circulação na ordem de -7,1%. O valor-notícia Governo³⁴⁴ apresentou coeficiente negativo de -6,8%, revelando uma irrelevância dos atos ordinários do Executivo. O *Frame* Política³⁴⁵, aquele enquadramento relacionado aos bastidores e relacionamento entre os Poderes, indicou uma associação negativa de -7%. Tragédia³⁴⁶ e Emoção³⁴⁷ não combinaram com a edição, haja vista a interação de -8,3% e -8,5%.

A Editoria de Economia foi um espaço favorável ao governo Sartori. Título Promoção³⁴⁸, Enquadramento Positivo³⁴⁹ e Melhor para Morar³⁵⁰ apontaram uma associação de 12,4%, 12,3% e 13,4%, respectivamente. O padrão a favor do Executivo é reforçado pelo Tom Promoção (10,5%) encontrado na participação dos atores governamentais nas matérias veiculadas nessas páginas especializadas (Quadro 21).

³³⁸ X2(1) 5017; P < 0,05

³³⁹ X2(1) 11022; P < 0,05

³⁴⁰ X2(1) 5635; P < 0,05

³⁴¹ X2(1) 6254; P < 0,05

³⁴² X2(1) 4828; P < 0,05

³⁴³ X2(1) 5634; P < 0,05

³⁴⁴ X2(1) 5139; P < 0,05

³⁴⁵ X2(1) 5460; P < 0,05

³⁴⁶ X2(1) 7697; P < 0,05

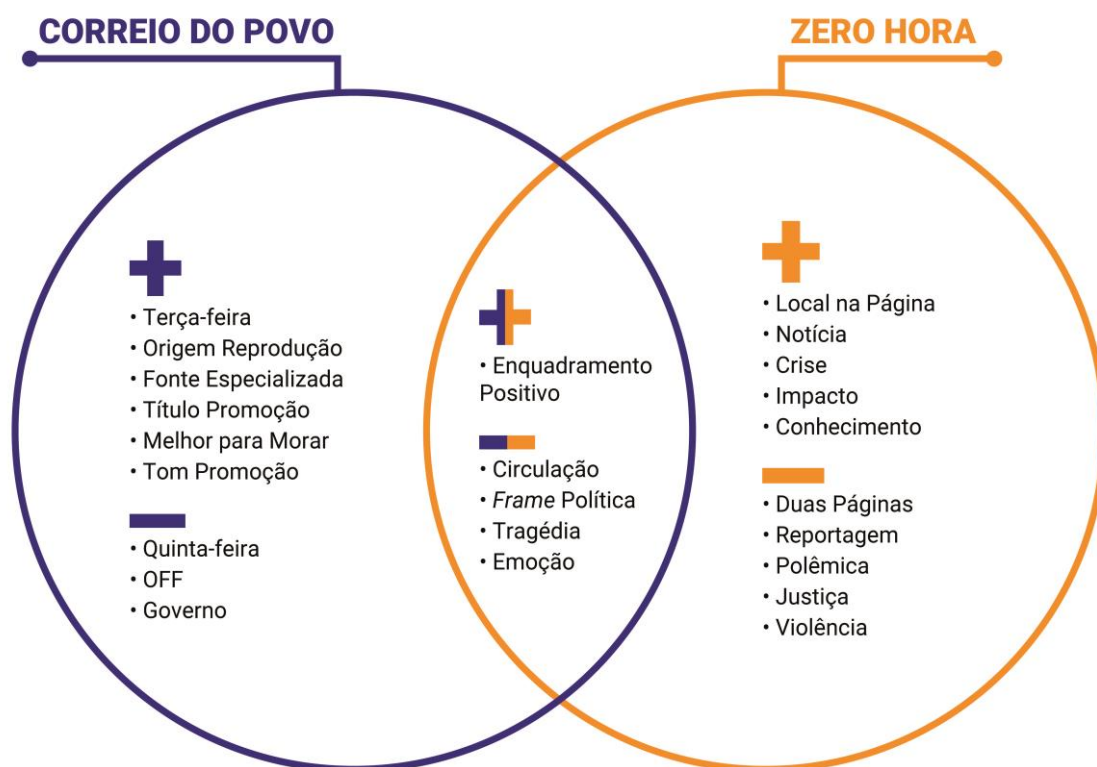
³⁴⁷ X2(1) 8205; P < 0,05

³⁴⁸ X2(1) 17230; P < 0,05

³⁴⁹ X2(1) 16932; P < 0,05

³⁵⁰ X2(1) 20291; P < 0,05

QUADRO 21
Variáveis com associação estatística com Editoria de Economia



Fonte: Elaborado pelo autor

De uma forma mais sutil, o *Zero Hora* reproduziu o mesmo padrão de cobertura favorável ao Executivo estadual. O Enquadramento Positivo apresentou uma associação de 7,2%, reiterando uma leve tendência de se abordar os temas econômicos de forma positiva. As matérias governamentais na seção econômica são estruturadas de uma forma peculiar se comparadas com as outras editorias. A associação de 15,7% com Local na Página³⁵¹ revelou maior concentração de textos jornalísticos no Centro e em Meia Página. A predominância era pelo formato de Notícia³⁵² (8%), enquanto havia uma tendência a não se utilizar a Reportagem³⁵³ (-6,2%), quando o assunto fosse o Executivo. A Editoria, no mesmo esquema do CP, priorizou as pautas de âmbito nacional e internacional, ainda que a tendência tenha sido por cobrir a Crise³⁵⁴ financeira do estado (12,1%). O

³⁵¹ X2(7) 23280; P < 0,05

³⁵² X2(1) 5972; P < 0,05

³⁵³ X2(1) 3646; P < 0,05

³⁵⁴ X2(1) 13653; P < 0,05

coeficiente da Circulação³⁵⁵ foi de -11,8%, legitimado pelas negociações entre os governos estadual e federal no que condiz ao plano de recuperação do Rio Grande do Sul.

A seção de Economia foi caracterizada pelas matérias com os valores-notícia Impacto³⁵⁶ e Conhecimento³⁵⁷, na ordem de 8,5% e 8,3%. O primeiro foi definido por pautas que envolviam grandes quantias de dinheiro, esperado numa seção que, no caso, tratava de finanças públicas. O segundo foi marcado por estudos, também comum em um tema tão complexo como a economia. Em compensação, Violência³⁵⁸ (-10,8%), Justiça³⁵⁹ (-8,4%), Tragédia³⁶⁰ (-7,9%), Emoção³⁶¹ (-7,4%) e Polêmica³⁶² foram características secundárias. O *Frame* Política³⁶³ também se encontrou em segundo plano, com um coeficiente na ordem de -10,5%.

6.6.3 Editoria de Polícia

A violência urbana é uma realidade nacional. Assaltos, mortes, agressões ocorrem todos os dias nos mais diferentes municípios, chamando a atenção da população e dos repórteres. São comuns no país os programas televisivos que discutem os casos de violência envolvendo abordagem policial. No nosso caso, houve uma ligação umbilical entre a Editoria e o governo estadual. A polícia é um braço do Estado, formado por funcionários públicos e de responsabilidade do Poder Executivo do Rio Grande do Sul. Entretanto, como mencionado anteriormente, não fez parte do nosso objeto as matérias que tratavam do trabalho ordinário da Brigada Militar ou Polícia Civil. Para nós, importavam aquelas que envolviam o comando policial ou os atores ligados diretamente ao Executivo estadual, liderado à época pelo governador José Ivo Sartori.

A Editoria de Polícia no *Correio do Povo* foi o espaço da cobertura da crise da segurança pública vivida pelo Rio Grande do Sul. O coeficiente de 67% com Crise³⁶⁴ reitera o período caracterizado pelo colapso da segurança pública³⁶⁵, que motivou

³⁵⁵ X²(1) 13128; P < 0,05

³⁵⁶ X²(1) 6858; P < 0,05

³⁵⁷ X²(1) 6416; P < 0,05

³⁵⁸ X²(1) 10859; P < 0,05

³⁵⁹ X²(1) 6686; P < 0,05

³⁶⁰ X²(1) 5891; P < 0,05

³⁶¹ X²(1) 5079; P < 0,05

³⁶² X²(1) 3643; P < 0,05

³⁶³ X²(1) 10321; P < 0,05

³⁶⁴ X²(1) 506167; P < 0,05

³⁶⁵ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/08/as-razoes-do-colapso-na-seguranca-publica-no-rio-grande-do-sul-7335838.html>

inclusive um pacote de ações do governo do Estado e o envio da Força Nacional, como observamos na notícia do dia 19 de janeiro de 2017, intitulada *Plano Nacional começa na Capital em fevereiro*, que abordou a liberação de recursos do governo federal para a melhoria do sistema penitenciário e a chegada de reforço por policiais nacionais. O padrão de cobertura governamental, Editoria de Polícia, revelou uma menor incidência do Domingo³⁶⁶ (-6,6%) e a preferência pela Página Ímpar³⁶⁷ (14,9%). A maior concentração na página de entrada é explicada pela distribuição das editorias no jornal, isto é, o número de matérias sobre o tema estampado nessa página. Também foi uma seção que, diferente da de Política, não tinha Coluna³⁶⁸ (-18,5%). A predominância foi pela Notícia³⁶⁹ (17,6%), um formato que não é tão sucinto como as notas, nem profundo como a Reportagem.

A Editoria de Polícia, ainda que não apresentasse uma inclinação para as colunas, registrou leve preferência pela Fonte Primária. Tipo de Fonte³⁷⁰ apresentou uma associação na ordem de 9,3%, enquanto Fonte Hierárquica³⁷¹ e Fonte Assessoria³⁷² apontaram um coeficiente de 11,5% e 9,6%, respectivamente. A inclinação a atores de alto escalão parece contraditória em uma seção que exige a participação policial. O resultado, todavia, está de acordo com a escolha por abordar apenas as matérias que focam personagens ligados diretamente ao Poder Executivo, evitando acontecimentos ordinários, como a resolução de um simples furto num pequeno município. A preferência pela Assessoria é explicada pelo comportamento usual em se responder as demandas por meio de notas ou material distribuído por assessores. A fonte OFF³⁷³ indicou uma associação negativa, na ordem de -9,2%.

A seção de Polícia não foi o local mais propício para o Desdobramento³⁷⁴. A associação na casa dos -6,7% indicou leve preferência por acontecimentos inéditos, que não decorriam de outro. A abrangência foi, preferencialmente, no escopo de Circulação³⁷⁵ (6,3%) do *Correio do Povo*, enquanto Notoriedade Hierárquica³⁷⁶ obteve uma associação

³⁶⁶ X²(1) 4849; P < 0,05

³⁶⁷ X²(1) 24878; P < 0,05

³⁶⁸ X²(1) 38402; P < 0,05

³⁶⁹ X²(1) 9779; P < 0,05

³⁷⁰ X²(3) 9779; P < 0,05

³⁷¹ X²(1) 14781; P < 0,05

³⁷² X²(1) 10330; P < 0,05

³⁷³ X²(1) 9629; P < 0,05

³⁷⁴ X²(1) 5094; P < 0,05

³⁷⁵ X²(1) 4446; P < 0,05

³⁷⁶ X²(1) 4849; P < 0,05

de 29,1%. Já os valores-notícias Violência³⁷⁷, Tragédia³⁷⁸, Impacto³⁷⁹, Emoção³⁸⁰ e Conflito³⁸¹, na ordem 25,1%, 39,8%, 25,1%, 10,9%, 9,3%, respectivamente. Em compensação, a Polêmica, esperada em uma editoria que tratava de violência, apresentou um coeficiente negativo de -6,4%.

A menor concentração do valor-notícia Polêmica combinou com o Enquadramento Positivo e Melhor para Morar³⁸², com um coeficiente na ordem de 6,2% e 6,7%, respectivamente. Embora em crise, a cobertura do *Correio do Povo* enquadrou o governo positivamente, dando apoio a instituição no combate à insegurança pública. Um exemplo é a matéria do dia 22 de novembro de 2020, intitulada *Schirmer anuncia medidas na quarta*, quando o jornal deu voz ao então secretário de Segurança Pública. A notícia veiculou as principais ações do Poder Executivo no combate à crise de violência, garantindo apoio às medidas anunciadas.

Sem a centralidade do *Frame* Política³⁸³ (-14,5%), a Editoria de Polícia manteve Tom Promoção³⁸⁴ (14,1%) nas pautas governamentais. Isso não quer dizer que não se abordaram temas e eventos de forma crítica, apenas que a tendência foi o posicionamento a favor do Poder Executivo naquele espaço. Os efeitos desse padrão favorável podem ser vistos na inclinação a Participação³⁸⁵ ativa do governo estadual. O coeficiente foi de 8,2%. A atuação mais ativa nem sempre envolvia a figura do governador do Estado. Personalismo revelou haver uma associação negativa, na casa de -9%. A predominância foi a figura de Cezar Schirmer, à época recém-empossado secretário de Segurança Pública.

³⁷⁷ X2(1) 4849; P < 0,05

³⁷⁸ X2(1) 71015; P < 0,05

³⁷⁹ X2(1) 13336; P < 0,05

³⁸⁰ X2(1) 9671; P < 0,05

³⁸¹ X2(1) 9671; P < 0,05

³⁸² X2(1) 5097; P < 0,05

³⁸³ X2(1) 23653; P < 0,05

³⁸⁴ X2(1) 22525; P < 0,05

³⁸⁵ X2(1) 7584; P < 0,05

QUADRO 22
Variáveis com associação estatística com Editoria de Polícia



Fonte: Elaborado pelo autor

No Quadro 22, vemos que *Zero Hora* apresentou uma cobertura oposta ao *Correio do Povo*, aproximando-se de uma abordagem tradicional. No impresso da *RBS*, a Editoria revelou dependência na ordem de 7,9% com a variante Duas Páginas³⁸⁶. A importância das pautas governamentais foi reiterada pela associação com a Capa³⁸⁷, de 14,7%. Já o resultado para Local na Página³⁸⁸ (21,8%) indicou que assuntos policiais não são apenas pauta provável na primeira página, como ainda existe uma concentração maior de Manchetes principais. A relevância da Editoria de Polícia é explicada por uma cobertura mais ativa da Crise³⁸⁹ (58,8%) na segurança pública no Rio Grande do Sul. O jornal criou uma ramificação da seção, denominada Segurança Já, o que mostra a importância do tema no Estado.

³⁸⁶ X2(1) 5825; P < 0,05

³⁸⁷ X2(1) 20395; P < 0,05

³⁸⁸ X2(7) 44764; P < 0,05

³⁸⁹ X2(1) 324490; P < 0,05

A Editoria não foi propícia à variável Coluna³⁹⁰ (-36,1%) mas, sim, à Notícia³⁹¹ (32,7%), repetindo o padrão do CP, e Reportagem³⁹² (17,4%). A reportagem é um atributo característico das matérias com mais de uma página. O espaço policial apresentou uma pré-disposição à Fontes Primária e Secundária, conforme a associação de 18,8% com Tipo de Fonte³⁹³. A preferência foi pelas Fonte Hierárquica³⁹⁴ (12,1%), Cidadã³⁹⁵ (16,8%), Documental³⁹⁶ (8,6%), Especializada³⁹⁷ (12,4%) e Assessoria³⁹⁸ (16,1%). O ZH ampliou o uso de fontes se comparado ao *Correio do Povo*, apresentando maior pluralidade numa seção com relevância para a capa.

Com pautas que, preferencialmente, retratavam a realidade no escopo de Circulação³⁹⁹ (9,1%), a Editoria apontou uma dependência dos valores-notícia Violência⁴⁰⁰, Tragédia⁴⁰¹, Emoção⁴⁰², Impacto⁴⁰³, Justiça⁴⁰⁴ e Polêmica⁴⁰⁵, na ordem de 51,4%, 39,7%, 30,3%, 13,2%, 7,5% e 6,4%, respectivamente. Em oposição, houve associação negativa com Notoriedade Hierárquica⁴⁰⁶ de -14,4%, apontando a falta de disposição para abordar pautas de atores governamentais de baixo escalão, como os militares. O padrão de cobertura governamental se orientou por características esperadas e compartilhadas entre os repórteres que cobriam polícia.

Sem dar tanta importância ao *Frame* Política⁴⁰⁷ (-16,9%) e RH⁴⁰⁸ (-15,9%), o veículo de comunicação apresentou uma associação com Pior para Morar⁴⁰⁹, na ordem de 7,5%, revelando que ainda que não predominasse um enquadramento negativo ao Governo, as pautas policiais apresentavam um olhar crítico aos problemas na segurança pública do Estado. A cobertura ainda evitava José Ivo Sartori. Personalismo⁴¹⁰ obteve um

³⁹⁰ X2(1) 100579 P < 0,05

³⁹¹ X2(1) 506167; P < 0,05

³⁹² X2(1) 28415; P < 0,05

³⁹³ X2(3) 33297; P < 0,05

³⁹⁴ X2(1) 13825; P < 0,05

³⁹⁵ X2(1) 26400 P < 0,05

³⁹⁶ X2(1) 7001; P < 0,05

³⁹⁷ X2(1) 14493; P < 0,05

³⁹⁸ X2(1) 24270; P < 0,05

³⁹⁹ X2(1) 7761; P < 0,05

⁴⁰⁰ X2(1) 248382; P < 0,05

⁴⁰¹ X2(1) 147810; P < 0,05

⁴⁰² X2(1) 86237; P < 0,05

⁴⁰³ X2(1) 16502; P < 0,05

⁴⁰⁴ X2(1) 5231; P < 0,05

⁴⁰⁵ X2(1) 3832; P < 0,05

⁴⁰⁶ X2(1) 23519; P < 0,05

⁴⁰⁷ X2(1) 26714; P < 0,05

⁴⁰⁸ X2(1) 23880; P < 0,05

⁴⁰⁹ X2(1) 5314; P < 0,05

⁴¹⁰ X2(1) 15561; P < 0,05

coeficiente de -12,9%. Nesse contexto, a participação do Poder Executivo foi, predominantemente, em Tom Resposta⁴¹¹ (16,3%), reagindo às demandas levantadas pelo *Zero Hora*.

6.6.4 Editoria Rural

Em 2016, o setor agropecuário representou 30% do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul, conforme estudo da Fundação de Economia e Estatística. No mesmo período, o setor contribuiu com cerca de 12% do Valor Adicionado Bruto da agropecuária brasileira, o que lhe garantiu o primeiro lugar no *ranking* nacional (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, 2019). A importância do campo para a economia gaúcha refletiu na relevância dada à seção Rural. Lá, a participação governamental foi endossada como um importante ator no desenvolvimento rural, dialogando com outros setores importantes. No *Correio do Povo*, o padrão de cobertura seguiu algumas características dominantes, conforme exposto no Quadro 23. Sobre esse tema, o jornal tendeu a publicar os textos jornalísticos do Poder Executivo no Canto Superior Direito, enquanto evitava matérias com mais de uma página. Local na Página⁴¹² revelou que há uma associação, na ordem de 13,9%.

Nesta Editoria, a cobertura governamental não foi prioritária quando o assunto era a Capa⁴¹³. A associação, na casa de -8%, revela uma menor concentração, indicando que o noticiário do Poder Executivo na seção Rural foi menos importante do que outras editorias no que se refere à primeira e mais importante página do impresso. Quanto ao formato, era um espaço que priorizava a Notícia⁴¹⁴ em detrimento da Coluna⁴¹⁵. A variante Reportagem não mostrou significância. A primeira atingiu o coeficiente de 14,3%, enquanto a última apresentou um grau de interação de -19,4%. Cabe destacar que o veículo, diferente das seções temáticas de política e economia, não tem a figura do setorista com uma coluna semanal para abordar fatos relevantes sobre o campo.

A Editoria é terreno fértil para as assessorias de imprensa. A Origem Reprodução⁴¹⁶, marcada por pautas advindas de assessorias ou outros meios de informação, indicou uma associação, na ordem de 7,6%. Complementarmente, a Origem

⁴¹¹ X2(1) 25014; P < 0,05

⁴¹² X2(7') 27712; P < 0,05

⁴¹³ X2(1) 7246; P < 0,05

⁴¹⁴ X2(1) 22937; P < 0,05

⁴¹⁵ X2(1) 42326; P < 0,05

⁴¹⁶ X2(1) 6573; P < 0,05

Fonte⁴¹⁷ apontou uma menor concentração do que esperada, na casa de -7,9%. Tipo da Fonte⁴¹⁸ revelou uma dependência com a Editoria Rural. O coeficiente de 13% apontou preferência por matérias com Fontes Primária e Secundária. Aquelas com apenas Fontes Secundária sofreram resistência.

A seção temática favoreceu as matérias que tratavam de um acontecimento inédito, esquivando-se de Desdobramento⁴¹⁹. O coeficiente é de -16,3%. A preferência foi pela Fontes Hierárquica⁴²⁰ (de alto escalão), Institucional⁴²¹ e Assessoria⁴²², com associação na ordem de 17,2%, 26,7%, 12,9%, respectivamente. A Editoria foi marcada por um relacionamento mais próximo à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural e associações e aos sindicatos patronais ligados ao campo. O efeito do diálogo mais íntimo pode ser notado numa maior presença de assessorias nos textos, tanto como fonte quanto origem. A Fonte OFF⁴²³, característica das colunas, apresentou uma associação negativa de -10,4%

O enfoque na Secretaria de Agricultura⁴²⁴ é reiterado por uma associação na ordem de -18,7% com Notoriedade Hierárquica, calcada nos acontecimentos que abordaram Estado, governo ou governador. Personalismo⁴²⁵ indicou associação de -11,2%. Também é um elemento explicativo da associação com Governo⁴²⁶, na casa de 6,2%, indicando preferência por pautas que sugeriam uma atividade ordinária do Poder Executivo estadual. Foi, ainda, um espaço que tendia a utilizar estudos e pesquisas, visto o coeficiente de 10,2% com Conhecimento⁴²⁷. Em oposição, Polêmica⁴²⁸, Tragédia⁴²⁹, Violência⁴³⁰, Emoção⁴³¹ e Conflito⁴³², com coeficientes de -13,3, -9,5%, -6,5%, -9,7% e -6,2%, respectivamente, não foram prioritários nas páginas da Editoria.

⁴¹⁷ X2(1) 6973; P < 0,05

⁴¹⁸ X2(3) 5521; P < 0,05

⁴¹⁹ X2(1) 29807; P < 0,05

⁴²⁰ X2(1) 33492; P < 0,05

⁴²¹ X2(1) 80071; P < 0,05

⁴²² X2(1) 18622; P < 0,05

⁴²³ X2(1) 12143; P < 0,05

⁴²⁴ X2(1) 39497; P < 0,05

⁴²⁵ X2(1) 14164; P < 0,05

⁴²⁶ X2(1) 4270; P < 0,05

⁴²⁷ X2(1) 11737; P < 0,05

⁴²⁸ X2(1) 19885; P < 0,05

⁴²⁹ X2(1) 10117; P < 0,05

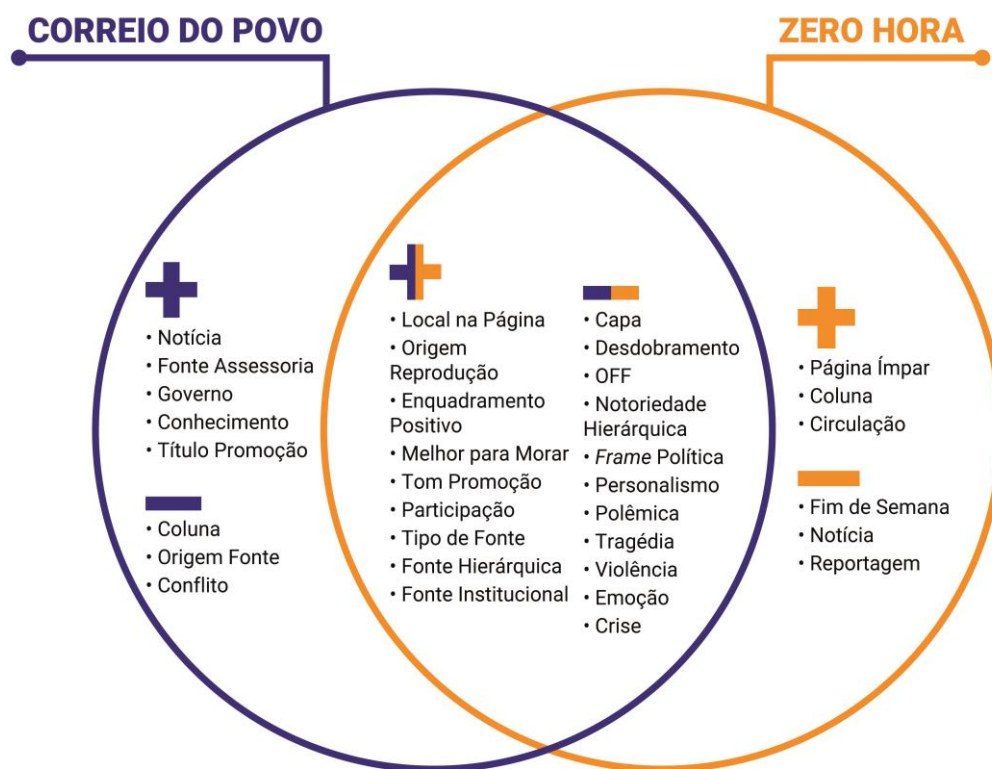
⁴³⁰ X2(1) 4752; P < 0,05

⁴³¹ X2(1) 10639; P < 0,05

⁴³² X2(1) 4322; P < 0,05

As pautas rurais não foram orientadas pelo *Frame* Política⁴³³. O enquadramento das negociações políticas apontou uma associação negativa, na ordem de -13,5%. Tampouco foi um espaço voltado para a cobertura de Crise⁴³⁴. A variável, com coeficiente de -28,8%, sugere uma resistência a abordar acontecimentos negativos ao Poder Executivo. Os itens Enquadramento Positivo⁴³⁵, Melhor para Morar⁴³⁶, Título Promoção⁴³⁷ e Tom Promoção⁴³⁸, com associação na ordem de 18,6%, 20,2%, 11% e 8,8%, respectivamente, formam o *combo* de características pró-governo na seção Rural. Participação⁴³⁹ apontou uma dependência na casa de 11,2%, mostrando um comportamento ativo dos atores governamentais.

QUADRO 23
Variáveis com associação estatística com Editoria Rural



Fonte: Elaborado pelo autor

⁴³³ X2(1) 20402; P < 0,05

⁴³⁴ X2(1) 93178; P < 0,05

⁴³⁵ X2(1) 14164; P < 0,05

⁴³⁶ X2(1) 45932; P < 0,05

⁴³⁷ X2(1) 13711; P < 0,05

⁴³⁸ X2(1) 8640; P < 0,05

⁴³⁹ X2(1)14219 ; P < 0,05

No *Zero Hora*, a Editoria Rural foi prioritariamente publicada na Página Ímpar⁴⁴⁰. A concentração acima da distribuição normal, em 21,7% foi o resultado da composição diária das seções temáticas. No produto da *RBS*, as seções temáticas tenderam a serem veiculadas nas mesmas páginas e locais, respeitando os espaços pré-concebidos e os ocupados pela publicidade. Logo, toda tiragem tendeu a seguir formatos equivalentes. O Local na Página⁴⁴¹, com um coeficiente de 19,3%, apontou inclinação ao quadrante Inferior Esquerdo e Canto Superior Esquerdo. O primeiro é o quadrante menos nobre. O segundo é de maior relevância. Já, a cobertura governamental sobre o campo não foi notável suficientemente para ser prioridade para a Capa⁴⁴². O grau de interação foi de -13%.

Menos propenso à figuração do Fim de Semana⁴⁴³, com uma associação negativa de -12,1%, a Editoria Rural competiu com outras seções temáticas especiais na edição que circulava aos sábados e domingos. Nas edições ordinárias, a Editoria se apegou à Coluna⁴⁴⁴, com coeficiente de 28,7%. O formato era tradicionalmente publicado no lado esquerdo das páginas, explicando a maior incidência desses quadrantes. Do outro lado, Notícia⁴⁴⁵ e Reportagem⁴⁴⁶ apontaram uma dependência negativa na ordem de -15,6% e -13,8%. É importante destacarmos que, nesse veículo, a cobertura governamental prestigiou as colunas.

A Editoria teve especial predileção por material de assessorias. A Origem Reprodução⁴⁴⁷ apontou associação de 8,9%, reiterando maior proximidade com Poder Executivo. O Enquadramento Positivo⁴⁴⁸ e Melhor para Morar⁴⁴⁹, com coeficiente de 10,3% e 9,9%, deram o caráter favorável ao governo e seus atores. A cobertura sobre o campo registrou uma Participação⁴⁵⁰ ativa do Executivo, com concentração acima da distribuição normal em 6,4%. Tom Promoção, com um grau de interação leve, de 7,5%, reforçou o panorama pró-governo. A seção ainda foi um espaço que tendia a não abordar a Crise⁴⁵¹ vivida pelo Rio Grande do Sul. A variável com uma associação de -20,4%

⁴⁴⁰ X²(1) 44233; P < 0,05

⁴⁴¹ X²(7) 34871; P < 0,05

⁴⁴² X²(1) 15878; P < 0,05

⁴⁴³ X²(1) 13842; P < 0,05

⁴⁴⁴ X²(1) 77656; P < 0,05

⁴⁴⁵ X²(1) 22732; P < 0,05

⁴⁴⁶ X²(1) 17819; P < 0,05

⁴⁴⁷ X²(1) 7416; P < 0,05

⁴⁴⁸ X²(1) 10004; P < 0,05

⁴⁴⁹ X²(1) 9273; P < 0,05

⁴⁵⁰ X²(1) 3828; P < 0,05

⁴⁵¹ X²(1) 39098; P < 0,05

revelou uma preferência por evitar os problemas financeiros, segurança e/ou dos servidores públicos gaúchos.

A predominância da variável Coluna causou efeitos nas fontes. Tipo de Fonte⁴⁵² indicou uma associação, na ordem de 19,2%, relevando uma preferência pela Primária. A seção priorizou os atores de alto escalão (Fonte Hierárquica⁴⁵³) e a Fonte Institucional⁴⁵⁴, reproduzindo o padrão do *Correio do Povo*. Os coeficientes, de 6,9% e 27,4%, reiteraram a preferência pelos personagens ligados à Secretaria Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural e associações e sindicatos patronais rurais. A Editoria apresenta uma peculiaridade. Embora a Coluna fosse predominante, obteve-se uma associação negativa, na ordem de -8,9%, com o OFF⁴⁵⁵, que pareceu, em outros veículos, ser uma característica do formato. Isso significa apenas que o colunista tendia a não fazer uso do artifício de consultar anonimamente as fontes de informação, o que poderia ser explicado pelo enquadramento positivo do governo.

A inclinação de usar a Secretaria como manancial de dados interfere diretamente na interação com as variáveis Personalismo⁴⁵⁶ e Notoriedade Hierárquica⁴⁵⁷. Os coeficientes negativos, na ordem de -16,5% e -20,8%, apontam que pautas que abordavam o governador ou a instituição governo ficaram em segundo plano na seção Rural. A Editoria ainda apresentou uma concentração menor do que o esperado em Desdobramento⁴⁵⁸, na casa de -8%, confirmando a pré-disposição em tratar de assuntos inéditos e, preferencialmente, dentro do escopo de cobertura do impresso. A Circulação⁴⁵⁹ apresentou uma associação de 6,5%.

É um segmento que não priorizou o *Frame* Política⁴⁶⁰, com grau de interação na ordem de -14,3%. A cobertura se voltada para os acontecimentos noticiáveis no campo a partir de um olhar favorável às ações do Poder Executivo. Nesse contexto, a Editoria

⁴⁵² X2(3) 34539; P < 0,05

⁴⁵³ X2(1) 4517; P < 0,05

⁴⁵⁴ X2(1) 70383; P < 0,05

⁴⁵⁵ X2(1) 7503 < 0,05

⁴⁵⁶ X2(1) 55659; P < 0,05

⁴⁵⁷ X2(1) 55659; P < 0,05

⁴⁵⁸ X2(1) 6000; P < 0,05

⁴⁵⁹ X2(1) 3990; P < 0,05

⁴⁶⁰ X2(1) 19197; P < 0,05

revelou dependência com os valores-notícias Polêmica⁴⁶¹, Tragédia⁴⁶², Violência⁴⁶³ e Emoção⁴⁶⁴, na ordem de -8,9%, -7,2%, - 7% e -8,7%, respectivamente.

6.6.5 Editoria Geral

A Geral é o depósito daqueles acontecimentos noticiáveis que não se enquadram nas outras editorias. Nele, podem ser veiculadas matérias dos mais diversos temas (educação, saúde, habitação etc.), que podem envolver a participação do Poder Executivo. Diferente das seções de Política ou de Polícia, nas quais se espera a participação do governo, na Editoria Geral não há grandes perspectivas para o noticiário do Estado. Nesse sentido, percebemos diferenças consideráveis entre a cobertura do *Correio do Povo* e do *Zero Hora*, como exposto no Quadro 24.

No CP, as tiragens de Domingo⁴⁶⁵ não eram favoráveis aos textos governamentais na seção Geral, visto o coeficiente de -7%. Também não tenderam a circular matérias com potencial para alcançar a Capa⁴⁶⁶. A associação, na ordem de -7,6%, era esperada. Isso porque a Editoria não estava entre as mais nobres do jornal. A seção ainda era marcada por preferir a Notícia⁴⁶⁷ ao invés de Coluna⁴⁶⁸. O primeiro apresentou uma concentração maior do que esperado, em 24%, enquanto o segundo obteve um valor de -20,4%. A Reportagem não indicou significância estatística. O resultado é consequência da disposição do noticiário na Editoria. Não houve a figura do setorista, nem uma profundidade nos temas a ponto de a reportagem vir a ser fundamental.

O espaço era propício às matérias de assessorias e outros meios de informação. Origem Reprodução⁴⁶⁹ apontou uma associação na ordem de 13,3%. Tipo de Fonte⁴⁷⁰, com coeficiente de 13,2%, indicou uma preferência pelas Primária e Secundária. A Fonte Assessoria⁴⁷¹ se sobressaiu, com um coeficiente de 11,6%. O OFF indicou associação negativa, na casa de -11%. O primeiro reflete a inclinação às pautas de reprodução e o segundo é uma característica das colunas.

⁴⁶¹ X²(1) 7451; P < 0,05

⁴⁶² X²(1) 4886; P < 0,05

⁴⁶³ X²(1) 4651; P < 0,05

⁴⁶⁴ X²(1) 7147; P < 0,05

⁴⁶⁵ X²(1) 5491; P < 0,05

⁴⁶⁶ X²(1) 6541; P < 0,05

⁴⁶⁷ X²(1) 64717; P < 0,05

⁴⁶⁸ X²(1) 46708; P < 0,05

⁴⁶⁹ X²(1) 20306; P < 0,05

⁴⁷⁰ X²(3) 19619; P < 0,05

⁴⁷¹ X²(1) 15239; P < 0,05

A Editoria Geral apresentou uma visão, primordialmente, municipal⁴⁷², explorando assuntos das cidades. A variável apresentou uma concentração maior do que esperado em 10%, reiterando a preferência por acontecimentos que envolviam a participação do Poder Executivo nos municípios gaúchos. Era uma seção que priorizava os *Frames*⁴⁷³, na ordem de 35,1%, de Saúde e Opinião Pública, e que evitava o Enquadramento Político⁴⁷⁴ (-12,7%). Os quadros temáticos revelaram que a Editoria foi um espaço de assuntos diversos que exigiam o posicionamento do governo estadual, estampado de forma favorável.

O Enquadramento Positivo⁴⁷⁵ apontou associação, na ordem de 10,1%. A cobertura mais favorável ao Poder Executivo foi acompanhada de um ponto de vista que descreveu o Rio Grande do Sul como um lugar Melhor para Morar⁴⁷⁶ (7,1%). Nem sempre que uma matéria tratar o Poder Executivo positivamente irá, automaticamente, indicar uma melhora na vida das pessoas e vice-versa. É possível elogiar o governo em meio a uma tragédia ou, ainda, retratar, por exemplo, uma melhora na segurança pública e criticar o governador. No espaço da Geral, as duas variáveis são fortalecidas pelo Título Promoção⁴⁷⁷ e Tom Promoção⁴⁷⁸, na ordem de 6,4% e 6,9%, respectivamente. Os textos jornalísticos que discutem a Crise⁴⁷⁹ apontaram uma concentração, em -23,3%, menor do que o esperado, reiterando que a Editoria não era local dos temas hostis ao governo do Estado.

A Geral não era o espaço mais adequado à Polêmica⁴⁸⁰, nem à Justiça⁴⁸¹. As variáveis revelaram uma dependência, na ordem de -12,7% e -6,1%. Por outro lado, havia uma tendência em se cobrir aquelas pautas com os valores-notícia Tragédia⁴⁸², Emoção⁴⁸³, Conhecimento⁴⁸⁴ e Conflito⁴⁸⁵, com coeficiente de 13,8%, 10,7%, 15,9% e 7,3%, respectivamente. As duas primeiras variáveis, em especial, responderam aos

⁴⁷² X2(1) 11332; P < 0,05

⁴⁷³ X2(13) 138914; P < 0,05

⁴⁷⁴ X2(1) 18277; P < 0,05

⁴⁷⁵ X2(1) 11389; P < 0,05

⁴⁷⁶ X2(1) 5738; P < 0,05

⁴⁷⁷ X2(1) 4569; P < 0,05

⁴⁷⁸ X2(1) 5269; P < 0,05

⁴⁷⁹ X2(1) 61347; P < 0,05

⁴⁸⁰ X2(1) 18217; P < 0,05

⁴⁸¹ X2(1) 4253; P < 0,05

⁴⁸² X2(1) 21493; P < 0,05

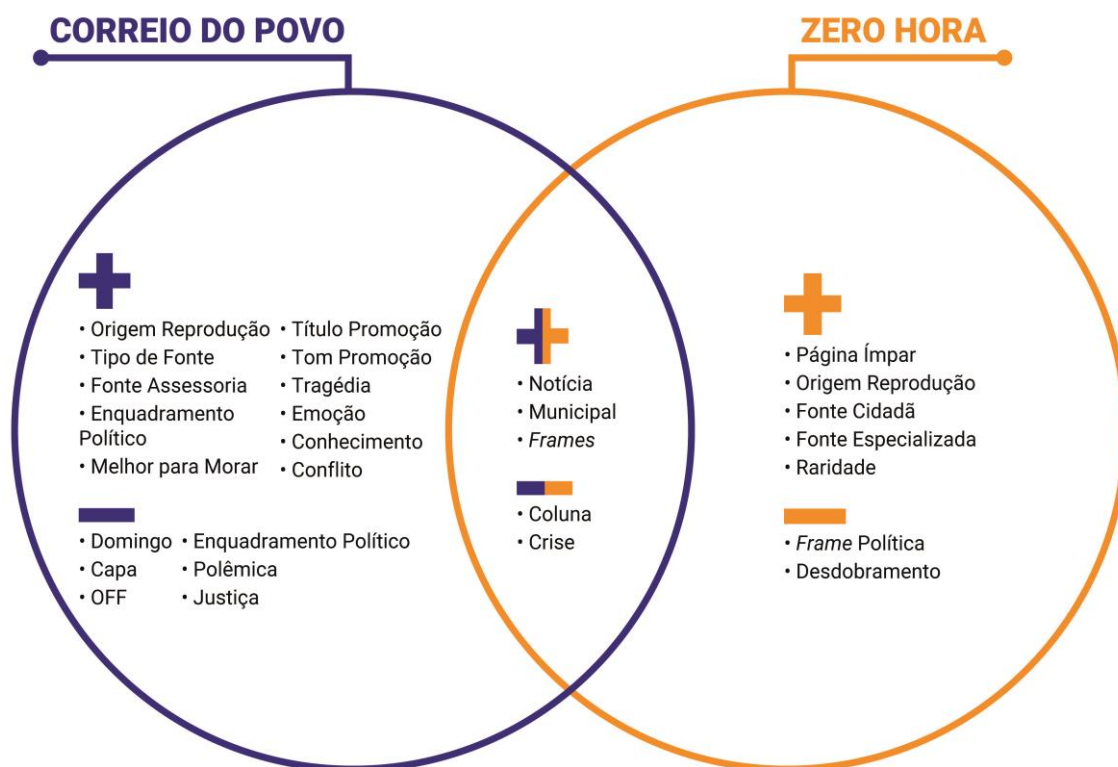
⁴⁸³ X2(1) 12872; P < 0,05

⁴⁸⁴ X2(1) 28514; P < 0,05

⁴⁸⁵ X2(1) 6083; P < 0,05

acontecimentos inesperados, como um alagamento devido às fortes chuvas, que não se enquadrava em editorias tradicionais, como Política e Economia.

QUADRO 24
Variáveis com associação estatística com Editoria Geral



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Zero Hora* revela um padrão disperso. No veículo da *RBS*, Geral é uma editoria mais flexível, menos importante, servindo como repositório daqueles acontecimentos que não se enquadram nas outras seções temáticas. A Editoria⁴⁸⁶ circulava, na maior parte das vezes, na Página Ímpar, visto o coeficiente de 9,6%. Também é um espaço que privilegiava a Notícia⁴⁸⁷ (17,2%) e se esquivava da Coluna⁴⁸⁸ (-8,6%). A Reportagem não indicou significância estatística. As associações repetiram o padrão apresentado pelo *Correio do Povo*.

Também foi favorável às assessorias de comunicação. Origem Reprodução⁴⁸⁹ obteve uma associação da ordem de 9,5%. A seção ainda é caracterizada pelo uso das

⁴⁸⁶ X²(1) 8582; P < 0,05

⁴⁸⁷ X²(1) 27781; P < 0,05

⁴⁸⁸ X²(1) 6998; P < 0,05

⁴⁸⁹ X²(1) 8512; P < 0,05

Fontes Cidadã⁴⁹⁰ e Especializada⁴⁹¹, com coeficientes de 9,4% e 7,1%. A preferência pelos sujeitos comuns chama atenção para dois pontos importantes: a editoria é o espaço para os temas cotidianos e prioriza os acontecimentos no nível municipal⁴⁹². A segunda variável apresentou uma concentração, em 13,4%, maior do que esperado.

*Frames*⁴⁹³, com coeficiente de 25,3%, apontou a pré-disposição a se cobrir o noticiário sobre Saúde, Identidade Cultural, Opinião Pública, Constitucionalidade e Avaliação de Políticas Públicas. O *Frame* Política⁴⁹⁴ (-8,2%) não foi prioridade e nem a Crise⁴⁹⁵ (-16%). Ainda que não houvesse um enquadramento positivo do governo estadual, no espaço não haveria a procura pelas matérias que envolvessem a crise financeira, segurança pública e/ou servidores públicos. A seção ainda era o local dos noticiários inéditos. Desdobramento⁴⁹⁶ apontou dependência, na ordem de -11%. Também obteve uma associação de 13% com o valor-notícia Raridade.

6.6.6 Editoria de Cidade

O Estado é dividido em 497 municípios que abrigam os mais de 11 milhões de habitantes. Entre esses, a pequena Engenho Velho, com menos de 1.000 habitantes, disputa espaço midiático com Porto Alegre, cidade com aproximadamente 1,5 milhões de habitantes. Com uma circulação estadual, por via de regra, ambos os jornais cobrem os acontecimentos em todos esses municípios, ainda que determinadas localidades apresentem importâncias diferentes. A seção é o espaço que dá voz aos eventos noticiáveis que ocorrem numa perspectiva mais próxima do cotidiano da população. É importante destacarmos que, embora busque informações locais, a participação do governo nem sempre ocorre no âmbito local. Pode, por exemplo, ser de cunho estadual quando prefeitos buscam recursos de uma Secretaria, por exemplo.

Oposto à seção anterior, o *Correio do Povo* não deu mais valor à Editoria de Cidade do que *Zero Hora*, apesar de publicar um número maior de textos jornalísticos versando sobre o Estado na seção e empreender uma cobertura mais regional. Enquanto o CP tende a noticiar ocorrências em outras cidades do interior do Rio Grande do Sul, o

⁴⁹⁰ X2(1) 8241; P < 0,05

⁴⁹¹ X2(1) 4743; P < 0,05

⁴⁹² X2(1) 16802; P < 0,05

⁴⁹³ X2(13) 60050; P < 0,05

⁴⁹⁴ X2(1) 6362; P < 0,05

⁴⁹⁵ X2(1) 24082; P < 0,05

⁴⁹⁶ X2(1) 11424; P < 0,05

ZH prefere direcionar os olhares para a Capital. A diferença no padrão pode ser observada em características dependentes. O *Correio do Povo*, por exemplo, apontou dependência com a Capa⁴⁹⁷, na ordem de -11%. Já o veículo da *RBS* apontou uma associação⁴⁹⁸, na casa de 13,5%.

O *Correio do Povo* priorizou Notícia⁴⁹⁹ em razão da existência de Coluna⁵⁰⁰. Os coeficientes, na ordem de 16,1% e -14,8%, apontam que a cobertura governamental foi formada, preferencialmente, pelo relato de um acontecimento. Em outras palavras, não foi um espaço com tendências às informações tão superficiais a ponto de serem publicadas em uma nota, nem profundas o suficiente para merecerem uma reportagem. É uma editoria acostumada a produzir noticiário com Fontes Primária e Secundária, como podemos observar na dependência encontrada com Tipo de Fonte⁵⁰¹, na ordem de 11,8%. Entre essas, a preferência é por atores governamentais de baixo escalão e o indivíduo comum. O coeficiente de -6,6% e 14,9% com Fonte Hierárquica⁵⁰² e Cidadã⁵⁰³, respectivamente, fortalece o perfil de uma cobertura próxima à rotina dos moradores nos municípios. A editoria ainda indicou uma associação, na casa de 12,1%, com a Fonte Assessoria⁵⁰⁴, e de -8,7%, com o OFF⁵⁰⁵. A primeira releva a maior importância das assessorias de comunicação de instituições públicas e de associações e sindicatos. A segunda é reflexo da menor incidência das colunas.

A prioridade são os acontecimentos inéditos, que não decorrem de outro evento anterior. Neste quesito, a editoria revelou dependência negativa, na ordem de -16,3% e -25,3%, com Desdobramento⁵⁰⁶ e Crise⁵⁰⁷. Destacamos que, ainda que não tenha abordado o momento de instabilidade financeira do Estado, o *Frame* RH⁵⁰⁸ apontou um grau de interação de 32,1%, demonstrando a importância do enquadramento financeiro no espaço. Chama a atenção o fato de que a editoria foi um espaço de divulgação de obras e investimentos por parte do Poder Executivo, como é o caso da matéria do dia 14 de fevereiro de 2017, intitulada *Autorizada instalação de ponte provisória*, que anunciou

⁴⁹⁷ X2(1) 13696; P < 0,05

⁴⁹⁸ X2(1) 14856; P < 0,05

⁴⁹⁹ X2(1) 29275; P < 0,05

⁵⁰⁰ X2(1) 29275; P < 0,05

⁵⁰¹ X2(3) 15653; P < 0,05

⁵⁰² X2(1) 4977; P < 0,05

⁵⁰³ X2(1) 24981; P < 0,05

⁵⁰⁴ X2(1) 16951; P < 0,05

⁵⁰⁵ X2(1) 5521; P < 0,05

⁵⁰⁶ X2(1) 29824; P < 0,05

⁵⁰⁷ X2(1) 5521; P < 0,05

⁵⁰⁸ X2(1) 86376; P < 0,05

recursos para a viabilização da ponte. Em compensação, o *Frame Política*⁵⁰⁹, mais uma vez se mostrou inferior ao esperado. O coeficiente foi de -14,1%, reiterando que não se tratava do local para se discutir temas da política.

Com uma abordagem municipal⁵¹⁰ na ordem de 20,2%, a editoria de Cidade privilegiou aquelas matérias que continham os valores-notícia Impacto⁵¹¹, Tragédia⁵¹² e Emoção⁵¹³, com coeficiente de 15,7%, 9,1% e 18,8%. O primeiro foi definido por acontecimentos que envolviam um montante de dinheiro, combinando com a pré-disposição ao Enquadramento RH. Os outros dois atributos andavam de mãos dadas. Referiram-se a desastres naturais e eventos que apelavam ao emotivo, histórias de vidas, tristeza. Em oposição, fugiam dos valores Justiça⁵¹⁴ (-9,8%) e personagens de alto escalão. Notoriedade Hierárquica⁵¹⁵ apresentou coeficiente na ordem de -9,8%, enquanto o Personalismo⁵¹⁶ obteve - 13,5%.

Embora não tenha manifestado significância estatística com Enquadramento Positivo, o Poder Executivo se favoreceu com uma maior concentração do Título Promoção⁵¹⁷. Esse posicionamento pró-governo não se refletiu no modo em que o governo estadual participou do noticiário. Tom Promoção não apresentou significância estatística, enquanto o Tom Resposta⁵¹⁸ obteve uma associação da ordem de 16,7%, o que nos leva a compreender que o Executivo foi demandado a responder sobre os problemas locais, de forma que o título reforce um posicionamento de confiança nas ações governamentais.

⁵⁰⁹ X²(1) 22262; P < 0,05

⁵¹⁰ X²(1) 45803; P < 0,05

⁵¹¹ X²(1) 27842; P < 0,05

⁵¹² X²(1) 9410; P < 0,05

⁵¹³ X²(1) 39750; P < 0,05

⁵¹⁴ X²(1) 3388; P < 0,05

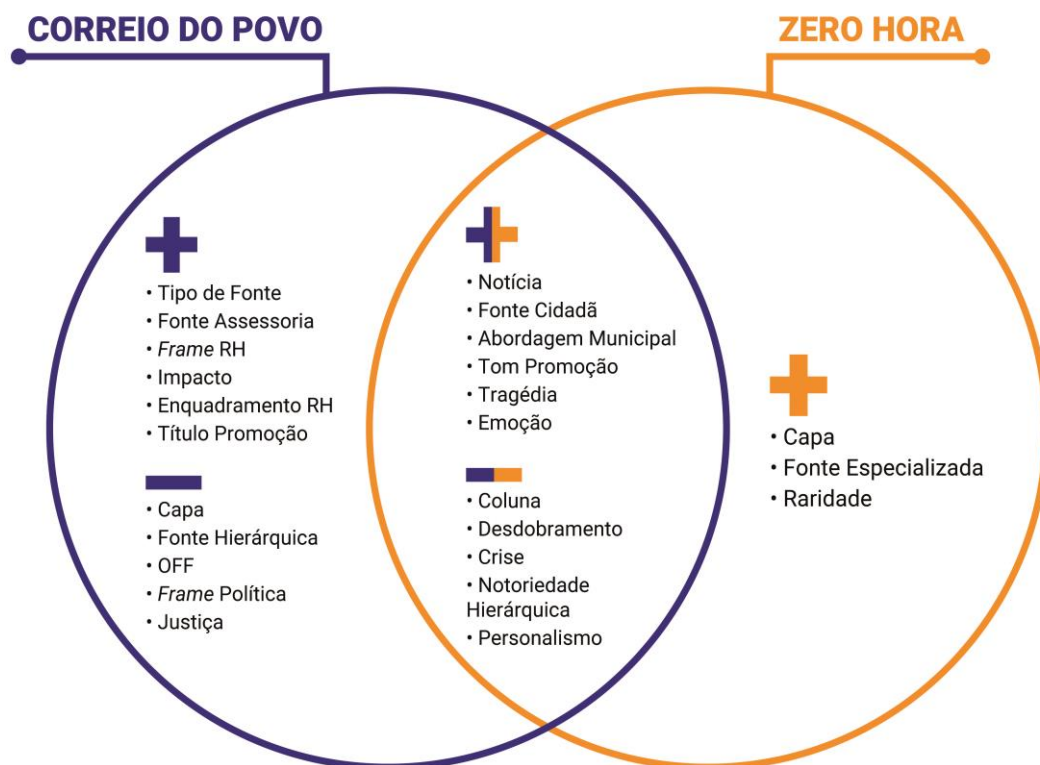
⁵¹⁵ X²(1) 10931; P < 0,05

⁵¹⁶ X²(1) 20683; P < 0,05

⁵¹⁷ X²(1) 10348; P < 0,05

⁵¹⁸ X²(1) 31446; P < 0,05

QUADRO 25
Variáveis com associação estatística com Editoria de Cidade



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Zero Hora* reproduziu o padrão do *Correio do Povo* (Quadro 25). Notícia⁵¹⁹ foi prioridade em relação à Coluna⁵²⁰, visto o coeficiente de 13,5% e -12,6%, respectivamente. O perfil consistiu em relatos factuais dos acontecimentos cotidianos nos municípios gaúchos. Reportagem não apresentou significância estatística. A preferência foi pelas Fontes Especializada⁵²¹ e Cidadã⁵²², com associação na ordem de 15,9% e 10,4%. A primeira referia-se aos especialistas consultados para legitimar determinada informação. É o caso da matéria de 10 de março de 2017, denominada de *Régua gigante alerta sobre distância segura*, quando convidou Gilberto Flach, do núcleo de cicloatividade do Laboratório de Políticas Públicas e Sociais (Lappus), para explicar os efeitos do invento. A cidadã foi definida pela consulta de populares.

⁵¹⁹ X²(1) 17123; P < 0,05

⁵²⁰ X²(1) 14856; P < 0,05

⁵²¹ X²(1) 23657; P < 0,05

⁵²² X²(1) 10234; P < 0,05

A prioridade é pelo inédito. Desdobramento⁵²³ e a Crise⁵²⁴ apresentaram uma associação na ordem de -7,7% e -11,9%, reiterando que a editoria não era, prioritariamente, o local das coberturas contínuas e do momento crítico (financeiro, segurança ou servidores públicos). A abrangência municipal⁵²⁵, como esperado, revelou dependência, na casa de 20,4%. O grau de interação foi relativamente baixo, reiterando que na editoria também se veiculava informações governamentais na esfera estadual e nacional. Já a participação do Poder Executivo tendia ser em Tom Resposta⁵²⁶ (7,2%), sendo convidado a comentar sobre problemas levantados.

A editoria foi demarcada pela prioridade em se noticiar acontecimentos que envolviam o baixo escalão. A Notoriedade Hierárquica⁵²⁷ e Personalismo⁵²⁸ apresentaram concentrações abaixo da distribuição normal, na ordem de -10,7% e -8,9%. Em compensação, foi uma seção que repetiu o CP ao obter uma associação, na casa de 6,5% e 6,6%, com Tragédia⁵²⁹ e Emoção⁵³⁰. Também apontou o valor-notícia Raridade⁵³¹ como uma variável dependente, com um grau de interação baixo, na ordem de 10,8%,

6.7 Gênero

A realidade social é formada por complexos relacionamentos entre atores e campos sociais dominantes na sociedade. Os veículos jornalísticos, inseridos nesse processo, funcionam em mão dupla: produzem significados que afetam o mundo social da mesma forma em que busca na realidade os acontecimentos a serem noticiados (TUCHMAN, 1978). Nesse processo, a participação dos jornalistas pode ocorrer por meio informativo ou opinativo. José Marques de Melo (2003) diferencia os dois conceitos. O primeiro é quando o jornalista registra os fatos, informando a sociedade sobre a realidade observada. O segundo é a avaliação dos acontecimentos, fundamentada na opinião do veículo ou em alguém legitimado pelas instituições jornalísticas. Abaixo, o gráfico 7 designa a distribuição da cobertura governamental conforme o gênero jornalístico.

⁵²³ X²(1) 5624; P < 0,05

⁵²⁴ X²(1) 13385; P < 0,05

⁵²⁵ X²(1) 39019; P < 0,05

⁵²⁶ X²(1) 4884; P < 0,05

⁵²⁷ X²(1) 10738; P < 0,05

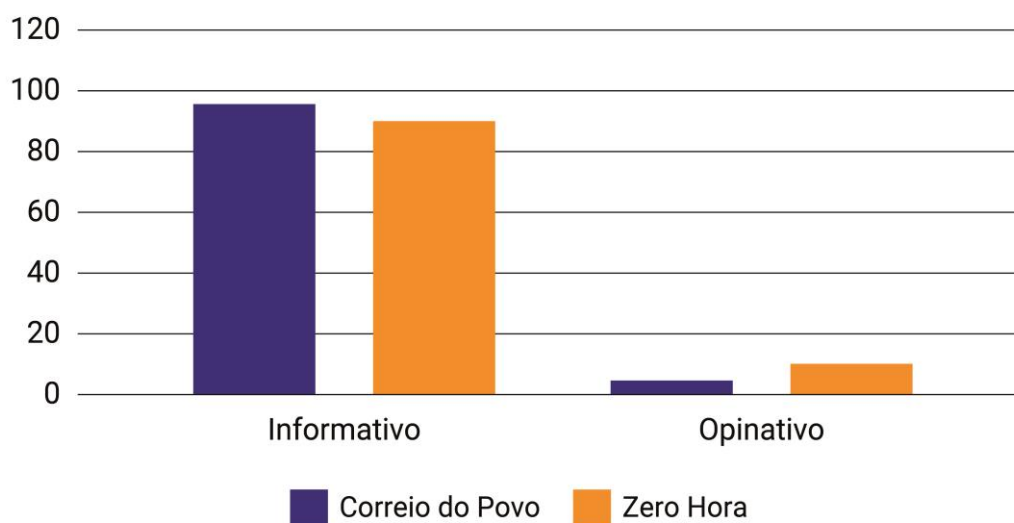
⁵²⁸ X²(1) 39019; P < 0,05

⁵²⁹ X²(1) 3981; P < 0,05

⁵³⁰ X²(1) 4140; P < 0,05

⁵³¹ X²(1) 10895; P < 0,05

GRÁFICO 7
Distribuição dos textos jornalísticos por gêneros



Fonte: Elaborado pelo autor

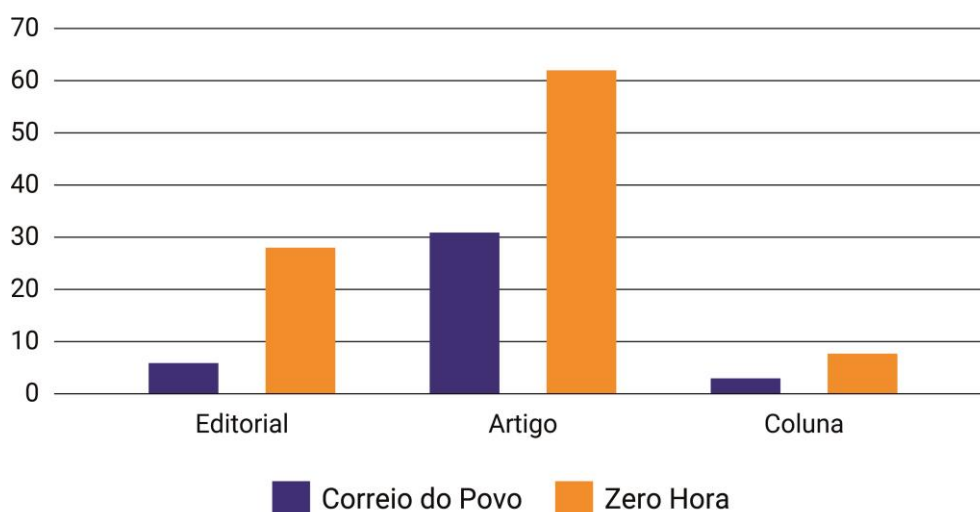
O jornalismo diário é factual. O objetivo é gerar conhecimento para a população sobre os principais acontecimentos do dia anterior, informando-a sobre o que ocorre a sua volta. A cobertura governamental é fundada nas demandas diretas e indiretas, tanto dos órgãos públicos quanto dos jornalistas, redundando em pautas quentes, imediatas. O noticiário do Poder Executivo foi predominante informativo, representando aproximadamente 90% do total de textos jornalísticos do *Correio do Povo* e 95% do *Zero Hora*. Embora se correspondam quanto à superioridade do gênero informativo, o ZH apresenta mais que o dobro (58) de textos opinativos sobre o nosso objeto de estudo.

A diferença é estrutural. O *Zero Hora* disponibilizava em todos os seus jornais, no mínimo, duas páginas apenas para opinião. Nesse espaço, publicava o Editorial e Artigos. O primeiro era um espaço de publicação do ponto de vista do veículo sobre eventos importantes da sociedade, entre os quais figurava o Poder Executivo estadual. O segundo era local da opinião de jornalistas da casa e de atores sociais – políticos, empresários, especialistas, professores – convidados e legitimados a escreverem na seção. O *Correio do Povo*, ainda que contenha espaços destinados à opinião, não era organizado da mesma forma. Não havia uma seção estruturada apenas para a opinião, caracterizando aquelas páginas como o espaço de juízo de valor, de avaliação do cotidiano.

6.7.1 Formatos Opinativos

A distribuição entre os formatos opinativos acentua a disparidade no tratamento dado a opinião entre os dois jornais gaúchos. José Marques de Melo (2009, p. 35) compreende que a comunicação periodística se estrutura em “[...] categorias funcionais [...], cujas unidades de mensagem se agrupam em classes, mais conhecidas como gêneros, extensão que se divide em outras, denominadas formatos”. O Gráfico 8 indica a distribuição dos formatos opinativos que surgiram em nossa coleta. Logo, outros formatos, como a Crônica, não são aqui representados por duas razões: não são utilizados nos jornais ou não foram utilizados para retratar o governo estadual.

GRÁFICO 8
Distribuição dos textos jornalísticos em formatos opinativos (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Correio do Povo* é um veículo que, predominantemente, opina através de artigos assinados por terceiros, indivíduos com alguma referência na sociedade. O formato representou cerca de 80% do total, com 31 ocorrências. O Artigo, também dominante na cobertura governamental opinativa do *Zero Hora* representou 66%, isto é, 62 unidades, dos textos jornalísticos. A primazia dada ao Artigo de Opinião é uma estratégia dos veículos de comunicação para opinar sobre determinado tema a partir de terceiros. Em outras palavras, aproveita-se da legitimidade de atores sociais para referendar uma avaliação sobre alguma ação ou política do Poder Executivo, seja positiva, seja negativa.

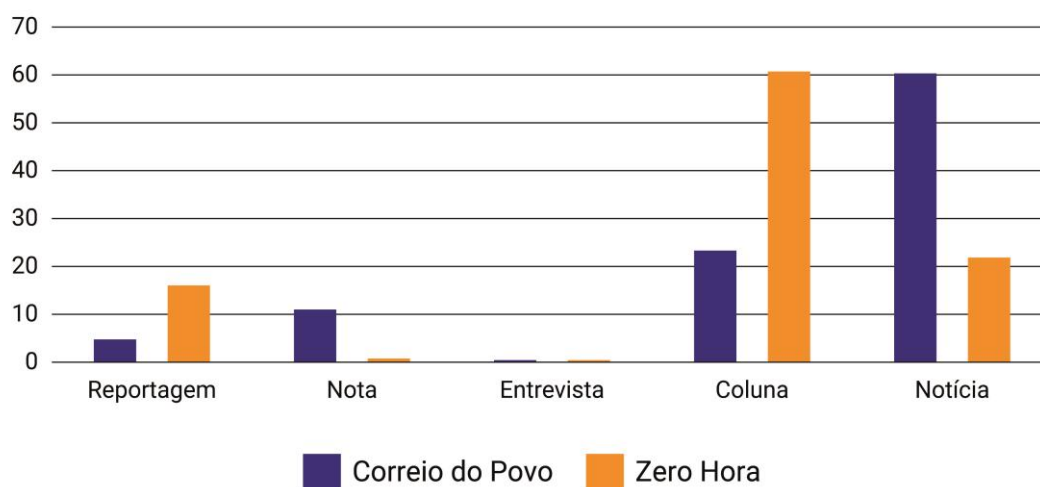
O Editorial, empregado como forma da organização jornalística em se posicionar sobre os fatos relevantes do cotidiano, no caso do assunto governo estadual, é desigual. O *Correio do Povo* fez uso do formato apenas seis vezes, ou 15% do total. O número pequeno reitera o caráter de não posicionamento do CP sobre os eventos que envolvem o estado, mesmo aqueles polêmicos. O veículo tendeu a ser um observador, evitando se manifestar. Em contrapartida, o *Zero Hora* conserva um perfil ativo, avaliando e oferecendo seu parecer sobre os temas do dia a dia, especialmente os que indicavam controvérsia. Um bom exemplo é o Editorial do dia 10 de março de 2017, denominado *Decepção na segurança*. O editor fez um balanço negativo dos primeiros meses de Cezar Schirmer à frente da Secretaria Estadual da Segurança Pública, incluindo uma menção direta ao governador Sartori. O veículo ainda se colocava como defensor dos gaúchos, classificando o trabalho do político como decepcionante.

Por fim, identificamos o gênero opinativo em três colunas no *Correio do Povo* e outras oito no *Zero Hora*. Embora seja um formato prioritariamente, informativo, a coluna também pode ser um espaço de opinião do colunista. Ele deixa de informar ou interpretar um fato para exprimir seu juízo de valor pessoal sobre determinado tema, neste caso, sobre algum evento que envolve (in) diretamente o governo do Estado.

6.7.2 Formatos Informativos

O repertório de textos à disposição de jornalistas envolve uma variedade jornalísticos, selecionados conforme a rotina profissional e critérios compartilhados entre repórteres, pauteiros e editores. Algumas pautas estão predestinadas a determinado formato (uma conversa com determinado secretário de Estado, por exemplo, enquadra-se no gênero entrevista). Outras surgem da importância do tema ou do quanto rende determinada matéria (cobertura da votação de um Projeto de Lei enviado pelo Executivo). A opção por qualquer deles representa a escolha por determinadas características que podem elevar determinado assunto a um espaço nobre ou não. A seguir, o Gráfico 9 expressa a distribuição da cobertura governamental nos formatos informativos, nos dois veículos analisados.

GRÁFICO 9
Distribuição dos textos jornalísticos em formatos informativos (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

As coberturas governamentais no *Correio do Povo* e *Zero Hora* indicam uma diferença significativa quanto aos formatos. O CP prefere Notícia (60,2%), seguindo pela Coluna (23,3%) e Notas (11%). O *Zero Hora* prioriza a Coluna (60%), Notícia (21,9%) e Reportagem (16,2%). Essa assimetria revela uma estrutura particular em cada um dos veículos. O *Correio do Povo*, por exemplo, majoritariamente, faz uso da notícia para informar sobre os acontecimentos que envolvem direta ou indiretamente o Poder Executivo. O formato é caracterizado por ser um informe sobre um acontecimento, normalmente estruturado sobre o modelo da pirâmide invertida (LAGE, 2007). Isso quer dizer que o governo estadual costuma ser divulgado em um relato curto, sem se aprofundar nos assuntos. A Coluna, na segunda colocação, é o espaço assinado por um jornalista, normalmente o especialista em determinado assunto, que tende a abordar informações rápidas, de bastidores, que podem dar dicas sobre os acontecimentos mais importantes no momento.

O favoritismo da Coluna no *Zero Hora* reiterou o padrão de cobertura governamental sustentada nas páginas políticas. É o noticiário dos bastidores, das informações de atores políticos, as negociações entre os Poderes. A segunda colocação é da Notícia, também um relato, considerado um formato menos aprofundado. O terceiro formato é a Reportagem, conhecido por ser um texto de mergulho em um tema, com maior número de fontes consultadas e que combina informação e interpretação (LAGE,

2007). Em oposição, o *Correio do Povo* manteve seu perfil de informar o Poder Executivo de forma mais rasa. A Nota, terceira posição, é um informe curto, um resumo do acontecimento. No CP, a reportagem foi o quarto formato mais utilizado. No *Zero Hora*, foi a Nota. A entrevista raramente foi utilizada na cobertura desenvolvida pelos dois jornais gaúchos.

6.7.2.1 Coluna

A Coluna é predominante nos jornais gaúchos, localizada no topo da preferência dos dois impressos, quando o tema é o governo estadual. O formato, em um olhar mais específico, está interligado com outras características que formam o padrão de cobertura dos veículos (Quadro 26). O *Correio do Povo*, por exemplo, apontou uma dependência entre a variável e Segunda-feira⁵³², na ordem de 7,4%. Também indicou uma tendência a circular na Página Par⁵³³. A associação foi de 24,6%. Os indicadores podem ser explicados pela seção de Política⁵³⁴. A editoria, que revelou um grau de interação consideravelmente alto, na casa de 60%, ocupou as páginas de entrada e é caracterizada pela presença dos colunistas, conforme seções acima.

A Coluna no *Correio do Povo* é relevante para a variável Capa⁵³⁵. A associação leve, na ordem de 6,4%, revelou uma concentração acima da distribuição normal da variável. O Local na Capa⁵³⁶, com um coeficiente de 30,5%, indica a predominância da Chamada de Capa, revelando que os textos nas colunas tendem a ir à capa, porém sem importância para valerem Manchete Principal. Quanto às editorias, a variável revelou uma dependência negativa com as seções Geral⁵³⁷, Rural⁵³⁸ Polícia⁵³⁹ e Cidade,⁵⁴⁰ na ordem de - 20,4%, - 19,4%, -18,5% e - 14,8%, respectivamente.

Em pautas com Origem Fonte⁵⁴¹ (22,6%), a Coluna enquanto formato opera como um formato propício externos à redação. Tipo de Fonte⁵⁴², com coeficiente de 38,9%, indicou a predominância de notas sem nenhuma atribuição. As informações divulgadas

⁵³² X2(1) 6089; P < 0,05

⁵³³ X2(1) 68169; < 0,05

⁵³⁴ X2(1) 405296; P < 0,05

⁵³⁵ X2(1) 4688; P < 0,05

⁵³⁶ X2(3) 105032; P < 0,05

⁵³⁷ X2(1) 46708; P < 0,05

⁵³⁸ X2(1) 42326; P < 0,05

⁵³⁹ X2(1) 38402; P < 0,05

⁵⁴⁰ X2(1) 24882; P < 0,05

⁵⁴¹ X2(1) 57340; P < 0,05

⁵⁴² X2(3) 170519; P < 0,05

pelos colunistas não foram referenciadas, uma prática que não é legitimada nos currículos de ensino do jornalismo nas universidades, porém aceita em colunas ou espaços que permitem a interpretação dos fatos. O OFF⁵⁴³, comum nesse formato, apresentou um coeficiente de 37,4%. No lado oposto, as variáveis Fonte de Assessoria⁵⁴⁴, Institucional⁵⁴⁵, Fonte Hierárquica⁵⁴⁶, Cidadã⁵⁴⁷ e Especializada⁵⁴⁸ apontaram uma dependência negativa, na ordem de -31,2%, -26,5%, -14,3%, -12,5% e -10,4%, respectivamente.

A Coluna, qualquer que seja ela, nessa pesquisa, apresenta tendência ao Desdobramento⁵⁴⁹. O coeficiente de 20,2% reiterou uma das características do formato: ofereceu informações complementares aos eventos do momento. É corriqueiro que o espaço ofereça uma sequência de pequenos textos com interpretações, projeções, bastidores de temas atuais, entre esses, a Crise⁵⁵⁰ (24,4%) que o Rio Grande do Sul vivenciava. Com o foco nas dificuldades financeiras, Coluna indicou uma associação negativa com Circulação⁵⁵¹, na ordem de -8%. A pequena preferência por uma abordagem nacional pode ser explicada pela cobertura da negociação do plano de recuperação fiscal com o governo federal.

Uma tendência presente nas matérias que envolveram o alto escalão, a variável apontou uma associação positiva com Notoriedade Hierárquica⁵⁵² e Personalismo⁵⁵³, na ordem de 26,5% e 9,2%, respectivamente. Os acontecimentos noticiáveis para Coluna, prioritariamente, abrangeram o Estado, o Executivo estadual e o governador. Secretários e personagens de baixo escalão tendiam a ficar em segundo plano. A temática predominante era a política. Embora estivesse presente em outras editorias, a Coluna, especialmente a de Taline Oppitz, voltam-se ao *Frame* Política⁵⁵⁴. A participação do governo estadual tinha um Tom⁵⁵⁵ de agendamento das políticas públicas ou ações governamentais. Os testes apontaram uma associação, na ordem de 35% e 30,3%.

⁵⁴³ X2(1) 157291; P < 0,05

⁵⁴⁴ X2(1) 109898; P < 0,05

⁵⁴⁵ X2(1) 79205; P < 0,05

⁵⁴⁶ X2(1) 22915; P < 0,05

⁵⁴⁷ X2(1) 17475; P < 0,05

⁵⁴⁸ X2(1) 12245; P < 0,05

⁵⁴⁹ X2(1) 46081; P < 0,05

⁵⁵⁰ X2(1) 67029; P < 0,05

⁵⁵¹ X2(1) 7181; P < 0,05

⁵⁵² X2(1) 79055; P < 0,05

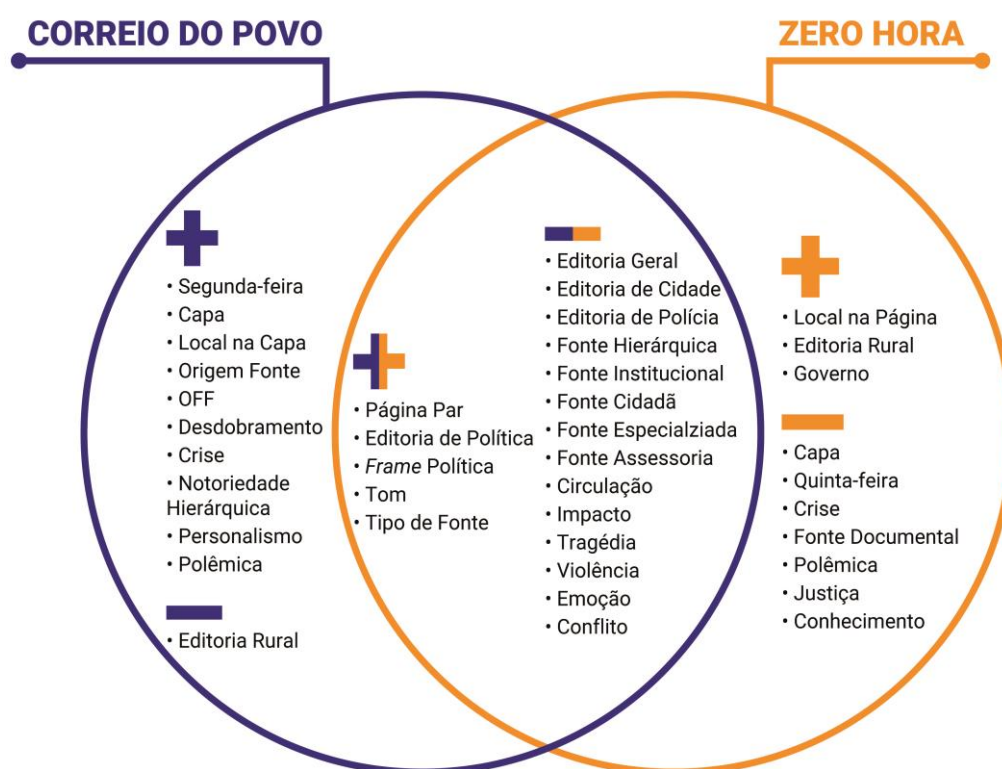
⁵⁵³ X2(1) 9475; P < 0,05

⁵⁵⁴ X2(1) 138244; P < 0,05

⁵⁵⁵ X2(4) 103219; P < 0,05

As pautas tratadas pela variável Coluna se orientaram por alguns valores-notícias preferenciais. Polêmica⁵⁵⁶, com coeficiente de 16,9%, foi um atributo importante. Em contrapartida, evitaram-se Impacto⁵⁵⁷, Emoção⁵⁵⁸, Tragédia⁵⁵⁹, Conflito⁵⁶⁰ e Violência⁵⁶¹, com concentrações abaixo da distribuição normal, na casa de -19,8%, -16,3%, -14,4%, -14,0% e 11,9%. O controverso é uma qualidade típica das coberturas políticas, especialmente em períodos de crise. Já os outros valores-notícia relacionados são agregados às editoriais de Polícia e Geral que, como os números revelarão, não serão o espaço em a Coluna estará presente.

QUADRO 26
Variáveis com associação estatística com formato Coluna



Fonte: Elaborado pelo autor

Da mesma forma que o *Correio do Povo*, o ZH reservava às Colunas às Páginas Par⁵⁶². A página de entrada do jornal, com uma dependência da ordem de 29,6%, é o local

⁵⁵⁶ X2(1) 32176; P < 0,05

⁵⁵⁷ X2(1) 44106; P < 0,05

⁵⁵⁸ X2(1) 29846; P < 0,05

⁵⁵⁹ X2(1) 23514; P < 0,05

⁵⁶⁰ X2(1) 22092; P < 0,05

⁵⁶¹ X2(1) 15945; P < 0,05

⁵⁶² X2(1) 82328; P < 0,05

de preferência da editoria de Política⁵⁶³. A associação de 50,5%, alta para os padrões desta pesquisa, reitera a incidência dos colunistas nas discussões sobre o Poder Executivo. O *Frame* Política⁵⁶⁴, uma virtude da editoria, apontou associação da ordem de 23,3%.

As Colunas circularam, prioritariamente, no lado direito das páginas. Local na Página⁵⁶⁵ indicou associação na casa de 61,3%, mostrando uma inclinação ao Canto Superior Direita, seguida pelo Canto Inferior Direita. Destacamos que esses são os espaços definidos no projeto gráfico do impresso. À Quinta-feira⁵⁶⁶ parecem não ser o dia propício para a Coluna, haja vista a distribuição abaixo do normal da variável, na ordem de -6,4%. O formato não é usual nas editorias de Polícia⁵⁶⁷, Cidade⁵⁶⁸ e Geral⁵⁶⁹, e os coeficientes -36,1%, -12,6% e -8,6% demonstram isso. Já a editoria Rural⁵⁷⁰ apresentou associação positiva, na ordem de 28,7%. A seção veiculava a coluna Campo e Lavoura que trata dos acontecimentos do campo.

O *Zero Hora* apresentou um olhar diferente quanto à primeira página de um jornal em comparação com seu concorrente. No impresso, os assuntos governamentais submetidos à Coluna não tendem a ir para a Capa⁵⁷¹. A variável apontou dependência, na casa de -23,5%. A menor incidência do formato que mais se repetiu na página principal sugere que a Coluna tendia a veicular uma grande quantidade de informações sobre o Poder Executivo, porém, a sua maioria sem grande importância para ir ao espaço mais nobre. Nessas pautas, Tom⁵⁷² do governo estadual (20,5%) foi, preferencialmente, voltado às agendas governamentais, à divulgação de políticas públicas e ações coordenadas pelo Poder Executivo. Crise⁵⁷³, nesse sentido, não era uma pauta prioritária. O Coeficiente de -11,4% diz que, embora se abordasse o momento crítico no Rio Grande do Sul, a Coluna não era o formato mais adequado a esse tipo de matéria.

Tipo de Fonte⁵⁷⁴ apresentou dependência da ordem de 42,7% em relação às Fontes Primária e Secundária, exprimindo concentração acima da distribuição normal. O

⁵⁶³ X²(1) 24080; P < 0,05

⁵⁶⁴ X²(1) 51026; P < 0,05

⁵⁶⁵ X²(7) 352923; P < 0,05

⁵⁶⁶ X²(1) 3889; P < 0,05

⁵⁶⁷ X²(1) 122764; P < 0,05

⁵⁶⁸ X²(1) 14856 P < 0,05

⁵⁶⁹ X²(1) 6898; P < 0,05

⁵⁷⁰ X²(1) 77565; P < 0,05

⁵⁷¹ X²(1) 51966; P < 0,05

⁵⁷² X²(4) 39377; P < 0,05

⁵⁷³ X²(1) 12179; P < 0,05

⁵⁷⁴ X²(3) 171382; P < 0,05

formato⁵⁷⁵ é mais suscetível aos atores de baixo escalão, dada a associação negativa com Fonte Hierárquica, no valor de -9,4%. A Coluna também apresentou coeficiente negativo nos itens Fonte Especializada⁵⁷⁶, Documental⁵⁷⁷, Assessoria⁵⁷⁸, Cidadã⁵⁷⁹ e Institucional⁵⁸⁰, na ordem de -28,9%, -28,7%, - 25,4%, -22,4% e -15,9%, respectivamente. O OFF, atributo geralmente associado às colunas, não obteve significância estatística, revelando ser uma variável independente.

A Coluna é um espaço que apresenta leve tendência à veiculação de acontecimentos nacionais e internacionais. A variável Circulação⁵⁸¹, que obteve uma correlação negativa de - 6,6%, repetiu o padrão do *Correio do Povo*. Também é um formato favorável a discussão das atividades ordinárias do Poder Executivo. Governo⁵⁸² apresentou leve associação de 6,6%. Em contrapartida, Tragédia⁵⁸³, Impacto⁵⁸⁴, Emoção⁵⁸⁵, Violência⁵⁸⁶, Justiça⁵⁸⁷, Conflito⁵⁸⁸, Conhecimento⁵⁸⁹ e Polêmica⁵⁹⁰ obtiveram coeficiente negativo, na ordem de -34,2%, -30,4%, -30,3%, -28,2%, - 18,1%, -16,8%, -16,4% e - 7,8%.

6.7.2.2 Notícia

Um dos formatos dominantes, a Notícia é um elemento importante à cobertura governamental. Os relatos do cotidiano, sintetizados em um texto estruturado, geralmente no formato pirâmide invertida, contribuem para completar o quebra-cabeça do noticiário do Poder Executivo. No *Zero Hora*, a Notícia foi o segundo estilo com maior frequência. O item Notícia apareceu na Página Ímpar⁵⁹¹. Se as páginas pares priorizaram a Coluna, as páginas de saídas tenderam a estampar notícias, o que foi confirmado pelo coeficiente

⁵⁷⁵ X2(1) 8314; P < 0,05

⁵⁷⁶ X2(1) 78636; P < 0,05

⁵⁷⁷ X2(1) 77278; P < 0,05

⁵⁷⁸ X2(1) 60548; P < 0,05

⁵⁷⁹ X2(1) 47247; P < 0,05

⁵⁸⁰ X2(1) 23859; P < 0,05

⁵⁸¹ X2(1) 4051; P < 0,05

⁵⁸² X2(1) 4099; P < 0,05

⁵⁸³ X2(1) 110191; P < 0,05

⁵⁸⁴ X2(1) 86700; P < 0,05

⁵⁸⁵ X2(1) 86318; P < 0,05

⁵⁸⁶ X2(1) 74881; P < 0,05

⁵⁸⁷ X2(1) 30845; P < 0,05

⁵⁸⁸ X2(1) 26412; P < 0,05

⁵⁸⁹ X2(1)25349; P < 0,05

⁵⁹⁰ X2(1) 5773; P < 0,05

⁵⁹¹ X2(1) 27908; P < 0,05

de 17,2%. Local na Página⁵⁹², com associação de 40,2%, apontou uma preferência a textos de Meia Página, nos cantos Superior Esquerdo e Direito.

No ZH, a Coluna e a Notícia se colocaram em posições opostas. As editorias de Política⁵⁹³ e Rural⁵⁹⁴, que foram as de maior propensão aos columnistas, apresentaram uma correlação negativa com Notícia, na ordem de -16,6% e -15,6%, respectivamente. Em compensação, Notícia apontou uma associação positiva, na casa 32,7%, 17,2%, 13,5%, 8% e 8%, nessa sequência, com as editorias Geral⁵⁹⁵, Cidade⁵⁹⁶, Polícia⁵⁹⁷ e Economia⁵⁹⁸. A Origem Reprodução⁵⁹⁹ obteve uma leve correlação de 7,4%, sugerindo uma predisposição para aquelas matérias de outros meios de informação ou assessorias de imprensa.

A prioridade são as Fontes Primária e Secundária, com concentração acima da distribuição normal na variável Tipo de Fonte⁶⁰⁰ que, na ordem de 30%, revelou uma inclinação à construção de textos que buscaram informações em diferentes lugares, consultando desde testemunhas diretas até documentos complementares. O formato Notícia priorizou as Fontes Cidadã⁶⁰¹, Documental⁶⁰² e Assessoria⁶⁰³, com coeficientes de 7,1%, 16,8% e 29,6%, nessa ordem. As outras fontes mostraram ser independentes, incluindo a Hierárquica. O fato do teste não apresentar significância estatística pode indicar que inexistiram preferência por atores de alto escalão ou outros indivíduos em posições mais baixas.

O enquadramento temático apontou dependência. *Frames*⁶⁰⁴, com correlação na ordem de 29,6%, demonstraram uma inclinação às pautas que tratam de Economia, Justiça e Igualdade. Por outro lado, o *Frame* Política⁶⁰⁵ e *Frame* RH⁶⁰⁶ sinalizaram uma associação negativa de -17,8% e -6,5%. Notoriedade Hierárquica⁶⁰⁷ foi outra variável que apresentou coeficiente negativo, na ordem de -10,8%, demonstrando preferência por

⁵⁹² X2(7) 159756; P < 0,05

⁵⁹³ X2(1) 25842; P < 0,05

⁵⁹⁴ X2(1) 22732; P < 0,05

⁵⁹⁵ X2(1) 27781; P < 0,05

⁵⁹⁶ X2(1) 17123; P < 0,05

⁵⁹⁷ X2(1) 100579; P < 0,05

⁵⁹⁸ X2(1) 5972; P < 0,05

⁵⁹⁹ X2(1) 5190; P < 0,05

⁶⁰⁰ X2(1) 84447; P < 0,05

⁶⁰¹ X2(1) 4786; P < 0,05

⁶⁰² X2(1) 26501; P < 0,05

⁶⁰³ X2(1) 82182; P < 0,05

⁶⁰⁴ X2(13) 82135; P < 0,05

⁶⁰⁵ X2(1) 29802; P < 0,05

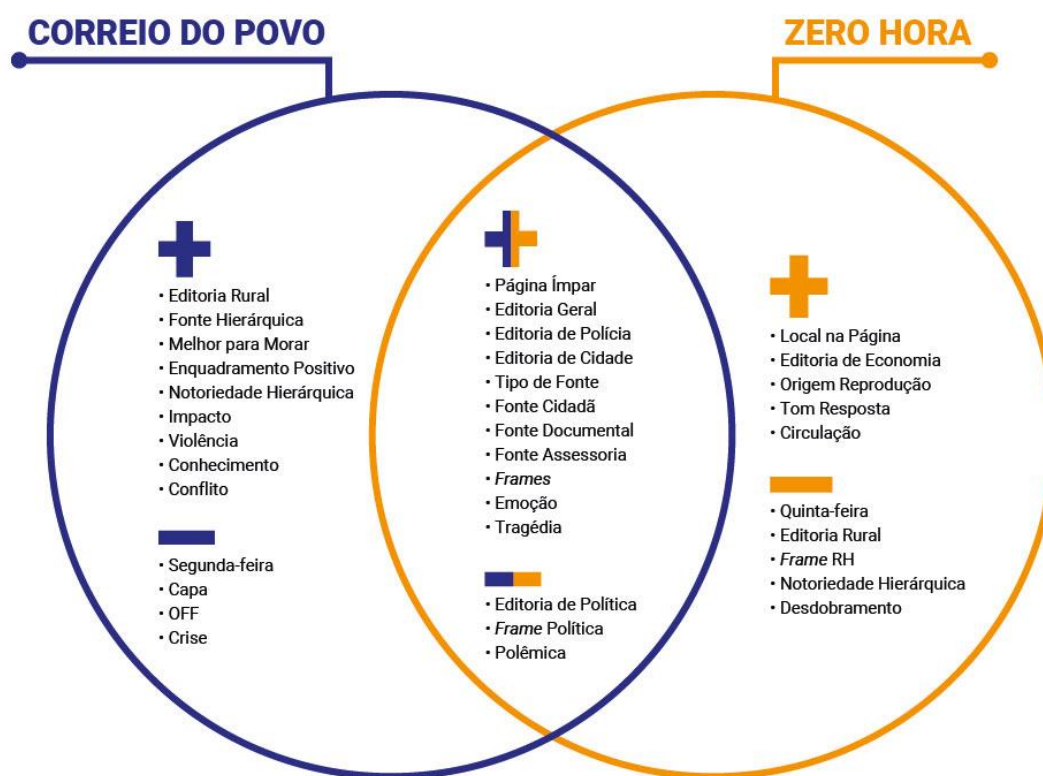
⁶⁰⁶ X2(1) 3981; P < 0,05

⁶⁰⁷ X2(1) 10945; P < 0,05

temas que envolveram Secretarias e outras funções em escalas menos nobres. Já a intervenção do governo tendeu a ser em Tom Resposta⁶⁰⁸ (11,1%), voltada a solucionar demandas sociais.

A Notícia priorizou a proximidade. A variável Circulação⁶⁰⁹ obteve uma associação de 6,7%, revelando uma leve preferência pela abordagem dos acontecimentos que ocorreram dentro da área de veiculação do jornal *Zero Hora*. O Desdobramento⁶¹⁰ apontou associação negativa da ordem de -10,6%. A preferência é pelos acontecimentos inéditos, dando prioridade aos eventos que apresentaram os valores-notícias Tragédia⁶¹¹ e Emoção⁶¹², com correlação de 13,5% e 8,9%, respectivamente. Por outro lado, Polêmica⁶¹³ não é um atributo que prevaleceu. A qualidade apontou uma associação de -7%, revelando concentração abaixo da distribuição normal, conforme Quadro 27.

QUADRO 27
Variáveis com associação estatística com formato Notícia



Fonte: Elaborado pelo autor

⁶⁰⁸ X2(1) 11513; P < 0,05

⁶⁰⁹ X2(1) 4208; P < 0,05

⁶¹⁰ X2(1) 10561; P < 0,05

⁶¹¹ X2(1) 17053; P < 0,05

⁶¹² X2(1) 7506; P < 0,05

⁶¹³ X2(1) 4852; P < 0,05

O *Correio do Povo*, de forma geral, seguiu um padrão parecido com seu concorrente. À Segunda⁶¹⁴, o formato Notícia não foi prioridade. Com um coeficiente de -7,4%, a concentração abaixo da distribuição normal foi um reflexo da predominância da Coluna nesse dia. A influência dos colunistas também pode ser observada na página de circulação da Notícia. Se a Coluna foi na Página Par, a Notícia foi um estilo utilizado, preferencialmente, nas ímpares. As páginas de saída⁶¹⁵ apontaram uma associação de 27,7%, reiterando um modelo que ocorreu também no *Zero Hora*.

A variável Notícia não foi predominante na Capa⁶¹⁶. A primeira página indicou uma associação de -13,6% e correspondeu às expectativas. O formato foi definido como um relato factual que não foi tão profundo a ponto de ser prioridade na face mais nobre do impresso. A Editoria de Política⁶¹⁷, caracterizada pelas colunas, revelou uma correlação negativa com Notícia, na ordem de -43,7%, grau de interação relativamente alto. A seção temática foi demarcada por seus colunistas, O formato teve estilo distintivo das Editorias Geral⁶¹⁸, Polícia⁶¹⁹, Cidade⁶²⁰ e Rural⁶²¹, com coeficiente de 24%, 17,6%, 16,1% e 14,3%, respectivamente.

O Tipo de Fonte⁶²² encontrou uma correlação de 46,4%, apontando inclinação às Fonte Primária e Secundária. Assim como no jornal concorrente, a variável Notícia registrou a procura por diferentes tipos de informações: pessoas e documentos. O formato indicou dependência com Fonte Assessoria⁶²³, Hierárquica⁶²⁴, Documental⁶²⁵ e Cidadã⁶²⁶. Os coeficientes foram de 28,3%, 16%, 12,9% e 8,6%. O OFF, usual nas colunas, apontou uma correlação negativa de -27,7%.

O Enquadramento Temático indicou que o *Frame* Política⁶²⁷ não combinou com o formato, verificado o coeficiente de -24,9%. *Frames*⁶²⁸, com associação de 30,4%,

⁶¹⁴ X2(1) 6250; P < 0,05

⁶¹⁵ X2(1) 58311; P < 0,05

⁶¹⁶ X2(1) 20794; P < 0,05

⁶¹⁷ X2(1) 5521; P < 0,05

⁶¹⁸ X2(1) 64717; P < 0,05

⁶¹⁹ X2(1) 35086; P < 0,05

⁶²⁰ X2(1) 29275; P < 0,05

⁶²¹ X2(1) 22937; P < 0,05

⁶²² X2(3) 241959; P < 0,05

⁶²³ X2(1) 90375; P < 0,05

⁶²⁴ X2(1) 28702; P < 0,05

⁶²⁵ X2(1) 18677; P < 0,05

⁶²⁶ X2(1) 8351; P < 0,05

⁶²⁷ X2(1) 69911; P < 0,05

⁶²⁸ X2(13) 104352; P < 0,05

mostrou uma preferência pelos temas de Saúde, Segurança e Avaliação de Políticas Públicas. Crise⁶²⁹, assunto atual naquele momento, apresentou concentração abaixo da distribuição normal, na ordem de -20,6%. Destacamos que a menor incidência da cobertura do momento crítico vai ao encontro das matérias que mostram o Rio Grande do Sul como um Estado Melhor para Morar⁶³⁰ e o Enquadramento Positivo⁶³¹ do Poder Executivo, com interação na ordem de 17,6% e 15,1%, nessa sequência.

Notícia parece ter sido uma vocação para as pautas que abordaram o governo dentro dos limites do estado. A Circulação⁶³² apresentou uma leve associação de 7,8%. O formato ainda inclinou-se para matérias que enfocaram a Notoriedade Hierárquica⁶³³ (23,6%), isto é, no governo enquanto instituição ou na figura do governador. Secretários e personagens de baixo escalão não fizeram parte do grupo prioritário. Ao mesmo tempo em que se distanciaram da Polêmica⁶³⁴ (-8,3%), a variável Notícia revelou que Impacto⁶³⁵, Conflito⁶³⁶, Emoção⁶³⁷, Violência⁶³⁸, Tragédia⁶³⁹ e Conhecimento⁶⁴⁰ foram variáveis dependentes. O coeficiente foi de 20,3%, 17,6%, 16,3%, 11,7%, 11,5% e 10,1%, respectivamente.

6.7.2.3 Reportagem

Nilson Lage (2007) define a reportagem como um formato que aborda determinado assunto a partir de uma orientação editorial do veículo de comunicação. É um estilo que não se prende apenas ao relato de um evento. Tem o dever de explorar, investigar e interpretar as implicações do acontecimento. Logo, o formato absorve um texto mais longo, exige número maior de fontes consultadas e mostra uma estrutura mais livre do que a notícia. A reportagem, neste ponto de vista, se estrutura sobre algumas características jornalísticas (ver Quadro 28), como um espaço de publicação que, segundo

⁶²⁹ X2(1) 47822; P < 0,05

⁶³⁰ X2(1) 34902; P < 0,05

⁶³¹ X2(1) 25657; P < 0,05

⁶³² X2(1) 6938; P < 0,05

⁶³³ X2(1) 62647; P < 0,05

⁶³⁴ X2(1) 7794; P < 0,05

⁶³⁵ X2(1) 46406; P < 0,05

⁶³⁶ X2(1) 36941; P < 0,05

⁶³⁷ X2(1) 29886; P < 0,05

⁶³⁸ X2(1) 15369; P < 0,05

⁶³⁹ X2(1) 14870; P < 0,05

⁶⁴⁰ X2(1) 11553; P < 0,05

a pesquisa, se aproximou mais da variável Duas Páginas⁶⁴¹. A variável apresentou uma associação alta de 73,7% no *Zero Hora*. O Local na Página⁶⁴² alcançou um coeficiente de 89,9%, apontando uma predominância de textos que ocupam Página Inteira ou Mais de uma Página.

A Reportagem e a Capa⁶⁴³ possuem uma relação íntima. Como se trata de matérias mais profundas e complexas, com interpretação da realidade e espaços mais nobres, é esperado que o tema vá à primeira página, aquela em que dá destaque aos principais assuntos. A associação foi de 41,9%. O Local na Capa⁶⁴⁴, com um coeficiente de 42,6%, indica uma inclinação ao espaço mais nobre: Manchete na Capa. Foi o caso de *Escolas estaduais terão de reduzir turmas e turnos*, veiculada no dia 11 de novembro de 2016, quando o jornal trouxe um texto extenso e com várias opiniões sobre as mudanças no ano posterior.

O formato Reportagem não foi o mais adequado às editoriais Política⁶⁴⁵, Rural⁶⁴⁶ e Economia⁶⁴⁷, visto a dependência negativa de -24,4%, -13,8% e -6,2%, nessa ordem. Por outro lado, a Editoria de Polícia⁶⁴⁸ indicou associação de 12,4%. Geralmente, as pautas relativas à segurança, em especial sobre a Crise⁶⁴⁹ (9,5%), foram tratadas nos moldes da Reportagem, com imersão dos repórteres nos acontecimentos. Os efeitos do noticiário ajudaram a explicar a associação entre Reportagem e Pior para Morar⁶⁵⁰, na ordem de 18,9%. À época, o jornal lançou a etiqueta *Segurança Já. O Frame Política*⁶⁵¹, atendendo ao comportamento da seção sobre o mesmo tema, apontou correlação negativa de -9,6%.

Os repórteres utilizaram a Reportagem para a cobertura de eventos que enquadraram o Poder Executivo de forma negativa⁶⁵². Enquadramento Negativo revelou dependência de 11,1%. O formato Reportagem deu preferência às Fontes Primária e Secundária. A associação relativamente alta para Tipo de Fonte⁶⁵³ (55%) reforçou a

⁶⁴¹ X2(1) 510446; P < 0,05

⁶⁴² X2(7) 758489; P < 0,05

⁶⁴³ X2(1) 164818; P < 0,05

⁶⁴⁴ X2(3) 170452 < 0,05

⁶⁴⁵ X2(1) 56005; P < 0,05

⁶⁴⁶ X2(1) 17819; P < 0,05

⁶⁴⁷ X2(1) 3646; P < 0,05

⁶⁴⁸ X2(1) 28415; P < 0,05

⁶⁴⁹ X2(1) 4378; P < 0,05

⁶⁵⁰ X2(3) 33428; P < 0,05

⁶⁵¹ X2(1) 8630; P < 0,05

⁶⁵² X2(1) 11524; P < 0,05

⁶⁵³ X2(3) 284863; P < 0,05

diversidade de fontes procuradas pelo veículo. Recorreu-se a testemunhas, especialistas e documentos complementares. A variável indicou correlação com Fonte Especializada⁶⁵⁴ (45,7%), Cidadã⁶⁵⁵ (30,6%), Assessoria⁶⁵⁶ (24,5%), Institucional⁶⁵⁷ (22,6%), Hierárquica⁶⁵⁸ (22%) e OFF⁶⁵⁹ (7%). O formato apontou dependência com diversos valores-notícia. Emoção⁶⁶⁰ (32,6%), Conhecimento⁶⁶¹ (32,4%), Tragédia⁶⁶² (31,2%), Impacto⁶⁶³ (30,9%), Justiça⁶⁶⁴ (22,4%), Violência⁶⁶⁵ (21,8%), Conflito⁶⁶⁶ (19,6%) e Polêmica⁶⁶⁷ (12,5%) são as características dos acontecimentos elegíveis a serem retratados em uma reportagem. O atributo Governo, relativo às atividades ordinárias, mais uma vez indicou independência. A preferência foi por características que apelavam ao emotivo, o contraditório, o violento, geralmente, congruentes com as pautas sobre segurança pública.

⁶⁵⁴ X2(1) 196502; P < 0,05

⁶⁵⁵ X2(1) 5521; P < 0,05

⁶⁵⁶ X2(1) 56958; P < 0,05

⁶⁵⁷ X2(1) 77020; P < 0,05

⁶⁵⁸ X2(1) 45457; P < 0,05

⁶⁵⁹ X2(1) 5521; P < 0,05

⁶⁶⁰ X2(1) 99983; P < 0,05

⁶⁶¹ X2(1) 36095; P < 0,05

⁶⁶² X2(1) 91718; P < 0,05

⁶⁶³ X2(1) 89991; P < 0,05

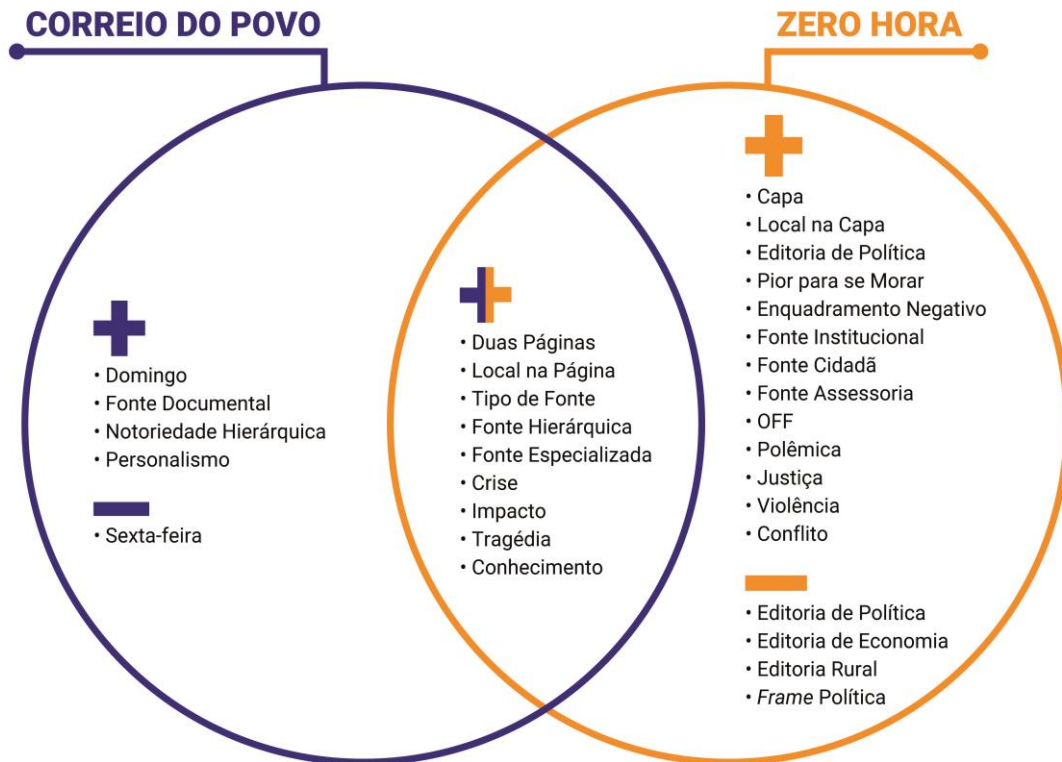
⁶⁶⁴ X2(1) 47321; P < 0,05

⁶⁶⁵ X2(1) 72768; P < 0,05

⁶⁶⁶ X2(1) 99930; P < 0,05

⁶⁶⁷ X2(1) 14745; P < 0,05

QUADRO 28
Variáveis com associação estatística com formato Reportagem



Fonte: Elaborado pelo autor

O formato no *Correio do Povo* repetiu alguns padrões do concorrente. Reportagem apontou uma associação na casa de 41% com Duas Páginas⁶⁶⁸ e Local na Página⁶⁶⁹, 47,6%. É o reflexo de um estilo que aprecia os textos mais profundos, com variedade de informação e pontos de vista. O veículo é conhecido por sua tiragem diferenciada no Domingo⁶⁷⁰. Nesse dia, circulou uma edição especial e mais reduzida, privilegiando as reportagens. O coeficiente foi de 28,4%. Às sextas⁶⁷¹, entrada do fim de semana, observou-se uma correlação negativa de -6,2%, indicando que os assuntos governamentais não tenderam a ter um tratamento mais profundo no dia.

A maior liberdade espacial refletiu-se no Tipo de Fonte⁶⁷². A variável apontou uma correlação de 21,3%, registrando concentração acima da distribuição normal das Fontes Primária e Secundária. Para fazer uma Reportagem é preciso ouvir os personagens

⁶⁶⁸ X2(1) 189874; P < 0,05

⁶⁶⁹ X2(7) 255352; P < 0,05

⁶⁷⁰ X2(1) 90611; P < 0,05

⁶⁷¹ X2(1) 4295; P < 0,05

⁶⁷² X2(3) 51220; P < 0,05

do acontecimento, bem como agregar informações complementares. A preferência incidu sobre a Fonte Hierárquica⁶⁷³, com uma correlação de 8,6% de alto escalão. O modelo Reportagem favoreceu as Fontes Cidadã⁶⁷⁴, Especializada⁶⁷⁵, Documental⁶⁷⁶, com coeficiente de 18,5%, 23,5% e 8,6%. A Notoriedade Hierárquica⁶⁷⁷ apontou uma associação de 9,9%, revelando uma preferência pelos acontecimentos que envolviam a Instituição ou o governador. Personalismo⁶⁷⁸ obteve uma correlação de 10,4%.

A Reportagem foi um formato propenso à cobertura de Crise⁶⁷⁹. A variável apontou associação de 9,6%. Embora pequena, compreendeu-se que o momento crítico foi importante o suficiente para ser explorado no formato jornalístico mais nobre. Um exemplo é *Piratini adia nova votação após derrota*, do dia 24 de dezembro. Na visão da redação, as consequências do Plano Fiscal, que previa modificações na categoria dos servidores públicos, mereceram destaque inclusive conquistando a Manchete principal da Capa. Os valores-notícia Impacto⁶⁸⁰, Conhecimento⁶⁸¹ e Tragédia⁶⁸² indicaram uma associação de 9,9%, 7,3% e 6,7%, respectivamente.

6.8 Origem da informação

Na rotina de um governo, as ocorrências noticiáveis podem exigir a cobertura de situações imprevisíveis, como uma catástrofe natural, ou ainda agendas previstas, como as ações provocadas pelas assessorias de imprensa, interessadas em divulgar as atividades de seus atores. A origem da Informação, segundo Santos (2019), é classificada em quatro categorias:

Indefinida: quando não se pode precisar de quem foi a iniciativa; 2) Reprodução: casos em que o conteúdo é processado por outro meio, como agências, grandes jornais, recortes de documentos oficiais ou transcrição de comunicados à imprensa. 3) Iniciativa da fonte: são os temas que têm origem fora do meio que o publica, tais como: conferências, declarações públicas, espetáculos, acidentes, desastres, etc. 4) Iniciativa do meio: quando a investigação é própria do meio, com perspectiva exclusiva (SANTOS, 2019, p. 107).

⁶⁷³ X2(1) 8419; P < 0,05

⁶⁷⁴ X2(1) 38369; P < 0,05

⁶⁷⁵ X2(1) 38369; P < 0,05

⁶⁷⁶ X2(1) 8243; P < 0,05

⁶⁷⁷ X2(1) 10963; P < 0,05

⁶⁷⁸ X2(1) 12077; P < 0,05

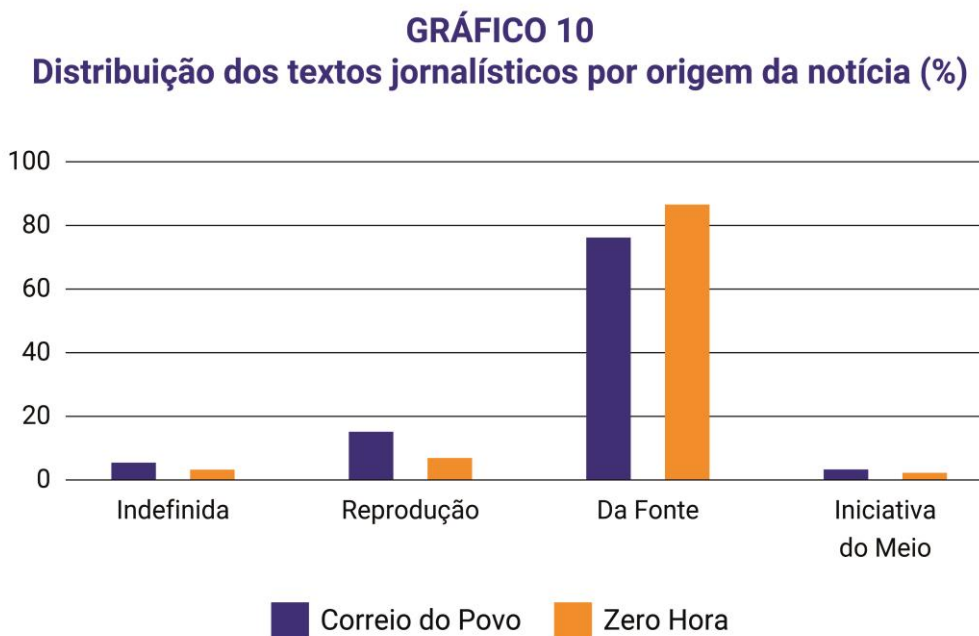
⁶⁷⁹ X2(1) 10338; P < 0,05

⁶⁸⁰ X2(1) 10963; P < 0,05

⁶⁸¹ X2(1) 5956; P < 0,05

⁶⁸² X2(1) 5010; P < 0,05

A variável Origem diz muito sobre a cobertura governamental. Inúmeros acontecimentos do cotidiano exigem a participação do Poder Executivo. De outra forma, as matérias com as variáveis Iniciativa do Meio e Reprodução revelam a opinião e expectativas do veículo de comunicação, ainda que se trate de gêneros informativos. O primeiro parece ser o retrato do que a própria empresa entende como relevante. A segunda seria, talvez, uma consequência da negociação entre departamentos públicos e a redação e setores comerciais dos jornais, veiculando informações que nem sempre foram apuradas e/ou questionadas. A seguir, a frequência da variável expressa no Gráfico 10.



Fonte: Elaborado pelo autor

Costumeira nas coberturas jornalísticas, a variável Origem das fontes de informação representa 76,3% do total de textos jornalísticos coletados no *Correio do Povo*. No *Zero Hora*, significou 86,5%. A diferença de 10 pontos percentuais entre os dois jornais gaúchos é expressiva e demanda compreender o uso de forma distinta da variável Reprodução. Essa categoria demonstrou uma distribuição de 15,2% no CP e 7% no ZH, apontando uma maior aptidão do *Grupo Record* às matérias advindas de outros meios de comunicação e órgãos internos. Iniciativa do Meio alcançou os percentuais de 3,2% e 2,6%, nessa sequência, no CP e no ZH, enquanto Origem Indefinida representou 5,3% e 3,5% dos textos jornalísticos nos veículos.

Hegemônica, a Origem Fonte permeia a cobertura governamental, atravessando os mais diversos temas. A categoria é encontrada em matérias diversas, de tragédias a curiosidades. Em *Tempestade, lama e enchente em Rolante*, publicada no dia 7 de janeiro de 2017, o *Zero Hora* buscou as informações com testemunhas, personagens e atores governamentais que vivenciaram os efeitos das fortes chuvas em municípios do interior do Rio Grande do Sul. Outro exemplo é a matéria *Carregado sobre capô de carro da auto escola*, publicada pelo *Correio do Povo* no dia 15 de novembro de 2016. O texto narra o caso inusitado de um motorista, em uma aula para tirar habilitação, que atropelou e carregou um pedestre em seu capô. Os dados foram adquiridos a partir dos próprios personagens.

A Origem Reprodução, segunda maior frequência, enquadra os textos enviados por assessorias de imprensa ou oriundos de agências de notícias. As matérias obtidas por meio de agências e outros sites de notícias não é tão comum a uma cobertura regionalizada, pois os veículos de comunicação dispõem de setoristas. Por outro lado, a cópia integral de *releases* e as matérias decorrentes das assessorias representam uma vitória de assessores que conseguem *emplacar* conteúdos de seu interesse nos grandes jornais. Neste jogo de poder, a cobertura governamental pode ficar dependente de materiais liberados pelas assessorias de comunicação, deixando viciados os setoristas que estão dentro dos órgãos, públicos ou privados.

No noticiário sobre o Poder Executivo encontramos pautas advindas de diversos locais. No dia 17 de novembro de 2016, por exemplo, o *Correio do Povo* reproduziu o texto *RS apresenta projeto na COP*. Publicada originalmente no site da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, a matéria que relatava ação do governo na Comissão das Partes, órgão responsável pela Convenção sobre Diversidade Biológica, foi reproduzida por outros sites e meios de informação. De outra maneira, na matéria publicada pelo ZH, *Solidariedade em tempos de crise*, no dia 28 de dezembro de 2016, não se fez uma cópia fiel do texto encaminhado pelo órgão que representa os fiscais do estado. O material foi reescrito a partir do *release* enviado pela equipe de comunicação. Destacamos, que em ambos os casos, a origem foi um terceiro interessado, reiterando o processo coletivo de produção noticiosa.

As pautas de Iniciativa do Meio representam a tentativa de interferir na realidade social. Nessa categoria, encontram-se as matérias ou atividades promovidas pelo veículo ou que se utilizam de uma metalinguagem para enaltecer seus trabalhos. Para exemplificar, *Foto do CP em primeiro lugar*, do dia 02 de dezembro de 2016, retrata um

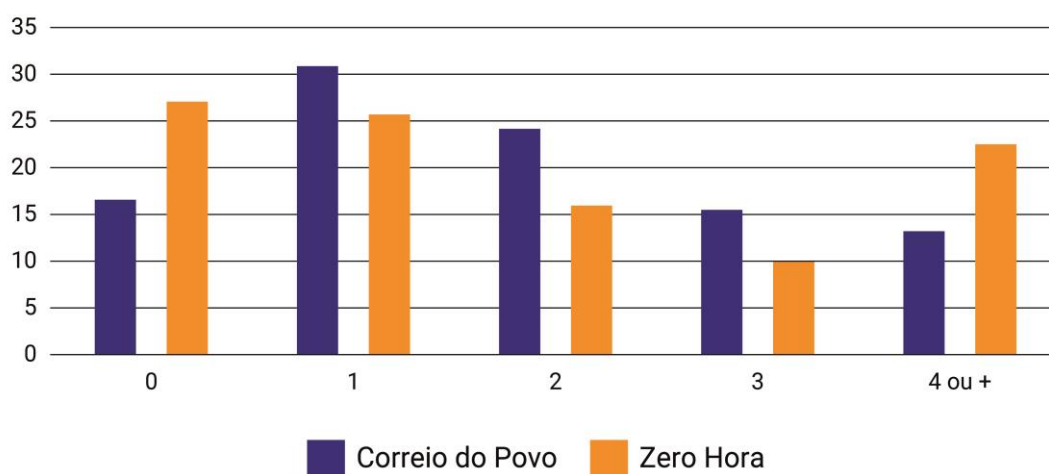
prêmio ganho pelo veículo. A notícia teve pouca interferência no cotidiano dos leitores, porém marcou um reconhecimento à organização. A comemoração teve a presença de atores governamentais. Os textos, com Origem Indefinida, referiam-se àqueles em que não era possível identificar se o material é reprodução ou da fonte.

6.9 Fonte

O jornalismo é feito por pessoas: testemunhas, especialistas, interessados, anônimos que opinam ou relatam determinado acontecimento e evento a repórteres que irão transformar os dados em produto noticioso. O jornal, desta forma, é o resultado de um processo coletivo que envolve, intrinsecamente, a presença de fontes, as quais podem ser qualquer documento ou pessoa que ofereça informações aos jornalistas (ERBOLATO, 2003). Molotch e Lester (1999) as conceituam como promotores de notícias, interessadas em impulsionar as notícias ou eventos de seu interesse a fim de incluir pautas na rotina de uma redação. Herbert Gans (2004) reconhece que as fontes exercem grande influência nas decisões jornalísticas, fazendo parte de uma negociação entre repórteres e atores que irá resultar no produto veiculado nas páginas do jornal.

Em uma cobertura governamental, as fontes são partes essenciais ao noticiário sobre o Poder Executivo. Aqueles que serão demandados para responder sobre um problema social – buracos numa rodovia, por exemplo – ou que promoverão eventos noticiáveis – como a inauguração de uma ponte – a qualquer momento, sejam eles funcionários públicos, sejam personagens eleitos, podem receber o contato de jornalistas, indicados ou não pelos assessores. A seguir, o gráfico 11 indica, em escalas, a distribuição das fontes buscadas pelos impressos gaúchos.

GRÁFICO 11
Distribuição do número de fontes (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

Em primeiro plano, o padrão de consulta às fontes é bastante semelhante entre *Correio do Povo* e *Zero Hora*. O primeiro consultou 2.262 pessoas ou documentos no período pesquisado. O segundo, 2.282. A diferença é ínfima: apenas 20 fontes (aproximadamente 1%). Podemos dizer que a cobertura governamental é executada de forma similar no que se refere à quantidade de fontes, contudo, se formos a fundo observamos as diferenças. A média no CP foi de duas fontes por texto jornalístico, enquanto o ZH apresentou uma média de 2,47. Se se contabilizar apenas os textos que contêm pelo menos uma fonte, o CP apresentou média de 2,42 e o ZH, 3,23.

Os dados indicam uma distribuição díspar. O jornal *Zero Hora*, por exemplo, manifestou a tendência em utilizar mais fontes para os textos informativos do que o concorrente. Também apresentou mais textos sem fonte alguma, dada a sua natureza mais aproximada ao jornalismo opinativo. O impresso do grupo *RBS* circulou 27% dos textos sem nenhuma fonte sequer. Do total de 254, 98 deles fizeram parte do gênero opinativo, enquanto 156 foram conteúdos de informação sustentados sem fazer referência a algum indivíduo ou documento. Já no *Correio do Povo*, a categoria Nenhuma Fonte representou 16,5%. De 185 textos, 40 foram opinativos e 145, informativos, se aproximando do padrão do *Zero Hora*.

O periódico da Rede Brasil Sul circulou 21,6% dos textos sobre o Poder Executivo Estadual apresentando apenas uma fonte. De 240, 200 foram enquadrados em Coluna e 30 em Notícia. Em 11 casos, o formato foi outro. No jornal do *Grupo Record*, a categoria

Apenas uma Fonte refere-se a 30,8%, sendo distribuída da seguinte maneira: 135 Notícias, 125 textos em Coluna, 79 Notas e sete enquadradas em outros formatos. Destacamos que, embora o uso de uma fonte apenas seja uma característica predominante da coluna, a estratégia cabe em diferentes formatos da estrutura informativa, especialmente entre as que não exigem desenvolvimento mais profundo do fato retratado.

O número de textos com Duas Fontes significou 24,1% da cobertura do *Correio do Povo* e 15,9% do *Zero Hora*. Dos 272 casos, 219 deles foram classificados em Notícia, 28 em Coluna, 17 em Nota e 8 foram enquadrados em outros formatos. No *Zero Hora*, a distribuição dos 149 textos é a seguinte: 101 Coluna, 43 Notícia e duas em Reportagem. Já a frequência da categoria Três Fontes representou 15,4% no CP e 10% no ZH. O primeiro veículo dividiu os 174 textos em 155 da variável Notícia, 15 em Reportagem e quatro foram classificados em outros formatos. O segundo repartiu os 94 casos em 50 Notícias, 35 conteúdos em coluna e nove reportagens.

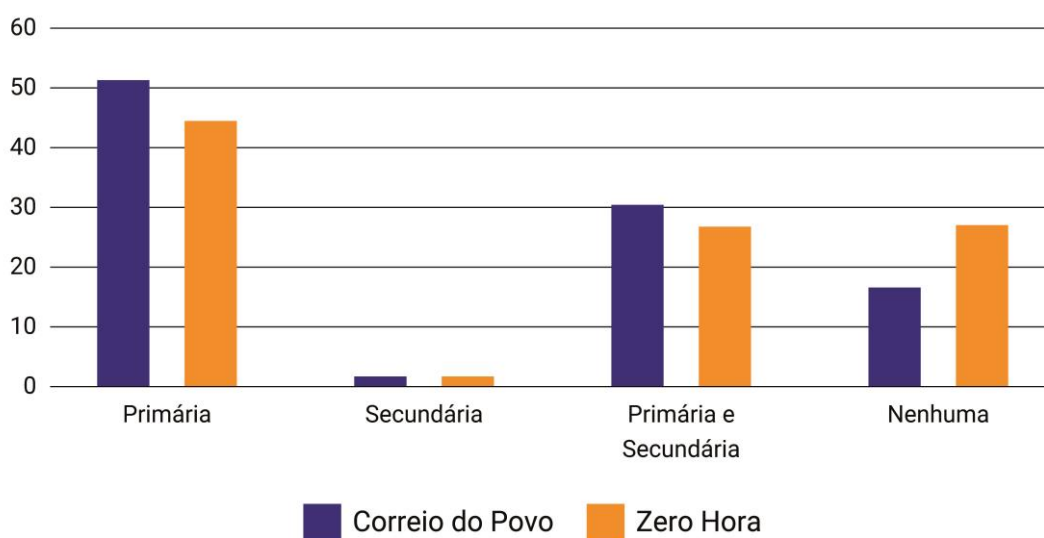
O *Zero Hora* priorizou o uso de mais de Quatro Fontes se comparado com o *Correio do Povo*. A categoria representou 22,5%, isto é, quase um quarto da cobertura do ZH e 13,2% do *Correio do Povo*. Caracterizado por priorizar as reportagens, o periódico da RBS registrou textos com até 30 fontes jornalísticas. É o caso da grande reportagem do dia 10 de fevereiro de 2017, intitulada *Desperdício de papel estacionado na Assembleia*. Denominada Reportagem Especial, a matéria foi resultado de uma investigação do uso inadequado da cota de papel por parte de deputados. Como preza o bom jornalismo, a equipe consultou todos os políticos envolvidos para darem a sua versão. Já o CP veiculou *Pacote enfrenta a Assembleia*, no dia 27 de novembro de 2016, com 27 fontes. Publicada no domingo, a reportagem consistiu em um balanço do Pacote Fiscal apresentado por Sartori, cujas seis páginas apresentaram expectativas e opiniões de lideranças envolvidas com o projeto que chegou à Casa de Leis do Estado.

6.9.1 Tipo de Fonte

A tradição das fontes rendeu uma série de estudos e classificações. Schmitz (2014) define os estudos de Gieber e Johnson, na década de 1960, como pioneiros. Os pesquisadores teriam sido os primeiros a categorizar as fontes em primária (oficiais) e secundária (não oficiais). O termo evoluiu e ganhou novas conceituações. Lage (2007) define a primária como aquela fonte que oferece o que é essencial ao relato do acontecimento. A secundária refere-se àquela que contextualiza, complementa as

informações principais. Na teoria, os dois modelos de fontes se completam, estruturando o ideal de uma produção noticiosa que se aprofunda sobre os fatos. No cotidiano, nem sempre ocorre da mesma maneira. É possível encontrar, como na subseção anterior, textos informativos que sequer apresentam fonte. Neste contexto, o Gráfico 12 representa a distribuição por tipos de fonte da cobertura governamental dos dois impressos gaúchos analisados.

GRÁFICO 12
Distribuição por tipo de fontes (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

O jornalismo é feito pela novidade, pelo furo, pela informação exclusiva, em primeira mão. O relato é elaborado a partir das versões das testemunhas, da narração dos conflitos, das informações de bastidores. É natural, neste processo, o uso das fontes primárias, aquelas cujos pontos de vistas esclarecem determinado acontecimento. É comum, na cobertura palaciana, a procura pelos atores principais, legitimando determinado enquadramento ou a própria existência da notícia. A matéria *Não existe plano B se houver rejeição, diz Sartori*, do dia 24 de novembro de 2016, veiculada pelo *Zero Hora*, é uma boa demonstração. Não há como noticiar as explicações do governador sobre a aprovação do pacote fiscal sem falar com o chefe do Executivo.

Em nossa amostra, matérias apenas com Fontes Primárias representaram cerca de metade dos textos jornalísticos dos periódicos estudados: 51,4% e 44,5% no *Correio do Povo* e *Zero Hora*, respectivamente. O resultado é consequência do maior uso das colunas para veicular notícias sobre o Poder Executivo. O formato é marcado por pouco texto e

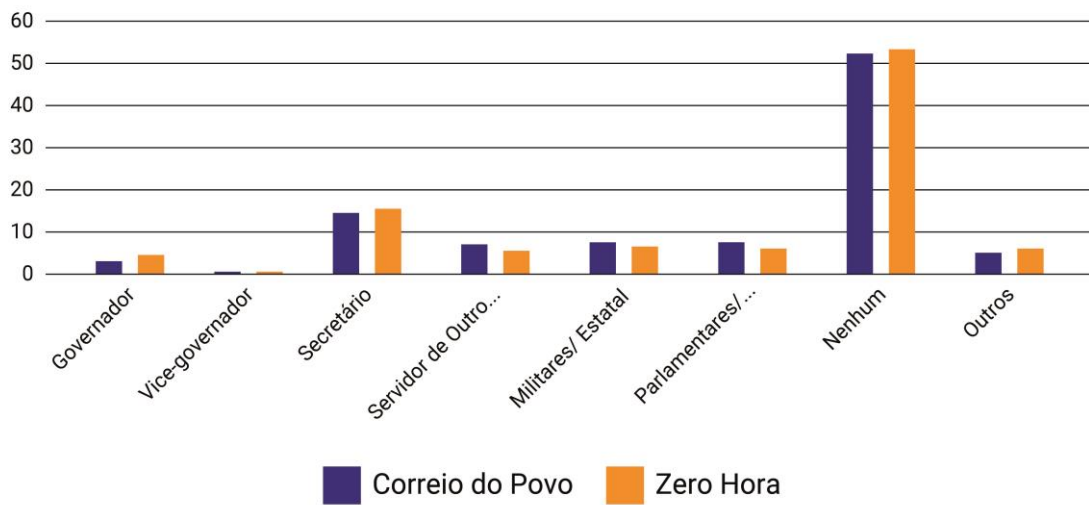
informações objetivas, impedindo a presença de contextualização. Em seguida, as Fontes Primária e Secundária, equivalentes a 30,5% e 26,9%, referiram-se às abordagens mais profundas ou complexas. Geralmente, são categorias que orientam as reportagens, formato jornalístico reconhecido por interpretações, diversos ângulos sobre um mesmo acontecimento. Correspondendo a 1,7% em ambos os periódicos, as fontes apenas secundárias foram raras.

6.9.1.1 Fontes governamentais

A Fonte Primária impera na esfera governamental. É a principal, que oferece as informações mais importantes sobre determinado acontecimento. É aquela que irá relatar como ocorreu um acidente ou, ainda, que oferecerá dados sobre certo projeto. No nosso caso, o ensejo é que aborde os principais atores governamentais, envolvidos diretamente no cotidiano do Poder Executivo. No campo político, esperamos que os detalhes sobre determinada política pública sejam de conhecimento do gestor. Na editoria de Polícia, o desejo é que o comando da Brigada Militar possa solucionar demandas relacionadas à insegurança pública. Na economia, que o secretário projete o contexto da saúde financeira dos cofres do Estado. O gráfico 13 expressa a distribuição das fontes governamentais⁶⁸³ nos textos estudados.

⁶⁸³ Nos textos com mais de uma fonte hierárquica assinalamos aquela com maior hierarquia. Uma notícia que consulte o governador e um secretário, a preferência se deu pelo chefe-do-Executivo.

GRÁFICO 13
Distribuição entre fontes governamentais (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

Justiça proíbe demissões em mais cinco fundações. A notícia do ZH, do dia 6 de janeiro de 2017 aborda a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Regional de suspender a demissão de servidores públicos de fundações em risco de serem extintas ou privatizadas. O texto apresenta a decisão e mais nenhuma fonte. Não existe a versão do governo. Nem mesmo o ponto de vista daqueles que entraram com a ação. Uma explicação possível é de que não caberiam interpretações sobre uma decisão judicial. Esse texto não é isolado. Faz parte de mais da metade da cobertura governamental que não apresenta nenhuma fonte governamental. No *Zero Hora*, dos 500 textos sem fontes governamentais, 240 não mencionaram consultas a qualquer pessoa ou documento. No *Correio do Povo* é ainda maior a diferença. Apenas 178 de 576 não apresentaram qualquer fonte.

O fato de existirem 260 e 398 textos, no *Zero Hora* e *Correio do Povo*, sem qualquer fonte chama a atenção para o contraponto e/os diversos pontos de vista sobre determinado evento. No ZH, 155 dos textos sem fonte governamental possuem enquadramento positivo, 146 equilibrado e 199 negativo. No CP, a distribuição é: 180 positivo, 141 equilibrado e 255 negativo. Observamos que os dois periódicos apresentam pelo menos um terço do noticiário sem fonte governamental (cerca de 20% da cobertura total). Isto é, sem o contraditório, a chance de argumentar ou se defender contra possíveis acusações ou posicionamentos contrários ao Poder Executivo.

Se, por determinado ângulo, a falta de fontes governamentais não implica grandes controvérsias a respeito da imagem do Poder Executivo, em outras ocasiões isso pode ser sentido de uma forma mais direta. Em *Banrisul terá de devolver juros*, no dia 28 de dezembro de 2016, o CP apenas informa, de maneira resumida, o que significa a negativa da justiça a uma ação do banco que envolvia os servidores públicos. Na mesma edição, a matéria *Greve completa uma semana em hospital*, o governo estadual foi incluído na pauta, como o responsável por liberar os recursos para quitação das dívidas. Contudo, em nenhum momento existe a fala da instituição, contentando-se o texto com as palavras do administrador do hospital.

É importante destacarmos que o comportamento é consequência de uma rotina jornalística que não tende a se aprofundar sobre os acontecimentos, seja pelo limite de tempo, seja pela pouca importância dada a eles, seja pela ausência de espaço. Nesse último caso, o repórter teria que cumprir com o dever de ouvir os lados opostos: o gestor do hospital e os grevistas. A rotina profissional é constituída sobre critérios jornalísticos que atendem regras negociadas sobre o que é uma notícia, sobre formatos, uso de fontes e, também, sobre versões a serem apresentadas. De uma forma mais específica, notas de coluna muitas vezes não apresentam fontes nem outros pontos de vista. São um resumo do acontecimento. Em compensação, uma reportagem exige diversos ângulos, muitos documentos e pessoas consultadas. É neste complexo movimento de expectativas e limitações que a cobertura governamental se estabelece.

O uso de fontes governamentais seguiu um padrão semelhante entre os periódicos gaúchos analisados. A preferência foi pelos Secretários de Estado, equivalente a 15,7% e 14,7% do total de textos jornalísticos do *Zero Hora* e *Correio do Povo*, nessa sequência. A importância destes atores responde às expectativas de todos os lados. Se, na visão do governo, o governador e o vice-governador (5,7% no ZH e 4,8% no CP) só dão entrevistas sobre políticas ou posições acerca de temas de extrema relevância e numa perspectiva positiva, cabe aos secretários responder à imprensa, tanto no que condiz a pautas que agradam ao Poder Executivo quanto aos temas críticos. Para a redação, as autoridades que estão na principal posição de uma Secretaria possuem legitimidade suficiente para falar pelo governo.

Em seguida, as fontes mais utilizadas foram os servidores de outro escalão, militares e estatais, parlamentares e outras lideranças políticas. No *Correio do Povo* esse contingente representou 7,4%, 7,8% e 8,1%, respectivamente. No *Zero Hora* significou 6,1%, 7% e 6,2%, nessa ordem. Servidores de outro escalão referem-se aos funcionários

em hierarquias mais baixas. Normalmente, são convocados quando o assunto não tem grande relevância ou a pauta a ser tratada exige uma posição especializada. Um exemplo é o título *Itapuã volta a abrir para visitaçã*o, do dia 6 de janeiro 2017. A matéria do ZH consultou o responsável por administrar o parque Itapuã, que deu detalhes sobre sua reabertura. Outro exemplo é composto por militares e funcionários ligados às estatais, sendo que os primeiros tendem a responder pelas demandas policiais e de segurança pública e os demais às empresas que representam, como o Banrisul. Uma terceira fonte enquadra parlamentares e políticos que são convidados a participar de uma pauta governamental, como é o caso de *Líder do governo articula acordo*, veiculada pelo *Correio do Povo* no dia 25 de novembro de 2016. Nesse caso, o líder do governo à época, Gabriel Souza, se comporta ou como um porta-voz do Poder Executivo. Outras fontes representaram 5,2% no *Correio do Povo* e 6,2% no *Zero Hora*.

6.9.1.2 Fonte Hierárquica

Qual é a preferência: alta ou baixa hierarquia? Para responder, transformamos a variável Fonte Governamental em Fonte Hierárquica. Governador, vice-governador e secretários foram considerados atores no topo da pirâmide. Os demais foram classificados como indivíduos posicionados em funções de menor escalão. A partir daí, aplicamos o qui-quadrado para compreender a relevância do padrão de cobertura desenvolvido pelos impressos analisados. É importante destacarmos que uma associação positiva quer dizer concentração acima da distribuição normal das fontes em níveis mais elevados. A associação negativa revela maior incidência de atores de baixo escalão. No *Correio do Povo* (Quadro 29), a variável manifestou associação de 6,6% nas edições de Domingo⁶⁸⁴; de 6,8% nas de Sexta-feira⁶⁸⁵ e de -4,6% nas de Segunda-feira⁶⁸⁶. Isto é, as duas primeiras preferem consultar secretários e governador. A terceira indica uma inclinação a atores em níveis hierárquicos menos prestigiados.

A Fonte Hierárquica apontou dependência com a Capa⁶⁸⁷. Com um coeficiente de 11,8%, identificou uma tendência à primeira página daqueles textos jornalísticos com fontes consideradas mais ilustres: governador, por exemplo. O Local na Capa⁶⁸⁸ (11,9%)

⁶⁸⁴ X²(1) 4896; P < 0,05

⁶⁸⁵ X²(1) 5220; P < 0,05

⁶⁸⁶ X²(1) 4626; P < 0,05

⁶⁸⁷ X²(1) 15569; P < 0,05

⁶⁸⁸ X²(3) 15981; P < 0,05

apontou uma pré-disposição para ser Manchete Principal ou Manchete na Capa, reforçando a importância dada aos indivíduos do alto escalão. O Local na Página⁶⁸⁹ (14,8%), no mesmo sentido, revelou maior disposição a serem matéria de Meia, Uma ou mais Páginas, espaços nobres. De uma forma clara, as associações apontaram uma divisão de maior ou menor importância dos conteúdos noticiosos. As fontes elevadas tenderam a fazer parte das matérias com potencial de destaque, inclusive a primeira página do jornal. As fontes de hierarquia mais baixa tenderam a ocupar o noticiário com menor interesse.

A editoria de Política⁶⁹⁰ foi formada pelas fontes de baixo escalão, neste caso, pelos políticos e outras lideranças que englobaram a seção responsável por cobrir a Casa de Lei e os bastidores do Poder Executivo. A seção de Cidade⁶⁹¹ também apontou associação negativa. O primeiro teve um coeficiente de -14,5% e o segundo de -6,6%. Já as editorias de Polícia⁶⁹² e Rural⁶⁹³, com associação de 11,5% e 17,2%, priorizaram fontes mais nobres. A editoria de Polícia, devido à violência urbana, mostrou consulta constante à Secretaria de Segurança Pública; já a editoria Rural ligou-se à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

A Coluna⁶⁹⁴ não deu prioridade à Fonte Hierárquica. Com -14,3% no grau de interação, indicaram funções de baixo escalão. É importante lembrar que o formato é uma característica forte da Editoria de Política de ambos os periódicos. As variáveis Notícia⁶⁹⁵ e Reportagem⁶⁹⁶ apresentaram associação positiva de 16% e 8,6%, nesta ordem. Esses foram estilos que permitem um número maior de indivíduos ou documentos consultados, indo de encontro à associação com Tipo de Fonte⁶⁹⁷ (25,2%). Os atores de alta hierarquia tenderam a se fazer presentes nos textos com Fontes Primária e Secundária. Priorizando acontecimentos inéditos, que não são Desdobramento⁶⁹⁸ de outro (-10,1%) e sem dar preferência ao *Frame* Política⁶⁹⁹ (-11,6%), a Fonte Hierárquica está associada aos textos jornalísticos em que predominam os valores-notícia Impacto⁷⁰⁰ (8%) e

⁶⁸⁹ X²(7) 24628; P < 0,05

⁶⁹⁰ X²(1) 23821; P < 0,05

⁶⁹¹ X²(1) 4977; P < 0,05

⁶⁹² X²(1) 14781; P < 0,05

⁶⁹³ X²(1) 33492; P < 0,05

⁶⁹⁴ X²(1) 22915; P < 0,05

⁶⁹⁵ X²(1) 28702; P < 0,05

⁶⁹⁶ X²(1) 8419; P < 0,05

⁶⁹⁷ X²(3) 71389; P < 0,05

⁶⁹⁸ X²(1) 11497; P < 0,05

⁶⁹⁹ X²(1) 15210; P < 0,05

⁷⁰⁰ X²(1) 7293; P < 0,05

Conhecimento⁷⁰¹ (8,2%). Em contrapartida, Polêmica⁷⁰² (-10,7%) e Conflito (- 5,8%)⁷⁰³ privilegiaram fontes de baixo escalão.

A Fonte Hierárquica (governador, vice e secretários) esteve propensa a ser enquadrada de forma favorável. Título Promoção⁷⁰⁴, Melhor para Morar⁷⁰⁵ e Enquadramento Positivo⁷⁰⁶ indicaram uma dependência, na ordem de 17%, 16,5% e 15,9%. O resultado dos testes, ainda que apontassem uma associação fraca, deu a entender que existia um certo jogo casado entre as pautas que beneficiavam o Poder Executivo e as autoridades no topo da pirâmide. Em outras palavras, havia um padrão que relacionava matérias positivas com citações ou informações advindas de políticos graduados. Cabe ressaltar que a promoção destes políticos é uma característica dos *releases* que não só buscaram publicar uma pauta de interesse, como trabalhar na divulgação de seus assessorados. A variável ainda obteve uma associação de 26,7% com Participação⁷⁰⁷, sugerindo que o Poder Executivo teve uma presença ativa nessas matérias, ou seja, propositiva, de terem sido uma voz ativa no acontecimento.

⁷⁰¹ X²(1) 7505; P < 0,05

⁷⁰² X²(1) 12971; P < 0,05

⁷⁰³ X²(1) 3856 P < 0,05

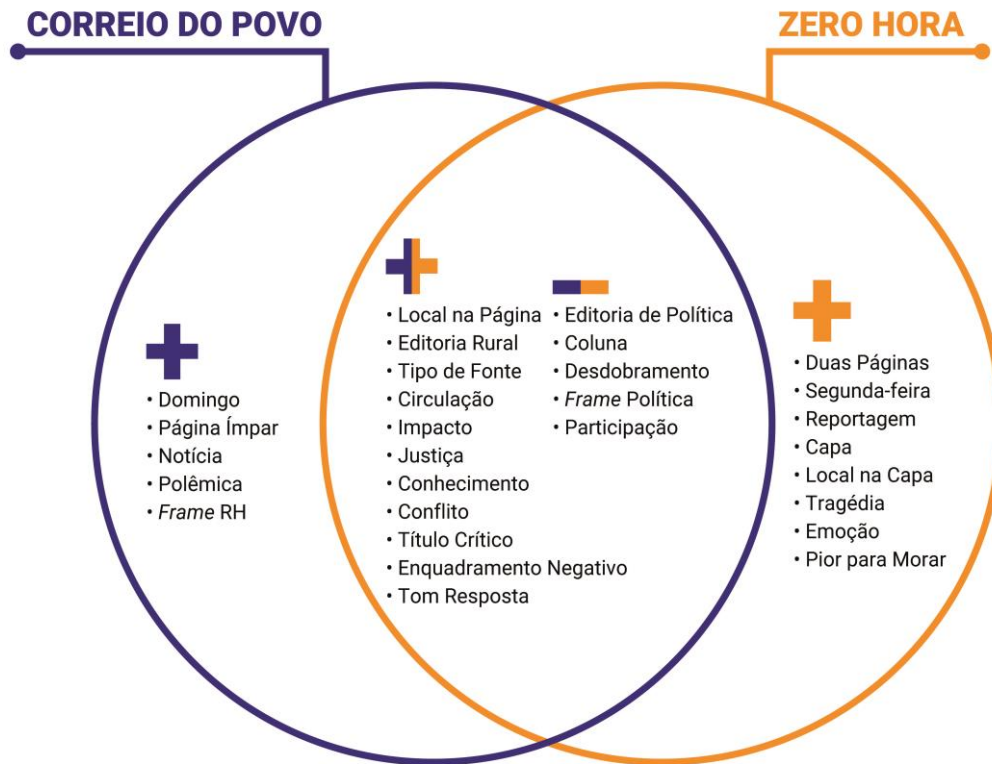
⁷⁰⁴ X²(1) 32543; P < 0,05

⁷⁰⁵ X²(1) 30850; P < 0,05

⁷⁰⁶ X²(1) 28343; P < 0,05

⁷⁰⁷ X²(1) 5521; P < 0,05

QUADRO 29
Variáveis com associação estatística com Fonte Hierárquica



Fonte: Elaborado pelo autor

O periódico da *RBS* não fugiu à regra de seu concorrente. A edição de Segunda-feira⁷⁰⁸ preferiu fontes de alto escalão, enquanto a edição de Fim de Semana⁷⁰⁹, o baixo escalão. O coeficiente foi de 7,6% e -7,6%, respectivamente. A Fonte Hierárquica foi prioridade quando o assunto era a Capa⁷¹⁰ (14,9%). O local na Capa⁷¹¹, com um coeficiente de 16,2%, apontou concentração acima da distribuição normal da Manchete na Capa, reiterando a importância destes atores governamentais. Local na Página⁷¹² (23,7%) mostrou uma pré-disposição àqueles textos jornalísticos com uma ou mais páginas.

Semelhante ao CP, a Editoria de Política⁷¹³ (-10,2%) preferiu fontes de baixo escalão⁷¹⁴, em especial políticos e outras lideranças. Os efeitos puderam ser vistos numa

⁷⁰⁸ X2(1) 5396; P < 0,05

⁷⁰⁹ X2(1) 5436; P < 0,05

⁷¹⁰ X2(1) 20846; P < 0,05

⁷¹¹ X2(3) 24522; P < 0,05

⁷¹² X2(7) 52909; P < 0,05

⁷¹³ X2(1) 9711; P < 0,05

⁷¹⁴ X2(1) 9711; P < 0,05

associação negativa com Coluna, na ordem de -9,4%. O formato e a Editoria de Política tiveram forte interação, como visto anteriormente. Já Polícia⁷¹⁵ e Rural⁷¹⁶ mostraram comportamento oposto, com um coeficiente positivo de 12,1% e 6,9%, respectivamente. As seções revelaram uma proximidade com a Secretária de Segurança Pública e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. A Reportagem⁷¹⁷ apresentou um coeficiente de 22%, replicando na associação com Tipo de Fonte⁷¹⁸, na ordem de 35,3%. As autoridades mais nobres consultadas tenderam a fazer parte das matérias com Fontes Primária e Secundária.

Menos propensos ao noticiário com *Frame* Política⁷¹⁹ (-8,8%), a Fonte Hierárquica participou de matérias com os valores-notícia Impacto⁷²⁰, Violência⁷²¹, Emoção⁷²², Conhecimento⁷²³ e Tragédia⁷²⁴, na ordem de 12,9%, 9,1%, 8,1% e 7,1%, nessa sequência. Diferente do concorrente, no ZH os atores de alto escalão foram fonte nos textos que abordaram a Crise⁷²⁵ do Rio Grande do Sul. O coeficiente foi de 9,8%. Contudo, isso não significou enquadramentos desfavoráveis. Observamos uma associação de 13,9% com Título Promoção⁷²⁶ e 11,3% com Enquadramento Positivo⁷²⁷. A Participação⁷²⁸ também revelou dependência, com um coeficiente de 24,4%, enquanto Personalismo⁷²⁹ indicou 10,4%. O *Zero Hora*, em comparação com o *Correio do Povo*, apresentou uma maior tendência ao governador ser fonte de informação.

6.9.2 Fonte Institucional

A cobertura governamental é idealizada nas relações existentes dentro e fora dos palácios governamentais. Ela ocorre no contato com a população, perpassando diferentes campos e atores sociais. Entre esses, as instituições não governamentais, entidades

⁷¹⁵ X2(1) 9711; P < 0,05

⁷¹⁶ X2(1) 4515; P < 0,05

⁷¹⁷ X2(1) 45457; P < 0,05

⁷¹⁸ X2(3) 117136; P < 0,05

⁷¹⁹ X2(1) 7294; P < 0,05

⁷²⁰ X2(1) 15559; P < 0,05

⁷²¹ X2(1) 7866; P < 0,05

⁷²² X2(1) 6167; P < 0,05

⁷²³ X2(1) 6168; P < 0,05

⁷²⁴ X2(1) 4699; P < 0,05

⁷²⁵ X2(1) 8969; P < 0,05

⁷²⁶ X2(1) 18128; P < 0,05

⁷²⁷ X2(1) 12076; P < 0,05

⁷²⁸ X2(1) 55838; P < 0,05

⁷²⁹ X2(1) 11075; P < 0,05

privadas e organizações associativas, como sindicatos patronais e de servidores públicos, federações, entre outros. As fontes institucionais são reconhecidas como organizações com capacidade de pressionar e/ou interferir nas atividades do Poder Executivo, seja por uma greve, por uma cobrança pública ou negociações em bastidores. Neste contexto, operam como atores determinantes à cobertura jornalística, combinando com determinadas características do periódico (Quadro 30). O *Correio do Povo*, por exemplo, apresentou concentração acima da distribuição normal nas edições de Domingo⁷³⁰, as mais nobres, com coeficiente de 15,2%. A tiragem de fim de semana foi marcada por veicular reportagens com um número maior de fontes. A variável Fonte Institucional tende a fazer parte dos textos jornalísticos publicados na Página ímpar⁷³¹ (10%) e constituídos de uma Página Inteira ou Duas Páginas. Local na Página⁷³² obteve uma associação de 21,8%.

Se a editoria de Política⁷³³ não foi favorável à Fontes Institucional, a editoria Rural⁷³⁴ o foi. A primeira obteve associação negativa de -26,7% e, a segunda, 26,7%. Matérias como *Negócios devem crescer 15%*, do dia 15 de fevereiro de 2017, são comuns na seção sobre o Campo. No texto, representantes dos setores produtivos foram chamados a expor suas expectativas sobre a economia durante o ano. A Coluna⁷³⁵, atributo da seção de Política, apontou um coeficiente negativo, enquanto Notícia⁷³⁶ registrou grau positivo, na ordem de -26,5% e 30,9%, respectivamente. A variável Reportagem não manifestou significância estatística. Tipo de Fonte⁷³⁷ indicou grau de interação de 33,8%, demonstrando uma maior incidência em pautas com Fontes Primária e Secundária.

Prioridade em pautas inéditas, a Fonte Institucional mostrou propensão a fazer parte da cobertura regionalizada. Desdobramento⁷³⁸ obteve uma associação de -6,7% e Circulação⁷³⁹ de 6,1%. Combinou, ainda, com os valores-notícia Conflito⁷⁴⁰, Impacto⁷⁴¹,

⁷³⁰ X2(1) 26043; P < 0,05

⁷³¹ X2(1) 11175; P < 0,05

⁷³² X2(7) 53702; P < 0,05

⁷³³ X2(1) 80444; P < 0,05

⁷³⁴ X2(1) 80071; P < 0,05

⁷³⁵ X2(1) 79205; P < 0,05

⁷³⁶ X2(1) 107508; P < 0,05

⁷³⁷ X2(3) 129013; P < 0,05

⁷³⁸ X2(1) 5083; P < 0,05

⁷³⁹ X2(1) 4211; P < 0,05

⁷⁴⁰ X2(1) 68484; P < 0,05

⁷⁴¹ X2(1) 39429; P < 0,05

Polêmica⁷⁴², Justiça⁷⁴³ e Conhecimento⁷⁴⁴, na ordem de 24,7%, 18,7%, 12,3%, 9% e 7,9%, nessa sequência. A fonte, desta forma, está atrelada à controvérsia, manifestações, greves que são reflexos de uma cobertura desfavorável. Título Crítico⁷⁴⁵ e o Enquadramento Negativo⁷⁴⁶ apresentaram correlação na ordem de 15,3% e 13,9%, respectivamente.

Com maior ligação ao *Frame*⁷⁴⁷ RH (7,3%) e menor disposição em relação ao Enquadramento Político⁷⁴⁸ (-16,6%), a Participação do Poder Executivo nas matérias com Fonte Institucional foi passiva. O coeficiente de -20,2% no cruzamento com Participação⁷⁴⁹ sugeriu que essas fontes tenderam a ser utilizadas nas notícias que apresentavam demandas, fossem econômicas, fossem sociais, políticas ou apenas corporativas. Os efeitos podem ser vistos em uma maior inclinação ao Tom Resposta⁷⁵⁰ (9,6%), quando os atores governamentais são convidados a responder aos questionamentos levantados pelos repórteres.

⁷⁴² X2(1) 17120; P < 0,05

⁷⁴³ X2(1) 9082; P < 0,05

⁷⁴⁴ X2(1) 7046; P < 0,05

⁷⁴⁵ X2(1) 26243; P < 0,05

⁷⁴⁶ X2(1) 21896; P < 0,05

⁷⁴⁷ X2(1) 6038; P < 0,05

⁷⁴⁸ X2(1) 31218; P < 0,05

⁷⁴⁹ X2(1) 46063; P < 0,05

⁷⁵⁰ X2(1) 10375; P < 0,05

QUADRO 30
Variáveis com associação estatística com Fonte Institucional



Fonte: Elaborado pelo autor

Neste quesito, *Zero Hora* segue um padrão com algumas características em comum com o concorrente. Com coeficiente de 21%, *Duas Páginas*⁷⁵¹ revelou preferência por matérias expostas em mais de uma página. Fonte Institucional obteve concentração acima da distribuição normal à Segunda-feira⁷⁵², na ordem de 8,4%. Da mesma forma que o *Correio do Povo*, a editoria de Política⁷⁵³ manifestou associação negativa, enquanto a Rural⁷⁵⁴, positiva, na casa de -24,6% e 27,4%, respectivamente. A variável Coluna⁷⁵⁵ também seguiu a regra, com um coeficiente de -15,9%. Reportagem⁷⁵⁶ demonstrou interação de 28,6%. Notícia não expressou significância estatística.

A preferência pelas reportagens pode ser observada na pré-disposição às Fontes Primária e Secundária. Tipo de Fonte⁷⁵⁷, com associação de 42%, indicou que a Fonte

⁷⁵¹ X2(1) 41351; P < 0,05

⁷⁵² X2(1) 6708; P < 0,05

⁷⁵³ X2(1) 56929; P < 0,05

⁷⁵⁴ X2(1) 70383; P < 0,05

⁷⁵⁵ X2(1) 23859; P < 0,05

⁷⁵⁶ X2(1) 77020; P < 0,05

⁷⁵⁷ X2(3) 165986; P < 0,05

Institucional funcionava como um atributo complementar, que fortalecia a pluralidade dos textos jornalísticos. As matérias com essa fonte de informação relevaram uma tendência à Capa⁷⁵⁸, na ordem de 15,2%. Local na Capa⁷⁵⁹, com 16,3%, apontou preferência pelas manchetes na primeira página, reiterando sua relevância para a cobertura governamental. Tais textos ainda priorizam o inédito e uma abordagem regionalizada. Desdobramento⁷⁶⁰ e Circulação⁷⁶¹ obtiveram coeficiente de -7,2% e 6,2%, nessa ordem.

Fonte Hierárquica é uma variável que interage com o noticiário contendo os valores-notícia Impacto⁷⁶², Conhecimento⁷⁶³, Emoção⁷⁶⁴, Conflito⁷⁶⁵, Tragédia⁷⁶⁶ e Justiça⁷⁶⁷, com coeficiente na ordem de 19,6%, 18,4%, 11%, 10,5%, 8,9% e 7,6%. A prioridade consistiu em uma abordagem com atores em escalões menores do Poder Executivo, sugerida pela associação de -6,8% com Notoriedade Hierárquica⁷⁶⁸. Por outro lado, Personalismo⁷⁶⁹ obteve grau de interação de -7,9%.

Evitando os assuntos com *Frame* Política⁷⁷⁰ (-15,2%), o *Zero Hora* repetiu o padrão do *Correio do Povo* ao associar a Fonte Hierárquica à uma postura mais desfavorável ao governo. Pior para Morar⁷⁷¹, Título Crítico⁷⁷² e Enquadramento Negativo⁷⁷³ apresentaram coeficiente de 15,5%, 12,9% e 12,3%, respectivamente. Participação⁷⁷⁴ (-8,3%) indicou um comportamento passivo do Poder Executivo, ao ser convidado a responder sobre as demandas, entre outros, dos grupos organizados. Tom Resposta⁷⁷⁵, reiterando essa conduta, indicou associação de 14,8%.

⁷⁵⁸ X2(1) 21681; P < 0,05

⁷⁵⁹ X2(3) 25031; P < 0,05

⁷⁶⁰ X2(1) 4826; P < 0,05

⁷⁶¹ X2(1) 3616; P < 0,05

⁷⁶² X2(1) 36199; P < 0,05

⁷⁶³ X2(1) 31728; P < 0,05

⁷⁶⁴ X2(1) 11300; P < 0,05

⁷⁶⁵ X2(1) 10347; P < 0,05

⁷⁶⁶ X2(1) 7434; P < 0,05

⁷⁶⁷ X2(1) 5907; P < 0,05

⁷⁶⁸ X2(1) 4293; P < 0,05

⁷⁶⁹ X2(1) 5917; P < 0,05

⁷⁷⁰ X2(1) 21684; P < 0,05

⁷⁷¹ X2(1) 22498; P < 0,05

⁷⁷² X2(1) 15736; P < 0,05

⁷⁷³ X2(1) 14172; P < 0,05

⁷⁷⁴ X2(1) 6485; P < 0,05

⁷⁷⁵ X2(1) 20641; P < 0,05

6.9.3 Fonte Especializada

Previsão de mais chuva deixa o RS em alerta. A matéria do dia 18 de outubro do *Zero Hora* só fará sentido se houver uma fonte especializada. Isto é, não é qualquer um que pode afirmar se irá chover, fazer frio ou cair neve, por exemplo. A meteorologia depende de imagens, equipamentos e da interpretação de um responsável qualificado e reconhecido para abordar tal assunto. A fonte especializada, geralmente, é utilizada para legitimar determinada informação. É dada por alguém único, que não pode ser substituído por qualquer sujeito ou fonte de informação. Na cobertura do Poder Executivo, a Fonte Especializada interage ou complementa o depoimento de testemunhas, a consulta a documentos e a fala de atores em instituições governamentais. No *Correio do Povo*, esse tipo de fonte apareceu associado às edições de Domingo⁷⁷⁶, com um coeficiente de 20,4%, como pode ser visto no Quadro 31.

A Fonte Especializada tende a estar presente em textos jornalísticos que ocupam Duas Páginas⁷⁷⁷. O índice de 27,7% apontou seu uso como forma complementar às matérias mais profundas. Tipo de Fonte⁷⁷⁸, com associação na ordem de 16%, mostrou predominância das Fontes Primária e Secundária, deixando a característica suplementar a outros atores e documentos. Reportagem⁷⁷⁹ indicou associação de 23,5%, enquanto Coluna⁷⁸⁰, -10,4%. A primeira é definida por um formato que exige número maior de fontes e um trabalho mais completo de apuração, ao passo que a segunda é reconhecida por breves informações sobre determinado evento ou acontecimento noticiável.

Os textos jornalísticos que usufruem da Fonte Especializada apresentaram maior tendência à Capa⁷⁸¹, com 5,9%. O Local na Página⁷⁸², com coeficiente de 9,5%, apontou concentração acima da distribuição normal nas Manchetes Principais. Fonte Especializada, entretanto, não fez parte do arco preferencial da Editoria de Política⁷⁸³, nem do *Frame* Político⁷⁸⁴. O coeficiente foi de -8% e -7,1%, respectivamente. Em

⁷⁷⁶ X2(1) 46907; P < 0,05

⁷⁷⁷ X2(1) 86462; P < 0,05

⁷⁷⁸ X2(3) 28932; P < 0,05

⁷⁷⁹ X2(1) 62347; P < 0,05

⁷⁸⁰ X2(1) 12425; P < 0,05

⁷⁸¹ X2(1) 3862; P < 0,05

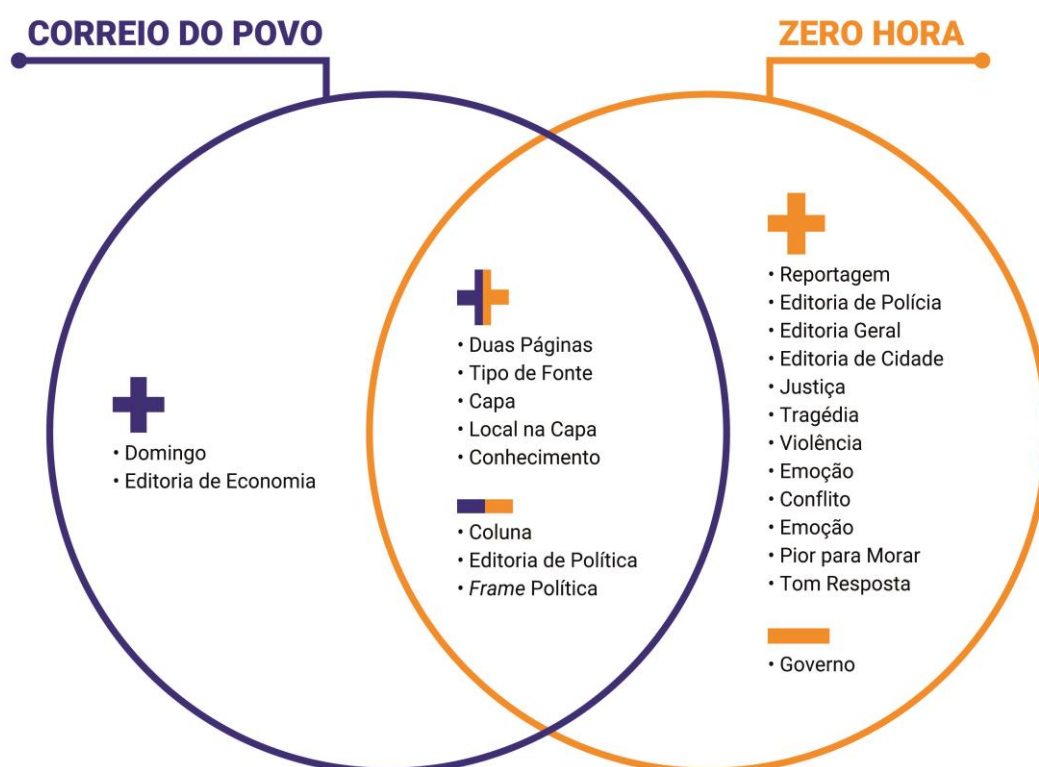
⁷⁸² X2(7) 10148; P < 0,05

⁷⁸³ X2(1) 7152; P < 0,05

⁷⁸⁴ X2(1) 5615; P < 0,05

compensação, a editoria de Economia⁷⁸⁵ apresentou associação de 7,4%. Reconhecida pelos temas complexos aos olhos dos cidadãos comuns, a economia utiliza de especialistas para explicar, contextualizar e interpretar os números que marcam as pautas sobre finanças. O valor-notícia Conhecimento⁷⁸⁶ expressou concentração acima da distribuição normal, na ordem de 10,2%.

QUADRO 31 Variáveis com associação estatística com Fonte Especializada



Fonte: Elaborado pelo autor

Zero Hora manifestou correlação com Duas Páginas⁷⁸⁷, na ordem de 40,5% para a Fonte Especializada. Já Tipo de Fonte⁷⁸⁸ obteve grau de interação de 31,3%, indicando inclinação em direção às Fontes Primária e Secundária. Os resultados reforçam o entendimento da Fonte Especializada como complementar, que legitima determinado acontecimento retratado, em Reportagens⁷⁸⁹. O formato obteve um coeficiente de 45,7%, que talvez demonstre a necessidade de interpretar os fatos com base na análise de

⁷⁸⁵ X²(1) 6254; P < 0,05

⁷⁸⁶ X²(1) 11783; P < 0,05

⁷⁸⁷ X²(1) 153964; P < 0,05

⁷⁸⁸ X²(3) 91950; P < 0,05

⁷⁸⁹ X²(1) 196502; P < 0,05

especialistas. Os textos com especialistas tenderam a ir à Capa⁷⁹⁰, sobretudo, como Manchete na Capa. A associação foi de 27,9% com a primeira e de 29,6%, com Local na Capa⁷⁹¹. Já Coluna⁷⁹², formato que se caracteriza pela consulta a poucas fontes, apresentou coeficiente negativo de -28,9%.

Ao evitar o *Frame* Política⁷⁹³ (-14,4%) e a Editoria de Política⁷⁹⁴ (-22,7%), a categoria Fonte Especializada apontou associação positiva com as seções de Cidade⁷⁹⁵, Polícia⁷⁹⁶ e Geral⁷⁹⁷, na ordem de 15,9%, 12,4% e 7,1%, nessa sequência. Os especialistas ainda se associaram às pautas com os valores-notícia Conhecimento⁷⁹⁸, Justiça⁷⁹⁹, Tragédia⁸⁰⁰, Emoção⁸⁰¹, Violência⁸⁰² e Conflito⁸⁰³, na casa de 26,6%, 17,9%, 16,8%, 15,3%, 12,5% e 7,1%, respectivamente. Governo⁸⁰⁴, reconhecido pelas atividades ordinárias da instituição, expressou um coeficiente de -12,1%. A Fonte Especializada esteve atrelada às variáveis Pior para Morar⁸⁰⁵ e Tom Resposta⁸⁰⁶, ambas na ordem de 8,2%. Autoridades do Poder Executivo foram frequentemente convocadas a responderem sobre as demandas que representam o Rio Grande do Sul como um estado com problemas sociais e/ou econômicos.

6.9.4 Fonte Cidadã

A voz do povo. A Fonte Cidadã é o popular, o indivíduo que passa na rua, que testemunhou determinado acontecimento ou evento. Ele não é convidado a falar pela sua especialidade ou por representar determinada entidade ou instituição pública. Ele é um representante da população, do representado, sujeito a quem o político eleito deve prestar contas. É a participação dos que convivem com as consequências das decisões

⁷⁹⁰ X2(1) 73221; P < 0,05

⁷⁹¹ X2(3) 82513; P < 0,05

⁷⁹² X2(1) 78636; P < 0,05

⁷⁹³ X2(1) 19568; P < 0,05

⁷⁹⁴ X2(1) 48296; P < 0,05

⁷⁹⁵ X2(1) 23657; P < 0,05

⁷⁹⁶ X2(1) 14493; P < 0,05

⁷⁹⁷ X2(1) 4743; P < 0,05

⁷⁹⁸ X2(1) 66369; P < 0,05

⁷⁹⁹ X2(1) 30210; P < 0,05

⁸⁰⁰ X2(1) 26673; P < 0,05

⁸⁰¹ X2(1) 22126; P < 0,05

⁸⁰² X2(1) 14736; P < 0,05

⁸⁰³ X2(1) 4699; P < 0,05

⁸⁰⁴ X2(1) 13745; P < 0,05

⁸⁰⁵ X2(1) 6282; P < 0,05

⁸⁰⁶ X2(1) 6338; P < 0,05

governamentais. No dia a dia, as fontes cidadãos cumprem com algumas características pré-determinadas dos que não fazem parte dos consensos, dos grupos hegemônicos que disputam as páginas dos jornais, fora do espectro que influencia o que é notícia.

A Fonte Cidadã respondeu a algumas particularidades da cobertura governamental em nível estadual (ver Quadro 32). No *Correio do Povo*, por exemplo, observamos a concentração acima da distribuição normal nas edições de Domingo⁸⁰⁷, na ordem de 16,1%, caracterizadas por escapar do *hard news* diário, dando espaço às reportagens, com novos olhares aos eventos. A Fonte Cidadã tendeu a serem veiculadas na Página Ímpar⁸⁰⁸, com coeficiente de 5,9%, e em textos com mais de uma página. Duas Páginas⁸⁰⁹ apresentou uma correlação de 22,6%. Trata-se de fonte complementar, que combina com a preferência das Fontes Primária e Secundária. Tipo de Fonte⁸¹⁰ obteve associação de 16,7%.

Esquivando-se da Editoria de Política⁸¹¹ (-17,1%) e do *Frame* Política⁸¹² (-10,6%), a Fonte Cidadã não combinou com a Coluna⁸¹³. O formato apresentou associação negativa de -12,5%. Em compensação, foi positivo, na ordem de 8,6% e 18,5% com Notícia⁸¹⁴ e Reportagem⁸¹⁵, reiterando a qualidade de fonte complementar, nas matérias com a exigência de um número maior de indivíduos e documentos para imprimir credibilidade ao relato. Empregada preferencialmente na editoria de Cidade⁸¹⁶ (14,9%) e abordando uma realidade municipal⁸¹⁷ (13,4%), aquela em que o sujeito vive, a Fonte Cidadã interagiu positivamente com os valores-notícia Conflito⁸¹⁸, Impacto⁸¹⁹, Violência⁸²⁰, Tragédia⁸²¹ e Emoção⁸²², 16,6%, 16,4%, 9,6%, 7,2% e 5,8%, nesta ordem.

A Fonte Cidadã está associada à não presença do governador. Personalismo⁸²³ apresentou coeficiente de -6,1%. A inclinação de não citar Sartori minimiza relativamente

⁸⁰⁷ X2(1) 3944; P < 0,05

⁸⁰⁸ X2(1) 5521; P < 0,05

⁸⁰⁹ X2(1) 57559; P < 0,05

⁸¹⁰ X2(3) 31595; P < 0,05

⁸¹¹ X2(1) 32838; P < 0,05

⁸¹² X2(1) 12571; P < 0,05

⁸¹³ X2(1) 17475; P < 0,05

⁸¹⁴ X2(1) 8351; P < 0,05

⁸¹⁵ X2(1) 38396; P < 0,05

⁸¹⁶ X2(1) 24981; P < 0,05

⁸¹⁷ X2(1) 20359; P < 0,05

⁸¹⁸ X2(1) 31152; P < 0,05

⁸¹⁹ X2(1) 30946; P < 0,05

⁸²⁰ X2(1) 10374; P < 0,05

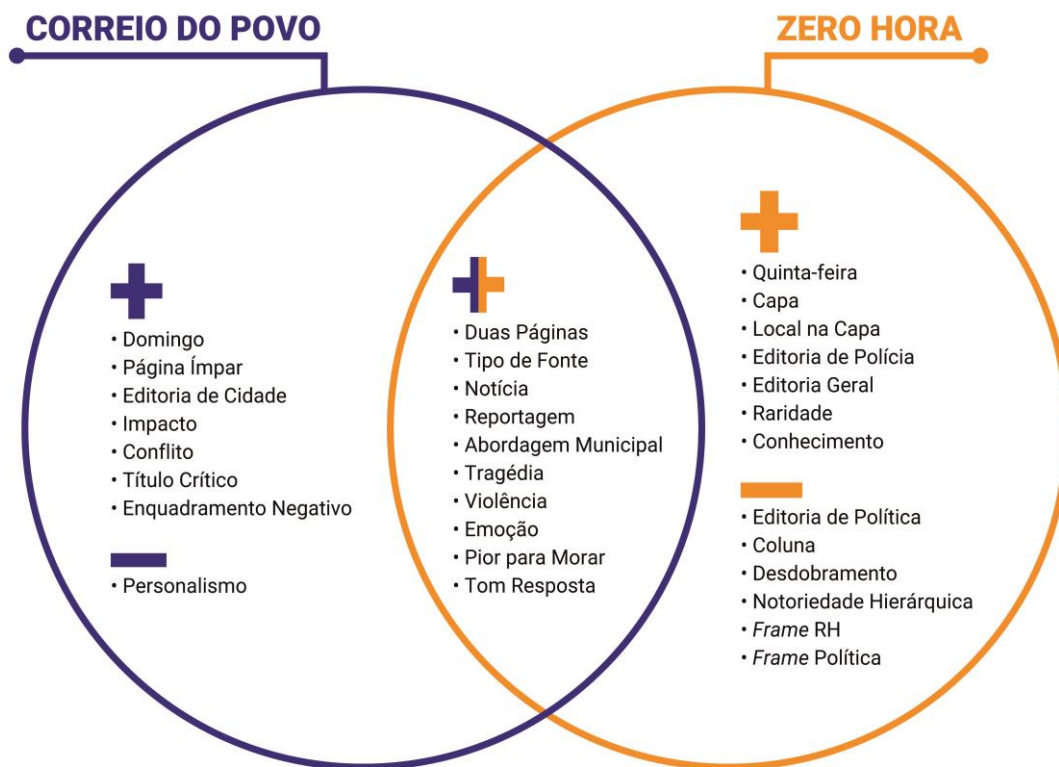
⁸²¹ X2(1) 5858; P < 0,05

⁸²² X2(1) 3829; P < 0,05

⁸²³ X2(1) 4127; P < 0,05

a cobertura contrária ao Poder Executivo. Pior para Morar⁸²⁴, Enquadramento Negativo⁸²⁵ e Título Crítico⁸²⁶, manifestaram correlação, na ordem de 10,9%, 9,2% e 7,3%, respectivamente. Tom Resposta⁸²⁷ (6,9%) funcionou como forma de responder aos questionamentos levantados pelos cidadãos, por meio dos repórteres.

QUADRO 32
Variáveis com associação estatística com Fonte Cidadã



Fonte: Elaborado pelo autor

No *Zero Hora*, Quinta-feira⁸²⁸ (6,5%) são dias favoráveis à Fonte Cidadã. A variável indicou associação com Duas Páginas⁸²⁹, na ordem de 26,6%, repetindo o padrão da concorrente. As matérias com esta fonte são mais valorizadas no ZH do que no CP. A Capa⁸³⁰ apontou coeficiente de 14,3% e Local na Capa⁸³¹, de 19%. A preferência foi por Chamada de Capa, seguida de Manchete Principal. No periódico, evitou-se o uso da voz

⁸²⁴ X2(1) 13307; P < 0,05

⁸²⁵ X2(1) 9475; P < 0,05

⁸²⁶ X2(1) 5960; P < 0,05

⁸²⁷ X2(1) 5345; P < 0,05

⁸²⁸ X2(1) 3929; P < 0,05

⁸²⁹ X2(1) 66417; P < 0,05

⁸³⁰ X2(1) 19255; P < 0,05

⁸³¹ X2(3) 5521; P < 0,05

cidadã na Editoria de Política⁸³² e priorizaram-se as editorias de Polícia⁸³³ e Geral⁸³⁴. A seção Política obteve grau de interação de -20%. O segundo e terceiro lugares obtiveram índices de 16,8% e 9,4%.

Coluna⁸³⁵ não foi espaço favorável à Fonte Cidadã (-22,4%). Em oposição, Reportagem⁸³⁶, com 30,6% favorável à Fonte Cidadã, e Notícia⁸³⁷, com 7,1%, comprovaram a importância da presença do indivíduo comum no relato noticioso. A qualidade de uma fonte complementar, especialmente em formatos que permitem uma maior variedade de fontes de informação, é reiterada pelo Tipo de Fonte⁸³⁸. O coeficiente de 22,3% apontou maior incidência das Primária e Secundária. A variável também está associada as pautas inéditas. Desdobramento⁸³⁹ apontou associação negativa, na casa de -11,2%.

Abordando as pautas governamentais em um nível municipal⁸⁴⁰ (22,7%), a variável Fonte Cidadã fez parte de matérias que retratavam eventos relacionados ao baixo escalão do Poder Executivo. A variável manifestou associação de -17,4% com Notoriedade Hierárquica⁸⁴¹, e com os valores-notícia Tragédia⁸⁴², Violência⁸⁴³, Emoção⁸⁴⁴, Raridade⁸⁴⁵ e Conhecimento⁸⁴⁶, na ordem de 26,1%, 21,2%, 20,3%, 13,1% e 8,6%, nesta sequência. A fonte Cidadã não teve vocação para os *Frames* RH⁸⁴⁷ (-8,8%) e Político⁸⁴⁸ (-12,2%), além de ter apresentado a tendência de estar associada às pautas que demonstram um Estado Pior para Morar⁸⁴⁹, com coeficiente de 12,6%. Já a participação do Poder Executivo tem uma pré-disposição ao Tom Resposta,⁸⁵⁰ com grau de interação de 16,4%.

⁸³² X2(1) 37540; P < 0,05

⁸³³ X2(1) 26400; P < 0,05

⁸³⁴ X2(1) 8241; P < 0,05

⁸³⁵ X2(1) 47274; P < 0,05

⁸³⁶ X2(1) 88256; P < 0,05

⁸³⁷ X2(1) 4786; P < 0,05

⁸³⁸ X2(3) 46759; P < 0,05

⁸³⁹ X2(1) 11690; P < 0,05

⁸⁴⁰ X2(1) 484277; P < 0,05

⁸⁴¹ X2(1) 28355; P < 0,05

⁸⁴² X2(1) 63795; P < 0,05

⁸⁴³ X2(1) 42356; P < 0,05

⁸⁴⁴ X2(1) 38812; P < 0,05

⁸⁴⁵ X2(1) 16246; P < 0,05

⁸⁴⁶ X2(1) 6969; P < 0,05

⁸⁴⁷ X2(1) 7362; P < 0,05

⁸⁴⁸ X2(1) 13971; P < 0,05

⁸⁴⁹ X2(1) 14827; P < 0,05

⁸⁵⁰ X2(1) 25158; P < 0,05

6.9.5 Fonte Assessoria

Hipoteticamente, um repórter, novato na redação, liga ao Palácio do Piratini para falar com determinado secretário. A atendente transfere a ligação para a assessoria de imprensa que intermediará o contato. O assessor questionará a pauta e poderá encaminhar o/a repórter para o/a secretário/a em questão, dependendo da avaliação sobre a polêmica, interesse no tema abordado, relevância do tema, entre outros. O exemplo esconde uma relação contínua e complexa de intercâmbio de interesses entre instituições e atores políticos, representados pelos assessores e jornalistas que cobrem governos. Nesse relacionamento, existem tensões e alinhamentos que influenciam, entre outros aspectos, a participação das Fontes de Assessoria. Compreendemos como Fonte Assessoria todas as informações que são classificadas como oriundas de uma Assessoria de Imprensa e/ou Comunicação ou que advêm de uma pasta sem mencionar o autor: Secretaria de Saúde, Corpo de Bombeiros, Cpers (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul), sindicato da categoria, Federasul (Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul), por exemplo.

O *Correio do Povo* fez circular, no dia 3 de dezembro de 2016, a notícia *Mobilização para combater Aedes*. O texto abre com a seguinte frase: “A Secretaria da Saúde divulgou uma atualização dos números de casos confirmados de dengue, zika e Chikungunya no estado”. Em seguida, a notícia exibiu a quantidade de casos das doenças no Rio Grande do Sul. Nesse caso, consideramos que as informações foram divulgadas por Fonte Assessoria. O mesmo vale para *Cpers protesta contra pacotes federal e do RS*, do dia 19 de dezembro. O jornalista iniciou o segundo parágrafo com: “O Cpers argumenta que as propostas do Executivo alteram a gestão do Estado e atingem diretamente direitos dos servidores públicos”. Aqui a Fonte Assessoria seria a do Cpers.

Em nosso estudo, a Fonte Assessoria apresentou comportamento similar à Institucional, Especializada e Cidadã. No *Zero Hora*, a fonte apontou para uma predisposição em integrar matérias que ocupam Duas Páginas⁸⁵¹, com coeficiente de 21,3%. Também está associada aos textos de Capa⁸⁵², na ordem de 10,9%, em especial às Manchetes secundárias. Local na Capa⁸⁵³ obteve grau de interação de 13%. O ZH repetiu

⁸⁵¹ X2(1) 42461; P < 0,05

⁸⁵² X2(1) 11235; P < 0,05

⁸⁵³ X2(3) 15883; P < 0,05

o padrão de não priorizar esse tipo de fonte na Editoria de Política⁸⁵⁴ (-16,5%). No entanto, a editoria de Polícia⁸⁵⁵ apresentou concentração acima da distribuição normal, na casa de 16,1%. Coluna⁸⁵⁶(-25,4%) não parece ser o espaço predileto de fontes de assessoria, enquanto Notícia⁸⁵⁷ e Reportagem⁸⁵⁸ - com 29,6% e 24,5% -, apresentaram correlação positiva. Tipo de Fonte⁸⁵⁹ apontou uma preferência pelas Fontes Primária e Secundária, na ordem de 49,6%.

Com um elo a Origem Reprodução⁸⁶⁰ (23,4%), consequência dos *press-releases* enviados, a Fonte Assessoria não demonstrou tendência a ser utilizada no Desdobramento⁸⁶¹ dos acontecimentos. A variável apresentou associação negativa de -17,5%. Também carregou como prioridade a Circulação⁸⁶² regionalizada, dentro do escopo de atuação do ZH, que abordou Notoriedade Hierárquica⁸⁶³ relacionada às figuras de baixo escalão. A associação foi de 11,7% e -19,5%. A categoria indicou coeficiente positivo com os valores-notícia Impacto⁸⁶⁴, Conhecimento⁸⁶⁵, Violência⁸⁶⁶, Emoção⁸⁶⁷, Tragédia⁸⁶⁸ e Violência⁸⁶⁹, na ordem de 24,9%, 16,7%, 14,9%, 11,4%, 9,1% e 8,2%, nesta sequência.

Fugindo ao *Frame* Política⁸⁷⁰ (-25,2%), Fonte Assessoria pareceu estar associada à uma cobertura benéfica do Poder Executivo. Título Promoção⁸⁷¹, Enquadramento Positivo⁸⁷² e Melhor para Morar⁸⁷³ apresentaram coeficientes no valor de 11,4%, 9,4% e 8,9%, respectivamente. A Participação⁸⁷⁴ do governo foi ativa, visto o grau de interação pequeno, de 11,1%. Tom é, prioritariamente, Promoção⁸⁷⁵ (8,6%). O resultado foi fruto

⁸⁵⁴ X2(1) 25712; P < 0,05

⁸⁵⁵ X2(1) 24270; P < 0,05

⁸⁵⁶ X2(1) 5521; P < 0,05

⁸⁵⁷ X2(1) 82182; P < 0,05

⁸⁵⁸ X2(1) 56598; P < 0,05

⁸⁵⁹ X2(3) 231425; P < 0,05

⁸⁶⁰ X2(1) 51276; P < 0,05

⁸⁶¹ X2(1) 28631; P < 0,05

⁸⁶² X2(1) 12940; P < 0,05

⁸⁶³ X2(1) 38891; P < 0,05

⁸⁶⁴ X2(1) 58147; P < 0,05

⁸⁶⁵ X2(1) 12322; P < 0,05

⁸⁶⁶ X2(1) 6329; P < 0,05

⁸⁶⁷ X2(1) 26246; P < 0,05

⁸⁶⁸ X2(1) 20865; P < 0,05

⁸⁶⁹ X2(1) 6329; P < 0,05

⁸⁷⁰ X2(1) 59915; P < 0,05

⁸⁷¹ X2(1) 12168; P < 0,05

⁸⁷² X2(1) 8258; P < 0,05

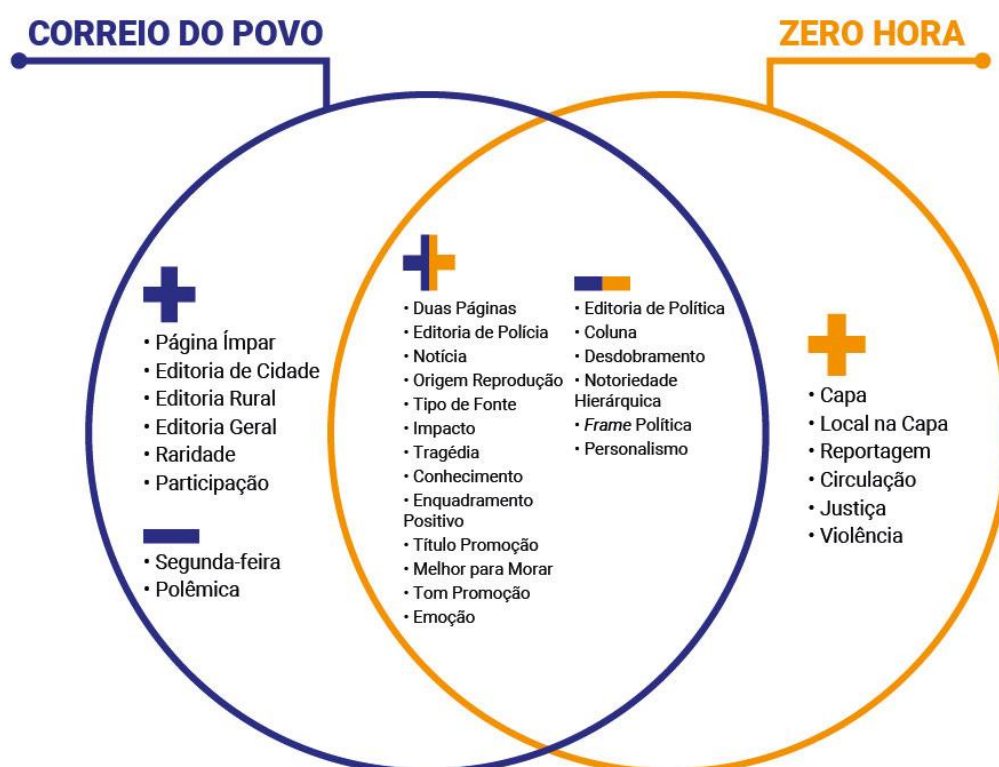
⁸⁷³ X2(1) 7509; P < 0,05

⁸⁷⁴ X2(1) 11684; P < 0,05

⁸⁷⁵ X2(1) 6909; P < 0,05

do trabalho de assessores em divulgar eventos e comunicados de interesse do governo nos jornais de maior relevância no estado. Do lado oposto, encontramos a menor incidência da figura do governador, dada a correlação de -21,2% com a variável Personalismo⁸⁷⁶ (Quadro 33).

QUADRO 33
Variáveis com associação estatística com Fonte Assessoria



Fonte: Elaborado pelo autor

À Segunda-feira⁸⁷⁷, o *Correio do Povo* não se inclinou a divulgar matérias que envolvessem Fontes de Assessoria (-5,8%). No periódico, a variável priorizou a Página Ímpar⁸⁷⁸ e Duas Páginas⁸⁷⁹, com coeficientes de 16,3% e 8%, respectivamente. A seção de Política⁸⁸⁰ não apresentou tendência a esse tipo de fonte, diferentemente das Editorias

⁸⁷⁶ X2(1) 42280; P < 0,05

⁸⁷⁷ X2(1) 3799; P < 0,05

⁸⁷⁸ X2(1) 29808; P < 0,05

⁸⁷⁹ X2(1) 7148; P < 0,05

⁸⁸⁰ X2(1) 16591; P < 0,05

Rural⁸⁸¹, Cidade⁸⁸², Geral⁸⁸³ e Polícia⁸⁸⁴. O primeiro obteve um coeficiente de -32,7%. Os demais manifestaram associação na ordem de 12,9%, 12,1%, 11,6%, 9,6%. Como no veículo concorrente, a Coluna⁸⁸⁵ não é predominante no CP, enquanto Notícia⁸⁸⁶ se destacou, com grau de interação de -31,2% e 28,3%, respectivamente.

Com uma correlação de 31,4% com Origem Reprodução⁸⁸⁷, a Fonte Assessoria apresentou a disposição em fazer parte das matérias com Fontes Primária e Secundária. Tipo de Fonte⁸⁸⁸ indicou grau de interação significativa, na ordem de 39,9%. Desdobramento⁸⁸⁹, com índice negativo de -16,8%, revelou preferência aos acontecimentos inéditos, que não decorrem de cobertura contínua. Fonte Assessoria ainda é uma fonte que retrata o governo em abordagem de baixo escalão. A Notoriedade Hierárquica⁸⁹⁰ manifestou coeficiente de -23,4% no CP. A variável Fonte Assessoria apontou associação com os valores-notícia Emoção⁸⁹¹, Impacto⁸⁹², Tragédia⁸⁹³, Conhecimento⁸⁹⁴ e Raridade⁸⁹⁵, na ordem de 15,4%, 14,8%, 12,1%, 10,9% e 6,6%, nesta sequência. Polêmica, como esperado, deu negativo⁸⁹⁶, na casa de -15,8%.

Distanciando-se do *Frame* Política (- 27,3%), Fonte Assessoria⁸⁹⁷ esteve associada à uma cobertura favorável ao Poder Executivo. Melhor para Morar⁸⁹⁸ (índice de 22,9%), Enquadramento Positivo⁸⁹⁹ (22,8%) e Título Promoção⁹⁰⁰ (20,5%), comprovaram essa assertiva. A Participação⁹⁰¹, como no ZH, também foi ativa, com uma correlação de 6,1%. Já Tom Promoção⁹⁰² indicou uma interação na ordem de 15,6%. Em

⁸⁸¹ X2(1) 18622; P < 0,05

⁸⁸² X2(1) 16591; P < 0,05

⁸⁸³ X2(1) 15239; P < 0,05

⁸⁸⁴ X2(1) 10330; P < 0,05

⁸⁸⁵ X2(1) 109898; P < 0,05

⁸⁸⁶ X2(1) 90375; P < 0,05

⁸⁸⁷ X2(1) 111267; P < 0,05

⁸⁸⁸ X2(3) 179013; P < 0,05

⁸⁸⁹ X2(1) 31717; P < 0,05

⁸⁹⁰ X2(1) 61715; P < 0,05

⁸⁹¹ X2(1) 26782; P < 0,05

⁸⁹² X2(1) 24630; < 0,05

⁸⁹³ X2(1) 16502; P < 0,05

⁸⁹⁴ X2(1) 13286; P < 0,05

⁸⁹⁵ X2(1) 4936; P < 0,05

⁸⁹⁶ X2(1) 28134; P < 0,05

⁸⁹⁷ X2(1) 84237; P < 0,05

⁸⁹⁸ X2(1) 59133; P < 0,05

⁸⁹⁹ X2(1) 58539; P < 0,05

⁹⁰⁰ X2(1) 47464; P < 0,05

⁹⁰¹ X2(1) 4230; P < 0,05

⁹⁰² X2(1) 27363; P < 0,05

oposição, observamos menor disposição em citar o governador, visto a associação de -13,0% com Personalismo⁹⁰³.

6.9.6 Fonte Documental

Schmitz (2014, p. 12) classifica a fonte documental como uma fonte de referência que “[...] fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias”. É um meio de informação que contextualiza, explica e que confere legitimidade a determinado acontecimento. Um Projeto de Lei pode motivar uma coletiva de imprensa do governador. Uma decisão judicial é a base de uma notícia sobre um mandato de segurança, enquanto uma pesquisa de opinião é a sustentação de uma matéria sobre a avaliação de um político. Se o governo não sobrevive sem os registros documentais e o jornalismo não produz conteúdo sem tais arquivos, podemos dizer que as fontes documentais são essenciais para a cobertura governamental.

Definida, normalmente, como uma fonte secundária, que contextualiza os acontecimentos noticiáveis, a documental mantém o padrão das fontes anteriores, sendo complementar aos atores principais (ver Quadro 34). A variável, no *Zero Hora*, indicou correlação com Duas Páginas⁹⁰⁴, na ordem de 32,2%. A fonte estava associada às matérias que tendiam a ir à Capa (18,8%), como Chamada de Capa, seguido de Manchete na Capa⁹⁰⁵. O coeficiente de Local na Página⁹⁰⁶ foi de 19,4%. Revelou ainda uma dependência com a editoria de Política⁹⁰⁷, na casa de -13,4%. *Frame Política*⁹⁰⁸ apontou grau de associação leve, de -9,5%.

Repetindo o padrão, Fonte Documental apresentou, no ZH, associação negativa com Coluna⁹⁰⁹, na ordem de -28,7%, e positiva com Notícia⁹¹⁰ e Reportagem⁹¹¹, na casa de 16,8% e 37,4%. Tipo de Fonte⁹¹², com grau de interação alto de 62,2%, indicou concentração acima da distribuição normal na Fonte Primária e Secundária, reiterando a característica de ser uma fonte complementar. A variável ainda manifestou coeficiente

⁹⁰³ X2(1) 19173; P < 0,05

⁹⁰⁴ X2(1) 97630; P < 0,05

⁹⁰⁵ X2(1) 33239; P < 0,05

⁹⁰⁶ X2(7) 35479; P < 0,05

⁹⁰⁷ X2(1) 15959; P < 0,05

⁹⁰⁸ X2(1) 8435; P < 0,05

⁹⁰⁹ X2(1) 77278; P < 0,05

⁹¹⁰ X2(1) 26501; P < 0,05

⁹¹¹ X2(1) 131736; P < 0,05

⁹¹² X2(3) 363505; P < 0,05

positivo com os valores-notícia Justiça⁹¹³, Impacto⁹¹⁴, Emoção⁹¹⁵, Tragédia⁹¹⁶ Polêmica⁹¹⁷, Violência⁹¹⁸, Conflito⁹¹⁹, na ordem de 28,5%, 22,2%, 15,7%, 13,7%, 11,7%, 10,1 e 9,9%, respectivamente. Raridade⁹²⁰ revelou uma associação negativa de -9,1%.

Incorporada ao noticiário inédito, a variável Desdobramento⁹²¹ apontou associação de -7,5% quando a Fonte Documental foi utilizada em uma cobertura desfavorável ao Poder Executivo. Pior para Morar⁹²², Título Crítico⁹²³ e Enquadramento Negativo⁹²⁴ obtiveram coeficiente de 13,9%, 11,1% e 8,8%, nesta sequência. Tom Resposta⁹²⁵ apontou associação de 17,9%, enquanto o Personalismo⁹²⁶ alcançou o coeficiente de -6,5%. Embora o governo participasse de forma reativa, a responder as demandas levantadas nas notícias, a cobertura contrária ao governo não focou na figura do governador, principal representante do Executivo.

⁹¹³ X2(1) 76461; P < 0,05

⁹¹⁴ X2(1) 46386; P < 0,05

⁹¹⁵ X2(1) 23290; P < 0,05

⁹¹⁶ X2(1) 17756; P < 0,05

⁹¹⁷ X2(1) 12847; P < 0,05

⁹¹⁸ X2(1) 9671; P < 0,05

⁹¹⁹ X2(1) 9148; P < 0,05

⁹²⁰ X2(1) 7814; P < 0,05

⁹²¹ X2(1) 5313; P < 0,05

⁹²² X2(1) 18132; P < 0,05

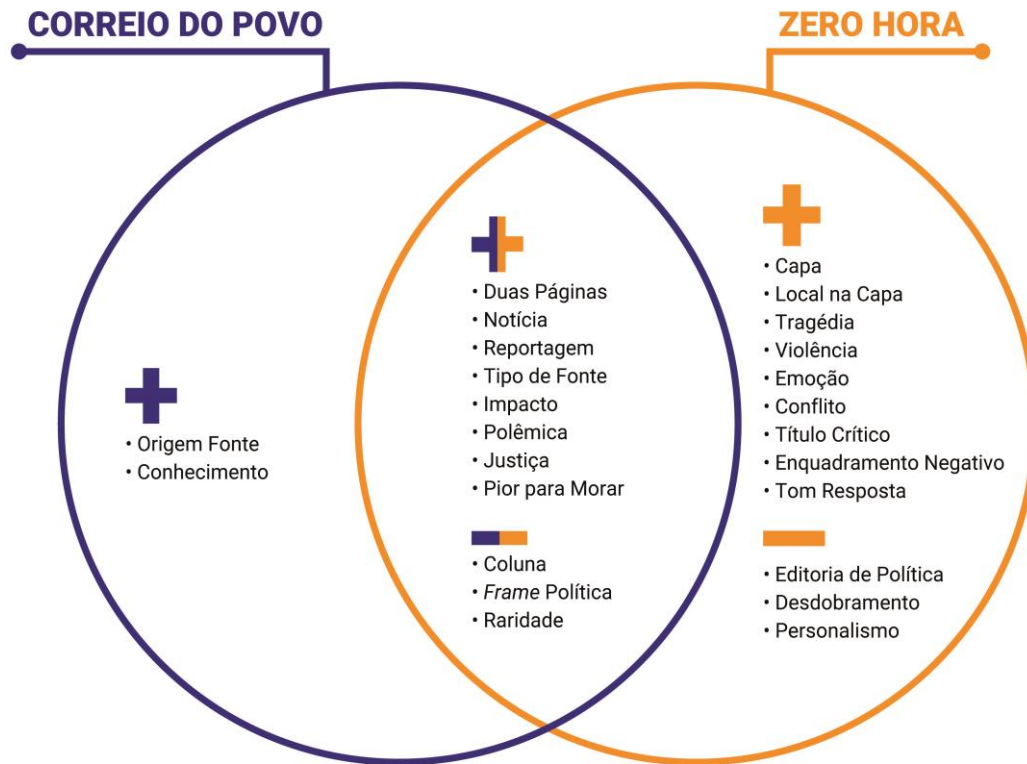
⁹²³ X2(1) 11530; P < 0,05

⁹²⁴ X2(1) 7355; P < 0,05

⁹²⁵ X2(1) 30065; P < 0,05

⁹²⁶ X2(1) 5521; P < 0,05

QUADRO 34
Variáveis com associação estatística com Fonte Documental



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Correio do Povo* registrou dependência com menos variáveis que o *Zero Hora* na variável Fonte Documental, embora tenha mantido o padrão das fontes anteriores. A Fonte Documental⁹²⁷ apontou correlação de 12,6% com Duas Páginas. Coluna⁹²⁸ mostrou coeficiente negativo de -12,1% ao mesmo tempo em que Notícia⁹²⁹ e Reportagem⁹³⁰ expressaram índices na ordem de 12,9% e 8,4%. Origem tendeu a ser da Fonte⁹³¹ (11,5), enquanto a Fonte Documental se enquadrou, prioritariamente, em textos jornalísticos com Fontes Secundárias. Tipo de Fonte⁹³² apontou coeficiente de 44,3%.

⁹²⁷ X2(1) 5521; P < 0,05

⁹²⁸ X2(1) 16476; P < 0,05

⁹²⁹ X2(1) 18677; P < 0,05

⁹³⁰ X2(1) 8423; P < 0,05

⁹³¹ X2(1) 14870; P < 0,05

⁹³² X2(3) 221358; P < 0,05

Evitando o *Frame* Política⁹³³ (-8,6%), a variável apontou associação com Justiça⁹³⁴ Impacto⁹³⁵, Conhecimento⁹³⁶ e Polêmica⁹³⁷, na ordem de 21%, 14,5%, 11,4% e 7,6%, respectivamente. Raridade⁹³⁸ apontou uma direção contrária, com -8,5%. Sem apresentar significância estatística com Enquadramento Negativo e Título Crítico, como a concorrente, indicou uma leve concentração acima da distribuição normal com Pior para Morar, na casa de 5,9%.

6.10 Desdobramento

A cobertura jornalística é contínua. Ela agrega acontecimentos únicos, que apenas um texto dá conta de informar sobre o ocorrido, e outros que demandam explicações em mais de uma matéria ou edição do jornal. Uma crise na segurança pública, por exemplo, depende de uma série de textos que contextualizam e relatam as consequências de tal momento. Já um acidente de carro não exige grande repercussão. A cobertura governamental, desta maneira, é dividida entre aquelas matérias inéditas, que não decorrem de outro evento, e aquelas que são desdobramento de fatos já noticiados, que, normalmente, fazem parte de acontecimentos com maior repercussão aos olhos dos veículos de comunicação, como podemos observar no Gráfico 14.

⁹³³ X²(1) 8274; P < 0,05

⁹³⁴ X²(1) 49541; P < 0,05

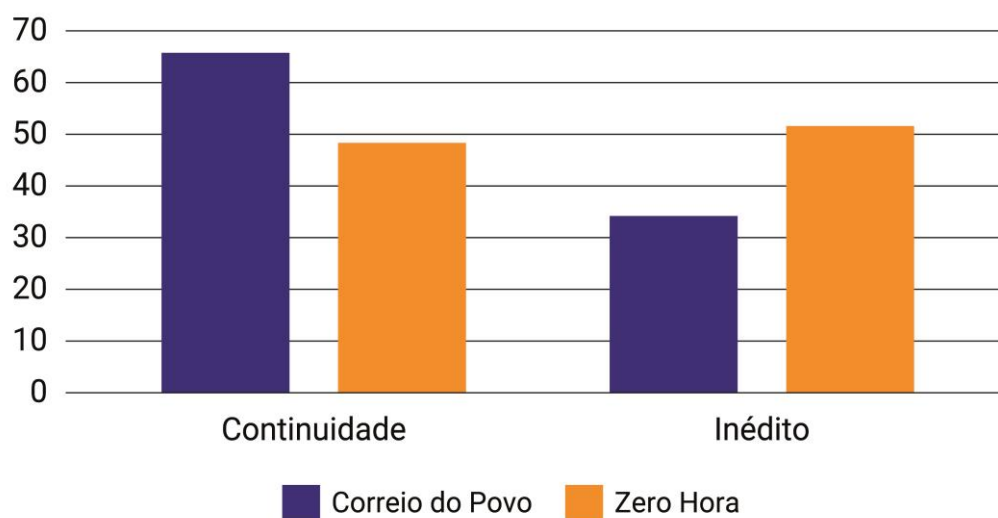
⁹³⁵ X²(1) 5521; P < 0,05

⁹³⁶ X²(1) 14531; P < 0,05

⁹³⁷ X²(1) 6464; P < 0,05

⁹³⁸ X²(1) 8133; P < 0,05

GRÁFICO 14
Distribuição da variável Desdobramento (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

A cobertura governamental desenvolvida pelo *Correio do Povo* e *Zero Hora* foram distintas neste aspecto. Enquanto cerca de dois terços dos textos jornalísticos (617) do CP foram destinados às pautas de desdobramento, o ZH circulou matérias com cunho inédito em um pouco mais da metade de seus textos, 580 ao total, ou 51,5%. A diferença pode ser compreendida no maior número de textos veiculados pelo *Correio do Povo*, 20% a mais do que o periódico da *RBS* e, principalmente, pelo perfil do jornal. O impresso do *Grupo Record* deu preferência à notícia, relatos mais curtos, potencializando um maior número de pautas abordadas. Seu concorrente, em contrapartida, lançou mão com mais frequência da Coluna e Reportagem. O primeiro foi, geralmente, de autoria de setoristas que cobriam, continuamente, o Piratini. Já o segundo, normalmente, retratou os eventos mais importantes, apresentando elementos mais profundos e diversos de acontecimentos que faziam parte do cotidiano do Poder Executivo.

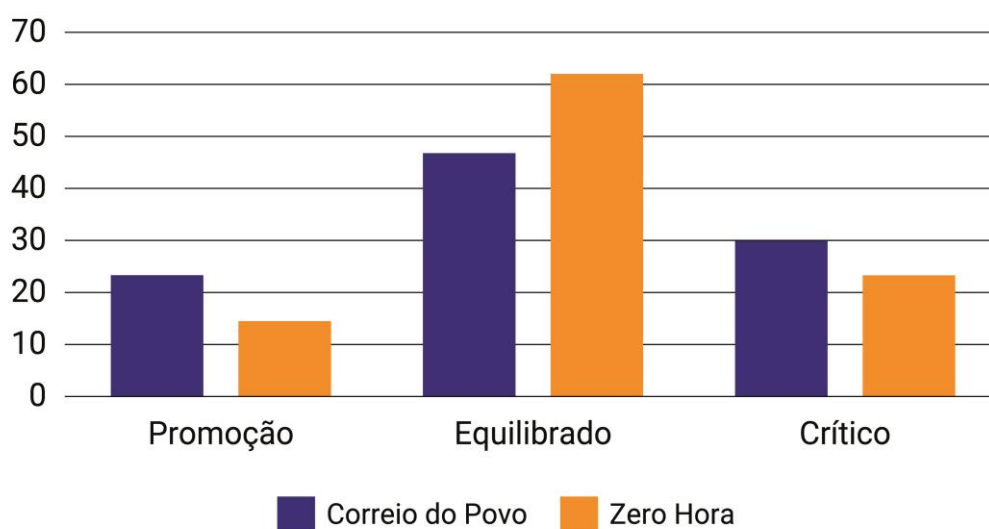
Cabe ressaltar que a desproporcionalidade não é motivada pela cobertura da crise. Do total, 444 textos do CP que abordaram a crise foram classificados como desdobramento. No ZH, o número foi de 431. No dia 24 de novembro de 2016, o periódico do *RBS* veiculou o editorial, intitulado *O pacto dos desesperados*, no qual avaliou a pacto de socorro aos Estados do governo federal. O tema foi pauta constante durante todo o período de análise. Outro exemplo é a coluna de Taline Oppitz do dia 13 de janeiro de 2017, no *Correio do Povo*, que também abordou o mesmo assunto. O título

foi *Pressão do Ministério*. Por outro lado, há aquelas matérias que decorrem de outras, mas que não abordaram a crise do Rio Grande do Sul. É o caso de *#Forçachape: clubes e entidades prestam homenagens*, veiculado no dia 30 novembro de 2016, e *Horto volta para o Estado*, de 27 de janeiro de 2017. A primeira, no *Zero Hora*, cobriu o acidente fatal da Chapecoense, incluindo a participação do governo gaúcho. A segunda, do *Correio do Povo*, tratou da continuação da discussão sobre o que fazer com o Horto, parque localizado em Tramandaí, no litoral norte.

6.11 Título

“Um bom título acrescenta valor a uma peça jornalística” (SOUZA, 2001, p. 200). A citação do português marca a relevância e o desafio de se construir um título chamativo, sedutor e que sintetize as principais informações. Eles operam como um componente que prende o leitor a ponto de guiá-lo ao texto, as partes principais da notícia. “Funcionam como primeiro nível informativo de um leitor, e deles depende, em grande medida, a compra e a leitura de um jornal” (SOUZA, 2001, p. 201), aproximando-se da publicidade. Há, de acordo com o autor, uma função de reclame, que permite dar publicidade a determinada matéria. É ainda um elemento de subjetividade, visto os sentidos opostos que a escolha de palavras pode provocar, de maneira que os títulos possam indicar um posicionamento favorável ou contrário. É possível, de um lado, apresentar verbos de acusação e/ou de questionamento. Do outro, sentenças que promovem ação ou a imagem dos atores governamentais. Em outros casos, o conteúdo é equilibrado. O Gráfico 15 representa a distribuição dos títulos conforme sua qualidade.

GRÁFICO 15
Distribuição dos títulos (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

Embora a ordem se repita nos dois impressos gaúchos, a distribuição percentual é desproporcional. Nos dois jornais, o Título Equilibrado é dominante, representando aproximadamente metade da cobertura no *Correio do Povo* e cerca de 2/3 dos textos do *Zero Hora*. A categoria é seguida pelo Crítico, equivalente a aproximadamente 30% no CP e 25% no ZH. Por último, Promoção, com cunho favorável ao Poder Executivo, corresponde em torno de 25% dos textos *Correio do Povo* e 15% do *Zero Hora*. Em um primeiro plano, a distribuição revela títulos mais equilibrados do periódico da *RBS* em relação ao concorrente. Contudo, quando examinamos apenas outras duas categorias percebemos que há um posicionamento mais crítico do *Zero Hora*. A diferença entre Título Crítico e Promoção no CP é de 74 textos, ou de 12%. No ZH, a diferença é de 83, o que representa 23%.

A predominância da neutralidade pode ser vista nas principais palavras utilizadas para noticiar o governo estadual. No *Correio do Povo*, Estado ou Rio Grande do Sul estiveram presentes em 80 títulos; Governo ou Piratini, 58; Sartori, 38; Pacote, 31, Novo, 22, Servidores, 15. Em relação aos verbos: Vai, 18; Será, 16; Pode, 16; Quer, 14; Ser, 14; Ser, 13. No *Zero Hora*, a sucessão foi: Estado ou Rio Grande do Sul, 90; Piratini ou Governo, 40; Pacote, 30; Novo, 18; Bannisul, 17; Crise, 17; Preso, 15; Segurança, 15. A sequência verbal foi: Vai, 21; Volta, 14; Tem, 13; Será, 10. Em um olhar mais abrangente, fica evidente que os dois periódicos priorizaram os mesmos sujeitos que

qualificam o Poder Executivo: governo, estado, Piratini. É seguido pela palavra Pacote, referindo-se às propostas de ajustes fiscais de Sartori, e Novo, empregado com alguma frequência para informar sobre uma nova ação governamental ou protestos contra o Executivo.

A posição mais crítica do *Zero Hora* foi enfatizada pelo maior uso das palavras Crise, Bannisul, Preso e Segurança. Os termos faziam alusão ao momento em que o Rio Grande do Sul se encontrava. A estatal esteve no centro da discussão sobre a sua inclusão no plano de recuperação fiscal do governo federal. Os dois últimos referiam-se aos problemas da violência urbana. À época, o estado chegou a pedir ajuda das Forças Nacionais, além de apresentar casos de indivíduos detidos dentro de ônibus, como pode ser comprovado em *Até viatura da Força Nacional virou carceragem de presos*, circulado no dia 3 de março de 2017. É importante destacarmos que, embora com um tom mais crítico, existia uma posição moderada nos títulos, dados os verbos utilizados. Aqueles que mais se repetiram não demonstraram ser verbos de ação fortes, que transmitem sentido de acusação ou de alarmismo a situação abordada ou sobre os atores do Poder Executivo.

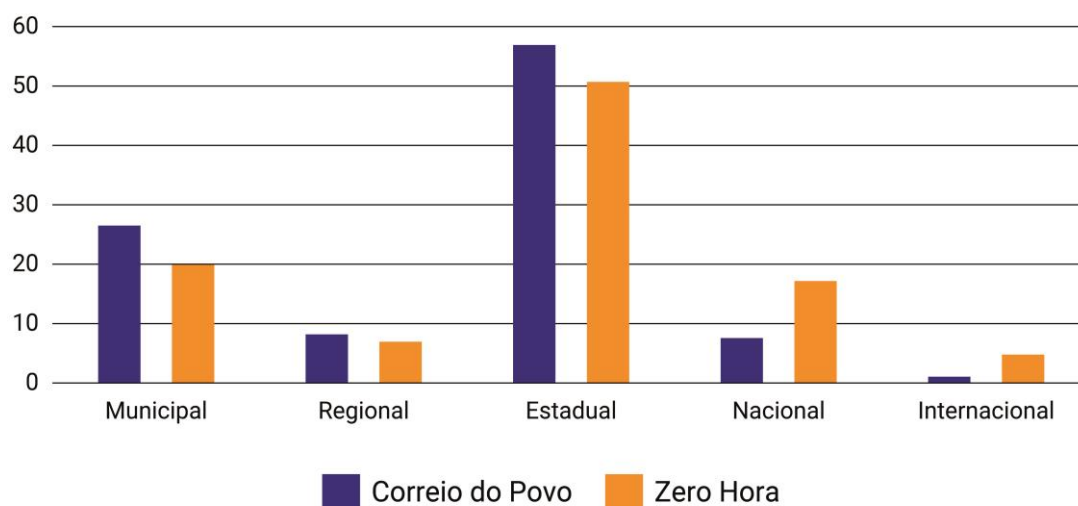
6.12 Proximidade

Seixas (2018, p. 357) compreende que a “proximidade geográfica também define a linha editorial.” Isto é, o que é noticiável, de interesse público, segue um parâmetro diferente dependendo de sua abrangência. A essência do jornalismo regional é a proximidade. É a cobertura dos acontecimentos do cotidiano da população, que faz sentido aos indivíduos inseridos dentro de um território ou que compartilham uma mesma cultura. *O caos no acesso ao sul do Litoral Norte*, publicado na edição do dia 25 de outubro de 2016 do *Correio do Povo*, informou o público sobre as dificuldades para se chegar de automóvel ao litoral. O texto é de fácil entendimento a todos os leitores. Todavia, não oferece as mesmas sensações entre o morador da região em relação a uma pessoa de outro estado. O local vivencia o fato noticiado. Há uma identificação imediata com o fato, reconhecendo aqueles elementos fundadores da notícia, como o local da ocorrência e os impactos na rotina dos moradores devido ao engarrafamento.

O conceito de proximidade está vinculado ao sentimento de “[...] pertencimento a uma comunidade e a um processo de construção de sentidos vivenciado pela mídia local e seus interlocutores” (FREIRE; FERNANDES, 2018, p. 30). O termo, no nosso caso, refere-se ao pertencimento a um território organizado por um Poder Executivo,

responsável pelas principais políticas públicas desenvolvidas no Estado. O Gráfico 16 representa a distribuição do noticiário, conforme escala territorial

GRÁFICO 16
Distribuição do valor-notícia Proximidade (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

O caráter estadual dos periódicos gaúchos prevalece. A categoria representou mais da metade dos textos jornalísticos, derivando da cobertura ordinária do Palácio Piratini: as atividades nos departamentos públicos, a relação com o Poder Legislativo, as medidas e políticas públicas sugeridas e implantadas etc. Neste quesito, destacou-se a cobertura do Plano de Recuperação Fiscal enviado pelo governador Sartori à Assembleia Legislativa, conforme sinalizado na matéria *Deputados debatem pacote do Piratini*, veiculada pelo *Correio do Povo* no dia 15 de dezembro de 2016. O texto repercutiu o projeto que previa mudanças na carreira de servidores públicos e privatizações, extinções de estatais e fundações.

A abordagem municipal correspondeu a 26,6% dos textos jornalísticos do *Correio do Povo* e 20% do *Zero Hora*. A cobertura do Poder Executivo nos municípios foi demarcada, majoritariamente, pelos 1) registros da violência urbana e possíveis soluções ao problema social; 2) apoio dos prefeitos ao pacote fiscal e agendas articuladas pelo governador e/ou lideranças hierárquicas e 3) crise financeira que afetou o repasse constitucional a saúde e afetou emprego de servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. Uma destas é *Sartori na Casa do CP/Grupo Record*, do dia 7 de março de 2017. A notícia relatou a agenda cumprida pelo governador durante a Expointer,

famosa exposição agropecuária. Outra alusão é *Presídio de Canoas deve receber 200 presos em abril*. Produzida pelo *Zero Hora* e circulada no dia 2 de março de 2017, a referência é localizada no município de Canoas, na região Metropolitana de Porto Alegre.

As abordagens nacionais e internacionais expressam perfis desiguais. Reconhecido por fazer parte de um dos grandes grupos de comunicação brasileiro, o *Zero Hora* buscou consolidar um caráter nacional também na cobertura do Poder Executivo. No período, circulou quase o dobro de textos jornalísticos do que o concorrente. Em ambos os jornais, os assuntos retratados, predominantemente, tratam da adesão do Estado ao Plano de Recuperação Fiscal do governo federal ou da disputa pela liberação de verbas para a construção de novos presídios federais no Rio Grande do Sul. Um exemplo é a matéria *Pressão de Meirelles irritou governo*, divulgada pelo *Correio do Povo*, no dia 3 de março de 2017.

A diferença entre os periódicos em relação à abordagem internacional foi ainda maior, aproximadamente 400%. As pautas internacionais fazem parte da cobertura das missões diplomáticas do governador Sartori. Em outubro de 2016, visitou países da Europa em busca de parcerias econômicas. Já em março de 2017, a viagem foi até a Argentina. A comitiva, em ambos os casos, foi formada por secretários, assessores, empresários e jornalistas, enviados especiais dos veículos estudados, como a matéria *Na Alemanha, Sartori participa hoje de evento com empresários*, produzida por Milene Schoeller, repórter especial do *Zero Hora*, diretamente de Frankfurt. A abordagem Regional é definida por aquelas pautas que diz respeito a diversos municípios ou fração territorial do RS. Na pesquisa, obteve frequência menor do que 10% nos dois periódicos. Ela não apresentou um padrão temático: envolveu desde a liberação de recursos para ponte até a crise na saúde pública.

6.12.1 Circulação

Para melhor compreender o padrão de cobertura dos periódicos estudados, reclassificamos a variável proximidade em Circulação: Estadual, Municipal, Regional foram agrupadas numa mesma categoria. Nacional e Internacional em outra. Logo, quando houver uma associação positiva, entendemos que há concentração acima da distribuição normal daquelas pautas que abordam temas dentro do escopo de circulação dos jornais: Rio Grande do Sul. Se negativo, a preferência é a nacionalização. A nova

variável é uma maneira de identificar quais as características que fazem parte da abrangência de veiculação territorial do jornal.

O resultado do Teste de Independência revelou que o *Zero Hora* (Quadro 35), à Quarta-feira⁹³⁹, deu preferência às pautas nacionais e internacionais (-7,8%), que também priorizou as editorias de Economia⁹⁴⁰ e de Política⁹⁴¹. Os coeficientes foram de -11,8% e - 7%. O resultado foi consequência da cobertura do Plano de Recuperação Fiscal de Temer e o pleito para a construção de penitenciárias federais no estado. As seções de Polícia⁹⁴² e Rural⁹⁴³, ao contrário, obtiveram associação de 9,1% e 6,5%, atestando sua vocação aos acontecimentos regionalizados. A coluna⁹⁴⁴ não foi o formato mais adequado aos fatos noticiáveis que ocorreram no Rio Grande do Sul se comparados com a Notícia⁹⁴⁵. O primeiro formato apresentou correlação de -6,6% e o segundo de 6,7%.

Circulação indicou uma pré-disposição às Fontes Institucional⁹⁴⁶, Cidadã⁹⁴⁷ e Assessoria⁹⁴⁸, na ordem de 6,7%, 10% e 11,7%, nesta sequência. Repórteres ao produzirem pautas mais regionalizadas procuram consultar indivíduos comuns e representantes de associações, sindicatos, organizações não-governamentais, comportamento típico das editorias que o Campo e a segurança pública. As informações oriundas de *releases* e as matérias decorrentes das assessorias de imprensa também fazem parte do grupo prioritário de fontes. O Teste de Independência aplicado com Desdobramento⁹⁴⁹ (-12,3%), apontou que as pautas inéditas são uma propriedade pertinentes às pautas nacionalizadas. Os eventos que dão continuidade a outro acontecimento é uma qualidade com aptidão ao noticiário regional.

A proximidade interage diretamente com os valores-notícia Emoção⁹⁵⁰, Tragédia⁹⁵¹, Governo⁹⁵², Impacto⁹⁵³ e Violência⁹⁵⁴, na ordem de 15,8%, 11,4%, 9,9%,

⁹³⁹ X2(1) 5788; P < 0,05

⁹⁴⁰ X2(1) 13128; P < 0,05

⁹⁴¹ X2(1) 4610; P < 0,05

⁹⁴² X2(1) 7766; P < 0,05

⁹⁴³ X2(1) 3990; P < 0,05

⁹⁴⁴ X2(1) 4051; P < 0,05

⁹⁴⁵ X2(1) 4280; P < 0,05

⁹⁴⁶ X2(1) 3616; P < 0,05

⁹⁴⁷ X2(1) 110; P < 0,05

⁹⁴⁸ X2(1) 12940; P < 0,05

⁹⁴⁹ X2(1) 14310; P < 0,05

⁹⁵⁰ X2(1) 5521; P < 0,05

⁹⁵¹ X2(1) 1222; P < 0,05

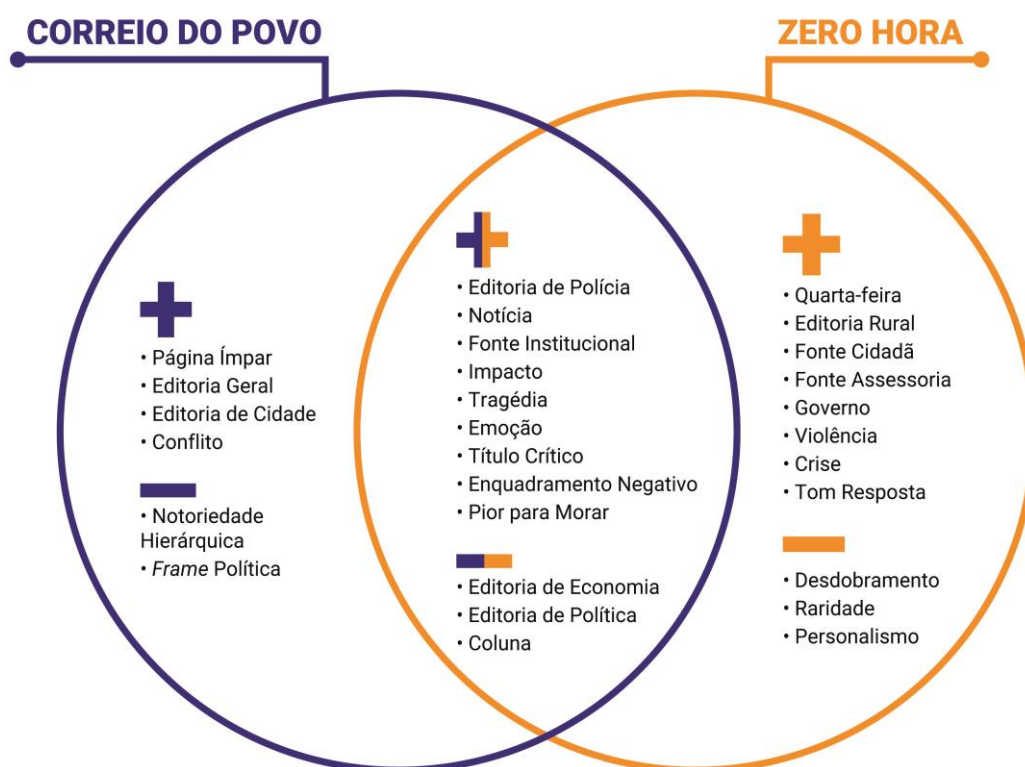
⁹⁵² X2(1) 9230; P < 0,05

⁹⁵³ X2(1) 7809; P < 0,05

⁹⁵⁴ X2(1) 3895; P < 0,05

9,1% e 6,4%, respectivamente. Em contrapartida, o atributo Raridade⁹⁵⁵ apontou correlação negativa, na ordem de -6,2%, mostrando ser uma característica preferencialmente nacionalizada. A Crise⁹⁵⁶, com coeficiente de 22,3%, indicou uma maior incidência das pautas que envolviam os servidores públicos, tanto no que se refere ao atraso dos salários quanto às modificações estatutárias dos funcionários. A cobertura regionalizada, tendencialmente, é mais desfavorável ao Poder Executivo. Enquadramento Negativo⁹⁵⁷, Pior para Morar⁹⁵⁸ e Título Crítico⁹⁵⁹ apresentaram correlação na ordem de 12%, 10,3% e 8,1%, respectivamente. O ponto de vista mais crítico exigiu um Tom Resposta⁹⁶⁰ (13%) que tendia a não ser direcionado ao governador. Personalismo⁹⁶¹ apontou associação de -12,7%.

QUADRO 35
Variáveis com associação estatística com Circulação



Fonte: Elaborado pelo autor

⁹⁵⁵ X2(1) 3601; P < 0,05

⁹⁵⁶ X2(3) 46540; P < 0,05

⁹⁵⁷ X2(1) 13482; P < 0,05

⁹⁵⁸ X2(1) 9894; P < 0,05

⁹⁵⁹ X2(1) 6237; P < 0,05

⁹⁶⁰ X2(1) 15769; P < 0,05

⁹⁶¹ X2(3) 46540; P < 0,05

O *Correio do Povo* repetiu o comportamento do concorrente, quando os tópicos foram as editorias. As seções de Política⁹⁶² e de Economia⁹⁶³ apontaram uma associação de -11,8% e -7,1%, respectivamente, reiterando um perfil nacionalizado de sua cobertura. Já as editorias de Cidade⁹⁶⁴, Polícia⁹⁶⁵ e Geral⁹⁶⁶ mostraram-se mais propícios para o noticiário mais próximo, com correlação de 6,8%, 6,3% e 6,1%, nesta sequência. O jornal deu preferência à Página Ímpar⁹⁶⁷ (9,3%) aos assuntos regionalizados. A Coluna⁹⁶⁸ não foi priorizada em relação à Notícia⁹⁶⁹ na abrangência de circulação. A primeira obteve um leve grau de interação, de -8%, e o segundo de 7,8%. Distintivamente da concorrente, a única fonte que apresentou dependência foi a Institucional⁹⁷⁰, com 6,1%.

A preferência é pelas matérias que envolvem o baixo escalão do governo (secretários e/ou inferiores). Notoriedade Hierárquica⁹⁷¹ indicou associação de -10,8%, personagens marcantes nas seções de Polícia e Cidade. A variável Circulação apresentou correlação com os valores-notícias Impacto⁹⁷², Tragédia⁹⁷³, Emoção⁹⁷⁴ e Conflito⁹⁷⁵, nesta sequência, de 9,9%, 8,4%, 8,1% e 6,8%. As matérias regionalizadas priorizaram valores que apelavam à emoção, à tragédia, às disputas que envolviam um número grande de indivíduos, evitando o *Frame* Política⁹⁷⁶, com coeficiente de -10,3%. A cobertura também mostrou tendência a uma postura contrária ao Poder Executivo. Título Crítico⁹⁷⁷, Enquadramento Negativo⁹⁷⁸ e Pior para Morar⁹⁷⁹ indicaram coeficientes de 7,3%, 9,5% e 13,9%, respectivamente.

⁹⁶² X2(1) 15640; P < 0,05

⁹⁶³ X2(1) 5634; P < 0,05

⁹⁶⁴ X2(1) 5245; P < 0,05

⁹⁶⁵ X2(1) 4446; P < 0,05

⁹⁶⁶ X2(1) 4262; P < 0,05

⁹⁶⁷ X2(1) 9775; P < 0,05

⁹⁶⁸ X2(1) 7181; P < 0,05

⁹⁶⁹ X2(1) 6938; P < 0,05

⁹⁷⁰ X2(1) 4211; P < 0,05

⁹⁷¹ X2(1) 13244; P < 0,05

⁹⁷² X2(1) 11116; P < 0,05

⁹⁷³ X2(1) 7946; P < 0,05

⁹⁷⁴ X2(1) 7389; P < 0,05

⁹⁷⁵ X2(1) 5218; P < 0,05

⁹⁷⁶ X2(1) 11994; P < 0,05

⁹⁷⁷ X2(1) 5960; P < 0,05

⁹⁷⁸ X2(1) 10112; P < 0,05

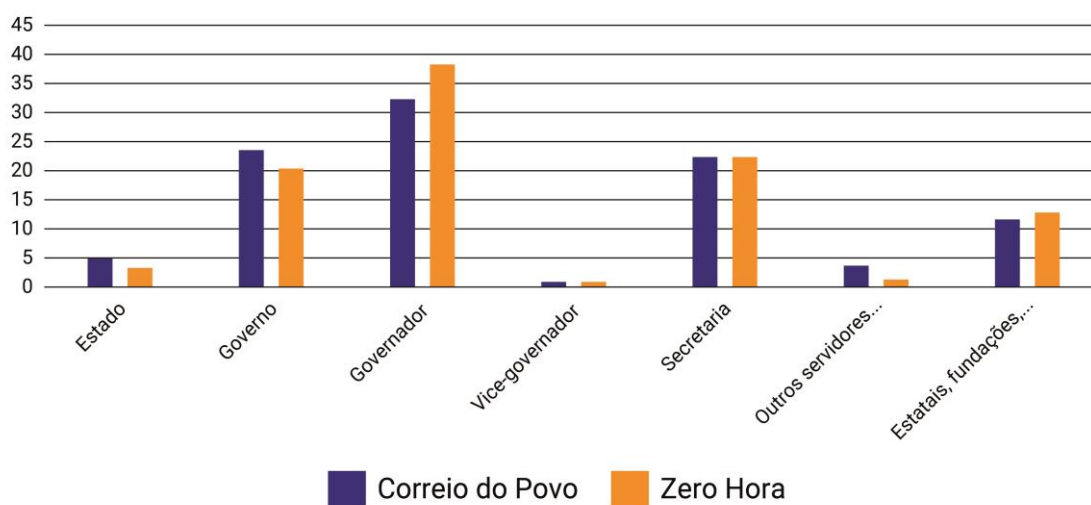
⁹⁷⁹ X2(1) 21784; P < 0,05

6.13 Notoriedade

A notoriedade, ou proeminência, dependendo do autor consultado, foi originalmente definida como um atributo atrelado à predominância de políticas em programas de televisão americana e faz parte de uma série de valores-notícias elencados desde a década de 1940, que se comportam como definidores das narrativas jornalísticas, incluindo àquelas que decorrem da política (VERRI, 2019). O conceito remete-se às instituições, aos atores e grupos de alta hierarquia. Em um contexto brasileiro, refere-se aos representantes eleitos e comissionados dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários, além de outras instituições públicas. Isto é, dos representantes governamentais. Para Traquina (2004, p. 79), o atributo é uma qualidade das arenas eleitorais, manifestada na cobertura de um “[...] congresso partidário e a forma como os membros da tribo jornalística andam atrás das celebridades políticas”.

O Poder Executivo e seus atores, por si sós, são notórios. Envolvem indivíduos eleitos ou concursados que assumem posição e lugar de fala importantes na sociedade, bem como uma instituição que representa todos os cidadãos da Federação. Nesse sentido, a proeminência é avaliada pelo nível de referência em que o texto jornalístico aborda o governo. O grau máximo é o estado: quando faz alusão ao Rio Grande do Sul, sem qualquer menção ao governo estadual, atribuindo, contudo, responsabilidades do Poder Executivo. Em seguida, governo estadual, governador e vice-governador, nesta sequência, completam as camadas ilustres. Em um segundo plano, os secretários e outros atores de menor hierarquia, conforme a distribuição representada no gráfico 17.

GRÁFICO 17
Distribuição do valor-notícia Notoriedade (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

“Reflexo da violência no Rio Grande do Sul: ano a ano, os municípios se veem obrigados a assumir responsabilidades do Estado e investir em segurança pública”, escreveu a colunista do *Zero Hora* Rosane de Oliveira no dia 11 de março de 2017. Intitulado *Investimento em segurança*, o texto em nenhum momento fez menção ao Poder Executivo ou governador. Pelo contrário, generalizou o problema da violência urbana como uma demanda que ocorria há tempos, culpabilizando, de uma maneira geral, os políticos do Estado. Entretanto, é evidente que o conteúdo estava direcionado ao Executivo, visto, como inteirado pela jornalista, que a responsabilidade constitucional das políticas de segurança pública era do ente federativo intermediário: o estado. Essa categoria é minoria, representando menos de 5%.

O Governo equivale a aproximadamente um quarto do total de textos jornalísticos dos periódicos. O notório aqui é a figura do Executivo, da instituição, formada por indivíduos e departamentos, incumbidos de implantar políticas públicas e responder às demandas da sociedade, como educação, segurança, infraestrutura etc. O termo, ainda que não tenha mencionado o nome do governador, normalmente é atrelado a determinada gestão. Logo, quando usado governo, o veículo referia-se à atual administração política. É o caso do artigo *Os equivocados* de Delmar Bertuol, publicado na edição de 27 de janeiro de 2017, no *Correio do Povo*. Ele fez críticas a proposta, sem consultar a

população, de privatizações pelo governo estadual, ficando evidente que dizia respeito à administração de Sartori, ainda que não houvesse identificação ao político.

Governador (ou Sartori) é a categoria com maior frequência: 32,2% e 38,3% no *Correio do Povo* e *Zero Hora*. A individualização do chefe-do-executivo é uma estratégia de demarcação do político, seja para vinculá-lo à uma medida positiva, promovendo seu nome, ou para associá-lo a um problema social ou comportamento negativo. Neste cenário, o ZH apresentou, percentualmente, uma maior disposição a personalizar o governador se comparado com a concorrente, revelando, no geral, um posicionamento mais ativo. Destacamos que em número absoluto, os jornais se equiparam: 360 textos na *RBS* e 365 no *Grupo Record*.

Os secretários ocupam lugar relevante na cobertura governamental. Equivalente a quase 25% dos textos jornalísticos, o secretariado acumulou notoriedade suficiente para ser notícia. A proeminência é consequência do relacionamento entre esses atores e imprensa, numa troca de interação que permite acesso a informações com valor jornalístico, ou exclusivas, e uma maior entrada nas páginas do jornal. O vice-governador, simbolizando cerca de 1%, não foi valorizado na cobertura governamental, surgindo, raramente, quando assumiu a cadeira principal do Executivo ou em campanha pela aprovação do Pacote Fiscal.

A proeminência de militares, estatais e fundações representou um pouco mais de 10% dos textos jornalísticos. A cobertura, nestas situações, é específica. Como em *Brigada Militar efetuou 104 mil prisões em 2016*, do dia 1º de fevereiro de 2017. Os militares são incumbidos a cuidar da segurança pública. As fundações e estatais foram incluídas no noticiário sobre a crise fiscal que sustentou projetos de privatização e extinção de instituições públicas, como pode ser visto em *MP questiona extinção da Fundação Zoobotânica*, circulada em 15 de fevereiro de 2017, pelo *Zero Hora*. Demais servidores e políticos totalizaram 3,9 no CP e 1,3% no ZH.

6.13.1 Notoriedade Hierárquica

Para melhor examinar o padrão de cobertura governamental, uma nova variável foi criada: 1) Proeminência de alta hierarquia, formada pelas categorias Estado, Governo, Governador e Vice-governador. 2) Notoriedade de baixa hierarquia, definida pelas demais categorias. A nova unidade de análise serviu como parâmetro para compreender como a produção noticiosa se comportou perante abordagens mais ou menos nobres. No

Correio do Povo, conforme o Quadro 36, por exemplo, à Sexta-feira⁹⁸⁰, apresenta tendência em abordar eventos noticiáveis de atores de baixa escalão, dado o coeficiente de -6,2%.

Veiculado, prioritariamente, na Página Par⁹⁸¹ (11,1%) e no canto Superior Esquerdo (Local na Página⁹⁸² apontou associação de 10,5%), quadrante de mais destaque, a notoriedade de alto escalão é um elemento importante aos textos de Capa⁹⁸³, em especial as Manchetes Principais. A primeira variável apontou uma correlação de 14,5% e Local na Capa⁹⁸⁴ de 15,6%. A Editoria de Política⁹⁸⁵ priorizou eventos com proeminência de alta hierarquia, enquanto a prioridade para as seções Rural⁹⁸⁶, Polícia⁹⁸⁷, e Cidade⁹⁸⁸ se deu pelo baixo escalão, marcados por secretários e militares. A correlação entre as variáveis foi de 15,6%, -18,7%, -14,4% e -9,8%. A coluna⁹⁸⁹, uma característica predominante da seção de Política, apresentou uma associação de 26,5% ao passo que Notícia⁹⁹⁰ de -19,4%. A Reportagem⁹⁹¹ indicou um leve grau de interação de 5,7%. As colunas, normalmente, cobrem os bastidores dos palácios, particularmente a interação do Executivo e Legislativo, direcionando os olhos para as camadas mais altas dos Poderes.

A variável apontou uma correlação com Origem Fonte⁹⁹² de 23,7%, sinalizando uma propensão para as matérias com proeminência da alta hierarquia derivadas de informações das fontes. O reflexo pode ser encontrado na concentração abaixo da distribuição normal, de -23,4%, com a Fonte Assessoria⁹⁹³. A preferência pela Coluna espelhou o coeficiente positivo de 20,9% com OFF⁹⁹⁴, uma fonte característica do formato. Desdobramento⁹⁹⁵, com associação de 28,4%, indicando que o notório, o mais nobre, estava inclinado àquelas matérias de continuidade, particularmente a Crise⁹⁹⁶ financeira do Rio Grande do Sul, com 45,9%.

⁹⁸⁰ X2(1) 4335; P < 0,05

⁹⁸¹ X2(1) 13982; P < 0,05

⁹⁸² X2(7) 12385; P < 0,05

⁹⁸³ X2(1) 23670; P < 0,05

⁹⁸⁴ X2(3) 27589; P < 0,05

⁹⁸⁵ X2(1) 187512; P < 0,05

⁹⁸⁶ X2(1) 39497; P < 0,05

⁹⁸⁷ X2(1) 23519; P < 0,05

⁹⁸⁸ X2(1) 10931; P < 0,05

⁹⁸⁹ X2(1) 79055; P < 0,05

⁹⁹⁰ X2(1) 42227; P < 0,05

⁹⁹¹ X2(1) 3669; P < 0,05

⁹⁹² X2(1) 63129; P < 0,05

⁹⁹³ X2(1) 61715; P < 0,05

⁹⁹⁴ X2(1) 49380; P < 0,05

⁹⁹⁵ X2(1) 91055; P < 0,05

⁹⁹⁶ X2(1) 237864; P < 0,05

Os problemas financeiros do Estado explicam o coeficiente negativo de -10,8% com Circulação⁹⁹⁷ e positivo com *Frame* Política⁹⁹⁸ e RH⁹⁹⁹, na ordem de 31,4% e 9,8%, respectivamente. No período, o governo estadual negociava com a União a participação do Rio Grande do Sul no Plano de Recuperação Fiscal, concedendo legitimidade aos quadros político e financeiro. Os valores-notícia Polêmica¹⁰⁰⁰ e Conflito¹⁰⁰¹ apontaram uma correlação de 29,1% e 10,6%. Já Tragédia¹⁰⁰², Conhecimento¹⁰⁰³, Emoção¹⁰⁰⁴ e Raridade¹⁰⁰⁵, nesta sequência, obtiveram uma associação negativa de -19,4%, - 18,8%, - 13,1% e -11,1%.

A proeminência de alto escalão vinculou-se à passividade do Poder Executivo. A associação com Participação¹⁰⁰⁶ foi de -26,6%. Neste cenário, o governo não é quem propõe a pauta, convocada a cooperar com o noticiário construído sobre ela própria. Noticiário, este, com inclinação à crítica: Enquadramento Negativo¹⁰⁰⁷, Pior para Morar¹⁰⁰⁸ e Título Crítico¹⁰⁰⁹ apontaram uma correlação na ordem de 19,5%, 16,4% e 12%, respectivamente.

⁹⁹⁷ X2(1) 13224; P < 0,05

⁹⁹⁸ X2(1) 111467; P < 0,05

⁹⁹⁹ X2(1) 10820; P < 0,05

¹⁰⁰⁰ X2(1) 98445; P < 0,05

¹⁰⁰¹ X2(1) 12649; P < 0,05

¹⁰⁰² X2(1) 30223; P < 0,05

¹⁰⁰³ X2(1) 40036; P < 0,05

¹⁰⁰⁴ X2(1) 19282; P < 0,05

¹⁰⁰⁵ X2(1) 13991; P < 0,05

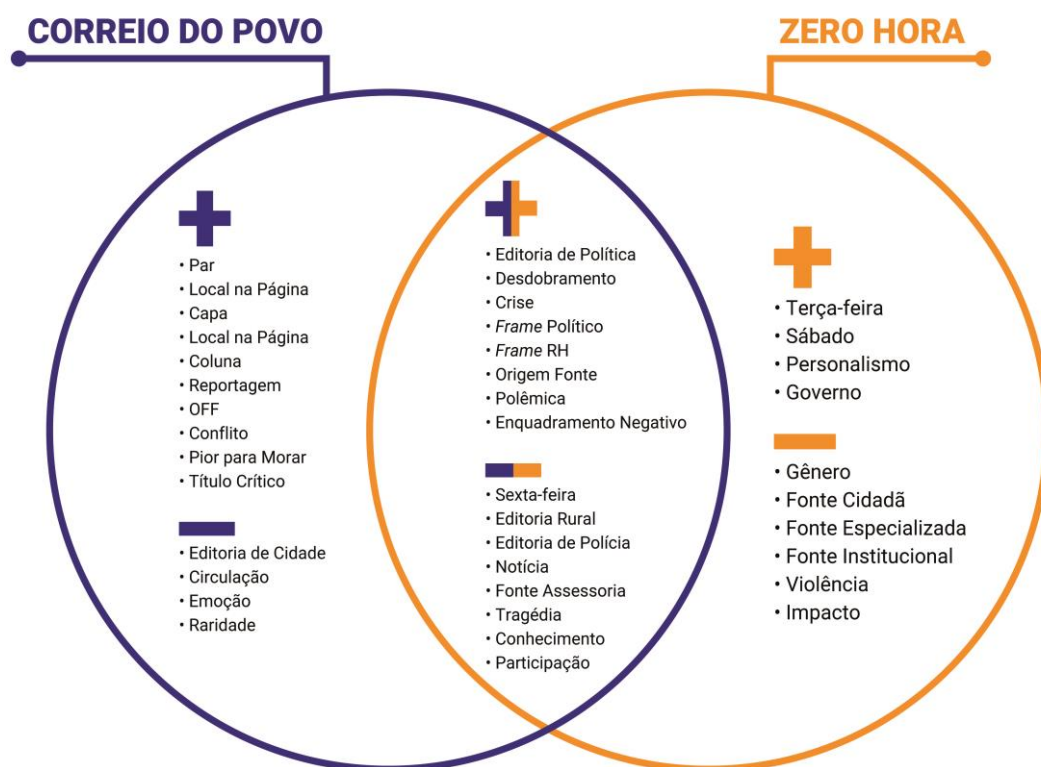
¹⁰⁰⁶ X2(1) 57714; P < 0,05

¹⁰⁰⁷ X2(1) 42714; P < 0,05

¹⁰⁰⁸ X2(1) 30198; P < 0,05

¹⁰⁰⁹ X2(1) 16313; P < 0,05

QUADRO 36
Variáveis com associação estatística com Notoriedade Hierárquica



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Zero Hora* apontou correlação positiva com Terça-feira¹⁰¹⁰ e Sábado¹⁰¹¹ e negativa com Sexta-feira¹⁰¹², na ordem de 7%, 6,5% e -9,5%. A proeminência de alta hierarquia foi a preferência da Editoria de Política¹⁰¹³. Ao contrário, as seções Rural¹⁰¹⁴ e Polícia¹⁰¹⁵ priorizaram acontecimentos que envolveram um nível hierárquico menos nobre. Os coeficientes foram de 22,2%, -20,8% e -19,4%, nesta sequência. O periódico, em comparação com o CP, apresentou uma qualidade única. A associação de -16,5% com Gênero¹⁰¹⁶ revelou que os textos opinativos tenderam a versar sobre as esferas mais altas. Personalismo, como esperado, apresentou grau de interação alto, na ordem de 58,6%. A Notícia¹⁰¹⁷ não é uma prioridade, considerando o coeficiente de -10,8%.

¹⁰¹⁰ X2(1) 4624; P < 0,05

¹⁰¹¹ X2(1) 3989; P < 0,05

¹⁰¹² X2(1) 8450; P < 0,05

¹⁰¹³ X2(1) 46392; P < 0,05

¹⁰¹⁴ X2(1) 40850; P < 0,05

¹⁰¹⁵ X2(1) 35318; P < 0,05

¹⁰¹⁶ X2(1) 25664; P < 0,05

¹⁰¹⁷ X2(1) 10945; P < 0,05

Propenso a Origem Fonte¹⁰¹⁸ (16,3%), a notoriedade de alto escalão não combinou com as Fontes de Assessoria¹⁰¹⁹, Cidadã¹⁰²⁰, Especializada¹⁰²¹ e Institucional¹⁰²². Os coeficientes foram de -19,5%, -17,4%, -8,9% e -6,8%, nesta sequência. Desdobramento¹⁰²³, repetindo o padrão da concorrente, apontou concentração acima da distribuição normal, na ordem de 22,2%, reiterando a preferência por aquelas matérias de continuidade, principalmente as que retratavam a Crise¹⁰²⁴ financeira do estado (33,7%). *Frames* Política¹⁰²⁵ e RH¹⁰²⁶, atribuídos à discussão sobre o Plano de Recuperação Fiscal, obtiveram associação de 21,3% e 9,7%.

Os valores-notícia Governo¹⁰²⁷ e Polêmica¹⁰²⁸ apontaram associação positiva, de 8,4% e 8,7%, à medida que Violência¹⁰²⁹, Tragédia¹⁰³⁰, Impacto¹⁰³¹, e Conhecimento¹⁰³², negativos, na ordem de -12,4%, -10,1%, 7,9% e -7,4%, nesta sequência. A proeminência de alto escalão, formada por assuntos que abordavam o estado, governo ou governadores, tenderam a ser o foco das pautas desfavoráveis. O Enquadramento Negativo obteve correlação de 11,1%. Como no concorrente, a Participação¹⁰³³ do Poder Executivo foi passiva (-9,7%)

6.14. Impacto

Impacto é uma referência ao elenco de valores-notícias propostos no começo do século por Walter Lippmann. O norte-americano, em *Opinião Pública*, literatura clássica dos estudos de mídia e política, selecionou clareza, surpresa, proximidade geográfica, conflito pessoal e impacto como atributos importantes (SILVA, 2005). O valor é reconhecido como uma característica que marca a influência de determinado evento, isto é, o quanto afeta o cotidiano dos indivíduos envolvidos. Desta maneira, Gislene Silva

¹⁰¹⁸ X2(1) 24899; P < 0,05

¹⁰¹⁹ X2(1) 35891; P < 0,05

¹⁰²⁰ X2(1) 28355; P < 0,05

¹⁰²¹ X2(1) 7385; P < 0,05

¹⁰²² X2(1) 4293; P < 0,05

¹⁰²³ X2(1) 46268; P < 0,05

¹⁰²⁴ X2(3) 106624; P < 0,05

¹⁰²⁵ X2(1) 42545; P < 0,05

¹⁰²⁶ X2(1) 8871; P < 0,05

¹⁰²⁷ X2(1) 6582; P < 0,05

¹⁰²⁸ X2(1) 7127; P < 0,05

¹⁰²⁹ X2(1) 14536; P < 0,05

¹⁰³⁰ X2(1) 9495; P < 0,05

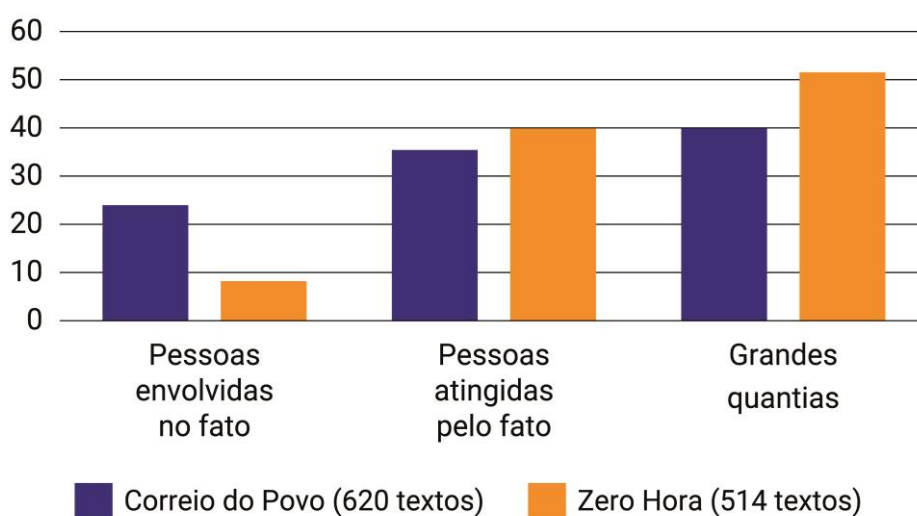
¹⁰³¹ X2(1) 5841; P < 0,05

¹⁰³² X2(1) 5089; P < 0,05

¹⁰³³ X2(1) 8758; P < 0,05

(2005) divide o critério em subcategorias: 1) pessoas envolvidas no fato, isto é, número de pessoas que fazem parte do evento; 2) pessoas afetadas pelo fato; conferindo o sentido original do atributo, mensurado pelos indivíduos afetados, na ordem do interesse público (SEIXAS, 2018), e 3) grandes quantias. O último pode ser considerado uma adaptação as coberturas jornalísticas atuais, em especial às adversárias, que envolvem denúncias de corrupção. A seguir, o gráfico 18 apresenta a distribuição destas subcategorias.

GRÁFICO 18
Distribuição do valor-notícia Impacto (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

A cobertura governamental é formada por eventos das mais diversas naturezas que competem entre si para existir enquanto notícia. Nessa disputa, sobrevive aqueles que agregam determinadas características, entre estas, o valor-notícia impacto. O atributo é relevante ao nosso objeto de estudo. Ele foi encontrado em 60% dos periódicos analisados, reiterando a pertinência daqueles acontecimentos que envolvem vários indivíduos ou recursos financeiros, características esperadas a uma cobertura que envolve o principal fornecedor financeiro e responsável por políticas públicas que atingem toda a população.

Os acontecimentos que envolvem vários indivíduos representam 24,2% dos textos do CP e 8,3% do ZH, uma diferença de 108 textos. A crise dos servidores públicos serviu como um dos pilares de Impacto, como na matéria *Bancadas da oposição fazem reunião na praça*, publicado pelo *Correio do Povo*, no dia 22 de novembro de 2016. A notícia é sustentada pelo número de pessoas reunidas para debater um tema polêmico à época. O

acontecimento foi legitimado pelo público inserido no debate. A subcategoria Pessoas atingidas pelo fato equivale 35,5% e 40% no informativo do *Correio do Povo* e *Zero Hora*, podendo ser exemplificada em *Escola estadual terá que fechar as portas até 2018*, do dia 13 de dezembro de 2016. A matéria do ZH relata que centenas de alunos e funcionários corriam o risco de perder o local de trabalho e de atividade escolar.

A subcategoria Grandes Quantias, se sobressaiu em ambos os impressos, reiterando a importância que os números têm nas coberturas jornalísticas. Em 40,3% dos textos do CP e 51,7% do ZH, os cifrões fizeram parte do cotidiano do Poder Executivo, nem sempre em um enquadramento positivo. Os atributos podem ser encontrados nos mais variados quadros. Em *R\$ 90 milhões para obras de manutenção*, publicado no *Correio do Povo* do dia 4 de novembro de 2016, o governo foi exaltado como um promotor de investimentos em rodovias estaduais. Em *Estado deve R\$ 371 milhões para a saúde*, informado no *Zero Hora* do dia 27 de outubro de 2016, a postura foi crítica ao governo. Em *IPVA rende R\$ 715,4 milhões*, do dia 4 de janeiro de 2017, inexistiu um posicionamento claro –a favor ou contra –, informando apenas sobre a arrecadação do imposto estadual.

6.14.1 O padrão governamental: impacto

No *Zero Hora*, o atributo é um componente que faz parte, preferencialmente, daquelas matérias que ocupam espaços importantes do jornal. Duas Páginas¹⁰³⁴ apontou correlação de 26,7% e Local na Página¹⁰³⁵, com 35,8%, revelou ainda uma prioridade a textos de Meia Página e Página Inteira. O resultado respondeu à associação positiva de 30,9% com Reportagem¹⁰³⁶, formato nobre, e com a maior propensão à Capa¹⁰³⁷. O coeficiente foi de 20,7%.

O valor-notícia não combinou com a Editoria de Política¹⁰³⁸ (-22,5%). A seção não é o lugar mais adequado para acontecimentos impactantes, que reúnem vários indivíduos ou grandes cifras. A editoria é marcada pela Coluna¹⁰³⁹, com informações sintetizadas, que chama a atenção dos bastidores da política. O formato indicou

¹⁰³⁴ X2(1) 66841; P < 0,05

¹⁰³⁵ X2(7) 120194; P < 0,05

¹⁰³⁶ X2(1) 89991; P < 0,05

¹⁰³⁷ X2(1) 40270; P < 0,05

¹⁰³⁸ X2(1) 60949; P < 0,05

¹⁰³⁹ X2(1) 86700; P < 0,05

dependência com Impacto na ordem de -30,4%. Economia¹⁰⁴⁰ e Polícia¹⁰⁴¹, reconhecidos por temáticas financeiras e violência, apontaram associação de 8,5% e 13,2%, respectivamente. A Notícia¹⁰⁴², com 13,7%, demonstrou ser o estilo apropriado para as matérias que contém o atributo.

Impacto está associado, em 37,1%, ao Tipo de Fonte¹⁰⁴³, particularmente, à Primária e Secundária, qualidade das reportagens. Também apresentou uma correlação com as Fontes Assessoria¹⁰⁴⁴, Documental¹⁰⁴⁵, Institucional¹⁰⁴⁶, Hierárquica¹⁰⁴⁷ e Cidadã¹⁰⁴⁸, na ordem de 24,9%, 22,2%, 19,6%, 12,9% e 8,1%, nesta sequência. O OFF¹⁰⁴⁹, ao contrário, indicou coeficiente negativo, na casa de -8,9%. *Frame* RH¹⁰⁵⁰, enquadramento temático relacionado aos recursos humanos e financeiro, obteve uma associação de 25,1%, enquanto o *Frame* Política¹⁰⁵¹, -30%. A Notoriedade Hierárquica¹⁰⁵² (-7,9%) demonstrou uma relação com a proeminência de baixa escala (secretários, militares, estatais e demais servidores).

O valor-notícia revelou um grau de interação leve de 9,1% com Circulação¹⁰⁵³, apontando uma prioridade às pautas regionalizadas. O atributo também revelou uma correlação positiva com Tragédia¹⁰⁵⁴, Violência¹⁰⁵⁵, Emoção¹⁰⁵⁶, Conhecimento¹⁰⁵⁷, Conflito¹⁰⁵⁸, Justiça¹⁰⁵⁹, Polêmica¹⁰⁶⁰ e Governo¹⁰⁶¹, na ordem de 25,8%, 15,7%, 14,2%, 12,7%, 11,9%, 8,1% e 6,5%, respectivamente. Raridade¹⁰⁶² obteve um coeficiente negativo de -7,6%. A significância estatística com diversos atributos é reflexo de uma

¹⁰⁴⁰ X2(1) 6858; P < 0,05

¹⁰⁴¹ X2(1) 16502; P < 0,05

¹⁰⁴² X2(1) 17575; P < 0,05

¹⁰⁴³ X2(3) 129279; P < 0,05

¹⁰⁴⁴ X2(1) 58147; P < 0,05

¹⁰⁴⁵ X2(1) 46386; P < 0,05

¹⁰⁴⁶ X2(1) 36199; P < 0,05

¹⁰⁴⁷ X2(1) 15559; P < 0,05

¹⁰⁴⁸ X2(1) 6226; P < 0,05

¹⁰⁴⁹ X2(1) 7496; P < 0,05

¹⁰⁵⁰ X2(1) 59165; P < 0,05

¹⁰⁵¹ X2(1) 84699; P < 0,05

¹⁰⁵² X2(1) 5841; P < 0,05

¹⁰⁵³ X2(1) 7809; P < 0,05

¹⁰⁵⁴ X2(1) 62759; P < 0,05

¹⁰⁵⁵ X2(1) 23254; P < 0,05

¹⁰⁵⁶ X2(1) 141726; P < 0,05

¹⁰⁵⁷ X2(1) 19081; P < 0,05

¹⁰⁵⁸ X2(1) 15048; P < 0,05

¹⁰⁵⁹ X2(1) 13373; P < 0,05

¹⁰⁶⁰ X2(1) 6190; P < 0,05

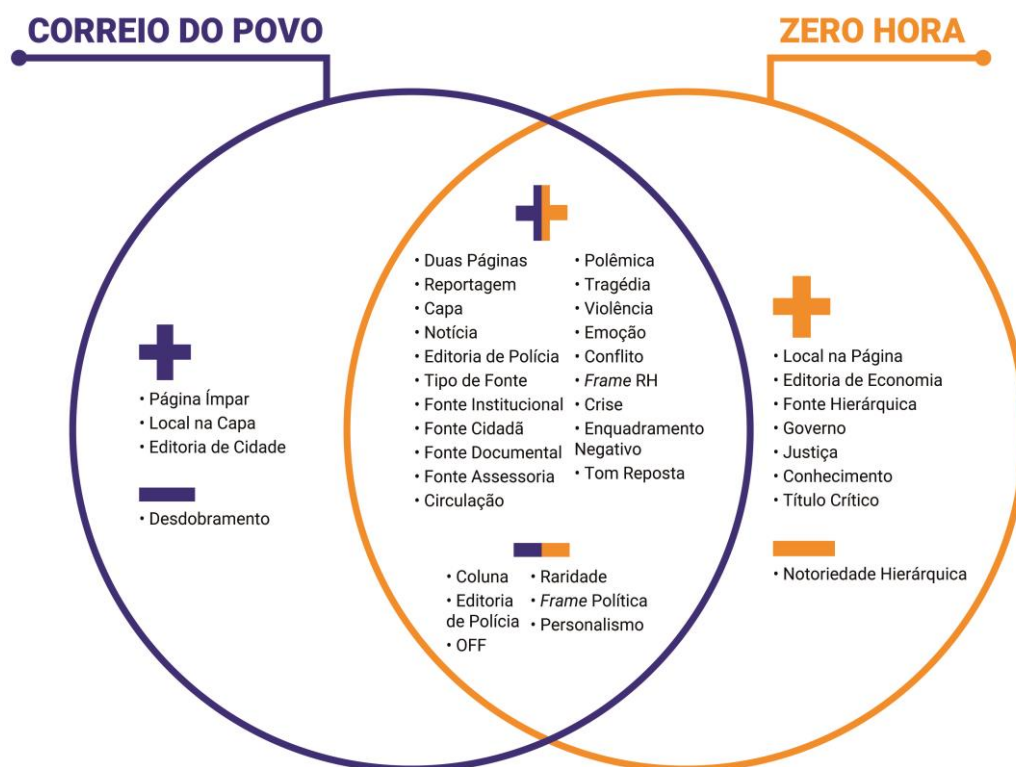
¹⁰⁶¹ X2(1) 3046; P < 0,05

¹⁰⁶² X2(1) 5449; P < 0,05

conta matemática básica: quanto mais valores-notícia maior a chance do acontecimento se tornar um produto noticioso (WOLF, 1999).

Favorável à uma cobertura de Crise¹⁰⁶³ (21%), focada particularmente na insegurança pública e no embate com servidores públicos, Impacto está relacionado à cobertura desvantajosa ao Poder Executivo: Título Crítico¹⁰⁶⁴ e Enquadramento Negativo¹⁰⁶⁵ apresentaram correlação de 9,1% e 8,6%. O contraponto pode ser observado numa maior propensão ao Tom Resposta¹⁰⁶⁶, com 8,9%. Já o Personalismo¹⁰⁶⁷ expressou um pequeno grau de interação negativo de -13,1%, mostrando uma certa proteção à figura do governador, como pode ser observado no Quadro 37.

QUADRO 37
Variáveis com associação estatística com valor-notícia Impacto



Fonte: Elaborado pelo autor

¹⁰⁶³ X2(3) 41591; P < 0,05

¹⁰⁶⁴ X2(1) 7869; P < 0,05

¹⁰⁶⁵ X2(1) 6980; P < 0,05

¹⁰⁶⁶ X2(1) 7383; P < 0,05

¹⁰⁶⁷ X2(1) 16055; P < 0,05

O *Correio do Povo* manteve um padrão semelhante. A variável expressou uma associação com Duas Páginas¹⁰⁶⁸ e Página Ímpar¹⁰⁶⁹, na ordem de 10,2% e 7,2%, nesta sequência. A Capa¹⁰⁷⁰ e Reportagem¹⁰⁷¹, espaços nobres do impresso, também apontaram correlação de 6,7% e 8,5%. O Local na Capa¹⁰⁷² (9,5%) indicou uma maior propensão à Manchete Principal, área mais prestigiada da primeira página. O periódico repetiu a concorrente ao dar prioridade ao formato Notícia¹⁰⁷³ em decorrência da Coluna¹⁰⁷⁴. O primeiro obteve um coeficiente de 20,3% e o segundo de -19,8%. O atributo não é o mais adequado para a cobertura na seção de Política¹⁰⁷⁵ (-20,6%). As Editorias de Cidade¹⁰⁷⁶ e Polícia¹⁰⁷⁷, de outro modo, indicaram correlação de 15,7% e 10,9%. A primeira é reconhecida pelos temas de violência e insegurança, acontecimentos que, normalmente, afetam uma boa parcela da sociedade. O segundo está vinculado às pautas que envolvem recursos financeiros, seja a liberação por parte do governo estadual ou dívidas do Poder Executivo.

Qualidade da Reportagem, Tipo de Fonte¹⁰⁷⁸ apresentou correlação com Impacto de 28,9%, sinalizando pré-disposição às Fontes Primária e Secundária. A preferência é pelas Fontes Institucional¹⁰⁷⁹, Cidadã¹⁰⁸⁰, Assessoria¹⁰⁸¹, Documento¹⁰⁸² e Hierárquica¹⁰⁸³, na ordem de 18,7%, 16,4%, 14,8%, 14,5% e 8%, consecutivamente. O OFF¹⁰⁸⁴, uma característica da coluna, obteve um grau de interação pequeno de -14,2%. Diferentemente da *RBS*, o *Correio* manifestou dependência com Desdobramento¹⁰⁸⁵, -5,7%, indicando uma preferência pelo ineditismo. A Circulação¹⁰⁸⁶, com 9,9%, reiterou uma tendência pelas pautas regionalizadas. Impacto apontou correlação com os valores-

¹⁰⁶⁸ X2(1) 11682; P < 0,05

¹⁰⁶⁹ X2(1) 5765; P < 0,05

¹⁰⁷⁰ X2(1) 8197; P < 0,05

¹⁰⁷¹ X2(1) 5096; P < 0,05

¹⁰⁷² X2(3) 10116; P < 0,05

¹⁰⁷³ X2(1) 46406; P < 0,05

¹⁰⁷⁴ X2(1) 44106; P < 0,05

¹⁰⁷⁵ X2(1) 48054; P < 0,05

¹⁰⁷⁶ X2(1) 27842; P < 0,05

¹⁰⁷⁷ X2(1) 13336; P < 0,05

¹⁰⁷⁸ X2(3) 93983; P < 0,05

¹⁰⁷⁹ X2(1) 39494; P < 0,05

¹⁰⁸⁰ X2(1) 30496; P < 0,05

¹⁰⁸¹ X2(1) 24630; P < 0,05

¹⁰⁸² X2(1) 23537; P < 0,05

¹⁰⁸³ X2(1) 7293; P < 0,05

¹⁰⁸⁴ X2(1) 22578; P < 0,05

¹⁰⁸⁵ X2(1) 3639; P < 0,05

¹⁰⁸⁶ X2(1) 11116; P < 0,05

notícia Emoção¹⁰⁸⁷, Conflito¹⁰⁸⁸, Tragédia¹⁰⁸⁹, Violência¹⁰⁹⁰ e Polêmica¹⁰⁹¹, na ordem de 26%, 22%, 15,5%, 14,2% e 8,1%, respectivamente. Raridade¹⁰⁹² obteve coeficiente negativo de -11,2%. O padrão é o mesmo do *Zero Hora*. Quanto mais valor-notícia, maior a possibilidade de ser convertido em notícia.

Priorizando o *Frame* de RH¹⁰⁹³ (28,6%) e evitando o *Frame* Política¹⁰⁹⁴ (-30,8%), o Impacto esteve associado ao Enquadramento Negativo¹⁰⁹⁵, com coeficiente de 10,8%. Um dos motivos pode ser a abordagem da Crise¹⁰⁹⁶. Com 20,6%, a correlação entre as variáveis mira a situação dos servidores públicos, com salários atrasados, e da segurança pública. O Tom¹⁰⁹⁷ foi, preferencialmente, de Resposta (13,1%) e orientado pela tendência em não envolver Sartori, governador à época. Personalismo¹⁰⁹⁸ obteve uma associação de -15,2%.

6.15 Governo

Na década de 1950, Fraser Bond, na obra *Introdução ao Jornalismo*, elencou uma série de atributos, entre eles o Governo, que provocariam interesse aos repórteres e pauteiros (SILVA, 2005). O valor-notícia, reconhecido pelo autor como sinônimo de interesse universal, corrobora com a centralidade dos Poderes na dinâmica do jornalismo. O Executivo funciona como uma instituição que merece atenção, devido a vastidão de acontecimentos decorrentes de seus atores e repartições. O atributo foi dividido, conforme gráfico 19, em subcategorias: 1) Interesse Universal: aquelas informações que geram interesse numa coletividade, como a opinião do governador sobre um tema polêmico; 2) Decisões e medidas: atos ordinários, como a implantação de uma política pública; 3) Relações entre os poderes: interação existente entre o Executivo com o Legislativo e/ou Judiciário; 4) Agendas oficiais e eventos e 5) Outros (eleições, pronunciamento, especulações políticas).

¹⁰⁸⁷ X2(1) 76378; P < 0,05

¹⁰⁸⁸ X2(1) 54474; P < 0,05

¹⁰⁸⁹ X2(1) 27005; P < 0,05

¹⁰⁹⁰ X2(1) 22276; P < 0,05

¹⁰⁹¹ X2(1) 7359; P < 0,05

¹⁰⁹² X2(1) 14237; P < 0,05

¹⁰⁹³ X2(1) 92401; P < 0,05

¹⁰⁹⁴ X2(1) 106593; P < 0,05

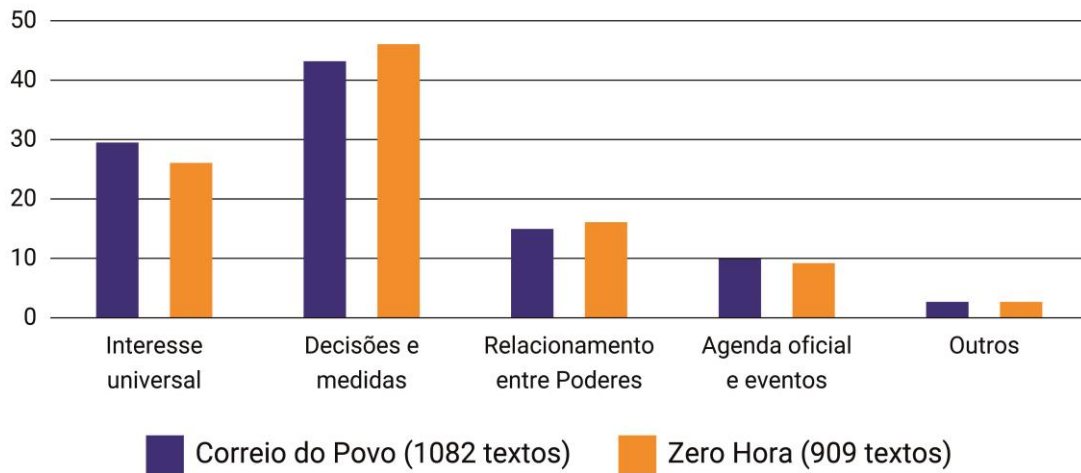
¹⁰⁹⁵ X2(1) 13236; P < 0,05

¹⁰⁹⁶ X2(1) 47652; P < 0,05

¹⁰⁹⁷ X2(1) 19421; P < 0,05

¹⁰⁹⁸ X2(1) 25933; P < 0,05

GRÁFICO 19
Distribuição do valor-notícia Governo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

O ordinário, as atividades cotidianas do Poder Executivo, representaram quase metade dos textos jornalísticos: 43,1% do *Correio do Povo* e 46% do *Zero Hora*. Como em *Monitoramento reforçado*, notícia do dia 15 de dezembro de 2016 do CP, quando foi anunciado que o Estado implantou sistema de monitoramento da influenza aviária. Trata-se de uma participação ativa do governo, de divulgação de suas políticas e incumbências legais, que nem sempre depende da figura do governador. A instituição, para além da administração do representante eleito, funciona em uma engrenagem própria a partir de obrigações contínuas. Em outras palavras, os serviços públicos, como o ensino básico e os impostos não param com a eleição ou com a mudança de partido à frente do Poder.

Interesse Universal, categoria equivalente a 29,5% dos textos do *Correio do Povo* e 26,2% do *Zero Hora*, referia-se aqueles assuntos importantes para a sociedade. Em 14 de dezembro de 2016, o ZH veiculou *PIB gaúcho tem queda de 1,7%*. O tema, embora tivesse influência das medidas governamentais, não era uma ação do Poder Executivo. É um dado econômico que diz respeito às condições econômicas do Estado, impactando diretamente nos setores produtivos e, conseqüentemente, na condução orçamentária do governo estadual.

O Relacionamento entre os Poderes equivaleu a 14,8% do noticiário do *Correio do Povo* e 16,1% do *Zero Hora*. O resultado foi consequência da negociação entre o Executivo com o Legislativo para aprovação da reforma fiscal, proposta por Sartori,

conjuntura retratada pelo *Zero Hora* em *Pacote vai para a Assembleia no dia 22*, do dia 16 de novembro de 2016. Em 28 de outubro do mesmo ano, o CP veiculou *Difini compara com cortes no RS* em que apresentava a opinião do então presidente do Tribunal de Justiça do estado (TJRS) sobre a possível redução dos recursos financeiros destinados ao Poder Judiciário. As Agendas Oficiais e Eventos, como *Governador vistoria CT* (Centro de Triagem), publicado em 7 de março pelo *Correio do Povo*, representou aproximadamente 10% dos textos jornalísticos dos periódicos.

As matérias que não continham o atributo são ocasionais. Elas refletem ações da vida particular de indivíduos que ocupavam função no Executivo. *Feltes se envolve em polêmica* é um exemplo. Divulgada no dia 15 de dezembro de 2016, o *Correio do Povo* informava sobre uma declaração do então secretário de Fazenda que confirmaria a prática do Caixa 2. Embora ocupasse um posto no secretariado de Sartori, o fato não foi uma ação direta do governo. O foco estava na declaração individual do político.

6.15.1 O padrão governamental: Governo

Atributo que distingue a cobertura do Executivo, Governo apresentou um padrão diferente de outras variáveis. Considerado uma característica primordial à produção noticiosa das ações governamentais, o atributo, na prática, demonstrou independência das qualidades relevantes à cobertura jornalística, como Capa, espaço nobre, e Editoria de Política, reconhecida pelas discussões sobre os bastidores do Poder. O valor-notícia é uma característica comum, ordinária, recorrente à cobertura governamental, que percorre as páginas dos jornais, sem interferir de forma significativa no processo de construção da edição diária de um periódico.

No *Zero Hora*, entre as qualidades que sinalizaram dependência, como exposto no Quadro 38, observamos uma pequena preferência pela Coluna¹⁰⁹⁹, com coeficiente de 6,6%. O formato foi marcado pelas informações sobre especulações e negociações entre os Poderes. A Fonte Especializada¹¹⁰⁰ apontou uma correlação de -12,1%. Priorizando o Desdobramento¹¹⁰¹ (8,7%), Governo esteve associado às matérias regionalizadas e que abordavam a proeminência de alto escalão. A Circulação¹¹⁰² obteve coeficiente de 9,9%

¹⁰⁹⁹ X2(7) 4099; P < 0,05

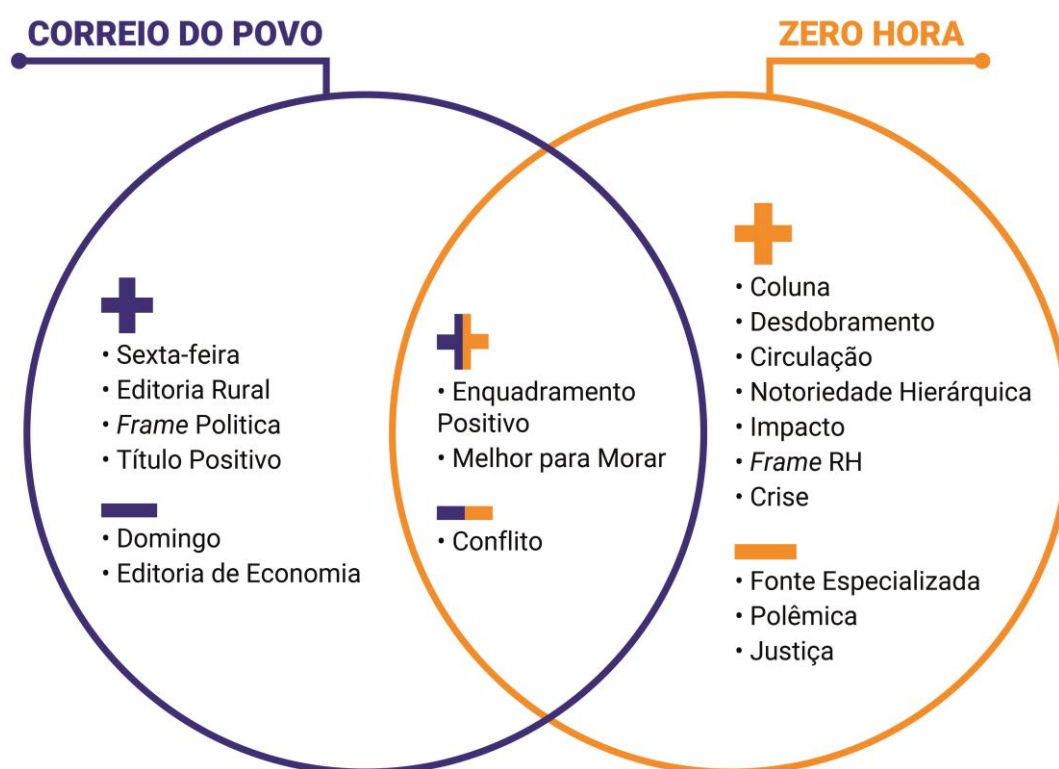
¹¹⁰⁰ X2(1) 13745; P < 0,05

¹¹⁰¹ X2(1) 7037; P < 0,05

¹¹⁰² X2(1) 9230; P < 0,05

e Notoriedade Hierárquica¹¹⁰³ de 8,4%. O atributo interagiu positivamente com Impacto¹¹⁰⁴ e negativamente com Justiça¹¹⁰⁵, Conflito¹¹⁰⁶ e Polêmica¹¹⁰⁷, com associação de 6,5%, - 12,3%, -8,0% e -6,2%, respectivamente. A concentração acima da distribuição normal com o valor-notícia Impacto foi ao encontro da preferência pelo *Frame* RH¹¹⁰⁸ (8,6%), definido pelos quadros financeiros. Apesar da correlação positiva de 13,3% com a Crise¹¹⁰⁹, o atributo estava associado ao Melhor para Morar¹¹¹⁰ e Enquadramento Positivo¹¹¹¹, com coeficientes de 10,2% e 13,1%.

QUADRO 38
Variáveis com associação estatística com valor-notícia Governo



Fonte: Elaborado pelo autor

¹¹⁰³ X2(1) 6582; P < 0,05

¹¹⁰⁴ X2(1) 3946; P < 0,05

¹¹⁰⁵ X2(1) 14201; P < 0,05

¹¹⁰⁶ X2(1) 5949; P < 0,05

¹¹⁰⁷ X2(1) 4099; P < 0,05

¹¹⁰⁸ X2(1) 6991; P < 0,05

¹¹⁰⁹ X2(1) 16675; P < 0,05

¹¹¹⁰ X2(1) 16077; P < 0,05

¹¹¹¹ X2(1) 9717; P < 0,05

O *Correio do Povo* indicou que as edições de Domingo¹¹¹² não foram as mais adequadas às pautas com o valor-notícia Governo, enquanto à Sexta¹¹¹³, revelou uma associação positiva. Os coeficientes foram de -11,6% e 7,4%, nesta sequência. As Editorias de Economia¹¹¹⁴ e Rural¹¹¹⁵ também apontaram correlação, na ordem de -6,8% e 6,2%. O periódico era marcado por uma seção temática sobre o Campo que explorava as ações e medidas do Secretaria Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural à época. O atributo, com correlação de 7,7% com *Frame Política*¹¹¹⁶, não combinava com o valor-notícia Conflito¹¹¹⁷ (-7,3%). Da mesma maneira que a concorrente, desenvolveu uma cobertura favorável ao Executivo. Enquadramento Positivo¹¹¹⁸, Melhor para Morar¹¹¹⁹ e Título Promoção¹¹²⁰ indicaram associação de 10%, 7,8% e 6,1%, respectivamente.

6.16 Polêmica

A produção noticiosa ocorre dentro de parâmetros e expectativas compartilhadas na cultura profissional. Entre conflitos e alinhamentos, as narrativas jornalísticas priorizam alguns elementos que demarcam as coberturas, reforçando alguns posicionamentos e comportamentos do jornalismo. A cobertura adversária (GUAZINA, 2011) é uma tradição de coberturas políticas que encontra na polêmica e na denúncia sua base de sustentação. Nos bastidores da política, o polêmico é dado no conflito entre versões e personagens. Numa perspectiva policial, a participação – ativa ou passiva – dos atores governamentais, normalmente, é efetivada para solucionar demandas sociais, de segurança ou contra à vida, muitas vezes, balizada pela polêmica. Na economia, a disputa entre políticas econômicas representa o controverso. O valor-notícia é dividido em duas subcategorias, conforme gráfico 20 abaixo

¹¹¹² X2(1) 15044; P < 0,05

¹¹¹³ X2(1) 6185; P < 0,05

¹¹¹⁴ X2(1) 5139; P < 0,05

¹¹¹⁵ X2(1) 4270 P < 0,05

¹¹¹⁶ X2(1) 6699; P < 0,05

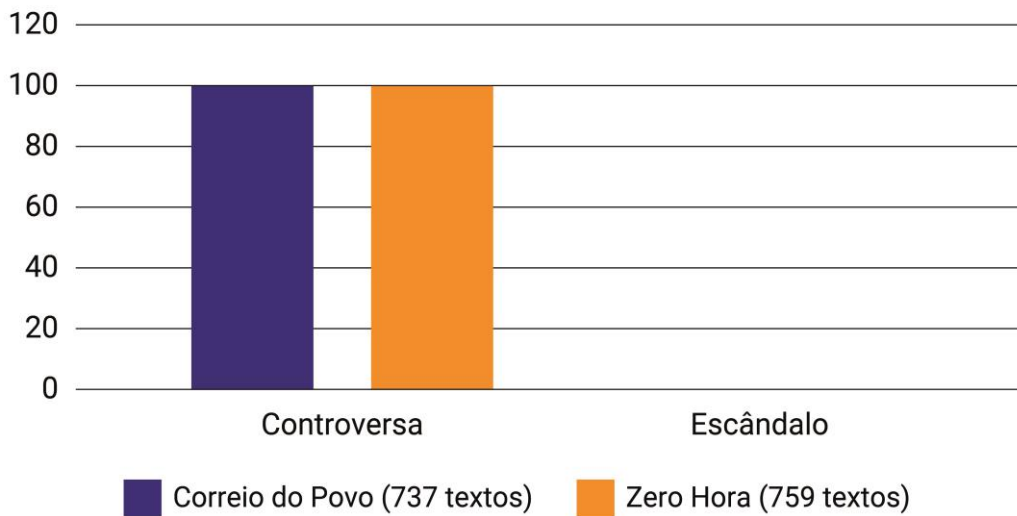
¹¹¹⁷ X2(1) 5947; P < 0,05

¹¹¹⁸ X2(1) 11284; P < 0,05

¹¹¹⁹ X2(1) 6842; P < 0,05

¹¹²⁰ X2(1) 4166; P < 0,05

GRÁFICO 20
Distribuição do valor-notícia Polêmica (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao contrário das grandes coberturas adversárias nacionais, a cobertura governamental no âmbito regional não se baseou nos escândalos políticos, denúncias de corrupção e operações da Polícia Federal. Equivalente a 0,1%, a subcategoria Escândalo é rara nos dois periódicos, ficando às custas do Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul à época. Giovani Feltes, em palestra com empresários na Associação Comercial e Industrial de Carlos Barbosa, teria assumido a prática do Caixa 2 em campanhas eleitorais, que consiste em não registrar a doação de recursos financeiros de organizações privadas. No período, a Operação Lava Jato questionava a prática como lavagem de dinheiro. A declaração não rendeu desdobramentos mais sérios ao político.

A controversa, ao contrário, percorre a cobertura governamental: a subcategoria foi identificada em 80,6% dos textos jornalísticos do *Zero Hora* e 65,3% do *Correio do Povo*. A subcategoria representou 99,9% dos textos com o valor-notícia Polêmica. O controverso, neste contexto, é o alicerce de uma cobertura jornalística que envolve temas ardilosos ou que exigem uma resposta dos atores governamentais. É inimaginável noticiar uma crise econômica sem polemizar o assunto. Nem cobrar a solução da violência urbana sem questionar os responsáveis pela segurança.

6.16.1 O padrão governamental: Polêmica

A Polêmica é um valor-notícia singular à cobertura governamental (ver Quadro 39). No *Correio do Povo*, trata-se de um atributo relevante à Capa¹¹²¹, comprovado pelo coeficiente de 13,5%. *Reforma do Estado pode ser ampliada*, do dia 2 de novembro, é baseada na polêmica gerada pelas mudanças controversas propostas por Sartori. A matéria ocupou destaque secundário na primeira página. Local na Capa¹¹²² demonstrou correlação de 15,3%, relevando uma inclinação Chamada de Capa e Manchete Principal. É ainda um valor-notícia associado, na ordem de 9%, à Página Par¹¹²³. A Política¹¹²⁴ é uma seção com vocação à Polêmica. A concentração acima da distribuição normal, de 31,1% indicou preferência pela disputa de versões, constatações políticas e eventuais críticas aos atores ou às ações de governos. *Frame Política*¹¹²⁵ também apontou associação, na casa de 17,5%. As editoriais Rural¹¹²⁶ (-13,3%), Geral¹¹²⁷ (-12,7%), Economia¹¹²⁸ (-7,7) e Polícia¹¹²⁹ (-6,4%) apresentaram uma direção oposta, revelando não serem os espaços mais compatíveis à polêmica.

A predominância da Editoria de Política refletiu numa preferência pela Coluna¹¹³⁰, com associação de 16,9%. A Reportagem, formato reconhecido pela profundidade, obteve coeficiente de 9,8% e a Notícia¹¹³¹, de -8,3%. A Origem foi, prioritariamente, da Fonte¹¹³², com 12,1%, Tipo de Fonte¹¹³³, Primária e Secundária, com 8,4%. A Polêmica estava relacionada às fontes OFF¹¹³⁴, Institucional¹¹³⁵ e Documental¹¹³⁶. A variável apresentou correlação de 12,3%, 14% e 7,6%, respectivamente. A Hierárquica¹¹³⁷, com associação de -10,7%, mostrou um elo entre o polêmico e os atores governamentais de baixo escalão. A Fonte Assessoria¹¹³⁸ também não é prioridade, visto a correlação negativa de -15,6%

¹¹²¹ X2(1) 20636; P < 0,05

¹¹²² X2(3) 26339; P < 0,05

¹¹²³ X2(1) 9039; P < 0,05

¹¹²⁴ X2(1) 108964; P < 0,05

¹¹²⁵ X2(1) 34429; P < 0,05

¹¹²⁶ X2(1) 19885; P < 0,05

¹¹²⁷ X2(1) 18227; P < 0,05

¹¹²⁸ X2(1) 6768; P < 0,05

¹¹²⁹ X2(1) 4661; P < 0,05

¹¹³⁰ X2(1) 32176; P < 0,05

¹¹³¹ X2(1) 7794; P < 0,05

¹¹³² X2(1) 16433; P < 0,05

¹¹³³ X2(3) 7886; P < 0,05,

¹¹³⁴ X2(1) 22116; P < 0,05

¹¹³⁵ X2(1) 17120; P < 0,05

¹¹³⁶ X2(1) 6464; P < 0,05

¹¹³⁷ X2(1) 12971; P < 0,05

¹¹³⁸ X2(1) 7886; P < 0,05

A Polêmica se correlacionou com uma abordagem mais nobre do Poder Executivo. A Notoriedade Hierárquica¹¹³⁹ obteve uma associação de 29,1% e o Personalismo¹¹⁴⁰, 13,7%. O teste é um indicativo de que existe uma compreensão de que uma cobertura governamental deve seguir o parâmetro: pautas polêmicas, preferencialmente, devem envolver ou o governo do estado ou o governador. A variável repetiu o comportamento de outros atributos: quanto mais valores-notícia, maior a chance de ser transformado num produto noticioso. Neste caso, existia uma correlação de 26,7%, 22,5%, 16,1%, 8,1% e 6,5%, com Conflito¹¹⁴¹, Justiça¹¹⁴², Emoção¹¹⁴³, Impacto¹¹⁴⁴ e Tragédia¹¹⁴⁵. Raridade¹¹⁴⁶ e Conhecimento¹¹⁴⁷ sinalizaram um coeficiente negativo de -13,3% e -9,3%.

A preferência pelo Desdobramento¹¹⁴⁸ (38,5%) foi referendada pelo grau de interação significativo com Crise¹¹⁴⁹, na ordem de 50,6%. A polêmica caminha lado a lado à cobertura da crise dos servidores públicos e financeira do Rio Grande do Sul. O valor-notícia, dentro das expectativas, reiterou um padrão desfavorável ao governo estadual. As variáveis Enquadramento Negativo¹¹⁵⁰, e Pior para Morar¹¹⁵¹ e Título Crítico¹¹⁵², apontaram correlações, na ordem de 57%, 51,9% e 43%, consideradas altas para o padrão encontrado nos periódicos examinados. As consequências de uma cobertura contrária podem ser observadas numa passividade dos atores governamentais. Participação¹¹⁵³ obteve coeficiente de -36,4% e Tom Resposta¹¹⁵⁴ de 21,9%.

¹¹³⁹ X2(1) 95448; P < 0,05

¹¹⁴⁰ X2(1) 21077; P < 0,05

¹¹⁴¹ X2(1) 80451; P < 0,05

¹¹⁴² X2(1) 57099; P < 0,05

¹¹⁴³ X2(1) 29371; P < 0,05

¹¹⁴⁴ X2(1) 7359; P < 0,05

¹¹⁴⁵ X2(1) 4818; P < 0,05

¹¹⁴⁶ X2(1) 19827; P < 0,05

¹¹⁴⁷ X2(1) 9751; P < 0,05

¹¹⁴⁸ X2(1) 167462; P < 0,05

¹¹⁴⁹ X2(3) 288869; P < 0,05

¹¹⁵⁰ X2(1) 365831; P < 0,05

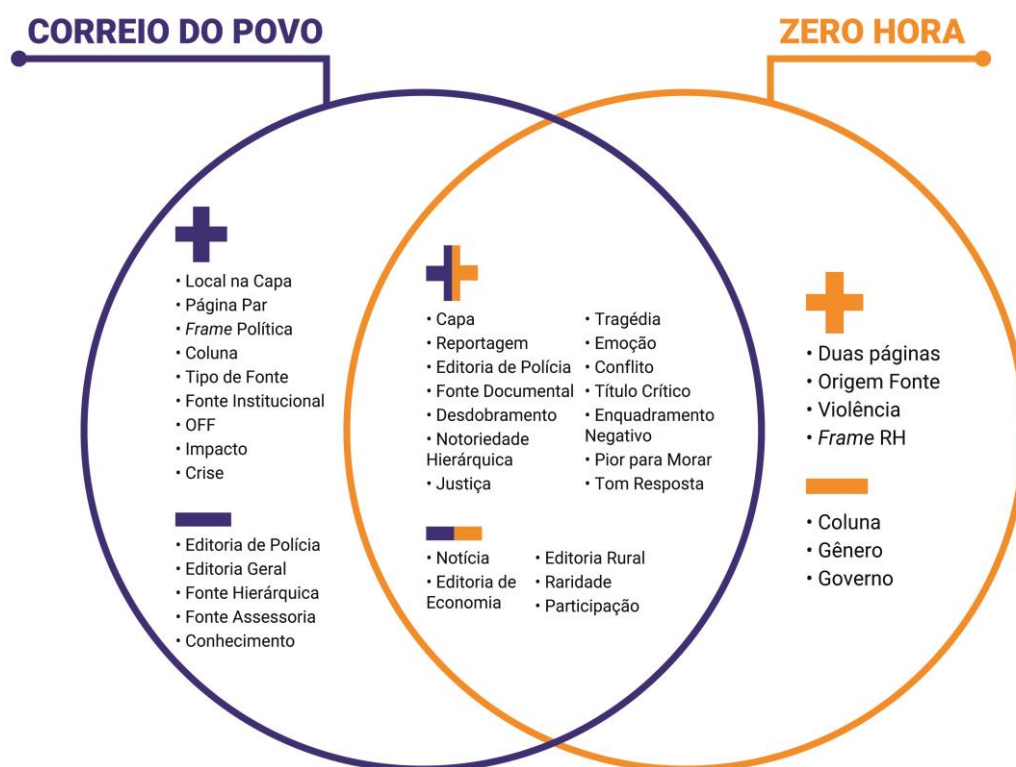
¹¹⁵¹ X2(1) 303403; P < 0,05

¹¹⁵² X2(1) 212645; P < 0,05

¹¹⁵³ X2(1) 149114; P < 0,05

¹¹⁵⁴ X2(1) 53956; P < 0,05

QUADRO 39
Variáveis com associação estatística com valor-notícia Polêmica



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Zero Hora* reproduziu um padrão com elementos semelhantes ao concorrente. A Polêmica foi um atributo importante a Capa¹¹⁵⁵. O coeficiente foi 19,5%. A influência do valor-notícia foi reconhecida na maior disposição das matérias que ocuparam Duas Páginas¹¹⁵⁶ e enquadradas no formato Reportagem¹¹⁵⁷. Os coeficientes foram de 9,9% e 12,5%, respectivamente. A Coluna¹¹⁵⁸ e Notícia¹¹⁵⁹ não gozaram do mesmo prestígio. As variáveis apontaram concentrações abaixo da distribuição normal, na ordem de -7,8% e -7,2%. Gênero¹¹⁶⁰ indicou associação negativa com o atributo, -8,7%, expressando uma maior disposição do texto opinativo em conter a Polêmica. A opinião foi uma característica que distinguiu o ZH e o CP.

¹¹⁵⁵ X2(1) 17185; P < 0,05

¹¹⁵⁶ X2(1) 9179; P < 0,05

¹¹⁵⁷ X2(1) 14745; P < 0,05

¹¹⁵⁸ X2(1) 5773; P < 0,05

¹¹⁵⁹ X2(1) 4856; P < 0,05

¹¹⁶⁰ X2(1) 7138; P < 0,05

Priorizando as pautas com Origem Fonte¹¹⁶¹ (19,7%), o atributo não foi um elemento de destaque às Editoriais de Economia¹¹⁶² e Rural¹¹⁶³, com correlação de -6,2% e -8,9%. A seção de Polícia¹¹⁶⁴, pelo contrário, indicou um coeficiente 6,4%. A seção foi marcada pelas controversas em torno do combate à violência por parte da Secretaria de Segurança Pública, como em *Reforço policial ofuscado pela violência*, do dia 16 de março, quando o veículo questionou a capacidade do Poder Executivo em resolver as demandas de segurança, mesmo com um maior efetivo de policiais.

Com uma maior disposição à Fonte Documental¹¹⁶⁵ (11,7%), o valor-notícia apresentou uma concentração acima do normal, de 22,6% com Desdobramento¹¹⁶⁶, constando como um atributo que favoreceu a continuidade de determinadas coberturas. Como o concorrente, a proeminência foi de alto escalão. A Notoriedade Hierárquica¹¹⁶⁷ apontou correlação de 8,7%, entretanto, Personalismo não obteve significância estatística. A Polêmica estava associada aos valores-notícia como Tragédia¹¹⁶⁸, Emoção¹¹⁶⁹, Justiça¹¹⁷⁰, Conflito¹¹⁷¹ e Violência¹¹⁷², na ordem de 21,6%, 21,3%, 17%, 15,8% e 11,6%. Raridade¹¹⁷³ (-18,1%) e Governo¹¹⁷⁴ (-6,2%).

A Polêmica foi atribuída ao *Frame* RH¹¹⁷⁵, na ordem de 14,2%. Os quadros relativos aos recursos financeiros e humano foram fundamentais à cobertura da Crise¹¹⁷⁶ (35,3%). A atenção esteve voltada para os problemas econômicos do estado e as controversas com servidores públicos. O atributo fez parte de um padrão de cobertura desfavorável ao Poder executivo: Enquadramento Negativo¹¹⁷⁷, Pior para Morar¹¹⁷⁸ e Título Crítico¹¹⁷⁹ apontaram correlação 25,2%, 40,7%, 37,6% e 25,2%. Participação¹¹⁸⁰,

¹¹⁶¹ X2(1) 36390; P < 0,05

¹¹⁶² X2(1) 3643; P < 0,05

¹¹⁶³ X2(1) 7451; P < 0,05

¹¹⁶⁴ X2(1) 3832; P < 0,05

¹¹⁶⁵ X2(1) 12847; P < 0,05

¹¹⁶⁶ X2(1) 48068; P < 0,05

¹¹⁶⁷ X2(1) 7124; P < 0,05

¹¹⁶⁸ X2(1) 43959; P < 0,05

¹¹⁶⁹ X2(1) 23444; P < 0,05

¹¹⁷⁰ X2(1) 27219; P < 0,05

¹¹⁷¹ X2(1) 95448; P < 0,05

¹¹⁷² X2(1) 12748; P < 0,05

¹¹⁷³ X2(1) 30848; P < 0,05

¹¹⁷⁴ X2(1) 3604; P < 0,05

¹¹⁷⁵ X2(1) 18991; P < 0,05

¹¹⁷⁶ X2(3) 117228; P < 0,05

¹¹⁷⁷ X2(1) 95448; P < 0,05

¹¹⁷⁸ X2(1) 132786; P < 0,05

¹¹⁷⁹ X2(1) 59529; P < 0,05

¹¹⁸⁰ X2(1) 78477; P < 0,05

com associação negativa de -28,9%, repetiu a passividade do governo, conforme observado na concorrente, demandando um Tom Resposta¹¹⁸¹, na ordem de 20,4%.

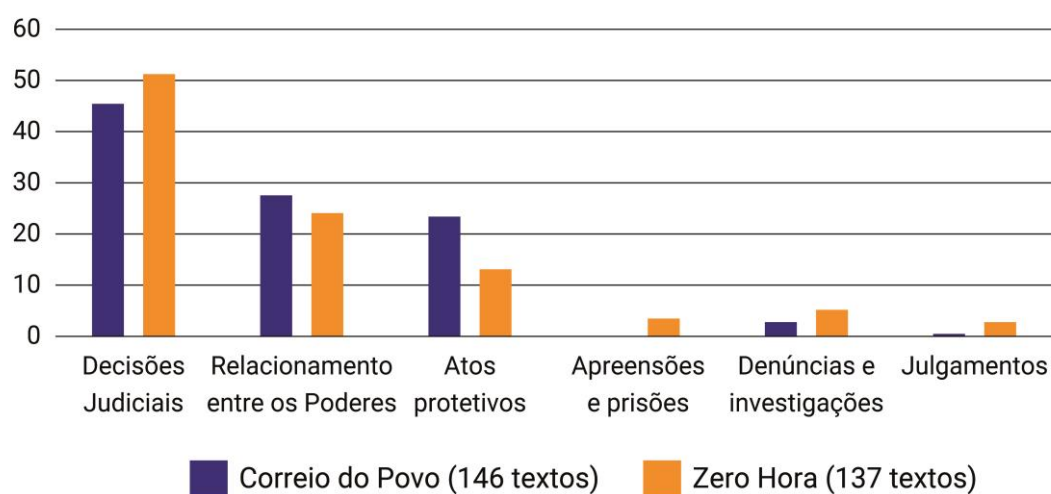
6.17 Justiça

A Constituição Federal de 1988 concedeu maior autonomia ao Poder Judiciário. À época, repercutindo um fenômeno ocidental, adotou controles mais claros aos demais poderes, de forma que além de negociar com o Legislativo, o Executivo teve que se atentar aos princípios constitucionais para não infringir a legislação (CARVALHO, 2004). A consequência foi a judicialização da política. Isto é, encorajou-se uma conduta de acionar o Judiciário a todo momento, como em *Recurso à justiça é cogitada*, circulada no Correio do Povo, no dia 14 de dezembro de 2016. Por outro lado, instituições de controle – como o Ministério Público – tiveram seus papéis fortalecidos, especialmente nos primeiros anos do Século XXI, liderando operações e investimentos contra políticos e servidores públicos.

Nascimento (2013, p. 69) destaca que a vocação à cobertura de denúncias de imprensa brasileira aumentou nos últimos anos devido “[...] os valores-notícia contidos em uma denúncia [...] e avanço do processo democrático no país, que criou ferramentas para a investigação jornalística”. O valor-notícia Justiça, neste contexto, se enquadra como um atributo que remete à judicialização da política e à influência do Poder nas atribuições do Executivo. Conforme o gráfico 21, ele é dividido em 1) Decisões Judiciais; 2) Relacionamento entre os Poderes; 3) Atos protetivos; 4) Denúncias e investigações; 5) Apreensões e prisões; 6) Julgamento.

¹¹⁸¹ X2(1) 39138; P < 0,05

GRÁFICO 21
Distribuição do valor-notícia Justiça (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

A cobertura regional do Poder Executivo é conduzida de uma maneira diferente do que a nacional. Se as Denúncias, Investigações e Julgamentos são comuns à política em Brasília, no nosso objeto, são escassos os casos. Nota veiculada no *Correio do Povo* no dia 1º de novembro de 2016, intitulada *Suspensão julgamento sobre intervenção*, é a única referência a subcategoria no CP. O ZH apresentou quatro menções. Denúncias e Investigações, equivalentes a 3% e 5% dos textos do *Correio do Povo* e *Zero Hora*, pode ser situada pela matéria do dia 3 de novembro, no periódico da *RBS*, denominada *MP vai investigar Badesul*. A subcategoria Apreensões e Prisões não foi classificada em texto algum do CP e em cinco casos no ZH, como em *Delegado é suspeito de financiar facção*, do dia 22 de fevereiro de 2017. A reportagem cobriu a prisão do policial.

Valor-notícia encontrado em cerca de 15% da cobertura governamental, a Justiça predominou em suas versões Decisão Judicial, Relacionamento entre poderes e Atos Protetivos. A primeira, em 45,5% dos textos do *Correio do Povo* e 51,1% do *Zero Hora*, marcou a judicialização da política. Em outras palavras, referia-se à tomada de posição do Poder Judiciário sobre ações impetradas contra o Executivo, comum a um processo de reforma do Estado que previa mudanças estatutárias à carreira do servidor público e a privatização e extinção de órgãos públicos. No dia 20 de dezembro de 2016, o CP noticiou o fim de uma batalha judicial entre a Companhia Estadual de Silos e Armazéns do Rio Grande do Sul e servidores, em *Cesa fecha acordo com sindicato*. Em outro exemplo, o

Zero Hora publicou *Justiça obriga Estado a revelar benefícios fiscais*, em 29 de novembro de 2016.

Representando 27,5% do *Correio do Povo* e 24,1% do *Zero Hora*, a subcategoria Relacionamento entre os Poderes revelou uma faceta política dos atores do Judiciário. Como em *Poderes prevêm dificuldades*, na seção de Política do CP do dia 20 de dezembro de 2016, a cobertura jornalística deu voz às lideranças desse campo para opinar sobre medidas ou políticas implantadas pelo Executivo. Destacamos que a reforma proposta por Sartori previa a redução no repasse financeiro ao Judiciário. Atos protetivos, simbolizado, na grande maioria, por mandados de segurança contra deliberações do governo estadual, significou 23,4% e 13,1% no CP e ZH. *Urgência pode provocar corrida ao judiciário*, do dia 25 de novembro de 2016, projetou o risco de emergir uma série de medidas legais contra rito de urgência da reforma fiscal do Estado na Assembleia Legislativa.

6.17.1 O padrão governamental: Justiça

O valor-notícia Justiça é uma variável dependente Editoria de Política¹¹⁸², no *Correio do Povo*. O coeficiente foi de 12,1%. O noticiário sobre a Crise¹¹⁸³ (11,9%) foi um atenuante que contribuiu para entender a correlação negativa com *Frame* Político¹¹⁸⁴, de -11,6%. *Frames*¹¹⁸⁵ (55,5%) prioritário é Constitucionalidade, referendado pela vocação às Fontes Documental¹¹⁸⁶ (21%) e Institucional¹¹⁸⁷ (9%). As Editorias Geral¹¹⁸⁸ e Cidade¹¹⁸⁹, ambas com associação de -6,1%, pelo contrário, revelaram que o atributo não é primordial as seções.

Correlacionada com Desdobramento¹¹⁹⁰ (6,4%), Justiça, na ordem de 22,5%, se associou ao valor-notícia Polêmica¹¹⁹¹. O elo entre os dois atributos foi especificado em *Servidores vão à Justiça*, publicado no dia de 23 de dezembro. Demarcado pelo uso de instrumentos jurídicos para barrar ou garantir determinada política pública ou direito

¹¹⁸² X2(1) 16613; P < 0,05

¹¹⁸³ X2(1) 13322; P < 0,05

¹¹⁸⁴ X2(1) 15066; P < 0,05

¹¹⁸⁵ X2(13) 346967; P < 0,05

¹¹⁸⁶ X2(1) 49541; P < 0,05

¹¹⁸⁷ X2(1) 9082; P < 0,05

¹¹⁸⁸ X2(1) 4253; P < 0,05

¹¹⁸⁹ X2(1) 3688; P < 0,05

¹¹⁹⁰ X2(1) 4641; P < 0,05

¹¹⁹¹ X2(1) 5521; P < 0,05

garantido. O valor-notícia também se correlacionou, na ordem de 28%, 17% e 14,6%, Enquadramento Negativo¹¹⁹², Pior para Morar¹¹⁹³, Título Crítico¹¹⁹⁴, reiterando o caráter crítico dos textos jornalísticos em que esteve presente. O coeficiente negativo de -14,6% com Participação¹¹⁹⁵ revelou que o governo estadual é demandado a participar dos textos jornalísticos, sem que tenha controle ou seja o proponente de tal ação, política ou evento. Conhecimento¹¹⁹⁶, ao contrário, não é condizente com a variável. O coeficiente foi de -6,1%.

QUADRO 40
Variáveis com associação estatística com valor-notícia Justiça



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Zero Hora* indicou uma influência ainda maior da variável Justiça (Quadro 40). O atributo apontou correlação com Reportagem¹¹⁹⁷ e Duas Páginas¹¹⁹⁸, na ordem de 22,4% e 17,4%. Faz parte da conta: quanto mais valores-notícia, maior o destaque,

¹¹⁹² X2(1) 48746; P < 0,05

¹¹⁹³ X2(1) 32395; P < 0,05

¹¹⁹⁴ X2(1) 57099; P < 0,05

¹¹⁹⁵ X2(1) 24141; P < 0,05

¹¹⁹⁶ X2(1) 4210; P < 0,05

¹¹⁹⁷ X2(1) 47321; P < 0,05

¹¹⁹⁸ X2(1) 28354; P < 0,05

refletindo-se em uma associação com Capa¹¹⁹⁹, na ordem de 11,1%. A Coluna, ao contrário, indicou que não estava entre as prioridades do jornal, com um coeficiente de -18,1%, bem como a Editoria de Economia¹²⁰⁰, com -8,4%. A Seção de Polícia¹²⁰¹, local da exposição dos problemas enfrentados por detentos que foram mantidos em espaços sem condições adequadas, apontou correlação de 9,9%. Os *Frames*¹²⁰² (45,5%) de referência foram Constitucionalidade e Justiça e Igualdade. Crise¹²⁰³ indicou concentração acima da distribuição normal de 11,9%, O foco principal foram as demandas da segurança pública.

Tipo de Fonte¹²⁰⁴ demonstrou preferência pelas Primária e Secundária, com coeficiente de 18,1%. Entre essas, as Fontes Documental¹²⁰⁵, Especializada¹²⁰⁶, Assessoria¹²⁰⁷ e Institucional¹²⁰⁸ obtiveram correlação de 28,5%, 17,9%, 9,1% e 7,9%, respectivamente. Priorizando, como a concorrente, o Desdobramento¹²⁰⁹ (7,5%) dos acontecimentos, o atributo se associou, na ordem de 21,8%, 19,2%, 17%, 11,9%, 11,5% e 7,7%, ao Emoção¹²¹⁰, Tragédia¹²¹¹, Polêmica¹²¹², Impacto¹²¹³, Conflito¹²¹⁴ e Violência¹²¹⁵. Governo¹²¹⁶, ao contrário, apresentou coeficiente negativo de -12,3%. O Enquadramento Negativo¹²¹⁷ apontou concentração acima da distribuição normal em 10,1%, ao passo que resposta¹²¹⁸ indicou correlação de 11,2%.

6.18 Tragédia

Chuvas em excesso. Temporal que invade casas e destrói móveis e eletrodomésticos. Moradores desabrigados e familiares desaparecidos. A comoção toma

¹¹⁹⁹ X2(1) 11647; P < 0,05

¹²⁰⁰ X2(1) 6686; P < 0,05

¹²⁰¹ X2(1) 5231; P < 0,05

¹²⁰² X2(13) 186499; P < 0,05

¹²⁰³ X2(1) 13322; P < 0,05

¹²⁰⁴ X2(3) 30744; P < 0,05

¹²⁰⁵ X2(1) 76461; P < 0,05

¹²⁰⁶ X2(1) 30210; P < 0,05

¹²⁰⁷ X2(1) 7830; P < 0,05

¹²⁰⁸ X2(1) 5907; P < 0,05

¹²⁰⁹ X2(1) 5246; P < 0,05

¹²¹⁰ X2(1) 44788; P < 0,05

¹²¹¹ X2(1) 34586; P < 0,05

¹²¹² X2(1) 27219; P < 0,05

¹²¹³ X2(1) 13373; P < 0,05

¹²¹⁴ X2(1) 12409; P < 0,05

¹²¹⁵ X2(1) 5598; P < 0,05

¹²¹⁶ X2(1) 14201; P < 0,05

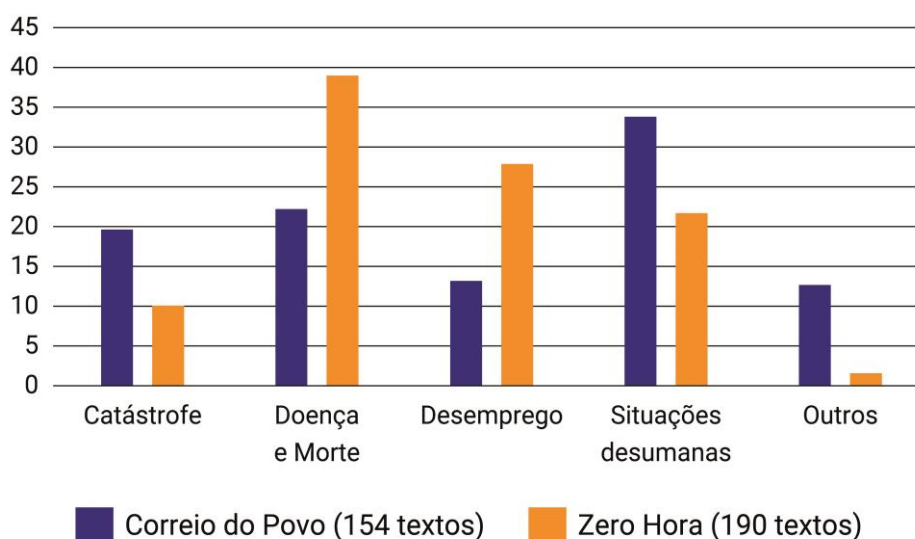
¹²¹⁷ X2(1) 9665; P < 0,05

¹²¹⁸ X2(1) 11856; P < 0,05

conta da população atingida, como em *Moradores continuam fora de casa*, veiculada pelo *Correio do Povo* no dia 26 de outubro de 2016. O valor-notícia Tragédia é uma característica clássica do jornalismo. É o atributo que retrata a emoção, o improvável, o inesperado, uma alteração na ordem natural da vida. Os acontecimentos trágicos, como a calamidade pública imposta por uma tempestade, normalmente, exigem respostas do Poder Público: seja para auxiliar os moradores ou monitorar as condições climáticas.

O valor-notícia é, conforme gráfico 22, subdividido em 1) Catástrofe; 2) Doença e morte; 3) Desemprego; 4) Situações desumanas; 5) Outros (Acidente, briga e agressões).

GRÁFICO 22
Distribuição do valor-notícia Tragédia (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

A Tragédia é recorrente na cobertura governamental. O valor-notícia equivaleu a 13,6% dos textos jornalísticos no *Correio do Povo* e 20,2% do *Zero Hora*. A diferença de cerca de 36 textos entre o CP e ZH foi fruto de olhar mais atencioso às pautas de segurança pública por parte do periódico da *RBS*. A categoria Doença e Morte é um bom exemplo da desproporcionalidade. Com 38,9%, foi a principal referência a Tragédia no *Zero Hora*, enquanto foi a segunda no CP, com 22,1%. É o caso de *Capital registra aumento de 84% nos assassinatos*, do dia 2 de dezembro de 2016. Na seção de Segurança, em que o veículo apresentou o balanço de indivíduos que foram assassinados no ano, se unindo a outros 60 textos jornalísticos que fizeram referência à morte, 34 desses na seção de Polícia.

Situações desumanas são uma realidade noticiada em 33,7% dos textos do *Correio do Povo* e 21,7% do *Zero Hora*. A categoria é direcionada a um contexto específico à época. Devido à falta de unidades prisionais, os detidos flagrados pela polícia foram alocados em viaturas até surgirem vagas. Exemplificado pela matéria do CP, *Detidos esperavam vaga no veículo*, no dia 2 de dezembro de 2016, a condição motivou textos opinativos e informativos de denúncias, exigências e possíveis soluções. O Desemprego, circunstanciado pela crise financeira e dos servidores públicos, representa 13,1% do noticiário de Tragédia no *Correio do Povo* e 27,8% do *Zero Hora*.

Um vestígio da categoria é *Desemprego. Correio do Povo*, no dia 16 de janeiro, informou sobre a possibilidade da empresa Rumo ALL encerrar suas atividades em portos gaúchos. *Proibida demissão em massa na Corag*, por outro lado, simbolizou a luta de funcionários para não ser demitidos com a extinção de instituições públicas. A matéria é do ZH, no dia 5 de janeiro de 2017. A Catástrofe fez referência aos eventos naturais. Equivalente à 19,5% e 10% dos textos do *Correio do Povo* e *Zero Hora*, foi representada pelos estragos da chuva em cidades da região metropolitana de Porto Alegre. Outros (12,6% no CP e 1,5% no ZH) podem ser encontrados em *Protesto na ERS786 contra a alta velocidade*, motivada por acidentes ocorridos na rodovia.

6.18.1 O padrão governamental: Tragédia

A produção noticiosa do *Zero Hora* repetiu um padrão ante os valores-notícias: preferência pela Reportagem (31,2%) e Duas Páginas (25,8%). Novamente, uma consequência da operação matemática: quanto mais atributos, maior a chance de se tornar notícia e se destacar. No periódico, a Notícia¹²¹⁹ indicou correlação de 13,5%. A Coluna¹²²⁰, formato mais curto, apresentou associação negativa, na ordem de - 34,2%. Tragédia é um elemento associado à Capa¹²²¹, na ordem de 18,3%. À quarta-feira¹²²² (- 9,5%) não são os melhores dias para os textos que envolvem a variável analisada.

A dinâmica das Editorias de Política¹²²³, Economia¹²²⁴ e Rural¹²²⁵, não condiz com as características da Tragédia. O coeficiente, de -30,3%, -7,9% e -7,2%, reforça o

¹²¹⁹ X2(1) 17053; P < 0,05

¹²²⁰ X2(1) 110191; P < 0,05

¹²²¹ X2(1) 31486; P < 0,05

¹²²² X2(1) 8250; P < 0,05

¹²²³ X2(1) 86301; P < 0,05

¹²²⁴ X2(1) 5891; P < 0,05

¹²²⁵ X2(1) 4886; P < 0,05

entendimento de que os acontecimentos trágicos não foram, prioritariamente, publicados nestas seções temáticas. Por outro lado, as Editoriais de Polícia¹²²⁶ (39,7%) e Cidade¹²²⁷ (6,5%) detiveram o perfil necessário para cobrir os acontecimentos. A primeira seção vinculou-se às pautas sobre violência urbana, evocando os acontecimentos que envolviam mortes e situações desumanas, sustentada pela crise no sistema carcerário. O segmento Cidade sofreu influência das consequências drásticas da chuva nas cidades da região metropolitana de Porto Alegre. A variável também apontou uma distribuição acima do normal de Origem Fonte¹²²⁸, na ordem de 8,3%.

A preferência pelos Tipo de Fonte¹²²⁹ Primária e Secundária (7,1%) dá espaço a participação de diversas fontes. A variável apresentou correlação com Fonte Cidadã¹²³⁰, Especializada¹²³¹, Assessoria¹²³², Documental¹²³³, Institucional¹²³⁴ e Hierárquica¹²³⁵, na ordem de 26,1%, 16,8%, 14,9%, 13,7%, 8,9% e 7,1%, nesta sequência. O valor-notícia não correspondeu ao *Frame* Política¹²³⁶ e nem ao *Frame* RH¹²³⁷. As duas variáveis apontaram associação negativa de -16,1% e -12,9%, respectivamente. Os quadros preferencias foram: os quadros propícios ao atributo tragédia foram Justiça e Igualdade, Segurança e Saúde. É o que apontou a dependência, na ordem de 49,5%, com *Frames*¹²³⁸.

A Tragédia é uma característica, prioritariamente, regionalizada e que envolve a proeminência de alta hierarquia (Ver Quadro 41). Circulação¹²³⁹ apontou correlação de 11,4% e Notoriedade Hierárquica¹²⁴⁰ de 15,9%. A variável repetiu o comportamento de outros valores-notícias, correlacionando com diversos atributos Emoção¹²⁴¹,

¹²²⁶ X2(1) 147810; P < 0,05

¹²²⁷ X2(1) 3981; P < 0,05

¹²²⁸ X2(1) 6532; P < 0,05

¹²²⁹ X2(3) 56228; P < 0,05

¹²³⁰ X2(1) 63795; P < 0,05

¹²³¹ X2(1) 26673; P < 0,05

¹²³² X2(1) 20865; P < 0,05

¹²³³ X2(1) 17756; P < 0,05

¹²³⁴ X2(1) 7434; P < 0,05

¹²³⁵ X2(1) 4699; P < 0,05

¹²³⁶ X2(1) 24291; P < 0,05

¹²³⁷ X2(1) 15619; P < 0,05

¹²³⁸ X2(13) 229986; P < 0,05

¹²³⁹ X2(1) 12223; P < 0,05

¹²⁴⁰ X2(1) 23821; P < 0,05

¹²⁴¹ X2(1) 413290; P < 0,05

Violência¹²⁴², Impacto¹²⁴³, Justiça¹²⁴⁴, Conflito¹²⁴⁵, Polêmica¹²⁴⁶ e Conhecimento¹²⁴⁷ que apresentaram associação de 63,3%, 45,4%, 25,8%, 19,2%, 18,4%, 11,4% e 8,2%, nesta sequência. A Tragédia também se fez presente nos textos sobre a Crise¹²⁴⁸ (41,7%), principalmente nas questões de segurança pública.

O atributo se atrelou uma cobertura negativa ao Poder Executivo. Título Crítico¹²⁴⁹, Enquadramento Negativo¹²⁵⁰ e Pior para Morar¹²⁵¹ indicaram correlação de 11,9%, 13,7% e 25,4%. A consequência pode ser vista no Tom Resposta¹²⁵², com coeficiente de 17,3%, marcado por ser uma ação passiva, sendo demandado a comentar sobre determinado tema. Por outro lado, a participação do governador ficou em segundo plano. Personalismo¹²⁵³ apontou associação de -11,2%.

¹²⁴² X2(1) 193435; P < 0,05

¹²⁴³ X2(1) 62759; P < 0,05

¹²⁴⁴ X2(1) 34856; P < 0,05

¹²⁴⁵ X2(1) 31929; P < 0,05

¹²⁴⁶ X2(1) 12266; P < 0,05

¹²⁴⁷ X2(1) 6289; P < 0,05

¹²⁴⁸ X2(3) 163279; P < 0,05

¹²⁴⁹ X2(1) 13334; P < 0,05

¹²⁵⁰ X2(1) 17573; P < 0,05

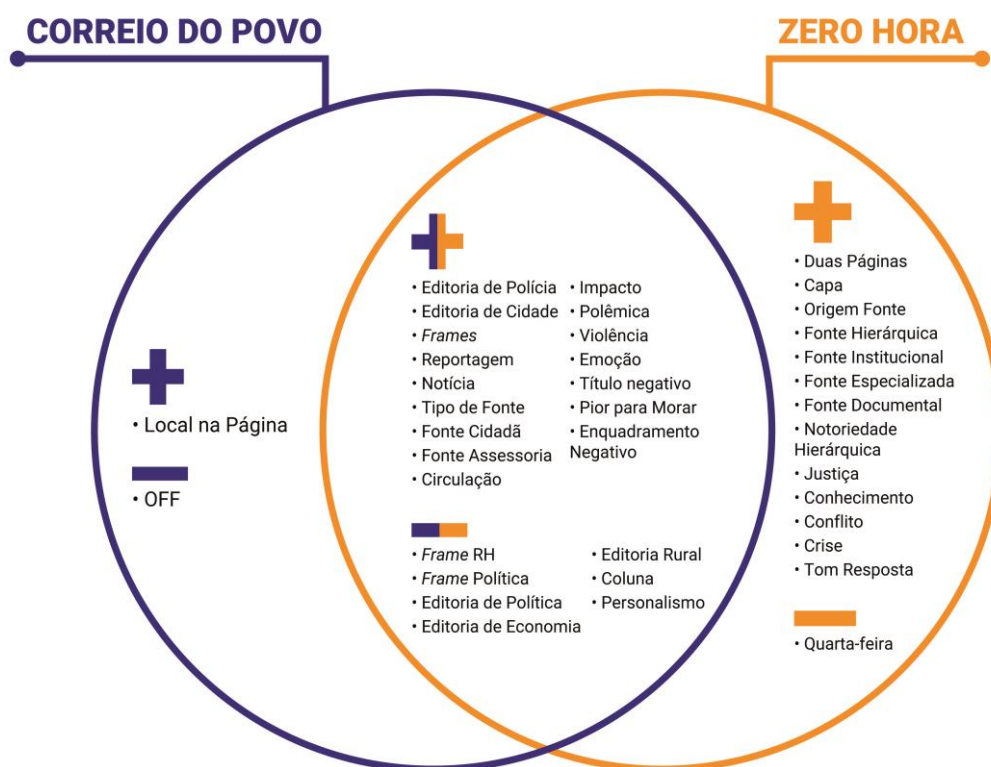
¹²⁵¹ X2(1) 60451; P < 0,05

¹²⁵² X2(1) 28278; P < 0,05

¹²⁵³ X2(1) 11881; P < 0,05

QUADRO 41

Variáveis com associação estatística com valor-notícia Tragédia



Fonte: Elaborado pelo autor

A Tragédia no *Correio do Povo* teve prioridade: Meia Página e Duas Páginas. Local na página¹²⁵⁴ obteve um coeficiente de 13,1%. As Editorias de Polícia¹²⁵⁵, Geral¹²⁵⁶ e Cidade¹²⁵⁷ apresentaram uma associação de 25,1%, 13,8% e 9,1%, respectivamente. São seções temáticas que retrataram o cotidiano da população: os crimes que abarcaram a insegurança pública, as catástrofes nos municípios, as consequências da ausência do serviço público de qualidade. Os *Frames*¹²⁵⁸ (43,2%) reforçaram os quadros prioritários: Justiça e Igualdade, Segurança e Saúde. *Frame* Política¹²⁵⁹ e RH¹²⁶⁰ apresentaram coeficiente negativo de -19,4% e -7,4%. Da mesma maneira, as seções de Política¹²⁶¹,

¹²⁵⁴ X2(7) 19337; P < 0,05

¹²⁵⁵ X2(1) 71015; P < 0,05

¹²⁵⁶ X2(1) 21493; P < 0,05

¹²⁵⁷ X2(1) 9410; P < 0,05

¹²⁵⁸ X2(13) 210727; P < 0,05

¹²⁵⁹ X2(1) 42363; P < 0,05

¹²⁶⁰ X2(1) 6105; P < 0,05

¹²⁶¹ X2(1) 42363; P < 0,05

Rural¹²⁶² e Economia¹²⁶³; indicaram concentrações abaixo da distribuição normal, na ordem de -19,4%, -9,5% e 8,3%.

A Coluna¹²⁶⁴ não foi o formato mais adequado a Tragédia, dado o coeficiente de -14,4%. A Notícia¹²⁶⁵ e Reportagem¹²⁶⁶, ao contrário, apontaram correlação positiva, na ordem de 11,5% e 6,7%. Tipo de Fonte¹²⁶⁷ Primária e Secundária, com coeficiente de 10,1%, se enquadrou nos textos jornalísticos maiores, com mais informações e uma pluralidade de fontes consultadas. A Fonte Cidadã¹²⁶⁸ e Assessoria¹²⁶⁹ apresentaram concentrações acima da distribuição normal, na ordem de 7,2% e 12,1%. OFF¹²⁷⁰, característica típica da coluna, obteve uma associação negativa de -9,4%. A Tragédia, como na concorrente, é regionalizada, vista a correlação de 8,4% com Circulação¹²⁷¹.

O atributo se associou aos valores-notícia Emoção¹²⁷², Violência¹²⁷³, Impacto¹²⁷⁴ e Polêmica¹²⁷⁵, na ordem de 62,3%, 22,9%, 15,5% e 6,5%, respectivamente. Como no *Zero Hora*, o *Correio do Povo* utilizou a Tragédia como um elemento que tendia a reforçar um posicionamento negativo ao Poder Executivo. Pior para Morar¹²⁷⁶, Enquadramento Negativo¹²⁷⁷, Título Crítico¹²⁷⁸ apresentaram correlações de 13,3%, 6,8% e 6,4%, respectivamente. O governador tendia a ser poupado, vista a correlação negativa com Personalismo¹²⁷⁹, de -9,8%, ao mesmo tempo em que o Tom Resposta¹²⁸⁰ apontou associação de 21,7%.

¹²⁶² X2(1) 10117; P < 0,05

¹²⁶³ X2(1) 7697; P < 0,05

¹²⁶⁴ X2(1) 23514; P < 0,05

¹²⁶⁵ X2(1) 14870; P < 0,05

¹²⁶⁶ X2(1) 5010; P < 0,05

¹²⁶⁷ X2(3) 11540; P < 0,05

¹²⁶⁸ X2(1) 5858; P < 0,05

¹²⁶⁹ X2(1) 16502; P < 0,05

¹²⁷⁰ X2(1) 9939; P < 0,05

¹²⁷¹ X2(1) 7946; P < 0,05

¹²⁷² X2(1) 437229; P < 0,05

¹²⁷³ X2(1) 59140; P < 0,05

¹²⁷⁴ X2(1) 27005; P < 0,05

¹²⁷⁵ X2(1) 4818; P < 0,05

¹²⁷⁶ X2(1) 19801; P < 0,05

¹²⁷⁷ X2(1) 5166; P < 0,05

¹²⁷⁸ X2(1) 4558; P < 0,05

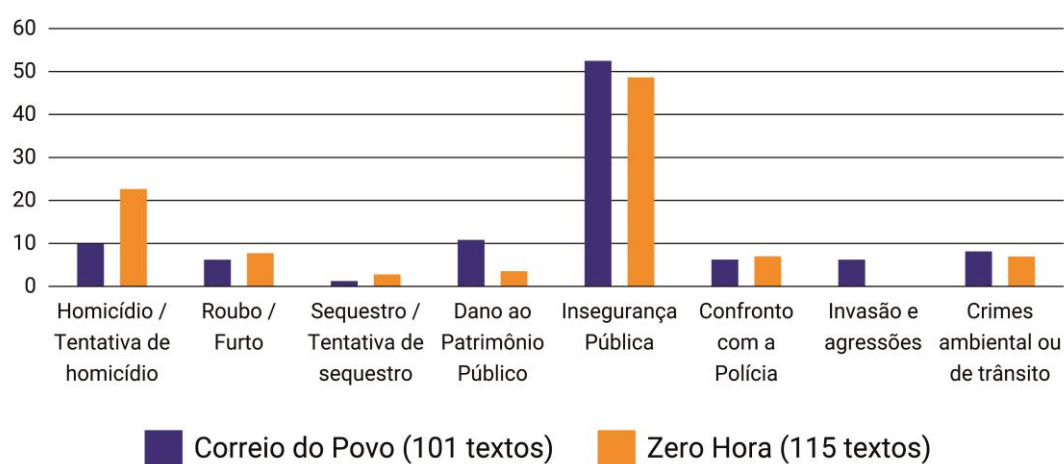
¹²⁷⁹ X2(1) 10854; P < 0,05

¹²⁸⁰ X2(1) 52959; P < 0,05

6.19 Violência

Todos os dias, os municípios brasileiros são recinto dos mais diversos crimes que colocam em dúvida a capacidade do Estado em oferecer segurança aos seus cidadãos. Constantemente, as Polícias Militar ou Civil são convocadas a solucionar crimes (roubos, furtos, agressões, homicídios etc.) que ocupam o cenário urbano e rural. Destes, alguns delitos nem se transformam em estatísticas, outros são reclamados em boletins de ocorrência ou investigação policial e uma minoria recebe a atenção do comando policial de um estado. Não é diferente com a cobertura jornalística. A criminalidade nas páginas de jornais, tão comum nos programas e cadernos policiais, é representada, normalmente, por casos com maior repercussão ou visibilidade. Nesta pesquisa, como observado no Gráfico 23, o valor-notícia é representado pelas subcategorias: 1) Homicídio/Tentativa de homicídio; 2) Roubo/Furto; 3) Sequestro/Tentativa de Sequestro; 4) Dano ao Patrimônio Público; 5) Insegurança Pública; 6) Confronto com a Polícia; 7) Invasão e Agressões; 8) Crimes Ambiental ou de Trânsito.

GRÁFICO 23
Distribuição do valor-notícia Violência (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

Como apresentamos no Quadro 23, a subcategoria Insegurança Pública, definida por aqueles textos policiais que frisam o problema de segurança, sem focar em determinado crime, representou aproximadamente metade do noticiário governamental que envolveu o valor-notícia: 52,4% do *Correio do Povo* e 48,6% do *Zero Hora*. Retrato

da crise vivenciada pelos gaúchos à época, a unidade de análise pode ser exemplificada pela matéria do dia 16 de março de 2017, intitulada *Reforço policial ofuscado pela violência*. Na reportagem, o ZH relatou o cenário preocupante do Rio Grande do Sul, mesmo com o apoio da Força Nacional. Homicídio e Tentativa de Homicídio significou 22,6% dos textos do *Zero Hora* e 9,9% do *Correio do Povo*. Em *Mais um jovem assassinado na Capital*, circulado pelo CP também no dia 16 de março de 2017, o relato tratou sobre o caso de um garoto que foi morto em frente de casa, gerando comoção também midiática.

Dano ao Patrimônio Público, equivalente a 10,8% do *Correio do Povo* e 3,5% do *Zero Hora*, pode ser exemplificado por *Presos depedram micro-ônibus*. No dia 21 de novembro de 2016, o CP noticiou o protesto de detentos, que vandalizaram um veículo de propriedade do Estado. Confronto com polícia, correspondente a 6% no periódico do *Grupo Record* e 6,9% no da *RBS*, pode ser observado em *Protestos contra Temer e Sartori*, quando a brigada militar barrou a manifestação de servidores contrários as reformas dos então governador e presidente. Invasão e Agressão representou 6% do CP e 1% do *Zero Hora*, como em *Praça deve ficar ocupada*, quando servidores protestaram em frente à Assembleia contra a reforma fiscal. O texto é do *Correio do Povo*, publicado no dia 23 de novembro.

Significando 7,9% e 6,9% dos textos do CP e ZH, respectivamente, a subcategoria crime ambiental e de trânsito faz referência a atos administrativos da polícia. É o caso de *Padilha será investigado por crime ambiental*, quando no dia 16 de março de 2017, o ZH noticiou uma ação do Estado contra o ex-ministro que estaria infringindo leis ambientais. No dia 28 de janeiro, o *Correio do Povo* promoveu a matéria *Menos crimes de trânsito*. Embora com um enquadramento positivo, o texto abordou o balanço das infrações de trânsito no ano anterior. Sequestro/tentativa de sequestro representou menos de 3% em ambos os jornais.

6.19.1 O padrão governamental: Violência

A violência não é um elemento que se extingue nas decisões de gabinetes políticos. Ela percorre os municípios gaúchos, tornando-se parte do cotidiano da população e, conseqüentemente, das atenções do Poder Público. Nesse contexto, é um atributo importante para a cobertura jornalística, particularmente a governamental. No

Zero Hora, o valor-notícia está associado às matérias com Duas Páginas¹²⁸¹, com coeficiente de 23,1%. A Reportagem¹²⁸² consistiu no formato preferido da redação, vista a concentração acima da distribuição normal de 27,8%. A variável ainda apresentou correlação de 20,3% na Capa¹²⁸³, a página mais nobre do periódico. É também uma característica com forte interação com a seção de Polícia¹²⁸⁴, de 51,4%, como esperado. Em outra direção, as Editorias de Política¹²⁸⁵, Economia¹²⁸⁶ e Rural¹²⁸⁷ apontaram associação negativa de -24,7%, -10,8% e -7%, respectivamente.

A Coluna¹²⁸⁸ não é um formato prioritário. O valor-notícia apresentou correlação de -28,2%. A preferência é pelo Tipo de Fonte¹²⁸⁹ Primária e Secundária, com coeficiente de 15,2%. A variável interage com as Fontes Cidadã¹²⁹⁰, Especializada¹²⁹¹, Documental¹²⁹², Hierárquica¹²⁹³ (alto escalão), e Assessoria¹²⁹⁴. Os coeficientes foram de 21,2%, 12,5%, 10,1%, 9,1% e 8,2%, nesta sequência. A violência tende a ser uma característica ligada às pautas regionalizadas e inéditas. Circulação¹²⁹⁵ e Desdobramento¹²⁹⁶ apontaram associação de 6,4% e -6,5%. A Notoriedade Hierárquica¹²⁹⁷, com -12,4%, indicou uma preferência por abordagem de uma proeminência de baixo escalão.

O comportamento em relação aos valores-notícias repetiu a de outros atributos: quanto mais valores, maior a chance do evento se transformar em notícia. O atributo obteve uma associação positiva com Tragédia¹²⁹⁸, Emoção¹²⁹⁹, Conflito¹³⁰⁰, Impacto¹³⁰¹,

¹²⁸¹ X2(1) 49990; P < 0,05

¹²⁸² X2(1) 72768; P < 0,05

¹²⁸³ X2(1) 38560; P < 0,05

¹²⁸⁴ X2(1) 248382; P < 0,05

¹²⁸⁵ X2(1) 57133; P < 0,05

¹²⁸⁶ X2(1) 10689; P < 0,05

¹²⁸⁷ X2(1) 4651; P < 0,05

¹²⁸⁸ X2(1) 74881; P < 0,05

¹²⁸⁹ X2(3) 21747; P < 0,05

¹²⁹⁰ X2(1) 42356; P < 0,05

¹²⁹¹ X2(1) 14736; P < 0,05

¹²⁹² X2(1) 9671; P < 0,05

¹²⁹³ X2(1) 7866; P < 0,05

¹²⁹⁴ X2(1) 6329; P < 0,05

¹²⁹⁵ X2(1) 3895; P < 0,05

¹²⁹⁶ X2(1) 3951; P < 0,05

¹²⁹⁷ X2(1) 14536; P < 0,05

¹²⁹⁸ X2(1) 193435; P < 0,05

¹²⁹⁹ X2(1) 139599; P < 0,05

¹³⁰⁰ X2(1) 42219; P < 0,05

¹³⁰¹ X2(1) 23254; P < 0,05

Conhecimento¹³⁰², Polêmica¹³⁰³ e Justiça¹³⁰⁴, 45,4%, 38,5%, 21,2%, 15,7%, 12,8% 11,6% e 7,7%, respectivamente. A prioridade não foi pelos *Frames* RH¹³⁰⁵ (-20,5%) e Político¹³⁰⁶ (-14,4%). *Frames*¹³⁰⁷ (71,1%) que se destacaram foram: Segurança, Crime/Lei e Ordem e Igualdade e Justiça. O foco na Crise¹³⁰⁸, com coeficiente de 65,1%, da segurança pública reiterou o enquadramento preferencial.

Embora evitasse o governador – Personalismo¹³⁰⁹ apresentou correlação de - 7,7% -, o noticiário sobre o Poder Executivo é crítico. Enquadramento Negativo¹³¹⁰, Título Crítico¹³¹¹ e Pior para Morar¹³¹² indicaram associação de 12,1%, 13% e 18%. Por conseguinte, a participação governamental se deu em Tom Resposta¹³¹³, com coeficiente de 13,5% (Quadro 42).

¹³⁰² X2(1) 15476; P < 0,05

¹³⁰³ X2(1) 12748; P < 0,05

¹³⁰⁴ X2(1) 5998; P < 0,05

¹³⁰⁵ X2(1) 39589; P < 0,05

¹³⁰⁶ X2(1) 19374; P < 0,05

¹³⁰⁷ X2(13) 474401; P < 0,05

¹³⁰⁸ X2(3) 398129; P < 0,05

¹³⁰⁹ X2(1) 5620; P < 0,05

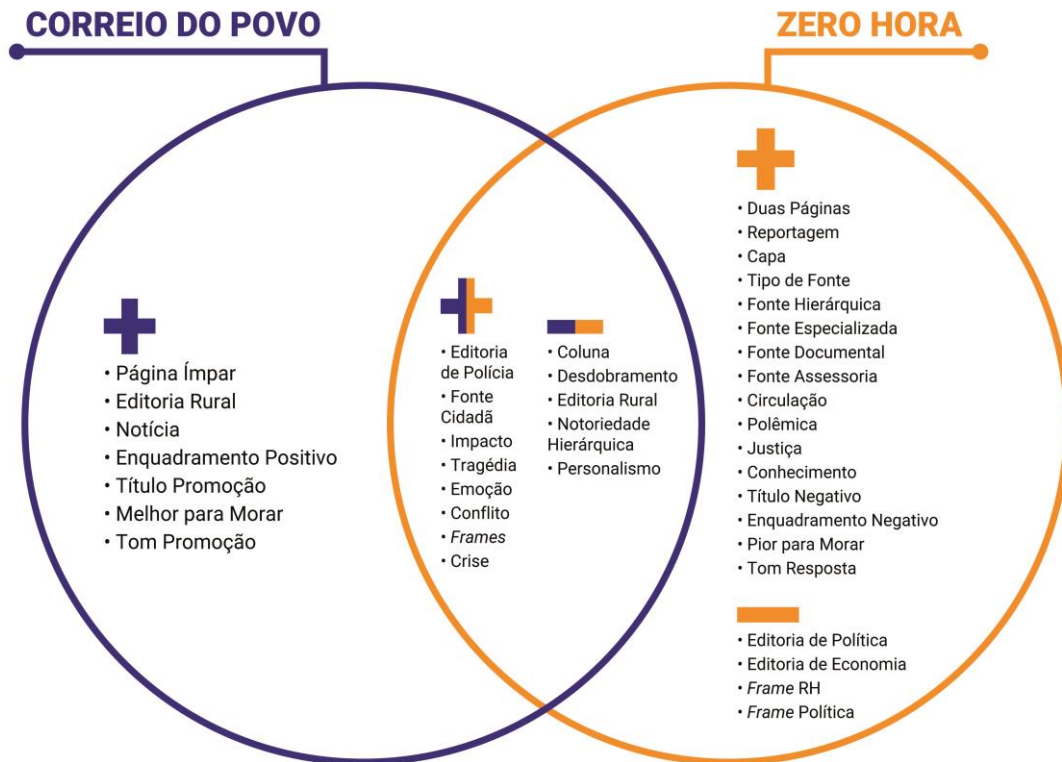
¹³¹⁰ X2(1) 13795; P < 0,05

¹³¹¹ X2(1) 15853; P < 0,05

¹³¹² X2(1) 30449; P < 0,05

¹³¹³ X2(1) 17121; P < 0,05

QUADRO 42
Variáveis com associação estatística com valor-notícia Violência



Fonte: Elaborado pelo autor

Violência é um atributo que interage com a Página Ímpar¹³¹⁴. A associação de 8,7% indicou uma preferência por este lado do jornal. A Editoria de Polícia¹³¹⁵, identificado como o recinto das pautas sobre segurança pública, obteve um grau de interação significativo, de 39,8%. As seções de Política¹³¹⁶ (-16,3%) e Rural¹³¹⁷ (-6,5%), inversamente, empregou o valor-notícia como um elemento secundário às pautas de sua cobertura jornalística. A Notícia¹³¹⁸ foi o formato mais adequado, enquanto a Coluna¹³¹⁹ tendeu a não ser utilizada. O grau de interação foi pequeno, de 11,7 % e -11,9%. Inclinado a Fonte Cidadã¹³²⁰ (9,6%), o valor-notícia Violência indicou associação de 22,9% com

¹³¹⁴ X2(1) 8591; P < 0,05

¹³¹⁵ X2(1) 178704; P < 0,05

¹³¹⁶ X2(1) 30065; P < 0,05

¹³¹⁷ X2(1) 4752; P < 0,05

¹³¹⁸ X2(1) 15369; P < 0,05

¹³¹⁹ X2(1) 15945; P < 0,05

¹³²⁰ X2(1) 10374; P < 0,05

Tragédia¹³²¹, 16,1% com Emoção¹³²², 14,2% com Impacto¹³²³ e 10,3% com Conflito¹³²⁴. Os coeficientes negativos com Desdobramento¹³²⁵ e Notoriedade Hierárquica¹³²⁶, na ordem de -8,2% e -13,1%, apontaram uma inclinação aos acontecimentos inéditos e uma proeminência de baixo escalão, ou seja, secretarias e outras funções de nível hierárquicas menos elevadas. As variáveis *Frames* RH¹³²⁷ e Política¹³²⁸ indicaram correlação negativa na ordem de -9,7% e -12,7%. *Frames*¹³²⁹ (57,9%) preferenciais foram: Segurança e Criminalidade. Crise¹³³⁰ (48,9%) da segurança pública consistiu em prioridade quando se tratava da característica Violência.

Ainda que reproduzisse um comportamento similar ao Personalismo¹³³¹, com uma associação de -10,8%, o *Correio do Povo* se diferiu de seu concorrente no enquadramento dado ao Poder Executivo. Se no ZH foi negativo, no CP foi favorável. Título Promoção¹³³², Enquadramento Positivo¹³³³ e Melhor para Morar¹³³⁴ apontaram correlação de 9,6%, 6,5% e 6,1%, nesta sequência. Tom Promoção¹³³⁵ (14,5%), enfocando na qualidade do governo estadual em resolver as demandas de criminalidade e insegurança.

6.20 Raridade

O incomum é um dos elementos definidores do que é notícia. Bond (SILVA, 2005), na metade do Século XX, enquadrando o atributo como um daqueles que fazem a diferença ao acontecimento noticiável. O raro, inusitado, fora do comum, é um atributo que chama a atenção da população e, conseqüentemente, de repórteres e pauteiros. O enfoque, geralmente, não está nas conseqüências de um acontecimento, mas no atípico, permitindo a construção de um texto mais leve, às vezes, descontraído, como em *Idioma*. A nota do dia 18 de outubro de 2016 foi veiculada no Diário da Alemanha, espaço

¹³²¹ X2(1) 59140; P < 0,05

¹³²² X2(1) 29141; P < 0,05

¹³²³ X2(1) 22726; P < 0,05

¹³²⁴ X2(1) 11923; P < 0,05

¹³²⁵ X2(1) 7551; P < 0,05

¹³²⁶ X2(1) 19449; P < 0,05

¹³²⁷ X2(1) 10593; P < 0,05

¹³²⁸ X2(1) 18197; P < 0,05

¹³²⁹ X2(13) 377837; P < 0,05

¹³³⁰ X2(1) 268976; P < 0,05

¹³³¹ X2(1) 13048; P < 0,05

¹³³² X2(1) 10296; P < 0,05

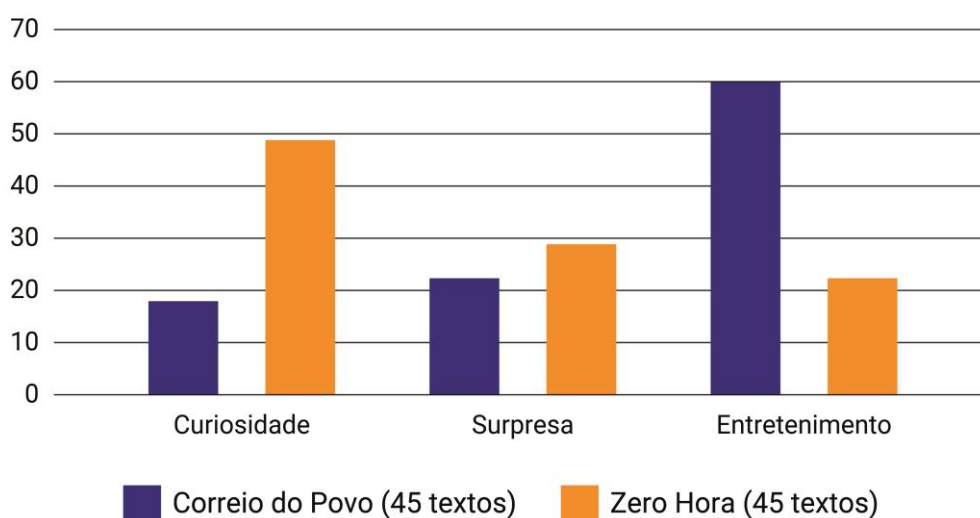
¹³³³ X2(1) 4769; P < 0,05

¹³³⁴ X2(1) 4239; P < 0,05

¹³³⁵ X2(1) 23649; P < 0,05

destinado as informações sobre a comitiva do Rio Grande do Sul à Europa. Nela, Milena Schoeller contou uma curiosidade sobre Sartori. O governador teria estudado alemão por dois anos, contudo não se sentia seguro para falar o idioma, sendo acompanhado de um tradutor. Conforme gráfico 24, o valor-notícia foi dividido em três subcategorias: 1) Curiosidade, 2) Surpresa e 3) Entretenimento.

GRÁFICO 24
Distribuição do valor-notícia Raridade (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

Foi identificado o mesmo número de textos jornalísticos, 45, com o valor-notícia Raridade nos dois jornais. Não significa que são os mesmos acontecimentos ou que reproduziram características semelhantes. É o caso da subcategoria Curiosidade. No *Zero Hora*, é uma unidade de análise que representa aproximadamente metade do noticiário, enquanto no concorrente, apenas um quinto do total. Este grupo incluiu matérias como *Agrado ao Paladar*, veiculado no ZH no dia 17 de outubro de 2016. O periódico abordou os acordos internacionais entre o estado e a Alemanha, descrevendo como a carne gaúcha foi oferecida para comprazer os alemães. Em 22,2% e 28,9% dos textos do CP e ZH, Surpresa não se enquadrou, necessariamente, num tom cômico, como em *Empresário executado foi confundido com traficante*. Produzido pela RBS, no dia 24 de dezembro de 2016; o valor-notícia Raridade foi observado pela surpresa, pelo espanto em reconhecer que uma vida foi tirada por uma confusão.

Entretenimento, equivalente à 60% e 22,2% do *Correio do Povo* e *Zero Hora*, é definido como uma subcategoria composta por acontecimentos que entretêm, voltada

para a descontração e/ou cultura, e eventos comemorativos, caracterizado por premiações, confraternizações, entre outras solenidades. Em *RBS conquista 23 distinções no Prêmio ARI*, publicada no dia 20 de dezembro de 2016, o valor-notícia Raridade foi legitimado pelo destaque da empresa jornalística. É incomum uma única organização receber várias distinções em apenas um concurso. Já em *Mostra de Gene Johnson*, postada seção cultural do CP no dia 14 de março de 2017, o entretenimento foi atribuído ao conhecimento, não tão comum ao cotidiano da população, adquirido pelas exposições artísticas.

6.20.1 O padrão governamental: Raridade

A Raridade não é um atributo com grande impacto na cobertura governamental, funcionando em um segundo plano. No *Correio do Povo*, os textos que contêm o valor-notícia apresentam uma pré-disposição a circularem às Segunda¹³³⁶ e Terça-feira¹³³⁷, com coeficiente de 6% e 5,7%, respectivamente. Também há uma vocação à Página Ímpar¹³³⁸, com um leve grau de interação, de 5,7%. A Raridade não encontra na Editoria de Política¹³³⁹ o lugar mais adequado. A variável obteve concentração abaixo da distribuição normal, de -9,5%. Em relação às fontes, o atributo demonstrou uma correlação de -8,5% com Documental¹³⁴⁰ e de 6,6% com Assessoria¹³⁴¹. A correlação positiva pode ser explicada pelas pautas de cultura, divulgadas, comumente, através de *releases*.

A associação de -9,5% com Desdobramento¹³⁴² revelou que a Raridade não é uma característica com tendência a ser encontrada em uma cobertura específica, privilegiando pautas inéditas (Quadro 43). A variável revelou uma preferência em abordar assuntos sobre atores de baixo escalão. Notoriedade Hierárquica¹³⁴³ obteve um coeficiente de -11,1%. Impacto¹³⁴⁴ e Polêmica¹³⁴⁵ apontaram concentração abaixo da distribuição normal em -11,2% e -13,3%, nesta sequência. A prioridade é pelos *Frames*¹³⁴⁶ (62,6%) de

¹³³⁶ X2(1) 4067; P < 0,05

¹³³⁷ X2(1) 3668; P < 0,05

¹³³⁸ X2(1) 3624; P < 0,05

¹³³⁹ X2(1) 10085; P < 0,05

¹³⁴⁰ X2(1) 8133; P < 0,05

¹³⁴¹ X2(1) 4936; P < 0,05

¹³⁴² X2(1) 10154; P < 0,05

¹³⁴³ X2(1) 13991; P < 0,05

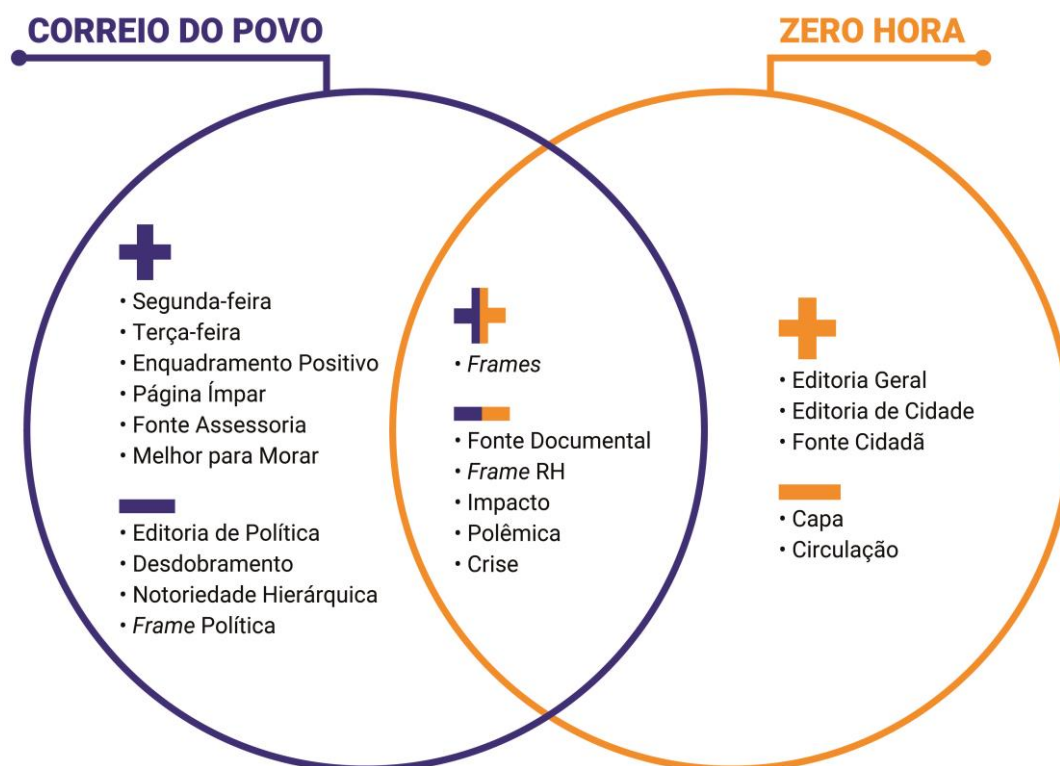
¹³⁴⁴ X2(1) 14237; P < 0,05

¹³⁴⁵ X2(1) 19827; P < 0,05

¹³⁴⁶ X2(13) 441524; P < 0,05

Identidade Cultural, deixando os *Frames* Política¹³⁴⁷ (-8,5%) e RH¹³⁴⁸ (-7,5%) em segundo plano. Sem vocação à Crise¹³⁴⁹ (-17,6%), a cobertura se orientou a partir de um ponto de vista favorável ao Poder Executivo. Positivo¹³⁵⁰ e Melhor para Morar¹³⁵¹ demonstraram correlação de 10,5% e 10,7%, nesta ordem.

QUADRO 43 Variáveis com associação estatística com valor-notícia Raridade



Fonte: Elaborado pelo autor

No *Zero Hora*, a Raridade é um atributo que pouco interferiu na cobertura governamental. Não foi, por exemplo, a melhor característica para ir à primeira página. Capa¹³⁵² apresentou correlação de -6,8%. O valor-notícia foi uma característica que tendia a estar presente nos textos das seções Geral¹³⁵³ e Cidade¹³⁵⁴. Os coeficientes foram de

¹³⁴⁷ X2(1) 8133; P < 0,05

¹³⁴⁸ X2(1) 6481; P < 0,05

¹³⁴⁹ X2(1) 35065; P < 0,05

¹³⁵⁰ X2(1) 12348; P < 0,05

¹³⁵¹ X2(1) 12889; P < 0,05

¹³⁵² X2(1) 4330; P < 0,05

¹³⁵³ X2(1) 15907; P < 0,05

¹³⁵⁴ X2(1) 10895; P < 0,05

13% e 10,8%. Existiu, ainda, uma preferência pelas Fontes Cidadã¹³⁵⁵. Documental¹³⁵⁶ não figurava na lista preferênciã. A primeira teve uma associação de 13,1% e a segunda de -9,1%. A correlaçãõ negativa com Circulaçãõ¹³⁵⁷ revela uma inclinaçãõ a pautas nacionalizadas que contenham o respectivo valor-notícia.

Como a concorrente, *Frame*¹³⁵⁸ (43,6%) Identidade Cultural foi prioritário, ao passo que o *Frame RH*¹³⁵⁹ demonstrou concentraçãõ abaixo da distribuiçãõ normal, na ordem de 11,6%. A variável ainda apontou correlaçãõ negativa com Crise¹³⁶⁰ de -18,2%. Raridade também apontou associaçãõ de -7,6% com Impacto¹³⁶¹ e de -18,1% com Polêmica¹³⁶².

6.21 Emoçãõ

O atributo, também conhecido por Dramaticidade, é o retrato daquelas notícias que provocam uma emoçãõ, que apelam à comoçãõ e às histórias de vida. É um elemento que remete às primeiras propostas de elenco de valores-notícias, como de Bond (SILVA, 2005), na década de 1950. Normalmente, ela é relacionada a eventos trágicos, catástrofes naturais, mortes, situações desumanas, entre outros assuntos que promovem um sentimentalismo, mensurado pela sua carga emocional. O gráfico 25 apresenta a distribuiçãõ do valor-notícia conforme duas subcategorias: 1) Drama e 2) Interesse Humano.

¹³⁵⁵ X2(1) 16246; P < 0,05

¹³⁵⁶ X2(1) 7814; P < 0,05

¹³⁵⁷ X2(1) 3601; P < 0,05

¹³⁵⁸ X2(13) 178528; P < 0,05

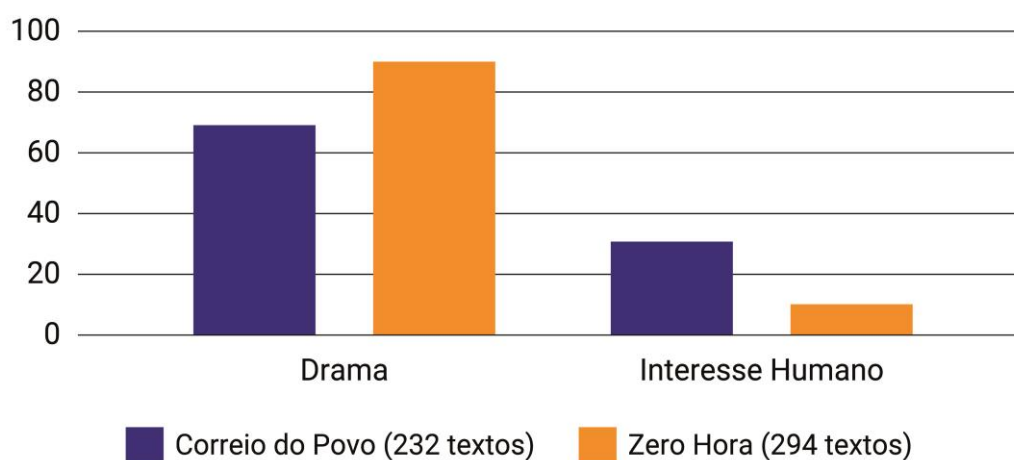
¹³⁵⁹ X2(1) 12691; P < 0,05

¹³⁶⁰ X2(1) 31119; P < 0,05

¹³⁶¹ X2(1) 5449; P < 0,05

¹³⁶² X2(1) 30848; P < 0,05

GRÁFICO 25
Distribuição do valor-notícia Emoção (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

Sirenaço em homenagem a sargento da BM morto. A notícia de 1º de novembro de 2016 foi um relato sobre a manifestação de militares em homenagem a um policial que foi assassinado em troca de tiros com criminosos. Ainda que existisse uma crítica aos atrasos salariais pelo Poder Executivo, o ato apelou à emoção, à dramaticidade em combater o crime sem condições estruturais adequadas e com risco de morte. O Drama, subcategoria dominante no CP e ZH, também se relaciona à catástrofe natural, como enchentes que atingiram municípios da região metropolitana de Porto Alegre, a violência e situação desumana de detidos em lugares inadequados e o atraso de pagamentos de servidores públicos, como em *Banrisul cobra empréstimo*, do dia 21 de dezembro de 2016. O periódico da RBS contou o sofrimento dos servidores que anteciparam o 13º no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e que não conseguiram quitar o empréstimo devido ao não pagamento do direito por parte do governo do estado.

Secundário, o Interesse Humano é representado por aqueles acontecimentos que apelam ao emocional, contudo, por intermédio da empatia pelo outro, por aqueles temas que se apegam a uma história de superação ou assuntos sensíveis, como é o caso de *Audiência aborda situação de escola* do dia 7 de março de 2017. Publicada pelo *Correio do Povo*, a matéria oferece informações sobre reunião entre comunidade escolar e políticos para tratar da falta de estrutura do Colégio Estadual Senador Alberto Pasqualini.

Embora não tenha abordado o drama pessoal de ninguém, a comoção ocorreu por um tema de interesse geral: ensino de qualidade e escolas com infraestrutura adequadas.

6.21.1 O padrão governamental: Emoção

A comoção é uma característica que também percorre a cobertura governamental. No *Correio do Povo*, a Editoria de Política¹³⁶³, como exemplo, não é um ambiente compatível a Emoção. A variável (Quadro 44) demonstrou uma associação de -18,8%. A seção foi marcada pelo trabalho de setoristas dentro dos palácios de Poder, um recinto que não apresentou vocação às pautas com comoção social. Na mesma direção, as Editorias de Economia¹³⁶⁴ e Rural¹³⁶⁵ também apontaram coeficientes negativos, na ordem de -8,5% e -9,7%. Por outro lado, as seções de Polícia¹³⁶⁶, definida por cobrir pautas de violência, Cidade¹³⁶⁷ e Geral¹³⁶⁸ identificadas pela cobertura mais ampla do que acontece no cotidiano dos municípios (Saúde, Educação, Lazer etc.), apontaram correlação de 18,8%, 18,8% e 10,7%, nesta sequência.

A Emoção se correlacionou positivamente com textos no formato de Notícia¹³⁶⁹ e negativamente a Coluna¹³⁷⁰, na ordem de 16,3% e -16,3%, respectivamente. Tipo de Fonte¹³⁷¹, com coeficiente de 11,3%, Primária e Secundária repetiu o comportamento de outros valores-notícia analisados. As fontes Cidadã¹³⁷² e Assessoria¹³⁷³ indicaram correlação de 5,8% e 15,4%. OFF¹³⁷⁴, características da Coluna, revelou associação de -10,3%. O coeficiente de -13,1% de Notoriedade Hierárquica¹³⁷⁵ significou uma inclinação à proeminência de baixo escalão, que abordou secretários e atores em níveis em hierarquias menos nobres.

¹³⁶³ X2(1) 36668; P < 0,05

¹³⁶⁴ X2(1) 8205; P < 0,05

¹³⁶⁵ X2(1) 10639; P < 0,05

¹³⁶⁶ X2(1) 39926; P < 0,05

¹³⁶⁷ X2(1) 39750; P < 0,05

¹³⁶⁸ X2(1) 12872; P < 0,05

¹³⁶⁹ X2(1) 29886; P < 0,05

¹³⁷⁰ X2(1) 29846; P < 0,05

¹³⁷¹ X2(3) 14376; P < 0,05

¹³⁷² X2(1) 3829; P < 0,05

¹³⁷³ X2(1) 26782; P < 0,05

¹³⁷⁴ X2(1) 12006; P < 0,05

¹³⁷⁵ X2(1) 19282; P < 0,05

Com uma cobertura regionalizada, visto a correlação de 8,1% com Circulação¹³⁷⁶, Emoção esteve associada com os valores-notícia Tragédia¹³⁷⁷, Impacto¹³⁷⁸, Polêmica¹³⁷⁹, Violência¹³⁸⁰ e Conflito¹³⁸¹, na ordem de 62,3%, 26%, 16,1%, 16,1% e 15%, nesta sequência. Destacamos que Tragédia e Emoção possuem uma forte conexão. *Frames*¹³⁸², com grau de interação relativamente alto de 42,4%, revelou uma prioridade pelas temáticas: Justiça e Igualdade, Saúde, Segurança e Recursos Humano e Financeiro. O atributo estava vinculado a uma postura mais crítica por parte do veículo de comunicação. Emoção indicou correlação de 21,6% com Pior para Morar¹³⁸³, 18,4% com Enquadramento Negativo¹³⁸⁴ e 15,8% com Título Crítico¹³⁸⁵. A presença do governador nos textos jornalísticos não foi a opção preferencial. Já a participação do Poder Executivo foi passiva. Personalismo¹³⁸⁶ e Participação¹³⁸⁷ apontaram correlação de -11,7% e -8,5%, respectivamente. Tom Resposta¹³⁸⁸, com coeficiente de 27,7%, indicou o modo com que o governo, preferencialmente, participou das pautas que envolviam a Emoção.

¹³⁷⁶ X2(1) 7389; P < 0,05

¹³⁷⁷ X2(1) 437229; P < 0,05

¹³⁷⁸ X2(1) 76377; P < 0,05

¹³⁷⁹ X2(1) 29371; P < 0,05

¹³⁸⁰ X2(1) 29141; P < 0,05

¹³⁸¹ X2(1) 25516; P < 0,05

¹³⁸² X2(13) 202775; P < 0,05

¹³⁸³ X2(1) 52766; P < 0,05

¹³⁸⁴ X2(1) 38354; P < 0,05

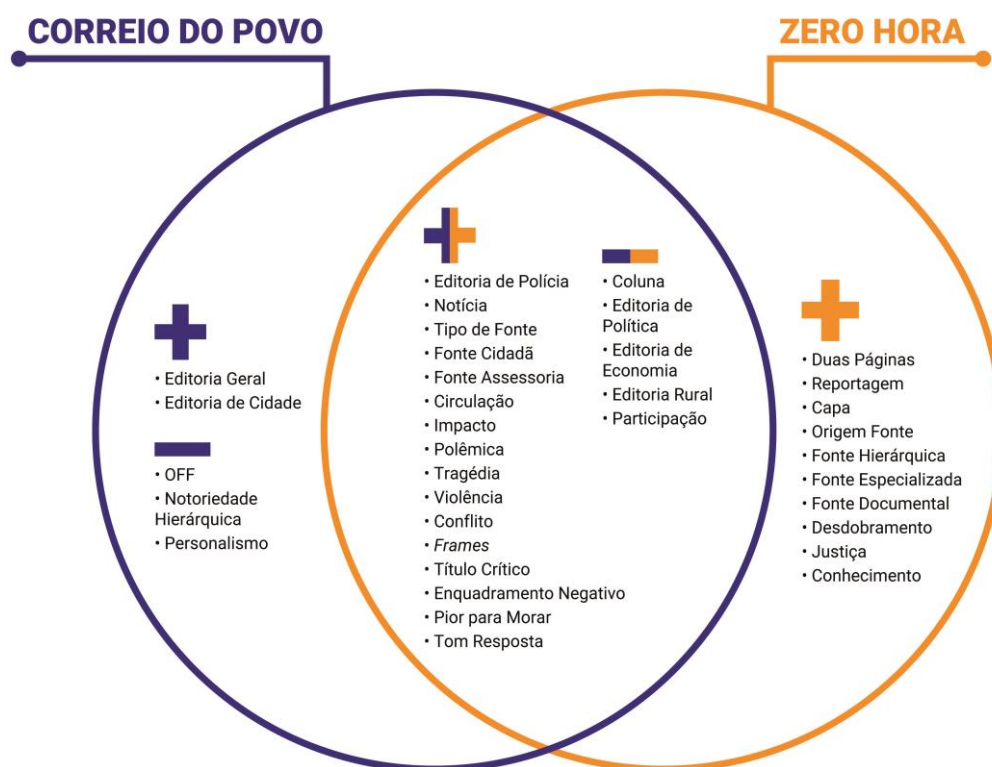
¹³⁸⁵ X2(1) 28162; P < 0,05

¹³⁸⁶ X2(1) 15310; P < 0,05

¹³⁸⁷ X2(1) 8222; P < 0,05

¹³⁸⁸ X2(1) 57953; P < 0,05

QUADRO 44
Variáveis com associação estatística com valor-notícia Emoção



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Zero Hora* reproduziu o mesmo comportamento observado nos outros valores-notícias. A Emoção nos textos jornalística possui uma inclinação a Duas Páginas¹³⁸⁹, com coeficiente de 27,1%, e aos formatos Reportagem¹³⁹⁰ e Notícia¹³⁹¹, com associação de 32,6% e 8,9%. A Coluna¹³⁹², ao contrário, obteve correlação de -30,3%. Trata-se de um elemento relevante para a Capa¹³⁹³. A correlação na ordem de 19,9% revelou uma maior propensão à primeira página, como simbolizado por *Solução para o colapso prisional longe do fim*, do dia 17 de outubro de 2016. Foi o drama de detentos retidos em situações precárias que motivou a chamada da matéria na Capa.

¹³⁸⁹ X2(1) 69248; P < 0,05

¹³⁹⁰ X2(1) 99983; P < 0,05

¹³⁹¹ X2(1) 7506; P < 0,05

¹³⁹² X2(1) 86318; P < 0,05

¹³⁹³ X2(1) 37128; P < 0,05

Como na concorrente, as Editorias de Política¹³⁹⁴ (-22,2%), Rural¹³⁹⁵ (8,7%) e Economia¹³⁹⁶ (-7,4%) não contaram com a Emoção como uma característica favorita. A seção de Polícia¹³⁹⁷ obteve um coeficiente de 30,3%, reiterando a conexão entre emoção e violência. A Origem Fonte¹³⁹⁸ apresentou correlação de 10,3%. Tipo de Fonte¹³⁹⁹ apresentou associação de 23,7%, expressando inclinação às Primária e Secundária. O valor-notícia Emoção também apontou coeficiente positivo com as fontes Cidadã¹⁴⁰⁰, Assessoria¹⁴⁰¹, Documental¹⁴⁰², Especializada¹⁴⁰³ e Hierárquica¹⁴⁰⁴, na ordem de 20,3%, 16,7%, 15,7%, 15,3% e 8,1%, respectivamente.

Priorizando o Desdobramento¹⁴⁰⁵ e as pautas dentro do escopo de Circulação¹⁴⁰⁶, com coeficiente de 6,8% e 15,8%, a Emoção se associou aos valores-notícia Tragédia¹⁴⁰⁷, Impacto¹⁴⁰⁸, Violência¹⁴⁰⁹, Justiça¹⁴¹⁰, Polêmica¹⁴¹¹, Conflito¹⁴¹² e Conhecimento¹⁴¹³, na ordem de 66,3%, 38,8%, 38,5%, 21,8%, 21,3%, 19,7% e 8,7%, nesta sucessão. *Frames*¹⁴¹⁴ (46,3%) revelou uma conexão com os quadros temáticos: Justiça Igualdade, Segurança e RH, aproximando-se do padrão do veículo concorrente. Emoção e Crise¹⁴¹⁵ possuíram grau de interação relativamente alta de 40,6%, reiterado pelo vínculo entre o valor-notícia e as dificuldades vividas pelos servidores e relativas a problemas com a segurança pública.

Participação¹⁴¹⁶ (-10%) sugeriu passividade por parte do governo do estado, reiterado pelo Tom Resposta¹⁴¹⁷, com coeficiente de 17,7%. A cobertura do *Zero Hora*

¹³⁹⁴ X2(1) 46531; P < 0,05

¹³⁹⁵ X2(1) 7147; P < 0,05

¹³⁹⁶ X2(1) 5079; P < 0,05

¹³⁹⁷ X2(1) 86237; P < 0,05

¹³⁹⁸ X2(1) 10068; P < 0,05

¹³⁹⁹ X2(3) 52695; P < 0,05

¹⁴⁰⁰ X2(1) 38812; P < 0,05

¹⁴⁰¹ X2(1) 26246; P < 0,05

¹⁴⁰² X2(1) 23290; P < 0,05

¹⁴⁰³ X2(1) 22126; P < 0,05

¹⁴⁰⁴ X2(1) 6167; P < 0,05

¹⁴⁰⁵ X2(1) 4315; P < 0,05

¹⁴⁰⁶ X2(1) 23377; P < 0,05

¹⁴⁰⁷ X2(1) 413290; P < 0,05

¹⁴⁰⁸ X2(1) 141726; P < 0,05

¹⁴⁰⁹ X2(1) 139599; P < 0,05

¹⁴¹⁰ X2(1) 44788; P < 0,05

¹⁴¹¹ X2(1) 42668; P < 0,05

¹⁴¹² X2(1) 36563; P < 0,05

¹⁴¹³ X2(1) 7150; P < 0,05

¹⁴¹⁴ X2(13) 201643; P < 0,05

¹⁴¹⁵ X2(3) 154870; P < 0,05

¹⁴¹⁶ X2(1) 9433; P < 0,05

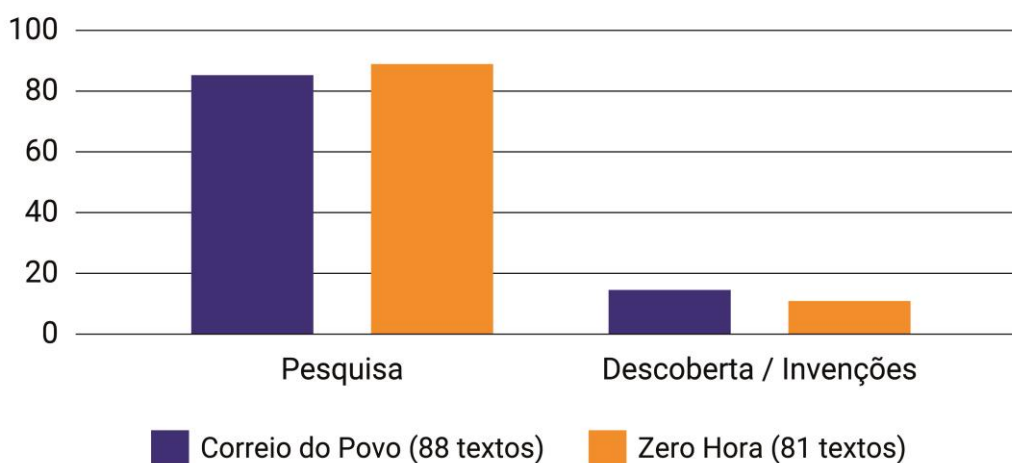
¹⁴¹⁷ X2(1) 29548; P < 0,05

foi, preferencialmente, desfavorável, quando o texto continha o atributo. Pior para Morar¹⁴¹⁸, Enquadramento Negativo¹⁴¹⁹, Título Crítico¹⁴²⁰ apresentaram uma associação de 31,7%, 21,8% e 14,5%, nesta sequência.

6.22 Conhecimento

Chaparro (1994) incluiu o Conhecimento entre os nove valores-notícias que classificou como relevantes para que um evento se tornasse notícia. O atributo é definido como uma característica referente às inovações e descobertas, requeridas em trabalhos científicos, publicações acadêmicas e relatórios especializados. Originalmente, é enquadrado como aqueles acontecimentos extraordinários, como a descoberta de uma vacina ou de uma nova tecnologia. Em nosso estudo, o valor-notícia recebeu uma conotação mais abrangente, sendo dividido em duas subcategorias: 1) Descoberta/Inovação e 2) Pesquisa. A primeira mantém o sentido original. A segunda reúne estudos e relatórios, como pesquisas científicas, levantamento de instituições governamentais, entre outros. O gráfico 26 representa a distribuição do atributo, conforme as duas subcategorias.

GRÁFICO 26
Distribuição do valor-notícia Conhecimento (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

¹⁴¹⁸ X2(1) 94236; P < 0,05

¹⁴¹⁹ X2(1) 44944; P < 0,05

¹⁴²⁰ X2(1) 19884; P < 0,05

Em menos de 10% do noticiário sobre o Poder Executivo, o valor-notícia Conhecimento foi predominantemente enquadrado na categoria Pesquisa. Descoberta e Invenções, identificado em cerca de dez textos jornalísticos em cada periódico, apresentou-se como incomum. Em *Pesquisa avalia rodovias do RS*, o *Correio do Povo* circulou no dia 18 de outubro de 2016, uma avaliação da opinião pública elaborada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Inédito, o documento apresentou informações que não eram de fácil acesso, exigindo uma consulta com milhares de brasileiros que opinaram sobre as estradas nacionais. O resultado mostrou uma opinião negativa da malha viária gaúcha. Outro exemplo é a reportagem *Déficit previdenciário do RS é o pior do Brasil*, quando, no dia 2 de novembro de 2016, o *Zero Hora* se apropriou do boletim publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional para contextualizar a Previdência Social do Estado.

Descobertas e invenções foram representadas por matérias como *FEE lança aplicativo*. Ainda que não fosse um invento que revolucionava o mundo, o *app* produzido pela Fundação de Economia e Estatística inovou ao disponibilizar uma nova tecnologia de acesso às informações sobre o Estado à população. O texto, circulado no dia 24 de novembro de 2016, é do CP. Na edição do dia 10 de março de 2016, *Régua gigante alerta sobre distância segura* foi reportada pelo *Zero Hora* como uma invenção denominada de “‘respeitômetro’ – uma régua de ferro estrutural e PVC feita para marcar o metro e meio da lei”. A iniciativa teve apoio do Detran do Rio Grande do Sul.

6.22.1 O padrão governamental: Conhecimento

O Conhecimento não é um valor-notícia hegemônico numa cobertura governamental e nem está atrelado de forma evidente nas editorias nobres, como Violência se comporta em relação à Polícia. É um atributo que, majoritariamente, funciona de forma contextual, oferecendo informações complementares a um determinado acontecimento. Isso não o impede de ser uma característica que interfere na forma de se cobrir o governo do estado. No *Correio do Povo*, foi uma variável com predisposição às matérias de Domingo¹⁴²¹, edição especial do *Correio do Povo*. O coeficiente foi de 11,9%. Duas Páginas¹⁴²² apontou associação na ordem de 15,3%, reiterado pela

¹⁴²¹ X²(1) 15917; P < 0,05

¹⁴²² X²(1) 26281; P < 0,05

correlação de 7,3% com Reportagem¹⁴²³. Os formatos Notícia¹⁴²⁴ e Coluna¹⁴²⁵ indicaram coeficientes de -10,1% e -14,4%, respectivamente.

O valor-notícia não foi um atributo prioritário à Capa¹⁴²⁶. A variável obteve concentração abaixo da distribuição normal em -5,8%. O atributo também não foi o mais adequado à Editoria de Política¹⁴²⁷, validado pelo coeficiente de -16,7%. Em contrapartida, as seções Rural¹⁴²⁸ e Geral¹⁴²⁹ operaram como um espaço adequado ao Conhecimento. A correlação foi de 10,2% e 15,9%. A variável registrou uma associação de 10,3% com Origem Reprodução¹⁴³⁰. Impulsionada pela categoria Pesquisa, a variável indicou coeficiente de 8,2% com Fonte Hierárquica¹⁴³¹, mostrando uma tendência a se consultar secretários de estado. Observamos, ainda, a correlação com as Fontes Documental¹⁴³², Assessoria¹⁴³³ e Institucional¹⁴³⁴, na ordem de 11,4%, 10,9% e 7,9%, nesta sequência. OFF¹⁴³⁵ obteve um leve grau de interação, na ordem de -7,7%.

Privilegiando as pautas inéditas, o *Correio do Povo* vinculou, prioritariamente, o valor-notícia com a proeminência de baixa escalão. A preferência ocorreu por uma abordagem que envolvia as secretarias. Desdobramento¹⁴³⁶ e Notoriedade Hierárquica¹⁴³⁷ obtiveram uma associação de -12,5% e -18,8%. O atributo não combinou com Polêmica¹⁴³⁸ e Justiça¹⁴³⁹. As concentrações foram abaixo da distribuição normal, na ordem -9,3% e -6,1%, respectivamente. A correlação com *Frame* RH¹⁴⁴⁰ e Político¹⁴⁴¹ foram de -7,4% e -12%. Conhecimento vinculou-se a uma cobertura favorável ao Poder Executivo. Crise¹⁴⁴² (-12,8%) foi evitada. Enquadramento Positivo¹⁴⁴³ e Melhor para

¹⁴²³ X2(1) 5956; P < 0,05

¹⁴²⁴ X2(1) 11553; P < 0,05

¹⁴²⁵ X2(1) 23433; P < 0,05

¹⁴²⁶ X2(1) 3800; P < 0,05

¹⁴²⁷ X2(1) 31433; P < 0,05

¹⁴²⁸ X2(1) 11737; P < 0,05

¹⁴²⁹ X2(1) 5521; P < 0,05

¹⁴³⁰ X2(1) 11951; P < 0,05

¹⁴³¹ X2(1) 7505; P < 0,05

¹⁴³² X2(1) 14531; P < 0,05

¹⁴³³ X2(1) 13286; P < 0,05

¹⁴³⁴ X2(1) 7046; P < 0,05

¹⁴³⁵ X2(1) 6750; P < 0,05

¹⁴³⁶ X2(1) 17701; P < 0,05

¹⁴³⁷ X2(1) 40036; P < 0,05

¹⁴³⁸ X2(1) 9751; P < 0,05

¹⁴³⁹ X2(1) 4210; P < 0,05

¹⁴⁴⁰ X2(1) 6102; P < 0,05

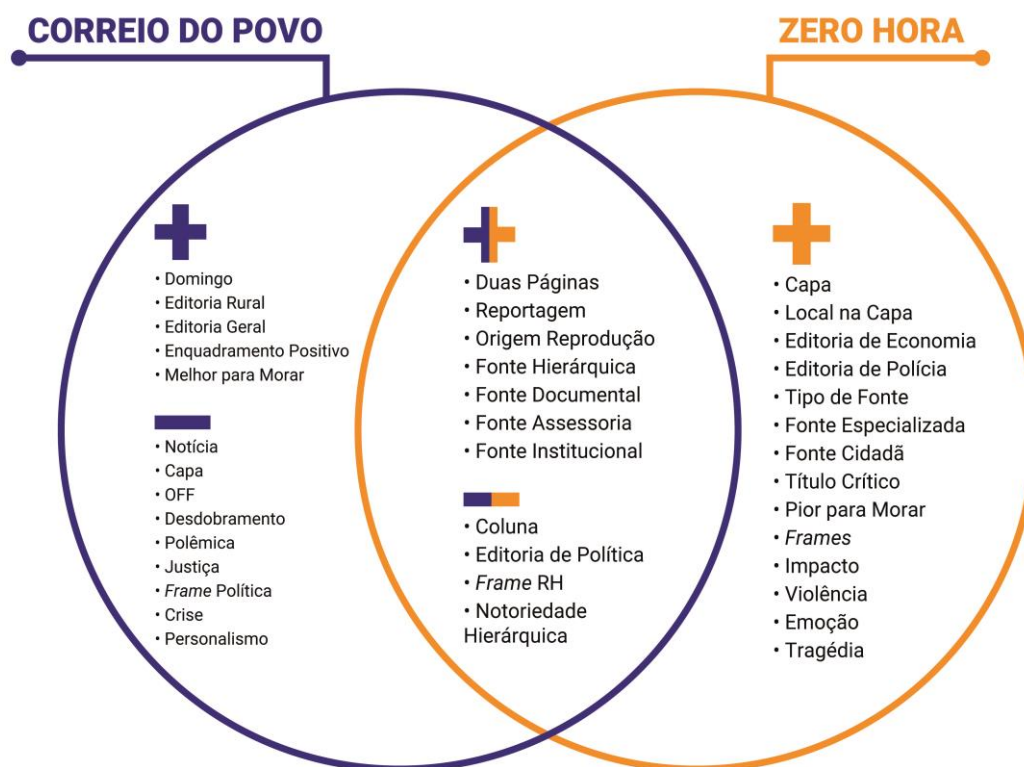
¹⁴⁴¹ X2(1) 16338; P < 0,05

¹⁴⁴² X2(1) 18519; P < 0,05

¹⁴⁴³ X2(1) 90930; P < 0,05

Morar¹⁴⁴⁴, na ordem de 28,4% e 9,2%, apresentaram associação positiva. O Personalismo obteve coeficiente negativo de -11,3%.

QUADRO 45
Variáveis com associação estatística com valor-notícia Conhecimento



Fonte: Elaborado pelo autor

O padrão estabelecido pelo *Zero Hora* seguiu um padrão semelhante ao concedido aos outros valores-notícias (Quadro 45). Conhecimento indicou uma associação de 28,4% com Duas Páginas¹⁴⁴⁵, referendado por um grau de interação significativo com Reportagem¹⁴⁴⁶, na ordem de 32%. Coluna¹⁴⁴⁷, em contrapartida, demonstrou concentração abaixo da distribuição normal de -16,4%. O atributo indicou dependência com a Capa¹⁴⁴⁸, na ordem de 15,5%. A associação de 17,4% com Local na Capa¹⁴⁴⁹ revelou uma maior disposição para Manchete na Capa e Chamada de Capa. Como na concorrente, Editoria de Política¹⁴⁵⁰ expressou uma correlação negativa, na casa de -

¹⁴⁴⁴ X2(1) 9628; P < 0,05

¹⁴⁴⁵ X2(1) 75758; P < 0,05

¹⁴⁴⁶ X2(1) 98930; P < 0,05

¹⁴⁴⁷ X2(1) 25349; P < 0,05

¹⁴⁴⁸ X2(1) 22673; P < 0,05

¹⁴⁴⁹ X2(3) 28332; P < 0,05

¹⁴⁵⁰ X2(1) 34735; P < 0,05

19,5%. No lado oposto, as seções de Economia¹⁴⁵¹ e Polícia¹⁴⁵² indicaram um coeficiente de 8,3% e 7,5%, respectivamente.

A Origem Reprodução repetiu o comportamento¹⁴⁵³ do *Correio do Povo*. No ZH, o coeficiente foi de 6,4%. Tipo de Fonte¹⁴⁵⁴, com um grau de interação na ordem de 33,8%, revelou uma preferência pelas Primária e Secundária. A Fonte Hierárquica¹⁴⁵⁵, com associação de 8,1%, mostrou uma pré-disposição para os atores mais nobres. Como efeito das reportagens, o atributo apontou correlação com Fonte Documental¹⁴⁵⁶, Especializada¹⁴⁵⁷, Institucional¹⁴⁵⁸, Assessoria¹⁴⁵⁹ e Cidadã¹⁴⁶⁰, na ordem de 29,7%, 26,6%, 18,4%, 11,4% e 8,6, nesta sequência. A cobertura, diferente do periódico do *Grupo Record*, teve um posicionamento mais crítico. Título Crítico¹⁴⁶¹ e Pior para Morar¹⁴⁶² obtiveram uma correlação de 7,1% e 7,7%.

Ao evitar o *Frame* Política¹⁴⁶³ (-12,7%), Conhecimento revelou uma vocação aos textos jornalísticos com os *Frames*¹⁴⁶⁴ (26,8%) de Avaliação de Políticas Públicas, Segurança e Saúde. A proeminência foi de baixo escalão, visto o coeficiente de -7,4% com Notoriedade Hierárquica¹⁴⁶⁵. O atributo reproduziu a lógica: quanto mais valores-notícia maior a chance de o evento ser transformado em notícia. Conhecimento apontou correlação com Impacto¹⁴⁶⁶, Violência¹⁴⁶⁷, Emoção¹⁴⁶⁸ e Tragédia¹⁴⁶⁹, na ordem de 14,8%, 12,8%, 8,7% e 8,2%, respectivamente.

¹⁴⁵¹ X2(1) 6416; P < 0,05

¹⁴⁵² X2(1) 5225; P < 0,05

¹⁴⁵³ X2(1) 3849; P < 0,05

¹⁴⁵⁴ X2(3) 107542; P < 0,05

¹⁴⁵⁵ X2(1) 6198; P < 0,05

¹⁴⁵⁶ X2(1) 83148; P < 0,05

¹⁴⁵⁷ X2(1) 66369; P < 0,05

¹⁴⁵⁸ X2(1) 31728; P < 0,05

¹⁴⁵⁹ X2(1) 12322; P < 0,05

¹⁴⁶⁰ X2(1) 6969; P < 0,05

¹⁴⁶¹ X2(1) 4756; P < 0,05

¹⁴⁶² X2(1) 5621; P < 0,05

¹⁴⁶³ X2(1) 15064; P < 0,05

¹⁴⁶⁴ X2(13) 67467; P < 0,05

¹⁴⁶⁵ X2(1) 5089; P < 0,05

¹⁴⁶⁶ X2(1) 5521; P < 0,05

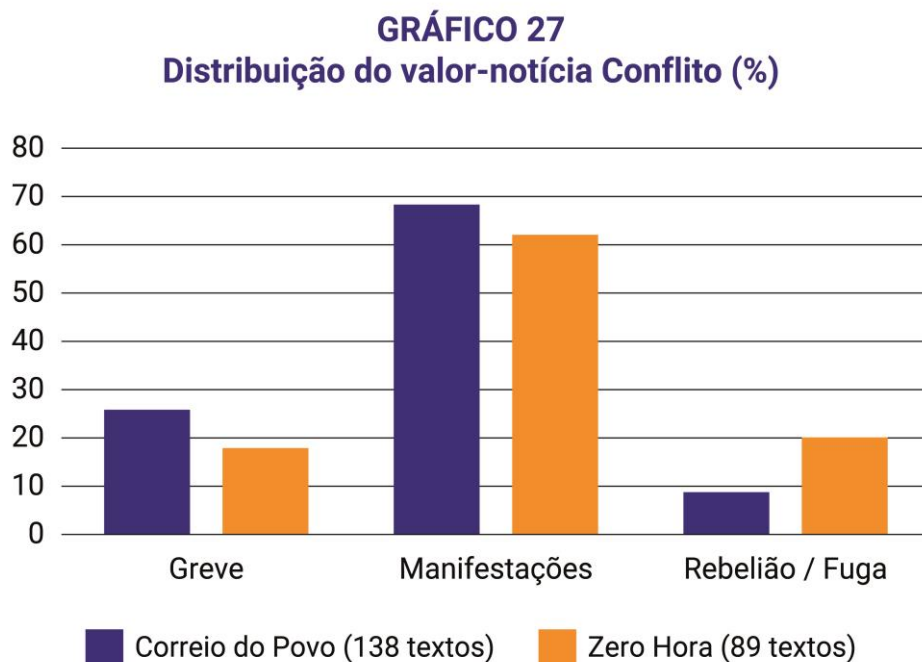
¹⁴⁶⁷ X2(1) 15476; P < 0,05

¹⁴⁶⁸ X2(1) 7150; P < 0,05

¹⁴⁶⁹ X2(1) 6289; P < 0,05

6.23 Conflito

O conflito está na essência do jornalismo. O confronto de versões e ideias acompanha a profissão desde seu primórdio. Enquanto valor-notícia, no começo do século XX, o atributo foi elencado por Lippman como relevante à competição para se tornar notícia (SILVA, 2005) e, posteriormente, a característica foi reproduzida por outros elencos nacionais e internacionais. Neste estudo, compreendemos o Conflito como uma variável relativa ao confronto físico e simbólico, manifestado em reivindicações de grupos sociais ou indivíduos contra o governo ou outra situação que envolva a participação governamental. A variável é dividida em três: 1) Greve; 2) Manifestações e 3) Rebelião/Fuga. O gráfico 27 retrata a distribuição do valor-notícia.



Fonte: Elaborado pelo autor

O confronto é habitual nos municípios. São comuns ocorrências de greves, manifestações e ocupações que exigem a participação de atores governamentais. O governo, a qualquer momento, pode ser demandado a controlar um protesto popular, como também ser o alvo de tal manifestação. É importante destacarmos que o valor-notícia é circunstancial, refletindo, em muitos casos, o contexto social e político vivenciado naquela realidade. No cenário sul-rio-grandense, o centro das atenções envolveu a proposta de mudança na carreira dos servidores e na falta de condições adequadas para detentos. A Greve, equivalente a 26,1% dos textos do *Correio do Povo* e

18% do *Zero Hora*, pode ser representada por *Cpers dá prazo a Sartori*. O CP veiculou, no dia 19 de novembro de 2016, a informação de que o sindicato dos professores do estado havia aprovado a manutenção da greve, caso o governo do estado não quitasse o 13º salário.

Direcionada ao governo Sartori, a subcategoria Manifestações representou um percentual superior a 60%. Em *Fim de Recesso, a volta do Pacote*, publicada pelo *Zero Hora*, no dia 31 de janeiro de 2017, a mobilização contra a reforma foi o alvo. O jornal retratou as expectativas com a volta da matéria à pauta da Assembleia e os possíveis protestos de servidores públicos. Texto do *Correio do Povo*, no dia 22 de novembro de 2016, *Bancadas da oposição fazem reunião na praça* é outra amostra da categoria. Rebelião/Fuga, em cerca de 10% do CP e 20% do ZH, foi representada por *Rebelião deixa dois mortos no Presídio Estadual de Sarandi* do dia 3 de fevereiro de 2017. O ZH relatou os desdobramentos do motim dos detentos em meio à crise dos servidores públicos e de segurança no Estado.

6.23.1 O padrão governamental: Conflito

As manifestações, greves, rebeliões fazem parte da cobertura governamental. O governo é contestado, quando não chamado a resolver problemas de sua responsabilidade. Conforme podemos acompanhar no Gráfico 46, no *Zero Hora*, Conflito é um atributo que repete o comportamento dos outros valores-notícia, pertencendo aos textos que tendem a figurar em Duas Páginas¹⁴⁷⁰, com coeficiente de 21,2%. Reportagem¹⁴⁷¹, formato nobre, apontou correlação de 19,6%, enquanto Coluna¹⁴⁷², -16,8%. É uma característica com vocação à Capa¹⁴⁷³, com associação de 9,8%, particularmente, a Manchete Principal. Local na Capa¹⁴⁷⁴ obteve um grau de interação pequena, de 11,3%. Já a Editoria de Política¹⁴⁷⁵, uma das principais, não esteve propensa para os conflitos, dado o coeficiente de -6,9%.

A preferência pela Tipo de Fonte¹⁴⁷⁶ (13,7%) Primária e Secundária foi ao encontro a uma maior pluralidade de indivíduos ou documentos consultados. A variável

¹⁴⁷⁰ X2(1) 42432; P < 0,05

¹⁴⁷¹ X2(1) 36095; P < 0,05

¹⁴⁷² X2(1) 26412; P < 0,05

¹⁴⁷³ X2(1) 9070; P < 0,05

¹⁴⁷⁴ X2(3) 11947; P < 0,05

¹⁴⁷⁵ X2(1) 4500; P < 0,05

¹⁴⁷⁶ X2(3) 17584; P < 0,05

apresentou correlação com as Fontes Institucional¹⁴⁷⁷, Documental¹⁴⁷⁸ e Especializada¹⁴⁷⁹, na ordem de 10,5%, 9,9% e 7,1%, nesta sequência. Priorizando o Desdobramento¹⁴⁸⁰ (13,5%), o atributo indicou associação de 21,2% com Violência¹⁴⁸¹, 19,7% com Emoção¹⁴⁸², 18,4% com Tragédia¹⁴⁸³, de 15,8% com Polêmica¹⁴⁸⁴ e de 11,5% com Justiça¹⁴⁸⁵. Governo¹⁴⁸⁶ e Conflito obtiveram uma associação negativa de -8%.

Frame RH¹⁴⁸⁷ revelou concentração abaixo da distribuição normal, na ordem de -8,8%. Enquadramento Negativo¹⁴⁸⁸, Pior para Morar¹⁴⁸⁹ e Título Crítico¹⁴⁹⁰ apontaram um posicionamento desfavorável ao governo do estado ao apresentar coeficiente de 18,7%, 18,1% e 9,5%. Foi, ainda, um valor-notícia que abordou, preferencialmente, a Crise¹⁴⁹¹ (23,1%) dos servidores públicos e segurança. Os efeitos de uma cobertura crítica podem ser observados numa Participação¹⁴⁹² passiva. A variável indicou uma associação de -11,3%. Houve uma preferência por vincular o governador ao Conflito. Personalismo¹⁴⁹³ apontou dependência de 6,2% (Quadro 46).

¹⁴⁷⁷ X2(1) 10347; P < 0,05

¹⁴⁷⁸ X2(1) 9148; P < 0,05

¹⁴⁷⁹ X2(1) 4699; P < 0,05

¹⁴⁸⁰ X2(1) 17010; P < 0,05

¹⁴⁸¹ X2(1) 42219; P < 0,05

¹⁴⁸² X2(1) 36563; P < 0,05

¹⁴⁸³ X2(1) 31929; P < 0,05

¹⁴⁸⁴ X2(1) 23444; P < 0,05

¹⁴⁸⁵ X2(1) 12409; P < 0,05

¹⁴⁸⁶ X2(1) 5949; P < 0,05

¹⁴⁸⁷ X2(1) 7305; P < 0,05

¹⁴⁸⁸ X2(1) 32850; P < 0,05

¹⁴⁸⁹ X2(1) 30764; P < 0,05

¹⁴⁹⁰ X2(1) 8466; P < 0,05

¹⁴⁹¹ X2(3) 50256; P < 0,05

¹⁴⁹² X2(1) 12025; P < 0,05

¹⁴⁹³ X2(1) 3628; P < 0,05

QUADRO 46
Variáveis com associação estatística com valor-notícia Conflito



Fonte: Elaborado pelo autor

O Conflito no *Correio do Povo* foi veiculado, prioritariamente, em textos na Página Ímpar¹⁴⁹⁴, dado o coeficiente de 10,4%. Como sua concorrente, apontou associação negativa com Editoria de Política¹⁴⁹⁵, na ordem de -10,5%. Com Rural¹⁴⁹⁶, a correlação de -6,2%. As seções de Polícia¹⁴⁹⁷ e Geral¹⁴⁹⁸, ao contrário, mostraram ser um espaço adequado ao valor-notícia. Os coeficientes foram de 9,3% e 7,3%. Entre os formatos, a preferência se deu pela Notícia¹⁴⁹⁹ em decorrência da Coluna¹⁵⁰⁰. O primeiro apresentou correlação de 18,1% e, o segundo, de -14%. Origem Fonte¹⁵⁰¹ expressou concentração acima da distribuição normal de 9,1%.

¹⁴⁹⁴ X2(1) 12303; P < 0,05

¹⁴⁹⁵ X2(1) 12345; P < 0,05

¹⁴⁹⁶ X2(1) 4322; P < 0,05

¹⁴⁹⁷ X2(1) 9671; P < 0,05

¹⁴⁹⁸ X2(1) 6083; P < 0,05

¹⁴⁹⁹ X2(1) 36941; P < 0,05

¹⁵⁰⁰ X2(1) 22092; P < 0,05

¹⁵⁰¹ X2(1) 9432; P < 0,05

Priorizando as pautas de Desdobramento¹⁵⁰² (13,8%), o atributo se associou aos textos com fontes de baixo escalão, especialmente lideranças políticas de outros Poderes e militares. O coeficiente com Fonte Hierárquica¹⁵⁰³ foi de -5,8%. As fontes Institucional¹⁵⁰⁴ e Cidadã¹⁵⁰⁵ manifestaram uma correlação de 24,7% e 16,6%, respectivamente. OFF¹⁵⁰⁶, atrelado à coluna, obteve um coeficiente negativo de -5,9%. A vocação se deu pelas pautas de Circulação¹⁵⁰⁷ (6,8%) indicando que o Conflito faz parte de uma abordagem, preferencialmente, estadual. Já a Notoriedade Hierárquica¹⁵⁰⁸, com associação de 10,6%, apontou para uma proeminência mais nobre. O enquadramento temático indicou que a política não foi a discussão mais pertinente, visto o leve grau de interação com *Frame* Política, na ordem de -8,9%.

Conflito apontou uma correlação de 26,7% com Polêmica¹⁵⁰⁹, 22% com Impacto¹⁵¹⁰, 10,3% com Violência¹⁵¹¹ e de 15% com Emoção¹⁵¹². Governo¹⁵¹³, como no *Zero Hora*, indicou uma associação negativa, na ordem de -7,3%. Priorizando a cobertura da Crise¹⁵¹⁴ (21,6%) de servidores públicos, o periódico estabeleceu uma postura mais crítica. Pior para Morar, Enquadramento Negativo¹⁵¹⁵ e Título Crítico¹⁵¹⁶ obtiveram concentração acima da distribuição normal de 36,6%, 33,1% e 29,7%, respectivamente. Tom¹⁵¹⁷, propenso, Resposta é consequência de uma Participação¹⁵¹⁸ passiva. O primeiro apresentou uma correlação de 7,1% e, o segundo, de -27,8%. Personalismo¹⁵¹⁹ apresentou um leve grau de interação de 5,8%.

6.24 Enquadramento noticioso

Enquadrar, para Entman (1993), é selecionar. É um recorte da realidade social destacada por meio dos veículos de comunicação, promovendo uma perspectiva

¹⁵⁰² X2(1) 21422; P < 0,05

¹⁵⁰³ X2(1) 3856; P < 0,05

¹⁵⁰⁴ X2(1) 68484; P < 0,05

¹⁵⁰⁵ X2(1) 31152; P < 0,05

¹⁵⁰⁶ X2(1) 3950; P < 0,05

¹⁵⁰⁷ X2(1) 5218; P < 0,05

¹⁵⁰⁸ X2(1) 12649; P < 0,05

¹⁵⁰⁹ X2(1) 80451; P < 0,05

¹⁵¹⁰ X2(1) 54754; P < 0,05

¹⁵¹¹ X2(1) 11923; P < 0,05

¹⁵¹² X2(1) 25516; P < 0,05

¹⁵¹³ X2(1) 5947; P < 0,05

¹⁵¹⁴ X2(3) 52507; P < 0,05

¹⁵¹⁵ X2(1) 123426; P < 0,05

¹⁵¹⁶ X2(1) 99591; P < 0,05

¹⁵¹⁷ X2(1) 5642; P < 0,05

¹⁵¹⁸ X2(1) 87381; P < 0,05

¹⁵¹⁹ X2(1) 3734; P < 0,05

particular. É um quadro que revela um olhar específico sobre um problema, evento ou tema, referendando a interpretação da organização e/ou repórter. O enquadramento é um processo natural das coberturas jornalísticas. O princípio de seleção, ênfase e divulgação faz parte da rotina profissional, operando como um recurso para organizar o noticiário (PORTO, 2004), consequência de critérios que estabelecem o que pode e o que não pode ser informado. Desta maneira, o que é noticiado pelos periódicos não permite uma avaliação neutra, imparcial, isenta de valorações. Por trás, existem valores, regras e consensos imbricados na interpretação ou opinião dado sobre determinado evento ou cobertura.

As instituições jornalísticas, incumbidas de uma legitimidade, ainda conservam uma importância sobre a opinião pública e no agendamento de discussões e problemas sociais. A partir deles, quadros são formados, oferecendo um ângulo sobre temas pertinentes e conflitos atuais. Em uma cobertura governamental, os *frames* podem representar a interpretação, opinião e avaliação dos veículos sobre as demandas da sociedade, responsabilidades do governo e desempenho do governador e sua equipe. O enquadramento, neste sentido, não é mensurado por um fato isolado, compondo-se a partir de repetições, do uso frequente de determinado posicionamento em relação à instituição e seus atores.

Partilhamos de Prior, Guazina e Araújo (2015) o entendimento de que os elementos de uma cobertura jornalística contribuem para a criação dos quadros, operando dentro de valores e critérios compartilhados entre os profissionais da redação. Neste sentido, para uma análise de enquadramento é essencial a identificação de um padrão de cobertura governamental, funcionando como operador que permite distinguir a opinião dos veículos sobre o governo de Sartori e estabelecer um mapa de como a esfera de poder é tematizada. Neste sentido, dividimos a análise em duas variáveis 1) *Frames* e 2) Negatividade.

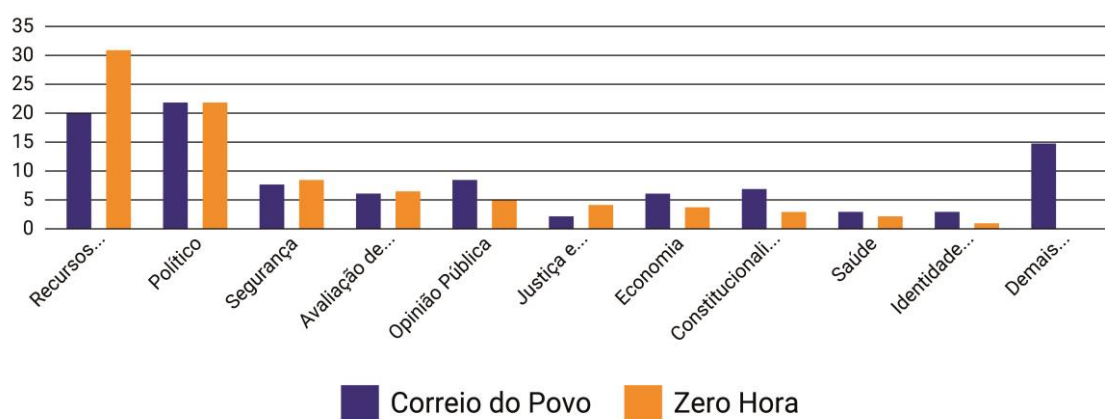
6.24.1 *Frames*

Os quadros noticiosos são elementos constitutivos de uma cobertura jornalística. É a consequência do processo de seleção, produção e veiculação de um texto jornalístico, constituídos sobre as negociações e valorações compartilhadas numa rotina produtiva, transmitindo uma fotografia de determinado acontecimento. As molduras interagem entre si, demonstrando a interpretação da realidade do veículo jornalístico e permitindo

identificar a avaliação de um jornal sobre determinado ator ou grupo social. Em uma cobertura governamental, o método opera como um instrumento que permite rastrear como os quadros foram utilizados para retratar as atividades do Poder Executivo no período.

Examinar os efeitos do enquadramento a longo prazo permite compreender o fenômeno de uma forma mais ampla, identificando como esses quadros se cruzam e se completam. Desta forma, assumimos, com pequenas adaptações, as categorias Boydston *et al.* (2013), denominadas de códigos de política, que foram estruturados com objetivo de ser referência para qualquer questão política e aplicados a qualquer contexto comunicacional. Para esta pesquisa, operam como temáticas que retratam atividades, responsabilidades e possíveis demandas do governo estadual, possibilitando compreender quais são os temas que caracterizam o Poder Executivo nas páginas dos impressos estudados, conforme representado no Gráfico 28.

GRÁFICO 28
Distribuição do valor-notícia *Frames* (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

Potencializado pela crise do Estado, os *Frames* Política e RH dominaram a cobertura governamental, representando cerca de metade dos textos jornalísticos. Equivalente a 1/3 do total, o enquadramento político foi base do noticiário do Poder Executivo, mantendo a tradição do jornalismo político. Simbolizado por *Pacote*, veiculado no Informe Especial, nas primeiras páginas do *Zero Hora* do dia 22 de novembro de 2016, a categoria foi marcada pelo noticiário sobre os bastidores e a relação entre as esferas do Poder, das expectativas e principais medidas do governo, retratado,

normalmente, nas colunas de colunistas políticos. Já os quadros que envolvem recursos humanos e financeiros foram motivados, especialmente, pela crise econômica e dos servidores públicos no Estado. À época, Sartori protocolou o pacote de reforma fiscal como forma de reduzir o déficit que estaria sendo o motivo dos atrasos dos salários do funcionalismo público, rendendo uma série de textos jornalísticos sobre a temática.

Segurança, equivalente a menos de 10%, revelou ser um *frame* relevante. A importância se deu por dois motivos: 1) a tradição de se abordar o tema nas Editorias de Polícia e 2) a escalonada da violência no Estado. Opinião Pública, quadro de cerca de 5% dos textos do ZH e 8% no CP, retratou a avaliação popular ou de grupos sociais sobre políticas ou administração de Sartori, como a matéria *Cairolí admite força da mudança*, veiculada pelo *Correio do Povo* no dia 30 de outubro de 2016, cujo vice-governador admitiu que a derrota de seu aliado em Porto Alegre, Sebastião Melo, nas eleições daquele ano, representava uma mudança da opinião pública sobre a sucessão na Capital. Economia, em 7% do noticiário do CP e aproximadamente 3% do ZH, abordou o contexto econômico, numa perspectiva mais macro, revelando os índices e situação da economia estadual.

Equivalente a menos de 5%, Justiça e Igualdade simbolizam os quadros que remetem à dignidade humana. Neste caso, o quadro daqueles textos que manifestam indivíduos em situações desumanas, como em *Presos em Container*. Publicado no dia 5 de novembro de 2016, a matéria do *Correio do Povo* refletiu o drama dos detentos que foram alocados em viaturas e *containers*, vista a falta de vagas em penitenciárias. Constitucionalidade, com maior destaque no CP se comparado com ZH, é um *frame* relacionado ao direito, as disputas judiciais, representando as estratégias de contestação da oposição, servidores públicos e entidades e associações sociais em relação a reforma fiscal. Saúde e Identidade Cultural, equivalente a cerca de 3%, foram quadros relativos às Editorias Geral e de Cultura. Os demais *Frames* representaram aproximadamente 15% da cobertura governamental.

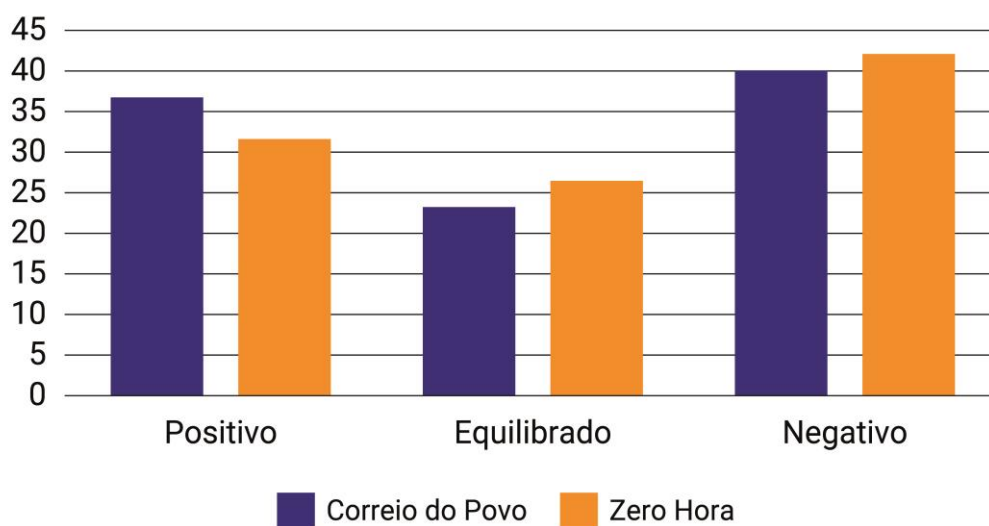
6 24.2 Negatividade

O decolar de um avião – exceto em raras ocasiões – não é notícia. A queda é. A velha frase que marca o que é jornalismo remete à negatividade: quanto mais negativo, maior a chance de ser notícia. Rude e Galtung (1999), diziam que as notícias negativas apelam a uma imagem pré-estabelecida. É consensual, captura a atenção da audiência.

Criou-se, assim, a dicotomia de *Bad News* e *Good News* (Más Notícias e Boas Notícias). *Bad News* é o mote que venderiam os jornais. *Good News* não seria tão rentável. De uma forma geral, o noticiário é dividido entre pautas negativas e positivas, refletindo sobre os quadros estabelecidos pelos periódicos.

Os quadros sobre determinado acontecimento, indivíduo ou grupo social são formulados a partir de critérios jornalístico, disputas e interações sociais que refletem nos textos estudados. Logo, escondido no noticiário, existe uma interpretação valorativa sobre os atores envolvidos direta ou indiretamente, o que, no nosso objeto, permite compreender a avaliação dos veículos de comunicação sobre o governo Sartori, observando como classifica a Instituição, o governador e sua equipe perante os acontecimentos e as demandas sociais, econômicas e políticas retratadas nas páginas dos jornais. É importante destacarmos que, neste tópico, investigamos apenas os quadros sobre a administração do emedebista e não o modo com que os jornalistas abordaram o conhecimento em que o Poder Executivo foi chamado a participar. Desta forma, conforme o gráfico 29, examinamos os textos a partir de três classificações: 1) Positivo, 2) Equilibrado e 3) Negativo.

GRÁFICO 29
Distribuição da variável Negatividade (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

Uma cobertura jornalística não se encerra em uma notícia, edição de um jornal ou apenas uma série de eventos. É consequência de uma realidade social em movimento, que se renova a cada dia com novos conflitos, disputas, acontecimentos e percepções sobre o

mundo. O noticiário, enquanto uma construção social, permite diversas interpretações sobre um acontecimento em questão e seus personagens. Os atores governamentais, concomitantemente, convocam e são demandados, controlam e são passivos, são enaltecidos ou criticados, funcionando como mais um elemento na representação da realidade social nas páginas dos jornais. O prisma mais abrangente leva em consideração um olhar que não se restringe às coberturas das páginas de políticas ou eventuais coberturas adversárias. Neste sentido, os quadros não podem ser compreendidos como consequência de uma prática particular do jornalismo político, mas a partir dos contextos, critérios jornalísticos, interesses e negociações que envolvem a relação dos veículos de comunicação com outros campos e instituições hegemônicas, entre estas, departamentos e indivíduos governamentais.

O enquadramento dado ao governo de Sartori revelou um padrão semelhante entre o *Correio do Povo* e *Zero Hora*. Os quadros negativos predominaram, equivalendo cerca de 40% da cobertura governamental. A avaliação negativa do Poder Executivo, em um primeiro momento, pode ser explicada pela negatividade. As más notícias prendem a audiência, operando como um elemento-chave a cobertura jornalística. É comum uma matéria com algo fora da ordem. O ordinário, aquilo que dá certo, fica em segundo plano. Devemos levar em consideração, em um segundo momento, o contexto de crise vivenciada pelo Estado. No período, as contas públicas encontravam-se em situação calamitosa, os municípios passavam por uma onda de violência, incluindo a falta de um sistema prisional com infraestrutura adequada e ainda o cenário dos servidores públicos, com salários atrasados e com chances de perderem seus postos de trabalhos, dado o projeto de reforma fiscal apresentado pelo governador.

Do outro lado, equivalente a mais de 30% dos textos jornalísticos, o Enquadramento Positivo revelou uma esfera de promoção dos atos do Poder Executivo e seus atores. Nesta categoria, encontramos desde matérias clássicas de promoção de determinada obra ou recursos destinados pelo governador até a defesa de suas políticas públicas ou ações desenvolvidas no Palácio do Piratini. A primeira pode ser exemplificada por *R\$ 2 milhões para Carazinho*. No dia 6 de março de 2017, o *Zero Hora* veiculou a informação de que o governador teria assinado convênio para a ampliação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital de Caridade de Carazinho. Já em *Dá-lhe Sartori*, Rogério Mendelski, no dia 24 de novembro de 2016, enalteceu José Ivo Sartori pela sua “coragem” em apresentar um pacote reformista que o colocava na “história” ao

lado de Leonel Brizola e Antonio Britto Filho. O Enquadramento Equilibrado representou cerca de 25%, com uma leve superioridade ao jornal *Zero Hora*.

O enquadramento não é automático: um acontecimento que retrata um problema social não significa que a avaliação do Poder Executivo será idêntica. Os atores governamentais podem ser convocados a participar como o solucionador de uma demanda. O mesmo raciocínio vale na direção inversa. Uma matéria que promove uma boa notícia não impede que o governo seja simbolizado como incompetente. É uma interpretação construída sobre pressões, critérios e negociações que recaem sobre o padrão de cobertura governamental. É neste sentido que reordenamos a variável Negatividade em outras duas: Enquadramento Positivo e Enquadramento Negativo.

6.24.2.1 Enquadramento Positivo

Os quadros não são estabelecidos unicamente pela vontade de um repórter ou editor. São formados pela complexa relação com atores, grupos sociais, valorações e critérios de noticiabilidade que envolvem a cobertura governamental. Desta maneira, ainda que carregue opiniões pessoais, o Enquadramento Positivo é consequência de padrões e de características da produção noticiosa. No CP, por exemplo, foi uma variável que tendia a estar presente na Página Ímpar¹⁵²⁰ (9,3%), considerada a mais nobre. Os textos favoráveis ao Poder Executivo foram, prioritariamente, veiculados no lado principal, concedendo maior destaque às pautas que beneficiavam o governo estadual. O Tom Promoção (56,4%) foi outra variável dependente que funcionou como um promotor de ações, decisões ou políticas públicas do governo Sartori.

O Enquadramento Positivo e a Editoria de Política¹⁵²¹ não combinam. A correlação de -34,1% apontou que a seção não foi o espaço preferencial para as pautas pró-governo. Por outro lado, os coeficientes de 18,6% com Rural¹⁵²², 12,4% com Economia¹⁵²³, 10,1% com Geral¹⁵²⁴ e 6,2% com Polícia¹⁵²⁵, sinalizam que estes foram as editoriais com maior propensão aos quadros favoráveis ao Poder Executivo. A Coluna¹⁵²⁶,

¹⁵²⁰ X2(1) 9746; P < 0,05

¹⁵²¹ X2(1) 5521; P < 0,05

¹⁵²² X2(1) 39180; P < 0,05

¹⁵²³ X2(1) 17230; P < 0,05

¹⁵²⁴ X2(1) 11389; P < 0,05

¹⁵²⁵ X2(1) 4306; P < 0,05

¹⁵²⁶ X2(1) 45079, P < 0,05

formato atrelado à política, revelou uma correlação de -20%, enquanto Reportagem¹⁵²⁷ (-8%) também demonstrou uma pré-disposição aos quadros negativos. Notícia¹⁵²⁸ obtiveram um coeficiente de 15,1%. Origem Reprodução¹⁵²⁹, com uma associação de 32%, demonstrou um elo entre o trabalho desenvolvido por assessores de imprensa e os quadros positivos. Os *releases*, geralmente, tendem a exaltar o assessorado ou suas ações, comum numa relação entre setoristas e atores governamentais.

O bom relacionamento entre jornalistas e assessorias refletem numa pré-disposição a consultar os secretários e de Fontes Assessoria¹⁵³⁰ (22,8%). Fonte Hierárquica¹⁵³¹ apresentou coeficiente de 15,9%. As Fontes Documental¹⁵³² e OFF¹⁵³³ revelaram comportamento inverso, apontando uma correlação de -7,7% e -13%. A Notoriedade Hierárquica¹⁵³⁴, com associação de -24,7%, revelou uma preferência pelos secretários e outros atores em níveis hierárquicos menos nobres. Governo¹⁵³⁵ e Violência¹⁵³⁶ apresentaram correlações na ordem de 10% e 6,5%, respectivamente. O valor-notícia Governo refere-se às ações ordinárias do Executivo e, conseqüentemente, aos principais instrumentos de promoção dos governantes. É por intermédio de discursos, de políticas públicas e de ações implantadas que políticos demonstram suas atividades à frente da instituição. Violência, ao contrário, é um exemplo de que os quadros nem sempre respondem de forma automática à negatividade de um fato. O atributo, encontrado em matérias sobre crimes, delitos e atos trágicos, se correlaciona com uma avaliação positiva do governo, retratando, prioritariamente, o Poder Executivo como um solucionador dos problemas da insegurança pública. Enquadramento Positivo indicou uma associação de 10,5% com Raridade¹⁵³⁷.

Com uma associação de 7,4% com Conhecimento¹⁵³⁸, Enquadramento Positivo se correlacionou de forma negativa Polêmica¹⁵³⁹, Conflito¹⁵⁴⁰, Justiça¹⁵⁴¹, Emoção¹⁵⁴² e

¹⁵²⁷ X2(1) 7132; P < 0,05

¹⁵²⁸ X2(1) 25657; P < 0,05

¹⁵²⁹ X2(3) 115625; P < 0,05

¹⁵³⁰ X2(1) 58539; P < 0,05

¹⁵³¹ X2(1) 28343; P < 0,05

¹⁵³² X2(1) 6625; P < 0,05

¹⁵³³ X2(1) 19619; P < 0,05

¹⁵³⁴ X2(1) 68739; P < 0,05

¹⁵³⁵ X2(1) 11284; P < 0,05

¹⁵³⁶ X2(1) 4769; P < 0,05

¹⁵³⁷ X2(1) 12348; P < 0,05

¹⁵³⁸ X2(1) 6243; P < 0,05

¹⁵³⁹ X2(1) 386878; P < 0,05

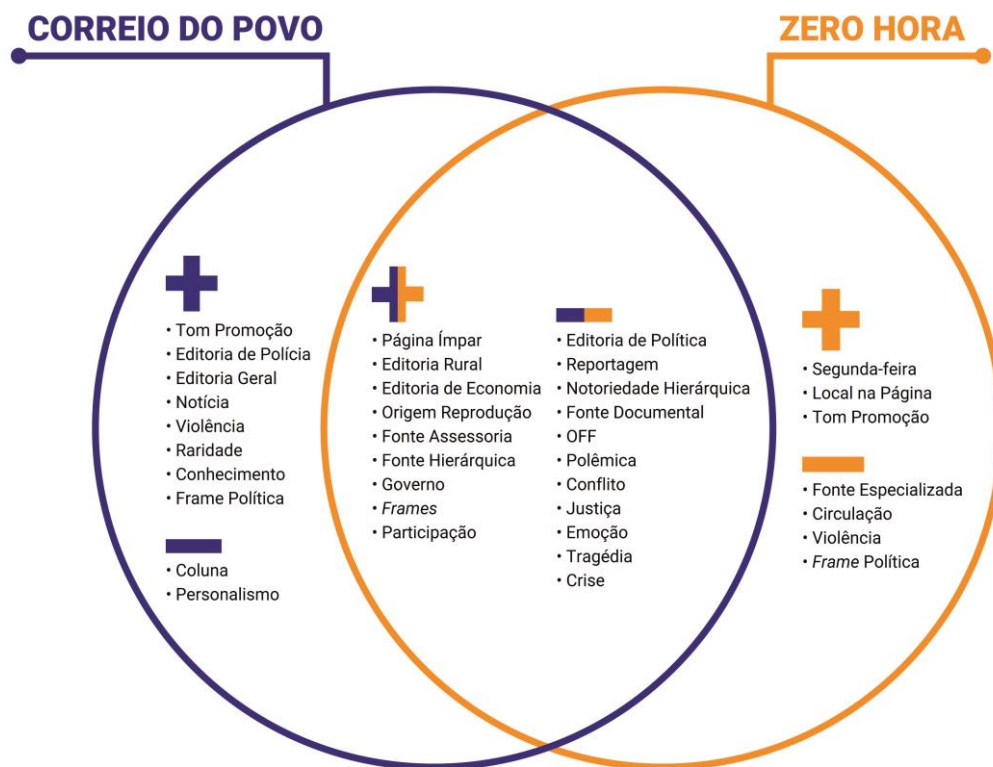
¹⁵⁴⁰ X2(1) 67302; P < 0,05

¹⁵⁴¹ X2(1) 30832; P < 0,05

¹⁵⁴² X2(1) 18494; P < 0,05

Tragédia¹⁵⁴³, na ordem de -58,6%, -24,4%, -16,5%, -12,8%, e -7,4%, nesta sequência. Com concentração abaixo da distribuição normal de 20,7% com *Frame* Política¹⁵⁴⁴, a variável apontou uma correlação com *Frames*¹⁵⁴⁵, na ordem de 34,2%. Os quadros preferenciais foram: Avaliação de Política, Economia e identidade Cultural. Como esperado, indicou um comportamento contrário à Crise¹⁵⁴⁶. O coeficiente foi de -37,8%. Participação¹⁵⁴⁷ e apresentou grau de interação relativamente alto, de 36,7%, indicando uma atuação mais ativa do Poder Executivo. Personalismo¹⁵⁴⁸, com associação de -7,4%, mostrou que, ainda que promovesse o governo, havia uma certa pretensão em não mencionar o governador (Quadro 47).

QUADRO 47 Variáveis com associação estatística com Enquadramento Positivo



Fonte: Elaborado pelo autor

¹⁵⁴³ X2(1) 6118; P < 0,05

¹⁵⁴⁴ X2(1) 47722; P < 0,05

¹⁵⁴⁵ X2(13) 131681; P < 0,05

¹⁵⁴⁶ X2(1) 161295; P < 0,05

¹⁵⁴⁷ X2(1) 151491; P < 0,05

¹⁵⁴⁸ X2(1) 6179; P < 0,05

No *Zero Hora*, Enquadramento Positivo foi veiculado, de forma preferencial, à Segunda-feira (7,1%), dia que, geralmente, divulgava acontecimentos ocorridos no fim de semana, enquanto que as expectativas políticas eram veiculadas no restante da semana. Como a concorrente, existiu uma inclinação à Página ímpar¹⁵⁴⁹, lado mais nobre, com associação de 9,8%, mais especificamente no Canto Superior Esquerdo, seguido, pelo Centro. Local na página¹⁵⁵⁰ expressou coeficiente de 15,4%. A seção de Política¹⁵⁵¹ manifestou concentração abaixo da distribuição normal, na ordem de -6,8%. As Editorias de Economia¹⁵⁵² e Rural¹⁵⁵³, ao contrário, demonstram correlações positivas, na ordem de 7,2% e 10,3%, respectivamente.

Quanto ao formato, apontou uma associação negativa com Reportagem¹⁵⁵⁴, na casa de -11%, e não mostrou significância estatística com Coluna e Reportagem. Com coeficiente de 18,2%, Origem Reprodução¹⁵⁵⁵ demonstrou uma tendência ao Enquadramento Positivo, reiterando a boa relação entre assessores e repórteres, como também podemos observar a concentração acima da distribuição normal de Fonte Assessoria¹⁵⁵⁶, na ordem de 9,4%. A Fonte Hierárquica¹⁵⁵⁷, com coeficiente de 11,3%, expressou uma preferência pelos secretários de Estado. A Notoriedade Hierárquica¹⁵⁵⁸ (-6,4%) repetiu a preferência pelos atores à frente de Secretarias. As fontes OFF¹⁵⁵⁹, Especializada¹⁵⁶⁰ e Documental¹⁵⁶¹ manifestaram dependência, na ordem de -8%, -8,4% e -11,2%, nesta sequência.

O Enquadramento Positivo foi, prioritariamente, retratado em pautas nacionalizadas. Circulação¹⁵⁶² apontou uma associação de -9,6%. Governo¹⁵⁶³, como a concorrente, manifestou uma correlação positiva de 10,2%. No lado oposto, Polêmica¹⁵⁶⁴

¹⁵⁴⁹ X2(1) 8946; P < 0,05

¹⁵⁵⁰ X2(7) 18494; P < 0,05

¹⁵⁵¹ X2(1) 4402; P < 0,05

¹⁵⁵² X2(1) 4933; P < 0,05

¹⁵⁵³ X2(1) 10004; P < 0,05

¹⁵⁵⁴ X2(1) 11460; P < 0,05

¹⁵⁵⁵ X2(1) 31145; P < 0,05

¹⁵⁵⁶ X2(1) 8258; P < 0,05

¹⁵⁵⁷ X2(1) 12076; P < 0,05

¹⁵⁵⁸ X2(1) 3882; P < 0,05

¹⁵⁵⁹ X2(1) 6078; P < 0,05

¹⁵⁶⁰ X2(1) 6563; P < 0,05

¹⁵⁶¹ X2(1) 11845; P < 0,05

¹⁵⁶² X2(1) 8691; P < 0,05

¹⁵⁶³ X2(1) 9717; P < 0,05

¹⁵⁶⁴ X2(1) 118998 P < 0,05

com coeficiente de -35,6%, Emoção¹⁵⁶⁵ com -16%, Conflito¹⁵⁶⁶ com -14%, Tragédia¹⁵⁶⁷ com -11,9%, Justiça¹⁵⁶⁸ com -8,9% e Violência¹⁵⁶⁹ com -7,8%. Com menos propensão ao *Frame* Política¹⁵⁷⁰ (-8,8%), o *Zero Hora* deu prioridade ao *Frame*¹⁵⁷¹ (22,1%): Avaliação de Políticas Públicas e Política Externa. Enquadramento Positivo não andou na mesma direção que Crise¹⁵⁷². A associação negativa foi de -7,2%. Participação¹⁵⁷³ e Tom Promoção¹⁵⁷⁴ apresentaram graus de interação significativos, na ordem de 43,7% e 47,8%

6. 24.2.2 Enquadramento Negativo

Os quadros negativos operaram como um catalizador de críticas e avaliações desfavoráveis à imagem do governo de Sartori. Ele é traduzido em meio a um padrão de cobertura que prioriza determinadas características. É o caso da Editoria de Política do *Correio do Povo*, que privilegiou o Enquadramento Negativo¹⁵⁷⁵. No Quadro 48, vemos que o coeficiente foi de 15,7%. Economia¹⁵⁷⁶ e Rural¹⁵⁷⁷, ao contrário, apresentaram concentrações abaixo da distribuição normal, na ordem de -8,3% e -14,8%, respectivamente. Diferente do Enquadramento Positivo, a variável esteve associada, na casa de 19,4%, com Origem Fonte¹⁵⁷⁸, indicando que haveria uma propensão para que as matérias críticas advirem de fontes externas a redação e do Executivo.

A variável, prioritariamente, tendia a consultar as fontes de menor importância. A Fonte Hierárquica¹⁵⁷⁹, com associação de -15,9%, reiterou o comportamento de assessores que privilegiaram atores de alto escalão para se manifestar sobre o que era positivo e que promoveria a imagem do governo, enquanto aqueles de baixo escalão seriam selecionados para responder sobre as demandas e críticas. A Fonte Assessoria¹⁵⁸⁰, replicando a Origem Fonte, mostrou uma correlação negativa -11,7%. A Fonte

¹⁵⁶⁵ X2(1) 23928; P < 0,05

¹⁵⁶⁶ X2(1) 18530; P < 0,05

¹⁵⁶⁷ X2(1) 13396; P < 0,05

¹⁵⁶⁸ X2(1) 7472; P < 0,05

¹⁵⁶⁹ X2(1) 5659; P < 0,05

¹⁵⁷⁰ X2(1) 7331; P < 0,05

¹⁵⁷¹ X2(13) 45714; P < 0,05

¹⁵⁷² X2(1) 4856; P < 0,05

¹⁵⁷³ X2(1) 179633; P < 0,05

¹⁵⁷⁴ X2(1) 214491; P < 0,05

¹⁵⁷⁵ X2(1) 27882; P < 0,05

¹⁵⁷⁶ X2(1) 7819; P < 0,05

¹⁵⁷⁷ X2(1) 24828; P < 0,05

¹⁵⁷⁸ X2(1) 42473; P < 0,05

¹⁵⁷⁹ X2(1) 28327; P < 0,05

¹⁵⁸⁰ X2(1) 15511; P < 0,05

Institucional¹⁵⁸¹ e Fonte Cidadã¹⁵⁸² apontaram coeficientes de 13,9% e 9,2%, demonstrando ser personagens importantes nas denúncias ou manifestações de opinião sobre pautas desfavoráveis ao governo Sartori.

Impulsionado pela Crise¹⁵⁸³ (40,9%), a variável apontou correlação com Desdobramento¹⁵⁸⁴, de 23,6%, reforçando a preferência pelas pautas de continuidade, quando o enquadramento é negativo. A Circulação¹⁵⁸⁵, com coeficiente de 9,5% manifestou que as pautas desfavoráveis possuíam uma tendência de abordar acontecimentos regionais e uma proeminência de alto escalão. Notoriedade Hierárquica¹⁵⁸⁶ apontou uma associação de 19,5%. Sugerindo direção oposta com Governo¹⁵⁸⁷ (-9,6%), Enquadramento Negativo demonstrou associação com Polêmica¹⁵⁸⁸, Conflito¹⁵⁸⁹, Justiça¹⁵⁹⁰, Emoção¹⁵⁹¹, Impacto¹⁵⁹² e Tragédia¹⁵⁹³, na ordem de 57%, 33,1%, 20,1%, 18,4%, 10,5% e 6,8%, nesta sequência. Raridade¹⁵⁹⁴ apontou correlação negativa de -10,9%.

Concedendo preferência ao *Frame* Política¹⁵⁹⁵ (7,6%), o Enquadramento Negativo indicou associação com *Frames*¹⁵⁹⁶ (34,1%) Constitucionalidade e Opinião Pública. As consequências foram uma Participação¹⁵⁹⁷ passiva, visto o coeficiente de -45,6%, e a preferência por um Tom Resposta¹⁵⁹⁸, com 22,2%. Nestes quadros, houve uma procura pelo governo para que se posicionassem sobre uma demanda que era de sua responsabilidade ou que eram incumbidos como se fosse uma obrigação do Poder Executivo.

¹⁵⁸¹ X2(1) 21896; P < 0,05

¹⁵⁸² X2(1) 9475; P < 0,05

¹⁵⁸³ X2(1) 188695; P < 0,05

¹⁵⁸⁴ X2(1) 62689; P < 0,05

¹⁵⁸⁵ X2(1) 10112; P < 0,05

¹⁵⁸⁶ X2(1) 42714; P < 0,05

¹⁵⁸⁷ X2(1) 10415; P < 0,05

¹⁵⁸⁸ X2(1) 365891; P < 0,05

¹⁵⁸⁹ X2(1) 123426; P < 0,05

¹⁵⁹⁰ X2(1) 45578; P < 0,05

¹⁵⁹¹ X2(1) 38354; P < 0,05

¹⁵⁹² X2(1) 13236; P < 0,05

¹⁵⁹³ X2(1) 5168; P < 0,05

¹⁵⁹⁴ X2(1) 13463; P < 0,05

¹⁵⁹⁵ X2(1) 18494; P < 0,05

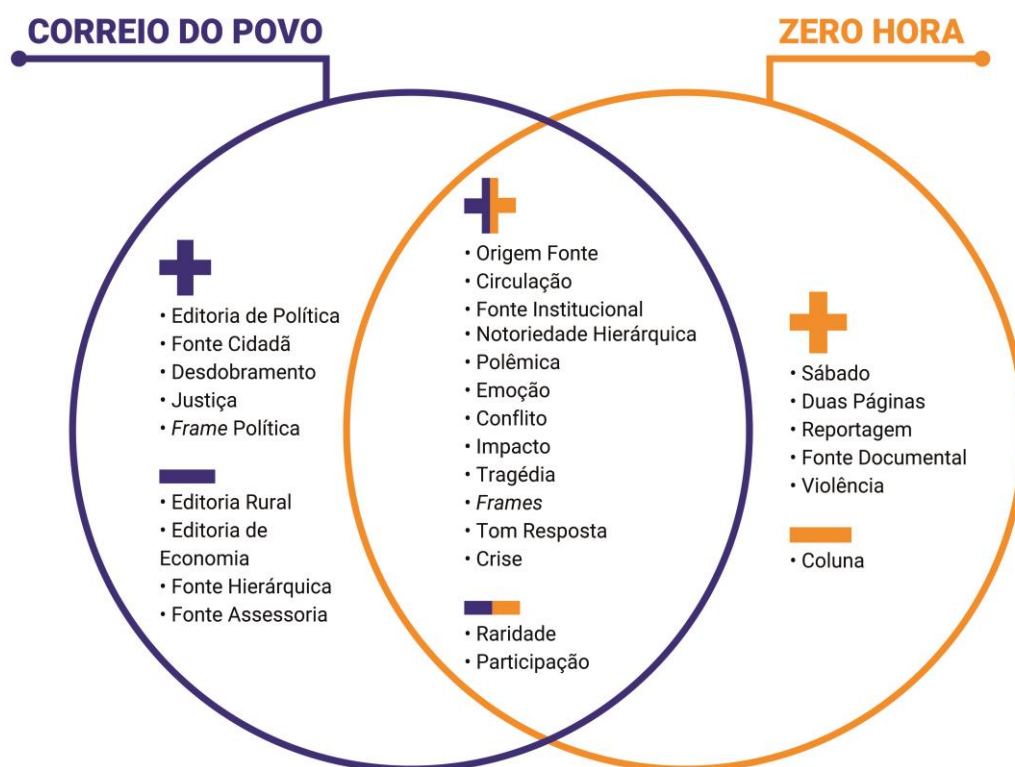
¹⁵⁹⁶ X2(13) 130952; P < 0,05

¹⁵⁹⁷ X2(1) 234743; P < 0,05

¹⁵⁹⁸ X2(1) 55454; P < 0,05

QUADRO 48

Variáveis com associação estatística com Enquadramento Negativo



Fonte: Elaborado pelo autor

No *Zero Hora*, Enquadramento Negativo foi uma característica com aptidão ao Sábado¹⁵⁹⁹. O coeficiente de 11,8% revelou que as edições de fim de semana são propensas à uma cobertura mais crítica. A variável também teve vocação para as matérias de Duas Páginas¹⁶⁰⁰ e a Reportagem¹⁶⁰¹. A primeira teve um coeficiente de 10,2% e a segunda 11,1%. Coluna¹⁶⁰² manifestou um leve grau de interação de -7,5%. A prioridade, como na concorrente ocorreu pela Origem Fonte¹⁶⁰³, com coeficiente de 9,9%, indicando que as pautas negativas tenderiam a vir de fora da instituição governamental ou da própria redação. A variável, diferente do Enquadramento Positivo, não revelou significância estatística com nenhuma editoria.

¹⁵⁹⁹ X²(1) 12987; P < 0,05

¹⁶⁰⁰ X²(1) 9816; P < 0,05

¹⁶⁰¹ X²(1) 11524; P < 0,05

¹⁶⁰² X²(1) 5303; P < 0,05

¹⁶⁰³ X²(1) 9306; P < 0,05

Com preferência às matérias regionalizadas - Circulação¹⁶⁰⁴ apontou associação de 12% -, a variável demonstrou correlação com Fontes Institucional¹⁶⁰⁵ e Documental¹⁶⁰⁶, na ordem de 12,3% e 8,8%, respectivamente. Isto é, existia uma pré-disposição a se consultar setores produtivos e sindicatos patronais, e documentos – originados, normalmente, em processos judiciais, para se criticar o governo estadual. Notoriedade Hierárquica¹⁶⁰⁷, com 11,1%, revelou que os quadros negativos apresentavam tendência de abordar acontecimentos que envolvessem o alto escalão. O Enquadramento Negativo ainda se correlacionaria, na ordem de 40,7% com Polêmica¹⁶⁰⁸, 21,8% com Emoção¹⁶⁰⁹, 18,7% com Conflito¹⁶¹⁰, 13,7% com Tragédia¹⁶¹¹, 12,1% com Violência¹⁶¹² e 8,6% com Impacto¹⁶¹³, respectivamente. Raridade¹⁶¹⁴, ao contrário, apontou associação negativa, de -8,1%.

Associado à Crise¹⁶¹⁵ (26,2%), o Enquadramento Negativo se correlacionou com *Frames*¹⁶¹⁶, na ordem de 30,4%. A preferência se deu pelas temáticas: Segurança, Igualdade e Justiça e Opinião Pública. Os quadros críticos emergiram sobre uma Participação passiva¹⁶¹⁷, dado o coeficiente de -34,4%, e exigiram um Tom de Resposta¹⁶¹⁸. A correlação foi de 31,3%. Como ocorre no CP, as pautas críticas não advêm do ente governamental, sendo demandado a responder sobre determinado problema social.

6.25 Personalismo

Nas democracias modernas, a valorização da figura de um governante em decorrência da instituição ou partido que representa foi potencializada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. As campanhas eleitorais, especialmente

¹⁶⁰⁴ X2(1) 13482; P < 0,05

¹⁶⁰⁵ X2(1) 14172; P < 0,05

¹⁶⁰⁶ X2(1) 7355; P < 0,05

¹⁶⁰⁷ X2(1) 11531; P < 0,05

¹⁶⁰⁸ X2(1) 155427; P < 0,05

¹⁶⁰⁹ X2(1) 44494; P < 0,05

¹⁶¹⁰ X2(1) 32805; P < 0,05

¹⁶¹¹ X2(1) 17573; P < 0,05

¹⁶¹² X2(1) 13795; P < 0,05

¹⁶¹³ X2(1) 6980; P < 0,05

¹⁶¹⁴ X2(1) 6131; P < 0,05

¹⁶¹⁵ X2(1) 64522; P < 0,05

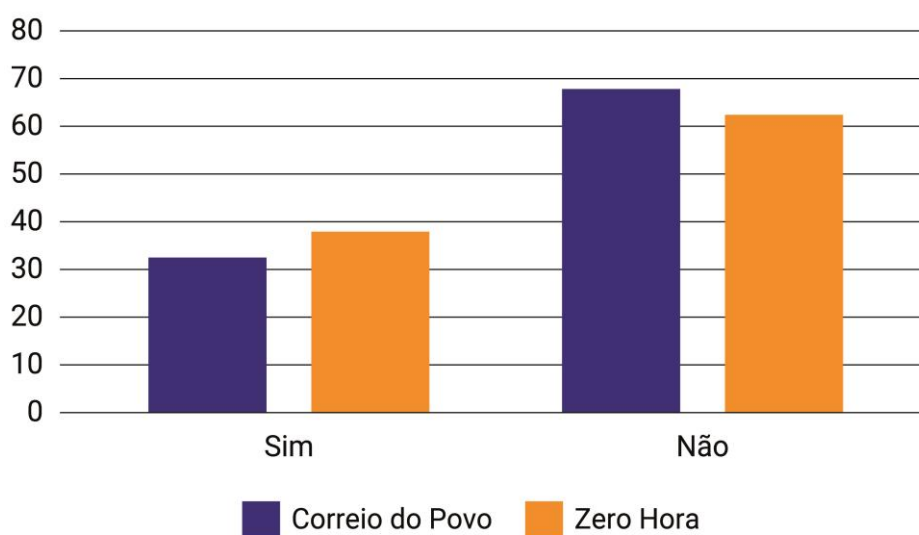
¹⁶¹⁶ X2(13) 86718; P < 0,05

¹⁶¹⁷ X2(1) 111256; P < 0,05

¹⁶¹⁸ X2(1) 92188; P < 0,05

durante o período de horário gratuito, incentivaram a imagem personalista de políticos. No jornalismo, é consequência também da negociação constante entre repórteres e políticos que envolve trocas de interesses dos dois lados. Se jornalistas buscam o furo, o político quer promover suas ações e sua imagem. O Personalismo numa cobertura governamental é consequência da tentativa dos governantes de se promoverem e da instituição jornalística em responsabilizar o político sobre acontecimentos cotidianos. Neste parâmetro, personificar não ocorre apenas por uma mão única. Decorre das interações e valorações imbricadas no processo produtivo, podendo acarretar notícias que enaltecem o governador ou que o vinculam a eventos impopulares ou negativos à sua imagem.

GRÁFICO 30
Distribuição da variável Personalismo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

No Gráfico 30, em aproximadamente 1/3 da cobertura governamental, o Personalismo foi, percentualmente, um atributo levemente superior no *Zero Hora*. No total, a variável foi encontrada em 365 textos do CP e 356 no ZH, revelando um comportamento semelhante entre os impressos. A prática personalista não se configurou (vide seção 6.25.1) como uma característica utilizada, de forma preferencial, para promover o governo ou para desmerecer sua imagem, funcionando em uma distribuição normal. Em outras palavras, consistiu em um elemento que pode ser encontrado tanto naqueles textos jornalísticos com valorizações a favor ou contra Sartori, bem como naqueles equilibradas, que não pendem para qualquer um dos lados.

A promoção da figura do governador pode ser observada em pautas que destacaram uma ação ou política implantada por Sartori, como ocorreu nas viagens internacionais do político. Em *Sartori busca parceiros no setor vinícola europeu*, veiculada no dia 19 de outubro de 2016, o *Zero Hora* enalteceu a capacidade do político em buscar parcerias com um setor importante ao Rio Grande do Sul. No CP, durante o dia 7 de março de 2017, *Governador dá início às atividades* retratou o começo do ano letivo nas escolas do Ensino Médio. Um ato comum, visto que todos os anos as aulas se iniciam, independentemente de quem é o governador, foi transformado em uma agenda de Sartori, sublinhando o investimento de mais de R\$ 15 milhões em infraestrutura escolar.

Na face oposta, também no dia 7 de março de 2017, o *Correio do Povo* circulou o contraponto ao texto que promoveu o governador. Em *Professores cobram Sartori*, publicou uma nota em que informa sobre os protestos de servidores públicos, que reivindicavam o pagamento dos salários atrasados. Outro exemplo é *Erros do governo Sartori esvaziam efeito do pacote*, quando o *Zero Hora*, no dia 24 de dezembro de 2016, responsabilizou o governador e sua equipe pela desconfiguração da proposta original da reforma fiscal. Em *Sartori estuda cobrar sobre taxa na Previdência de servidores*, no dia 18 de novembro de 2016, o *Zero Hora* apenas informou sobre os planos do governador para a seguridade social, sem apresentar valorações evidentes sobre Sartori.

6.25.1 O padrão governamental: Personalismo

José Ivo Sartori, eleito com aproximadamente 4 milhões de votos, apresentou aos gaúchos um programa de governo, durante o pleito de 2014. À frente da administração, o governador foi fiador das propostas, recebendo o ônus e o bônus de suas ações, reavaliadas em 2018, quando não foi reconduzido ao cargo pela população. Neste processo, o político foi constantemente avaliado, inclusive pelos veículos de comunicação do Estado. A cobertura jornalística exige escolhas, muitas vezes de palavras, que permitem a responsabilização de determinada pessoa por um ato específico. Em *Fechamento da TVE gera protesto*, circulada no dia 27 de dezembro de 2016. O *Correio do Povo* no texto não fez nenhuma menção ao governador, ainda que tenha noticiado as consequências da reforma proposta por Sartori. A escolha de não citar o chefe do executivo pode não interferir no que é noticiado, mas seria capaz de influenciar numa avaliação do representante. É evidente que uma única notícia não faria diferença, mas o

noticiário contínuo poderia manifestar elementos importantes desta cobertura governamental.

No *Zero Hora*, a característica personalista interagiu com componentes de apuração e de composição do jornal, bem como elementos valorativos que promoveram ou afetaram a imagem do governador. No periódico, a variável foi uma qualidade que mostrou dependência com Terça-feira¹⁶¹⁹, na ordem de 8,6%. Terça é marcada por ser dia de sessão da Assembleia. Quinta-feira¹⁶²⁰, último dia de sessão, manifestou concentração abaixo da distribuição normal, de -9,8%. Personalismo é uma qualidade da Editoria de Política¹⁶²¹. O teste apontou um coeficiente de 23,3%. As seções Rural¹⁶²² com -16,5%, Polícia¹⁶²³ com -12,9%, Cidade¹⁶²⁴ com -8,9% e Geral¹⁶²⁵ com -6,3% mostraram comportamento inverso (Quadro 49).

Com vocação as matérias com Origem Fonte¹⁶²⁶ (11,9%), o Personalismo se correlacionou negativamente com Notícia¹⁶²⁷, na ordem de -9,8%. A preferência se deu por aqueles textos sem nenhuma fonte. Tipo de Fonte¹⁶²⁸ apresentou concentração acima da distribuição normal, de 17,2%. Sugeriu-se uma inclinação para que o governador fosse mencionado em textos opinativos ou textos que não consultassem nenhum personagem ou documento. A Coluna¹⁶²⁹, reconhecido pelos textos curtos, apresentou associação de 9,8%. Entre as fontes, a Hierárquica¹⁶³⁰ mostrou um comportamento natural, visto que incluiu o chefe do executivo. A correlação foi de 10,9%. Já as Fontes Assessoria¹⁶³¹, Documental¹⁶³², Institucional¹⁶³³ e Cidadã¹⁶³⁴, apontaram coeficientes negativos, na ordem de 21,2%, 12,9%, -7,9% e - 6,5%, nesta sequência. OFF¹⁶³⁵ mostrou um leve grau de interação, 9,8%.

¹⁶¹⁹ X2(1) 6996; P < 0,05

¹⁶²⁰ X2(1) 9072; P < 0,05

¹⁶²¹ X2(1) 50813; P < 0,05

¹⁶²² X2(1) 25659; P < 0,05

¹⁶²³ X2(1) 15561; P < 0,05

¹⁶²⁴ X2(1) 7410; P < 0,05

¹⁶²⁵ X2(1) 3712; P < 0,05

¹⁶²⁶ X2(1) 13266; P < 0,05

¹⁶²⁷ X2(1) 8982; P < 0,05

¹⁶²⁸ X2(3) 27790; P < 0,05

¹⁶²⁹ X2(1) 8974; P < 0,05

¹⁶³⁰ X2(1) 11075; P < 0,05

¹⁶³¹ X2(1) 42280; P < 0,05

¹⁶³² X2(1) 5521; P < 0,05

¹⁶³³ X2(1) 5917; P < 0,05

¹⁶³⁴ X2(1) 15595; P < 0,05

¹⁶³⁵ X2(1) 8974; P < 0,05

Personalismo é uma característica, prioritariamente, presente nas matérias de Desdobramento¹⁶³⁶ (23,2%). É natural que o governador participe de forma ativa daquelas pautas contínuas, que envolvem uma cobertura que transpasse uma edição, especialmente, quando envolve ações ou políticas de responsabilidade do Executivo, como a reforma fiscal ou violência. Nestas circunstâncias, a negociação do Plano de Recuperação dos Estados entre Sartori e Temer apoiou a correlação negativa com Circulação¹⁶³⁷, na ordem de -12,7%, indicando uma pré-disposição às pautas nacionais. A Notoriedade Hierárquica¹⁶³⁸ demonstrou um grau de coeficiente significativo de 58,6%. O resultado é foi esperado, visto que se trata de um personagem nobre na escala de hierarquia de proeminência.

Personalismo se correlacionou de forma negativa com Emoção¹⁶³⁹, Impacto¹⁶⁴⁰, Tragédia¹⁶⁴¹, Violência¹⁶⁴² e Conhecimento¹⁶⁴³, na ordem de -13,1%, -11,2%, -7,7%. - 14,4% e -7,6%. Conflito¹⁶⁴⁴, ao contrário, apresentou uma correlação de 6,2%. O valor-notícia é marcado pelas manifestações, ato comum durante o período estudado, visto as reações ao pacote enviado à Assembleia pelo governador. Crise¹⁶⁴⁵, inclusive, indicou uma associação de 11,7%. *Frames*¹⁶⁴⁶, com coeficiente de 42,9%, mostraram uma preferência pelas pautas sobre Política, Política Externa e Opinião Pública. O Tom Promoção¹⁶⁴⁷ apontou concentração acima da distribuição normal de 6,7%, contudo, os enquadramentos não relevaram significância estatística. A independência com os quadros positivos e negativos reforçaram a ideia de que não há um comportamento intencional de promover ou prejudicar o governador na cobertura do Poder Executivo.

¹⁶³⁶ X2(1) 50775; P < 0,05

¹⁶³⁷ X2(1) 15197; P < 0,05

¹⁶³⁸ X2(1) 322344; P < 0,05

¹⁶³⁹ X2(1) 19369; P < 0,05

¹⁶⁴⁰ X2(1) 16055; P < 0,05

¹⁶⁴¹ X2(1) 11881; P < 0,05

¹⁶⁴² X2(1) 5620; P < 0,05

¹⁶⁴³ X2(1) 5376; P < 0,05

¹⁶⁴⁴ X2(1) 3628; P < 0,05

¹⁶⁴⁵ X2(1) 12867; P < 0,05

¹⁶⁴⁶ X2(13) 172598; P < 0,05

¹⁶⁴⁷ X2(1) 4246; P < 0,05

QUADRO 49
Variáveis com associação estatística com Personalismo



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Correio do Povo* manifestou características díspares. Em relação aos dias da semana, o periódico não encontrou na Sexta-feira¹⁶⁴⁸ o dia mais adequado. O coeficiente foi de -8,9%. A Páginas Par¹⁶⁴⁹ apontou associação de 8,3%. A página de entrada é reconhecida por circular as Colunas¹⁶⁵⁰. O formato obteve uma correlação de 9,2%. O grau de interação da Reportagem¹⁶⁵¹ foi pequeno, de 10,4%. Distinto em relação ao *Zero Hora*, o CP manifestou dependência com Capa¹⁶⁵², na ordem de 11,4%. Os textos jornalísticos que apelaram ao personalismo apresentaram uma inclinação para a página mais nobre, especialmente Manchete de Capa e Chamada de Capa. Local na Capa¹⁶⁵³ obteve um coeficiente de 10,6%.

¹⁶⁴⁸ X2(1) 7869; P < 0,05

¹⁶⁴⁹ X2(1) 7712; P < 0,05

¹⁶⁵⁰ X2(1) 9475; P < 0,05

¹⁶⁵¹ X2(1) 12077; P < 0,05

¹⁶⁵² X2(1) 14544; P < 0,05

¹⁶⁵³ X2(3) 12569; P < 0,05

O Personalismo é uma qualidade que corresponde à Editoria de Política¹⁶⁵⁴. A associação foi de 27%. Em contrapartida, as seções de Polícia¹⁶⁵⁵, Rural¹⁶⁵⁶ e Cidade¹⁶⁵⁷ obtiveram coeficiente negativo, na ordem de -9%, -11,2% e -13,5%, respectivamente. Quanto às fontes, a variável apontou correlação com as Fontes Cidadã¹⁶⁵⁸ e Assessoria¹⁶⁵⁹, na casa de -6,1% e -13%. Como no concorrente, o nome do governador tendia a ser circulado nas matérias de Desdobramento¹⁶⁶⁰ e Crise¹⁶⁶¹, com associação de 20,4% e 17,6%, nesta sequência. A Notoriedade Hierárquica¹⁶⁶² expressou um grau de interação significativo, na casa de 53,3%. O governador foi um personagem importante no que se refere à proeminência

A variável *Frames*¹⁶⁶³ (37,4%) revelou uma preferência por aqueles assuntos que versavam sobre a Política, Política Externa e Opinião Pública, quando se fazia referência direta ao governador. Sartori ainda se associava aos valores-notícia Polêmica¹⁶⁶⁴ e Conflito¹⁶⁶⁵, na ordem de 13,7% e 5,8%, reconhecidos pelo controverso e manifestações. Impacto¹⁶⁶⁶, Emoção¹⁶⁶⁷ e Conhecimento¹⁶⁶⁸, Violência¹⁶⁶⁹ e Tragédia¹⁶⁷⁰ obtiveram correlação de -15,2%, -11,7%, -11,3% -10,8 e -9,8%, respectivamente. Participação¹⁶⁷¹ (-8,9%) demonstrou um comportamento passivo por parte do governo. O Poder Executivo tendia a não ser ativo, controlando a pauta informada pelo jornal. O CP, como no ZH, não apresentou significância estatística com Enquadramento Positivo e Negativo.

6.26 Crise

Substantivo feminino. Crise, de acordo com o dicionário Michaelis, pode ser compreendida como: 1) Conjuntura desfavorável; situação anormal e grave; conflito,

¹⁶⁵⁴ X2(1) 82372; P < 0,05

¹⁶⁵⁵ X2(1) 9057; P < 0,05

¹⁶⁵⁶ X2(1) 14164; P < 0,05

¹⁶⁵⁷ X2(1) 20683; P < 0,05

¹⁶⁵⁸ X2(1) 4127; P < 0,05

¹⁶⁵⁹ X2(1) 19173; P < 0,05

¹⁶⁶⁰ X2(1) 47031; P < 0,05

¹⁶⁶¹ X2(1) 35092; P < 0,05

¹⁶⁶² X2(1) 320658; P < 0,05

¹⁶⁶³ X2(13) 157663; P < 0,05

¹⁶⁶⁴ X2(1) 21077; P < 0,05

¹⁶⁶⁵ X2(1) 3734; P < 0,05

¹⁶⁶⁶ X2(1) 25933; P < 0,05

¹⁶⁶⁷ X2(1) 15310; P < 0,05

¹⁶⁶⁸ X2(1) 14447; P < 0,05

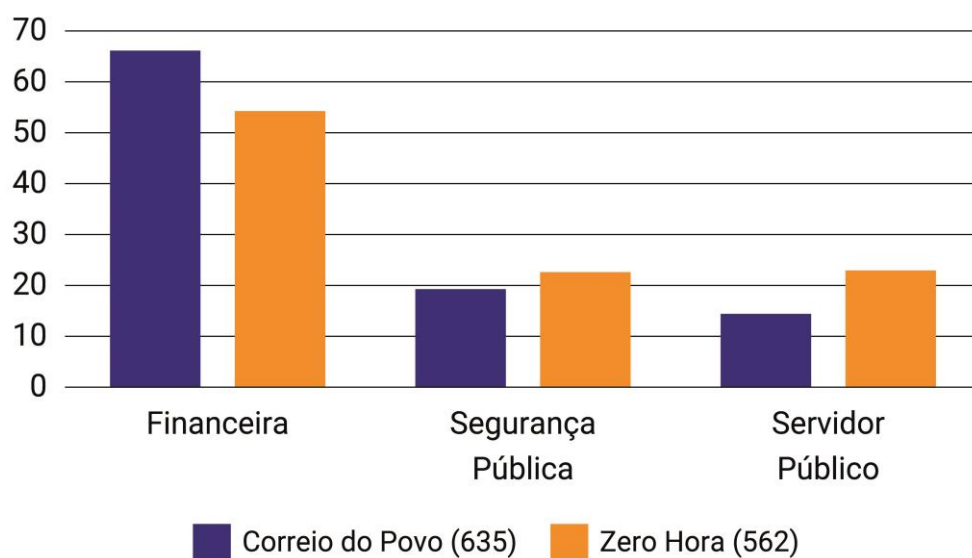
¹⁶⁶⁹ X2(1) 13048; P < 0,05

¹⁶⁷⁰ X2(1) 10854; P < 0,05

¹⁶⁷¹ X2(1) 8996; P < 0,05

tensão, transtorno; 2) Momento de transição entre uma fase de prosperidade e outra de depressão; 3) Situação de conflito de extrema intensidade em que estão presentes altas expectativas de uso da violência. A crise é descrita por diferentes ângulos, tendo em comum o sentido de anormalidade, de conflito, negativo. A ruptura da normalidade desenrola-se a todo momento, transformando-se, em muitos casos, em notícias. Para nós, a crise numa cobertura jornalística constitui-se sobre uma continuidade, sobre uma repetição que exige novas informações e interpretação dos fatos. Em um ponto de vista governamental, aceitamos como crise uma anormalidade contínua que exige uma participação direta do governo e que resulta em descontentamento ou pressão para sua solução.

GRÁFICO 31
Distribuição da variável Crise (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

O cotidiano é repleto de acontecimentos que envolvem a participação governamental. Muitos deles, é verdade, não detêm elementos suficientes para serem transformados em notícia. Outros nem chegam ao conhecimento de pauteiros e repórteres. A cobertura governamental, em meio às restrições da produção noticiosa, não se constitui de fatos isolados. É o trabalho de jornalistas no acompanhamento de pautas com grandes repercussões ou que se repetem gerando grande expectativa sobre grupos sociais e/veículos de comunicação. Neste sentido, as crises são essenciais. Concentram as atenções de setoristas e repórteres que cobrem o dia a dia do Poder Executivo e o que é de sua responsabilidade. No período estudado, as crises (Gráfico 31), que representaram

aproximadamente 60% dos textos jornalísticos nos dois jornais, convergiram para os problemas financeiros do estado, a insegurança pública e as tensões com os servidores.

As dificuldades financeiras do estado motivaram mais da metade da cobertura governamental (62,2% no CP e 54,3% no ZH). A crise de recursos foi noticiada a partir de dois vieses: 1) Textos que relatam os problemas financeiros e dificuldades de cumprir com obrigações e 2) Solução e negociação para a recuperação fiscal do Estado. O primeiro viés pode ser exemplificado por *RS busca acordos para precatórios*, veiculado pelo *Zero Hora* dia 3 de novembro de 2016. Nela, o impresso noticiava a tentativa de renegociação de uma dívida de R\$11,7 bilhões com precatóristas, incumbência que o estado não conseguiria arcar. A segunda perspectiva pode ser representada por *Repatriação deve render R\$ 467 milhões ao Estado*. No mesmo dia, o periódico da *RBS* noticiou o alívio as contas públicas dos recursos advindos do Programa de Repatriação, promulgado por Michel Temer.

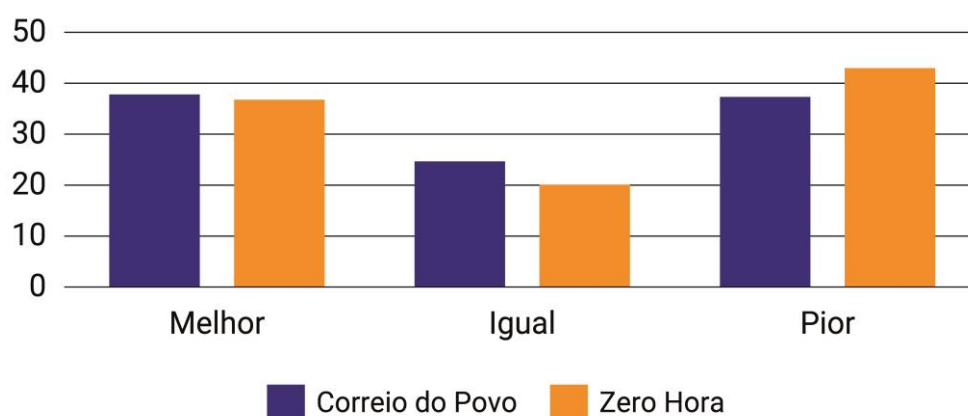
Motivador de um caderno especial no *Zero Hora*, denominado *Segurança Já*, a violência foi pauta de cerca de 20% dos textos jornalísticos nos dois impressos. De acordo com a reportagem do ZH, publicada no dia 27 de janeiro de 2017, intitulada *Os alarmantes dados de violência no RS*, a população vivenciou um aumento na criminalidade, particularmente nos homicídios. Convocado a responder por uma política de sua responsabilidade, o governo estadual foi imagem de uma crise que ora era enquadrado como insuficiente e ora como um ator ativo, que buscava resolver a demanda social. Por um lado, foi considerado falho, como em *5.115 presos nas ruas por falta de vagas no RS*, do dia 30 de janeiro de 2017, no ZH, por outro foi exaltado como *Brigada Militar efetuou 104 mil prisões em 2016*, publicada pelo CP no dia 1º de fevereiro.

A crise com os servidores públicos foi interpretada pelos veículos de comunicação como um reflexo da crise fiscal, agravada pelas tensões em volta do projeto que reformaria a carreira pública e previa a extinção de estatais e fundações. Neste contexto, a cobertura foi formada por matérias como *Estado não sabe como pagará o 13º*, veiculada no dia 2 de novembro, quando o *Zero Hora* apontou para a dificuldade em quitar o direito dos funcionários, e por protestos contra as medidas de Sartori. É o que representa a matéria *Em protesto, policiais param contra medidas*. A notícia do dia 20 de dezembro publicada pelo *Correio do Povo*, informou sobre mais uma paralização da categoria do funcionalismo público contra as propostas votadas na Assembleia Legislativa. A categoria representou cerca de 15% do noticiário do CP e 23% do ZH.

6.27 Lugar para morar

Crise remete a um espectro negativo, fora do normal, de algo que não está correto. A interpretação da realidade nem sempre se concentra em apenas um ator (governador) ou uma temática. Os *frames* também impactam a imagem que se faz sobre o Rio Grande do Sul: um lugar com qualidade de vida ou que não apresenta condições suficientes para se viver. É importante destacarmos que o enquadramento do governador não é automático, replicando sobre a avaliação que se faz sobre o local em que ocorreu o fato. Podemos, muito bem, criticar o político em uma pauta positiva, que mostre uma benfeitoria a população. Também, é comum, ao contrário, o elogiarmos em matérias críticas. O gráfico 32 a seguir chama a atenção para a frequência da variável Lugar para Morar, permitindo examinar como os veículos associam o Poder Executivo a visão que se tem do Rio Grande do Sul.

GRÁFICO 32
Distribuição da variável Lugar para Morar (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

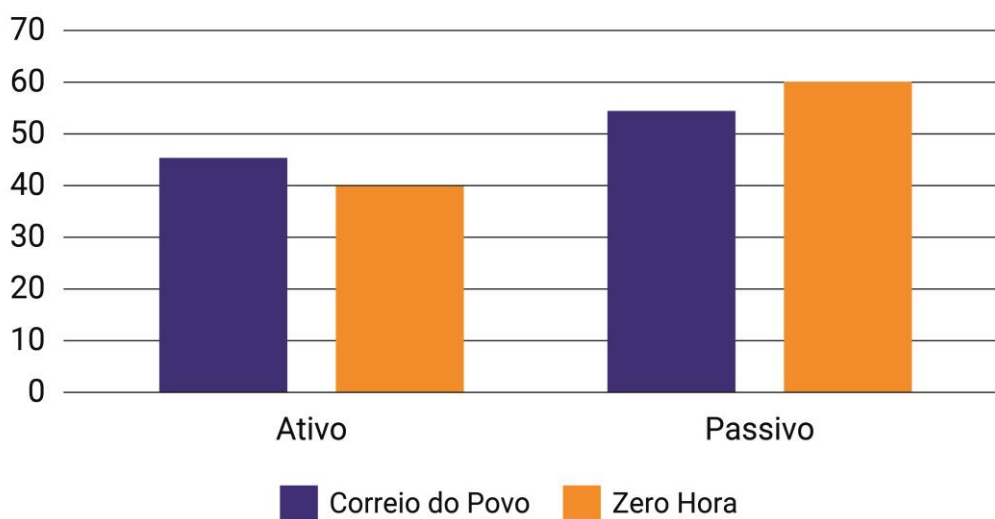
A distribuição da variável revelou um equilíbrio entre a qualidade das pautas. Melhor para Morar e Pior para Morar representaram 38% x 37,3% no *Correio do Povo* e 36,8% e 43,2% no *Zero Hora*. O informativo da *RBS* apresentou uma leve preferência pela negatividade. É relevante destacarmos que existe uma distribuição diferente da Negatividade (Vide Seção 24). Os quadros estabelecidos ao governo Sartori foram predominantemente negativos, reforçando um comportamento mais crítico dos veículos de comunicação em relação ao Poder Executivo, administrado pelo emedebista, do que a

situação do estado. É o caso com o então candidato a prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo, intitulada "*Diminuirei o tamanho do governo, no mínimo em 30*", circulada no dia 30 de outubro de 2016. O CP, em sua edição, construiu o diálogo partir da expectativa de um município melhor, impondo como ponto negativo, a gestão de Sartori à frente do Piratini.

6.28. Participação

Dia 30 de novembro. Editoria de Política do *Zero Hora*. *Estado vai oferecer R\$ 2,4 mil para que PMs voltem à ativa*. A matéria aborda a solução encontrada pelo Poder Executivo para aumentar o número do efetivo de policiais nas ruas do Rio Grande do Sul. O governo é ativo. É quem conduz e controla as informações. Contudo, nem sempre é assim. Em *Cpers dá prazo a Sartori*, veiculado pelo *Correio do Povo* no dia 19 de novembro, a administração foi colocada na parede, induzida a responder sobre uma demanda sobre a qual não tem controle, precisando se posicionar sob ameaça de greve. A cobertura governamental ocorreu em um complexo fluxo que colocou o governo em posições diferenciadas numa mesma edição de um jornal, conforme o gráfico 33.

GRÁFICO 33
Distribuição da variável Participação (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

A cobertura de um governo não se limitou às paredes do Palácio Piratini. É evidente que da negociação entre repórteres e políticos, assessores de imprensa com a

redação, originam-se pautas de interesse do Poder Executivo, como também, é comum matérias que demandam respostas do governador e sua equipe. Em meio a este processo, surgiram inúmeros acontecimentos da realidade social que envolveram a esfera de governo. A participação, neste contexto, refletiu o fluxo noticioso e como os veículos de comunicação incluíram o Poder Executivo em sua rotina profissional, permitindo um olhar para além daqueles eventos previstos, alguns, inclusive, obrigatórios às coberturas jornalísticas.

A participação do governo nos dois periódicos apresentou uma pequena diferença. Em ambos, o predomínio foi de passividade, ou seja, o Poder Executivo foi demandado a responder sobre determinado assunto ou problema social. O resultado era esperado, dado o fato de que os acontecimentos, normalmente, advêm da realidade social, do cotidiano dos municípios e de pressão de grupos ou atores exterior ao Palácio Piratini. Todavia, o equilíbrio entre a participação ativa e passiva do *Correio do Povo* chamou a atenção. O *Zero Hora* apresentou uma frequência próxima ao do Enquadramento Negativo, sugerindo (Vide próxima seção) um elo entre as pautas críticas ao governo e sua passividade perante o acontecimento. Já o CP repetiu seu comportamento menos crítico, visto que veiculou mais pautas positivas e ativas se comparado com sua concorrente.

6.28.1 O padrão governamental: participação

A participação do governo estadual não ocorre ao acaso. Ela é fundada em expectativas e características de uma cobertura jornalística, permitindo observar padrões jornalísticos, como exposto no Quadro 50. Um exemplo é a edição de Sábado¹⁶⁷² (-7%) do *Zero Hora*. As edições do fim de semana priorizaram pautas que exigiram respostas do Executivo. A Editoria de Política¹⁶⁷³, ao contrário, é uma seção que se inclinava a uma Participação ativa. Rural¹⁶⁷⁴, à passividade. O grau de interação leve foi de 6,2% e -6,4%, respectivamente.

A variável apresentou dependência com Notícia¹⁶⁷⁵, na ordem de 8,9%. Origem Reprodução¹⁶⁷⁶, com associação de 14,4%, revelou uma pré-disposição a um

¹⁶⁷² X2(1) 4776; P < 0,05

¹⁶⁷³ X2(1) 3652; P < 0,05

¹⁶⁷⁴ X2(1) 3828; P < 0,05

¹⁶⁷⁵ X2(1) 7401; P < 0,05

¹⁶⁷⁶ X2(1) 19419; P < 0,05

comportamento ativo. O resultado foi reforçado pela correlação de 11,1% com Fonte Assessoria¹⁶⁷⁷. A leitura é simples. Trata-se do reflexo do trabalho das assessorias de comunicação. Tipo de Fonte¹⁶⁷⁸ mostrou vocação as Fonte Primária, enquanto a Hierárquica¹⁶⁷⁹ revelou o elo entre Participação ativa e fontes de alto escalão. Os coeficientes foram de 13,6% e 24,4%. Oposto, o uso da Fonte Institucional¹⁶⁸⁰ priorizou as matérias em que o governo era passivo, dado a associação de -8,3%. Como em *Setor do arroz lista prioridades*, publicado no dia 17 de fevereiro, na seção sobre o campo, o Poder Executivo foi, constantemente, convocado a responder ou negociar com setores econômicos ou sindicatos e associações de trabalhadores.

A cobertura do *Zero Hora* obteve uma associação negativa entre a variável e a Notoriedade Hierárquica¹⁶⁸¹ de -9,7%, mostrando que a passividade apresentou tendência aos assuntos que tratavam do alto escalão. A direção dos títulos revelou uma orientação evidente. Quando era crítico¹⁶⁸² a Participação tendia a ser passiva. Quando era de Promoção¹⁶⁸³, a vocação se dava pela ativa. Os coeficientes foram de -14,6% e 25,8%. O mesmo comportamento valeu para os enquadramentos (Negativo¹⁶⁸⁴, -34,4% e Positivo¹⁶⁸⁵ 43,7%) e Lugar para Morar (Pior¹⁶⁸⁶, -34,4% e Melhor¹⁶⁸⁷, 38,6%). Já o Tom adquirido pelo governo é de Promoção¹⁶⁸⁸ quando é ativo e de resposta¹⁶⁸⁹ nos momentos que assumiu uma posição passiva. A correlação foi de 30,4% e -24,2%, nesta sequência.

Participação revelou associação positiva com Impacto¹⁶⁹⁰ de 7,2%. Nas pautas com o atributo, o Executivo tendia a participar de forma ativa. Inversamente, os valores-notícia Polêmica¹⁶⁹¹, Tragédia¹⁶⁹², Conflito¹⁶⁹³ e Emoção¹⁶⁹⁴ obtiveram correlação de -28,9%, -13,4%, -11,3% e -10%, respectivamente. Percebemos que as quatro propriedades

¹⁶⁷⁷ X2(1) 11684; P < 0,05

¹⁶⁷⁸ X2(3) 17329; P < 0,05

¹⁶⁷⁹ X2(1) 55838; P < 0,05

¹⁶⁸⁰ X2(1) 6458; P < 0,05

¹⁶⁸¹ X2(1) 8758; P < 0,05

¹⁶⁸² X2(1) 20037; P < 0,05

¹⁶⁸³ X2(1) 68381; P < 0,05

¹⁶⁸⁴ X2(1) 111256; P < 0,05

¹⁶⁸⁵ X2(1) 179663; P < 0,05

¹⁶⁸⁶ X2(1) 111160; P < 0,05

¹⁶⁸⁷ X2(1) 139883; P < 0,05

¹⁶⁸⁸ X2(1) 54998; P < 0,05

¹⁶⁸⁹ X2(1) 54998; P < 0,05

¹⁶⁹⁰ X2(1) 4939; P < 0,05

¹⁶⁹¹ X2(1) 78477; P < 0,05

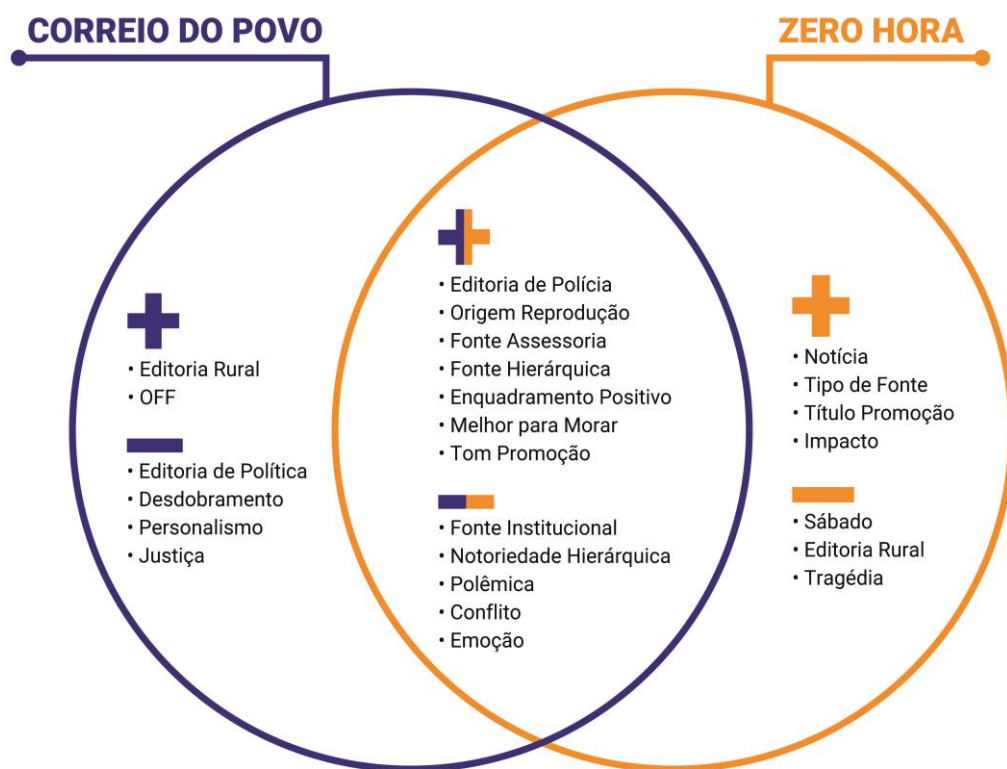
¹⁶⁹² X2(1) 16876; P < 0,05

¹⁶⁹³ X2(1) 12025; P < 0,05

¹⁶⁹⁴ X2(1) 9433; P < 0,05

foram características encontradas em pautas negativas, com protestos ou catástrofes que exigiam resposta do poder público.

QUADRO 50
Variáveis com associação estatística com Participação



Fonte: Elaborado pelo autor

O *Correio do Povo* desenvolveu um padrão de cobertura diferente do concorrente quanto às editorias. A seção de Política¹⁶⁹⁵ apresentou associação de -6%. Preferiu Participação passiva. Por outro lado, as Editorias de Polícia¹⁶⁹⁶ e Rural¹⁶⁹⁷ priorizaram um comportamento ativo. Os coeficientes foram de 8,2% e 11,2%, respectivamente. Já em relação as fontes, há semelhantes na forma de noticiar o governo. Origem Reprodução¹⁶⁹⁸ e Fonte Assessoria¹⁶⁹⁹ manifestaram correlação de 14,2% e 6,1%, reiterando a importância das assessorias na conduta atuante dos atores governamentais. A Hierárquica¹⁷⁰⁰ repetiu entre alto escalão e Participação ativa, com 26,7%. A Fonte

¹⁶⁹⁵ X2(1) 4006; P < 0,05

¹⁶⁹⁶ X2(1) 7584; P < 0,05

¹⁶⁹⁷ X2(1) 14219; P < 0,05

¹⁶⁹⁸ X2(1) 22629; P < 0,05

¹⁶⁹⁹ X2(1) 4230 P < 0,05

¹⁷⁰⁰ X2(1) 89498; P < 0,05

Institucional¹⁷⁰¹, com coeficiente de -20,2%, com a tendência de convocar a participação do Executivo. A novidade ficou pela significância com OFF¹⁷⁰², com um grau de interação pequeno de 14,4%.

O Desdobramento¹⁷⁰³ apresentou disposição para a passividade. O coeficiente foi de -13,7%. As pautas de continuidade, em sua maioria, referiram-se ao momento crítico vivenciado pelo Estado, refletindo na forma em que o governo foi incluído no noticiário. A variável Crise¹⁷⁰⁴ obteve um grau de interação pequeno de -18,3%. A Participação passiva é reflexo do Enquadramento Negativo¹⁷⁰⁵ (- 45,6%) e Pior para Morar¹⁷⁰⁶ (43,6%) e a ativa aos quadros positivos¹⁷⁰⁷ (36,7%) e Melhor para Morar¹⁷⁰⁸ (38,7%). A conduta foi a mesma com os títulos: passividade combina com crítico¹⁷⁰⁹ (-36,1%) e atuante com Promoção¹⁷¹⁰ (30,3%). O Tom de Resposta¹⁷¹¹, com coeficiente de -10,5% representa a tendência daquelas pautas que foi convocado a participar, e o de Promoção¹⁷¹² (41,3%) aquelas que o Poder Executivo tomou a iniciativa.

A cobertura do *Correio do Povo* deu preferência ao alto escalão, incluindo o governador, quando a participação governamental era passiva. Notoriedade Hierárquica¹⁷¹³ e Personalismo¹⁷¹⁴ apontaram uma associação de -22,6% e -8,9%. Na mesma direção, os valores-notícias Polêmica¹⁷¹⁵, Conflito¹⁷¹⁶, Justiça¹⁷¹⁷ e Emoção¹⁷¹⁸, com coeficiente de -36,4%, -27,8%, -14,6% e -8,5%, respectivamente, se correlacionaram com a Participação passiva.

¹⁷⁰¹ X2(1) 46063; P < 0,05

¹⁷⁰² X2(1) 23304; P < 0,05

¹⁷⁰³ X2(1) 5521; P < 0,05

¹⁷⁰⁴ X2(1) 37656; P < 0,05

¹⁷⁰⁵ X2(1) 234734; P < 0,05

¹⁷⁰⁶ X2(1) 214326; P < 0,05

¹⁷⁰⁷ X2(1) 151491; P < 0,05

¹⁷⁰⁸ X2(1) 168386; P < 0,05

¹⁷⁰⁹ X2(1) 146634; P < 0,05

¹⁷¹⁰ X2(1) 103792; P < 0,05

¹⁷¹¹ X2(1) 12416; P < 0,05

¹⁷¹² X2(1) 191967; P < 0,05

¹⁷¹³ X2(1) 57414; P < 0,05

¹⁷¹⁴ X2(1) 8996; P < 0,05

¹⁷¹⁵ X2(1) 149114; P < 0,05

¹⁷¹⁶ X2(1) 87381; P < 0,05

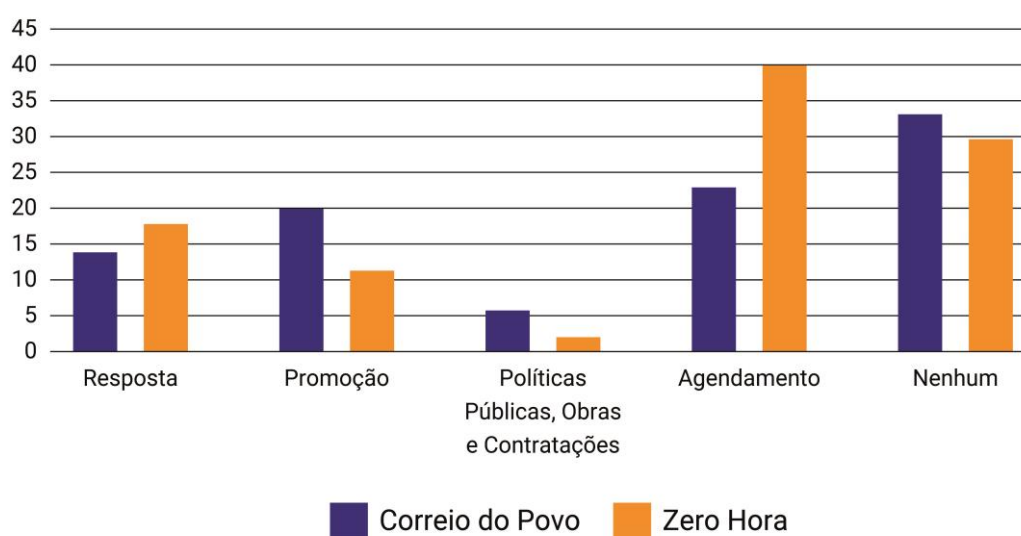
¹⁷¹⁷ X2(1) 5521; P < 0,05

¹⁷¹⁸ X2(1) 8222; P < 0,05

6.29 Tom

Imagine a cena. Funcionários de um hospital privado num município do interior entram em greve. O repórter entra em contato com a administração do centro de saúde. O responsável admite os salários atrasados. A justificativa é o atraso dos repasses do estado. A notícia se encerra. É o que sucede em *Funcionários iniciam greve*, veiculada pelo *Correio do Povo* no dia 3 de janeiro. A participação do governo em uma cobertura jornalística se dá de diversas maneiras. Como neste caso, pode ser incluído na matéria, sem nenhuma participação. Em outras, com comportamento ativo ou passivo, desenvolve seus discursos a partir de tons que direcionam a postura perante um acontecimento. O gráfico 34 expressa a frequência de cinco categorias: 1) Resposta; 2) Promoção; 3) Políticas Públicas, Obras e Contratações; 4) Agendamento e 5) Nenhum.

GRÁFICO 34
Distribuição da variável Tom (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

A cobertura governamental é construída a partir da interação de indivíduos e discursos. Um processo de ouvir diferentes pontos de vistas sobre um mesmo assunto que contribui para a construção da realidade social. Neste contexto, o Poder Executivo é central, contudo nem sempre em um primeiro plano. Se em algumas pautas fica evidente sua atuação, em outras pode surgir apenas como um complemento. Em aproximadamente 1/3 do noticiário, o governo não participa de forma efetiva. É apenas citado, mesmo se responsabilizado por um problema, como o exemplo acima. Entre aquelas que foi permitido participar, Políticas Públicas, Obras e Contratações foi a que menos se repetiu:

5,7% no CP e 1,9% no ZH. É o caso de *Previsto novo edital para acessos a presídio*. O *Correio do Povo* no dia 13 de janeiro apenas informou sobre como funcionava o processo seletivo do governo federal para a liberação de recursos para a construção de uma nova penitenciária.

O Tom estabelecido para o governo do Estado foi desigual entre os periódicos gaúchos. O agendamento, isto é, informações com o objetivo de levantar a discussão sobre determinado tema foi dominante no *Zero Hora*, representando cerca de 40%. No *Correio do Povo*, significou 22,7%. Em *Vandalismo em escola da Zona Sul soma R\$ 35 mil*, o ZH levou para o debate a qualidade da educação em meio à depredação do patrimônio público. A intenção não era promover e nem criticar o governo, abrindo o espaço para que o poder público pudesse discutir soluções que amenizassem o impacto do prejuízo à população. Em *Desemprego*, noticiado no dia 16 de janeiro pelo *Correio do Povo*, ofereceu-se informação sobre a situação da empresa Rumo ALL que ameaçava fechar as portas. Nela, o governo estadual agenda a discussão sobre ações que poderiam ser feitas para resolver a situação crítica.

Os tons Promoção e Resposta revelaram a diferença entre a cobertura desenvolvida pelo CP e ZH. O *Correio do Povo* registrou aproximadamente 20% dos textos na categoria Promoção e cerca de 15% na Resposta. O periódico da RBS, ao contrário. A primeira categoria significou 17,6%, enquanto a segunda, 11,2%. Os dados sugerem que o *Grupo Record*, ainda que não enquadrasse, majoritariamente, o governo como positivo, exibiu um padrão de cobertura mais favorável se comparado com o ZH. Isto é, quando analisado apenas a participação do Poder Executivo, percebemos maior facilidade em veicular discursos e mensagens favoráveis a Sartori e sua equipe pelo CP. ZH, por outro lado, predominou a resposta, respeitando a conduta, preminentemente, passiva do governo em suas páginas do jornal.

7. CONCLUSÕES

A cobertura do dia a dia de um governo requer uma vivência pessoal e profissional do jornalista. Há setoristas que percorrem todos os dias os corredores do poder. Há quem cubra cidades e se depara com problemas que demandam resposta imediata. As pautas jornalísticas são elaboradas a partir da experiência individual das testemunhas, fontes e repórter e de critérios compartilhados que levam a um modelo de se fazer jornalismo. Ao buscar um padrão de cobertura governamental em veículos de circulação regional, procuramos identificar elementos, convenções, regras e práticas que moldam uma cobertura específica. Em nenhum momento o nosso objetivo foi avaliar a administração política do estado. Não nos interessou saber se tal política foi eficiente, se o governador foi bem avaliado ou se houve denúncias de corrupção. Voltamos nossos olhares para os vestígios deixados na produção noticiosa dos veículos de comunicação examinados.

A partir da observação dos vestígios e das marcas reproduzidos nos jornais foi possível estabelecer um parâmetro de cobertura governamental, padrão que só faz sentido dentro de um contexto específico de governo e na esfera regional. Assim, nossa compreensão de cobertura governamental não se restringe à cobertura da política dentro dos Poderes instituídos, como geralmente ocorre no jornalismo político. Entendemos que essa cobertura jornalística envolve o Poder Executivo, esfera responsável pela execução do orçamento e das políticas públicas, em suas mais diferentes competências e assuntos e inclui as pautas policiais, ambientais, de agricultura, de cidades e qualquer outro acontecimento que exija participação direta ou indireta dessa esfera de Poder. A pesquisa também é demarcada pela regionalidade. A prática reconhecida nacionalmente como cobertura adversária (GUAZINA, 2011) não é transportada para outras escalas de produção noticiosa. Cabe lembrar que optamos por veículos tradicionais e com estrutura para cobrir o estado por completo.

A pesquisa se orientou pela pergunta de pesquisa: qual o padrão de cobertura governamental em veículos de circulação regional. A hipótese é de que a cobertura governamental é estruturada por convenções e regras que guiam a produção noticiosa, formando um padrão que se repete em veículos tradicionais de comunicação. Não significa que a cobertura seja idêntica, porém, que os jornais são produzidos a partir de critérios que permeiam a prática profissional num contexto regional e de interação com o Poder Executivo. Embora autônomos e independentes, os periódicos cobrem um mesmo governo localizado num mesmo território por meio de um modo de se fazer jornalismo

compartilhado entre repórteres, pauteiros, editores, entre outros profissionais de uma redação, o que sugere congruências entre os informativos. Tal tese foi averiguada por um combo metodológico que mensurou o comportamento de características relevantes ao objeto de estudo, permitindo identificar qual o padrão de cobertura, semelhanças e particularidades existentes nesta perspectiva regional.

Os resultados apresentados comprovam que existe um padrão de cobertura governamental, divididos em duas categorias: 1) Estruturais: Vinculam-se às características relacionadas às Marcas de Composição do Produto, Marcas de Apuração e Valor-Notícia (formato, gênero, página, local na página e capa etc.), que fazem parte das coberturas jornalísticas no geral. A tendência a uma reportagem estar na capa, por exemplo, não é um padrão que termina com a mudança de um governo para outro ou que tenha a ver com a conjuntura social. É uma qualidade da prática profissional; 2) Contextuais: Expressam elementos de uma situação particular, como a crise vivenciada pelos gaúchos. É evidente que se não houvesse problemas financeiros ou de segurança pública, os padrões contextuais poderiam ser diferentes. Contudo, não há como negar que a crise faz parte do jornalismo, o que é referendado a partir das ocorrências observadas nos veículos de comunicação. Por conseguinte, compreendemos que a investigação contribui para entender a prática profissional e possui condições de embasar novas pesquisas no campo da comunicação, oferecendo subsídios teóricos, metodológicos e analíticos a estudos que abordam o relacionamento entre o jornalismo e governos, cobertura regionais e outras práticas relacionadas à profissão.

A pesquisa contribui para a reafirmação de que o jornalismo é constituído por critérios de noticiabilidade compartilhados entre repórteres, pauteiros e editores, o que é validado na interação de campos hegemônicos e na imersão na realidade social. Os apontamentos desta pesquisa reportam-se à forma como as características da produção noticiosa interagem e modelam um padrão de cobertura governamental.

O governo estadual é uma instituição relevante para a cobertura do Correio do Povo e do Zero Hora. Em um total de 2067 textos jornalísticos envolvendo o governo gaúcho, CP apresentou média diária de 12,5, enquanto ZH demonstrou 10,4. As edições dos referidos jornais, ordenadas por seções temáticas, com diferentes formatos e características, contêm participação significativa do governo Sartori. As médias são consideráveis, visto que competem com pautas nacionais, internacionais, de entretenimento, e a esportiva, distinguida pela cobertura dos principais clubes gaúchos de futebol: Grêmio e Internacional. Tal importância do Executivo segue um traço específico

do jornalismo regional: a proximidade com a política (PERUZZO, 2003). A relevância do Poder Executivo ao cotidiano da vida das pessoas e maior acesso a atores e política local faz com que a instituição seja parada obrigatória aos veículos analisados.

Em relação aos dias da semana, a cobertura governamental constatou maior incidência entre terça e quinta-feira, dias de sessão ordinária da Assembleia Legislativa. Embora não faça parte do nosso objetivo, a Casa de Leis não só foi responsável por apreciar propostas do Executivo como ainda debateu a reforma fiscal proposta pelo governador. Neste quesito, ambos os informativos mantêm setoristas que não somente acompanham a política numa perspectiva mais ampla, como ainda se mantêm atentos aos desdobramentos do Legislativo e Executivo. Por outro lado, as edições de Final de Semana do Zero Hora e de Domingo do Correio do Povo, dias considerados nobres, são estruturados sob perspectivas diferentes. Enquanto o Zero Hora opta por um formato próximo da revista, com um número maior de páginas e com temas diversificados, o Correio do Povo publica uma edição menor e com reportagens mais profundas.

Tal concepção impacta nas características dependentes, que formam estas edições. No Correio do Povo, por exemplo, existe a tendência de os textos irem a Capa, no formato de Reportagem e contar com uma variedade de fontes Institucional, Hierárquica, Cidadã e Especializada. Já a Superedição do Zero Hora mantém uma tradição de Hard News, priorizando Enquadramento Negativo, Frame Político, OFF e Notoriedade Hierárquica. O CP e o ZH não estruturam suas edições diárias de forma similar: a distribuição das editorias e colunas em dias demarcados foi fundamental para mostrar que os dois veículos têm padrão díspar. Em nenhum dos dias, exceto a edição destinada aos domingos, os jornais compartilham mais do que uma característica dependente, além de manifestarem número baixo de correlação se comparada a outros atributos, como os valores-notícia. Desta maneira, reiteramos que existem critérios bem estabelecidos para a composição do noticiário governamental em um e outro veículo.

O governo estadual é, majoritariamente, noticiado no lado menos nobre do jornal. As páginas pares respondem cerca de 60%. As ímpares e duas páginas representam aproximadamente 40%. Os dados não mostram grande divergências entre os dois informativos gaúchos, reiterando ser um padrão desta cobertura especializada. Tal condição representa uma particularidade da prática jornalística focada no Poder Executivo e no âmbito regional. A distribuição atende a expectativa de uma cobertura governamental que não se circunscreve ao cotidiano no interior dos Palácios, em torno de atores de alto escalão e de acontecimentos com grande visibilidade midiática. Do mesmo

modo, engloba notícias de menor repercussão, podendo incluir, por exemplo, personagens sem grande relevância midiática, como um funcionário de segundo escalão. Isto é, reforça o ponto de vista de que a cobertura governamental no Rio Grande do Sul busca um jornalismo de serviço com forte intimidade com a política local (PERUZZO, 2005; BOUSQUET, SMYRNAIOS; BERTELLI, 2014)

As páginas são constituídas por intermédio de parâmetros mais rigorosos. Quando testadas, as páginas apresentaram um número extenso de correlações: em todos os casos mais de vinte e com o mínimo de dez características compartilhadas por ambas. Neste contexto, algumas interações chamam a atenção. Página Par, nos dois periódicos, é o local das colunas, alavancando a preferência pela discussão sobre política e crise, especialmente sobre a votação da reforma fiscal discutida na Assembleia Legislativa. A crise abordada pelas colunas é uma particularidade da conjuntura social do Rio Grande do Sul no período analisado. Por outro ângulo, os jornais mantêm características dominantes particulares. O CP não tende a veicular opinião e dá prioridade a polêmica. No Zero Hora, o lado par não é o mais adequado para matérias de Capa, muito menos para reportagens das editorias de Polícia, Geral e Rural. Percebe-se que estas características são estruturais, condicionados à critérios sobre a prática profissional.

As páginas ímpares são compatíveis com as pautas que retratam o governo de maneira positiva. Por outro lado, não é espaço propenso a reportagens nem a Capa. Tal conclusão revela que os informativos tendem a circular as pautas favoráveis ao Executivo na página nobre, contudo, sem força suficiente para se colocarem como um acontecimento para a primeira página ou ser explorado em formatos mais profundos. Entre as características particulares, destaca-se no Correio do Povo é um lado com tendência as pautas regionalizadas. No Zero Hora, é propício aos acontecimentos nacionais e internacionais. Tal inferência demonstra pontos de vistas opostos entre os periódicos gaúchos. Se o Correio do Povo dá preferência aos eventos mais locais numa página nobre, o ZH prefere abordar o governo num cenário nacional.

O período foi marcado pelo diálogo entre o Executivo estadual e o governo federal quanto a solução para a crise financeira e da segurança pública. Duas Páginas revelou correlação com diversos atributos estruturais. É esperado que o formato maior seja favorável a pautas com maior repercussão e aprofundamento, explicando a propensão a Reportagem, Capa e diversos tipos de fontes e valores-notícia. Entre os atributos distintos, chama-se a atenção para uma menor propensão ao Desdobramento no jornal da Record e maior disposição a Enquadramento Negativo no RBS. Estes resultados refletem

comportamentos diversos e significativos dos jornais. O primeiro indica que os acontecimentos contínuos, representado pela Crise, não tendem a ser veiculados neste espaço nobre. O segundo aponta que textos mais extensos tendem a ser ferramenta de críticas ao Executivo estadual.

Outro elemento importante é a presença na Capa. O Poder Executivo foi objeto da primeira página em 174 vezes (15% dos textos jornalísticos) no Correio do Povo. Em 63 casos ocupou a Manchete Principal, 53 foi Manchete na Capa e 58 foi veiculado como Chamada na Capa. Em 200 circunstâncias ocupou a primeira página no Zero Hora (cerca de 20% do noticiário). Os destaques foram divididos 71 Manchetes Principais, 87 Manchetes na Capa e 41 Chamadas na Capa. O impresso da RBS não só publicou um número maior de matérias, como ainda, ofereceu maior proeminência ao noticiário envolvendo o Poder Executivo. Tal diferença indica que o Zero Hora, embora publique menos textos relacionados ao governo estadual, apresenta a tendência a dar maior destaque a estas pautas. O periódico em comparação com a concorrente faz uso mais frequente do formato Reportagem.

A Capa não é formada aleatoriamente. É constituída na interação com mais de vinte atributos em cada um dos jornais: treze são compartilhados entre eles. A primeira página, conforme indicado, é constituída a partir de atributos estruturais do jornalismo, como Duas Páginas, Reportagem e Polêmica, e relativos à importância dos atores governamentais, como a Fonte Hierárquica. O Rio Grande do Sul é representado por características particulares ao contexto regional: Proximidade Estadual (preferência as pautas em nível estadual), Crise do Estado, Fonte Documental (relacionado a ações judiciais e/ou estudos técnicos), Desdobramento (cobertura contínua de fatos importantes a regionalidade), Pior para Morar, Impacto (envolve número grande de pessoas ou grandes quantias) e Editoria de Polícia (espaço da violência).

Tais características reforçam a existência de um padrão formado por atributos estruturais, próprios do jornalismo, e elementos específicos da realidade estudada. Entre os elementos peculiares a produção noticiosa de cada periódico, enfatiza-se a correlação positiva com Personalismo e Coluna no Correio do Povo e negativo da Coluna e Editoria de Política no Zero Hora. O comportamento do CP releva uma preferência pelos textos veiculados na Coluna, espaço das informações de bastidores, e das matérias que mencionam o governador. O ZH, ao contrário, não privilegia a Coluna e nem a seção de Política, espaço oportuno aos colunistas. A Editoria de Política é o local com maior número de textos jornalísticos sobre o tema estudado: 40%. O predomínio atende a

cobertura de governo, formado também pelas interações que decorrem das ações e acontecimentos nos Palácios, gabinetes do governador e Casa de Leis.

A editoria é estruturada pela correlação de cerca de trinta atributos no Correio do Povo e Zero Hora: quinze partilhados pelos periódicos. O padrão aponta elementos importantes ao noticiário governamental nesta seção. A preferência pela Coluna e OFF responde a uma tradição da Editoria de Política. A associação negativa com Notícia, Fontes Hierárquica, Especializada e Cidadã, bem como com os valores-notícias Impacto, Conhecimento, Emoção, Tragédia e Violência é reflexo da preferência pela Coluna e do Frame Político. A prioridade pela página Par reitera que os textos tendem a ser circulado nas páginas menos nobre. Tal fato pode ser explicado pelo número expressivo de textos nesta seção. Desdobramento, Crise, Notoriedade Hierárquica e Personalismo indicam que os jornais gaúchos privilegiam o alto escalão do governo, bem a cobertura contínua da crise vivenciada pelo Estado. Por outro lado, o Correio do Povo e Zero Hora apresentam posturas diferentes quanto a participação governamental e Capa. CP apontou correlação negativa com Participação e associação positiva com Enquadramento Negativo e Capa. Os indícios revelam que a editoria é um espaço de crítica e passividade do governo, com força à primeira página. Zero Hora, ao contrário, expressou correlação negativa com Capa e positiva com Participação: o governo tende a ser ativo.

A Editoria de Economia, equivalente a cerca de 5% do noticiário analisado, junto com Rural e Polícia, se configura como uma seção importante ao noticiário sobre o governo do Estado. Se comparada com outras, a Editoria revela critérios mais dispersos. Isto é, os Testes de Independência apontaram correlação com cinco variáveis em comuns ao Correio do Povo e Zero Hora. Destaca-se a preferência pelo Enquadramento Positivo e Circulação nacionalizada. Tal comportamento indica que a seção em que se discute finanças tende a abordar o governo como solucionador dos problemas financeiros em uma abordagem mais macro, em especial, no diálogo com o governo federal.

Já o noticiário sobre o Poder Executivo na Editoria de Polícia, seção que agregou mais de 10% dos textos jornalísticos do nosso corpus, é estruturado com base em características estruturais da seção: Violência, Emoção, Tragédia e Impacto são valores-notícia típicos a acontecimentos que envolvem a insegurança pública. A correlação com Circulação reforça o perfil regional desta editoria: é o local dos crimes que ocorrem no cotidiano dos municípios. A cobertura gaúcha é marcada pela cobertura da Crise na segurança vivenciado na conjuntura abordada. Também é identificada pela preferência a Fonte Hierárquica e de Assessoria. O contexto no Estado exigiu a participação de atores

importantes, refletidos nas informações advindos da equipe de comunicação e de secretários. Por outro ângulo, percebe-se que o Correio do Povo e Zero Hora apresentam discrepância na forma de noticiar o governo estadual. O primeiro apontou correlação com Melhor para Morar. O segundo, ao contrário, associação com Pior para Morar. CP tende a enquadrar o Executivo positivamente: como um solucionador dos problemas de segurança. ZH dá prioridade as consequências a qualidade de vida no Estado.

Importante ao Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul, a agricultura é tema de uma editoria própria. A seção temática, que cobre a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, reuniu mais de 10% dos textos jornalísticos. A segmentação, com um número de textos significativos, revela padrão particular a cobertura regional. A correlação com Enquadramento Positivo, Melhor para Morar, Participação e Tom Promoção sugere que há tendência a se veicular informação favorável ao governo estadual. Tal fato é reforçado pela associação com Origem Reprodução, indicando predisposição para publicar releases e informações advindos de assessorias de comunicação. Outro elemento que chama a atenção é a propensão as Fontes Hierárquica e Institucional. A primeira está atrelada a presença do secretário da pasta e a segunda as entidades econômicas que atuam no setor. Os indícios reforçam a existência de relacionamento próximo entre atores governamentais e jornalistas que cobrem o Rural

A seção Geral é o espaço dedicado aos acontecimentos que não se enquadram nas editorias restantes. No Correio do Povo alcança 13% do noticiário. É equivalente a menos de 5% no Zero Hora. A assimetria entre os informativos é consequência de conduta oposta. Enquanto o CP procura reforçar seu caráter regional, ZH transita nacionalmente, incluindo um número baixo de textos jornalísticos nas seções Geral e Cidade. Os reflexos podem ser observados num baixo número de correlações no periódico da RBS e partilha de apenas cinco variáveis dependentes entre os jornais. O destaque é pela preferência a abordagem municipal e a resistência a Crise. Cidade, outra editoria com maior incidência no CP, com 7%, também revelou padrão com mais elementos no Correio do Povo. Nesta seção, a cobertura governamental no Rio Grande do Sul é demarcada pela abordagem Municipal, Tragédia, Emoção, Fonte Cidadã e Notícia. Tragédia e Emoção são valores-notícia típicos de acontecimentos naturais e/ou fora do comum, como enchentes e outras ocorrências localizadas. A Fonte Cidadã, representando a voz do povo, é legitimada como autoridade em relação aos assuntos cotidianos. A notícia reitera a preferência pelo formato curto e objetivo. Outras editorias representaram cerca de 30% dos textos do ZH e 20% do CP.

Os impressos gaúchos apresentam uma leve diferença na origem do noticiário. A maior parte é oriundo pela Fonte, equivalente a mais de 75% do total de texto. As pautas de Reprodução são superiores no Correio do Povo, chegando a 15% contra 7% da concorrente, sinalizando que o CP é mais propenso a veicular textos de assessoria de imprensa, o que pode sugerir maior proximidade do veículo com o governo. É preciso considerar que, embora enquadre o Executivo de uma forma mais negativa do que positiva, o impresso do grupo Record apresenta cobertura mais favorável do que o concorrente. Iniciativa do Meio e Indefinida representaram juntas pouco mais de 5% dos textos estampados nas publicações. A cobertura governamental é predominantemente informativa e factual, orientando-se pela produção noticiosa dos fatos que ocorrem no dia a dia. O Correio do Povo noticiou o governo nos formatos informativos em 95% dos textos. Já o Zero Hora, em 90%. É importante ressaltar que a maior propensão ao opinativo seria resultado da organização do impresso que, diariamente, dedica no mínimo duas páginas para artigos de especialistas ou editorialistas. Pautas que envolvem o governo estadual podem ser analisadas e avaliadas nestes espaços.

Quanto ao gênero opinativo propriamente dito, os formatos Artigo e Editorial são os mais usuais. O primeiro, representando 80% e 66% dos textos opinativos do Correio e Zero Hora, funciona como estratégia para se legitimar determinada opinião a partir da reputação do especialista que assina o texto. O segundo, equivalente à 15% e 28% no CP e ZH, é a voz do jornal, a opinião direta do veículo. A Coluna, enquanto espaço para opinião de colunista, é residual. No que se refere ao gênero informativo, os periódicos demonstraram estrutura dissemelhante. O Zero Hora segue tal ordem: Coluna (60,5%), Notícia (21,9%), Reportagem (16,2%). O Correio do Povo: Notícia (60,2%), Coluna (23,3%) e Reportagem (5,1%). Ressaltamos que a RBS é um informativo que recorre a reportagem, a matérias mais longas e aprofundadas. O periódico do Record elabora mais textos, contudo em formato mais sintetizado, como são as notícias. A hegemonia da Coluna reflete a distribuição mais acentuada do noticiário sobre o Poder Executivo na Editoria de Política.

A Coluna nos periódicos gaúchos é definida por ser um formato característico da Editoria de Política e com propensão a noticiar o governo estadual em suas ações nacionais e internacionais. A propensão a Capa demonstrou comportamento distinto entre as publicações. No CP, existe inclinação, no ZH não há. Ou seja, enquanto no Correio do Povo notas de Coluna podem ir à Capa, no Zero Hora isso tende a não acontecer. Outro ponto divergente é quanto a Editoria Rural. O ZH veicula uma coluna especializada nesta

seção, enquanto o CP não. Outro formato, Notícia é demarcada como um atributo peculiar as Editorias de Polícia, Geral e Cidade nos dois impressos. Também compartilham a preferência por publicarem na Página Ímpar e empregarem Fonte Primária e Secundária.

No entanto, CP e ZH não mantem o padrão quanto a outras seções. Economia obteve correlação positiva e Rural negativa. No CP, a segmentação do Campo manifestou associação negativa. O periódico da Record ainda apontou interação positiva com Enquadramento Positivo, Melhor para Morar e Fonte e Notoriedade Hierárquica. Tais variáveis não apresentaram significância estatística no RBS, que identificou correlação com Circulação. A Reportagem, mais comum ao Zero Hora, é constituído por traços estruturais do jornalismo: Duas Páginas, Local na Página, Tipo de Fonte (Primária e Secundária). Os elementos vão ao encontro ao formato maior e que oportuna a consulta de um maior número de fontes. A preferência pelas Fontes Hierárquicas – atores de alto escalão - e Institucional – entidades sindicais e patronais - revelam um padrão particular desta cobertura regional. A propensão a Crise também é um elemento contextual que marca as grandes matérias dos periódicos. O periódico da RBS sinaliza ser a reportagem um formato mais amplo e profundo, reunindo entre as que indicaram dependência com sete valores-notícia, bem ao encontro da concepção de que, quanto mais atributos, maior a chance de ser notícia. Outra consequência é a correlação com a Capa. A concorrente demonstrou correlação com Notoriedade Hierárquica e Personalismo, apontando que Reportagem é formato para se tratar o governador e atores de alto escalão.

Os formatos preferenciais também refletem na distribuição de fontes por textos jornalísticos. Os veículos consultaram um número de fontes bastante próximo: 2.262 no CP e 2.282 no ZH. Diferença de apenas 20 pessoas ou documentos - aproximadamente 1%. Em um olhar mais profundo, é evidente a diferença entre eles. A média de fontes do Correio do Povo é de duas fontes por texto jornalístico. O ZH possui medida de 2,47. Se computar apenas os textos com pelo menos uma fonte, a superioridade da publicação da RBS é ainda maior: 3,23 x 2,42. A simpatia pelo gênero opinativo e a primazia da Coluna repercutem no número expressivo de textos sem nenhuma fonte no Zero Hora: 27%. É ainda o periódico com maior número de matérias com mais de quatro fontes: 22,5%. O Correio do Povo, estimulado pela preferência dada à notícia, circulou mais de 50% dos textos com uma ou duas fontes de informação apenas. É importante destacar que a média de fontes é considerada alta. Tal particularidade é consequência do uso frequente de reportagens que tendem a envolver fontes de diversos tipos: Hierárquica, Institucional,

Documental, entre outras. O Tipo de Fonte apresentou ordem similar: Primária, seguida pelas Primária e Secundária, Nenhuma e Secundária.

Entre os diferentes formatos, a cobertura governamental é estruturada por mais da metade de textos que não apresentam fontes provenientes do governo. Justificada, em parte, pelos conteúdos opinativos, a ausência do posicionamento desses atores chama a atenção para dois pontos importantes no cotidiano do jornalista: 1) falta de pluralidade nos pontos de vista e/ou ausência do contraditório; 2) rotina profissional que restringe o aprofundamento sobre os acontecimentos, deixando assim de consultar todos os envolvidos. Quando consultados, os secretários de estado foram os atores governamentais ouvidos com mais frequência. É comum assessores orientarem os chefes do executivo, com declarações em cerca de 5% do noticiário, a se pronunciar apenas sobre atos positivos, como uma política pública ou obras anunciadas. Resta aos secretários, como respectivo na hierarquia, responder sobre as demandas e problemas e/ou sobre assuntos menos importantes. Servidores de outros escalões, militares e funcionários de empresas estatais, parlamentares e outros representantes do Executivo representaram cerca de 5% cada um.

A escolha das fontes de informação foi orientada por critérios e convenções que influenciam a composição da cobertura governamental. Partimos do pressuposto de que cada uma delas interage com outros atributos, permitindo compreender seu papel no noticiário do Executivo. A Fonte Hierárquica, concentrada em atores de alto escalão (governador, vice-governador e secretários), apresenta elementos relevantes a cobertura regional. Correio do Povo e Zero Hora indicaram correlação positiva com Circulação, Enquadramento Negativo, Título Crítico e Tom Resposta. Além de apontar a importância de fontes de alto escalão no noticiário regional, as demais variáveis apontam que os quadros desfavoráveis tendem a ser respondidos por atores governamentais importantes, como secretários. A Fonte Hierárquica ainda é relevante a Capa no Zero Hora. O CP não apresentou significância estatística.

A Fonte Institucional, que engloba as instituições não governamentais, entidades privadas e organizações associativas, está atrelado a Crise, correlação identificada nos dois jornais. A instituição, especialmente no ZH, está atrelada a matérias jornalísticas mais amplas, que ouvem um número maior de fontes. Nesse tipo de publicação, a Fonte Institucional é característica típica da Editoria Rural. É uma seção que procura com frequência associações do setor produtivo. A fonte é operacionalizada de forma particular no Correio do Povo quanto a Notoriedade Hierárquica e Personalismo. Está atrelada a

notícias que envolvem o alto escalão governamental. A concorrente, no entanto, emprega a fonte às matérias com Enquadramento Negativo e com disposição a Capa. A interação com um número maior de variáveis indica que o atributo faz sentido numa engrenagem complexa.

A Fonte Especializada segue um caminho semelhante: CP obteve correlação com um número inferior de variáveis em relação ao Zero Hora. O padrão existente nos dois periódicos é constituído pela propensão à Duas Páginas, Capa, Reportagem e Fonte Primária e Secundária. Do outro lado, existe uma menor inclinação a Coluna, Editoria de Política e Frame Política. Esta variável aponta discrepância na produção noticiosa entre o CP e ZH. O primeiro jornal apontou correlação aos Domingos – dia de matérias mais complexas e profundas – e Editoria de Economia – reconhecido por temas que não é de conhecimento popular. O segundo informativo se orienta pela lógica da Reportagem, formato que permite o uso de diversas fontes. A Fonte Especializada, na RBS, mostrou-se útil as seções de Polícia, Geral e Cidade.

Como voz do cidadão ordinário, a Fonte Cidadã é potencializada numa cobertura regional: a abordagem municipal apontou correlação nos dois periódicos. No CP, ela combina com a Editoria de Cidade. No ZH, com as seções de Polícia e Geral. Novamente, percebemos o padrão que sustenta a utilização da fonte nos dois veículos são características como Duas Páginas, Reportagem e valores-notícia como Tragédia e Emoção, relacionados a desastres ocorridos nos municípios. O destaque é para o fato de que o porta voz do povo existe, prioritariamente, nos acontecimentos nos municípios e que retrataram o Rio Grande do Sul como um estado que não é bom para se viver. Pior para Morar apontou correlação no Correio do Povo e Zero Hora.

Posição oficial de instituições públicas, a Fonte Assessoria é uma característica que influencia e é influenciada por uma gama de elementos jornalísticos: vinte e sete no CP e vinte e cinco no ZH. O alto número de correlações indica a sua relevância a cobertura governamental no Rio Grande do Sul, em especial, na ponte entre atores políticos e os veículos de comunicação. Chama a atenção a associação entre a fonte e Enquadramento Positivo, Título Promoção, Melhor para Morar e Tom Promoção, apontando que , o trabalho de assessorias, como a distribuição de press-releases, opera como instrumento para promover o Poder Executivo. A associação negativa com Personalismo demonstra proximidade com as Secretarias. Tal marca desta cobertura temática salienta dois pontos de vistas: 1) relacionamento íntimo entre jornalistas e lideranças políticas em busca da troca de informações e prestígio; 2) Uso institucional para responder demandas da

sociedade, funcionando como um instrumento de accountability. O primeiro é demarcado por características particulares de cada um dos periódicos. O Correio do Povo apontou inclinação a Editoria Rural – reconhecido por ser uma seção favorável ao governo, Geral e Cidade e Participação. O Zero Hora registrou predisposição para a Capa. O segundo ponto de vista é reforçado pela correlação (CP e ZH) com a Editoria de Polícia, demandado a responder sobre problemas na segurança pública.

Já a fonte Documental, reconhecida em eventos noticiáveis que abordam o Poder Judiciário, não é prioridade a Coluna e Frame Político. Destaca-se a correlação positiva com os valores-notícia Justiça, Polêmica e Impacto, atributos relacionados a disputas judiciais e disputa entre categorias, e Pior para Morar, partilhados pelos periódicos. O periódico da RBS segue a linha de empregar a fonte em texto mais amplos e profundos, interagindo com uma série de variáveis, como Capa, Enquadramento Negativo e Violência. O impresso da Record, de forma particular, o associa a Conhecimento (estudos e pesquisa de opinião). A recorrência aos documentos é comum as coberturas jornalísticas, enquanto fonte complementar, principalmente.

O Desdobramento é um ponto de divergência entre as publicações. Do total, 65% dos textos do Correio do Povo foram designados a pautas que repercutiram outro acontecimento, como as crises dos servidores públicos, financeira ou de segurança. No Zero Hora, a maior parte do noticiário circulou matérias de cunho inédito. A discrepância pode ser explicada pelo maior número de textos veiculados no CP, 20% a mais do que a concorrente, e pela estrutura do impresso. O periódico do Grupo Record prioriza a notícia, caracterizada por relatos mais curtos. No quesito Título, em um primeiro plano, a distribuição é semelhante: equilibrado, crítico e positivo, nesta ordem. Todavia, os detalhes evidenciam que o impresso da RBS elege o equilíbrio como padrão, representando 60% do total. O Correio do Povo faz uso do juízo de valor com maior frequência. Positivo (23,3%) e Crítico (29,9%) totalizam mais da metade dos títulos.

Os periódicos gaúchos diferem quanto ao perfil de cobertura. Alicerce da cobertura regional, o item Proximidade demonstrou que o Zero Hora se orienta pelo caráter mais nacionalizado do que o Correio do Povo. Ainda que mais de três quartos dos textos se refiram a acontecimentos que ocorreram nos limites do Rio Grande do Sul, o CP apresentou 7,5% do noticiário em nível nacional e internacional, 1,1%. A publicação da RBS veiculou mais de 20% dos textos em abrangência nacional ou internacional. O Zero Hora é um veículo reconhecido pelo objetivo de ser uma referência em nível nacional. O

padrão da cobertura regional é modelado a partir da interação com dezoito variáveis no CP e vinte e três no ZH.

A partilha de doze destas sugere que os eventos noticiáveis mais regionalizados tendem a manifestar quadros negativos ao governo estadual. A seção policial corresponde ao espaço para as pautas estaduais, regionais e municipais. As Editorias de Economia e Política preferem a abordagem nacionalizada, discutindo temas que fogem das fronteiras territoriais do Estado. A Coluna, associada a temática política, se associa a abrangência nacional. Notícia e Fonte Institucional combinam com a Circulação. A preferência é pelos eventos que contêm os valores-notícia Impacto, Tragédia e Emoção. O Correio do Povo apontou correlação com as Editorias de Cidade e Geral, além da Página Ímpar, nobre, e associação negativa com Notoriedade Hierárquica. Isto é, o noticiário regional tende a abordar atores de baixo escalão. Peculiar ao Zero Hora, a interação positiva com Fonte Cidadã, Editoria Rural, Governo e Crise, e negativa com Desdobramento e Personalismo, indicando dois padrões: a cobertura contínua da Crise se deu sob o âmbito nacional, especificamente sobre a negociação com a União, e menor propensão a fazer referência ao governador Sartori.

Notoriedade indicou que o governador é o personagem que domina a abordagem dos veículos, representando um terço do noticiário. Cabe ressaltar que retratar o governador não quer dizer que há citação ou posicionamento deste ator. O Governo e Secretário, cada um, são o núcleo do acontecimento governamental em 25% dos casos. Estatais, Fundações e Militares, aproximadamente 10%, enquanto o estado, menos de 5%. A superioridade do governador aponta para comportamento de responsabilização do chefe do executivo por parte dos veículos estudados. Já a inferioridade do estado demonstra que o ente federativo, enquanto responsável pela execução de suas obrigatoriedades constitucionais, é sobreposto pela figura do governo de determinado representante eleito.

Quanto ao padrão, a característica dialoga diretamente com aproximadamente trinta variáveis em cada um dos jornais, reiterando a influência sobre a cobertura governamental. Como um elemento central, destaca-se a correlação com Crise, Enquadramento Negativo e Frame Político. Isto é, o governo, governador ou Estado tendem a estar associados ao momento de crise no Rio Grande do Sul, aos quadros críticos e as discussões políticas reverberadas nos jornais. Com interação negativa, observa-se que Fonte Assessoria e Participação inclinam-se a eventos que abordam o baixo escalão. O Correio do Povo apontou critérios distintos. Chama-se a atenção para correlação

positiva com Capa e negativa com Circulação. O notório é relevante a primeira página, enquanto tende a ser privilegiado em pautas nacionalizadas. O Zero Hora indica associação negativa com Gênero: inclinação a abordagem do alto escalão nos textos opinativos.

O Impacto, reconhecido pela repercussão do evento noticiável, revelou comportamento semelhante entre os veículos. Em cerca de 60% dos textos, o valor-notícia seguiu a ordem: 1) Grandes Quantias, 2) Pessoas atingidas pelo fato e 3) Pessoas envolvidas no fato. O resultado atende a expectativa em função dos seguintes fatos: o Executivo é responsável pelo orçamento do Estado e o Estado passava por crise financeira e com servidores públicos, categoria afetada e responsável por manifestações contrárias ao governador. O atributo faz parte da lista de valores-notícia que se correlacionam com diversas categorias, neste caso, mais de trinta, reforçando a ideia de quanto mais valores, maior a chance do acontecimento se tornar notícia. O padrão entre as publicações é bastante semelhante, visto que partilham de vinte e cinco variáveis que se associam com Impacto. Entre estas, chama a atenção a conexão com a Capa, com Enquadramento Negativo e com a Editoria de Polícia. Entre as particularidades, Correio do Povo apontou correlação com Editoria de Cidade (recursos destinados aos municípios) e, no Zero Hora, com a de Economia (finanças).

O Governo, valor-notícia intrínseco a cobertura governamental, distribuiu-se de forma parelha. O atributo Decisões e Medidas (cerca de 45%) domina. Interesse Universal representa mais de 25%, Relacionamento entre poderes aproxima-se de 15% e Agenda e evento oficial, 10%. A sequência indica qual é a moeda de troca do relacionamento jornalístico com o Poder Executivo. Outro fator importante é a hegemonia do atributo, estando presente em mais de 90% dos textos estudados, o que atende a expectativa, visto que se trata de uma cobertura governamental. Foram poucas as notícias que abordavam personagens governamentais sem que estivessem em função, cargo ou posição hierárquica. O efeito pode ser observado num número reduzido de variáveis dependentes: nove no CP e treze no ZH. Os três atributos que se repetem são: Enquadramento Positivo e Melhor para Morar (positivos), e Conflito (negativo).

A Polêmica é baseada na controvérsia. Esquivando-se da cobertura adversária em âmbito nacional, reforçada pelas grandes investigações contra políticos, o escândalo é raro. Identificada em mais de 70% dos textos jornalísticos, a Polêmica é um importante atributo para a cobertura governamental. Ela dá visibilidade à cobertura negativa, corroborando para a concepção do jornalismo pautado pelas disputas, pelo polêmico e

anormal. É importante ressaltar que o atributo é demarcado pela propensão a Capa, Notoriedade Hierárquica Enquadramento Negativo e Participação passiva. É uma característica que baliza os problemas sociais e demandas direcionadas ao governo. O Zero Hora apontou associação negativa entre Gênero e o valor-notícia, sugerindo que os textos opinativos são mais propensos a polêmica. O Correio do Povo alia tal características à Coluna, Frame Política e Fonte Institucional. Este último funciona como instrumento de enfrentamento a determinadas ações governamentais.

A Justiça, atributo em cerca de 10%, é aplicado a partir de Decisões Judiciais, Atos Protetivos e Relacionamento entre os poderes. Na prática, a justiça funciona como mecanismo de proteção dos servidores públicos e outras instituições afetadas pela reforma do estado, proposta por Sartori, estimulando, inclusive, a participação de atores da esfera judicial na negociação do projeto. É um atributo que está associado a Crise, Editoria de Polícia, Enquadramento Negativo e Polêmica. O Correio do Povo também apontou correlação negativa com Frame Política e Participação: o valor-notícia não é prioridade ao debate político e potencializa a passividade do governo. Zero Hora repete a lógico de interagir com diversas variáveis.

A Tragédia é elemento presente em mais de 10% do CP e 20% do ZH. Vinculado às situações dramáticas, com risco de vida, o atributo utiliza o valor-notícia em acontecimentos com circunstâncias diferentes. Situações Desumanas, Doença e Mortes e Catástrofe representaram 75% dos textos no periódico do Grupo Record. O impresso da RBS cobriu eventos de Doença e Morte, Situação Desumana e Desemprego, inteirando 88%. A distribuição é consequência da crise da segurança pública e dos servidores. Na época, parte do estado sofreu com fortes chuvas. É um atributo característico às Editorias de Cidade e Polícia, dedicados a acontecimentos do cotidiano local, e relacionado ao Enquadramento Negativo, Título Crítico e Pior para Morar. Isto é, atributo com conotação negativa e vinculado a problemas sociais que demandam participação governamental.

O valor-notícia Violência apresenta traços do componente anterior. Em 10% do total de textos, o atributo aborda a insegurança pública em aproximadamente metade do noticiário que inclui o elemento jornalístico. O padrão é forjado na partilha de 14 variáveis entre, incluindo todas as seis negativas (Editorias Política e Rural, Coluna, Desdobramento, Notoriedade Hierárquica e Personalismo). É elemento vinculado a seção policial, abordando os crimes que ocorrem no dia a dia da população. Contudo, o que mais chama a atenção é o movimento contrário do Enquadramento entre os jornais. Da

mesma forma que ocorreu na Editoria de Polícia, aqui, o governo é emoldurado (Frame positivo) como ator importante no combate à violência pelo Correio do Povo. O Zero Hora, em outro ponto de vista, responsabiliza-o pelas adversidades na segurança pública (Frame Negativo).

A Raridade é um valor-notícia periférico: identificado em menos de 5% dos textos jornalísticos. É caracterizado no Zero Hora pela Curiosidade, seguido pela Surpresa e Entretenimento. O Correio do Povo, estimulado pela cobertura da cultura, mostrou maior ocorrência do Entretenimento, Surpresa e Curiosidade. Nele, o governo, ainda de forma secundária, é facilitador da promoção da arte e cultura que não faz parte do cotidiano da população. O parâmetro de cobertura com o atributo é marcado por ser elemento com pouca importância, incluindo associação negativa com Capa na RBS. Os veículos compartilham correlação negativa com Crise e Polêmica. Presente em aproximadamente 30% dos textos do ZH e 20% do CP, Emoção é principalmente pautado pelo drama decorrente da insegurança, da violência, da tragédia. O valor-notícia, além de dialogar com número grande de elementos, mostrou comportamento parecido nos jornais, chamando a atenção para predisposição a Editoria de Polícia, Circulação regional e Enquadramento Negativo. ZH, ao contrário da concorrente, apontou associação com Desdobramento. Tal interação se dá pela cobertura contínua das condições inadequadas de encarcerados nos presídios estaduais.

Potencializado pelo uso de pesquisa, Conhecimento foi observado em menos de 10% do noticiário sobre o Poder Executivo. Se as descobertas e invenções são raras, pesquisas de opinião ou análise técnica de instituições especializadas dão suporte a cobertura governamental. O atributo é reconhecido pela associação positiva com Origem Reprodução e Fonte Assessoria, reforçando que as publicações buscam as informações de organizações especializadas. Também interage com Fonte Documental, indicando o perfil complementar de tal valor-notícia. O Correio do Povo constrói o noticiário a partir da interação do atributo com Enquadramento Positivo e maior propensão as seções Rural e Geral. Zero Hora, por outro lado, demonstra inclinação as Editorias de Economia e Polícia, bem como um elemento importante a primeira página. O Conflito, baseado no confronto simbólico e físico, é importante em contexto de crise econômica, da segurança pública e com os servidores. Manifestações representam mais de 60% do noticiário, seguido de greve, fugas e rebeliões. A cobertura governamental, no que diz respeito ao atributo, é formada pela interação com Crise – a época, o Estado convivia com a insegurança pública, incluindo condições precárias nos presídios), Personalismo

(responsabilização direta do Governador) e quadros desfavoráveis ao governo (Enquadramento Negativo, Título Crítico e Pior para Morar) e Participação passiva. O atributo no CP está atrelado a cobertura regionalizada, enquanto o ZH dá prioridade a Capa, seguindo o raciocínio de quanto mais valor-notícia, maior a chance de destaque.

O noticiário é marcado pela predominância dos quadros de Recursos Humanos e Financeiro, com superioridade do Zero Hora, e Político, representando mais de 40% da cobertura governamental. Estes Frames respondem aos cenários específicos: 1) O Poder Executivo controla o Orçamento, encarregado do investimento público no estado; 2) O Rio Grande do Sul convivia com grave crise nos cofres públicos e com funcionalismo; 3) a base da cobertura do nosso objeto é a política. A segurança pública, com terceira maior frequência, é legitimidade pelas dificuldades do Estado em combater a insegurança pública. Entre os demais frames que se destacam nos veículos pode-se citar: Avaliação de Políticas Públicas, Opinião Pública, Economia, Constitucionalidade, Saúde e Identidade Cultural. O CP veiculou um número maior de matérias com o Frame Identidade Cultural e Constitucionalidade, caracterizados pelas pautas sobre cultura e que se referem a ações judiciais.

A cobertura governamental não se restringe a determinado acontecimento. Ela é formada na interação de textos jornalísticos que atravessam o tempo, permitindo compreender a avaliação da gestão de Sartori pelos veículos estudados. Os quadros negativos são maioria, mais de 40%, seguidos pelos positivos, com cerca de 35%, e os equilibrados, em torno dos 25%. A superioridade de enquadramentos adversos ao governo estadual é orientada pelo princípio de negatividade. Em olhar mais detalhado, observou-se que o Correio do Povo veiculou mais quadros positivos do que sua concorrente, confirmando perfil menos crítico do que o Zero Hora. É importante ressaltar que não estamos afirmando que se trata de uma cobertura favorável ou que existe proteção ou favorecimento a Sartori, apenas que o CP promove cobertura mais equilibrada, levantando pontos positivos em determinadas pautas que poderiam causar polêmica, como as que se referem a (in) segurança pública.

O ato de enquadrar, em nossa pesquisa, foi reconfigurado em duas variáveis: Enquadramento Positivo e Enquadramento Negativo. O primeiro demonstrou padrão baseado na interação com mais de vinte e cinco variáveis, reforçando ser um elemento importante a cobertura governamental no Rio Grande do Sul. A quantidade de atributos correlacionados é significativa, indicando que esses quadros são influenciados e impactantes na cobertura temática aqui analisada. O quadro positivo tende a ser veiculado

na Página Ímpar, lado nobre dos jornais. Há propensão as pautas de Origem Reprodução e Fonte Assessoria, reiterando a importância dos releases. A prioridade é dada à Fonte Hierárquica e com o valor-notícia Governo. As editorias Rural e Economia são receptivas a pautas positivas. Já a Participação governamental apresenta a tendência de ser ativa e o Tom de Promoção. O Zero Hora apresentou como particularidade a correlação entre quadros favoráveis ao governo e pautas nacionalizadas. Já o Correio do Povo dá preferência ao formato Notícia e evita personalizar eventuais elogios ao governo.

Os quadros negativos indicam caminhos opostos ao anterior, como a correlação com Tom Resposta e Participação passiva. O atributo vincula-se, preferencialmente, ao noticiário que aborda a Crise. O contexto de dificuldade do Rio Grande do Sul recai sobre a avaliação do Governo a partir da lupa dos periódicos. Tal abordagem correlaciona-se com a Notoriedade Hierárquica (alto escalão), que abordam acontecimentos dentro do Estado (Circulação) e que é originado na realidade em que está inserida (Origem da Fonte). O comportamento antagônico vincula-se aos valores-notícia Polêmica, Emoção, Conflito, Impacto e Tragédia. São atributos, geralmente, identificados em acontecimentos fora do comum, que representam problemas a localidade. O Correio do Povo se diferencia da concorrente ao apontar correlação positiva com a Editoria de Política e negativa com Fonte Assessoria e Hierárquica. O veículo não tende ouvir personagens do alto escalão e nem publicar posição das assessorias nos quadros críticos. No Zero Hora, a Reportagem é um formato mais adequado ao Enquadramento Negativo.

José Ivo Sartori, governador à época, recebeu menção em aproximadamente um terço dos textos jornalísticos. Tal predominância é constituída num processo antagônico. De um lado, o anseio do político em se aproveitar da visibilidade midiática para se promover. Do outro, a capacidade dos veículos em responsabilizar o ator governamental pelos problemas sociais e demandas atribuídas ao governo. O Personalismo, inserido numa cobertura governamental regional, apresentou independência em relação as variáveis Enquadramento Positivo e Enquadramento Negativo. Em outras palavras, não existe tendência a associar o chefe do executivo às pautas que o agradem ou o desfavoreçam. Isto não significa que a característica não seja relevante a cobertura jornalística estudada. A variável, por exemplo, apontou correlação positiva com Crise e Conflito, elementos atrelados a adversidades no cotidiano dos gaúchos. Também é um atributo característico da Editoria da Política e Coluna. O CP e ZH revelam comportamento distinto em determinadas características. O primeiro tende a veicular o governo na Página Par, menos nobre, contudo, inclinado Capa e a Reportagem. É um

atributo que interage com a Polêmica e Participação passiva. Zero Hora indicou correlação com Fonte Hierárquica (o governador tende a ser fonte) e com Circulação (propensão a ser citado em pautas regionalizadas).

Em mais da metade da cobertura governamental, Crise é peça fundamental para compreender como o Poder Executivo é noticiado. A financeira, principal abordagem das publicações, desenrolou-se a partir de dois pontos de vista: 1) foco nas dificuldades financeiras e para cumprir com as obrigações fiscais e 2) negociação e possíveis soluções para a recuperação do Estado. As crises de segurança e de servidores públicos ocuparam quantidade parecidas, chamando a atenção para a violência e os conflitos com servidores públicos que não recebiam e viam suas carreiras ameaçadas. O contexto reverbera na forma que o estado é representado: Pior para Morar simbolizou 40% e Melhor para Morar 36,8% no Zero Hora. O Correio do Povo mostrou equilíbrio. As variáveis alcançaram aproximadamente 40% do noticiário. O restante não manifestou juízo de valor quanto à qualidade de vida no Rio Grande do Sul.

A cobertura governamental é majoritariamente passiva, sem que o governo controle o acontecimento noticiado. O desfecho era esperado, dado o fato de que a produção noticiosa recorre à realidade social para construir suas edições diárias, chamando o Poder Executivo para colaborar com o texto jornalístico. O padrão compartilhado pelos jornais indica que a Participação ativa, controla o acontecimento, se correlaciona a Editoria de Polícia, Origem Reprodução (vindo de assessorias), Enquadramento Positivo, Melhor para Morar e Tom Promoção. A passividade, convocado a responder, está associada a Fonte Institucional, Polêmica, Conflito e Emoção. O Correio do Povo, diferenciando-se da concorrente, apontou atuação ativa na Editoria Rural. Já a Editoria de Política, Desdobramento, Personalismo e Justiça demonstrou comportamento passivo. Zero Hora, inversamente, revelou passividade perante a Editoria Rural e também em relação a Tragédia. Impacto e Notícia mostraram Participação ativa.

A participação é constituída de diferentes maneiras. O agendamento é mais recorrente, representando aproximadamente 23% do Correio do Povo e 40% do Zero Hora. A categoria é reconhecida pela discussão e visibilidade de determinado tema, que é de responsabilidade governamental, ou que é demandado a comentar. Minoritário, Políticas Públicas, Obras e Contratações representam cerca de 5%. Já Resposta e Promoção indica a principal diferença entre os periódicos. Zero Hora, mais crítico, veiculou mais textos jornalísticos que exigiam resposta do que aqueles que promoviam a

gestão de Sartori. Correio do Povo, inversamente, dá mais espaço para a publicitação das qualidades do governo.

A cobertura jornalística é estruturada pela interação entre elementos e características profissionais que se materializam nas edições de jornais, formando um padrão que atravessa o tempo, perdurando sobre um contexto históricos específico. A partir de uma investigação profunda e detalhada foi possível identificar o padrão de cobertura governamental em veículos de circulação regional. O padrão encontrado reitera que a prática profissional se orienta por critérios e características próximas que faz com que a cobertura de um mesmo governo seja semelhante entre dois veículos tradicionais de comunicação e concorrentes. Tal fato não impede discordâncias na prática estabelecida nos jornais.

Em uma perspectiva micro, percebemos que, apesar de manter padrão semelhante, existe diferenças na formação do noticiário sobre o governo estadual. A partir do Teste de Independência conseguimos identificar as características que interagem e influenciam cada um dos elementos que estruturam a cobertura estudada, identificando pontos de divergência entre os veículos analisados, como pode ser observado na análise detalhada das variáveis. É uma investigação que analisa a cobertura governamental em mais de um ângulo, observando o que se repete e o que é particular à prática dos periódicos gaúchos.

Não existe a pretensão desta pesquisa em ser fim e nem em generalizar tais resultados, como se todas as coberturas fossem iguais. O estudo apresenta contribuições ao campo do jornalismo e da política que podem e devem servir de parâmetro para novas pesquisas, embasando novas investigações sobre a profissão, coberturas regionais ou relacionadas aos governos. Compreendemos que este estudo oferece instrumentos para novos olhares sobre a profissão a partir de um combo metodológico que permite identificar as repetições, o que sobressai, e aqueles elementos escondidos, que funcionam apenas na interação com outros atributos importantes as coberturas jornalísticas. É importante futuras pesquisas que possam testar sob o ponto de vista de diversas teorias, metodologias e variáveis, concedendo continuidade as análises da cobertura governamental em uma perspectiva regional.

8. REFERÊNCIAS

- ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. *In*: RUBIM, A. A. C. (org.). **Eleições presidenciais em 2002**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, 2004.
- AIRES, Janaine; CÂMARA, Clara. A mídia e os limites do personalismo na política brasileira: uma análise dos mandatos de Tiririca, Jean Willys e Celso Russomanno. **Compólitica**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 153-180, 18 nov. 2017. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolitica).
- ABRUCIO, Fernando Luis; FRANZESE, Cibele; **Federalismo e Políticas Públicas**. Brasília: Igepp, 2007.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalista: do mito ao mercado. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 3, n. 1, 2005.
- AGUIAR, Leonel Azevedo de. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p.13-23, 2008.
- AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo**: Geografias da mídia local e regional no Brasil. Brasília: Vozes, 2016.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. **Contracampo (UFF)**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-57, 2000.
- ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. *In*: RUBIM, A. A. C. (org.). **Eleições presidenciais em 2002**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, 2004.
- ALDÉ, Alessandra; VASCONCELLOS, Fábio. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. *In*: II CONGRESSO DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2, 2007, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Compólitica, 2007. p. 01-16.
- ALVES dos Santos Júnior, Marcelo; de ALBUQUERQUE. Perda da hegemonia da imprensa - a disputa pela visibilidade na eleição de 2018. **Lumina**, v. 13, p. 5-28, 2019.
- ANCIAUX, A.; HERRMAN, J.D.; GUAZINA, Liziane. Comparative Research: Journalism, **Media and Politics**. Sur le Journalisme, About Journalisme, Sobre Jornalismo, v. 6, p. 12-19, 2017.
- AURÉLIO. **Dicionário**. Curitiba: Positivo, 2019.
- AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, 2006, n. 12, p. 88-113.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 247 p.
- BIROLI, Flávia. Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p.126-143, jan. 2013.
- BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opin. Publica [online]**. 2012, vol.18, n.1, p. 22-43.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Notícias em disputa:** mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017. v. 1. 224 p.
- BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: Unb, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Democracia e Segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade:** Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BONONE, L. M. Construção de método para pesquisas de Frame Analysis. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 13, p. 78-87, 2016.
- BOUSQUET, Franck; SMYRNAIOS, Nikos; BERTELLI, Dominique. O impacto da web no jornalismo local: dois estudos de caso na cidade de Toulouse. **Brazilian Journalism Research**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.150-167, jan. 2014.
- BOYDSTUN, E. Amber; GROSS, Justin H.; RESNIK, Philip; SMITH, Noah A. **Identifying Media Frames and Frame Dynamics Within and Across Policy Issues**. In: *New Directions in Analyzing Text as Data Workshop*, 2013, London. Disponível em: <https://goo.gl/utizAW>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, [s.l.], v. 25, n. 58, p.62-77, 29 abr. 2011. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/ver.2011.25.58.07>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- BRANDÃO, Carlos. Descentralização Enquanto Modo de Ordenamento Espacial do Poder e de Reescalamento Territorial do Estado: Trajetória e desafios para o Brasil. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança Territorial e Desenvolvimento:** Descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 115-135.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. Decreto Nº 6.555, de 8 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 9 set. 2008.

BLUMLER, Jay G.; COLEMAN, Stephen. A democracia e a mídia: Revisitadas. **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p.07-34, jun. 2017.

BREED, Warren. Controlo social na redação. Uma análise funcional. *In:* TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 91-100.

BRINCA, Pedro. Jornalismo de proximidade e participação: por uma dieta equilibrada de informação, contra a fast-information. *In:* CORREIA, João Carlos (org.). **Ágora Jornalismo de Proximidade: limites, desafios e oportunidades**. 2012: Labcom, 2012. p. 31-35.

BRUNS, Axel. Gatekeeping, Gatewatching, Realimentação em Tempo Real: novos desafios para o Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/342/315>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CAMBRIDGE. **Cambridge Dictionary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva, 2002.

CANELA, Guilherme. Mídia e políticas públicas de comunicação: uma análise empírica da imprensa brasileira. *In:* INTERCOM, 30, 2007, Santos. **Anais...** Santos: Intercom, 2007. p. 1-15.

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, nov. 2004.

CERVI, Emerson Urizzi. **Análise de Dados Categóricos em Ciência Política**. Curitiba: PPGCP, 2014. v. 1. 98 p.

CERVI, Emerson Urizzi. Métodos quantitativos nas ciências sociais. *In:* BOURGUIGNON, Jussara Ayres. (org.). **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009, v. 1, p. 125-144.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele G. Metodologia quantitativa em pesquisas sobre cobertura jornalística. **Revista Famecos (Impresso)**, v. 20, p. 840-865, 2013.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TRICHES, Guilherme Longo. Interesse público: uma justificativa moral codificada. **Revista Famecos**. v. 21, n. 2, 2014. p. 484-503.

CHAPARRO, Manuel. **Pragmática do Jornalismo**. São Paulo: Summus, 1994. 132 p.

COOK, Timothy. **Governing With the News: the News Media as a Political Institution**. Chicago: The University Of Chicago Press, 2005.

COOK, Timothy E. O Jornalismo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 203-247, jul. 2011.

CRESWELL, John W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. Londres: Sage, 2009.

CURRAN, J. Entretendo a democracia na era do neoliberalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2, 2016.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DAMASCENO, P. L **Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos**. 2003.

DORNELLES, Beatriz. Características do jornalismo impresso local e suas interfaces com jornais comunitários. **Alceu (PUCRJ)**, v. 8, p. 159-172, 2008.

DORNELLES, Beatriz. Jornalismo local e jornais comunitários. **Comunicação. Veredas (UNIMAR)**, v. 6, p. 11-23, 2007.

DORNELLES, B. C. P. Trajetória da imprensa gaúcha. **Revista PJ:Br** (São Paulo), ECA/São Paulo, v. 1, p. 1-15, 2004.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ERBOLATO, Mário. **Técnica da codificação em jornalismo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2019**. Porto Alegre: SEPLAG, 2019.

FERNANDEZ, Mario Luiz. A proximidade como critério de noticiabilidade. *In*: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Crítérios de Noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: *accountability* e política da publicidade. **Lua Nova**, n. 84, p. 353-364, 2011.

FONTCUBERTA, M. **La noticia: pistas para percibir el mundo**. Barcelona: Paidós 1993.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? **C-legenda**, Niterói, 2001. p. 1-19.

FREIRE, Débora; FERNANDES, David. Proximidade como valor-notícia na repercussão de *fake news* pela imprensa. **Estudos de Jornalismo**, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 26-43, dez. 2018.

GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, n. 33, 2007.

GALTUNG, Johan, RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro – A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.

GANS, Herbert J. **Deciding What's News**. A study of CBS Evening News, Newsweek, and Time. Evanston, Illinois: Northern University Press, 2004.

GODLER, Yigal; REICH, Zvi. Journalistic evidence: Cross-verification as a constituent of mediated knowledge. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, Londres, v. 18, n. 5, p.558-574, 23 dez. 2015. SAGE Publications.
<http://dx.doi.org/10.1177/1464884915620268>. Acesso em: 11 jul. 2021.

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. O Método Comparativo e a Ciência Política. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-13, jan. 2008.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 2, n. 3, 2012. p. 523-545.

GUAZINA, Liziane Soares. Quando cultura política e subcultura jornalística andam de mãos dadas: a desconfiança na política em tempos de escândalos. *In*: COMPÓS, 2014, Belém. **Anais**, Belém: Compós, 2014. p. 01-15.

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo em busca de credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**. 2011. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Unb, Brasília, 2011.

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. *In*: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Crítérios de Noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

HACKETT, R. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. *In*: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Veja, 1999.

HALL, S., *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems**. Three Models of Media and Politics. New York: Cambridge University Press, 2004.

HARCUP, Tony; O'NEILL, Deirdre. Whats is news?: News Values revisited (again). **Jornalism Studies**, Cardiff, p.1-19, mar. 2016.

HERRMANN, Julián Durazo. Media, State and Society in Bahia, Brazil. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 98-119, ago. 2016.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas**: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900, Porto Alegre, EDIPUCRS. 2003.

IBGE (Brasília). **Cidades IBGE**. Disponível em: www.ibge.com.br. Acesso em: 5 jun. 2019.

JENSEN, Klaus Bruhn. Teoria e filosofia da comunicação. **Matrizes**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.31-47, 15 dez. 2008. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBIUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v2i1p31-47>. Acesso em: 11 jul. 2021.

JORGE, Thaís de Mendonça. A notícia e os valores-notícia: O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. **Unirevista**, Santa Maria, v. 1, n. 3, p.1-14, jul. 2006.

JORGE, Thaís de Mendonça. Valores-notícia nas capas dos periódicos: Ideologia e Poder. *In*: **SBPJOR**, 1., 2016, Palhoça.

KHUN, Raymond; NIELSEN, Rasmus Kleis. Political Journalism in Transition: **Western Europe in a comparative perspective**. Oxford: I.b.tauris & Co, 2014

LAGE, N. L. **Estrutura da notícia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007. v. 1. 64 p.

LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e *accountability*: dimensões e condições da poliarquia midiática. *In*: X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - **Compós**, 2001, Brasília, DF. **Compós 2001 - Cd-Rom de Trabalhos Apresentados**, 2001.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e democracia: indeterminação e representatividade da representação. **Revista Compolítica**, v. 4, p. 27-58, 2014.

LE CAM, Florence; PEREIRA, F. H. A comparação da identidade dos jornalistas online em suas relações com os públicos no Brasil e na França. **Observatório (OBS*)**, v. 11, p. 60-80, 2017.

LIEDTKE, Paulo. Governando com a mídia: o agendamento mútuo entre o Estado e os mass media na política nacional. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e política" da **16ª Compós**, realizada em 2007, em Curitiba.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. *In*: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio (Org.). **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Ufmg, 2009. p. 77-104.

- LIPARIZI, Fabrício Bacelar. **Descentralização Fiscal no Brasil: Evolução e tendências recentes**. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Unb, Brasília, 2006.
- MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **O federalista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- MAIA, Rousiley. Mídia e diferentes dimensões da *Accountability*. **E-com-pós**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p.1-27, dez. 2006.
- MAINWARING, Scott, Multipartism, Robust Federalism and Presidentialism in Brazil, in S. Mainwaring e M. S. Shugart (eds.), **Presidentialism and Democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos 257 cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2000.
- MARTINO, Luiz C. A Interpretação do Dado Empírico no Contexto das Correntes Teóricas em Comunicação. *In*: Barbosa, Marialva; Moraes, José Osvando de. (org.). **Quem Tem Medo da Pesquisa Empírica?** São Paulo: Intercom, 2011. p. 123-148.
- MARTINO, Luiz C. **Uma Questão Prévia: existem teorias da comunicação?** *In*: Martino, Luiz C. (org.). Teorias da Comunicação: Muitas ou Poucas?. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, v. 1, p. 13-42.
- MASSUCHIN, Michele Goulart; BORGES, R. F. JORNALISMO REGIONAL NAS REDES SOCIAIS: a cobertura político-eleitoral na fanpage do jornal o estado do Maranhão. **Revista Observatório**, v. 4, n. 6, p. 347-381, 8 out. 2018.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo, Compreensão e Reinvenção**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. v. 1. 256 p.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira de Ciência e Arte Ltda, 2003. v. 1. 238 p.
- MELO, Desirée de; CAMARGO, Hertz de. O DESIGN NO JORNALISMO E OS SENTIDOS DA DIAGRAMAÇÃO: A REVISTA “O CRUZEIRO” NOS ANOS 1940: a revista o cruzeiro nos anos 1940. *In*: CAMARGO, Hertz de; MENDONÇA, Janiclei (org.). **Design e Comunicação**. Londrina: Syntagma, 2014. p. 99-120.
- MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. Brasília: Unesco, 2009.
- MENDONCA, R. F.; SIMOES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)**, v. 27, p. 187-201, 2012.
- MICHAELIS. **Dicionário**. São Paulo: Melhoramentos, 2020.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. Dados — **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, p. 695-735, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 25, n. 1, p. 25-38, nov. 2005.

MIGUEL, Luiz Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 1, p. 155-184, jan. 2002.

MOLOTCH, H; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. *In*: TRAUQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Vega, 1999.

MORAES JÚNIOR, Enio. Interesse público e teorias do Jornalismo: considerações sobre os estudos de newsmaking e gatekeeping. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 6, n. 19, p. 219-232, jul. 2016.

MUNDIM, Pedro. O viés da cobertura política da imprensa nas eleições presidenciais brasileiras de 2002, 2006 e 2010. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, p. 7-46, 2018.

NASCIMENTO, Solano. Reportagens com denúncias na imprensa brasileira: análise de duas décadas da predileção por mostrar problemas. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 27, n. 65, p. 68-76, 23 jul. 2013. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/ver.2013.27.65.01>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NEVES, B. B; MAIA, R. C. M. Imagens estereotipadas: telejornalismo e processos de *accountability*. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2009.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Indicadores de desenvolvimento da mídia**: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação. Brasília: Unesco, 2010.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. **Ciências Sociais Unisinos**, [s.l.], v. 51, n. 2, p.133-143, 6 fev. 2015. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2015.51.2.03>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PALERMO, Vicente. Como se Governa o Brasil: O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3 jan. 2000.

PERUZZO, Cícilia M. Krohling. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **Anuário Unesco-Umesp de Comunicação Regional**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco-Umesp, 2003.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1º. sem. 2005.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em jornalismo e mídia**. v. I, n. 2. Florianópolis: UFSC/ Insular, 2004.

PINTO, Pamela. Mídia brasileira e a perspectiva regional: uma nova proposta de estudo exposta na análise dos mercados das regiões Norte e Sul. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 225-244, jun. 2017.

PINTO, P. A. Mídia regional: nem menor, nem maior, um elemento integrante do sistema midiático do Brasil. **Ciberlegenda** (UFF. Online), v. 2, p. 95-107, 2013.

PONTE, Cristina **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico Florianópolis: Insular/PosJor - UFSC, 2005. 248 p.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. *In*: RUBIM, A. C. (ed.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador; São Paulo: Edufba e Editora Unesp, 2004.

POST, Senja. Scientific objectivity in journalism? How journalists and academics define objectivity, assess its attainability, and rate its desirability. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, Londres, v. 16, n. 6, p.730-749, 11 ago. 2014. SAGE.

POZOBON, Rejane de Oliveira; RODRIGUES, Cristiano Magrini. Jornalismo político em Zero Hora: o enquadramento das fontes sobre o governo sartori. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 150-161, 18 jan. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

PRIOR, H.; GUAZINA, Liziane; ARAÚJO, B. Corrupção e Escândalo Político: o enquadramento dos escândalos Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira. **Media e Jornalismo**, v. 1, p. 167-185, 2015.

QUEVEDO, Josemari Poerschke de; WEBER, Maria Helena. Limites da *accountability* e da comunicação pública: (câmara e prefeitura municipal de porto alegre no debate público sobre o pontal do estaleiro). *In*: **COMPOS**, v. 9, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: Compos, 2010. p. 1-18.

REICH, Z.; GODLER, Y. The disruption of journalistic expertise. *In*: Peters C and Broersma M. **Rethinking Journalism Aga**. *In*: Societal Role and Public Relevance in a Digital Age. London: Routledge, 2016, p. 64–81.

RIBEIRO, Juliana. Da política ao debate: jornalismo regional e espaço público. 2004.

RIZZOTTO, C. C.; FERRACIOLI, P.; ANTONELLI, D. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, p. 85-95, 2016.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K.; SAMPAIO, R. C. Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017.

ROCHA, M. I. C., Estado e Governo: diferença conceitual e implicações práticas na pós-modernidade. *In: REVISTA UNIARA*, n. 21, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetáculo, Política e Mídia. *In: FRANÇA, V.; WEBER, M.H.; PAIVA, R. & SOVIK, L.(org.). Livro do XI Compós 2002: estudos de comunicação, ensaios de complexidade 2*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SANTOS, Ébida Rosa dos. **Qualidade no jornalismo político brasileiro: a cobertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff**. 2019. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Unb, Brasília, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Suzy. Relações incestuosas: mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos/regionais. *In: XXXI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação*, Natal, 2008. **Anais do VIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Políticas e Estratégias de Comunicação**, 2008, p.1-16

SARTORI, Giovanni. “Comparación y método comparativo.” *In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Comp.) La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 29-50.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Classificação das fontes de notícias. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC)**, Covilhã/Portugal, 2014.

SCHUDSON, Michael; ANDERSON, Chris. Objectivity, Professionalism, and Truth Seeking in Journalism. *In: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. The Handbook of journalism studies*. Nova Iorque: Routledge, 2008. p. 88-101.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a Notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHÜTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEGABINAZZI, Tiago; MAZZARINO, Jane Márcia. Modernidade em movimento: jornalismo e tecnologias digitais. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 246-257, jul. 2017.

SEIXAS, Lia; ALVES, Jussara Borges. Do que se trata noticiabilidade *In: Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 38, p. 157-172, jan./abr. 2017.

SEIXAS, Lia; MARQUES, Estela. O valor humano no critério de noticiabilidade. *In: SBPJOR*, 14, 2016, Palhoça. **Anais...** Palhoça: SBPJOR, 2016. p. 1-18.

SEIXAS, L. Valores notícia: uma proposta de análise. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4, p. 334-366, 29 jun. 2018.

SERRA, Sonia. Relendo o “gatekeeper”: notas sobre condicionantes do jornalismo. **Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 98-113, jan./jun. 2004.

SHOEMAKER, Pamela J., VOS, Tim P. **Teoria do gatekeeping**: seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011. 216 p.

SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P; REESE, Stephen D. Journalists as gatekeepers. *In*: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. **The Handbook of journalism studies**. Nova Iorque: Routledge, 2008. p. 88-101.

SILVA, Dacier de Barros e; FIGUEIREDO SOBRINHO, Carlos Peres de. No princípio era o verbo: a imprensa antecipa as eleições. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 153-165, jan. 2007.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores (USP)**, v. 10, p. 18-36, 2011.

SILVA, Gisele. Para pensar o critério de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.95-107, 2005.

SILVA, Gislene; SOARES, R. L. O método Análise de Cobertura Jornalística e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula. **Rumores (USP)**, v. 7, p. 80-97, 2013.

SILVA JÚNIOR, Roberto Donato da; D’ANTONA, Álvaro de Oliveira. Os métodos mistos e a interdisciplinaridade nas Ciências Sociais: pragmatismo ou pluralismo paradigmático? **Ideias**, Campinas, p. 87-108, 2013.

SILVA, Marcos Paulo da. As dissonâncias cotidianas nas rotinas dos jornais: o habitus jornalístico e a atribuição de um sentido hegemônico às notícias. **Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)**, v. 10, p. 69-84, 2013.

SILVA, Marcos Paulo da. Como os acontecimentos se tornam notícia: uma revisão do conceito de noticiabilidade a partir das contribuições discursivas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s.l.], v. 7, n. 1, p.173-184, 9 jun. 2010. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2010v7n1p173>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. **Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais**. Ecompos, Brasília, v. 20, n. 3, p.1-21, set. 2017.

SOLOSKI, John. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. *In*: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 91-100.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia e Política** da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 24, 2005, p. 111.

SOUZA, João Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. BOCC: Porto. 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa** sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEMER, Ana Carolina R. P. Fronteiras híbridas: o jornalismo e suas múltiplas delimitações. In.: TEMER, A. C. R. P; SANTOS, M. **Fronteiras híbridas do jornalismo**. Curitiba: Appris, 2015.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2008.

TRAQUINA, Nelson. As notícias In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004. v. 1.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Veja, 1999.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. New York: The Free Press, 1978.

VALE, A., SAQUET, M., SANTOS, R. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. v. 7, n. 1, 2005.

VERRI, Francisco. Entre as fronteiras do aceitável: o valor-notícia como legitimador do jornalismo como gestor de consenso. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, 2019.

VERRI, Francisco. **Para além das fronteiras: o grau de competição eleitoral na associação dos municípios do setentrião paranaense**. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Sociais, UEM, Maringá, 2015.

VERRI, Francisco. Publicidade institucional e o hábito de consumo de mídia: entre Dilma e Temer. **Revista Eptic**, Aracaju, v. 20, n. 2, p. 216-235, ago. 2018.

VERRI, Francisco. Valores-notícia e cobertura política: Valores-notícia e cobertura política: uma comparação entre o Zero Hora (RS) e A Crítica (AM). In: INTERCOM, 40, 2017, Curitiba. **Anais**. Curitiba: Intercom, 2017. p. 1-14.

VIZEU, Alfredo. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 1, n. 22, p.107-116, dez. 2003.

VIZUETE, J. I. A; MARCET, J. M. C. **Fundamentos de periodismo impresso.** Barcelona, Ariel, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Portugal, Editorial Presença, 1995. 4. ed. 247 p.

8.1 Textos jornalísticos

5.115 presos nas ruas por falta de vagas no RS. **ZERO HORA.** Porto Alegre, 30 de jan. de 2017.

#Forçachape: clubes e entidades prestam homenagens. **ZERO HORA,** Porto Alegre, 30 de nov. de 2016.

"Diminuirei o tamanho do governo, no mínimo em 30". **CORREIO DO POVO.** Porto Alegre, 30 de out. de 2016.

Ação do Sinpol cobra danos morais. **CORREIO DO POVO,** Porto Alegre, 25 de out. de 2016.

Agrado ao Paladar. **ZERO HORA,** Porto Alegre, 17 de out. de 2016.

Ainda mantidos em viaturas. **CORREIO DO POVO,** Porto Alegre, 22 de out. de 2016.

Até viatura da Força Nacional virou carceragem de presos. **ZERO HORA.** Porto Alegre, 03 de mar. de 2017.

Atraso que constrange. **ZERO HORA,** Porto Alegre, 25 de out. de 2016.

Audiência aborda situação de escola **CORREIO DO POVO.** Porto Alegre, 07 de mar. de 2017.

Autorizada instalação de ponte provisória. **CORREIO DO POVO.** Porto Alegre, 14 de fev. de 2017.

Bancadas da oposição fazem reunião na praça. **CORREIO DO POVO.** Porto Alegre, 22 de nov. de 2016.

Banrisul vira foco na renegociação da dívida. **ZERO HORA,** Porto Alegre, 27 de jan. de 2017.

Banrisul terá de devolver juros. **CORREIO DO POVO.** Porto Alegre, 28 de dez. de 2016.

Brigada Militar efetuou 104 mil prisões em 2016. **CORREIO DO POVO.** Porto Alegre, 01 de fev. de 2017.

Cairolí admite força da mudança. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 30 de out. de 2016.

Caos no acesso ao sul do Litoral Norte. **CORREIO DO POVO**, Porto Alegre, 25 de out. de 2016.

Cairolí admite força da mudança. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 30 de out. de 2016.

Canoas deve receber 200 presos em abril. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 02 de mar. de 2017.

Capital registra aumento de 84% nos assassinatos. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 02 de dez. de 2016.

Carregado sobre capô de carro da auto escola. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 15 de nov. de 2016.

Centro registra aumento de ambulantes. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 24 de nov. de 2016.

Cesa fecha acordo com sindicato. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 20 de dez. de 2016.

Consultorias privadas geram polêmicas. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 19 de nov. de 2016.

Cpers dá prazo a Sartori. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 19 de nov. de 2016.

Cpers pede impeachment de Sartori. **CORREIO DO POVO**, Porto Alegre, 25 de out. de 2016.

Cpers protesta contra pacotes federal e do RS. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 19 de dez. de 2016.

Dá-lhe Sartori. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 24 de nov. de 2016.

Decepção na segurança. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 10 de mar. de 2017.

Déficit previdenciário do RS é o pior do Brasil. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 02 de nov. de 2016.

Delegado é suspeito de financiar facção. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 22 de fev. de 2017.

Deputados debatem pacote do Piratini. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 15 de dez. de 2016.

Desemprego. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 16 de jan. de 2017.

Desperdício de papel estacionado na Assembleia. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 10 de fev. de 2017.

Difini compara com cortes no RS. **CORREIO DO POVO**, Porto Alegre, 28 de out. de 2016.

Em protesto, policiais param contra medidas. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 20 de dez. de 2016

Erros do governo Sartori esvaziam efeito do pacote. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 24 de dez. de 2016.

Escola estadual terá que fechar as portas até 2018. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 13 de dez. de 2016.

Escolas estaduais terão de reduzir turmas e turnos. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 11 de nov. de 2016.

Estado deve R\$ 371 milhões para a saúde. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 27 de out. de 2016.

Estado não sabe como pagará o 13°. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 02 de nov. de 2016.

Estado só paga R\$ 450. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 29 de out. de 2016.

Estado vai oferecer R\$ 2,4 mil para que PMs voltem à ativa. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 30 de nov. de 2016.

Fechamento da TVE gera protesto. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 27 de dez. de 2016.

FEE lança aplicativo. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 24 de nov. de 2016.

Feltes se envolve em polêmica. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 15 de dez. de 2016.

Fim de Recesso, a volta do Pacote. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 31 de jan. de 2017.

Foto do CP em primeiro lugar. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 02 de dez. de 2016.

Funcionários iniciam greve. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 03 de jan. de 2017.

Governador dá início às atividades. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 07 de mar. de 2017.

Governador vistoria CT (Centro de Triagem). **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 07 de mar. de 2017.

Governo orienta a rejeição de quase 400 emendas. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 04 de nov. de 2016.

Governo se prepara para batalha jurídica. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 09 de jan. de 2017.

Governo tenta apressar votação do pacote. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 19 de dez. de 2016.

Horto volta para o Estado. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 27 de jan. de 2017.
Idioma. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 18 de out. de 2016.

Investimento em segurança. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 11 de mar. de 2017.

IPVA rende R\$ 715,4 milhões. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 04 de jan. de 2017.

Itapuã volta a abrir para visitação. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 06 de jan. de 2017.

Justiça obriga Estado a revelar benefícios fiscais. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 29 de nov. de 2016.

Justiça proíbe demissões em mais cinco fundações. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 06 de jan. de 2017.

Líder do governo articula acordo. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 25 de nov. de 2016.
Idioma. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 18 de out. de 2016.

Mais um jovem assassinado na Capital. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 16 de mar. de 2017.

Menos crimes de trânsito. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 28 de jan. de 2017.

Mobilização para combater Aedes. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 03 de dez. de 2016.

Monitoramento reforçado. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 15 de dez. de 2016.

Moradores continuam fora de casa. **CORREIO DO POVO**, Porto Alegre, 26 de out. de 2016.

Mostra de Gene Johnson. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 14 de mar. de 2017.

MP questiona extinção da Fundação Zoobotânica. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 15 de fev. de 2017.

MP vai investigar Badesul. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 03 de nov. de 2016.

Na Alemanha, Sartori participa hoje de evento com empresários. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 17 de out. de 2016.

Não existe plano B se houver rejeição. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 24 de nov. de 2016.

Negócios devem crescer 15%. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 15 de fev. de 2017.

O mais amplo e polêmico da História. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 22 de nov. de 2016.

O pacto dos desesperados. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 24 de nov. de 2016.

Os alarmantes dados de violência no RS. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 27 de jan. de 2017.

Os equivocados. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 27 de jan. de 2017.

Pacote. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 22 de nov. de 2016.

Pacote vai para a Assembleia no dia 22. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 16 de nov. de 2016.

Pacote enfrenta a Assembleia. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 27 de nov. de 2016.

Padilha será investigado por crime ambiental. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 16 de mar. de 2017.

Paralisações podem afetar serviços hoje. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 11 de nov. de 2016.

Pesquisa avalia rodovias do RS. **CORREIO DO POVO**, Porto Alegre, 18 de out. de 2016.

PIB gaúcho tem queda de 1,7%. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 14 de dez. de 2016.

Piratini adia nova votação após derrota. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 24 de dez. de 2016.

Piratini vai a Meirelles. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 04 de jan. de 2017.

Plano Nacional começa na Capital em fevereiro. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 19 de jan. de 2017.

Poderes prevêm dificuldades. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 20 de dez. de 2016.

Porto Alegre vai receber hoje novo reforço de policiamento. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 13 de mar. de 2017.

Presos depedram micro-ônibus. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 21 de nov. de 2016.

Presos em Container. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 05 de nov. de 2016.

Pressão de Meirelles irritou governo. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 03 de mar. de 2017.

Pressão do Ministério. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 13 de jan. de 2017.
Previsão de mais chuva deixa o RS em alerta. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 18 de out. de 2016.

Previsto novo edital para acessos a presídio. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 13 de jan. de 2017.

Professores cobram Sartori. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 07 de mar. de 2017.

Proibida demissão em massa na Corag. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 05 de jan. de 2017.

Protestos contra Temer e Sartori. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 23 de nov. de 2016.

R\$ 2 milhões para Carazinho. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 06 de mar. de 2017.

R\$ 90 milhões para obras de manutenção. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 04 de nov. de 2016.

Rebelião deixa dois mortos no Presídio Estadual de Sarandi. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 03 de fev. de 2017.

Recurso à justiça é cogitada. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 14 de dez. de 2016.

Régua gigante alerta sobre distância segura. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 10 de mar. de 2017.

Reforço policial ofuscado pela violência. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 16 de mar. de 2017.

Reforma do Estado pode ser ampliada. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 02 de nov. de 2016.

Régua gigante alerta sobre distância segura. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 15 de mar. de 2017.

RS apresenta projeto na COP. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 17 de nov. de 2016.

RS busca acordos para precatórios. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 03 de nov. de 2016.

Sartori busca parceiros no setor vinícola europeu. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 19 de out. de 2016.

Sartori estuda cobrar sobre taxa na Previdência de servidores. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 18 de nov. de 2016.

Sartori na Casa do CP/Grupo Record. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 07 de mar. de 2017.

Schirmer anuncia medidas na quarta. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 22 de nov. de 2016.

Sem segurança nada prospera. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 17 de mar. de 2017.

Servidores vão à Justiça. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 23 de dez. de 2016.

Setor do arroz lista prioridades. **ZERO HORA**. Porto Alegre, 17 de fev. de 2017.

Sirenaço em homenagem a sargento da BM morto. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 01 de nov. de 2016.

Solidariedade em tempos de crise. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 28 de dez. de 2016.

Solução para o colapso prisional longe do fim. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 17 de out. de 2016.

Suspensão julgamento sobre intervenção. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 01 de nov. de 2016.

Tempestade, lama e enchente em Rolante. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 07 de jan. de 2017.

Unidade móvel auxilia comunidade afetada. **CORREIO DO POVO**, Porto Alegre, 24 de out. de 2016.

Urgência pode provocar corrida ao judiciário. **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 25 de nov. de 2016.

APÊNDICE I

CODEBOOK

SUMÁRIO

| | |
|---|--------|
| 1. Introdução | p. 390 |
| 2. Conjunto de categorias estruturais | p. 391 |
| 2.1 Marcas de Apuração | p. 391 |
| 2.2 Marcas de Composição do Produto | p. 391 |
| 2.3 Valores-notícia | p. 392 |
| 3. Conjunto de categorias contextuais | p. 393 |
| 3.1 Enquadramento | p. 393 |
| 3.2 Referência aos atores governamentais | p. 394 |
| 4. Lista de variáveis | p. 394 |
| 4.1 Variáveis enquadradas em Marcas de Composição do Produto | p. 394 |
| 4.2 Variáveis enquadradas em Marcas de Apuração | p. 395 |
| 4.3 Variáveis enquadradas em valores-notícia | p. 397 |
| 4.4 Variáveis de Enquadramento | p. 400 |
| 4.5 Variáveis que fazem referências aos atores governamentais | p. 400 |
| 5. Códigos | p. 401 |

1. Introdução

O *Codebook* foi concebido e estruturado para promover uma análise da cobertura do governo de determinado estado brasileiro a partir da ótica de veículos tradicionais de comunicação, como parte do cumprimento do doutoramento no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Intitulada *Na trilha regional: Cobertura governamental em veículos tradicionais de comunicação*, a tese focou na identificação do padrão da cobertura desenvolvida pelo *Correio do Povo* e *Zero Hora*, impressos gaúchos, sobre a gestão de José Ivo Sartori, governador do estado entre os anos de 2014 e 2018. Para alcançar tal objetivo, consideramos a cobertura governamental regional como a produção noticiosa sobre o governo estadual, tomando como base dois vieses: 1) Região, considerada como o raio de atuação, circulação e produção noticiosa do veículo de comunicação e os limites territoriais que são de responsabilidade do governo do Estado; 2) Governo, compreendido como as atividades e responsabilidades do Poder Executivo, responsável pela execução das políticas públicas e o orçamento do ente federativo.

Os códigos apresentados fazem sentido numa perspectiva construcionista do jornalismo. O jornalista não é apenas um mediador e nem reflete o espelho da sociedade: está inserido na realidade social. A realidade em que busca sua matéria-prima é a que será impactada com as avaliações sobre acontecimentos do cotidiano. A profissão, por este ângulo, é consequência da relação entre atores e campos sociais que recaem sobre uma produção noticiosa formada por critérios e regras de noticiabilidade, reverberando na existência de padrões em como se cobrir determinados assuntos ou instituições. À vista disso, compilamos conjunto de dados a partir de 55 variáveis estruturais e contextuais. As primeiras foram constituídas pelos atributos estruturantes de jornais que reúnem elementos de formação de um jornal, como formato, gênero, local na página, etc. As segundas referem-se a conjuntura social, política e econômica no período analisado.

Embora o conjunto de dados estejam em formato .SAV (**anexo**), ele é operacionalizado para ser funcional em diferentes softwares estatísticos, bem como o Excel. A partilha dos códigos, para além do objetivo de facilitar a compreensão dos achados na pesquisa de doutoramento, tem o objetivo de contribuir para novos estudos

sobre cobertura governamentais e da prática jornalismo com abrangência regional. Não existe a pretensão de que o conjunto de dados seja único e cristalino, mas sim que sirva como parâmetro para outras pesquisas ou construção de variáveis que permitam a investigação da cobertura governamental, aplicando-a a análises comparativas, temporais, entre outras finalidades científicas.

2. Conjunto de categorias estruturais

2.1 Marcas de Apuração

A categoria é definida por Silva e Maia (2011, p. 25) como as marcas presentes no produto, constituído pelo “caminho percorrido pelo jornalista e pelo veículo para apurar e relatar as informações”, permitindo observar os *modus operandi* da produção noticiosa. No ponto de vista das autoras (2011, p. 27), “[...] funciona como uma teleobjetiva: recai exclusivamente sobre a matéria jornalística, tomada de forma isolada - , explorando indícios do método de apuração de da estratégia em close-up”, possibilitando compreender como e quais as escolhas que estruturam a notícia e, conseqüentemente, a cobertura governamental. Em decorrência das técnicas e convenções institucionalizadas, entendemos que o noticiário dá pistas sobre como o jornal estrutura suas edições. Nesta etapa, procuram-se examinar as fontes, origens da informação, versões e autoria a fim de encontrar os vestígios da rotina produtiva.

2.2 Marcas de Composição do Produto

A atividade jornalística decorre de critérios de noticiabilidade, recaindo sobre a hierarquização dos acontecimentos e informações mais importantes, legitimando-se sobre negociações e articulações que refletem na composição e organização espacial e temporal das empresas e repórteres. As prerrogativas e restrições que envolvem a construção do produto noticioso orientam a prática profissional, possibilitando observar suas entrelinhas e suas relações com outros parâmetros que organizam a cobertura governamental. As Marcas de Composição do Produto, conforme Silva e Maia (2011, p. 27), corresponde a “uma lente normal, de alcance médio, pois oferece uma visão um pouco mais aberta do objeto, agora enfocando não só o texto, mas o conjunto amplo do produto, como a

localização na página, diagramação”. Nesta etapa, os olhares são para as estruturas – temporais, espaciais e redacionais - que formam as edições do jornal.

2.3 Valores-notícia

A categoria é composta pelos atributos determinantes a definição do que é notícia. Os valores-notícia podem ser utilizados como um operador de análise que possibilita observar padrões, critérios e preferências das coberturas governamentais. O conjunto de valores-notícia, mais do que um organizador dos acontecimentos caóticos do mundo (SILVA, 2010), demarca quais são as propriedades que determinado evento precisa ter para ser noticiado, configurando-se como uma régua valorativa que determina o que é notícia e o que não é. Nesta fase, é operacionalizado a análise de notícias, isto é, os textos jornalísticos expostos no jornal, possibilitando compreender o processo de seleção e hierarquização dos acontecimentos e, conseqüentemente, percepções sobre o processo produtivo numa redação jornalística.

3. Conjunto de categorias contextuais

3.1 Enquadramento

A Análise de Enquadramento é uma vertente teórico-metodológica que permite avaliar os ângulos discursivos e as interpretações enunciativas nos frames estabelecidos pelos veículos de comunicação por intermédio do mapeamento de temas que se manifestam nos processos diacrônicos dos quadros. Neste conjunto, consta as categorias que mensuram o enquadramento noticioso do tema. Trata-se de buscar nos conteúdos e em suas entrelinhas os frames sobre o governo estadual, examinando as variações e permanências dos quadros durante o trajeto de pesquisa. Por intermédio desse grupo, é possível encontrar as percepções e idealizações sobre o governo, seus representantes e qualidade de vida no Estado estudado.

3.2 Referência aos atores governamentais

A quinta categoria é contextual, funcionando como uma lente grande angular que “não capta detalhes, mas oferece um plano geral do objeto, captando aspectos

da dimensão organizacional e do contexto sócio-históricocultural em que se insere a produção jornalística” (MAIA; SILVA, 2011, p. 27). Neste conjunto, investiga-se o contexto cultural, social, econômico que permeiam o Poder Executivo e os atores que ali participam de forma direta. A partir de palavras-chave objetiva-se entender quais são os espaços destinados a estas lideranças. Entende-se que a visibilidade ou menção direta desses tópicos de governo contribui para a materialidade de uma cobertura governamental. Reúnem-se as menções aos representantes do governo, localizando quem são os principais personagens e quais as importâncias destes para a cobertura abordada.

4. Lista de variáveis

4.1 Variáveis enquadradas em Marcas de Composição do Produto

Nome do Veículo (JOR):

A variável foi classificada em categorias que remetem ao nome do veículo de comunicação em que o texto jornalístico foi identificado.

Data (DATA):

Como forma de registro, é categorizado conforme o dia, mês e ano em que o texto jornalístico foi veiculado.

Título (TÍTULO)

A variável é destinada a classificação dos textos jornalísticos de acordo com os títulos.

Dia da Semana (DIA)

A tipologia é agrupada conforme os dias da semana.

Página (PAG)

A variável é categorizada de acordo com o lado da página em que é veiculado.

Local na Página (PAG_1)

Local na Página é classificada a partir da escala de importância dos quadrantes nas páginas de jornal. No Ocidente, o leitor lê da esquerda para direita e de cima para

baixo. A variável leva em consideração a localização em que o texto jornalístico ocupa e seu tamanho, nos casos em que preenchem mais do que um quadrante.

CAPA (CAPA)

O código é classificado conforme a presença (ou não) dos textos jornalísticos na primeira página da edição do jornal

Local na Capa (CAPA_1)

A tipologia é catalogada conforme o destaque que os textos jornalísticos recebem pelos veículos de comunicação

Editoria (EDIT)

A variável é categorizada em conformidade com o nome das editorias em que o texto jornalístico é veiculado. Estas seções, normalmente, são divididas conforme o tema abordado

Gênero (GEN)

O atributo é ordenado segundo o gênero do texto jornalístico: informativo ou opinativo.

Formato (FORM)

O elemento é constituído de acordo com os formatos dos textos jornalísticos. Inclui-se formatos informativos (Reportagem, Nota, Entrevista e Notícia) e opinativos (Editorial, Artigo, Coluna, Crônica)

4.2 Variáveis enquadradas em Marcas de Apuração

Origem da informação (ORI)

É uma variável que avalia o texto jornalístico conforme a fonte que originou a pauta, permitindo identificar a origem do noticiário sobre o governo estadual.

Tipo de Fonte (FONT1)

O atributo é definido pela categorização dos textos jornalísticos segundo a presença de fontes de informações, definidas conforme seu tipo (LAGE, 2011): Fonte

Primária, Secundária e Primária e Secundária. O texto jornalístico que apresentam apenas fontes essenciais ao relato do acontecimento é classificado como Fonte Primária. Secundária é identificada nas notícias que contém somente fontes complementares. Primária e Secundária é indicada aos textos que detêm os dois tipos anteriores.

Número de Fontes (FONT2)

A variável é definida pelo número exato de fontes identificadas no texto jornalístico.

Fonte Governamental (FONT3)

A propriedade mensura o uso de fontes governamentais a partir de uma escala hierárquica: Governador; Vice-governador; Secretário; Estatal, Militares. Defesa Civil; Servidores de outros escalões, parlamentares e outras lideranças; Candidatos; Juiz ou Ministério Público; Diplomata; Ministro; Prefeito e Vice-prefeito; Presidente da República, nenhum. Deve-se assinalar a fonte identificada no texto jornalístico situada no maior nível hierárquico, ainda que exista mais de uma fonte governamental.

Fonte Hierárquica (FONT4)

A Fonte Hierárquica é formada a partir da reconfiguração da Fonte Governamental. Governador, vice-governador e secretários enquadram-se em Fonte Hierárquica. As demais não.

Fonte Institucional (FONT5)

É constituída pela presença de fontes advindas de Empresas, ONGs, Sindicatos, Associações, etc.

Fonte Cidadã (FONT6)

É formada pela presença de fontes populares, cidadãos comuns.

Fonte Especializada (FONT7)

A variável é definida pela identificação de fontes que cumprem a função de especialista sobre determinado tema.

Fonte Documental (FONT8)

É determinada pela constatação de fontes com origem em documentos, como editais, leis, decisões judiciais.

Fonte Assessoria (FONT9)

A fonte é definida pela consulta de assessorias de imprensa de instituições públicas ou privadas, terceiro setor ou qualquer outra instituição. Enquadra-se nesta variável os textos que citam que a informação decorre da assessoria e aqueles que mencionam o órgão público.

Exemplo: A Secretaria de Saúde informou que a campanha de vacinação começa amanhã.

“Off the record” (OFF)

O OFF é reconhecida por aquelas informações em que a fonte não quis se identificar. Cabe ressaltar que só é classificado aqueles textos em que é mencionado que a fonte é OFF.

Desdobramento (DESD)

A variável é caracterizada por aqueles textos jornalísticos que retratam acontecimentos que se sucedem de outro, formando uma cobertura contínua sobre determinado tema, como ocorre no noticiário sobre a crise dos servidores públicos no Estado. O contraponto são os textos que abordam evento inédito, como um acidente de trânsito.

Posicionamento Título (TIT)

O atributo avalia o enquadramento dado ao governo através dos títulos jornalísticos.

4.3 Variáveis enquadradas em valores-notícia

Proximidade (PROX)

É um valor-notícia identificado pela proximidade. Classifica-se o texto jornalístico conforme a localização geográfica em que o acontecimento ocorre: municipal, regional, estadual, nacional e internacional.

Circulação (CIRC)

Binária, a variável é originada da reconfiguração do valor-notícia Proximidade. O atributo mensura se o acontecimento noticioso ocorre dentro do escopo de circulação dos jornais (municipal, regional e estadual) ou não (nacional e internacional).

Impacto (IMP)

É uma característica que se refere a influência que determinado evento tem sobre o cotidiano das pessoas, representado por aqueles acontecimentos que envolvem um número grande de indivíduos ou vultuosas cifras financeiras.

Categorias Impacto (IMP1)

O valor-notícia Impacto (SILVA, 2005) é classificado em três categorias: 1) Número de pessoas envolvidas pelo fato; 2) Número de indivíduos impactados pelo acontecimento e 3) Grandes quantias.

Notoriedade (NOT)

Inicialmente, atrelado a predominância de políticos em programas de televisão americana, notoriedade é definido pelo nível de referência ao governo, podendo ser classificada em 1) Estado (referência ao ente federativo sem mencionar ou indicar relação com o grupo político à frente do Executivo); 2) Governo; 3) Governador; 4) Vice-governador; 5) Secretário; 6) Estatais e Fundações. 7) Militares; 8) Outros servidores ou políticos; 9) Juiz; 10) Não identificado. A variável permite assinalar apenas uma categoria, aquela com maior nível hierárquico.

Notoriedade Hierárquica (NOT1)

Derivada do valor-notícia Notoriedade, Notoriedade Hierárquica é binária. Os textos jornalísticos que abordam Estado, Governo, Governador e Vice-governador referem-se à proeminência de alto escalão. As demais categorias fazem parte da notoriedade de baixo escalão.

Governo (GOV)

Governo é um valor-notícia referente aos atos dos governos em suas diferentes perspectivas, tanto eleitoral quanto a rotina do Poder Executivo

Categorias Governo (GOV1)

O valor-notícia é classificado em: 1) Interesse Universal; 2) Agendas Oficiais e Eventos; 3) Decisões e medidas; 4) Relacionamento entre Poderes; 5) Eleições 6) Especulações políticas; 7) Nenhum.

Polêmica (POL)

O atributo é demarcado pela polêmica, pela anormalidade que gera a contestação por parte de outros indivíduos ou grupos.

Categorias Polêmica (POL1)

Polêmica é dividida em controvérsia e escândalo. A primeira é referente ao conflito simbólico e disputas de versões. A segunda é relativa a escândalos políticos, como no caso de denúncias de corrupção.

Justiça (JUS)

A variável é definida pela presença de atos que envolvem a Justiça, incluindo aqui não só processos em varas judiciais, como ainda operações da polícia ou investigações.

Categorias Justiça (JUS1)

Justiça é classificado em: 1) Decisões Judiciais; 2) Relacionamento entre os Poderes; 3) Atos Protetivos (como mandato de segurança ou pedido de *habeas corpus*); 4) Denúncias; 5) investigações; 6) Apreensões e prisões; 7) Julgamento; 8) Agendas oficiais; 9) Nenhum.

Tragédia (TRA)

A característica é demarcada por eventos trágicos que apelam a emoção, como é o caso de morte ou desastres naturais.

Categorias Tragédia (TRA1)

A variável é composta pelas categorias: 1) Catástrofe; 2) Doença e Morte; 3) Desemprego; 4) Situações Desumanas; 5) Acidente; 6) Briga e Agressões; 7) Rebelião; 8) Nenhum.

Violência (VIO)

Como o próprio nome, a variável é definida pelos atos de violência contra terceiros ou instituições.

Categorias Violência (VIO1)

Violência é formado pelas categorias: 1) Homicídio / Tentativa de Homicídio; 2) Roubo / Furto; 3) Sequestro / Tentativa de Sequestro; 4) Dano ao Patrimônio Público; 5) Insegurança Pública (o foco é o aumento da criminalidade, medo da violência). 6) Confronto com a Polícia; 7) Invasão e Agressões; 8) Crimes ambientes; Crime de trânsito; 9) Nenhum.

Raridade (RAR)

O valor-notícia é caracterizado pelo raro, incomum, inusitado.

Categorias Raridade (RAR1)

A variável é classificada em: 1) Curiosidade; 2) Surpresa; 3) Entretenimento.

Emoção (EMO)

É um atributo com carga dramática e apelo emocional, sendo marcado por aqueles acontecimentos trágicos ou histórias de superação.

Categorias Emoção (EMO1)

A característica é demarcada por: 1) Drama e 2) Interesse Humano.

Conhecimento (CONH)

Conhecimento é um valor-notícia que remete a pesquisas, livros, obras acadêmicas e outras fontes de conhecimento.

Conhecimento (CONH1)

O valor-notícia é agrupado em: 1) Pesquisa e 2) Descoberta/Invenção.

Conflito (CONF)

Variável relativa ao confronto físico e simbólico, manifestado em reivindicações de grupos sociais ou indivíduos contra o governo ou que envolve sua participação.

Categorias Conflito (CONF1)

Conflito é composto por: 1) Guerra/Gangues; 2) Briga; 3) Greve; 4) Manifestações; 5) Ocupação; 6) Rebelião / Fuga; 7) Nenhum.

4.4 Variáveis de Enquadramento

Negatividade (NEG)

A variável é baseada na dicotomia *Good News* e *Bad News*. O termo remete ao mote de que o jornalismo dá preferência as pautas negativas, fora do comum.

Neste sentido, o atributo mensura os quadros de avaliação do veículo sobre o governo estadual.

Frames (FRAM)

O atributo é definido como o enquadramento temático (BOYDSTUN *et al.*, 2013) dos textos jornalísticos e categorizado em: 1) Economia; 2) Recursos Humanos ou Financeiros; 3) Justiça e Igualdade; 4) Constitucionalidade; 5) Avaliação de Políticas Públicas; 6) Lei e Ordem; 7) Crime; 8) Segurança; 9) Saúde; 10) Identidade Cultural; 11) Opinião Pública; 12) Política; 13) Política Externa; 14) Educação; 15) Outros Enquadramentos.

Personalismo (PER)

A variável é demarcada pela menção direta a função governador, nome ou sobrenome do governador.

Crise (CRI)

O atributo refere-se aos textos jornalísticos constituídos sob molduras que tratam de crises vivenciadas no Rio Grande do Sul. A variável é classificada em crise: 1) Segurança; 2) Servidores Públicos; 3) Financeira.

Lugar para Morar (MOR)

Lugar para Morar examina como os textos jornalísticos medem o impacto daquele acontecimento a qualidade de vida no Estado de referência. É importante ressaltar que não avalia o Poder Executivo, mas se o que foi noticiado indica que é 1) Melhor, 2) Pior ou 3) Igual para se viver.

4.5 Variáveis que fazem referências aos atores governamentais

PARTICIPAÇÃO (PAR)

A variável avalia a participação do Poder Executivo nos textos jornalísticos a partir de dois ângulos: 1) Ativa e 2) Passiva. A primeira ocorre quando o governo controla e propõe a pauta. A segunda é registrada naqueles textos jornalísticos que é demandado a responder sobre determinado acontecimento.

TOM (TOM)

Tom é uma variável que mensura como é a participação do governo nos textos jornalísticos. O atributo é categorizado em: 1) Resposta; 2) Promoção; 3) Políticas Públicas, Obras e Contratações; 4) Agendamento; 5) Nenhum.

5. Códigos

JOR: 0 Correio do Povo; 1 Zero Hora

DATA: DD/MM/AA

TIT: Por extenso

DIA: 0 Domingo; 1 Segunda-feira; 2 Terça-feira; 3 Quarta-feira; 4 Quinta-feira; 5 Sexta-feira; 6 Sábado

PAG: 0 Ímpar; 1 Par; 2 Duas Páginas ou mais

PAG_1: 0 Superior Direito; 1 Inferior Direito; 2 Centro; 3 Superior Esquerdo; 4 Inferior Esquerdo; 5 Meia Página; 6 Página Inteira; 7 Mais de uma página

CAPA: 0 Sim; 1 Não

CAPA_1: 0 Manchete Principal; 1 Manchete na Capa; 2 Menção na Capa; 3 Não está

EDIT: 0 Política; 1 Polícia; 2 Rural; 3 Economia; 4 Cultura; 5 Reportagem; 6 Justiça; 7 Geral; 8 Cidades; 9 Opinião; 10 Educação; 11 Saúde; 12 Esporte e Lazer; 13 Entrevista; 14 Internacional; 15 Praia / Clima; 16 Turismo; 17 Orbituário

GEN: 0 Informativo 1 Opinativo

FORM: 0 Reportagem; 1 Nota; 2 Entrevista; 3 Editorial; 4 Artigo; 5 Coluna; 6 Crônica; 7 Notícia

ORI: 0 Indefinido; 1 Reprodução; 2 Da Fonte; 3 Iniciativa do Meio

FONT1: 0 Primária; 1 Secundária; 2 Primária e Secundária; 3 Nenhuma

FONT2: Número ordinal relativo ao número de fontes encontradas.

FONT3: 0 Governador; 1 Vice-governador; 2; Secretário; 3) Servidor de outro escalão; 5) Estatal / PM /Defesa Civil; 6 Parlamentares e outras lideranças; 7 Candidatos; 8) Juiz ou MP; 9) Diplomata; 10) Ministro; 11) Prefeito e vice-prefeito; 12) Presidente da República; 99) Não tem

FONT4: 0 Sim; 1 Não

FONT5: 0 Sim; 1 Não

FONT6: 0 Sim; 1 Não

FONT7: 0 Sim; 1 Não

FONT8: 0 Sim; 1 Não

FONT9: 0 Sim; 1 Não

OFF: 0 Sim; 1 Não

DESD: 0 Sim; 1 Não

TIT: 0 Crítico; 1 Equilibrado; 2 Promoção

PROX: 0 Municipal; 1 Estadual; 2 Nacional; 3 Regional; 4 Internacional

CIRC: 0 Sim; 1 Não

IMP: 0 Sim; 1 Não

IMP1: 0 Pessoas envolvidas no fato; 1 Pessoas afetadas pelo fato; 2 Grandes quantias; 99 Não tem

NOT: 0 Estado; 1 Governo; 2 Governador; 3 Secretários; 4 Outros servidores ou políticos; 5 Estatais / Fundações; 6 Militares; 7 Não identificado; 8 Vice-governador; 9 Juiz

NOT1: 0 Sim; 1 Não

GOV: 0 Sim; 1 Não

GOV1: 0 Interesse Universal; 1 Eleição; 2 Agenda; 3 Pronunciamentos; 4 Decisões e medidas; 5 Relações entre Poderes; 6 Especulações políticas; 7 Eventos; 99 Nenhum

POL: 0 Sim; 1 Não

POL1: 0 Controvérsia; 1 Escândalo; 99 Não tem

JUS: 0 Sim; 1 Não

JUS1: 0 Julgamento; 1 Denúncias; 2 Investigação; 3 Apreensões e prisões; 4 Decisões Judiciais; 5 Agendas oficiais; 6 Atos protetivos; 7 Relações entre Poderes; 99 Não tem

TRA: 0 Sim; 1 Não

TRA1: 0 Catástrofe; 1 Acidente; 2 Morte; 3 Doença; 4 Desemprego; 5 Situações desumanas; 6 Brigas / Agressões; Rebelião; 99 Não tem

VIO: 0 Sim; 1 Não

VIO1: 0) Homicídio / Tentativa de Homicídio; 1) Roubo / Furto; 2) Sequestro / Tentativa de Sequestro; 3) Dano ao Patrimônio Público; 4) Insegurança Pública; 5) Confronto com a Polícia; 6) Invasão e Agressões; 7) Crimes de trânsito; 8) Crimes ambientais; 99 Não tem

RAR: 0 Sim; 1 Não

RAR1: 0 Curiosidade; 1 Surpresa; 2 Entretenimento; 99 Não tem

EMO: 0 Sim; 1 Não

EMO1 0 Drama 1; Interesse Humano; 99 Não tem

CONH: 0 Sim; 1 Não

CONH1: 0 Pesquisa; 1 Descoberta / Invenção; 99 Não tem

CONF: 0 Sim; 1 Não

CONF1: 0 Guerras / Gangues; 1 Briga; 2 Greve; 3 Manifestações; 4 Ocupação; 5 Rebelião / Fuga; 99 Não tem

NEG: 0 Positivo; 1 Equilibrado; 2 Negativo

FRAM: 1) Economia; 2) Recursos Humanos ou Financeiros; 3) Justiça e Igualdade; 4) Constitucionalidade; 5) Avaliação de Políticas Públicas; 6) Lei e Ordem; 7) Crime; 8) Segurança; 9) Saúde; 10) Identidade Cultural; 11) Opinião Pública; 12) Política; 13) Política Externa; 14) Educação; 15) Outros Enquadramentos

PER: 0 Sim; 1 Não

CRI: 0 Econômica; 1 Segurança; 2 Servidores Públicos; 5 Nenhum

MOR: 0 Melhor; 1 Igual; 2 Pior

PAR: 0 Ativo; 1 Passivo; 2 Indefinido

TOM: 0 Resposta; 1) Promoção; 2) Políticas Públicas, Obras e Contratações; 3) Agendamento; 4) Nenhum